



Valcionir Corrêa

CAPITALCRACIA

A crise como exploração e degradação



Outros lançamentos de 2012

Informatização e doenças psicossociais

Guillermo Alfredo Johnson

Sociologia: conhecimento e ensino

*Fernando Ponte de Sousa
(organizador)*

Ensaio sobre história e política

*Michel Goulart da Silva
(organizador)*

A pobreza humana: concepções, causas e soluções

Adir Valdemar Garcia

Memória viva Relatório I

*Fernando Ponte de Sousa
José Carlos Mendonça
Valcionir Corrêa
(organizadores)*

Os socialistas-revolucionários de esquerda na Revolução Russa

Coletânea de documentos

A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia

Fiorelo Picoli

Valcionir Corrêa. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio doutoral na Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Na atualidade está como professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (subst.). Atua como pesquisador, extensionista e técnico no Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/CFH/UFSC) e no Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (Lefis/UFSC/SED).

PUBLICAÇÕES DE 2011 EM CATÁLOGO:
<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/>

CAPITALCRACIA
A CRISE COMO EXPLORAÇÃO
E DEGRADAÇÃO

Copyright © 2012 Valcionir Corrêa

Capa

Tiago Roberto da Silva
sobre imagem de Billy Alexander

Editoração eletrônica

Carmen Garcez
Flávia Torrezan
Tiago Roberto da Silva

Catálogo na fonte elaborada pela DECTI da Biblioteca Central da UFSC

C824c Corrêa, Valcionir

Capitalcracia : a crise como exploração e degradação /
Valcionir Corrêa. – Florianópolis : Editoria em
Debate, 2012.

576 p. : il., gráfs., tabs.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-61682-98-9

1. Sociologia política. 2. Capitalismo. 3. Globalização.
4. Neoliberalismo. 5. Degradação ambiental.
6. Relações trabalhistas. I. Título.

CDU: 316.334.3

=====
2012
=====

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

VALCIONIR CORRÊA

CAPITALCRACIA
A CRISE COMO EXPLORAÇÃO
E DEGRADAÇÃO

Florianópolis

UFSC

 **Editoria**
EM DEBATE

2012

A Dona Tereza, minha mãe, pela sua
luta, e aos(às) trabalhadores(as).

*O trabalho produz maravilhas para os ricos,
mas produz desnudez para o trabalhador. Produz pa-
lácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz belezas,
mas mutilação para o trabalhador.*
(Karl Marx)

*Quando o torturado morre,
sabemos que passamos do limite.
Quando as relações humanas já não resistem,
sabemos que passamos do limite do suportável.
Quando a natureza é destruída irreversivelmente,
sabemos que passamos do limite.*
(Hinkelammert)

*A novidade radical de nosso tempo é que o sistema
do capital não está mais em posição de conceder absolu-
tamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições
reformistas do passado.*
(Mészáros)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO.....	17
1 A EXPLORAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	43
1.1 CONTEXTUALIZANDO A EXPLORAÇÃO ATUAL.....	45
1.2 O IMPERATIVO DA NECESSIDADE QUE IMPELE O HOMEM AO TRABALHO.....	50
1.3 O TRABALHO COMO METABOLISMO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA: DA OBJETIVIDADE À SUBJETIVIDADE QUE CONSTITUI A ESSÊNCIA E A CONSCIÊNCIA HUMANA.....	53
1.4 A EXPROPRIAÇÃO PRIMORDIAL RESULTA NA PROPRIEDADE PRIVADA E NA DIVISÃO EM CLASSES SOCIAIS: DA IGUALDADE NATURAL À ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	69
1.5 A CONSEQUÊNCIA DA PROPRIEDADE PRIVADA É A ALIENAÇÃO NO TRABALHO E A CONSEQUENTE MISÉRIA MATERIAL E ESPIRITUAL DA CLASSE TRABALHADORA.....	77
1.6 A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO EXPLORAÇÃO DE CLASSE: A CONDIÇÃO VITAL DE EXISTÊNCIA DO SISTEMA DO CAPITAL.....	90
1.6.1 O trabalho como substância do valor da mercadoria.....	97
1.6.2 A acumulação capitalista decorre da exploração dos trabalhadores por meio da extração da mais-valia.....	103
2 A GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO: SÍNTESE DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO DO CAPITAL QUE SE CONFIGURA NO SISTEMA CAPITALCRÁTICO ENQUANTO UM IMPÉRIO MUNDIAL	115
2.1 A GLOBALIZAÇÃO COMO IMPERATIVO DA EXPANSÃO	118

2.2 NEOLIBERALISMO COMO IMPERATIVO DA ACUMULAÇÃO	130
2.2.1 O neoliberalismo e suas origens.....	131
2.3 O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL E A INCORPORAÇÃO PRAGMÁTICA DO NEOLIBERALISMO.....	136
2.4 A ABERTURA NEOLIBERAL: A EMERSÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO MUNDIAL E A CONSEQUENTE ACUMULAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DA RIQUEZA SOB O IMPÉRIO GLOBAL DO SISTEMA CAPITALCRÁTICO	141
2.4.1 A acumulação e concentração da riqueza sob a globalização neoliberal.....	144
2.4.2 A capitalcracia estrutural como princípio da reciprocidade	164
2.5 A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL DO CAPITAL E A EXPLORAÇÃO UNIVERSAL: OS CONTORNOS FINAIS DO SISTEMA CAPITALCRÁTICO	169
2.5.1 O Livre Mercado Mundial: o ideal burguês da configuração universal do capitalismo enquanto um sistema capitalcrático.....	171
3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO NEOLIBERAL (1990-2005)	185
3.1 A FLEXIBILIZAÇÃO PRODUTIVA.....	188
3.2 A LEGALIZAÇÃO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO PELO SISTEMA CAPITALCRÁTICO.....	194
3.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	199
3.4 INDICADORES DA INTENSIFICAÇÃO E EXPANSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A CONSEQUENTE SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	207
3.4.1 O desemprego estrutural	209
3.4.2 A informalidade do emprego	223
3.4.3 O aumento da jornada de trabalho	225
3.4.4 A redução salarial	229
3.4.5 O aumento do trabalho escravo	235
3.4.6 A questão do trabalho infantil.....	242
3.5 AS CONSEQUÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	245

4 AS CONSEQUÊNCIAS DA INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO HUMANA PELO SISTEMA CAPITALCRÁTICO: A INTERDIÇÃO DO SUJEITO COMO CONDIÇÃO E LIMITE DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	253
4.1 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DA EXPLORAÇÃO HUMANA NO PROCESSO DE TRABALHO: AS MAZELAS SOCIAIS URBANAS E RURAIS	255
4.2 A VIOLÊNCIA DO ESTADO POLICIAL A SERVIÇO DO SISTEMA CAPITALCRÁTICO: O EXTERMÍNIO DE CLASSE	263
4.2.1 Exemplo de extermínio de classe nos centros urbanos: a polícia como inseticida social	264
4.2.2 O extermínio de classe no meio rural: o agronegócio a qualquer preço	266
4.3 MORTES E DOENÇAS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR: O SISTEMA CAPITALCRÁTICO ULTRAPASSA O LIMITE DA EXPLORAÇÃO HUMANA.....	270
4.3.1 Mortes e doenças decorrentes do agronegócio	275
4.3.2 Mortes e doenças decorrentes do trabalho urbano	282
4.4 OS DADOS OFICIAIS CONFIRMAM O AUMENTO DAS MORTES E DOENÇAS DECORRENTES DO TRABALHO NO PERÍODO NEOLIBERAL NO BRASIL	291
5 CRISE AMBIENTAL DEVIDO AO PADRÃO PREDATÓRIO DO CAPITALISMO: CONSOLIDAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO MUNDO ÚNICO	299
5.1 O PADRÃO ANTIECOLÓGICO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	303
5.1.1 A produção destrutiva do capitalismo	307
5.1.2 As consequências da produção destrutiva do capitalismo	321
5.2 AS INFRUTÍFERAS TENTATIVAS LIBERAIS DE CONTROLE POLÍTICO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS: ACORDOS NUNCA CUMPRIDOS	334
5.3 ANÁLISES CONSISTENTES DA CRISE AMBIENTAL.....	352
6 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS GLOBAIS	367

6.1 OS PÓS-MODERNOS E A RAZÃO COMO CAUSA DA CRISE.....	369
6.2 A CRISE EM MARX.....	373
6.3 OS NOVOS TEÓRICOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: COLAPSO OU CONTRADIÇÃO?.....	382
6.3.1 Kurz: o capitalismo autofágico.....	388
6.3.2 Wallerstein: o capitalismo histórico como um sistema-mundo.....	399
6.3.3 Mészáros: a incontrolabilidade do sistema do capital.....	404
6.4 ANÁLISES DA CRISE ATUAL.....	414
6.4.1 Análises hegemônicas da crise atual.....	420
6.4.2 Análises críticas da crise atual.....	431
6.4.3 A farsa neoliberal se mostra com o fracasso da Rodada de Doha: o reforço do protecionismo estatal como saída da crise.....	439
6.5 AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO SISTEMA DO CAPITAL.....	447
6.5.1 O desemprego estrutural mundial.....	449
6.5.2 A equalização mundial da precarização do trabalho.....	463
6.5.3 O aumento dos índices do maior flagelo humano: a fome.....	483
6.5.4 A regressão civilizacional no desrespeito aos direitos humanos: a xenofobia como solução da crise.....	491
6.5.5 A lógica é privatizar tudo.....	504
6.6 A INCAPACIDADE DO ESTADO DE SOLUÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL.....	511
6.7 A REAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	512
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	523
REFERÊNCIAS.....	535

APRESENTAÇÃO

Este livro resulta da tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010, apenas se fez nele algumas e breves atualizações.

No transcorrer do texto, adotou-se como conceito analítico o modo de produção capitalista, de acordo com que foi definido por Karl Marx, de modo análogo, também, o conceito de Sistema do Capital, na opção analítica de István Mészáros. Partindo deles, se fez uma análise observando-se, além dos aspectos econômicos, também, a ênfase do poder político do Capital que, de forma indissociável, tem seu poder fundado na hegemonia econômica.

Nesta fase de ascensão total do capitalismo, caracterizada de globalização econômica, o Capital deixa transparecer o seu imperialismo de classe na sua dimensão mundial, configurando-se naquilo que ele sempre foi, um Sistema Capitalcrático (poder do capital). Demonstra com isso, a impossibilidade da realização da democracia (poder de povo) sob o seu domínio, mas sim o poder do capital, que intensifica a exploração da classe trabalhadora e degrada o meio ambiente. Dessa forma, o imperialismo da classe burguesa manifesta-se mundialmente na totalização de suas forças produtivas, revelando-se na sua contradição fundamental entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que se revela na impossibilidade de compartilhar progresso econômico com o progresso humano, mas no seu contrário, como se observa nos sucessivos protestos dos trabalhadores em diversos países com a agudização da crise estrutural do capital, a partir de 2008. No final do livro, foram incluídas imagens desses protestos, constituídos de milhares de trabalhadores, que ocupam as ruas dos países centrais do capitalismo contra as medidas neoliberais adotadas pelos seus governos, que que-

rem garantir, a qualquer custo social, a acumulação do capital.

Registro, aqui, meus agradecimentos ao Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa, pelos seus ensinamentos, à Capes, pelo apoio financeiro, e à jornalista Míriam Santini de Abreu, por ter me ajudado na revisão destas páginas. Agradeço, com amor, à minha companheira Conceição, pela sua importante colaboração; aos meus filhos Juliana e Bruno, irmãos(as) e amigos(as) por estarem juntos nesta minha caminhada. Meus agradecimentos, também, aos colegas e bolsistas do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) e do Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (Lefis) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, pelas discussões e estudos compartilhados.

Valcionir Corrêa

Outubro de 2012

INTRODUÇÃO

Em 2004, quando foi apresentado o projeto de tese, as discussões em torno da crise econômica eram imperceptíveis nos meios acadêmicos e, muito menos, no contexto social e na imprensa nacional e internacional. Lembra-se bem de que, em um dos seminários obrigatórios de pesquisa do Programa, uma das coordenadoras questionou sobre o por que estudar a “crise”, pois, segundo ela, se tratava de um conceito impreciso e a discussão sobre o tema já havia sido superada no campo da sociologia.

Quando se esteve em Portugal para fazer estágio doutoral, de 2006 a 2007, com o apoio do governo brasileiro, nas aulas que se ministrou sobre a *Crise Estrutural do Capital* no programa de pós-Graduação de uma universidade de Lisboa, percebeu-se que alguns alunos presentes estranharam ao ouvir falar sobre este tema. Então, percebeu-se que a questão da crise econômica ainda não fazia parte da agenda acadêmica daquele programa.

Em algumas conversas em sala de aula e nos circuitos universitários em Lisboa percebeu-se que, quando se falava em Karl Marx, alguns tratavam o filósofo de duas formas: ou diziam que era ultrapassado e pertencia à História das Ideias, ou o tratavam como um ser folclórico. Em uma palavra, Marx estava ultrapassado. Sociólogos como Giddens, Beck e alguns pós-modernos faziam parte da literatura analítica da modernização acadêmica portuguesa, por ter aquele país integrado à União Europeia e à Zona do Euro. Essa impressão deixou de ser somente percepção quando se viu muitos livros marxistas se tornarem alfarrábios, vendidos nos sebos a preços muito baixos, inclusive na famosa Feira Anual do Livro de Lisboa.

Então, naquele contexto da integração econômica europeia, quando os portugueses experienciavam um clima de otimismo, não

era momento de parcela desses perceber alguns sintomas que já despontavam no horizonte. O que se sobrepunha eram as análises institucionais focando o Estado como centro de políticas públicas. Como exemplo, o problema da poluição derivada do processo de produção, que poderia ser resolvido por meio de políticas públicas de regulamentação econômica. O Estado seria capaz de reverter a situação com a política de cotas de emissão de carbono, reciclagem do lixo e o desenvolvimento de programas que sensibilizassem a população para o *consumo consciente* e o *desenvolvimento sustentável*.

Pelo fato de estarem próximos geograficamente das experiências soviéticas e terem informações dessas experiências que transitavam em seu continente, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, a ideia de que o socialismo não dera certo e de que o capitalismo tinha sido vitorioso fortaleceu o sentimento de que não havia alternativa a esse modo de produção e de organização da vida social. Assim sendo, o capitalismo seria a melhor forma de produção social e de paz entre os povos. Tinha-se o sentimento de que o sistema capitalista fora naturalizado em contraposição à experiência socialista. Os países ex-socialistas, em conversas recorrentes, eram apresentados como *locus* onde não existia a liberdade e que, também, tinham sido economicamente atrasados.

Nos estudos do Programa de Pós-Graduação, os problemas sociais geralmente tinham suas causas deslocadas para a questão da imigração advinda de ex-colônias portuguesas, como brasileiros e africanos, por exemplo. Os trabalhos acadêmicos desses alunos abordavam temas tais como: imigração; controle da emissão de CO₂; organizações multilaterais; tratados multilaterais; política de segurança internacional, tendo em vista o terrorismo ameaçador difundido pelo então presidente dos EUA, George W. Bush; e comparações baseadas no multiculturalismo, entre africanos, ciganos, espanhóis etc. De modo geral, essas pesquisas circunscreviam-se nas institucionalidades vigentes e tinham como fonte principal os dados estatísticos do *Eurostat*¹. Inclusive, assim que se chegou a Lisboa, havia uma programação

¹ Eurostat é a sigla do Gabinete de Estatísticas da União Europeia onde são organizados os dados estatísticos produzidos pela Comissão Europeia para a União Europeia.

anual da Fundação Calouste Gulbekian sobre *imigração*. As mesas de debates tinham como convidados renomadas autoridades políticas, como um primeiro-ministro, economistas famosos, entre eles um ganhador do Prêmio Nobel de Economia, e acadêmicos destacados. O tema *Imigração: oportunidade ou ameaça?* (2007) resultou em um livro com recomendações do Fórum da Fundação Gulbekian à União Europeia para adotar a *imigração qualificada*².

Outro fato que chamou a atenção nas aulas que se assistiu foi o de que teoria social não era debatida, como é de costume aqui no Brasil. As discussões dos trabalhos acadêmicos giravam em torno dos dados estatísticos com indicadores socioeconômicos e ecológicos, organizados em quadros, tabelas e gráficos, geralmente com análises comparativas entre Portugal e demais países da União Europeia. As divergências não eram teóricas e se davam nas análises de estatísticas comparadas.

O mundo desses alunos parecia resumir-se à compreensão sobre a Europa descontextualizada da economia global. Indicadores otimistas eram constantemente apresentados, o que contribuíam para elevar os índices de aceitação e integração cultural do povo europeu e dos alunos. Por se tratar de uma aula sobre problemas sociais contemporâneos, um dos indicadores apresentados apontava que havia sido reduzida a emissão de CO₂ na Europa. Logo, a conclusão consensual da análise, de cunho otimista, indicava que a Europa estava na linha politicamente correta por concretizar as orientações do Protocolo de Kyoto, que tinha como objetivo a redução da emissão de gases causadores do *efeito estufa* e responsáveis pelo aquecimento global. Segundo os acadêmicos, essa redução resultava de uso de tecnologias avançadas que amortizavam as ações de chaminés industriais, que os tornavam menos poluentes, e dos efeitos da adesão à política de cotas de emissão de CO₂.

Propôs-se outra hipótese, tentando contestar a conclusão inicial, a de que esse indicador não se tratava da diminuição de agentes poluidores por parte das empresas, mas da desindustrialização que vinha

² Trata-se de controle de fluxo migratório pelos países membros da Comunidade Europeia priorizando os profissionais qualificados vindos de outros países, de acordo com a necessidade das empresas europeias. (VITORINO, 2007, p. 262).

ocorrendo na Europa e que estava em curso desde os anos 90, como já vinham apontando os elevados índices de desemprego nos países europeus. E que o capital, livre das amarras do Estado na perspectiva neoliberal, estava investindo onde havia força de trabalho barata e recursos materiais, neste caso específico, principalmente a transferência das indústrias europeias para a China. No debate, inclui também outra informação, a de que a política de cotas de emissão de poluentes se tratava de ação tautológica, porque o planeta era um só. Poucos percebiam que a atmosfera do planeta era a mesma, ou seja, o que existia era um *mundo único*, entendendo-o aqui no seu aspecto geográfico, e não as especificidades culturais de cada região. Portanto, queria-se dizer que, diminuir a poluição na Europa e, em contrapartida, aumentar a emissão de gases poluidores na China seguindo o modelo de produção capitalista, só faria continuar o aquecimento global. Bom, apesar de alguns sinalizarem positivamente em aceitar estes argumentos, no geral, eles pareciam não ser suficientes, pelo menos para alguns daqueles alunos que faziam um curso de Mestrado ou Doutorado, e que se mostravam satisfeitos diante de um processo de modernização que experienciavam em seu país.

Por que esses acadêmicos não debatiam teoria? Indagou-se por muito tempo. Refletindo, chegou-se à conclusão que eles não a debatiam por já terem incorporado e aceitado um único paradigma epistemológico para as suas análises científicas, ou seja, a perspectiva de análise fenomenológica na sua versão tradicional e pós-moderna com suas respectivas variantes metodológicas. Por isso que, na maioria das vezes, os debates limitavam-se à análise dos dados estatísticos institucionais do *Eurostat* produzidos pela Comissão Europeia. Uma vez incorporada essa perspectiva analítica, a discussão girava em torno da interpretação dos dados apresentados, e o debate teórico recuava, parecendo não ser mais necessário. O bordão acadêmico seguia o princípio do *agir local, pensar global*. Para uma boa parte desses acadêmicos, o capitalismo vencera e se tornara a única economia política capaz de trazer prosperidade e garantir o bem-estar entre as nações unificadas.

A imprensa portuguesa não destacava problemas da crise econômica mundial, mas difundia ideias de que as políticas públicas que

estariam sendo encaminhadas pelo governo resolveriam os problemas econômicos e sociais. O *branqueamento* (lavagem de dinheiro) e o endividamento da população, com certa frequência, eram pautadas nos jornais nacionais. Por outro lado, em conversas com alguns populares, esses deixavam transparecer alguns saudosismos da época dos Contos e Escudos em relação ao Euro.

Com o investimento do capital financeiro, os portugueses, por meio de empréstimos bancários, estavam conseguindo comprar casas e carros, mas não percebiam o grau de endividamento que vinha assolando a classe trabalhadora diante do desemprego e dos baixos salários que estavam à espreita. Portanto, as preocupações em relação à crise não tinham espaço, estavam fora do lugar. Mas a História continua e mostra-se, agora, na forma de crise econômica e social, contrariando as análises dos defensores e naturalisadores do capitalismo. Essa situação evidenciou-se logo depois do meu regresso ao Brasil, quando não tardou para que os efeitos da crise econômica mundial se apresentassem de forma contundente diante das defensores ideológicos e hegemônicos da macroeconomia neoliberal.

O não conformismo e a proposta de analisar a totalidade econômica das bases materiais das relações sociais fizeram com que esta pesquisa atentasse para buscar as causas dos sintomas sociais e, de forma indissociável, dos problemas ambientais. A não concordância com as teorias sobre o meio ambiente, incluindo aquela que defende o *desenvolvimento sustentável*, como se fosse possível nos marcos capitalista, e que se tornaram hegemônicas na academia e nos discursos oficiais, instigou a aprofundar estudos sobre as causas dos problemas ambientais. O princípio filosófico da tese marxiana de que o *trabalho se constitui em um metabolismo entre homem e natureza* (MARX; ENGELS, 1974), foi posto como ponto de partida desta investigação, que buscou apreender a totalidade do fenômeno social, tendo como base a materialidade da produção e reprodução da vida nos seus aspectos econômicos, políticos e ambientais.

Em 2008, a crise se tornou aguda enquanto crise financeira, a partir dos EUA – principal centro hegemônico do sistema capitalista desde o pós-guerra –, intensificando imediatamente o desemprego

em massa e a recessão econômica, de forma sistêmica, na Europa, na Ásia, na América Latina, enfim, nas diversas regiões do planeta, e a discussão sobre a crise econômica se tornou recorrente, fazendo parte da agenda política e da imprensa nacional e internacional.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a crise estrutural do capital como crise social e ambiental, enfocando o Brasil no período neoliberal (1990 a 2005). A partir da análise particular que se observou a degradação humana e ambiental no Brasil, decorrentes do produtivismo capitalista, ampliou-se essa análise para abarcar as consequências da crise econômica mundial. A base teórica da pesquisa fundamentou-se na teoria marxiana e nas importantes contribuições sobre crise estrutural do capital do filósofo marxista István Mészáros.

Outra finalidade desta investigação foi a de analisar os impactos objetivos e subjetivos nos trabalhadores da *intensificação da precarização do trabalho* no Brasil neoliberal. Como fundamento, partiu-se da hipótese de que essa intensificação da precarização decorre da crise com a qual o sistema do capital se deparou a partir dos anos 70. O tipo e os motivos da crise são muito controversos, o que permitiu a diversos autores apresentarem teses distintas, no que dizem respeito à crise cíclica, conjuntural e estrutural, bem como na defesa de que o capitalismo entrará em colapso (KURZ, 1992 e WALLERSTEIN, 2001) ou em contradição total (MÉSZÁROS, 2002).

Aprofundando estudos nessas teorias da crise, partiu-se do pressuposto de que o neoliberalismo é a resposta construída para recompor e ajustar o sistema diante da crise estrutural iniciada nos anos 70, com o objetivo de mantê-lo funcionando sob seus imperativos originais. Esses *imperativos*, ditados pelo comando do Capital, são os da *expansão* e da *acumulação*. Segundo Mészáros (2002), o da expansão atingiu seu limite geográfico com o fenômeno denominado de *globalização*, nos anos 80, ou seja, concluiu a integração global de todos os países da face da Terra sob o sistema do capital. Diante disso, provocou certo limite ao sistema, por ele não poder transferir mais para o futuro os *antagonismos* que escondeu durante seu processo de ascensão histórica e que atualmente se revelam em problemas sociais para todas

as nações. Já o *neoliberalismo* é o imperativo da acumulação no qual recrudescem os clássicos princípios liberais, tanto econômicos quanto políticos, para manter a maximização de lucro por meio da extração da mais-valia o qual acaba intensificando a exploração dos trabalhadores com novo padrão de produção flexível.

Por sua vez, o neoliberalismo age de acordo com seus imperativos: da *desregulamentação econômica*; da *privatização*; da *ideologização*; da *financeirização*; da *reestruturação produtiva e da flexibilização das leis trabalhistas*. Relacionando-se entre si, esses imperativos causam problemas de grandes proporções sociais. Porém, elegeram-se, nesta pesquisa, a análise dos aspectos que caracterizam o fenômeno do *imperativo da reestruturação produtiva, porque dele decorrem a flexibilização e a precarização do trabalho* circunscritas na produção econômica, local onde a mais-valia é extraída e o processo de exploração se manifesta gerando a *relação conflitante entre trabalho (Homem↔Natureza) e o capital*. Assim, através da intensificação da precarização do trabalho, o capitalismo eleva à máxima potência a exploração do trabalhador e, por extensão, degrada o meio ambiente e, ao mesmo tempo, revela que o sistema ultrapassou os limites de sua lógica de produção destrutiva exercida pelo capital sobre o trabalho. Dessa forma, põe em ameaça de extinção o homem e a natureza, que são as fontes de onde o capital extrai a riqueza, e com isso mostra que seu acúmulo econômico é incompatível com o ser social, com a fruição da liberdade e com a preservação da natureza devido à *crise sistêmica social e ambiental* que provoca.

Assim, como tudo tem seu limite, no sistema do capital o limite da tolerância humana lhe é intrínseco, por ser incontrolável, como escreve Mészáros (2002). Prova disso, diz ele que, historicamente, observadas as tentativas socialdemocratas e as experiências do tipo soviéticas, nota-se que elas não foram suficientes para conter seus efeitos destrutivos. Mas o sistema, diante de seus limites, procura saídas, como agora acontece com a intensificação da exploração dos trabalhadores levada a efeito pela reestruturação produtiva. O limite está no próprio sistema, nas contradições que gera entre capital e trabalho e as consequências sociais e ambientais que delas decorrem. Portanto,

o processo de acumulação depara-se com seus próprios antagonismos, os problemas sociais que dele emergem: desemprego, empregos informais legais e ilegais, baixos salários, regressão nos direitos trabalhistas, pobreza, fome, concentração de riqueza e violência, por exemplo, provocando assim a crise social e minando as bases da democracia formal e liberal burguesa.

Como consequência dessa lógica destrutiva, o sistema do capital põe sob risco de aniquilamento a sua própria fonte de riqueza, isto é, a força de trabalho, devido à exaustão que provoca no próprio ser humano, o qual tem seus limites físicos e psíquicos. Além disso, o capitalismo ultrapassa os limites de destruição da natureza, não permitindo o tempo necessário de sua recomposição em razão do processo extrativista ao qual a submete, e do produtivismo de mercadorias de obsolescência planejada (MÉSZÁROS, 2002), que exaure as fontes de matéria-prima. O modo de produção capitalista provoca, também, poluição por meio de suas indústrias, emitindo gases de efeito estufa que estão causando o aumento da temperatura do planeta e gerando diversas consequências, como o aumento do nível do mar e significativas mudanças climáticas. Para manter sua lógica do lucro, a necessidade de produzir mercadorias para a continuidade da extração da mais-valia, o capitalismo age com o produtivismo na forma da obsolescência planejada, no que diz respeito ao tempo de duração do funcionamento da mercadoria e de seu aspecto subjetivo, no que diz respeito à moda do *design* da mercadoria.

A falta de acesso aos bens de consumo vitais e de outros artigos estimulados pela mídia, o aumento das doenças físicas e dos distúrbios emocionais, derivados do processo de trabalho, são fatores que contribuem para a exaustão e, ao mesmo tempo, estimulam a contestação da sociedade vigente, pondo em questão a legitimidade da política institucional burguesa. E, ainda, o princípio da maximização da produção capitalista também revelou, nestes últimos tempos, os limites da natureza, pondo por terra a noção de inesgotabilidade dos recursos naturais. Já há consenso, em parcela significativa da comunidade de especialistas, de que as catástrofes ambientais, que ocorrem atualmente com mais frequência, são frutos dos efeitos antrópicos (causas

humanas). Assim, a crise ambiental também surge dessa exaustão da natureza provocada pela produção capitalista por meio da extração dos recursos materiais, devastação e poluição do meio ambiente.

Para fazer as análises dos impactos objetivos e subjetivos da precarização do trabalho no Brasil sob o neoliberalismo, no período de 1990 a 2005, adotou-se a metodologia de série histórica dos dados estatísticos oficiais do IBGE, principalmente, e de outras instituições oficiais nacionais e internacionais, que se configuram como indicadores analíticos de exploração do trabalho e do seu reflexo na saúde dos trabalhadores, bem como indicadores econômicos de desigualdade social que foram relacionados proporcionalmente à variação do PIB. Após essa operação, constituíram-se campos analíticos que viabilizaram condições comparativas entre os indicadores de trabalho e econômicos com indicadores objetivos e subjetivos que caracterizaram níveis de exaustão física e psíquica dos trabalhadores. Esses indicadores advêm da intensificação do trabalho e de condições materiais de subsistência social no processo globalizado da produção econômica, diante dos novos padrões de produção e de acumulação privada na esteira da crise estrutural do sistema do capital.

A organização da pesquisa teve como ponto de partida as seguintes hipóteses:

1. A intensificação da exploração da classe trabalhadora brasileira, por meio da precarização do trabalho sob o neoliberalismo, aparece a partir da crise mundial dos anos 70, que dada o início do processo de crise estrutural do sistema do capital. Devido a essa intensificação da exploração, o sistema do capital, além de provocar a exaustão dos recursos naturais, vem sistematicamente provocando também a exaustão dos trabalhadores no processo de trabalho, nos seus aspectos físicos e emocionais. Agindo assim, tenta tirar do sujeito a prerrogativa de ser possuidor de liberdade, tentando reduzi-lo a mero recurso instrumental de produção.

2. O processo de maximização da mais-valia por meio da intensificação do trabalho, nessa nova ordem neoliberal, revela as contradições do sistema em escala mundial por não poder jogar mais para

o futuro a resolução dos problemas sociais dele decorrentes. Dessa forma, demonstra a incompatibilidade do sistema com a emancipação humana devido à possível exaustão dos trabalhadores e dos recursos naturais decorrente do seu *telos* de acumulação permanente e de produção destrutiva. Com essa exploração, levada à máxima potência, deixa também transparecer os limites do sistema na sua contradição fundamental: a sua incompatibilidade com a humanidade, a natureza e o *ser social*, expondo contraditoriamente, junto ao progresso da tecnologia, o avanço da impossibilidade das realizações humanas. Dessa forma, a negação das utopias encerra um grande sacrifício humano: a suspensão dos seus direitos fundamentais da vida diante das hostilidades do Sistema do Capital.

A acumulação decorrente da exploração humana e da natureza é levada a efeito no momento da produção de mercadorias, isto é, no processo produtivo do trabalho. Isso significa que a exploração ocorre nas indústrias, nas oficinas e nas fábricas capitalistas. Essa exploração foi definida categoricamente por Marx – e com muita precisão – como sendo o resultado da extração da *mais-valia*. Esse mais valor, que o capitalista consegue na exploração dos trabalhadores, transforma-se na principal lei econômica deste singular modo de produção econômica. Portanto, a causa é a acumulação de capital que, para existir, necessita da *mais-valia*, resultante da exploração da classe trabalhadora. A *mais-valia* transforma-se, com a venda das mercadorias, em lucro para os capitalistas, resultando na acumulação e centralização da riqueza produzida socialmente. Riqueza essa produzida pelos trabalhadores, mas concentrada em parcela cada vez menor da população, restando à maioria desta – local, regional e mundial – as consequências dos problemas ambientais e a miséria social.

A exploração, como em outras formações societais anteriores, é fator fundamental na sociedade capitalista, na qual é levada com maior profundidade, porém velada por diversos mecanismos que a tornam complexa e invisível pela ideologia. Como escreveu Bottomore (2001), nunca uma sociedade precisou de tanto tempo de estudos para descobrir como funciona a exploração em seu próprio interior. Karl Marx foi o responsável por esse feito. Décadas de estudos para

saber como a exploração ocorria no modo de produção capitalista. Se a história é feita por meio de lutas de classes, então, “*Como ocorre a exploração na sociedade capitalista?*”, presume-se que esse questionamento inquietou Marx.

Nos modos de produção anteriores, a exploração era visível, fácil de ser percebida e ao mesmo tempo naturalizada. Na sociedade contemporânea, encoberta pelas ideologias, perceber no seu interior a exploração se transformou em tarefa árdua e de um empreendimento que necessitava de muito tempo de pesquisa e reflexão. Mais do que isso, precisava principalmente de um novo paradigma epistemológico para uma análise radical e de totalidade, tendo o econômico como ponto de partida filosófico e sociológico para efetivar a devida análise científica da realidade social.

A exploração da força de trabalho pelo capital é condição vital do sistema capitalista. Disso decorrem três dimensões da exploração: (1) a exploração na sociedade capitalista se concretiza na exploração entre classes sociais, na qual acontece exploração do homem pelo homem por meio do trabalho; (2) disso deriva a depredação da natureza por causa antrópica; e (3) em âmbito mundial, as classes capitalistas dos países centrais exploram as classes trabalhadoras nacionais de países periféricos ao núcleo do sistema.

Para uma melhor exposição argumentativa do livro sobre a intensificação da exploração do trabalho pela classe capitalista neste contexto da crise estrutural, que, ao administrar o processo produtivo, explora indissociavelmente o homem e a natureza, partiu-se da contradição fundamental entre capital e trabalho na perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético. A sistematização teórica da interpretação que se fez da teoria marxiana iniciou-se a partir de um silogismo dedutivo³, construído por meio de premissas empiricamente constatáveis:

O *capital* explora o trabalho.

O *trabalho* constitui-se de um metabolismo entre o homem e a natureza.

Logo, o capital *explora* o homem e a natureza.

³ Silogismo aristotélico.

Julgou-se que esta pesquisa tem sua relevância acadêmica e social em tratar de tema muito atual que aflige a sociedade e ameaça a existência da humanidade de maneira geral. No que diz respeito ao científico-acadêmico, procurou-se reunir teses para o importante debate teórico e, ao mesmo tempo, procurou-se construir argumentos com base na comprovação empírica dos dados estatísticos oficiais de instituições governamentais nacionais e internacionais, considerados pelas vozes hegemônicas como comprováveis. Quanto à relevância social objetivou-se, por meio de dados estatísticos de instituições oficiais nacionais (IBGE/PNAD, IPEA, INSS, DRT e outras) e internacionais (OIT, OMC, ONU/PNUD, FAO e outras), analisar indicadores socioeconômicos, tendo por base pressupostos teóricos, teses e hipóteses, para procurar compreender as causas de diversos problemas sociais que afetam diretamente a convivência em sociedade, tais como: exploração de classe; globalização; neoliberalismo; crise social e ambiental; desemprego; fome; pobreza; reestruturação produtiva; precarização do trabalho; flexibilização do trabalho; emprego informal; PIB; massa salarial; direitos trabalhistas; trabalho escravo; doenças e mortes decorrentes do trabalho; poluição e degradação do meio ambiente.

Partindo do silogismo citado, optou-se por relacionar a metodologia quantitativa com a qualitativa, apesar de que, pela tradição marxista, as estatísticas oficiais foram quase sempre vistas com certa desconfiança pelo fato de que, muitas vezes, elas eram manipuladas e tornadas fontes de sustentação inverídicas. Por outro lado, também, corria-se o risco desses dados particulares (nacionais) não corresponderem às vicissitudes mais gerais do sistema do capital, que é universal, por elas não ocorrerem de forma igual em todos os países, por exemplo. Sabe-se que há uma estrutura econômica global, porém há aspectos particulares específicos de cada região ou país que, desde o momento de integração na ordem econômica mundial, mostram as suas especificidades, principalmente o Brasil, por ter sido colônia do Império Português. Essa situação foi destacada muito bem por Florestan Fernandes (1975), em suas análises sobre o Brasil, como *capitalismo dependente*, tendo como pressuposto a máxima analítica do modo de produção capitalista, de Karl Marx, *do desenvolvimento combinado e desigual*.

Posto assim partiu-se da hipótese metodológica de que essas estatísticas, mesmo não correspondendo à realidade social, com intuito de torná-las menos hostis à crença brasileira de que *tudo vai bem*, mesmo assim os defensores da ordem social não estão conseguindo evitar que transpareçam os antagonismos do sistema, tendo-se como base os indicadores sociais e ambientais. Alguns dirigentes institucionais, baseados em dados mais reais, também já admitem que o desenvolvimento econômico por si só não se converte em melhorias para toda a sociedade. Outra hipótese da qual se partiu é a de que a melhoria da eficiência da gestão pública por funcionários de carreira e pesquisadores concursados e o controle da coisa pública por outras instituições da sociedade civil, por exemplo, podem, até certa forma, interferir na melhoria da qualidade das estatísticas oficiais. Uma terceira hipótese é a de que reina certa confiança de que os inimigos externos do Sistema Capitalista foram aniquilados com o fim das experiências soviéticas. Assim, contestadores desarticulados a partir da *Queda do Muro* não teriam muita força política para protesto, mesmo diante desses dados mais próximos da realidade, que poderiam significar grandes perturbações sociais, ou mesmo, também, dar a entender que venceu a crença de que *não há alternativa* à economia política liberal.

Para se ter certo controle sobre os dados estatísticos, acreditou-se na possibilidade de se mostrar um diagnóstico mais próximo da realidade, optando-se pela análise dos dados por séries históricas no período compreendido de 1990 a 2005 (16 anos), no que se convencionou denominar de neoliberalismo no Brasil, para demonstrar os efeitos evolutivos da política macroeconômica sob a diretriz neoliberal adotada pelos governos em nosso país. Os dados apresentados, com objetivo de comprovar os argumentos na problemática da pesquisa, indicam a relevância social destes estudos. As questões aqui abordadas dizem respeito ao cotidiano social e contribuem diretamente com a classe trabalhadora para refletir sobre o sentido de se viver numa sociedade dividida em classes sociais e de agir diante das instituições jurídicas e de representação política que dão os contornos a essa forma societal e que perpetuam o *establishment*. Também se observa a perda da credibilidade dessas instituições diante do caminho da barbárie social

que se apresenta como a única saída no contexto da crise econômica mundial, com a comprovação dada diariamente no cotidiano social por meio da violência urbana, na subproletarização dos trabalhadores e na exclusão de parcelas significativas de indivíduos descartados como se fossem lixos sociais e excluídos do sistema de proteção social.

Aprofundando-se a dimensão analítica, a exploração, por meio da intensificação da precarização do trabalho, se eleva em âmbito maior no metabolismo entre homem e natureza, resultando assim em catástrofes ambientais ocasionadas pela poluição, depredação e esgotamento também dos recursos materiais. Assim sendo, esta pesquisa circunscreve-se no estudo do comportamento do imperativo da intensificação da precarização do trabalho no Brasil, no período de 1990 a 2005, tendo em vista que indicadores sociais, econômicos, de saúde e do trabalho indicam o aumento dos problemas sociais decorrentes do acúmulo da riqueza privada nesse novo padrão de acumulação levado a cabo pela reestruturação produtiva que incorpora o modelo toyotista de produção.

A globalização e o neoliberalismo têm acarretado transformações profundas na sociedade contemporânea. Observa-se, com isso, a crescente degradação dos trabalhadores que se sujeitam às atividades hostis e à degradação da natureza. Contraditoriamente, se, por um lado, esses infortúnios sociais e ambientais atingem parcela crescente da população e de grandes regiões do planeta, por outro, a economia nacional e mundial cresce como se fosse autônoma e pairasse acima do bem e do mal diante dos conflitos advindos das forças sociais de produção.

Esta pesquisa adotou o critério da indissociabilidade analítica entre dados de fonte secundária de ordem quantitativa e qualitativa. Em relação à metodologia quantitativa que se apresentou anteriormente, utilizou-se, também, além das estatísticas oficiais, dados de pesquisas desenvolvidas por empresas especializadas e da imprensa escrita, de circulação nacional e internacional não especializada, que formam e homogenizam a opinião pública. A opção por esses canais de comunicação e não por jornais especializados em economia, por exemplo, foi por serem esses canais, de certa forma, um filtro constituído em

uma agenda de interesse público estabelecido pelos donos e gestores de tais canais a serviço da ordem reinante. Dessa forma, também, não optamos por dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, de instituições e agremiações sindicais ou políticas classificadas de esquerdas. O critério adotado foi o de buscar a confirmação de nossa hipótese metodológica principal nos dados aceitos pelos conservadores institucionais, partindo da constatação, de que *os constituintes da classe hegemônica, por meio de seus canais de estatísticas oficiais e de informações, não estão mais conseguindo esconder a realidade como de fato ela é, tendo em vista a evolução de inúmeros problemas sociais que a realidade reincidentemente apresenta, os quais se tornam cada vez mais insustentáveis diante dos fatos e vem comprometendo a ordem estabelecida.*

No campo dos estudos, para alcançar os objetivos acima propostos, atuou-se em duas frentes, no aprofundamento teórico, fazendo-se uma ampla e profunda revisão do conjunto de obras de Marx e Engels e de teóricos que se pautam nos mesmos instrumentais analíticos, cujo centro é a análise dialética da realidade, como o marxista István Mészáros e outros, e na pesquisa dos dados empíricos operacionalizados por meio dos conceitos previamente selecionados do conjunto da teoria marxista. No que diz respeito à questão teórico-metodológica macro, partiu-se da análise de totalidade proposta por Marx, para se compreender uma particularidade e, desta, retornar à totalidade em um processo dialético.

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1987, p. 30)

A totalidade aqui é concebida não apenas como um conceito abstrato aprioristicamente lógico, mas sim com sua correspondência

na realidade material, tratando-se de um conceito analítico trabalhado por meio de um método adotado cientificamente, com sua própria substância que sintetiza o material e o intelectual, e a sua materialidade está naquilo que Marx definiu como um processo dialético, que resulta em uma síntese no concreto pensado.

O concreto é o concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1987, p. 16)

Marx e Engels metodologicamente partem da compreensão do real a partir de premissas empiricamente constatáveis que se constituem em princípios filosóficos materialista-históricos, como escrevem na *Ideologia Alemã* (1974). Nesta obra, eles definem que o primeiro fato histórico a ser constatado é a existência de seres humanos vivos, e o segundo é o de saber como esses seres humanos fazem para se manterem vivos. Então, a base material da totalidade da realidade aqui entendida é a economia, espaço onde se dão as relações sociais, base para estabelecer outras variáveis de forma interdependentes com dimensões sociais, culturais, ideológicas, políticas, religiosas etc.

O domínio do pensamento, das ações humanas, das reflexões e do modo de ser possui uma predominância do pensamento idealista na filosofia e nas ciências particulares sobre o comportamento e a política dos indivíduos e das sociedades nacionais. Alinhando-se a isso, as universidades, instituições oficiais culturais, acadêmicas e políticas agem na esteira do poder econômico, contribuindo para o estabelecimento do poder político. O idealismo filosófico chegou ao seu auge no pensamento hegeliano, ao ponto de que o estado alemão seria o estado ideal universal da humanidade, como afirmou Hegel. Até então, a ideia movia as ações humanas nas artes, nas ciências, na literatura, na política, na técnica e na economia, e se concretizava nas obras humanas. Seguia, assim, a ideia do espírito absoluto como uma tragédia. Quisesse ou não, a humanidade seguiria sob o coman-

do do *ardio da razão*, analogamente, à *mão invisível* do mercado de Adam Smith.

Marx revoluciona esse modo de pensar a realidade social, partindo da empiria ao abstrato. E o concreto é o concreto pensado, como síntese dessa reflexão, afirma ele. Ao invés de ser o espírito absoluto, a ideia, a realizar a história humana, ele descobre que quem faz a história são os próprios homens na práxis, nas suas ações concretas na relação que fazem com natureza por meio da produção econômica exigida pela necessidade de manterem suas vidas. Então, o primeiro ato histórico é o surgimento da necessidade de segunda ordem, ou seja, construir uma ferramenta, e disso surge o trabalho. A ação da natureza se perpetua por meio da ação humana, o trabalho. Diferentemente de Hegel, Marx observa que a partir daí surge a história, ou seja, criação e a cultura humana.

A transformação permanente da sociedade humana se dá pela luta de classes sociais no interior da sociedade e não é movida pelo espírito, mas por ações concretas. A propriedade privada, que no transcorrer da história se tornou propriedade de alguns e não de todos os membros da sociedade, é, segundo Marx, a causa do conflito humano e a base na qual se sustenta o poder político, jurídico, econômico e social. A apropriação do produto humano por parte de alguns gera a exploração do homem pelo homem por meio do trabalho.

Mas *economia*, aqui, não é entendida na perspectiva do positivismo, que a trata como uma disciplina apenas, como esfera isolada em relação às outras disciplinas, mas sim como *oikos* (do grego = eco, casa) composta com *nomia* (grego = cuidar, administrar), ou seja, administração da casa. Assim, vemos como os homens administram a sua *oiko* (casa), para manterem-se vivos. Disso surge também *ecologia*, que *significa estudo da casa*. Marx, com sua metodologia analítica, tendo por base as categorias de universalidade, particularidade e singularidade, nos adverte para o fato de que não é possível dividir os conhecimentos em diversas esferas estanques das relações sociais que formam o caráter humano, como fazem as teorias do tipo fenomenológicas positivistas.

Como escreve Lander:

Um das construções mais potentes da cosmovisão liberal foi a postulação da existência de âmbitos separados da vida histórico-social. (O “passado” e o “presente”, as sociedades “modernas”, as sociedades “atrasadas”, e nas sociedades “modernas”, “o social”, “o econômico”, “o político”). (WALLERSTEIN apud LANDER, 2007, p. 222)

Esta arte liberal de separação, com sua extraordinária eficácia tanto fracionadora como naturalizadora das relações da sociedade capitalista, não foi superada plenamente pela crítica marxista. A crítica da economia política parte do reconhecimento expresso de que não há âmbito separado – como lógica e leis próprias de funcionamento – que possa chamar-se produção ou mercado, já que este opera no contexto de uma institucionalidade política e determinadas relações de poder. (LANDER, 2007, p. 222, grifo do autor)

Para chegar à realidade do funcionamento da sociedade, logo, faz-se necessário analisá-la com essa visão de totalidade e não do modo positivista observado nos recortes de pesquisa que usualmente predominam nas academias. Portanto, o cimento ou a liga dessa concepção de Marx e Engels parte do econômico, espaço em que ocorre a relação de produção como uma relação social entre classes antagônicas. Assim, é importante destacar nessa teoria o papel do Estado que não tem autonomia, diferentemente das teorias que defendem sua autonomia ou a relativa autonomia em relação ao processo econômico. Nesta concepção que se adota, o Estado está a serviço da exploração capitalista e da ideologia, que procura constantemente construir o consenso divulgando o conjunto de valores da classe hegemônica na construção da subjetividade social por meio de suas instituições educacionais e culturais, bem como no estabelecimento de leis que forcem o consentimento social da ordem vigente. Nesta visão, o Estado é um Estado de classe, uma instituição a serviço da classe hegemônica, ou seja, é uma ditadura de classe. Concomitantemente, usa de sua prerro-

gativa autoritária por meio de coerção de forte aparelhamento bélico da polícia para manter a ordem que, de forma ostensiva, contém as contestações da classe trabalhadora por meio dos movimentos sociais e sindicais, como também se demonstra nesta pesquisa.

Assim, repetindo, tendo como princípio a totalidade do conhecimento, parte-se do primado ontológico do econômico para entender a dinâmica dos processos sociais baseados na origem do sistema capitalista e de sua expansão para a acumulação. Também, busca-se abarcar as contradições geradas nesse processo e entender o momento atual em suas mazelas sociais e ambientais decorrentes desse modo específico de produção. Essa tentativa de compreender o todo não é de fácil tarefa, por isso aprofundou-se estudos na obra marxiana e marxista, para depois aprofundar estudo em um aspecto dessa realidade construída pelo modo de produção capitalista, que aqui se destaca como aspecto indissociável entre econômico e político, nesta fase atual de evolução total que chegou o modo de produção capitalista que, aqui, se denominou de *Sistema Capitalcrático*. Por entender que o capitalismo se origina como um poder econômico inaudito central com supremacia do econômico sobre o político, o que Marx sempre destacou essa feição inconfundível desse modo de produção. Por outro lado, o fato de ser um poder do capital, portanto, a fonte do poder político é o econômico (capitalcracia) que sobrepõem-se às decisões humanas, restando ao poder do povo (democracia) somente alguns espaços de decisão que a sociedade civil, no transcorrer de seu alargamento, conseguiu com muita luta ocupar. Mas, diante do sistema do capital, a supremacia do poder do *capital* sobre o do *demo* é inegável.

Avalia-se que o esforço de se compreender o desgaste humano e do meio ambiente decorrente do processo do trabalho sob o controle do capitalista tenha sido importante para entender os desafios que se tem pela frente na necessária mudança qualitativa e radical da sociedade. Uma nova forma de viver em sociedade exige a democracia universal enquanto forma e conteúdo da convivência social, necessária para administrar a produção e distribuição dos bens produzidos socialmente, seguindo a orientação dos autores que aqui se alinhou, de *a cada um segundo sua necessidade e não segundo seu trabalho*. A

inversão do que existe hoje, *segundo seu trabalho*, possui uma magnitude considerável e de grande relevância política.

O *modus operandi* do sistema capitalista não deve ser encarado como algo natural, pois se trata de uma construção histórica e sua universalidade econômica e as particularidades extraeconômicas como valores culturais, sociais e religiosos e as singularidades individuais encontram-se interligadas em processos relacionais dialéticos, constituindo-se na totalidade concreta que não se faz por justaposição de eventos desconectados. Alguns críticos do capitalismo equivocadamente “limitam-se a sonhar com pouco mais espaço nos seus interstícios e prescrevem apenas resistências locais e particulares”, escreveu Wood (2003, p. 13). E os pós-marxistas e os pós-modernos com seus princípios de contingência, fragmentação, heterogeneidade etc., se posicionam com “hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estrutura, processo e ‘grandes narrativas’” (WOOD, 2003, p. 13) relacionando esses conceitos ao “fim da história”. Incluem também multiculturalismo, discursos de identidades e acham que o terreno da política está no interior do capitalismo entre os seus fragmentos, disse a autora (2003, p. 13). Wood defende o marxismo que se posiciona contrariamente à ideia clássica de progressão da economia política dominante e que se autodestina com um *status* universal para todo o sempre.

Finalmente, esta pesquisa se preocupou em analisar a partir de uma totalidade social criticando, com abundância de dados que comprovam as críticas, o padrão predatório da acumulação capitalista, observando na centralidade do trabalho, a exploração do modo de produção capitalista e as consequências da colonização do trabalho pelo capital que degrada os trabalhadores e, respectivamente, o meio ambiente. Do trabalho deriva toda a riqueza social e espiritual, porém apropriada e concentrada de forma privada, porque “é o todo que está em jogo”, isto é, é a humanidade que está ameaçada. Portanto, uma análise do real requer analisá-la em sua totalidade, uma vez que o sistema capitalista se tornou um império global e administra a todos, como escreve José Paulo Netto (1985) na introdução do livro de Marx “A miséria da Filosofia”. O autor destaca o que Engels havia observa-

do na Inglaterra em que o progresso econômico não diminui a miséria dos trabalhadores: “É a contrapartida necessária deste padrão de industrialização: os salários reais começam a baixar a partir de 1815 e, entre 1811 e 1840, as taxas de mortalidade ascendem e a miséria das massas conhece uma progressão assustadora” (ENGELS apud PAULO NETTO, 1985, p. 11). Marx rompe com a economia clássica estabelecendo “o trabalho como fonte primária do valor” (apud MANDEL apud PAULO NETTO, 1985, p. 29). Em Marx, a crítica da econômica política é uma crítica epistemológica que antecede análises histórico-sociais concretas. Segundo Vranick, para Marx, “não se trata de criar uma ciência, mas de produzir uma crítica da economia política, seja enquanto apologia da realidade vigente, ou enquanto expressão do sistema econômico-social” (apud PAULO NETTO, 1985, p.31). Reafirmando Paulo Netto, “o primado ontológico da economia, a crítica da economia política aparece, pois, como o componente nuclear da teoria social de Marx” (1985, p. 32).

Em síntese, com base nos princípios teóricos e metodológicos da teoria marxiana, a tese foi estruturada da seguinte forma: partiu-se da constatação empírica de que o *capital explora o trabalho* para a sua valorização e sendo o *trabalho um metabolismo entre o homem e a natureza*, logo, concluiu-se que o *capital explora o homem e degrada a natureza*. O Sistema do Capital, que se fundamenta no tripé *Capital, Trabalho e Estado* (MÉSZÁROS, 2002) tem sua dinâmica baseada nos imperativos de expansão e da acumulação, que aqui se definiu, respectivamente, de *globalização* e *neoliberalismo*. Por sua vez, o neoliberalismo tem como base econômica principal a reestruturação produtiva para intensificar a extração da mais-valia e disso decorre o aumento da exploração dos trabalhadores para recompor e manter a lucratividade do capital, que sofreu impacto a partir da crise estrutural dos anos 70. Desse processo de reestruturação, que aumenta o produtivismo de mercadorias necessário para a extração da mais-valia, resulta a flexibilização e, conseqüentemente, a precarização do trabalho, que é responsável pelas mazelas sociais devido à centralização da riqueza que provoca e, ao mesmo tempo, é responsável pelo aumento dos índices de doenças e mortes dos trabalhadores, comprovado aqui

pelos diversos indicadores. O produtivismo de mercadorias de obsolescência planejada, que eleva o grau de exploração dos trabalhadores, também intensifica a exploração do meio ambiente, e que se configura no esgotamento das fontes de matérias-primas, poluição e degradação ambiental, que são fatores responsáveis pelo aumento da temperatura do planeta, resultando em mudanças climáticas e nas consequentes catástrofes ambientais e sociais por causas antrópicas.

Diante desse processo de exploração do trabalho para a valorização do capital, observa-se que o Estado está a serviço da classe capitalista e, que neste processo de sua absolutização global e de ascensão histórica na sua totalidade, bem como da subsunção real do trabalho ao capital, o sistema do capital, mostrando de vez suas contradições universais, revelou-se como um *Sistema Capitalcrático*, portanto, poder do capital e não do povo, contrariamente ao que tentava nos fazer acreditar, na sua abordagem ideológica, dizendo ter como corolário a democracia. Enquanto um Sistema Capitalcrático, ele ultrapassa os limites da exploração quando conduz à exaustão os trabalhadores e o meio ambiente, dessa forma comprometendo a geração presente e colonizando antecipadamente as gerações futuras. Portanto, o progresso econômico administrado pelo capital e o progresso humano não coincidem. Pelo contrário, nos marcos do capitalismo, como Marx havia analisado, o progresso econômico significa desefetivação do homem, desestruturação da sociedade e destruição da natureza.

O livro foi sistematizado em seis capítulos. No primeiro, com o título *A exploração na sociedade capitalista*, fez-se uma revisão teórica da obra de Marx e Engels nos aspectos filosóficos, metodológicos e epistêmicos de compreensão da realidade social, bem como no que diz respeito à teoria política da luta de classes como motor da história e à teoria econômica que esclarece como se desenvolve, na sociedade, a *exploração* da classe trabalhadora pela classe capitalista, a qual extrai a mais-valia no processo de produção de mercadorias. A extração da mais-valia objetiva a acumulação, resultando nos inúmeros problemas sociais e ambientais decorrentes dessa situação na qual o poder econômico predomina sobre o político. Julgou-se necessária e importante essa exposição, pelo fato de que a concepção materialista

histórica e dialética ainda é periférica enquanto paradigma científico-epistemológico nas universidades e no âmbito social. O esforço de divulgação do seu arcabouço teórico-epistemológico contribui para pô-la em evidência em relação a outras concepções que hegemonomizam o debate acadêmico em suas instituições educacionais e de pesquisa e no debate político na sociedade.

No segundo capítulo, com o título *A globalização e o neoliberalismo: síntese do poder econômico e político do capital que se configura no Sistema Capitalcrático como império mundial* apresentam-se explicações sobre *globalização* e *neoliberalismo*, mostrando-as como imperativos de *expansão* e *acumulação* respectivamente, que constituem a dinâmica do *Capital*, desde sua origem, a qual se deu em meados do século XV e, na sua ascensão histórica, incorporou o Brasil. Dessa forma, desmistifica-se o que a literatura hegemônica insistentemente nos apresenta como se esses fossem novos fenômenos econômicos, políticos e sociais. O imperativo da expansão tem sua conclusão geográfica com o fenômeno que se define atualmente de globalização, e o imperativo da acumulação denomina-se neoliberalismo. Como síntese desses dois fenômenos em escala mundial, chegou-se à conclusão de que o Sistema do Capital revela-se – o que ele escondia durante sua ascensão histórica – naquilo que ele sempre foi, um *Sistema Capitalcrático* (poder do capital), enquanto síntese do poder econômico e político que não tolera a *democracia* (poder do povo) e a impossibilita dentro de seus marcos a favor da classe hegemônica capitalista. Por sua vez, o neoliberalismo age de acordo com seis imperativos que constituem sua dinâmica macroeconômica e política pragmática: o da *privatização*; o da *ideologização*; o da *financeirização*, o da *desregulamentação econômica*; da *flexibilização das leis trabalhistas* e o da *reestruturação produtiva*. Destaca-se esse último como nosso principal foco de estudos, pois o imperativo da reestruturação produtiva conduz a várias formas de flexibilização da produção, as quais resultam na intensificação da exploração dos trabalhadores no processo de produção econômica e na precarização das condições de trabalho. Partiu-se da hipótese de que o neoliberalismo aparece no horizonte da produção como política de desregulamenta-

ção econômica para recompor e manter a lucratividade do capital, por meio de maior extração da mais-valia absoluta e relativa, ameaçada com o início da Crise Estrutural do Sistema do Capital (MÉSZÁROS, 2002), nos anos 70 do século XX.

O terceiro capítulo, com o título *Reestruturação produtiva, flexibilização e precarização do trabalho no Brasil no período neoliberal (1990-2005)* esclarece esses temas ao apresentar estudos de diversos autores e apresentam-se diversos indicadores estatísticos oficiais em séries históricas do trabalho e indicadores socioeconômicos que comprovam a ampliação e a intensificação da exploração dos trabalhadores na produção econômica.

Ao quarto capítulo deu-se o título *As consequências da intensificação da exploração humana pelo Sistema Capitalcrático: a interdição do sujeito como condição e limite de exploração do trabalho*. Nele abordam-se os resultados desse processo vilipendiador da produção capitalista que exaure os seres humanos no processo de trabalho. A condição humana administrada pelo Capital é reduzida à condição de *recursos humanos*, como prefere a nomenclatura especializada da administração científica da gestão da produção capitalista. Assim, a intensificação da exploração como resultado da reestruturação produtiva é comprovada por meio de diversas pesquisas sobre doenças e mortes que diagnosticam o trabalho como causa desses sofrimentos humanos. Disso resulta que o Sistema Capitalcrático, quando entra no processo de aniquilamento da fonte de valorização do capital, expressa o estágio mais avançado que ele atinge por não permitir qualquer tipo de regulação por parte da sociedade. Mézáros (2002) identificou essa situação definindo-a como “a incontabilidade do capital”. Sem controle, o Sistema Capitalcrático ultrapassa os limites da exploração humana quando os indivíduos que pertencem à classe trabalhadora, e que são sujeitos da valorização do capital, apresentam altos índices de doenças e mortes decorrentes da exploração no processo de trabalho.

No quinto capítulo, com o título *Crise Ambiental devido ao padrão predatório do capitalismo: consolidação e degradação do Mundo Único* discorreu-se sobre a crise ambiental, analisando-a de um ponto de vista crítico em contraposição à literatura hegemônica sobre

o tema. Como se partiu do princípio teórico marxiano de que o trabalho é um metabolismo entre o homem e a natureza, neste capítulo mostra-se que o capital, ao explorar o trabalho, exaure os trabalhadores, como será demonstrado no capítulo anterior, mas que também degrada o meio ambiente. Demonstra-se, também, que o discurso do *desenvolvimento sustentável* é insustentável nos marcos da produção capitalista. Conclui-se que essas análises são ingênuas, ideológicas e servem como teoria capitalista para manter a irrevogabilidade do sistema. Numa perspectiva crítica, trata-se, nesta tese, a questão social indissociável da questão ambiental, sendo a natureza o substrato objetivo da humanidade na perspectiva de Marx, Engels e Mészáros. Se, de fato, há uma teoria genuinamente ambientalista, ela surge desses autores, a partir de suas concepções materialistas. Baseando-se neles apresentam-se duas concepções ambientalistas que dão contribuições importantes para entendimento da crise ambiental, a perspectiva *ecomarxista* e *ecossocialista*. Dessa forma, mostra-se a incompatibilidade do sistema do capital também com a natureza, comprovando-se por meio de inúmeros dados de pesquisas científicas publicadas que apontam como causas do aquecimento do planeta a emissão de gases de efeito estufa, outros tipos de poluição e o desmatamento que são consequências da produção capitalista. Demonstra-se também que, apesar dos inúmeros acordos e protocolos multilaterais firmados entre governos e organizados por instituições mundiais, estes não passam de convencionalismos ideológicos que nunca são cumpridos, como se presenciou recentemente na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, na Dinamarca, realizada em 2009, que correspondeu à 15ª Conferência das Partes da ONU (COP 15).

O último capítulo tem o título *Crise estrutural do capital e suas consequências globais*. Nele demonstram-se, por meio de dados qualitativos e quantitativos, as consequências mundiais da crise do sistema do capital globalizado. O sistema do capital, ao globalizar-se, revela sua destrutibilidade total pondo em risco a geração atual e as gerações futuras, com sua colonização antecipada por meio da destruição do meio ambiente e da exploração da classe trabalhadora devido às mazelas sociais que provoca mundialmente. Mostra-se a

perspectiva analítica fenomenológica que hegemoniza o debate econômico e sociológico, que transforma a crise econômica em crise da racionalidade moderna como se estivesse em uma pós-modernidade. Em seguida, apresenta-se a análise da crise econômica na perspectiva marxista. Reúne-se três teóricos da crise estrutural do capital, divididos em teóricos do colapso e teóricos da contradição. Apresentam-se inúmeros dados sobre as consequências atuais e as avaliações da crise econômica sistêmica mundial, que os defensores do ponto de vista do capital avaliam como sendo uma crise conjuntural, e não estrutural como aqui se defende, tratando-se de manifestações da crise financeira ou do imobiliário como elasticidade da crise estrutural, que até pouco tempo tinham seus efeitos minimizados pelo capital financeiro por meio do crédito a longo prazo, camuflando os problemas de ordem estrutural, como o desemprego estrutural e salários baixos que provocam a inadimplência. Essa situação configura-se nas leis descobertas por Marx, ou seja, na *lei tendencial da queda da taxa de lucro*, na forma que adquire de superprodução e de subconsumo, e na *lei tendencial de utilização decrescente do trabalho vivo*.

Salienta-se que, metodologicamente, preocupou-se em apresentar teses diferentes de diversos autores por julgar-se didático e, também, por acreditar que essas contribuições são importantes para o aprofundamento dos debates nesse contexto da crise estrutural do capital em escala mundial. Porém, reafirma-se que, no transcorrer desta exposição, a tese marxiana foi o guia permanente.

Por último, nas considerações finais estão elencados alguns resultados da investigação e esboçadas algumas ações futuras necessárias para a transformação social qualitativa, como forma de superar a destruição inexorável e inerente nos padrões de desenvolvimento destrutivo que caracterizam o modo de produção capitalista.

1

A EXPLORAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O objetivo deste capítulo é o de expor a teoria de Marx e Engels sobre a *exploração do trabalho* na sociedade capitalista. Por meio de revisão bibliográfica de suas diversas obras, fez-se um estudo teórico aprofundado que serviu de base para se compreender o funcionamento da sociedade hodierna à qual esta pesquisa se dedica. Pode-se afirmar que a questão da exploração nas suas obras possui espaço de destaque central na crítica que ambos fazem da relação de produção entre a classe trabalhadora e a burguesa, dando ênfase à luta de classe como motor da história. Sendo assim, e por se tratar de uma pesquisa no campo da Sociologia Política, a *exploração*, enquanto um conceito político, é central neste estudo, porém sem perder de vista que esta análise científica parte do primado ontológico do modo de produção econômica vigente sob a égide do sistema do capital, campo em que ocorre a exploração, e que repercute na estruturação da dimensão política de domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora na sociedade, sendo que dessa situação resultam desdobramentos políticos e sociais.

Muito se fala em exploração de uma classe social sobre a outra. O esforço aqui desenvolvido é no sentido de explicitar essa exploração como conceito analítico da sociedade atual com seus respectivos indicadores sociais que resultam da apropriação imoral da produção social pela classe capitalista. Objetiva-se entendê-la e explicitá-la para, nos capítulos seguintes, comprovar os efeitos da *intensificação da explora-*

ção dos trabalhadores a partir da crise estrutural do capital – originada nos anos 70 – por intermédio dos dados obtidos nas estatísticas oficiais, outros institutos de pesquisa e dados qualitativos divulgados pela imprensa escrita nacional e internacional alinhada ao *establishment*.

O estado da degradação humana e da natureza que se presencia atualmente tinha sido antecipado pela análise científica de Marx e Engels, pensadores sociais do Século XIX. Os livros *A situação da classe operária na Inglaterra* (2008), escrito por Engels, e *O Capital* (1983, 1985, 1988a, 1988b, 1991a, 1991b, 2004), escrito por Marx, são dois ícones da análise científica precisa da sociedade moderna que tem sua estrutura baseada no modo de produção capitalista.

No transcorrer da análise observar-se-á que a exploração capitalista ultrapassou o limite dessa exploração, quando leva à exaustão os seres humanos e seu *habitat*, substrato objetivo da humanidade, e quando, também, eleva à máxima contradição, de um lado, o progresso econômico oportunizado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais e, de outro, a degradação individual, social e ambiental por meio da intensificação da exploração da classe trabalhadora no processo de produção de mercadorias e da destruição das fontes de matérias-primas. O produtivismo capitalista surge da necessidade de maximização da extração da mais-valia, que ganha materialidade na valorização do capital e, neste momento em que que acirra a concorrência no comércio mundial sob as leis do livre mercado, torna-se mais intenso para manter em alta a taxa média de lucratividade.

Segundo Dussel (apud ROMERO, 2005, p. 115), a mais-valia só foi mais bem trabalhada de modo sistemático por Marx durante a redação dos *Grundrisse*, em novembro e dezembro de 1857. Diz, ainda, que só a partir dessa data foi possível a Marx formular uma teoria da exploração, cientificamente fundamentada na compreensão do modo de produção capitalista, teoria que era completamente desconhecida na época. No centro da elaboração dessa teoria da exploração de Marx encontra-se o conceito de mais-valia, com uma função que determina a produção econômica e as relações sociais, não se tratando mais de um “intercâmbio entre equivalentes, entre capital e trabalho, como afirmava a economia clássica, mas um processo de acumulação baseado na ex-

ploração da força de trabalho em função da necessidade do capital; num intercâmbio desigual” (BOLCHINI apud ROMERO, 2005, p. 115).

Neste capítulo, então, como uma forma de aprofundar estudos teóricos, fez-se uma investigação nas obras de Marx e Engels e os estudos concentraram-se no desenvolvimento da resposta à seguinte pergunta: *Como ocorre a exploração na sociedade capitalista?*

1.1 CONTEXTUALIZANDO A EXPLORAÇÃO ATUAL

A exploração de classe que advém do modo de produção administrado pelo capital é um fenômeno social que resulta do processo histórico da humanidade que, no seu transcorrer, configurou-se em divisão de classes sociais entre proprietários privados dos meios de produção e expropriados desses meios. Assim, sendo o Capital uma relação social entre exploradores e explorados, estes últimos ficam sob o comando dos primeiros, que têm o poder econômico. Essa relação resulta na exploração do homem pelo homem nos contornos que adquire de exploração de classe; na exploração da natureza, por meio do produtivismo econômico, com o fim único de acumulação de riqueza e na exploração de países e nações no transcorrer da ascensão histórica do sistema do capital, devido aos seus imperativos de expansão e acumulação (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Os problemas econômicos, políticos e sociais que se intensificam atualmente advém desse processo de exploração e da consequente apropriação privada da produção social. Problemas tais como: violência urbana e rural, desemprego, subemprego, miséria, pobreza, fome, pandemias, doenças físicas e distúrbios emocionais, de modo geral, têm como causa principal o aviltamento humano no processo de trabalho. A falta de acesso aos bens necessários para a vida por um contingente cada vez maior de pessoas, e, por outro lado, parcelas com acesso a eles, mas que também sofrem de muitos desses males, configuram uma sociedade que está sendo levada ao caos pela administração capitalista, tendo em vista o seu modo de apropriação privada dos produtos sociais, de acordo com Marx e Engels.

Além desses problemas sociais advindos do modo de produção, os problemas ambientais também aparecem como consequências: poluição dos rios, mares, ares, solos e subsolos; desaparecimento das florestas; o degelo dos mantos de geleiras das cordilheiras e das calotas polares, cientificamente comprovados, que decorrem principalmente da emissão de CO₂. O acúmulo de CO₂ vem aumentando devido à queima de combustíveis fósseis, que se tornou a principal matriz energética da produção capitalista mundial. O combustível fóssil, ou seja, o petróleo, move milhões de automóveis e serve de fonte energética para inúmeras indústrias, além do uso de produtos químicos na produção de determinadas mercadorias de consumo industrial e doméstico (geladeiras, ar condicionado etc.).

A poluição decorrente de diversas fontes, juntamente com a emissão do CO₂, está provocando o aquecimento do planeta e, consequentemente, causando a elevação da temperatura ambiental. A temperatura poderá aumentar entre 1,1 °C e 6,4 °C até o fim deste século, disse Chris Field, membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) à BBC Brasil, em 15 de fevereiro de 2009 (BBC⁴ Brasil, 2009). Esse fenômeno, de causa antrópica, ficou mais conhecido como efeito estufa que causa o aquecimento global. A elevação da temperatura do planeta provoca o aumento dos níveis dos mares devido ao derretimento das calotas polares e dos mantos das cordilheiras que, segundo estudos mais realistas, podem chegar a 1,8 m até o ano de 2100, conforme divulgou a pesquisadora francesa Anny Cazenave do Centro Nacional de Estudos Espaciais de Toulouse (apud GERAQUE, 2009a). Além de alterar o clima do planeta, provocando abruptas mudanças climáticas que interferirão imediatamente na agricultura e na saúde dos indivíduos, a consequência imediata, também, será o alagamento de enormes zonas litorâneas em diversas partes dos continentes. Há unanimidade nesses estudos, de que esses efeitos derivam da forma de exploração dos recursos naturais, como o desmatamento, por exemplo, e, principalmente, da matriz energética baseada no combustível fóssil e em biocom-

⁴ BBC significa British Broadcasting Corporation, emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido.

bustíveis, e utilizada na produção de *commodities*⁵, de mercadorias em geral, usinas e automóveis.

Os defensores da ordem produtivista e muitos cientistas, acadêmicos e políticos consideram esses problemas ambientais como resultado do consumismo e não do produtivismo levado a cabo pela necessidade capitalista de produzir, a qualquer custo, novas mercadorias para promoção contínua de seu processo de valorização e acumulação. Com essa perspectiva, tais defensores transformam-se em ideólogos da perpetuação do status quo de caráter destrutivo (MÉSZÁROS, 2002). Na interpretação que se adota, à luz da perspectiva marxista, esses problemas decorrem da produção e não da esfera do consumo, pois este último, apesar de alimentar de forma recíproca a cadeia produtiva, é o efeito, portanto, da aparência do problema, e não da sua causa. O conservadorismo liberal propõe ações para conter os impactos ambientais provocados pelo consumismo, procurando desenvolver a consciência ecológica, promovendo-a por meio do princípio dos 3Rs, reduzir o consumo, reutilizar os materiais e reciclar o lixo, como solução para o problema, mistificando a verdadeira causa, ou seja, a exploração do meio ambiente pelo produtivismo capitalista.

É no momento da produção que as classes se encontram e a relação de poder econômico se transforma em poder político de uma classe sobre a outra. Portanto, é na produção de mercadorias que a exploração ocorre na extração da mais-valia. A desigualdade social se produz e reproduz na assimetria entre classes, gerando os antagonismos que adquire a configuração do Sistema do Capital enquanto uma relação entre classes sociais. Assim, esses pensadores ideólogos invertem os reais problemas e tornam ilusórias as soluções desses problemas, mas ideologicamente mantêm a defesa do sistema que traz benefícios para alguns e problemas de toda ordem para a maioria da humanidade. Esses efeitos vêm se intensificando desde o produtivismo iniciado com a Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Ingla-

⁵ No singular, *commodity*. O termo significa literalmente “mercadoria”, em inglês. Nas relações comerciais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância para o comércio internacional (Mercado de Commodities), como é o caso do petróleo, café, do chá, da lã, do algodão e dos minérios, por exemplo. (SANDRONI, 2005)

terra, no século XIX. A maneira de produzir capitalista, com o fim em si mesmo para auferir incessantemente o lucro e manter a reprodução ampliada do capital, vem exaurindo a fonte de onde extrai sua riqueza, por meio da intensificação e da ampliação da precarização do trabalho e a consequente exaustão do homem e da natureza que se expressa na relação de trabalho hegemônica pelo capital.

O fato de a sociedade capitalista ter como fundamento a propriedade privada dos meios de produção gera uma inconciliável contradição social, ou seja, o conflito entre capital e trabalho que constitui o antagonismo entre a classe burguesa (capitalistas), que é proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora (operários, assalariados etc.), que se constitui de gerações de indivíduos que, no transcorrer da história, foram expropriados dos meios de produção, restando-lhes apenas uma única fonte de sobrevivência: a venda de sua força de trabalho como mercadoria, a qual acaba sofrendo das iniquidades a que estão submetidos pelas leis que regem as relações de compra e venda no mercado de trabalho.

Sendo os capitalistas proprietários dos meios de produção, os produtos do trabalho que deveriam ser destinados à satisfação de necessidades individuais e sociais transformam-se em propriedades suas e, logo, em mercadorias para serem vendidas no comércio nacional e internacional com objetivo de realização do lucro privado, na lógica imperativa da acumulação. Essa forma de produzir, de apropriação privada e não social, foi naturalizada com base nos princípios da política liberal burguesa, e toda uma estrutura ideológica se constituiu para perpetuar o status quo. A economia política, que tem como fundamento o liberalismo, defende a ideia de que o livre mercado é o ente supremo, como se fosse o demiurgo platônico, o espírito absoluto hegeliano, a mão invisível de Smith para aperfeiçoar a produção e a distribuição econômica na sociedade. Mas essa distribuição não se confirma ao observarem-se as mazelas sociais que se avolumam em todos os países com a globalização da economia e as crises econômicas inerentes e mais frequentes que repercutem em crises sociais e ambientais, pondo em risco a própria sobrevivência da humanidade.

A acumulação privada que advém deste modelo de produção pro-

move a riqueza concentrada em poucas mãos e miséria para a maioria da população nacional e em crescente escala mundial. Portanto, o imperativo da acumulação, inerente ao sistema do capital, se realiza no processo de exploração da classe trabalhadora na esfera da produção. A exploração de classe vem de longa data na história da humanidade, porém seu aprofundamento no capitalismo se distingue se for comparada com outras formações sociais anteriores nas suas diferentes formas de propriedades privadas, como Marx e Engels demonstraram na Ideologia Alemã (1974, p. 20-27). A exploração nessas outras formações sociais foi diferente da forma invisível e velada que adquire na sociedade moderna e contemporânea, ao mesmo tempo mistificada pela ideologia dominante. Como escreve Bottomore (2001), nunca uma sociedade precisou de tanto tempo de estudos para descobrir como funcionava a exploração de classe em seu interior, e foi Karl Marx o responsável por esse êxito. Ele levou a cabo décadas de estudos para saber como a exploração se efetivava no modo de produção capitalista. Se o motor da história é a luta de classes⁶, como ocorre, então, a exploração na sociedade capitalista?, perguntava-se Marx. A partir desta pergunta, procurou-se expor, neste capítulo, a compreensão da teoria da exploração que sustenta teoricamente esta pesquisa e que resultou dos estudos das obras dos pensadores sociais Karl Marx e Friedrich Engels e, de forma complementar, a contribuição de outros autores alinhados a seus pensamentos. Ambos são progenitores da concepção epistemológica do Materialismo Histórico e Dialético no que se convencionou denominar de marxismo, pelo fato de Marx ter ficado mais popularmente conhecido nos circuitos acadêmicos, nos movimentos trabalhistas, políticos e sociais.

⁶ Premissa epistemológica de História em Marx e foi descoberta por ele, como reconhece Engels no Prefácio da terceira edição alemã do livro de Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, “Fora precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha histórica, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente” (MARX, 1977, p. 202).

1.2 O IMPERATIVO DA NECESSIDADE⁷ QUE IMPELE O HOMEM AO TRABALHO

Marx e Engels consideram a categoria *necessidade* como princípio fundamental para analisar os primórdios da essência humana e da sociedade humana. Nessa concepção, diferentemente da perspectiva idealista hegeliana, que centrava sua análise a partir da categoria da *carência*, a subjetividade humana decorre da produção material da vida, na relação real, concreta e histórica entre os homens e destes com a natureza, realizada pelo trabalho com objetivo de satisfazer as suas necessidades humanas. A necessidade primária que garante a existência física dos indivíduos, enquanto uma categoria-chave para compreender a realidade subjetiva e objetiva, é a-histórica, portanto, *natural*. Segundo eles, a necessidade natural impele os homens a se relacionar com a natureza e entre si para garantirem suas existências e, dessa cooperação, acabam formando a sociedade. Por isso, defendem os autores que a análise histórica e social deve partir de premissas empiricamente constatáveis, e o primeiro fato a ser constatado é a existência de *seres humanos vivos* e não o *espírito*, esse último defendido por Hegel. A primeira premissa epistemológica aparece na Ideologia Alemã: “A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos” (MARX; ENGELS, 1974, p. 18, grifo nosso).

A necessidade decorre da condição natural, portanto ontológica, dos seres humanos – indistintamente de origem de raça, credo ou cultura –, que precisam relacionar-se com a natureza para se alimentar, beber, se abrigar e se reproduzir, condição básica para manterem-se vivos. Igualmente, a forma como se relacionam e produzem os seus meios depende, em primeiro lugar, meio ambiental, ou seja, do que existe à sua volta e a eles está disponível de forma natural. Portanto, o modo, a forma de produção e o que produzem dependem

⁷ A categoria *necessidade* pode ser considerada como ponto inicial da concepção filosófica do materialismo histórico e dialético que são progenitores Marx e Engels. Na obra *A Ideologia Alemã*, os autores acentuam a importância da necessidade como imperativo sobre o trabalho que é realizado com o objetivo de satisfazê-la, chegando a tomá-la como tema fundamental de sua antropologia filosófica.

diretamente das condições ambientais e os elementos materiais que estão disponíveis em seu entorno para se apropriarem primeiramente e depois reproduzirem e produzirem. Condicionadas pela produção, surgem as relações entre os indivíduos por meio da necessidade de cooperação mútua, constituindo assim a sociedade, a divisão do trabalho, divisão de classes sociais e as relações externas entre as nações (MARX; ENGELS, 1974, p. 19).

A necessidade diante de uma dificuldade para se alimentar ou a escassez provocada pelo aumento da população, ou decorrente de fenômenos naturais como inundações, desertificação, constituições de geleiras ou elevado grau de extrativismo feito por bandos constituídos por outros animais, essas condições inóspitas condicionaram indivíduos humanos a se aperfeiçoarem em suas ações para sobreviverem diante de tais adversidades. E, para agirem, constituíram-se em seres cognoscitivos, e com isso produziram teoria, consciência, pensamento, subjetividade, em resumo, uma essência humana (objetividade → subjetividade), isto é, foram obrigados a pensar para descobrir meios (trabalho) de sobrevivência ou se adaptarem a novos alimentos disponíveis. Ao se apossar do galho de uma árvore e transformá-lo em uma vara, como extensão de sua própria mão, para alcançar uma fruta que está no alto de uma árvore, ou de uma pedra pontiaguda para abater um animal ou para quebrar uma castanha e facilitar seu alimento, a essa atividade Marx e Engels conceituaram de *trabalho*. Para eles, o trabalho decorre da necessidade do intercâmbio do homem com a natureza e significa projetar de antemão no cérebro (consciência) uma ação com um determinado propósito. Lukács (2007, p. 229), alinhando-se teoricamente a eles, escreve: “Com justa razão se pode definir o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas.”. Nesse sentido, o trabalho possui uma posição teleológica (LUKÁCS, 1979), pois tem uma finalidade e trata-se de um conceito explicativo fundamental na análise que requer a organização e transformação da realidade social com seus desdobramentos históricos. Posto dessa forma, o trabalho apresenta-se como uma categoria estruturante para a teoria social por ser ele responsável pela constituição da essência humana e fundante

da sociedade. Como escreve Engels (1977, p. 272),

Primeiro o trabalho, e depois dele, e com ele, a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano – que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição.

A relação necessária de consumo vital e depois de produção, a partir das condições dadas pelo ambiente natural, impele os indivíduos a progredirem em seus conhecimentos e, posteriormente, não só mais reproduzem copiando ou se apropriando das ofertas da natureza, mas a partir de necessidades outras, de segunda ordem, do tipo extraeconômicas, que são aperfeiçoadas para suprir aquelas diversas que vão surgindo no devir histórico: da necessidade de comunicação entre os homens surge a linguagem, bem como sua grafia; da necessidade de expressar os sentimentos humanos criam-se as artes e o aguçamento dos sentidos estéticos; da necessidade de dar respostas aos fenômenos naturais e sociais surgem a mitologia, a filosofia e a ciência; da necessidade de se produzir e conhecer as leis da natureza surge a ciência; da necessidade de se intervir na natureza surgem a técnica e a tecnologia; da necessidade de se estabelecer as leis e as regras de convivência em comum surgem a política e o direito decorrente da organização política em sociedade. Como escreveu Agnes Heller (1986, p. 44), “*El hombre crea los objetos de su necesidad y al mismo tiempo crea también los medios para satisfacerla*”. Assim, os homens reunidos vão dando soluções às necessidades novas que surgem, dia após dia, geração após geração, construindo nesse devir a cultura humana de dimensão local e universal.

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar directa e intimamente ligada à actividade material e ao comércio material dos homens; *é a linguagem da vida real*. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção directa do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apre-

senta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, actuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real (MARX; ENGELS, 1974, p. 25, grifo nosso).

1.3 O TRABALHO COMO METABOLISMO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA: DA OBJETIVIDADE À SUBJETIVIDADE QUE CONSTITUI A ESSÊNCIA E A CONSCIÊNCIA HUMANA

Ao se destacar a categoria *trabalho*, percebe-se que este recebe o *estatuto ontológico* por ser o responsável pela constituição da essência humana e da fundação e organização social. Esse resultado dele decorrente advém do necessário intercâmbio dos homens com a natureza e entre eles mesmos, com o intuito de garantir suas existências. E, diante de determinadas dificuldades, a união para atingir um determinado fim, como o de abater um animal feroz, motiva a reunião de forças de indivíduos de um agrupamento humano para empreender esforços e ter êxito em suas ações. A necessidade de comer, se abrigar e se manter vivo são chave para se compreender as origens e o aprofundamento do conhecimento e de todas as instituições e criações humanas. Nessa linha de raciocínio, pode-se afirmar que, diante da necessidade, os homens se unem, fazem a divisão social do trabalho, criam as leis e instituições, produzem mitologia, filosofia, artes, religião, ciência e tecnologia para melhor compreender o cosmo, sua origem e as leis da natureza, e facilitam a operacionalidade material para produzirem o de que necessitam. Sendo assim, a humanidade construiu sua consciência, que surge no processo de transformação material da natureza, mediada pela necessidade concreta e real que induz os homens à ação, ao trabalho. Nesta perspectiva teórica, a subjetividade decorre do proces-

so de transformação da objetividade, ou seja, ocorre posteriormente e dialeticamente.

Para a antropologia filosófica marxiana⁸, *o homem do ponto de vista do materialismo histórico é um processo* que se constitui permanentemente no seu devir histórico. Contudo, não há uma natureza humana boa ou má como defendiam os contratualistas liberais Rousseau e Hobbes. Ao contrário dessa premissa, há uma essência humana que é construída ao longo da existência física que a precede a partir da práxis, como síntese da atividade genuinamente humana que surge da prática e da teoria, e que aqui se denomina de *trabalho*. Tendo em vista a necessidade que é a-histórica, portanto, natural, traduz-se que o homem, antes de ser social, é um organismo natural que necessita intercambiar-se com a natureza, a qual é o seu corpo inorgânico. Assim, por ser um ser natural, necessita da exterioridade, de relacionar-se com a natureza para manter-se vivo, nutrir-se da matéria como fonte calórica, energética, da qual ele surgiu, evoluiu e se transformou em um ser histórico. Esse intercâmbio necessário, esse metabolismo entre o homem e a natureza, que se define como trabalho, que se traduz em um ato, uma atitude de humanização, para produção de condições materiais para a sua existência física, em primeiro lugar, é a base para o ulterior desenvolvimento da consciência e da história, ou seja, do pensamento humano, da intelectualidade, da teoria, das ideias e da capacidade de adquirir conhecimento, em síntese, elementos constituintes da essência humana que é dinâmica e que se constitui permanentemente na sua vida real e concreta.

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa estabilização dos seres vivos na competição biológica com seu meio ambiente. O momento essencial da separação é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que já no início do processo existia ‘na representação do trabalhador’, isto é, no plano ideal. (LUKÁCS, 2007, p. 228-229)

⁸ Diz-se marxiana quando se trata diretamente da obra de Marx e Engel e marxismo quando se refere às obras de autores adeptos dessa perspectiva filosófica e científica que se constituem em sucessivas gerações.

Aqui se distingue *essência humana* de *natureza humana*. Esta última é compreendida como sendo eterna, portanto, que não muda, diferentemente de essência que aqui é concebida como mutável, histórica, processual e que é característica distintiva e substancial da espécie humana, diversamente da posição positiva e liberal que acredita na existência de uma natureza humana dada *a priori*. Esta última defende a ideia de que o indivíduo é egoísta por natureza, de que a concorrência defendida pelo mercado como mecanismo de organização da produção e distribuição é natural. Esta última concepção predomina na teoria liberal econômica e política burguesa e fundamenta as análises que hegemonizam a sociedade moderna, bem como o neoliberalismo que fundamenta a contemporaneidade. Nesta perspectiva que estamos abordando não há natureza humana, o homem concebido como um processo, sua essência, estruturada nas suas representações, que formam a sua intelectualidade, é constituída a partir da forma como organiza a produção econômica para a sua existência física e espiritual.

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em todas a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa *câmera obscura*, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico (MARX; ENGELS, 1974, p. 25-26, grifo dos autores).

Os homens sempre mantiveram relações com o mundo, e desse fato aparecem diversos aspectos com fins práticos que decorrem do aprimoramento constante da inteligência com o intuito de satisfazer e o modo como tornam possível a realização de inúmeras necessidades que surgem no desenvolvimento e no transcorrer da processualidade histórica. De acordo com a interpretação de Vazquez (1999, p. 73), essas relações configuram-se em três aspectos de uma mesma unidade original e dialética que se dá entre homem e natureza:

1. *Relação teórico-cognoscitiva*, com a qual os homens se acercam da realidade para compreendê-la;
2. *Relação prático-produtiva*, com a qual os homens intervêm na natureza e a transformam, produzindo com seu trabalho objetos que satisfaçam determinadas necessidades vitais: alimentação, vestuário, abrigo, proteção, comunicação, transporte etc.;
3. *Relação prático-utilitária*, na qual os homens utilizam ou consomem esses objetos.

Partindo dos pressupostos marxianos, Vazquez concluiu que a primeira fonte do conhecimento é *estética*⁹ e *mimética*, e se constitui primeiramente por aquilo que é sentido (visto, palpado, cheirado, degustado, ouvido etc.). Dessa forma, o homem inicialmente reproduz copiando ou se apropriando do que está pronto na natureza e que se constitui de informações empíricas para os sentidos humanos representarem em suas mentes por meio de categorias e conceitos tornando o real como concreto pensado. Nas palavras de Marx (1987, p. 16):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

O homem primeiramente se apropria de coisas (vara, pedra etc.)

⁹ Do grego *aisthesis*, que significa sensível.

disponíveis em forma na natureza e lhes dá uma função social; depois disso, passa por um momento mimético, copia essas formas existentes em seu entorno, no meio ambiente, e logo as aperfeiçoa com um fim, um propósito de antemão objetivado. Exemplificando, afina ainda mais a ponta da pedra, lascando-a ou polindo-a para torná-la mais pontiaguda e abater um determinado animal, furando seu couro de maneira mais eficiente. Portanto, os homens e mulheres exercitam a formatividade perseguindo o aperfeiçoamento da forma a adequá-la à função do objeto esperado. Nesse processo, no transcorrer da existência humana, de geração em geração, as habilidades manuais e intelectuais são constantemente aperfeiçoadas, resultando na criatividade e na faculdade cognitiva humana sem limites diante desse construir-se historicamente.

Assim, para alcançar o grau de perfeição ou experiência criativa que revelam o desenho e a cor do “bisão saltando” foi preciso que o homem percorresse um longo caminho, calculado pelos antropólogos em uns quinhentos mil anos, no decorrer do qual, enquanto transformava a natureza com seu trabalho, foi transformando a si mesmo. Por sua vez elevou-se a sua consciência da relação entre meio e fins, entre forma e função e, ao mesmo tempo, foram se aperfeiçoando e desenvolvendo seus sentidos como sentidos humanos (“a formação dos cinco sentidos é a obra de toda a história universal anterior”, Marx) (VAZQUEZ, 1999, p. 96).

Por isso, afirma Marx, com muita propriedade, o que significa a construção da objetividade e a subjetividade no interagir do desenvolvimento dos sentidos humanos é aperfeiçoado a partir de suas condições materiais.

É somente graças à riqueza objetivamente desenvolvida da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva é em parte cultivada, e é em parte criada, que o ouvido torna-se musical, que o olho percebe a beleza da forma, em resumo, que os *sentidos* tornam-se capazes de gozo humano, tornam-se sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*. Pois não só os cinco sentidos, como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), em uma palavra, o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, constituem-

-se unicamente mediante o modo de existência de seu objeto, mediante a natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal até nossos dias. O *sentido* que é prisioneiro da grosseira necessidade prática tem apenas um sentido *limitado*. Para o homem que morre de fome não existe a forma humana da comida, mas apenas seu modo de existência abstrato de comida; esta bem poderia apresentar-se na sua forma mais grosseira, e seria impossível dizer então em que se distingue esta atividade para alimentar-se da atividade *animal* para alimentar-se. O homem necessitado, carregado de preocupações, não tem *senso* para o mais belo espetáculo. O comerciante de minerais não vê senão seu valor comercial, e não sua beleza ou a natureza peculiar do mineral; não tem senso mineralógico. A objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, é, pois, necessária, tanto para tornar *humano* o *sentido* do homem, como para criar o *sentido humano* correspondente à riqueza plena da essência humana natural (MARX, 1987a, p. 178, grifos do autor).

Para Marx e Engels, a essência humana se constrói no conjunto das relações sociais de maneira dinâmica e histórica, e não apenas em um exemplar individual. Portanto, não há natureza humana dada *a priori*, o que há é uma construção coletiva dos indivíduos no tecido das relações sociais que incluem a experiência humana, compondo a cultura particular de uma nação, e universal da humanidade, a partir das relações de produção. Nessa perspectiva, é impossível pensar um indivíduo isolado das relações sociais e muito menos é possível interpretar a realidade tendo como ponto de partida considerações sobre a natureza humana que muitas teorias advogam. Esta concepção de humanidade, por exemplo, polariza com os princípios da economia política liberal – que tem como defensores os autores utilitaristas clássicos, como Jeremy Bentham e Stuart Mill – com a defesa que eles fazem de uma suposta natureza humana autointeressada, na qual os indivíduos (individualismo metodológico) buscam o prazer fugindo da dor e, dessa forma, contribuem para o bem geral.

Nesta perspectiva analítica do progresso das faculdades e o consequente conhecimento humano, no decurso de milhares de anos que

data desde o paleolítico inferior e médio, os homens vêm construindo paulatinamente a cultura humana na práxis cotidiana, numa interdependência teórica e prática que constrói a si mesma, a partir do meio ambiente em que vivem e das relações sociais, de forma livre e autônoma, constituindo a sociedade a partir do econômico, ao mesmo tempo em que constroem o universo cultural, epistemológico, espiritual e político. Os autores enfatizam que a produção dos meios depende diretamente do meio ambiente, das condições dadas pela natureza que, num primeiro momento, o homem reproduz, assim como ele reproduz-se sexualmente de forma natural. Conforme produzem seus meios de existência, produzem necessariamente a si e a sua organização social.

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um *modo de vida* determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo *que* produzem como com a forma *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 1974, p. 19, grifos dos autores).

Cabe destacar os seguintes aspectos do aperfeiçoamento do trabalho elaborados por Vazquez (1999, p. 176), e no que ele define como sendo a característica fundamental do trabalho humano, que é a de “imprimir a uma matéria a forma adequada a sua função”.

1. Preexistência ideal do produto e de sua forma na consciência do produtor, o que implicava também certa consciência da relação forma-função, da bondade da forma e do trabalho bem-feito, assim como da capacidade própria para materializar o idealizado mediante esse trabalho.
2. Domínio cada vez maior do homem sobre a matéria graças ao seu conhecimento cada vez mais rico e extenso dos materiais; à fabricação de instrumentos cada vez mais finos e adequados para dominar esses materiais; e ao emprego de procedimentos e técnicas cada vez mais perfeitos.
3. Eficácia cada vez maior do útil para cumprir sua função, o que implicava a conquista de uma forma cada vez mais perfeita.
4. Prazer vinculado, depois da execução, para a consciência do “bom trabalho” realizado e da capacidade própria para executá-lo (VAZQUEZ, 1999, p. 97).

Afirmam os autores Marx e Engels, contrariando a ideologia dominante do idealismo clássico alemão na figura de Hegel – seu maior representante –, que o pensamento, ou seja, as ideias não procedem de um mundo transcendental ou do *logos* metafísico-racional, mas sim que surgem historicamente a partir da necessidade da produção material para dar condições concretas de manter os seres humanos vivos. Nesse processo da vida real, os seres humanos aperfeiçoam formas e conteúdos necessários para fabricação de objetos úteis e uma nova estética artificial vai sendo impressa na estética natural, previamente existente como o “primado da natureza exterior” que é o substrato objetivo da humanidade. Ou seja, com o trabalho os homens modificam a natureza, dão a ela uma nova estética, de forma artificial e, ao modificá-la, os homens modificam-se a si próprios exteriorizando-se e interiorizando-se, nessa indissociabilidade entre a natureza e a humanidade, as quais estão em processo constante de transformação. Nesse processo de grande proporção humana em correlação com a natureza, o nível que esse processo atingiu fez com

que Marx e Engels (1974, p. 32) observassem que *a natureza intocada já deixou de existir há muito tempo*.

Essa actividade, esse trabalho, essa criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo o mundo sensível tal como hoje existe, e a tal ponto que se o interrompêssemos apenas por um ano, Feuerbach não só encontraria enormes modificações no mundo natural como até lamentaria a perda de todo o mundo humano e da sua própria faculdade de contemplação, ou mesmo da sua própria existência. É certo que o *primado da natureza exterior* não deixa por isso de subsistir, e tudo isto não pode certamente aplicar-se aos primeiros homens nascidos por *generatio aequivoca*¹⁰, mas esta distinção apenas tem sentido se se considerar o homem como sendo diferente da natureza. De qualquer modo, esta natureza que precede a história dos homens não é de forma alguma a natureza que rodeia Feuerbach; tal natureza não existe nos nossos dias, salvo talvez em alguns atóis australianos de formação recente, e portanto não existe para Feuerbach (MARX; ENGELS, 1974, p. 32, grifo nosso).

Nessa ação prática dos indivíduos, um conjunto de ideias surge constituindo teoria moral, científica, política e filosófica configurando a consciência humana, como aqui afirmam os autores: “*Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência*”.

Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua actividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser constatado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a re-

¹⁰ Geração espontânea.

ligião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.* Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-os apenas a consciência como *sua* consciência (MARX; ENGELS, 1974, p. 26, grifo nosso).

Alinhando-se às ideias desses filósofos, a partir dessas suas constatações, a produção da vida “surge-nos agora como uma relação dupla: por um lado como uma relação natural e, por outro, como uma relação social” (MARX, ENGELS, 1974, p. 35). Entendendo melhor, a reprodução humana que se dá entre homem e mulher acontece de uma forma natural e produz novas gerações. Já a necessidade de manter-se vivo constitui formas necessárias de cooperação social (força produtiva). Portanto, a ação conjugada de vários indivíduos constitui relações sociais que formam a sociedade e um determinado modo específico de produção e, independentemente de qualquer formação societária determinada, o trabalho sempre será um metabolismo necessário entre homem e natureza, uma condição eterna da humanidade.

Segue-se que um determinado modo de produção ou estágio de desenvolvimento industrial se encontram permanentemente ligados a um modo de cooperação ou a um estado social determinados, e que esse modo de cooperação é ele mesmo uma “força produtiva”; segue-se igualmente que o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social e que se deve consequentemente estudar e elaborar a “história dos homens” em estreita correlação com a história da indústria e das trocas (MARX, ENGELS, 1974, p. 35).

Há mais de dois milênios naturalizou-se conceber o mundo e a

sociedade a partir de uma concepção religiosa idealista de perspectiva criacionista ou idealista racionalista, de que há uma anterioridade da ideia ou do pensamento em relação à matéria ou à existência física, tornando essa visão um dogma, quase impossível de ser questionado. Apesar de uma visão contrária a essa perspectiva hegemônica parecer ser impossível e, também, de ser difícil ganhar espaço no campo filosófico e científico, a resposta à seguinte pergunta deu base e sustentou uma revolução epistemológica de profunda grandeza: Como da matéria surge a ideia, ou seja, a subjetividade humana? Essa questão passou a ser o desafio para os materialistas e foi solucionada por Marx e Engels.

Segundo Engels, determinada espécie de primatas, enquanto viviam biologicamente relacionando-se com a natureza de maneira automática, no campo instintivo, de forma extrativista em plena abundância, não constituíram a subjetividade humana. Em outro momento, de acordo com Engels, a dieta mista herbívora e carnívora fez com que novas substâncias químicas fossem acrescidas à massa cerebral dos primatas e oportunizou materialidade suficiente ao ulterior desenvolvimento do pensamento diante da imposição da necessidade que os forçou a pensar, na busca concreta de se produzir instrumentos para garantir a existência física constantemente ameaçada por fenômenos naturais.

Não há dúvida de que essa exploração rapace contribuiu em alto grau para a humanização de nossos antepassados, pois ampliou o número de plantas e as partes das plantas utilizadas na alimentação por aquela raça de macacos que superava todas as demais em inteligência e em capacidade de adaptação. Em uma palavra, a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos. Mas tudo isso não era trabalho no verdadeiro sentido da palavra. *O trabalho começa com a elaboração de instrumentos.* E que representam os instrumentos mais antigos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-históricos, pelo gênero de vida dos povos mais antigos registrados pela história, assim como pelo dos selvagens atuais mais primitivos? *São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como ar-*

mas. Mas a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem. A *alimentação cárnea* ofereceu ao organismo, em forma quase acabada, os ingredientes mais essenciais para o seu metabolismo. Desse modo, abreviou o processo de digestão e outros processos da vida vegetativa do organismo (isto é, os processos análogos ao da vida dos vegetais), poupando, assim, tempo, materiais e estímulos para que pudesse manifestar-se ativamente a vida propriamente animal. E quanto mais o homem em formação se afastava do reino vegetal, mais se elevava sobre os animais (ENGELS, 1977, p. 273-274, grifos nossos e do autor, respectivamente).

Segundo Engels, o consumo da carne significou dois novos avanços significativos: o uso do fogo e a domesticação dos animais (ENGELS, 1977, p. 274). E, graças às mãos, o cérebro e, logo, à linguagem, devido à necessidade de comunicação entre os indivíduos e da cooperação entre os mesmos, constituiu-se a sociedade, e de geração em geração foram se desenvolvendo novas habilidades e o domínio das leis da natureza, criando uma cultura constituída de teorias e tecnologias que, desde então, vêm sendo aperfeiçoadas.

[...] os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez mais a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fição e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião (ENGELS, 1977, p. 275).

O segundo fato ou pressuposto apresentado pelos autores, que o consideram como *primeiro fato histórico*, é a *produção dos meios para [os homens] satisfazerem suas necessidades vitais*, ou seja, o *trabalho* oportuniza a manutenção e a reprodução da vida dos homens.

Momento em que começa a história com a necessidade de segunda ordem, portanto, social e, nisso, inicia-se a aventura humana.

[...] devemos lembrar a existência de um *primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história*, a saber que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um tecto onde abrigar, vestir-se, etc. *O primeiro facto histórico é pois a produção dos meios que permitam satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material*; trata-se de um facto histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1974, p. 33, grifo nosso).

Ao estudar as obras desses autores observa-se que há nos seres humanos uma necessidade natural, instintiva, que é a de comer, beber, reproduzir-se, manter-se vivo, mas dela decorre uma segunda necessidade, já não mais natural, e sim social, ou seja, a produção de instrumentos para facilitar a satisfação da primeira necessidade, o que se define de instinto consciente. Surge assim uma segunda necessidade, então de ordem social, que provocará outras novas necessidades de ordem artificial, as quais os autores definem como o primeiro ato histórico. “O segundo ponto a considerar é que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a acção de a satisfazer e o instrumento utilizado para tal conduzem a novas necessidades – e *essa produção de novas necessidades constitui o primeiro facto histórico*” (MARX, ENGELS, 1974, p. 35, grifo nosso).

Além desses fatos, a família é o terceiro aspecto que os autores elegem como tendo influência direta no desenvolvimento histórico da humanidade, “é o facto de os homens, que em cada dia renovam a sua própria vida, criarem outros homens, reproduzirem-se; é a relação entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, a *família*” (MARX, ENGELS, 1974, p. 34, grifo dos autores). Nesta teoria observa-se a função especial e fundamental que possui a categoria *trabalho*, sendo que é a partir dele que a humanidade se constitui e a sociedade é plasmada. Portanto, também, é a partir do trabalho, um metabolismo entre

o homem e a natureza, que a subjetividade ganha realidade e a essência humana é construída, assim como toda a estética nova que a natureza recebe decorre da ação ativa dos homens e mulheres que realizam produtos de valor de uso para atender suas necessidades utilitárias primárias ou sociais. Por isso, o trabalho possui valor social, uma fonte de riqueza, e é esse valor que o sistema capitalista descobre e utiliza para acumular riqueza apropriando-se do trabalho alheio. O trabalho, como uma força produtiva social, da qual participam as forças humanas articuladas com as forças da natureza, bem como suas matérias disponíveis como matéria-prima a serem plasmadas, constrói maravilhas do conhecimento humano e desenvolve o progresso econômico, tendo como base a materialidade da natureza. Portanto, o trabalho, para Marx é um processo dialético que ocorre entre homem e natureza.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nelas adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1988, p. 202).

O trabalho não é fenômeno unilateral, mas sim uma relação imposta pela natureza, uma sociabilidade originária eterna entre o homem e o meio ambiente, um autoproduzir-se da natureza. Com o trabalho, o homem se autoproduz como transformação qualitativa da natureza desenvolvendo a consciência humana.

Os valores-de-uso, casaco, linho etc., enfim, as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Extraíndo-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados ao casaco, ao linho etc., resta sempre um substrato material, que a natureza, sem interferência do homem, oferece. O homem,

ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte de valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra (MARX, 1988, p. 50).

Tendo o trabalho como categoria fundante da sociedade e constituinte do ser social (LUKÁCS, 1979), ao mesmo tempo responsável pelo desenvolvimento da consciência, ou seja, da subjetividade, Marx e Engels denunciaram que essa atividade humana genuína, responsável pela constituição da essência humana e de fruição de liberdade para o agir que Marx define como *trabalho concreto*, se transforma no modo de produção capitalista, em *trabalho abstrato* necessário à exploração capitalista. Essa realidade é constatada empiricamente, por meio da penúria individual e social, a que estão submetidos milhões de trabalhadores, bem como seus direitos individuais e sociais são violados constantemente permanentemente para promover a acumulação do capital, com o fim em si mesmo, deslocado do atendimento das necessidades sociais. O antagonismo decorrente da dissociabilidade entre produção econômica e consumo social, resultante da apropriação privada da produção realizada pelos trabalhadores, contribui para a promoção da riqueza concentrada de um lado, e, de outro, a miséria que se expande. A produção administrada pelo capital com o único objetivo de transformá-la em mercadoria para vendê-la no comércio, para a realização do lucro, com o acirramento da concorrência do comércio mundial, leva a exploração da classe trabalhadora e do meio ambiente à máxima potência, aumentando o grau de alienação e de degradação humanas causadas pela precarização do trabalho no processo de produção econômica.

A economia vigente do livre mercado reproduz e cria permanentemente pseudo-necessidades artificiais, incentivando a mudança de padrão de consumo para um consumismo conspícuo, para a circularidade correspondente de seu produtivismo orientado por mercadorias de “obsolescência planejada”, como bem definiu Mészáros (2002, p.

678), para perpetuar o modelo de acumulação capitalista. Nesse processo de trabalho, os homens e mulheres se reificam, vão se transformando em coisas, e as coisas acabam dominando o mundo dos homens, o que corresponde a um dos aspectos decorrente do trabalho alienado, que será em seguida analisado. Sendo assim, ao invés de os homens se emanciparem dos desígnios das forças naturais, ficam numa camisa de força permanente, não se permitindo que conquistem a verdadeira emancipação e liberdade humanas. Nessa situação, caminham para uma autodegeneração de si e do meio ambiente em decorrência da superexploração a que estão submetidos. Esse *status quo* agrava-se com o comércio globalizado das mercadorias, que produz, de um lado, elevada quantidade de riqueza e, de outro, pessoas supérfluas transformadas em lixo social, e resíduos materiais que se encontram em aterros sanitários de inúmeras metrópoles decorrentes do produtivismo, do consumismo exagerado e supérfluo para a reprodução da *ordem sociometabólica do capital* – utilizando-se aqui da expressão cunhada por Mészáros (2002).

Para Marx e Engels (1974, p. 30), o mundo sensível não é sempre o mesmo e nem é eterno, ele é transformação permanente. A produção humana resulta em produtos da indústria e do estado que se encontram na sociedade. Portanto, são produtos históricos que são resultados da atividade de uma série de gerações, que sucessivamente ultrapassam uma a outra, aperfeiçoando a indústria, o comércio e modificando o regime social em função das modificações das necessidades.

A “célebre ‘Unidade do homem e da natureza’ existiu sempre na indústria e se apresentou em cada época sob formas diferentes consoante o desenvolvimento maior ou menor dessa indústria; e o mesmo acontece quanto à ‘Luta’ do homem contra a natureza, até que as forças produtivas deste último se tenham desenvolvido sobre uma base adequada. A indústria e o comércio, a produção e a troca das necessidades vitais condicionam a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais, sendo por sua vez condicionadas por elas no seu modo de funcionamento (MARX; ENGELS, 1974, p. 31).

1.4 A EXPROPRIAÇÃO PRIMORDIAL RESULTA NA PROPRIEDADE PRIVADA E NA DIVISÃO EM CLASSES SOCIAIS: DA IGUALDADE NATURAL À ORIGEM DA DESIGUALDADE SOCIAL

O filósofo Hegel partia do pressuposto de que a exploração de classe ou a relação entre senhor e escravo era o resultado de um processo lógico construído a partir da condição dada, e não cronológico, portanto, não histórico. Contrariamente a ele, Marx e Engels demonstraram, revolucionando a concepção epistemológica predominante na Filosofia, que a existência dessa relação hierarquizada e assimétrica constituíra-se no processo histórico da humanidade. Portanto, ninguém nascia senhor ou escravo por não existir uma natureza humana dada *a priori*.

Uma coisa, entretanto, está clara. A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social (MARX, 1988a, p. 189).

Essa condição de desigualdade social se deu pelo poder econômico na luta imposta pela necessidade de sobrevivência e, conseqüentemente, pelo poder político na vida real, concreta e histórica da produção dos meios de existência dos homens. Hegel descreveu a sociedade representando a desigualdade social numa anterioridade racional em relação à materialidade, por meio de seu constructo lógico; assim, representou abstratamente, portanto, na mente, a luta travada entre consciências (subjetividade → objetividade) que dela resultou na consciência servil e escrava existente concretamente na sociedade. A explicação de Hegel resumia-se na reprodução da ideologia dominante na Alemanha. Segundo o filósofo, o escravo sucumbiu diante

do senhor na guerra das consciências, para não perder a vida, e se sujeita ao trabalho diante da imposição do senhor, que exige para si o *reconhecimento* moral enquanto senhor, por isso o mantém vivo. “[...] A dialética do senhor e do escravo pensa o trabalho como necessidade imposta na luta pelo reconhecimento: o trabalho é posto como violência e sujeição” (SANTOS, 1993, p. 11).

Diante dessa desigualdade, na perspectiva de Hegel, o trabalho é visto como algo positivo que o escravo precisará desenvolver como sendo a forma de realizar sua completude, sua realização por meio do processo dialético entre exteriorização e interiorização, e, assim, recuperar a liberdade perdida por intermédio das leis do Estado que terão o papel de harmonizar o conflito entre essas classes sociais. Segundo Hegel (1992, p. 10), no parágrafo 10 da Filosofia do Direito: “O homem, que é racional *em-si* (potência), deve completar a produção de si mesmo pelo trabalho, através da saída de si, mas deve também tornar-se real (*para-si*) mediante o retorno à própria interioridade.”

Nos primórdios da humanidade, parcialmente ainda submetidos aos desígnios da natureza, existia uma igualdade natural entre os agrupamentos humanos que viviam em tribos. Mas a convivência em comum e a proteção da tribo impunham a necessidade de dividir funções por competência no âmbito da coletividade, dando origem aos primeiros indicadores de formação de classes sociais. Engels afirmava que, ao se desligarem do reino animal, os homens entravam na história ainda meio animalizados e brutos, quase impotentes diante da natureza, apenas um tanto mais produtivos que as *bestas*. Apesar disso, reinava, naqueles dias, certa igualdade de níveis e de posição social, embora ainda não a divisão de classe que é característica de nossa sociedade. E, também, havia naquelas coletividades determinados interesses comuns como a administração da justiça, repressão de atos ilegítimos, inspeção do regime de água e uma série de funções religiosas (ENGELS, 1979, p. 156-157).

Engels explica que, no processo de constituição de classes sociais, ocorre paralelamente o processo de divisão do trabalho. A exploração da terra, por cultivo de lotes individuais, promoveu a produção agrícola em grandes proporções, e a força de trabalho no seio da tribo

atingiu a produção além do necessário, produzindo um excedente. Assim, a tribo já contava com meios para a manutenção de novas forças de trabalho, bem como os que dariam ocupação a elas. Nas palavras de Engels (1979, p. 158), “*A força de trabalho adquiriu um valor.*” A coexistência de distintos grupos sociais, por razões materiais de sobrevivência, chegou ao nível da hostilidade, causando guerras entre eles, e os estrangeiros que fossem derrotados não eram mais assassinados, mas sim deixados vivos para o trabalho. Assim, a violência foi posta a serviço do econômico e dessa forma foram lançadas as bases da instituição da *escravidão*. Mas, lembra Engels, também aí, no seio da família lavradora, se deu o regime elementar de divisão de trabalho, o que permitiu certo bem-estar e a incorporação de novas forças alheias a essa divisão, principalmente onde o solo já estava degradado e exigia um esforço coletivo. Nesse momento já se produzia mais do que se precisava, embora ainda não houvesse uma força de trabalho excedente. Essa só possível por meio da guerra. É aí que também os prisioneiros passaram a representar um valor.

Haviam sido lançadas as bases da instituição da *escravidão*. Não tardou esta em converter-se na forma predominante da produção em todos os povos que já haviam ultrapassado as limitações das comunidades primitivas, para terminar por ser uma das causas principais de sua ruína. Foi a escravidão que tornou possível a divisão do trabalho, em larga escala, entre a agricultura e a indústria, e foi graças a ela que pode florescer o mundo antigo, o helenismo. Sem escravidão, não seria possível conceber-se o Estado grego, nem a arte e a ciência da Grécia. Sem escravidão não teria existido o Império Romano. E sem as bases do helenismo e do Império Romano não se teria chegado a formar a moderna Europa. Não nos deveríamos esquecer nunca que todo o nosso desenvolvimento econômico, político e intelectual nasceu de um estado de coisas em que a escravidão era uma instituição não somente necessária, mas também sancionada e reconhecida de um modo geral. Podemos, nesse sentido, afirmar, legitimamente, que, sem a escravidão antiga, não existiria o socialismo moderno (ENGELS, 1979, p. 158, grifo do autor).

Ao desfecho da guerra, a tribo que perdesse a contenda fazia com que seus membros sucumbissem diante da tribo vencedora para preservarem suas vidas. A vencedora os mantinha vivos como propriedade de si, como propriedade privada, como escravos, bem como se apoderava de todos os bens da tribo vencida, inclusive de seus meios de produção, tais como os instrumentos de trabalho e a terra, dando início aos impérios, o que Marx denomina de *expropriação originária*. O senhor destinava ao escravo o trabalho mais hostil e dessa época em diante o trabalho passou a ser realizado por aqueles que perderam a liberdade e foram expropriados dos seus meios de produção. Surgia, assim, a *exploração do homem pelo homem*, resultando na configuração das classes sociais e a exploração de uma classe sobre a outra. De um lado, proprietários dos meios de produção e, de outro, escravos expropriados de liberdade e de meios de produção. Essa condição de desigualdade social se ampliou no transcorrer da história e se mantém até os dias atuais na configuração dada mundialmente a sociedades pelo império da classe burguesa capitalista.

Marx se perguntava de onde provém esse fenômeno singular do mercado, por um lado, encontramos um grupo de compradores que possui terras, maquinaria, matérias-primas e meio de vida, e, por outro, um grupo de vendedores que nada têm e que só têm a vender sua força de trabalho, braços laboriosos e cérebros. Conclui ele que

A investigação deste problema seria uma investigação do que os economistas chamam “*acumulação prévia ou originária*”¹¹, mas que deveria chamar-se *expropriação originária*. E veremos que esta chamada acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na *decomposição da unidade originária* existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho. [...] Uma vez consumada a separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho este estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova. (MARX, 1977, p. 358-359, grifos do autor).

¹¹ A expressão “acumulação prévia ou originária” Marx também define n’*O Capital* como “acumulação primitiva”.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels narram que, no transcorrer da história, observam-se diversos tipos de propriedade. Segundo eles, a primeira forma de propriedade é a *propriedade da tribo*, que correspondia a um tipo rudimentar de produção baseada na caça, na pesca, na criação de gado e em uma agricultura incipiente. A divisão do trabalho se dava de forma natural no âmbito da família e a estrutura social era uma extensão da estrutura familiar: no topo estavam os chefes da tribo patriarcal, seguidos dos membros da tribo e, por último, os escravos. “A escravatura latente na família só se desenvolve pouco a pouco com o crescimento da população, das necessidades, e das relações exteriores; e, quanto a estas, quer se tratasse de guerra ou de comércio” (1974, p. 20-21). A segunda forma é baseada na *propriedade comunitária* e na *propriedade do Estado* que existiam na antiguidade e que correspondiam na reunião de várias tribos numa única cidade, por contrato ou por conquista, e na qual subsistia a escravatura (MARX; ENGELS, 1974, p. 21). A terceira forma de propriedade era a *propriedade feudal* ou propriedade por ordens, na Idade Média. “Tal como a propriedade da tribo e a da comuna, aquela repousa por sua vez numa comunidade em que já não são os escravos, como acontecera no sistema antigo, mas sim os servos da gleba que constituem a classe directamente produtora” (MARX; ENGELS, 1974, p. 23).

No mundo capitalista, a forma de propriedade e do trabalho mudou significativamente. A propriedade capitalista se transformou em *propriedade dos meios de produção* e, ao invés de o capitalista ter a posse da pessoa como escrava, ele tem a liberdade legal de comprar tempo (horas, dias, meses e anos) determinado de força de trabalho de um ou de um conjunto de indivíduos “livres” para produzir mercadorias. Porém, não se deve esquecer que, durante a ascensão histórica do sistema capitalista, por meio do processo de colonização de muitos povos, o uso do trabalho escravo já tinha sido utilizado em várias regiões da Europa sob diversos impérios, como, por exemplo, o Império Romano – que possuía milhões de escravos, e a Grécia Clássica, onde a maioria da população era constituída de escravos. Após esse período, com a instituição dos feudos, essa condição humana foi substituída pela condição de servo da gleba. Mas o instituto da escravidão foi

revigorado e amplamente utilizado nas colônias, sob o domínio dos impérios europeus capitalistas, principalmente nos continentes africano e americano, o que contribuiu para um grande acúmulo do capital e a concentração da riqueza nas metrópoles.

A divisão do trabalho entre proprietários e não proprietários dos meios de produção decorre, então, da divisão entre trabalho intelectual e braçal, surgindo a hierarquia social por intermédio da divisão social do trabalho. Segundo Engels, a origem de classe surge a partir das relações de poder e vassalagem. Cabe aos escravos que perderam suas liberdades o trabalho. E, àqueles que possuem a propriedade dos meios de produção, dos quais se apropriaram como resultado das relações exteriores decorrente de guerras e comércio entre tribos, cabe a administração do trabalho. Dessa necessidade concreta surge a *desigualdade social*. A desigualdade social origina-se na desigualdade de gênero, no âmbito familiar, como instituto latente de primeira propriedade privada na forma de escravatura das mulheres e crianças que foram propriedades do homem. Mais tarde, esse tipo de propriedade é ampliada para toda a tribo e para uma reunião de tribos decorrente de guerras, que depois deu origem ao Estado.

Esta divisão do trabalho, que implica todas estas contradições e repousa por sua vez sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição *desigual* tanto em qualidade como em quantidade; dá portanto origem à propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravatura, decerto ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade, que aqui já corresponde aliás à definição dos economistas modernos segundo a qual é constituída pela livre disposição da força de trabalho de outrem. De resto, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – na primeira, enuncia-se relativamente à actividade o que na segunda se enuncia relativamente ao produto desta actividade (MARX; ENGELS, 1974, p. 38-39, grifo dos autores).

Como Marx e Engels definiram que a primeira forma de propriedade é a da tribo, dela se desmembra, mais tarde, a divisão de trabalho entre senhores e escravos e os antagonismos de classes sociais, tendo como consequência a exploração de classe por meio do trabalho. Na luta pela sobrevivência decorre a desigualdade social e, sob esse sistema de produção, os proprietários das terras e dos meios de produção se apropriam também dos produtos do trabalho. O senhor não mata o escravo por carência de reconhecimento no campo da moral enquanto senhor, como defendia Hegel, mas sim preserva a vida do escravo por necessidade de pô-lo a realizar as tarefas mais hostis de que a tribo necessita. Assim, se origina a escravidão. Nisso, o trabalho que antes propiciava o desenvolvimento da essência humana individual e social, portanto, a subjetividade humana, desse momento em diante adquire esse aspecto negativo para uma crescente parcela da população que, evolutivamente, vem sendo expropriada de liberdade e dos seus meios de produção até os dias atuais e é explorada até a exaustão ou até a perda de suas próprias vidas na produção de mercadorias para acumulação privada.

A propriedade privada evolui constantemente de forma mais sofisticada e ampliada e a divisão do trabalho será também potencializada em escala mundial. Primeiramente, a divisão do trabalho se dá de forma natural no aspecto gênero, com as atividades desenvolvidas por homens e mulheres a partir de suas forças físicas; no segundo momento, entre senhores e escravos, o que corresponde à primeira divisão mais geral entre trabalho intelectual e braçal, correspondentemente entre expropriadores e expropriados. Mais tarde, a divisão se dá entre cidade e campo e entre Estados e, assim, a divisão vai se especializando também em setores da economia. Entre os Estados, a divisão do trabalho se especializa de acordo com a da produção do campo ou do comércio marítimo e da indústria. E, na produção industrial, a divisão se especializa nos diferentes setores da economia.

Os vários estádios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade; dizendo de outro modo, cada novo estádio na divisão de trabalho determina igualmente as relações entre

os indivíduos no que toca ao material, aos instrumentos e aos produtos do trabalho” (MARX; ENGELS, 1974, p. 20).

A divisão do trabalho só surge efectivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. A partir deste momento, a consciência *pode* supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de facto qualquer coisa sem representar algo de real. E igualmente a partir deste instante ela encontra-se em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, teologia, filosofia, moral, etc. Mas mesmo quando essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral, etc., entram em contradição com as relações existentes, isso deve-se apenas ao facto de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente; aliás, o mesmo pode acontecer numa determinada esfera nacional porque, nesse caso, a contradição produz-se não no interior dessa esfera nacional mas entre a consciência nacional e a prática das outras nações, quer dizer, entre a consciência nacional de uma determinada nação e a sua consciência universal (MARX; ENGELS, 1974, p. 37).

Essa concepção de propriedade privada de Marx e Engels, por exemplo, difere significativamente do romântico Rousseau quando esse tratou, no “Discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (1754/1988), que os problemas sociais decorriam de uma demarcação territorial como propriedade privada, dando origem aos ricos e pobres. Seguindo outra hipótese da origem da desigualdade social, o anarquista Proudhon escreveu dizendo que “a propriedade é um roubo” (1840/1998). Esses autores, mesmo partindo de concepções distintas de propriedade privada, trabalham dentro de um consenso, o de que a origem da desigualdade social tem como causa a propriedade privada, diferentemente da concepção liberal da economia política burguesa, que fundamenta sua visão social na positividade decorrente da propriedade privada. Por isso Marx e Engels defenderão a supressão da propriedade privada dos meios de produção como solução das mazelas sociais por meio da revolução social.

1.5 A CONSEQUÊNCIA DA PROPRIEDADE PRIVADA É A ALIENAÇÃO NO TRABALHO E A CONSEQUENTE MISÉRIA MATERIAL E ESPIRITUAL DA CLASSE TRABALHADORA

Em decorrência da propriedade privada dos meios de produção e da consequência que disso deriva, o trabalho, que era uma atividade geradora da essência humana em determinado momento histórico, transforma-se em atividade alienadora para uma parcela crescente da humanidade, fato esse que vem se agravando até os dias atuais. Esse aspecto é importante ressaltar na teoria marxiana, tendo em vista os princípios materialistas cujas premissas dão base a essa concepção de pensamento filosófico e científico.

O fato de haver apropriação privada dos meios de produção tem como consequência a apropriação privada dos produtos do trabalho e, também, a apropriação do trabalho alheio. Como escreve Marx, no Terceiro Manuscrito: “A *essência subjetiva* da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como *sujeito*, como pessoa, é o *trabalho*” (MARX, 1987a, p.170, grifos do autor).

Esse fato, essa relação de propriedade (para si) e de não propriedade, conduz, ao mesmo tempo, ao dilaceramento do homem em si mesmo, que vive uma essência contraditória. Nesta passagem Marx explica que

Ao converterem em sujeito a propriedade privada em sua figura ativa, ao mesmo tempo fazem tanto do homem uma essência (*Wesen*), como do homem como não-ser (*Unwesen*) uma essência contraditória tomada como princípio. A *realidade* dilacerada da *indústria* confirma o próprio princípio *dilacerado em si mesmo*, muito longe de refutá-lo, pois seu princípio é justamente o princípio dessa dilaceração (MARX, 1987a, p. 170, grifos do autor).

As diferentes formas de propriedades privadas, no transcorrer da produção econômica da humanidade, atingem com o sistema capitalista a alienação total do ser humano em relação aos produtos por ele

produzido. Nesse contexto, quanto mais ele produz, mais se aliena, tendo em vista a apropriação privada por outro (classe capitalista) dos produtos de sua própria realização.

Esta propriedade privada *material*, imediatamente *sensível*, é a expressão material e sensível da vida *humana alienada*. Seu movimento – a produção e o consumo – é a manifestação *sensível* do movimento de toda a produção passada, isto é, da efetivação (*verwirklichung*) ou efetividade (*Wirklichkeit*) do homem. Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte, etc., são apenas modos *particulares* da produção e estão submetidos à sua lei geral. A superação positiva da *propriedade privada* como apropriação da vida *humana* é por isso a superação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem, da religião, da família, do Estado, etc., ao seu modo de existência humana, isto é, social (MARX, 1987a, p. 174-175, grifos do autor).

A alienação do trabalho ocorre em quatro situações que compõem a unidade do processo produtivo e Marx trata dessa questão no Primeiro Manuscrito que compõe o livro *Manuscritos econômico-filosóficos* (2002). O autor sintetiza em quatro aspectos a alienação do ser humano em relação ao trabalho e que, no modo de produção capitalista, é levada ao extremo e repercute em problemas individuais e sociais. A crítica que o autor faz dessa condição a que estão sujeitas bilhões de pessoas atualmente fundamenta o núcleo de sua crítica ao modo de produção econômica sob a administração do capital, e deixa claro que a alienação advém justamente dessa exploração de classe que, em síntese, é a exploração do homem pelo homem.

A situação social em que se encontra a classe trabalhadora, sob o domínio dos detentores do capital, sujeita os indivíduos que a compõem a uma situação de degradação humana decorrente do processo de trabalho de forma alienada. A crítica ao trabalho alienado que Marx faz é relevante por considerar o trabalho como atividade humana genuína e responsável pela constituição da essência humana. Em sua análise da economia política, Marx afirma que o trabalhador, ao produzir mercadoria, “decai à mais miserável mercadoria” e que sua miséria “está na razão inversa do poder e da magnitude da sua produção, que o resultado

necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos”, além de resultar no “mais terrível monopólio”, o que configura de vez a cisão da sociedade inteira em “duas classes, dos *proprietários* e dos *trabalhadores sem propriedade*” (MARX, 1989, p. 147, grifos do autor).

Ao observar este fato econômico-político Marx conclui que, quanto mais há o progresso econômico capitalista levado a cabo pela apropriação privada, mais necessariamente ele produz a pobreza espiritual dos trabalhadores e sua miséria material.

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1989, p. 148).

Um dos aspectos destacados por Marx é que a alienação, derivada da atividade humana, se objetiva em um produto, ou seja, concretiza-se no produto do trabalho, numa mercadoria. “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a *objetivação* do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação.” Mas o fato desse produto não pertencer ao trabalhador, portanto, ao produtor, o torna alheio a ele e o defronta como um ser estranho e com “um *poder independente* do produtor” (MARX, 1989, p. 149, grifos do autor). Sob o capitalismo, a realização do trabalho e os produtos na forma de mercadoria dele decorrentes apresentam-se ao trabalhador como a sua *desejetivação*, assim como a perda dos produtos de sua própria produção, bem como a servidão em relação ao objeto produzido, ao mesmo tempo que esse objeto é sua própria *exteriorização*.

Esse aspecto negativo da desejetivação do trabalhador trata-se da contradição fundamental em relação ao trabalho como atividade humana genuína e responsável pela constituição da essência humana. “A realização efetiva do trabalho tanto aparece como desejetivação que o

trabalhador é desefetivado a ponto de morrer de fome. [...] A apropriação do objeto tanto aparece como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 1989, p.150).

Todas estas consequências estão na determinação de que o trabalhador se relaciona *com o produto do seu trabalho* como um objeto *alheio*. Pois segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si, tão mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior, tanto menos coisas lhe pertencem como suas. É da mesma maneira na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos retém em si mesmo. O trabalhador coloca a sua vida no objeto, mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Portanto, quão maior esta atividade, tanto mais o trabalhador é semi-objeto. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quão maior este produto, tanto menos ele mesmo é. A *exteriorização* do trabalhador em seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência *exterior*, mas também que ela existe *fora dele*, independente de e alheia a ele, tornando-se um poder autônomo frente a ele, o significado de que a vida que ele conferiu ao objeto se lhe defronta inimiga e alheia (MARX, 1989, p. 150-151, grifos do autor).

Marx considera agora mais de perto a objetivação, a produção do trabalhador, assim como a alienação, a perda do objeto e do seu produto. Aqui fica mais clara a relação do trabalhador com o seu produto do trabalho. Sendo o trabalho um intercâmbio entre o homem e a natureza, quanto mais os indivíduos trabalham, mais se tornam privados dos produtos desse trabalho e da natureza. Ao trabalhar, os indivíduos contribuem para o processo de privatização porque os produtos objetivados do seu trabalho, que resultam em mercadorias, não pertencem aos trabalhadores, que são os verdadeiros produtores, mas aos possuidores de capitais. Portanto, quanto mais produzem os indivíduos da classe trabalhadora, mais eles se apropriam dos recursos naturais e os transformam em mercadorias, contribuindo necessariamente com o

processo de privatização e, automaticamente, para a sua própria miséria, diminuindo, assim, as possibilidades de acesso aos meios de subsistência. Esta contradição insolúvel no modo de produção capitalista, na qual o trabalho é capitaneado pelo capital, resulta necessariamente em que, por mais contraditória que se mostre essa relação, o próprio trabalhador é o responsável pela privatização ao produzir subsumido pelo capitalista, resultando na sua própria miséria. Como explica Marx,

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensorial*. Ela é o material no qual o seu trabalho se realiza efetivamente, no qual é ativo, a partir do qual e mediante o qual produz.

Mas assim como a natureza oferece [os] *meio[s]* de vida do trabalho no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece por outro lado o[s] *meio[s]* de vida no sentido mais estrito, a saber, o[s] *meio[s]* de subsistência física do *trabalhador* mesmo.

Portanto, quanto mais o trabalhador se *apropria* do mundo exterior, da natureza sensorial, através do seu trabalho, tanto mais ele se priva de *meio[s]* de vida segundo um duplo aspecto, primeiro, que cada vez mais o mundo exterior sensorial cessa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que cada vez mais cessa de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador (MARX, 1989, p. 151, grifos do autor).

Segundo Marx, em razão desse duplo aspecto do trabalho empreendido pelos indivíduos na apropriação do mundo exterior, ou seja, da natureza sensorial, nesse processo de objetivação de uma ideia em um produto que se transforma em mercadoria, os trabalhadores agem contrariamente a si próprios, negando-se, alienando-se e tornando-se servos do seu objeto

[...] primeiro ao receber um *objeto de trabalho*, isto é, receber *trabalho*, e segundo ao receber *meios de subsistência*, para que possa existir primeiro como trabalhador e,

segundo, como *sujeito físico*. O extremo desta servidão é que apenas como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador (MARX, 1989, p. 152, grifos do autor).

Marx, neste parêntese que faz, torna ainda mais esclarecedor o processo de alienação e do empobrecimento espiritual e material do trabalhador sob o domínio do capital:

Segundo leis da Economia Política a alienação do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que *quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade*, que quanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que quanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza [*sic*] (MARX, 1989, p. 152, grifo nosso).

Esse processo hostil que se tornou o trabalho precisa ser encoberto. E, como resultado disso, escreve o autor, aparece a ocultação dessa alienação na essência do trabalho pela Economia Política vigente. Ela procura dissimular a relação imediata entre o trabalhador, que é o verdadeiro produtor, e a produção (a mercadoria). Assim, as vozes hegemônicas conseguem dissuadir a opinião pública, apresentando os capitalistas como os produtores, para poder manter essa aberração social em que se transformou a produção social.

É claro. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz belezas, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador (MARX, 1989, p. 152, grifos do autor).

Além da alienação do trabalhador que ocorre em relação aos pro-

duto do seu trabalho, ela também pode ser constatada anteriormente no ato da produção desse produto.

Pois o produto é só o resumo da atividade, da produção. Se, por conseguinte, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem que ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. Na alienação do objeto do trabalho só se resume a alienação, a exteriorização na atividade mesma do trabalho (MARX, 1989, p. 152-153).

Marx responde em que consiste a exteriorização do trabalho:

Primeiro, que o trabalho é *exterior* ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência, que portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína a sua mente. Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, *trabalho forçado*. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. A sua alienidade emerge com pureza no fato de que, tão logo não exista coerção física ou outra qualquer, se foge do trabalho como de uma peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho aparece para o trabalhador no fato de que o trabalho não é seu próprio, mas sim de um outro, que não lhe pertence, que nele ele não pertence a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano atua sobre o indivíduo independente deste, ou seja, como uma atividade alheia, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é sua autoatividade. Pertence a um outro, é a perda de si mesmo (MARX, 1989, p. 153, grifos do autor).

Por conseguinte, escreve Marx, o resultado desse processo de alienação do homem no processo de trabalho faz com que os homens só se sintam livremente ativos em funções animais, como comer, beber

e procriar e, no máximo, ao possuir moradia e ornamentos, enquanto em suas funções humanas permanecem ainda como animais. “O que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal” (MARX, 1989, p. 154). Diz ainda Marx que é óbvio que comer, beber e procriar também são funções genuinamente humanas. “Porém, são animais na abstração que as separa do círculo restante da atividade humana e as faz fins últimos e exclusivos” (MARX, 1989, p. 154).

Resumindo, foram considerados até aqui dois aspectos do ato de alienação da atividade humana prática. O primeiro diz respeito à relação do trabalhador com o produto do seu trabalho e simultaneamente trata-se da sua relação com o mundo exterior sensorial composto de um conjunto de objetos resultante de seu trabalho. Porém, seu produto depois o defronta hostilmente como um objeto alheio a ele e com poder sobre ele. O segundo aspecto trata da relação do trabalhador no ato da produção de objetos. Essa relação diz respeito a sua própria atividade, que também é uma atividade alheia e que não pertence a ele. Por esse fato, o trabalho, que deveria ser realizado com prazer por ser ato criativo, transforma-se em

[...] atividade como sofrimento, a força como impotência, a procriação como emasculação, a energia mental e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. *A auto-alienação*, tal como acima a alienação da coisa (MARX, 1989, p. 154, grifos do autor).

Desses dois aspectos da alienação, Marx extrai uma terceira determinação do *trabalho alienado*. O homem, diz Marx, “é um ser genérico” (MARX, 1989, p. 154). Tanto o homem quanto o animal vivem da natureza inorgânica e ambos são seres genéricos. Todo o gênero humano necessariamente depende da natureza para existir, para procriar e se alimentar, e nessa constatação aparece a universalidade do homem e de todas as espécies.

Na prática a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1. um

meio de vida imediato, quanto na medida em que é 2. a matéria, o objeto e o instrumento da sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza, significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 1989, p. 155, grifos do autor).

A crítica fundamental que Marx faz ao sistema capitalista, de reduzir a atividade genérica do homem a uma atividade com fim em si mesma, apenas como meio de existência física, contrariamente ao papel importante que o trabalho possui na constituição da essencialidade humana, se trata de uma das mais importantes denúncias. Segundo ele, à medida que o trabalho alienado aliena o homem da natureza e de si mesmo, aliena também o homem do *gênero*. O trabalho alienado “faz da *vida do gênero* um meio da vida individual. Em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, em segundo faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada” (MARX, 1989, p. 155, grifo do autor). Esse é o terceiro aspecto da alienação.

Pois em primeiro lugar o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem só como um *meio* para satisfazer uma necessidade, a necessidade de manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida do gênero. É a vida engendradora de vida. No tipo de atividade vital jaz o caráter inteiro de uma *spécies*, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*.

O animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto do seu querer e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com a qual ele conflua imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imedia-

tamente da atividade vital animal. É precisamente só por isso que ele é um ser genérico. Ou ele é só um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Só por isto a sua atividade é atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência* (MARX, 1989, p. 156-157, grifos do autor).

Diferentemente dos animais que produzem unilateralmente e imediatamente para si e seu filhote, o homem produz universalmente.

[O] animal produz para sob o domínio da necessidade física e imediata, ao passo que o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente sendo livre da mesma; só produz a si mesmo, ao passo que o homem reproduz a natureza inteira; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, ao passo que o homem se defronta livre com o seu produto. O animal forma só segundo a medida e a necessidade da *species* à qual pertence, ao passo que o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species* e sabe em toda a parte aplicar a medida inerente ao objeto; por isso o homem também forma segundo as leis da beleza (MARX, 1989, p.156-157, grifos do autor).

Esse processo de exteriorização e interiorização dialética que ocorre nessa relação metabólica entre o homem e a natureza, nesse trabalhar o mundo objetivo e construir a subjetividade humana, essa vida genérica operativa e riquíssima de sentido, sob o trabalho alienado capitalista produz o seu inverso, ou seja, a desefetivação enquanto um ser social e genérico.

Portanto, é precisamente ao trabalhar o mundo objetivo que o homem primeiro se prova de maneira efetiva como um *ser genérico*. Esta produção é sua vida genérica operativa. Por ela a natureza aparece como a *sua* obra e a sua realidade objetiva. O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: ao se duplicar não só intelectualmente tal como na consciência, mas operativa, efetivamente e portanto ao se intuir a si mesmo num mun-

do criado por ele. Por conseguinte, ao arrancar do homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado lhe arranca a sua *vida genérica*, a sua objetividade genérica efetivamente real e transforma a sua vantagem ante o animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 1989, p. 157, grifos do autor).

Ao arrancar o homem de sua vida genérica e transformá-lo num individualista concorrencial com outros indivíduos individualistas, o trabalho alienado faz da vida desses indivíduos um meio de existência física somente. “Em geral, a proposição de que o homem está alienado do seu ser genérico significa que um homem está alienado do outro, tal como cada um deles da essência humana” (MARX, 1989, p. 158). Nessa alienação, o indivíduo se autoproduz individualmente de forma mecânica e sem produzir a liberdade social que é constituinte do ser social. Há, portanto, uma alienação entre os indivíduos que compõem a sociedade. O trabalho alienado, diz Marx, faz com que o

[...] *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *alheio* a ele, um *meio* da sua *existência individual*. Aliena do homem o seu próprio corpo, tal como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana* (MARX, 1989, p. 158, grifos do autor).

Disso resulta a quarta alienação:

Uma consequência imediata do fato de o homem estar alienado do produto do seu trabalho, da sua atividade vital, do seu ser genérico, é o *homem estar alienado do homem*. Quando o homem está frente a si mesmo, então o *outro* homem está frente a ele. O que vale para a relação do homem com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e consigo mesmo, isto vale para a relação do homem com o outro homem, bem como com o trabalho e o objeto de trabalho do outro homem (MARX, 1989, p. 158, grifos do autor).

Esse problema da alienação do homem dos outros homens, do gênero humano, a que Marx dá muita ênfase, significa uma situação

negativa para o progresso humano, o que resulta em um campo fácil de poder da ideologia sobre a classe trabalhadora e a dificuldade que disso resulta para construir uma consciência de classe para a organização política dos trabalhadores e superar a situação de degradação vigente na busca da sociedade humana reconciliada com a natureza. Heller, baseada em Marx, afirma que *“El objeto más elevado de la necesidad humana es el outro hombre. Em otras palabras: la medida em que el hombre con fin se há convertido em el más elevado objeto de necesidad para el outro hombre determina el grado de humanización de las necesidades humanas”* (HELLER, 1986, p. 44). Marx, nessa exposição do trabalho alienado, demonstra que os produtos do trabalho não pertencem aos indivíduos trabalhadores que os produziram, mas a um outro ser, que não são os deuses, mas sim a outro homem, ao personificador do capital. Assim, como o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, a sua própria atividade também não lhe pertence, sendo uma atividade alheia, obtida por coação. “O ser *alheio* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, a serviço do qual está o trabalho e para cuja fruição está o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo” (MARX, 1989, p. 159, grifos do autor).

Sendo dessa forma uma atividade alienada, o trabalho se torna um tormento, não sendo uma fruição de liberdade, de agir na constituição do mundo que enriquece a essência humana, tornando os indivíduos alheios e alienados de sua própria condição. Não sendo uma atividade com a “alegria de viver”, os prazeres decorrentes da produção só podem pertencer a um outro. “Não os deuses, não a natureza, só o homem mesmo pode ser este poder alheio sobre os homens” (MARX, 1989, p. 159, grifos do autor). Esse outro que tem poder sobre os outros são os capitalistas, na expressão de Marx, os personificadores do capital, que se apropriam do trabalho alheio e dos produtos desse trabalho, de forma privada.

Explica Marx que, pelo trabalho exteriorizado de forma alienada, o trabalhador se torna alheio a sua própria atividade criadora e engendra a relação capitalista de dominação e, ao mesmo tempo, contribui para a apropriação privada contínua por meio desse exteriorizar-se. “A

propriedade privada é, portanto o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 1989, p. 160-161, grifos do autor). Segundo Marx, a propriedade privada é uma consequência do trabalho exteriorizado, “assim como também os deuses são *originalmente* não a causa, mas o efeito dos erros do entendimento humano. Mais tarde esta relação reverte em efeito recíproco” (MARX, 1989, p. 162, grifo do autor).

Segundo Mészáros (2006), a preocupação maior de Marx está no aspecto mais fundamental da alienação, que é o fato de a atividade vital humana – engendradora da essência individual e genérica do homem – no capitalismo ser vendida como uma mercadoria:

[...] ‘a venda da própria atividade vital’ até a afirmação de que ‘atividade vital se transforma num simples meio de existência’, passando pela ideia de que o mundo perceptível, devido ao caráter exterior do trabalho, não é apropriado pelo homem diretamente, de forma sensível, tal como seria ontologicamente adequado, mas é mediado por ‘salários’ abstratos, em consequência da transformação da força de trabalho numa mercadoria [...] (MÉSZÁROS, 2006, p. 219).

Sinteticamente, o trabalho, na concepção de Marx, contém um duplo aspecto; primeiro o de ser uma atividade genuinamente humana, e, pelo fato, de o ser humano ser natural e histórico, necessita produzir os meios de manutenção de sua existência biológica e social; segundo e, ao mesmo tempo, o trabalho, em decorrência dessa condição, deve ser atividade engendradora de liberdade de criação e de fruição do conhecimento humano com intuito de tornar o imperativo da necessidade um tempo marginal na vida social. Dessa forma, a liberdade deve emancipar-se da necessidade natural, o que, nas condições dadas pelo capitalismo, torna-se impossível, pelo fato de ser ele um modo de produção que necessita reproduzir necessidades supérfluas para perpetuar sua lógica da acumulação, circunscrevendo os indivíduos na circularidade consumista e tornando-os escravos das necessidades primárias.

1.6 A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO EXPLORAÇÃO DE CLASSE: A CONDIÇÃO VITAL DE EXISTÊNCIA DO SISTEMA DO CAPITAL

As formações pré-capitalistas tiveram seu início na Europa durante o século XV, no interior da produção feudal que se desenvolveu durante a Idade Média, e resultam da necessidade de produção de mercadorias para o crescente comércio internacional que se iniciava. Surgiu um comerciante, com o capital inicial que acumulou, precisando de produtos, ou seja, mercadorias. Com o capital que acumulou desse comércio protocapitalista, os comerciantes burgueses adquiriram instrumentos de trabalho, reuniram esses elementos numa oficina e os puseram a produzir mercadorias. Assim sendo, o modo de produção capitalista, segundo Marx, tem sua origem na circulação.

A circulação das mercadorias é o ponto de partida da capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram ao século XVI a moderna história do capital. (MARX, 1988a, p. 165, grifo nosso)

As guildas (corporações de ofícios), com os controles culturais rígidos de produção, não atendiam à demanda emergente e os centros urbanos estavam se sobrecarregando de desocupados que vieram fugidos ou foram expulsos das glebas em que eram servos (MARX, 1986). Esses comerciantes tinham diante de si abundante força de trabalho disponível e enorme quantidade de matéria-prima a ser transformada.

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. (MARX, 1988a, p. 190)

Para o capital encontrar o trabalhador livre para vender sua força de trabalho precisou, antes disso, do produtor direto, ou seja, o trabalhador teve de dispor de sua pessoa, que antes estava vinculada à gleba como

escrava ou serva, e livrar-se do domínio das corporações (guildas) e de seus regulamentos, que subordinavam os aprendizes e oficiais, e ainda das regras a que estava sujeito o trabalho nas corporações (MARX, 1988, p. 830). Escreve Marx (1988, p. 830): “Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa [...]”.

Em seu livro *A miséria da filosofia* (1985), no qual combate Proudhon por meio do debate, Marx esclarece o aparecimento da fábrica e da indústria manufatureira que substituíram as corporações de ofícios (guildas). Ele observa que, para responder como nasceu a fábrica, seria necessário ver como se desenvolveu a indústria manufatureira. Uma indústria que ainda não era moderna e sequer possuía máquinas, mas tampouco era a indústria dos artesãos da Idade Média ou a doméstica. Explica que a condição indispensável para a formação da indústria manufatureira era a acumulação de capitais, facilitada pela introdução dos metais preciosos vindos da América. Também mostra que o aumento dos meios de troca teve por consequência a queda dos salários e das rendas fundiárias, assim como aumentou os lucros industriais. Ou seja, enquanto a classe dos trabalhadores, os senhores feudais e povo decaíam, a burguesia ascendia. E aponta:

Um outro ponto que ainda não foi devidamente apreciado na história da indústria manufatureira foi a liberação de numerosos séquitos dos senhores feudais, cujos membros subalternos se tornaram vagabundos antes de entrar nas fábricas. A criação da fábrica foi precedida, nos séculos XV e XVI, por uma vagabundagem quase universal. A fábrica encontrou, ainda, um forte apoio entre os numerosos camponeses que, expulsos continuamente dos campos pela sua transformação em pastagens e pelos progressos agrícolas que requeriam menos braços para a cultura das terras, afluíram às cidades durante séculos inteiros.

A ampliação do mercado, a acumulação de capitais, as modificações verificadas na posição social das classes, uma multidão de pessoas privadas das suas fontes de renda – eis as várias condições históricas para a formação da manufatura. Não foram, como diz o Sr. Proudhon, nego-

ciações amistosas entre iguais que reuniram os homens na fábrica. A manufatura não nasceu sequer no seio das antigas corporações. Foi o comerciante quem se tornou o chefe da oficina moderna, não o antigo mestre das corporações. Em quase todos os lugares, houve uma luta encarniçada entre a manufatura e os ofícios artesãos. (MARX, 1985, p. 128-129)

O capital inicial surge do comércio, mas o lucro, desse momento em diante, será gerado na produção, na oficina capitalista, onde ocorre a exploração – do trabalho dos homens, das mulheres e das crianças e da matéria-prima vinda da natureza – que se efetivará concretamente. Os limites impostos pela rigidez das guildas, que produziam apenas para atender a demanda local ou regional, impôs aos comerciantes a necessidade de organizar a produção de novas mercadorias para o comércio em ascensão.

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que “por toda parte enchiam inutilmente os solares”, [...]. (MARX, 1988, p. 833)

Os comerciantes com uma acumulação primária promovem o modo de produção capitalista diferentemente do modo de produção feudal, e a forma de exploração do homem pelo homem muda com a nova forma de produzir capitalista. Desse momento em diante, a propriedade privada muda de forma: de servo da gleba explorado pelo senhor feudal, o sujeito passa à condição de trabalhador a ser explorado pelo capitalista.

O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreender sua marcha, não precisamos ir muito longe na história. Embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades

mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo, e já estão em plena decadência as cidades soberanas que representam o apogeu da Idade Média. (MARX, 1988, p. 831)

Segundo Marx, *é a circulação das mercadorias que é o ponto de partida do capital*, contexto social onde o dinheiro se transforma em capital. “A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital.” (MARX, 1988a, p. 165) Porém, Marx mostra que o valor excedente, portanto, a mais-valia, não se origina na circulação, mas fora dela, que parece ser imperceptível. Segundo ele,

A circulação é a soma de todas as relações mútuas dos possuidores de mercadorias. Fora dela, o possuidor de mercadorias só mantém relações com sua própria mercadoria. No que toca ao valor desta, a relação limita-se a conter ela uma quantidade de trabalho dele, medida de acordo com determinadas leis sociais. (MARX, 1988a, p. 185)

Por outro lado, é “impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera da circulação, sem entrar em contacto com outros possuidores de mercadorias, consiga expandir um valor, transforme, portanto, dinheiro ou mercadoria em capital.” (MARX, 1988a, p. 186) Em síntese, a acumulação primária que deu início ao sistema capitalista começa na esfera da circulação, mas, a partir desse momento, a acumulação acontece no momento da produção da mercadoria, quando ocorre a extração da mais-valia que estabelece o processo de valorização do capital, apesar de o lucro do capitalista só se realizar na esfera da circulação, portanto, na venda dessas mercadorias no livre mercado.

Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de traba-

lho, não tendo além desta outra mercadoria para vender. (MARX, 1988a, p. 189)

A exploração no modo capitalista de produção ocorrerá na esfera da produção organizada em oficinas de manufaturas, fábricas e grande indústria, e não na circulação das mercadorias. A força de trabalho entra nessa relação como uma mercadoria que o capitalista compra e dela faz uso para auferir seu lucro.

O Consumo da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera da circulação. Por isso, juntamente com o dono do dinheiro e o possuidor da força de trabalho abandonaremos essa esfera ruidosa, onde tudo ocorre na superfície e à vista de todos, para acompanhá-los ao local reservado da produção, a cuja entrada está escrito: 'No admittance except on business'. Veremos aí como o capital produz e também como é produzido. O mistério da criação do valor excedente (mais-valia) se desfará finalmente. (MARX, 1988a, p. 196)

A organização do processo de trabalho por meio das manufaturas conduziu à modificação das relações de classe, ou seja, entre trabalhador e empregador. Nas corporações de ofícios as relações eram patriarcais, entre os oficiais e mestres, e nas manufaturas foram substituídas pela relação entre trabalhadores, personificadores da força de trabalho e expropriados dos meios de produção, e os capitalistas, donos dos meios de produção, que são personificadores do capital. (MARX; ENGELS, 1974, p. 68-69).

Cita Marx, em vários de seus escritos, que no período de transição do modo de produção feudal para o modo capitalista, os servos das glebas que abandonavam os feudos ou eram expulsos avolumavam-se nos centros urbanos e não possuíam a cultura do trabalho que o modo nascente de produção exigia. Para sucumbirem ao *tripalium* foi necessária muita coerção do Estado. O autor cita que, entre o final do século XV e início do século XVI o rei Henrique VIII da Inglaterra mandou para a força 72.000 homens considerados vagabundos, por resistirem a essa nova forma de produzir, principalmente em longas jornadas de trabalho, nos ambientes perigosos e insalubres. (MARX, 1986, p. 125)

A partir do ponto de vista de Marx,

O capital é então *o poder de domínio* sobre o trabalho e sobre os seus produtos. O capitalista tem este poder, não em razão das suas virtudes pessoais ou humanas, mas como *proprietário* do capital. O seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada se pode contrapor.” (MARX, 1986, p. 80, grifos do autor)

Sendo o capitalista proprietário do capital, somente ele tem maior poder de barganha no mercado para comprar a mercadoria que lhe trará lucro ao capital inicial, por meio dos trabalhadores. O mercado é a esfera na qual as mercadorias se apresentam, a arena em que comprador e vendedor se relacionam por meio da lei da concorrência. Nesse âmbito, os capitalistas compram instrumentos de produção, matérias-primas e força de trabalho e os reúnem numa oficina, fábrica ou indústria para organizar a produção de novas mercadorias e garantir as condições para a produção de excedentes sob o domínio do imperativo da acumulação.

Dentre essas mercadorias, a força de trabalho é a mercadoria especial, por ser ela a única a criar valor e com isso possuir a capacidade de produzir mais valor do que foi originalmente empregado pelo capitalista. Afirma Marx:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 1988a, p. 54)

Em sua análise científica, ele conclui que duas características distinguem o modo capitalista de produção de outros modos anteriores:

Primeiro é que “seus produtos são mercadorias”. (MARX, 1985, p. 1007) Porém, “Produzir mercadorias não o distingue de outros modos de produção” (MARX, 1985, p. 1007), *mas o que o distingue é o fato de que esse modo de produção é determinado exclusivamente pela forma mercadoria*. Isso significa que a força de trabalho dos

indivíduos pertencentes à classe trabalhadora e os produtos de seus trabalhos são transformados em mercadorias. Segundo Marx, “[...] a circunstância de seu produto ter, de maneira dominante e determinante, o caráter de mercadoria. Isto implica, de saída, que o próprio trabalhador se apresente apenas como vendedor de mercadoria e, por conseguinte, como assalariado livre.” (MARX, 1985, p. 1007)

A segunda característica, segundo Marx (1985, p. 1008), é: “O que distingue particularmente o modo capitalista de produção é a circunstância de a produção da mais-valia ser objetivo direto e causa determinante da produção.” Segundo o autor, o capital produz essencialmente capital, mas, para fazê-lo, precisa extrair mais-valia, que é seu objetivo. Diz Marx que, ao estudar a mais-valia relativa e sua conversão em lucro, percebeu que se ergue, sob a base desse modo de produção peculiar, a era capitalista. Em sua definição: A era capitalista é uma “forma particular do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, mas como forças do capital, autônomas ante o trabalhador e por isso em oposição direta ao desenvolvimento dele.” (MARX, 1985, p. 1008) E ele observa também que

A produção pelo valor e pela mais-valia, conforme também vimos, implica a tendência, sempre operante, para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o valor dela, abaixo da média social vigente. O impulso para restringir ao mínimo o custo da produção torna-se a mais poderosa alavanca para crescer a produtividade social do trabalho; mas, esse acréscimo toma a aparência de elevação constante da produtividade do capital. (MARX, 1985, p. 1008)

A análise de Marx revela que essa condição social nascida do modo de produção capitalista e as relações sociais que dela decorrem estabelecem o *modus operandi* desse novo período histórico da humanidade com caráter transitório. Estabelece a maneira como se dão as relações de produção entre capitalistas e trabalhadores, a de produção e de distribuição social da produção econômica decorrente:

[...] o modo capitalista de produção tem natureza particular, especificidade historicamente definida; como qualquer outro modo determinado de produção pressupõe, como condição histórica, dado estágio das forças produtivas sociais e de suas formas de desenvolvimento; essa condição é o resultado histórico e o produto de processo anterior, e dela parte e nela se baseia o novo modo de produção; as relações de produção correspondentes e esse modo particular de produção historicamente determinado – relações que o homens estabelecem no processo da vida social, na formação da vida social – têm caráter específico, histórico e transitório; as relações de distribuição, na essência, se identificam com as relações de produção, das quais são a outra face, de modo que estas e aquelas participam do mesmo caráter historicamente transitório. (MARX, 1985, p. 1005)

Portanto, a relação entre capital e trabalho determina a especificidade desse modo de produção:

Os agentes principais desse modo de produção, o capitalista e o assalariado, como tais, são meras encarnações, *personificações do capital e do trabalho assalariado*; caracteres sociais definidos que o processo social de produção imprime aos indivíduos; produtos dessas relações sociais definidas da produção. (MARX, 1985, p. 1007, grifo nosso).

1.6.1 O trabalho como substância do valor da mercadoria

A exploração na sociedade moderna ocorre por meio da colonização do trabalho pelo capital. Esse trabalho é administrado pelos detentores de capitais no modo de produção capitalista que objetiva produção de mercadorias para a obtenção de lucro por intermédio da extração da mais-valia. O modo de produção capitalista tem por base a propriedade privada dos meios de produção, e quem a possui se apropria dos produtos do trabalho e das riquezas sociais produzidas. Na sociedade dividida em classes sociais, há a classe capitalista ou burguesa que detem, de forma privada, os meios de produção, e a classe que não possui esses meios e que, no transcorrer da ascendência histórica dos sucessivos modos de produção, foi expropriada, configurando-se hoje

como classe trabalhadora (proletária, operária ou assalariada).

Na economia política do livre mercado, ambas as classes se apresentam no mercado como se fossem iguais socialmente, pelo menos de acordo com as leis liberais do Estado; uma como compradora de trabalho e a outra como vendedora de força de trabalho. Essa relação ocorre no mercado moderno, de compra e venda de trabalho originado da desigualdade decorrente do processo de ascensão histórica da humanidade, para que se consolidasse o modo de produção capitalista, e foi necessário tornar esse processo legal, portanto, instituído formalmente por leis do Estado que regessem as relações de trabalho. Mas, para isso, historicamente, a burguesia, essa classe que estava em ascensão, visando manter sua lógica de produção e com o poder econômico que conquistou, no momento em que as instituições feudais não mais atendiam às suas necessidades, solapou o poder político para estabelecer o conjunto de leis e as regras de convivência social que viriam reger o moderno modo de produção e atender aos interesses da classe capitalista no poder. Dessa necessidade irrompeu a revolução burguesa liberal, que tem como ícone a Revolução Francesa, ocorrida em 1789.

A condição de desigualdade de classe entre proprietários e não proprietários não é vista assim pelo liberalismo, que defende uma condição de igualdade social entre todos os indivíduos/cidadãos que pertencem ao Estado. De forma ideológica, procura constantemente difundir e inculcar, bem como velar essa desigualdade social estruturalmente histórica, como se esta fosse uma igualdade natural que se apresenta no mercado, como indivíduos iguais e não como classes. Mas, ao se analisar criticamente o processo histórico, observa-se que parcela crescente da humanidade foi sendo expropriada pelos diversos modos de produção anteriormente existentes. Os expropriados, no modo de produção capitalista, são os indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, não tendo outra forma, por não possuírem meios de produção, nem terras ou instrumentos de trabalho, seja para a produção rural ou urbana, apresentam ao mercado sua capacidade de trabalho, a ser vendida como mercadoria, ou seja, vendem o que lhes resta, as forças de trabalho, e, em troca, recebem salários.

O conceito de exploração é fundamental, pois é através dele que

Marx descobriu o fator oculto da acumulação da riqueza no capitalismo e o conseqüente empobrecimento dos verdadeiros produtores. Essa exploração ocorre nas indústrias capitalistas, ou seja, no momento da produção, quando as relações de classe se dão concretamente. Esse fator oculto é a mais-valia, o lucro dos capitalistas, que tem origem na produção de mercadorias pela quantidade de trabalho empregado para fabricá-las, e na apropriação, por parte dos capitalistas, desse trabalho. Nisso se dá *o trabalho como produtor de valor*.

A força de trabalho, mais popularmente conhecida como mão de obra (trabalho braçal) ou mente-de-obra (trabalho intelectual), composta pelos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, bem como os instrumentos de trabalho, a matéria-prima e os produtos originários da produção capitalista apresentam-se no mercado igualmente como mercadorias para satisfazerem necessidades humanas e sociais naturais e artificiais, estas últimas mais ainda estimuladas pelo mercado como se fossem necessidades naturais. Para Marx (1988, p. 41-42),

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

O sistema do capital tem como seu fundamento a produção de mercadorias, como foi explicitado anteriormente. Para constituir-se enquanto uma mercadoria, o produto do trabalho inerentemente deve possuir, de forma indissociável, um duplo valor, o *valor-de-uso* e o *valor-de-troca*. Foi Marx quem constatou essa dupla natureza contida na mercadoria.

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valor-de-uso. Fui quem, primeiro, analisou e pôs em evidência

essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria. Para compreender a economia política é essencial conhecer essa questão, que, por isso, deve ser estudada mais de perto. (MARX, 1988, p. 48)

A utilidade da mercadoria faz dela um valor-de-uso. Esse valor-de-uso decorre de propriedades que são inerentes à mercadoria e que servem para satisfazer determinadas necessidades individuais ou sociais. Portanto, sua utilidade está em função da necessidade de consumo. “Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.” (MARX, 1988, p. 42) Na forma de produção da sociedade capitalista, “os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.” (MARX, 1988, p. 43) Assim sendo, a mercadoria possui um *duplo valor*: *valor-de-uso* e *valor-de-troca*. (MARX, 1988, p. 48) Esclarecendo melhor, as mercadorias aparecem no mundo como valores-de-uso, objetos com propriedades materiais, que satisfazem necessidades humanas, como trigo, pães, casas, gasolina, colares, carros, livros, com sua composição natural. Todavia, para serem mercadorias, elas têm de ser, ao mesmo tempo, produtos do trabalho, e por cumprirem esse papel, são portadoras de valor-de-troca, ou seja, veículos de valor, para poderem ser vendidas no comércio. “Por isso, patenteiam-se como mercadorias, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuem *dupla forma, aquela natural e a de valor*” (MARX, 1988, p. 55, grifo nosso).

Na sociedade produtora de mercadorias, a mercadoria especial e que promove a valorização do capital, portanto, o lucro do personificador do capital, trata-se única e exclusivamente da mercadoria *trabalho*. Conforme escreve Marx, “Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho.” (MARX, 1988, p. 45) Os produtos decorrentes da produtividade humana, definidos como mercadorias, corporificam, materializam, objetivam o trabalho que neles se armazenaram, configurando, dessa forma, a “substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias.” (MARX, 1988, p. 45) *Essa “substância criadora de valor”, contida em todas as mercadorias, constitui-se de trabalho humano*. A grandeza desse valor e o preço da mercadoria que entra na concorrência do livre

mercado é calculado pela quantidade de tempo médio de trabalho social de que necessita para se produzi-la, ou seja, o tempo de trabalho, frações de tempo, tais como: dias, horas, minutos. (MARX, 1988, p. 45) Em síntese, “o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto durante sua produção” (MARX, 1988, p. 46).

Reafirma Marx que o que “constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho.” (MARX, 1988, p. 45-46) E, “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.” (MARX, 1988, p. 187) Isso significa que o conjunto de forças individuais de trabalho constitui uma força de trabalho social única que possui o “caráter de uma força média de trabalho social”. (MARX, 1988, p. 45-46) Para o autor, “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (MARX, 1988, p. 45-46) Dessa forma,

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. [...] Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza. (MARX, 1988, p. 46)

Ademais,

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas, a destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção, e as condições naturais. (MARX, 1988, p. 46-47)

Como se vê nas claras definições de Marx, o valor da mercadoria advém do trabalho humano, simplesmente, do *dispêndio de traba-*

lho humano em geral. (MARX, 1988, p. 51) O trabalho, como criador de valores-de-uso para satisfazer necessidades naturais e sociais, é um trabalho útil, vital para a existência humana, “é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1988, p. 50). Logo,

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de *trabalho humano igual ou abstrato*, cria o *valor das mercadorias*. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de *trabalho útil e concreto*, *produz valores-de-uso* (MARX, 1988, p. 54, grifos nossos).

Assim sendo, afirma Marx, toda

A força de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. *Vem a ser valor; tornar-se valor; quando se cristaliza na forma de um objeto*. Para expressar o valor do linho como massa de trabalho humano, temos de expressá-lo como algo que tem existência material diversa do próprio linho e, ao mesmo tempo, é comum a ele e a todas as outras mercadorias. Fica assim resolvido nosso problema. (MARX, 1988, p. 59, grifo nosso).

Em uma só palavra: o que é comum a todas as mercadorias e que é a substância do valor é o trabalho humano. Por exemplo, “Na produção do casaco gastou-se, realmente, força de trabalho humano, sob a forma de trabalho do alfaiate. Nele acumulou-se, portanto, trabalho humano. Daí ser ele ‘depositário de valor’ [...]”, afirma Marx (1988, p. 59).

As mercadorias somente convertem-se em valor à medida que expressam uma mesma substância social que é constituinte de todas as outras, o trabalho humano. Por conseguinte, o valor de uma mercadoria é apenas uma realidade social e como tal manifesta-se evidentemente na relação social de troca de uma mercadoria por outra. Nessa relação de troca, afirma Marx, é que se esconde o valor decorrente do trabalho que se expressa no valor social das mercadorias. Como diz o autor, todo mundo sabe que as mercadorias possuem uma forma

comum de valor e “Esta forma comum é a forma dinheiro do valor”. Porém, antes de ser essa expressão monetária na forma de dinheiro, é, antes de tudo, detentora de valor produzido pelo trabalho humano (MARX, 1988, p. 55).

O valor das mercadorias ou o preço de produção regulado pelo valor total delas se reduz a três partes:

1. A que repõe o capital constante ou representa trabalho pretérito consumido na forma de meios de produção ao fabricar-se a mercadoria; é, em suma, o valor ou o preço dos meios de produção que entram no processo de produção da mercadoria. [...]

2. A parte correspondente ao capital variável que mede a renda do trabalhador e para este se converte em salário, reproduzido pelo trabalhador nessa parte variável; em suma, a parte em que se representa a fração paga do trabalho [...] adicionado, na produção da mercadoria, à primeira parte, a constante. [...]

3. A mais-valia, isto é, a parte do valor do produto-mercadoria na qual se representa trabalho não-pago ou trabalho excedente. [...] E também das rendas [...] (MARX, 1985, p. 977-978).

1.6.2 A acumulação capitalista decorre da exploração dos trabalhadores por meio da extração da mais-valia

Marx explicitou a exploração capitalista de forma bastante objetiva e cientificamente comprovada, dizendo que ela ocorre no momento da produção de mercadorias, que é o *locus* da extração da mais-valia. Portanto, na sociedade capitalista a exploração humana adquiriu a forma de extração da mais-valia. O valor não se estabelece na esfera da circulação, mas é definido na esfera da produção onde é extraída a mais-valia e, conseqüentemente, o processo de valorização e acumulação capitalista. Para se compreender melhor como ocorre a extração da mais-valia, utilizar-se-á a explicação didática de Jalée sobre o tema abordado por Marx n’*O Capital* que servirá para se compreender

como a exploração dos trabalhadores, ou dos homens sobre outros homens, ocorre na sociedade moderna.

Segundo Jalée (1977, p. 13),

O modo de produção capitalista define-se por um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e por uma situação em que os meios de produção são propriedade privada de um reduzido número de capitalistas, enquanto o trabalho produtivo, o único que permite a entrada em acção destes meios de produção, é feito por milhões de trabalhadores ou proletários, agrupados em empresas cada vez mais gigantescas.

Jalée enfatiza que disso resultam relações de produção que obrigam os proletários a vender sua força de trabalho aos capitalistas, estabelecendo a presença de duas classes com interesses antagônicos. Uma, que é pequena, mas dona de quase todos os meios de produção, e a outra, gigantesca, que pode – e só ela – pôr em funcionamento os meios de produção da classe capitalista. Então, são relações que já não são mais entre indivíduos, mas sociais, e entre classes ligadas uma à outra por contradições intransponíveis. Jalée diz ainda que, no tempo atual, esta produção é ainda mais social, e num duplo sentido. Primeiro, porque exige um número cada vez maior de trabalhadores que não são a justaposição de trabalhadores individuais, mas que, pela divisão do trabalho, tornam-se um “trabalhador coletivo” (JALÉE, 1977, p. 15). E, segundo, porque as mercadorias são destinadas ao atendimento do mercado. O paradoxo que o autor desvela é que esta produção social e os lucros dela oriundos não se orientam pelos produtores ou pela sociedade, mas sim para a débil e numericamente inferior classe dos proprietários.

Sendo a produção social, o bom-senso e a equidade imporiam que ela fosse dirigida, orientada pela colectividade e em proveito da sociedade e não por uma minoria de capitalistas e para única satisfação dos interesses desta minoria. *A contradição entre o carácter privado da propriedade dos meios de produção e o carácter social da produção é a CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DO*

SISTEMA CAPITALISTA. Esta contradição, longe de se esbater ou atenuar, desenvolve-se e agudiza-se simultaneamente com desenvolvimento do sistema que a provoca, o capitalismo. Com efeito, o número de capitalistas e sobretudo o número dos mais poderosos entre eles, que dirigem de facto o sistema e se apropriaram do Estado, reduz-se sem cessar [...], ao mesmo tempo que engrossa o exército de produtores e dos trabalhadores não produtores cujos interesses e aspirações se identificam.[...] Esta contradição não tem solução possível no âmbito do modo de produção capitalista já que está na essência de tal modo de produção. Por isso a *luta de classes*, entre o proletariado e os seus aliados, por um lado, e os capitalistas e seus sustentáculos, por outro, não é uma escolha política como o pretendem os reaccionários e sim uma necessidade objectiva e inevitável que resulta da natureza do capitalismo (JALÉE, 1977, p. 15, grifos do autor).

O capitalista, para produzir mercadoria, precisa investir em *capital*, e capital não é só dinheiro. Para ser capital precisa ser um investimento em *capital constante* e *capital variável* para o processo de produção de mercadorias, que Marx define como composição orgânica do capital. No capítulo no qual Marx trata sobre a lei geral da acumulação capitalista, ele deixa claro o conceito de composição orgânica do capital que possui esses dois aspectos, o constante e o variável:

A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que *o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários*. Do ponto de vista da matéria que funciona ao processo de produção, *todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva*; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do ca-

pital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à composição orgânica (MARX, 1988a, p. 712-713, grifos do autor).

A partir de Marx, entende-se que as *forças produtivas*, que caracterizam a composição orgânica do capital (constante e variável), compõem-se de três espécies de elementos, no esclarecimento fornecido por Jalée (1977, p. 10-11):

a) Os *meios de produção*, nos quais se distingue geralmente entre matérias úteis extraídas da natureza (riquezas naturais) tais como minerais, carvão, petróleo, madeira, água, etc., e meios de trabalho: ferramentas, máquinas e instalações cada vez mais aperfeiçoadas que permitem extrair ou recolher, além de transportar e transformar industrialmente as matérias naturais úteis. Estes meios de produção, no nosso exemplo são, portanto, a própria empresa siderúrgica com tudo o que ela comporta, reservas de energia, matérias primas e diversos ingredientes em stock, à espera, máquinas e equipamentos industriais, vias de ligação, etc.

b) A *força de trabalho* do próprio homem, sem a qual as riquezas naturais não podem ser extraídas do solo e do sub-solo, conduzidas aos locais da sua utilização e sem a qual os equipamentos e as máquinas de qualquer empresa seriam incapazes de transformar essas riquezas.

c) Por último, as forças produtivas compreendem igualmente o que por vezes se chama trabalho “não imediato” ou ainda *trabalho geral*, que engloba a experiência e a habilidade adquiridas pelos trabalhadores ao longo de gerações, os contributos cumulados das inovações científicas e técnicas assim como a moderna organização do trabalho colectivo. Estes últimos elementos têm o efeito de acrescer a eficácia conjugada das máquinas e equipamentos por um lado, o trabalho do operário, por outro. Se a sua acção foi relativamente modesta e lenta no passado, hoje intensifica-se consideravelmente com o que se chama a “revolução científica e técnica”.

Compreende-se, assim, que, para a produção de mercadorias, o capitalista necessita investir em capital constante e capital variável.

Isso significa que “Todo ou parte do valor contido nos edifícios, ferramentas e equipamentos, matérias-primas e auxiliares é simplesmente transferido para o produto durante o processo de produção. Esta parte do capital aplicado não muda de valor, chama-se o *capital constante*” (JALÉE, 1977, p. 40, grifo do autor). Juntamente a isso, “a parte do capital destinada ao pagamento dos salários fornece apenas um complemento do valor, uma mais-valia, designa-se por *capital variável*” (JALÉE, 1977, p. 40, grifo do autor).

De acordo com Marx, valor é a “Forma objetiva do trabalho social despendido para produzir uma mercadoria” (MARX, 1988, p. 617). Bem como medir o valor de uma mercadoria, afirma Marx, que é “Pela magnitude de trabalho que ela contém” (MARX, 1988, p. 617).

O possuidor de dinheiro encontra no mercado não é o trabalho, mas o trabalhador. O que este vende é sua força de trabalho. Ao começar realmente seu trabalho, já deixa este de pertencer-lhe, não lhe sendo mais possível vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor. [...]

Finalmente, o valor-de-uso que o trabalhador fornece ao capitalista, não é na realidade sua força de trabalho, mas a função dela, determinado trabalho útil, como o do alfaiate, do sapateiro, do tecelão etc. Que o mesmo trabalho, encarado sob outro aspecto é um elemento universal formador de valor, propriedade que o distingue de todas as outras mercadorias, é um fato que não está ao alcance da consciência costumeira (MARX, 1988, p. 619-624).

A teoria do valor em Marx também se compreende nessa apropriação que o capitalista faz do tempo de trabalho não pago aos trabalhadores, resultando na mais-valia, valor que aumentou além do capital inicialmente investido. Como escreve Marx,

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, elas é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que

produz mais valia para o capitalista, servindo assim à autoexpansão do capital (MARX, 1988, p. 584).

Com o necessário investimento no capital variável, o capital subsume o trabalho por meio da exploração e do controle dos trabalhadores, que é a forma que adquire a valorização do capital. Nessa origem da subsunção formal do trabalho ao capital emergem novas relações sociais de hegemonia e subordinação, as quais caracterizam a substituição das relações pessoais de dominação que se davam nas relações de produção feudal.

Mas, para manter a lógica da acumulação, a reprodução do trabalhador enquanto trabalhador assalariado faz-se necessária, mesmo não permitindo que os indivíduos pertencentes à classe trabalhadora ascendam a outra classe, numa circularidade permanente, em que o próprio consumo da classe trabalhadora se converte em processo social de reprodução social. O consumo dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora se restringe ao necessário para a sua subsistência e procriação de indivíduos da mesma classe trabalhadora. Portanto, o capitalista, para se conservar enquanto tal, precisa reproduzir o trabalhador enquanto assalariado, que é sua fonte de valor. A reprodução social de classes antagônicas no desenvolvimento inerente do modo de produção capitalista tem como consequência a acumulação e centralização da riqueza na classe capitalista, que se reduz constantemente, e, por outro lado, aumenta a miséria, a pobreza e o número de indivíduos da classe trabalhadora. Como explica Marx:

Mas, o que no início é apenas ponto de partida torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, da reprodução simples, o resultado peculiar, constantemente renovado e perpetuado da produção capitalista. De um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos

alheios. Sendo o processo de produção ao mesmo tempo processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente, riqueza objetiva, mas sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha, o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador; em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista (MARX, 1988, p. 664-665).

Repetindo: uma mercadoria, para ser vendida, precisa ser algo útil. Há a necessidade de que haja consumidores desse produto no mercado, primeira exigência para se produzir mercadoria. Então, ela é um valor de uso primeiramente, mas, para ser vendida, é preciso que se saiba o seu preço de venda, ou seu valor de troca. O seu valor de troca decorre do custo da produção em primeiro lugar e da taxa de extração da mais-valia. Portanto, ele derivará dos gastos que o capitalista fez para produzir. Os gastos que o capitalista tem com o capital constante, que no seu conjunto são os gastos com meios de produção e matéria-prima, o trabalhador, no ato da produção, tem a tarefa de transferir esses valores para os produtos do seu trabalho, ou seja, para as mercadorias, bem como os valores que o capitalista teve que pagar de salário. Transferir esses gastos para o valor de troca ou de venda da mercadoria requer um tempo necessário determinado.

Vamos considerar que o trabalhador gaste duas horas para transferir para o preço da mercadoria os gastos de capital constante investido no processo de produção, e mais quatro horas de trabalho para transferir para a mercadoria os gastos que o patrão teve com seus salários, que é o capital variável. Então, o *trabalho necessário* para o processo de transferência dos gastos com a produção para o preço da mercado-

ria foi de seis horas. Considerando que o capitalista paga um salário para que o trabalhador trabalhe por oito horas diárias, ele obtêm duas horas de trabalho para produzir mais mercadorias sem que, para isso, tenha que gastar mais, e seu lucro terá um acúmulo de 50% de ganho. Então, essa produtividade além dos seus gastos é o mais-valor, a *mais-valia*, que Marx desvelou como a *exploração capitalista*.

No transcorrer da produção capitalista em escala mundial, os capitalistas necessariamente serão impelidos para diminuir esse tempo necessário de trabalho de transferência do valor do capital constante, para poder diminuir o valor da suas mercadorias e conseguir realizar seu lucro no mercado, na esfera da circulação, na qual o lucro aumenta vertiginosamente. Se não vender a mercadoria, ele não realiza seu lucro. Portanto, como escreve Marx, a extração da mais-valia ocorre no processo de produção da mercadoria, mas o lucro só se efetiva, se realiza, na esfera da circulação, onde o capitalista vende a mercadoria e reinveste parte de seu lucro na produção para seu processo contínuo de acumulação.

O capitalista vai ganhar com o *sobretabalho ou trabalho excedente* que decorre além do trabalho necessário para a transferência do valor gasto no processo produtivo. É este o período de trabalho que constitui o mais-valor ou mais-valia. Aqui tem-se a *Lei do Valor* de Marx. A extração da mais-valia ocorre em duas dimensões, no processo particular de produção, onde está a relação direta entre o patrão e o empregado, e na dimensão social, o conjunto constituído de ações individuais de concorrência entre si, que constitui a dimensão social da *mais-valia*.

A *mais-valia relativa* pode ser obtida por meio de duas formas no processo de produção: na *intensificação* da produção por meio do uso da administração científica e do uso de inovações tecnológicas com a mesma jornada de trabalho. Na ampliação da jornada de trabalho, por meio de horas extras ou exigências de horas trabalhadas além das contratadas que não são pagas, define-se de *mais-valia absoluta*. Às vezes, a ampliação da jornada encontra dificuldades devido às leis que coíbem tal prática e encontra a resistência dos trabalhadores mais organizados em sindicatos devido à luta histórica pela redução da jornada de trabalho. Esses fatores muitas vezes impelem o capital a procurar regiões e países onde essa organização inexistia, ou é ainda

precária, com pouca resistência e fraca organização político-sindical. Devido a essa dificuldade, os capitalistas particulares se vêem obrigados a investir na intensificação da produção ocasionando o aumento da produtividade com a mesma jornada de trabalho. Para isso, contam com a ajuda da ciência e do progresso tecnológico para aumentar a eficiência e qualidade, bem como a quantidade da produção. Assim sendo, também contam com a ciência da administração, que estuda e pesquisa o aperfeiçoamento da produção capitalista, mais conhecida como administração científica do trabalho (taylorismo, fordismo e toyotismo) e, também, com o uso cada vez maior de novas tecnologias de automação e informatização para aumentar a eficiência e rapidez do processo de produção de mercadorias e diminuir o tempo de trabalho necessário. A isso Marx define como sendo *mais-valia relativa*. Sua definição de mais-valia é bem precisa:

Chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho [*sic*] (MARX, 1988a, p. 363).

Porém, cabe ressaltar que esse investimento que os capitalistas fazem decorre da necessidade de baratear a produção e assim diminuir o preço da mercadoria para poder concorrer no livre mercado, isto é, na esfera da circulação, e para reduzir o tempo de rotação. Se o capitalista não vende ou demora para vender a sua mercadoria, o seu lucro não se realiza, portanto, não se concretiza ou pode demorar para se concretizar.

É importante lembrar que, segundo os economistas liberais e os defensores do sistema do capital, é a Lei da Concorrência que é inerente ao livre mercado capitalista, aquela que organiza o processo produtivo, torna-o eficiente, diminui o preço e é a base da sociedade como um todo, bem diferente do que entende Marx. Esses autores partem do princípio básico de que todos se apresentam no mercado como se fossem iguais, que há uma igualdade social na esfera do mercado, e que cada capitalista constantemente se vê obrigado a dinamizar o processo de produção investindo mais em capital constante (gastos com meios

de produção e matéria-prima mais barata) para poder diminuir o preço de sua mercadoria e disputar o mercado. Esse investimento em meios de produção, ou seja, no capital constante, a que todos os capitalistas particulares ou *personificadores do capital*, na linguagem de Marx, fazem uso, gera a principal e fundamental contradição da produção capitalista e provoca constantemente investimento em trabalho morto, trabalho pretérito acumulado na maquinaria, em detrimento do trabalho vivo, trabalhadores atuais que transferem valores e são produtores de valores. Isso caracteriza a lei definida por Marx, a lei tendencial da taxa decrescente de utilização do trabalho vivo.

O conjunto dessas ações numa determinada região ou sociedade e, agora em termos globais, provoca o barateamento das mercadorias, principalmente daquelas que constituem a cesta básica de consumo dos trabalhadores, e com isso diminui o valor médio social dos salários do conjunto dos trabalhadores, aparecendo aí a mais-valia relativa. Dessa forma, o capitalista se beneficia da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, ambas contribuindo para uma maior acumulação e, ao mesmo tempo, para a diminuição dos salários. Os capitalistas que sabem aproveitar do dividendo dessa mais-valia relativa concentram a riqueza. A correlação necessária e obrigatória entre ambas – uma provoca a outra – são fatores causais do aumento do desemprego e da diminuição do valor dos salários. A diminuição da empregabilidade com o aumento constante de investimento em meios de produção, trabalho pretérito (morto, acumulado na tecnologia), capital constante, somado ao exército de reserva de força de trabalho na praça, que contribui para a *lei da oferta e da procura* que surge da circulação em que as mercadorias se encontram, inclusive a mercadoria *força de trabalho*, contribui ainda mais para baratear os salários da classe trabalhadora.

Como escreve Marx, *o capitalismo é a contradição em processo*. Quanto mais há investimento em capital constante, contribuindo para o aumento das forças produtivas sociais, contraditoriamente diminui o lucro dos capitalistas, gerando a diminuição desse lucro como um todo, porque o lucro decorre do trabalho vivo, só ele transfere o valor para a mercadoria, que é o processo de valorização. A diminuição do lucro dos capitalistas, que querem se apropriar mais da mais-valia relativa provo-

cada pela força social da ciência e a conseqüente diminuição do emprego e diminuição dos salários dos trabalhadores, provoca a contradição fundamental do sistema de produção do capital, ou seja, a lei tendencial da diminuição da taxa de lucro. Esta, por sua vez, provoca a superprodução e a conseqüente diminuição do consumo, diminuindo também significativa parcela de consumidores. De outro lado, a lei tendencial de diminuição da taxa de utilização do trabalho, com trabalhadores desempregados ou com salários ínfimos, que pouco conseguem consumir, isso tudo somado à alta concentração do capital em poucas mãos, gera a contradição do sistema, a *crise estrutural do sistema do capital*.

Assim, é gerada a contradição estrutural do modo de produção capitalista, entre capital e trabalho, ou seja, a lei tendencial da queda da taxa de lucro, e a sua conseqüência é a superprodução, de um lado, e o subconsumo, do outro. Isso é o que se presencia hoje, a crise estrutural do sistema do capital. No processo de acumulação capitalista há a centralização ou a concentração dessa acumulação em poucas mãos, uns quebram e os outros conseguem se apropriar de parcela da mais-valia social por meios de vários mecanismos disponíveis no mercado, fusões que formam monopólios para quebrar outros concorrentes e evitar a concorrência, estratégias como *dumping* etc. Dessa forma, a luta cotidiana entre os personificadores do capital, e a destes contra os trabalhadores, torna-se inconciliável dentro do sistema, impossibilitando o controle do capital. Mézáros (2002) mostrou que as tentativas de controle do tipo socialdemocrata e soviético foram insuficientes para conter essa concorrência entre os capitalistas. Por isso, ele afirma que a esfera da produção e da circulação são esferas cindidas, impossíveis de serem controladas.

O avanço da eficiência científica da produção capitalista gera necessariamente o aumento da produção de mercadorias, as quais são necessárias para o capitalista auferir lucratividade. Essa intensificação de produção exaure os trabalhadores e o meio ambiente. Na produção capitalista, as pessoas assalariadas, pertencentes à classe trabalhadora, na definição clássica marxista, foram transformadas em *recursos humanos*, e a natureza, transformada em fonte de matéria-prima como se fosse inesgotável, reduzida a *recursos materiais*, conceitos-chaves

para a administração científica da produção. Nessa linguagem, os capitalistas são sujeitos, enquanto os trabalhadores e a natureza são mercadorias, “coisas” que são compradas no mercado. Não podemos nos esquecer que, no processo de expansão capitalista, os africanos e os povos autóctones destas terras foram transformados em escravos, em instrumentos de trabalho. E é só depois de trezentos anos de escravidão que surge no Brasil o *trabalho livre*, na linguagem liberal.

A produção capitalista, no seu conjunto, gera a contradição fundamental entre capital e trabalho e, conseqüentemente, entre sociedade e natureza. Já o capital, segundo Marx, é uma força social e, assim, relação social, com o trabalho como metabolismo entre homem e natureza. Nesse processo o trabalho encerra sua contradição: o aniquilamento do homem e da natureza, a exaustão de ambos pelo processo de produção. E, dessa contradição, decorre a crise estrutural do capital, que provoca a crise social e ambiental que estamos sofrendo. O sistema do capital atua no campo objetivo da produção econômica e na subjetividade humana, para se reproduzir enquanto um sistema que tem dois imperativos: expansão e acumulação.

A GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO:

SÍNTESE DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO DO CAPITAL QUE SE CONFIGURA NO SISTEMA CAPITALCRÁTICO ENQUANTO UM IMPÉRIO MUNDIAL

Na sociedade atual são recorrentes dois fenômenos, o da *globalização* e o do *neoliberalismo*. Em diversas partes do mundo, movimentos sociais de trabalhadores, mulheres, jovens, estudantes e ambientalistas protestam contra esses dois fenômenos, atribuindo a eles as causas de diversos problemas sociais, tais como: desemprego, empobrecimento da população, redução dos direitos trabalhistas, perdas de proteção social, entre outros. Esse aumento da percepção, por parte da população, do agravamento dos problemas, sugere anomalias na aparente normalidade do funcionamento da sociedade, e culpa-se a ordem econômica por essas mazelas que estão atingindo, em escala ascendente, consideráveis parcelas populacionais.

De fato, a globalização e o neoliberalismo expressam transformações profundas em todas as sociedades nacionais e, mais do que nunca, as conectaram, de modo global, sob o único comando do Capital. Esses fenômenos, que muitos pensam tratar-se de coisas

novas, nada mais são do que os velhos e inerentes imperativos do Sistema do Capital com novas nuances, que constituem dois lados da mesma moeda e fazem parte do dinamismo desse modo de produção desde sua origem. Nesta perspectiva, analisa Mézsáros, a *globalização* é o imperativo da *expansão* e o *neoliberalismo* é o imperativo da *acumulação*.

Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta ou seja na forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras. Mesmo sob a “normalidade” de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente limitados, a destruição que acompanha as consequentes crises socioeconômicas e políticas pode ser enorme, como o revelam os anais do século XX, que incluem duas guerras mundiais (para não mencionar incontáveis conflagrações menores). Portanto, não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise *sistêmica*, verdadeiramente estrutural; ou seja, uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social (MÉSZÁROS, 2002, p. 100, grifos do autor).

Ambos são leis inerentes ao sistema do capital que se objetivam arbitrariamente numa relação social entre capitalistas e trabalhadores em escala mundial, consequentemente, entre expropriadores e expropriados, o que se configura na contradição inconciliável entre *capital* e *trabalho*. Essa relação se reflete imediatamente no antagonismo de classes sociais, e toda a consequência que decorre desse conflito econômico resulta em problemas sociais e ambientais de toda ordem, e

entre Estados, na polarização característica entre metrópole e periferia, resultante da ascensão histórica do sistema do capital. De acordo com Mészáros (2002, p. 111), *globalização* significa “o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” do capital sobre o trabalho. No plano político totalizador, ela “corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais ou menos poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor [...] na ordem do poder global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Nesse processo de totalização do capital, com um estágio mais avançado, de integração e internacionalização da economia mundial, Mészáros afirma que há duas tendências complementares desse desenvolvimento que são altamente significativas. A primeira trata-se da “*equalização no índice diferencial de exploração*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 112) dos trabalhadores em escala mundial, que afeta diretamente os trabalhadores dos países de capitalismo avançado diminuindo seus padrões de vida e equalizando-os aos níveis dos trabalhadores dos países periféricos. Paralelamente a essa equalização da exploração, ocorre a segunda tendência, que diz respeito ao papel do Estado enquanto “agente totalizador da criação da circulação global a partir das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 112) e “estrutura de comando político do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 113). O Estado, como um necessário corolário político do sistema sociometabólico do capital, nesse contexto da globalização, apresenta-se na forma de um *crescente autoritarismo* na defesa dos monopólios econômicos (MÉSZÁROS, 2002, p. 112-113).

Nesse processo de globalização do capitalismo, o neoliberalismo, enquanto um ideário de diretrizes políticas macroeconômicas, surge no horizonte para recompor e ajustar o sistema diante da crise estrutural do capital, que teve seu início nos anos 1970. Dessa forma, pode mantê-lo funcionando como uma máquina de extração de trabalho excedente para a acumulação da classe capitalista.

2.1 A GLOBALIZAÇÃO COMO IMPERATIVO DA EXPANSÃO

No processo de ascensão histórica do Sistema do Capital, de forma violenta, e que incorpora os diversos países e nações aborígenes, neste momento que se define de globalização, os textos de Marx e Engels se mostram ainda mais atuais. A questão da globalização não é novidade para quem compartilha das ideias marxistas, ela é tratada pelos autores como um imperativo da expansão do modo de produção capitalista para a acumulação e na reprodução ampliada do capital. Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1974, p. 46) indicam como o espírito do mundo aspira ser o mercado mundial. Marx mostra o poder do capital conduzido pela burguesia transnacional, a quem, por força, as nacionalidades sucumbem, nesta passagem d'*O Capital*:

Criou por todo o lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o carácter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares, a grande burguesia surge com uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade deixa de existir; esta classe desembaraça-se verdadeiramente do mundo antigo e entra simultaneamente em oposição com ele (MARX, 1974, p. 75).

Marx, n'*O Capital*, escreve que três fatores marcam o modo capitalista de produção: a concentração dos meios de produção em poucas mãos; a organização do trabalho como trabalho social, com sua respectiva divisão do trabalho, e a *constituição do mercado mundial* (MARX, 1991, p. 305, grifo nosso). Este último caracteriza o imperativo da expansão sob o comando do capital. O processo de globalização geográfica do capital, analisado por muitos autores pós-modernos como uma novidade, não se confirma se analisarmos a realidade social do ponto de vista histórico. Com uma antecipação extraordinária, Marx e Engels escreveram no *Manifesto do Partido Comunista* (1977) o estágio que atingiria o sistema do capital em escala mundial. Segundo eles, impelida pela necessidade de mercados sempre novos,

a burguesia invade todo o globo, explorando e criando vínculos em todo lugar. Assim, imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Disseram, ainda, que, para desespero dos reacionários, a burguesia retira da indústria a sua base nacional. E continuam:

As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 1977, p. 24-25).

O capitalista, para realizar seu lucro, que teve seu início no processo de produção via exploração do trabalhador pelo trabalho não

pago, na configuração definida de mais-valia, vê que não basta essa exploração se não se realizar o lucro com a venda do conjunto de mercadorias produzido. E o antagonismo do sistema de acumulação e centralização no interior da sociedade nacional cria uma restrição para o consumo obrigando o capitalista a ampliar o comércio na busca de novos consumidores. Assim sendo, a expansão capitalista é uma lei imperativa do próprio sistema, como bem explica Marx, n' *O capital*,

A obtenção dessa mais-valia constitui o processo imediato de produção, que não tem outros limites além dos indicados acima. Produz-se mais-valia quando se materializa em mercadorias a quantidade de trabalho excedente que se pode extorquir. Mas, com essa produção de mais-valia encerra-se apenas o primeiro ato do processo capitalista de produção, o processo imediato de produção. O capital sugou determinada quantidade de trabalho não-pago. À medida que o processo se desenvolve, expressando-se na taxa cadente de lucro, expande-se imensamente a massa da mais-valia assim produzida. Começa então o segundo ato do processo. Tem de ser vendida toda a massa de mercadorias, todo o produto, tanto a parte que repõe o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais-valia. Se não houver essa venda ou se ela apenas ocorrer em parte ou a preços que estejam abaixo dos preços de produção, terá o trabalhador sido explorado, mas essa exploração não se concretizará em resultado para o capitalista, podendo estar ligada à realização nula ou parcial da mais-valia extorquida e mesmo a prejuízo parcial ou total do capital. Não são idênticas as condições de exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm por limite apenas a força produtiva da sociedade, e as últimas, a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta e sim pela condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos. Além disso, limita-o a propensão a acumular, a aumentar o capital e a produzir mais-valia em escala ampliada. É a lei

da produção capitalista, imposta por revoluções constantes nos próprios métodos de produção e pela depreciação consequente do capital em funcionamento, pela luta geral da concorrência e pela necessidade de melhorar a produção e de ampliar sua escala, para a empresa simplesmente conservar-se, não perecer (MARX, 1988, p. 282).

Marx insiste que, por tudo isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado, assumindo a configuração de uma lei natural. É a tentativa de encontrar um equilíbrio, aumentando o campo externo da produção. Nesse sentido, a produtividade, quanto mais se desenvolve, mais entra em conflito com a estreita base das relações de consumo. Desta forma, ficam ajustados o excesso de capital e o excesso de população, pois o aumento dos dois aumenta a mais-valia, que aguça a contradição entre as contradições econômicas e sociais.

Segundo Chesnais (1996, p. 23), o termo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas estadunidenses de administração de empresas, mas foi popularizado nas obras e artigos dos consultores de estratégia e *marketing*, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), e o estadunidense M.E. Porter. Sua estreia, em nível mundial, deu-se pela “imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal” (CHESNAIS, 1996, p. 23). Contrariando Chesnais, Mello (1999, p.199) afirma que “o qualificativo *global* não surgiu tão-somente por volta do começo dos anos 80, pois já estava formulado pelo menos desde a década de 60, com a publicação de *A aldeia global (The Global Village)*, de McLuhan (1962).” Porém, Mello concorda com Chesnais que será nos anos 80 que esse “[...] conceito alcançará uma maior afirmação dentro da Academia, como nas escolas estadunidenses de administração de empresas e nas universidades de ponta (*business management schools*), tais como Harvard, Stanford e Columbia.” (MELLO, 1999, p. 199) Após essa incorporação acadêmica, a popularidade da globalização desenvolve-se “[...] por meio da veiculação de artigos de consultoria em estratégias de marketing e por meio da imprensa anglo-saxã voltada para matérias econômicas e financeiras” (MELLO, 1999, p. 199). Continua o autor:

[...] o termo invade todo o discurso econômico e político em todo o mundo (capitaneado, sobretudo, pela perspectiva do neoliberalismo), cotidianizando sua instrumentação. Assim sendo, nesse discurso econômico essas expressões se tornaram recorrentes: “mundo sem fronteiras”, “empresas sem nacionalidade” e “tecnoglobalismo” e seus conceitos correspondentes, respectivamente, “aldeia global”, “fábrica global”, “sistema-mundo”, “economia-mundo”, e outras *metáforas*, na expressão de Octavio Ianni, segundo Mello, “que ajudam a taquigrafar os novos significados da realidade em mutação e a avançar desafios teórico-metodológicos de enfrentamento de sua inteligibilidade [...]” (MELLO, 1999, p. 199-200).

Independentemente de entrar-se nessa seara, no que diz respeito à popularidade da globalização no campo econômico, acadêmico e na sociedade como um todo, a verdade é que a globalização econômica faz parte da natureza do capitalismo. No diagnóstico de Marx e Engels ficou constatado o processo de globalização do sistema capitalista de produção e eles deixaram claro que a necessidade de expansão do comércio tratava-se de lei inerente ao próprio modelo de produção. Sua ascensão ligaria todas as nações, povos e indivíduos pelo mercado mundial sob o comando do capital, por ter como lei inerente o imperativo da expansão para o seu processo constante de acumulação.

O processo de globalização que muitos cientistas sociais, especialistas em economia, políticos e acadêmicos conclamam como um fenômeno novo, uma nova era, uma revolução, nada mais é do que efeito evolutivo e conclusivo do sistema do capital que chega a seu fim geográfico. Ao invés de ser uma nova era, é justamente o fim de uma era. O fim do imperativo da expansão do capital, como bem interpretou Mészáros, fundamentado na teoria marxiana. O fato de integrar de vez todas as nações e a humanidade ao sistema do capital não quer dizer que tal fato não traga elementos novos, sim, os traz, inclusive pela ascensão evolutiva, mas não substantivamente novos, como defendem os analistas apressados em defender a perpetuação dessa forma societal como sendo a forma que venceu em relação à experiência do tipo soviética.

A globalização, para aqueles que concordam que a forma capitalista de produzir é a estrutura social, natural e trans-histórica, que se eterniza com a queda do Muro de Berlim, deixando o socialismo soviético para trás como se fosse o último obstáculo que precisaria ser superado, trata-se de um ledor engano. Sendo assim, o capitalismo então teria finalmente vencido e a ideia dominante é a de que não *há outra alternativa* a não ser esta que se solidifica no pensamento único de que só pode existir uma única economia política no globo terrestre, e o substantivo *globalização* é a sua forma acabada; isso seria verdadeiro se a história não fosse dinâmica. Nessa perspectiva acrítica, uma vez globalizada a economia e não havendo mais a disputa entre sistemas econômicos, restaria agora apenas a economia sob os critérios da acumulação neoliberal e do mercado. A concorrência passaria a ser a única lei para reger o mercado mundial. Adaptar-se à nova ordem de integração total passaria a ser a tarefa política que o Capital exige dos Estados nacionais que sempre tiveram papel importante para contribuir com o processo de expansão e de acumulação do sistema.

Segundo Ianni, a expansão capitalista teve papel decisivo na desintegração do bloco soviético:

A ironia da história é que a globalização do capitalismo tomou um papel decisivo na desagregação do bloco soviético e na transição de cada uma e de todas as nações socialistas de economias centralmente planejadas para economias de mercado. Nas últimas décadas do século XX, as corporações transnacionais, bem como o FMI, o BIRD e a União Europeia, entre outras organizações multilaterais e transnacionais, passam a desempenhar um papel crescente e decisivo na institucionalização e dinamização da economia de mercado, voltado ao capitalismo, nas nações que haviam desenvolvido sistemas econômicos centralmente planejados; sistemas estes considerados básicos para a construção da sociedade socialista. O desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo, conforme se havia verificado durante a Guerra Fria, acelerou-se ainda mais quando esta terminou, devido à Perestroika, à Glasnot, à queda do Muro de Berlim, à reunião da Alemanha e à reativação dos movimentos das forças produtivas e das trocas em âmbito mundial. Nessa

ocasião, o Leste Europeu, a Rússia, as repúblicas formadas com a desagregação da União Soviética, a China, o Vietnã e outras nações com regimes socialistas tornaram-se fronteiras de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo. Um capitalismo que já encontrou forças produtivas bastante desenvolvidas, mas que precisou criar, desenvolver e consolidar relações de produção consequentes com as exigências da dinâmica do mercado, da reprodução ampliada do capital em escala mundial (IANNI, 1997, p. 144).

Diferentemente interpretou Kurz (1999) ao afirmar que as causas que desintegraram o bloco soviético atingem também o sistema capitalista e que toda uma era se desfaz. Mészáros (2002), igualmente, diz que o capitalismo pensa que o fim do bloco soviético foi uma vitória, mas o que caiu foi um segmento do capitalismo, e por isso o autor diz que se trata de um sistema do capital.

Chomsky alerta sobre a regressão dos direitos humanos diante do processo de globalização econômica:

A globalização da produção, que tem oferecido aos empresários a instigante perspectiva de fazer recuar as vitórias em direitos humanos, conquistados pelos trabalhadores. A imprensa empresarial adverte francamente os ‘mimados trabalhadores ocidentais’, falando da necessidade de abandonarem seus ‘estilos de vida luxuosos’ e ‘rigidezes do mercado’, tais como segurança no trabalho, pensões, saúde e seguro social, e outras bobagens anacrônicas. [...] A *ameaça* basta para forçar as pessoas a aceitarem salários mais baixos, jornadas mais longas, benefícios e segurança reduzidos e outras ‘inflexibilidades’ dessa natureza (CHOMSKY, 2000, p. 36, grifo do autor).

Um segundo fator que o autor destaca é que

na atual catástrofe do capitalismo de Estado, que tem deixado um terço da população do mundo praticamente sem meios de subsistência, é a grande explosão do capital financeiro não submetido à regulação, desde que o sistema de *Breton Woods* foi desmantelado há mais de duas décadas, com talvez um trilhão de dólares fluindo diariamente (CHOMSKY, 2000, p. 37).

Segundo ele,

Em geral o mundo está sendo levado a uma espécie de Terceiro Mundo, por uma política deliberada pelo Estado e pelas corporações, com setores de grande riqueza, uma grande massa de miséria e uma grande população supérflua – desprovida de todo e qualquer direito porque em nada contribui para a geração de lucros, onde seu único valor é o humano (CHOMSKY, 2000, p. 38).

Essa perspectiva aproxima-se da de Mészáros quando este alerta para a equalização da exploração com a conseqüente redução da qualidade de vida dos trabalhadores em escala mundial.

Conforme Therborn (2000), as conferências sobre meio ambiente da ONU, realizadas em Estocolmo (1974) e Rio de Janeiro (1992), puseram em foco a globalização quanto aos riscos globais em relação ao clima do planeta, no que diz respeito à poluição transnacional. Como conclusão o autor afirma:

Encarada como uma variável analítica – melhor do que como uma categoria de interpretação – a globalização, no sentido de referenciação de tendências para um alcance ou impacto de fenômenos sociais no mundo inteiro, é antiga e multidimensional. A primeira onda importante de globalização data de quase dois mil anos, com a primeira expansão das religiões mundiais (THERBORN, 2000, p. 88).

Segundo o autor, “Globalização não significa necessariamente integração global. Pode também significar polarização global” (THERBORN, 2000, p. 91) entre países ricos e pobres.

Na mesma perspectiva, Silva aponta a preocupação em relação à globalização da economia mundial que, na sua visão,

está sendo utilizada para justificar a nova forma de dominação não só econômica, mas também a sociocultural dos países do Primeiro Mundo sobre os países periféricos, impondo novos padrões de normas, condutas e comportamentos, ou seja, dão uma nova roupagem a este antigo tipo de dominação. (SILVA, 2000, p. 148).

No seu livro *A mundialização do Capital* (1996), Chesnais define globalização como *mundialização* da economia sob o domínio do capital financeiro:

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Mas baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às “benesses das finanças de mercado”. Como veio lembrar a crise mexicana de 1994-1995, basta pouca coisa para que um lugar financeiramente “atraente” deixe de sê-lo em questão de dias e, de certa forma, fuja da órbita da mundialização financeira (CHESNAIS, 1996, p. 17).

A mundialização, segundo Chesnais (1996), trata-se, portanto, de uma nova configuração do imperialismo, com um particular modo de acumulação dominado pelo capital financeiro.

Quando estudamos a “mundialização do capital”, estudamos, portanto, uma configuração específica de imperialismo, caracterizada por um regime de acumulação particular: o que surge da liberalização e desregulamentação financeira dos anos 1979-82, assim como da reconstituição do capital financeiro em uma escala desconhecida desde o fim da Segunda Guerra mundial imperialista, que adota formas que, ainda que não sejam completamente novas, estiveram pelo menos pouco desenvolvidas nos anos 20 e 30. Hoje o imperialismo está dominado por uma configuração muito particular de “capital financeiro”. Econômica e politicamente está organizado em torno de três pólos da *Triade*, obviamente, mas com os Estados Unidos como pivô central do sistema (CHESNAIS, 2007, p. 53).

A ascendência histórica do sistema do capital que lhe era inerente, sua consumação enquanto um império se dá de forma universal e, ao mesmo tempo, traz consigo a miséria social para a classe trabalhadora em nível mundial. Como esclarece Mészáros,

Em consequência do desenvolvimento global enviesado ocorrido nesses últimos cem anos, sob a dominação de meia dúzia de países capitalistas avançados, os termos da equação original de Marx mudaram fundamentalmente. A forma como este processo chega à sua conclusão pronuncia um julgamento muito severo sobre ele. A consumação da ascendência global do sistema do capital, apesar de cinco séculos de expansão e acúmulo, trazia consigo a condenação da esmagadora maioria da humanidade a uma existência miserável (MÉSZÁROS, 2002, p. 91-92).

Mészáros afirma que a globalização decorre da ascendência histórica do sistema do capital e sob o comando dos imperativos de acumulação e expansão. A globalização significa o fim da expansão do sistema em escala mundial e, nem um só cantinho do mundo está fora de sua gerência. Com a globalização do mercado, a força de trabalho é levada universalmente à condição de mercadoria. Essa expansão da economia capitalista atingiu todo o globo nos anos 80 e concluiu a integração universal de todos os países da face da Terra sob o sistema do capital. Diante disso, provocou certo limite ao sistema, por ele não poder transferir mais para o futuro os *antagonismos* que escondeu durante seu processo de alargamento, os quais hoje se revelam em problemas sociais para todas as nações. Enquanto o *neoliberalismo* é o imperativo da acumulação no qual recrudescem os clássicos princípios liberais – tanto econômicos quanto políticos, para manter a maximização de lucro pela extração da mais-valia –, acaba explorando ainda mais os trabalhadores com novo padrão de produção.

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um

dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia “modernização”, mas, depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural (MÉSZÁROS, 2002, p. 92).

Diferentemente do que pensava Ianni (1997), o colapso do Leste, que os defensores do sistema achavam que era diametralmente oposto ao do Oeste, “Tiveram de ser despertados pela desconcertante verdade: era apenas o outro lado da mesma moeda” (MÉSZÁROS, 2002, p. 93). E ficou assim difícil de caminhar sobre o tapete para o qual podiam escamotear e lançar para o futuro suas dificuldades ou problemas mais sérios no processo de expansão. Agora, toda a humanidade sofre o risco de sua sobrevivência e “todo o sistema do capital entrou em *sua crise estrutural*.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 93)

Portanto, seguindo as análises de Mézáros na esteira do pensamento de Marx, aquele afirma que

Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras (MÉSZÁROS, 2002, p. 100, grifos do autor).

A globalização revela os antagonismos do capital e as contradições que ele escondeu durante seu processo de expansão. Nesse curso, unidimensionou culturas, formas políticas, padronizou Estados e poderes na perspectiva liberal, e criou um conjunto de princípios políticos organizativos sociais, com a defesa da pseudodemocracia. Com a expansão, cada vez mais dissolveu o mundo agrário e superpovoou

os centros urbanos, fazendo com que a industrialização se espalhasse pelo mundo em constantes divisões sociais e internacionais do trabalho. A democracia liberal representativa, apresentada como ideal de organização e participação política da população, circunscreveu-se na representação substancial do poder político dos interesses econômicos dos personificadores do capital, como se refere Marx em suas obras. O Estado, como representante da classe que tem a hegemonia econômica, está, portanto, a serviço dos capitalistas.

Em síntese, como escreve Mészáros,

As mesmas considerações se aplicam à mitologia da “globalização”, promovida com zelo missionário pelos ideólogos do capital como uma versão mais palatável da “mão invisível” para o nosso tempo. Quando projetam os benefícios supostamente globais e onilaterais, em conjunção com o mundo do mercado, ignoram ou deliberadamente distorcem que aquilo que realmente existe – e existiu durante um longo tempo – está longe de ser universal e equitativamente benéfico, mas, ao contrário, é um *mercado mundial imperialisticamente dominado*. Estabeleceu-se como um conjunto das *relações de poder* mais iníquas, operando sempre em vantagem dos mais fortes e da cruel dominação – se necessário for, mesmo do subjugo militar direto – e exploração dos mais fracos (MÉSZAROS, 2007, p. 52, grifos do autor).

Com a expansão total do capitalismo – e, assim, consequentemente, do comércio e da manufatura – acelera-se a acumulação do capital e criam-se a burguesia transnacional e a classe trabalhadora mundial. A globalização, que se trata do desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial, necessariamente implica intercâmbio promovido pelo comércio, tendo em vista as oportunidades de acumulação. Nesse contexto mundial, os problemas sociais se equalizam, afligindo toda a classe trabalhadora, que se consolida, também, mundialmente.

Nesse processo de absolutização da ascensão histórica do modo de produção capitalista, este revela a destrutividade que lhe é inerente, por meio da exaustão dos trabalhadores por morte, doenças e pobreza, e pela degradação ambiental, em contraste com os discursos ideológicos

dos defensores da ordem, que prometem o desenvolvimento econômico como pressuposto para promover a igualdade social, conforme constata Mészáros:

[...] quando o capital atinge o mais alto nível de sua ascensão histórica, os microcosmos socioeconômicos de que é feito revelam um segredo terrível: o de serem, em última análise, os *responsáveis* por toda a destrutividade em absoluto contraste com as ideologizações estabelecidas [...] pelos defensores do capital” (2002, p. 117, grifo do autor).

2.2 NEOLIBERALISMO COMO IMPERATIVO DA ACUMULAÇÃO

O processo que se constitui da expansão e da acumulação pertence à dinâmica intrínseca do sistema capitalista e ocorre de forma simultânea, garantindo sua valorização, na sua dinâmica evolutiva enquanto um modo de produção histórico em ascendência. Nesta ascensão histórica promove o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações, na definição cunhada por Marx. Com a expansão, a acumulação se amplia e a concentração também acontece. A pragmática das políticas neoliberais, que exige a desregulamentação do mercado com maior ênfase na permanência do atual modelo de reprodução capitalista, vem dar resposta à recomposição do lucro capitalista e mostra o impacto a partir da manifestação mais clara da crise estrutural do capital, iniciada nos anos 70. Na esteira de sua consolidação, efetivamente destruições de toda ordem: de empregos, de direitos sociais, dos Estados nacionais e do meio ambiente, convergindo em crises sociais e ambientais ao mesmo tempo. Com isso, a crise intensifica consequências como a miséria, a criminalidade, a delinquência e a mudança estrutural na composição familiar, que alteram as relações humanas e deixam sem perspectivas grandes contingentes de jovens. Esse novo padrão de acumulação apresenta-se ao mundo como se não houvesse outra saída; sem alternativas, é a única economia política possível. A dissolução da experiência soviética criou a falsa expectativa de um mercado que se apresenta como a solução dos problemas humanos e

como um mercado libertador que precisa se desvencilhar das amarras do Estado para operar livre e soberano sem qualquer controle governamental, prometendo prosperidade e estabilidade econômica, política e social para todos. Porém, realidade está mostrando bem o contrário do que é propagandeado pelo sistema capitalista.

2.2.1 O neoliberalismo e suas origens

Moraes afirma que o neoliberalismo, em primeiro lugar, é “uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento”, (2001, p. 27) e um dos seus profetas é o austríaco Ludwig von Mises (1881-1973). Mas é seu discípulo, também austríaco, Friedrich von Hayek, o líder e patrono da causa neoliberal. O *caminho da servidão* (1944) pode ser “apontado como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal” (MORAES, 2001, p. 27). Hayek organiza uma “internacional dos neoliberais”, a Sociedade do Mont Pélerin, fundada na cidade de mesmo nome, na Suíça, numa conferência realizada em 1947. Seu livro é uma obra de combate endereçada aos socialistas. Não é só dirigido aos partidários da economia globalmente planejada, mas também aos simpatizantes com veleidades reformistas e pretensão de fundar uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo (MORAES, 2001, p. 27-28). Moraes sublinha também o fundamentalismo hayequiano, na insistência de manter intactos os princípios da “sociedade aberta”, disso decorrendo a crítica ao “Estado-Providência”, tido como destruidor da liberdade dos cidadãos e da competição criadora, bases da prosperidade humana (MORAES, 2001, p. 28).

Os neoliberais afirmam-se contra o absolutismo liberal que, para eles, se constitui em um “conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia” (MORAES, 2001, p. 28), tudo isso identificado com a doutrina keynesiana. O outro inimigo para os neoliberais configura-se nas modernas corporações – os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XIX, também foram paulatinamente integrados a esse conjunto institucional. Além de sabotar as bases da

acumulação privada por meio de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno (MORAES, 2001, p. 28).

Para os países latino-americanos, os neoliberais viam como adversários os modelos de governos de ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, além dos populistas e comunistas. Segundo Moraes, a estratégia neoliberal é igual a um sermão, primeiro desenha diagnóstico apocalíptico e depois prega uma receita salvacionista: “forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (do a quem doer) – reformas orientadas para e pelo mercado, ‘libertando’ o capital dos controles civilizados que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares” (MORAES, 2001, p. 28-29).

Em síntese, as principais ideias neoliberais são: “privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, ‘desregular’ ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados” (MORAES, 2001, p. 35). Essas ideias aparecem nas eleições, na mídia, na luta política e na ideológica.

Segundo Moraes, as bandeiras neoliberais são:

- protestos de empresários contra pressões fiscais, apresentadas como insuportáveis;
- denúncias de políticos conservadores contra as políticas redistributivas, caracterizadas como paternalistas e desastrosas;
- campanhas de organizações empresariais contra a extensão de atividades do setor público a domínios afirmados como “naturalmente” privados;
- resistência contra a regulamentação supostamente hipertrofiada dos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, mensalidades escolares, etc.) (MORAES, 2001, p. 35-36).

O autor registra o ataque feroz dos neoliberais contra o Estado-Providência ou Estado de Bem-Estar, com o qual ampliam a propaganda a favor das privatizações, defendendo a transferência de atividades sociais, que são funções do Estado, para a iniciativa privada, tais como: educação, saúde, previdência etc. (MORAES, 2001, p. 36).

A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria as medidas neoliberais dos anos 80. A generalização dos mercados financeiros, a nova “ordem espontânea”, subtrai dos governos nacionais grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar moeda e criar dívida pública. Decreta-se o “fim da ilusão monetária” e dos projetos de desenvolvimento nacional. Os grandes credores e detentores de liquidez – aquilo que se reverencia misteriosamente como “o mercado” – têm agora instrumentos para castigar países “abusados” e irresponsáveis, aqueles cujos dirigentes “não fizeram a lição de casa” (MORAES, 2001, p. 37). A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas econômicas nacionais. Segundo o autor,

ficam cada vez mais difíceis as políticas nacionais deliberadamente deficitárias, fundadas na capacidade de emitir “moedas políticas”, moedas sem lastro, visando garantir metas sociais e políticas como pleno emprego e desenvolvimento nacional e reorientar as economias.” (MORAES, 2001, p. 37).

Segundo alguns autores, o período entre 1944 e 1970 foi denominado de “fase de ouro do capitalismo”, baseado principalmente no sistema taylorista e fordista de produção e no importante papel do Estado que agia por meio das políticas keynesianas, concretizadas no “*welfare state*”. Com a crise do capital nos anos 70, esse modelo de desenvolvimento entra em colapso e para sair da crise surge o neoliberalismo. O neoliberalismo caracteriza-se como um novo padrão de produção e de acumulação que flexibiliza o trabalho e os direitos trabalhistas e subverte a forma de contratação formal pela informal. Além disso, Hayek e Friedman sugerem a redução do Estado na sua dimensão econômica, diminuindo os gastos públicos. A ideia é que fossem deixados para a iniciativa privada os serviços antes públicos, e

que esta funcionasse como um motor, resolvendo os problemas sociais por meio de suas leis de concorrência.

Segundo Petras (1997, p. 18),

As políticas neoliberais podem ser resumidas em cinco metas essenciais: estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos do capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrições aos gastos públicos). Tais políticas têm sido implementadas em diversos graus e de várias formas na América Latina.

Para Coggiola (1996, p. 196),

As políticas ditas neoliberais, especialmente aquelas destinadas a varrer conquistas históricas dos trabalhadores (reajuste automático dos salários, estabilidade no emprego, educação laica e gratuita, acesso até existência de um serviço público em geral etc.), constituem claramente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores.

Os efeitos do neoliberalismo ocorrem diretamente no mercado de trabalho pela mediação do Estado e podem ser caracterizados por uma crescente flexibilização das leis do trabalho, que resultam na precarização das condições deste e de elevadíssimas taxas de desemprego e de trabalho informal. Por *precarização das relações de trabalho* entende-se uma regressão dos direitos relativos ao trabalho conquistados durante o processo de expansão econômica, a permanência de empregos sem proteção social, o processo de reestruturação produtiva e o desbaratamento da organização sindical. Tal precarização se expressa de várias formas atualmente: substituição das relações de trabalho formais pelas informais; desemprego; terceirização; quarteirização; contratação por tempo limitado; estágios para jovens; trabalho em domicílio; flexibilização de direitos trabalhistas; trabalho infantil e escravo; intensificação do trabalho com introdução de novas tecnologias; trabalhos em ambientes insalubres e perigosos; aumento da jornada de trabalho diária, semanal e durante a vida, quando ampliam

a exigência de mais anos de trabalho para a aposentadoria; bem como a redução de sistema de proteção social aos trabalhadores.

Em síntese, pode-se caracterizar o neoliberalismo a partir de seis aspectos principais: forte discurso ideológico como discurso político; supremacia do capital financeiro; defesa da desregulamentação econômica para liberdade ao capital; defesa da privatização de tudo, inclusive de serviços que antes eram prerrogativas do Estado; defesa de novo padrão de produção por meio da reestruturação produtiva baseada no toyotismo; e flexibilização das leis do trabalho. Estes dois últimos são objetos desta pesquisa, tendo em vista que a reestruturação produtiva que intensifica a exploração da classe trabalhadora no processo de produção de mercadorias, que flexibiliza a forma de produzir e, também, as leis trabalhistas, conduz à intensificação da precarização das condições de trabalho e, com isso, exaure os trabalhadores.

O trabalho, de forma estrutural, sob a administração capitalista sempre foi precário, mas o que se constata é que a partir da crise estrutural do capital essa condição de aviltamento se intensificou por parte do empresariado para maximizar a extração da mais-valia. Essas seis características neoliberais aqui elencadas não ocorrem de forma estanque no processo econômico e político. Elas fazem parte de um todo orgânico na forma de ser do sistema do capital enquanto um *sistema capitalcrático* que se constitui na unidade dos poderes econômico e político, sob a hegemonia do primeiro, por ser aquele uma relação social que se estabelece no campo da produção econômica de mercadorias, local onde as classes se encontram e se inicia o processo de exploração de classe.

Sousa, se referindo ao neoliberalismo, afirma que essa pragmática econômica

[...] encerra uma contradição grave: exercendo o autoritarismo, os liberais filosofam sobre as virtudes libertárias do mercado e [...] ao curvarem-se às suas leis, evocam o Estado mais forte do que nunca, um leviatã superturbinado, sem os encargos do custo de manter os pobres vivos. Se a civilização dos negócios é nosso presente e futuro, o que justifica a existência do autoritarismo e do Esta-

do para assegurar algo já previamente garantido? Talvez então não seja apenas teimosia insistir que o que se apresenta como sociedade neoliberal é a produção destrutiva (SOUSA, 1997, p. 138).

2.3 O CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL E A INCORPORAÇÃO PRAGMÁTICA DO NEOLIBERALISMO

O período brasileiro de Ditadura Civil-Militar teve seu início com o Golpe Militar de 1º de abril de 1964, derrubou o governo de João Goulart – eleito diretamente em 1960 – e durou até 1985, quando se deu a posse do governo civil de José Sarney, então vice-presidente de Tancredo Neves, ambos eleitos pelo Congresso Nacional para dar início à “redemocratização do país”. Antes da posse, Tancredo Neves faleceu, e José Sarney assumiu o governo com o compromisso de organizar as próximas eleições para presidente da República de forma direta.

A volta das eleições diretas para presidente ocorreu em 1989, e simbolizou a demarcação entre dois projetos político-econômicos que tinham uma configuração de classe de nível mundial, porém ambos tinham seus fundamentos na única economia política vigente: a economia do livre mercado. Foi muito significativa a disputa entre o projeto socialdemocrata – alinhado mais à esquerda e com apoio de ampla parcela da classe trabalhadora, representado por Luiz Inácio Lula da Silva -, e o projeto neoliberal – representado por Fernando Collor de Mello e apoiado pelo poder econômico nacional e internacional, constituído pelo capital industrial, financeiro e agroindustrial, que investiu na candidatura de Collor para a desregulamentação da economia nacional e a consequente abertura total do país ao mercado globalizado.

Em acirradíssima disputa, Collor se elegeu como primeiro presidente civil eleito após a ditadura, “diretamente pelo povo”, em um processo definido como “democrático”, se for comparado ao período ditatorial. Em 1992 – dois anos após ter sido eleito-, Collor de Mello foi impedido (processo de *Impeachment*) de continuar governando,

por estar envolvido em corrupção. Esse governo, que se apresentava como pós-moderno, representava o que era de mais conservador na política brasileira. De um lado, estavam os representantes do poder do capital, da elite nacional, nas suas configurações clássicas: coronéis, usineiros, latifundiários, representantes da estrutura burocrática do Estado, e o poderio midiático conservador, que eram concessionários do sistema de TV, rádio-difusão e da imprensa escrita e falada. Do outro, estavam os que representavam também o capital (internacional), que investiu na candidatura para que Collor abrisse as portas do país de vez, eliminando todas as regulamentações para uma livre concorrência do mercado mundializado sob os princípios do neoliberalismo.

O conjunto de promessas que fundamentava sua plataforma econômica de campanha baseava-se, praticamente, em duas vertentes, uma *moral* e outra *econômica*. Apresentou-se como o “salvador da pátria” que, disparando um tiro só, acabaria com a inflação. Apresentando-se, também, como “o novo” na política – jovem, forte, ousado, adequado para o momento mundial global pós-moderno -, punha em contraste seu adversário Lula, que representava, segundo a mídia, o ultrapassado, velho e caduco do Socialismo de Estado, que recém viera abaixo com a queda do Muro de Berlim. Com forte discurso moralista, Collor prometeu a moralização da política; com forte apelo à ideologia da modernização administrativa do Estado, apresentou-se, também, como candidato ético que resolveria a corrupção estrutural e burocrática dominante no Estado brasileiro, elegendo como símbolo e alvo o funcionalismo público. Além da promessa de pôr fim à inflação, no bojo da sua plataforma econômica estava a modernização econômica do país, alinhada às políticas neoliberais, tais como: a minimização da interferência do Estado na economia; a eliminação dos controles burocráticos da política econômica; a abertura da economia ao capital internacional. Também prometia à elite investimento nas empresas brasileiras para estas se adequarem aos novos tempos de globalização do mercado, tornando-as mais eficientes e competitivas para se fortalecerem na disputa da concorrência mundial.

A plataforma de candidatura de Collor de Mello, portanto, foi baseada nas bandeiras defendidas pelo neoliberalismo, ou seja, a defesa

da eficiência do setor privado para gerir os negócios e os serviços sociais contra a incapacidade e ineficiência da gestão pública. Para pôr em prática esse pensamento, desencadeando o processo de privatização das estatais e serviços públicos, estrategicamente o candidato criou um *inimigo interno*, analogamente à metodologia adotada pela Ditadura Civil-Militar (ALVES, 1989), para justificar sua plataforma eleitoral e o *desenvolvimento com segurança*. Para os ditadores, os inimigos internos foram os comunistas; para Collor, então com o discurso de modernizar o Estado para sua eficiência e incluí-lo no desenvolvimento econômico mundial, os funcionários públicos tornaram-se o ícone da ineficiência e do atraso da nação, ou seja, os *inimigos internos* que impediam a modernização das estruturas do país. Este recebeu o apoio forte da mídia e do poder econômico, que promoveram alto índice de consenso social ao divulgar altos salários que recebiam alguns funcionários públicos beneficiados pela estrutura, generalizando como se todos recebessem esses mesmos salários. Por conta desta cruzada, Collor recebeu o título de *caçador de marajás*, o que foi muito ovacionado pela mídia. Os marajás eram os funcionários públicos, nos quais se colocava toda a culpa dos problemas sociais.

Por meio dessa estratégia, estabeleceu as bases para o processo de privatização do serviço público, com o seu Plano Nacional de Desestatização, usando como propaganda a ineficiência do serviço público e a defesa do encolhimento do Estado (Estado Mínimo), traduzido no ajuste econômico, na redução dos investimentos públicos para políticas públicas na área de saúde, educação e assistência social. Esse discurso, atualmente, é mais conhecido como a política econômica favorável ao ajuste fiscal, convencionada de *déficit primário*, e adotado para diminuir a todo custo os investimentos no setor público, priorizando o pagamento da dívida externa, que é uma forma de transferência de riqueza do social para o privado. Assim, deixa-se para a iniciativa privada a assistência, tal como previdência, saúde e educação, tornando-as *mercadorias*. Nesse momento, iniciava-se a campanha em favor da privatização das empresas estatais, para transferir ao privado o que era prerrogativa da iniciativa pública e, assim, resultar na diminuição do investimento do Estado em políticas públicas de toda ordem.

Collor teve uma campanha política milionária, substancialmente financiada pelos representantes do sistema do capital – entre eles o capital monopólico internacional, os grandes industriários nacionais e o capital financeiro internacional – e com forte apelo midiático conduzido pelo monopólio da indústria cultural brasileira, personificado principalmente pela Rede Globo de Televisão e pelos jornais impressos de grande circulação. Dando autenticidade ao senso comum, o discurso de Collor dissimulava as verdadeiras intenções. A campanha difamatória que desqualificava os serviços públicos e, de modo geral, os funcionários públicos, tinha como meta a ofensiva privatizante desses serviços, que fora estrategicamente planejada de antemão sob os princípios do neoliberalismo. Com essa campanha, Collor de Mello foi também ovacionado pela imprensa internacional da época, com ênfase no seu qualificativo de *caçador de marajás*. Esse título foi incorporado e posto como uma das âncoras da campanha eleitoral e, no governo, deu início ao desmonte do Estado e à rapinagem dos bens públicos, levados a efeito também por meio de seus colaboradores, o que resultou no seu *impedimento*.

Como se observa, a desregulamentação da economia brasileira dentro do conjunto de regras ditadas pela capitalcracia mundial, no que se convencionou chamar de neoliberalismo, ocorreu com o consenso das elites econômicas nacionais de um modo geral e configurou-se no projeto do governo Collor de Mello. Esse governo adotou a pragmática neoliberal de forma agressiva e imoral, usando as instituições do Estado para propagar a ideologia da classe dominante e impor os interesses econômicos dos grupos que Collor representava, impactando diretamente na classe trabalhadora. Além da diminuição dos gastos públicos, como vinha sendo defendido pelos personificadores do ideário neoliberal, a desregulamentação econômica para a total abertura do país ao mercado mundial, a privatização das empresas estatais e a flexibilização das leis trabalhistas foram outras características fundamentais desse imperativo de acumulação do capital.

Com a crise dos anos 70 surgiu o neoliberalismo, posto em experiência pela primeira vez no Chile, articulado com o golpe do general Augusto Pinochet, e logo após implementado na Inglaterra, sob a

batuta de Margaret Thatcher e, nos EUA, com o republicano Ronald Reagan. No Brasil, caracterizou-se a partir de 1990, com o governo Collor de Mello (1990-1992) e consolidou-se com os governos de Itamar Franco (1992-1995), de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ao aderir ao neoliberalismo, o governo de FHC transferiu volumosas riquezas sociais para a iniciativa privada, empresas estatais com alta lucratividade foram praticamente doadas, como demonstra o levantamento feito por Aloysio Biondi, apresentado em seu livro *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (1999). Em seguida, o governo Lula, em seus dois mandatos, se empenhou na pulverização da organização sindical dos trabalhadores ou de seu aparelhamento à estrutura estatal para evitar contestações e, assim, poder implementar, com “certa tranquilidade”, as políticas de desregulamentação econômica e de flexibilização dos direitos trabalhistas. Na avaliação de Antunes (2004, p. 14-15),

Foram de grande monta as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990. Mutações políticas, com o advento do receituário e da pragmática neoliberais, desencadeando uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas sociopolíticas. Houve também transformações no plano da organização sociotécnica do universo produtivo, redesenho da divisão internacional do trabalho, metamorfoses no mundo do trabalho e no espaço da organização sindical, reterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências.

É importante ressaltar, aqui, que a Constituição de 1988 foi elaborada para estabelecer as leis máximas para a redemocratização do país em substituição às leis editadas no período ditatorial. Representantes do pensamento de esquerda da época, como o Partido dos Trabalhadores (PT) – do agora ex-Presidente Lula, que, com seus 16 parlamentares constituintes participaram da elaboração da referida Constituição – porém, não a assinaram pelo fato de os avanços para a classe trabalhadora na Constituição não teriam sido satisfatórios. Afirmavam que os interesses do capital tinham sido privilegiados e os direitos sociais foram deixados para regulamentações futuras. Por conta disso, para a classe trabalhadora e a bancada petista, apesar de esta última ter participado da

elaboração e articulado a participação popular, não era possível assinar a nova Constituição. Mas, hoje, o PT não só defende a Constituição Federal (CF) como também aderiu fortemente ao neoliberalismo e prossegue fazendo novas adaptações à CF para incorporar as regras do comércio internacional e as desregulamentações necessárias para participar da nova divisão social do trabalho em escala mundial, obedecendo às regulamentações neoliberais de um lado e, de outro, os preceitos do Estado de Bem-Estar Social, investindo em políticas públicas compensatórias e focais, convergindo sua ação política em um hibridismo de concepções de *Estado Keynesiano* e *Capitalismo de Estado*.

2.4 A ABERTURA NEOLIBERAL: A EMERSÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO MUNDIAL E A CONSEQUENTE ACUMULAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DA RIQUEZA SOB O IMPÉRIO GLOBAL DO SISTEMA CAPITALCRÁTICO

Com o fim da União Soviética, a ideia de que o capitalismo venceu tornou-se objeto de obsessão do modo de produção capitalista que ora festejava a sua globalização. Globalização no sentido de que ele tornou-se a única economia política do globo. E a ideia de que não havia alternativa a este modo de produção levou o sucessor de Itamar Franco na presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, a incorporar e converter-se à ortodoxia neoliberal, a afirmar que não se tratava mais de ser ou não explorado, mas de *como* ser explorado. Na mesma linha, porém com um hibridismo de política macroeconômica keynesiana e neoliberal, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva seguiu os mesmos preceitos e se transformou num eficiente administrador de um país capitalista que emerge na economia globalizada e, juntamente com o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, compõem o fenômeno denominado de BRICA. Os cinco países que estão aproveitando a oportunidade do voo livre do capital financeiro sem qualquer obstáculo, pondo à disposição

a classe trabalhadora e os recursos naturais para serem ainda mais explorados pelos capitalistas. O desenvolvimentismo característico desses países, de acordo com seus respectivos PIBs, oportunizados pelo produtivismo de mercadorias e de *comoditties*, comprovam o grau de exploração a que estão submetidos os trabalhadores e os seus recursos naturais nesse momento de total globalização do sistema do capital enquanto um sistema capitalcrático.

Em contrapartida, mesmo tendo crescimento econômico nos países que compõem o BRICA, mas com a apropriação privada, os indicadores socioeconômicos brasileiros apontam para a manutenção e agravamento da situação de empobrecimento da classe trabalhadora, permanecendo o país como um dos maiores concentradores de renda do mundo. O Brasil recebeu mais uma vez destaque negativo em estudo feito pelo BIRD (Banco Mundial), em 2005. Nesse estudo, o Brasil foi apresentado como um dos países mais desiguais do mundo e envolto no que a instituição chamou de “*inequality trap*” (armadilha da desigualdade). Segundo o BIRD, o Brasil é o campeão em desigualdade na América Latina e só fica numa posição melhor se comparado a quatro países africanos: Suazilândia, República Centro-Africana, Botswana e Namíbia.

No período neoliberal abriu-se de vez o mercado nacional – que antes se protegia por arcabouço legal e institucional – a uma economia integrada mundialmente sob a hegemonia do capital financeiro, com a pressão exercida pelas corporações empresarias multinacionais para a desregulamentação econômica. No país, sob o neoliberalismo o que se observa de modo geral é que a economia cresce, mas, não só a desigualdade social continua contrariando os defensores do preceito *primeiro crescer para depois dividir*, como também a concentração de renda continua de forma crescente neste período estudado, conforme demonstra esta série histórica da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro quando comparado à evolução da massa salarial do país:

Tabela 1 – Série histórica da variação do PIB e da massa salarial do Brasil, no período de 1990 a 2005.

Ano	PIB R\$	PIB %	Salário R\$	Salário %
1990	11,5488	----	4,2025	----
1991	60,286	522	19,2952	459
1992	640,9588	1063	221,9364	1150
1993	14.097,11	2199	5.061,78	2281
1994	349.204,68	2477	111.680,77	2206
1995	705.640,89	202	248.449,86	222
1996	843.965,63	120	287.519,29	116
1997	939.146,62	111	309.837,37	108
1998	979.275,75	104	324.335,58	105
1999	1.064.999,71	109	342.263,91	106
2000	1.179.482,00	111	378.471,00	111
2001	1.302.136,00	110	415.886,00	110
2002	1.477.822,00	113	456.402,00	110
2003	1.699.948,00	115	528.173,00	116
2004	1.941.498,00	114	597.452,00	113
2005	2.147.239,00	111	681.067,00	114
Variação % 1990- 2005		18592645,57%		16206134,38%

Fonte: IPEADATA

Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?43600953>>.

Acesso em: 12 ago. 2008.

Tendo por base esta série histórica, constata-se que a concentração de renda no país continua aumentando. Comparando-se a variação do PIB com a massa salarial, a diferença foi o percentual de 2.386.511,19% a menos para a massa salarial nestes 16 anos de neoliberalismo no Brasil. Esses dados indicam que a classe capitalista continua acumulando riqueza e, ao mesmo tempo, que a classe trabalhadora diminui seus ganhos salariais. Se há alguma melhoria em alguns segmentos da classe trabalhadora é porque há um achatamento

salarial e uma redistribuição no interior da própria classe, enquanto os detentores do capital continuam concentrando riqueza. Prova disso podemos ter se compararmos a diminuição das faixas salariais e os novos milionários que o país disponibiliza ao mundo, como se eles representassem a diminuição da pobreza. Muito pelo contrário, eles representam a concentração clássica e ainda maior nesse período de desenvolvimentismo nacional.

2.4.1 A acumulação e concentração da riqueza sob a globalização neoliberal

Com o governo Lula a acumulação e a concentração da riqueza continuaram em escala ascendente, como se pode observar também na lucratividade do capital financeiro e industrial no Brasil. A política econômica do governo federal, baseada no *superavit* primário, em medidas protecionistas ao empresariado, no incentivo ao sistema de crédito para o aumento do consumo – que, segundo alguns economistas, trata-se de superficialidade no aquecimento econômico – está causando, por um lado, concentração de renda em curto período por meio de altas taxas de lucratividade jamais vistas na história do sistema financeiro e, por outro, endividamento da população, que também bate recordes históricos, e isto causa ainda mais problemas sociais.

A expansão do crédito como um dos motores do atual crescimento econômico chegou ao seu limite e está desacelerando. Ao mesmo tempo, há recordes no aumento do número de endividados e no comprometimento da renda com dívidas. Em julho, o Brasil sofreu um aumento considerado “histórico” nos registros de CPFs de pessoas que não honraram suas dívidas. Houve um salto de 89,2% sobre julho de 2005 na média de 15 Estados (não inclui São Paulo), segundo o SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito). A alta acumulada no primeiro semestre é de 35% (CANZIAN, 2006).

Disso resulta que

O lucro dos bancos brasileiros foi recorde nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, su-

perando índices registrados nos Estados Unidos. A taxa de rentabilidade mediana das instituições brasileiras foi de 17% em 2003, enquanto as americanas marcaram 14,6%. Em 2004, o setor bancário atingiu o pico histórico, representando 22,7% do lucro total das empresas de capital aberto (com ações negociadas em Bolsas de Valores), que foi de R\$ 79,3 bilhões. O crescimento do setor continuou firme em 2005, e as instituições financeiras brasileiras bateram novo recorde: R\$ 28,3 bilhões em lucros, valor 36% maior do que o de 2004 (R\$ 13,9 bilhões). *Boa parte do crescimento veio das operações de crédito* (LUCRO..., 2006, grifo nosso).

Para compreender um pouco mais a alta lucratividade dos bancos, veja-se que

O chamado “spread” bancário, isto é, a diferença entre as taxas de empréstimo e as de captação, é muito alta. Em operações com recursos livres, para pessoas jurídicas e físicas, o “spread” médio foi de 28 pontos percentuais em junho, segundo o Banco Central (BATISTA JR, 2006).

Continuando com os dados da acumulação privada por parte dos capitalistas que batem recordes de lucratividade, as indústrias do Brasil quase triplicaram seus lucros durante o primeiro mandato do governo Lula, superando ainda mais as altas marcas atingidas pelos banqueiros, segundo alguns analistas.

As empresas do setor não-financeiro lucraram bem mais durante os três anos e meio do governo Luiz Inácio Lula da Silva do que no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Levantamento da consultoria Econômica revela que o lucro de 180 empresas de diversos setores (excluídos os bancos) no segundo mandato de FHC chegou a R\$ 71,582 bilhões, contra R\$ 213,973 bilhões na gestão Lula. Ou seja, houve um crescimento de R\$ 142,4 bilhões ou de 198,9% (PORTES, 2006).

A situação econômica do Brasil é favorável no contexto da ordem econômica que vigora atualmente. O Brasil, como um dos cinco países emergentes na globalização econômica, subiu posição e ocupa atual-

mente o 6º lugar na economia mundial, juntamente com Reino Unido, França, Rússia e Itália, conforme relação a seguir, pelo *ranking* do Banco Mundial, através de seu Programa de Comparação Internacional (PCI), e que analisa as economias de 146 países. Na avaliação do Banco Mundial, que “leva em conta a paridade do poder de compra, o Brasil responde por metade da economia da América do Sul. Com o equivalente a 3% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial nesta medição, o Brasil divide o sexto lugar ao lado do Reino Unido, França, Rússia e Itália.” (BRASIL..., 2007) Segundo ainda esse relatório, “enquanto o Brasil respondeu por 2,88% do PIB, o Reino Unido teve 3,46%; a França, 3,39%; a Rússia, 3,09%; e a Itália, 2,96%.” (BRASIL..., 2007) Os EUA respondem por 28% do PIB Mundial e “ao todo, a economia mundial produziu US\$ 55 trilhões em mercadorias e serviços em 2005. Deste total, cerca de 40% vieram de países em desenvolvimento – China, Índia, Rússia, Brasil (BRIC) e México responderam sozinhos por quase 20%.” (BRASIL..., 2007)

Ranking do Banco Mundial segundo a capacidade de compra:

1. Estados Unidos;
2. China;
3. Japão;
4. Alemanha;
5. Índia;
6. Brasil, Reino Unido, França, Rússia e Itália;
7. Espanha e México (BRASIL..., 2007)

Se por um lado os trabalhadores são explorados cada vez mais, por outro os empresários do sistema financeiro e industrial, bem como os acionistas, acumulam riquezas como nunca visto na história, principalmente com a ajuda do Estado, contrariamente ao discurso ideológico neoliberal do pseudo-*Estado Mínimo* defendido – de que o Estado deixe o mercado se auto-regular sem sua intervenção. Ao contrário, se verifica, na realidade, que o lucro é privatizado e o prejuízo é socializado, como se constata nas soluções dadas pelos governos de diversos países, incluído o Brasil, para conter a crise financeira atual,

mostrando concretamente a funcionalidade do sistema capitalcrático para manter a ordem econômica.

O *sistema capitalcrático*, que se estabelece no âmbito da estrutura estatal, funciona enquanto uma ossatura que articula os três poderes liberais artificialmente divididos e que atua em diversas áreas para priorizar a classe privilegiada capitalista. Uma das formas mais recorrentes de sua atuação ocorre por meio de investimentos em candidaturas de partidos políticos que estão no poder político ou com possibilidades de conquistá-lo e, com isso, se beneficiar da proteção legal para acumulação privada, como é o caso recente e típico do Banco de Minas Gerais (BMG), denunciado em esquema de corrupção junto ao governo de Lula, banco que financiava o Partido dos Trabalhadores, caso mais conhecido como o da CPI do Mensalão. Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) se tornaram fonte de lucro com a salvaguarda do Estado, que garantia, via contraqueches (holerites), a garantia de lucratividade sem correr o risco da inadimplência, pois o governo, fazendo desconto na folha de pagamento desses beneficiários, garantia aos banqueiros seus lucros, sem qualquer risco do mercado, configurando uma contradição significativa do discurso liberal.

O banco BMG, que no início de 2003 emprestou R\$ 2,4 milhões ao PT com o aval do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, teve forte crescimento entre 2002 e 2004, conseguindo mais do que dobrar seu patrimônio e vendo seus lucros crescerem 223%. Os bons resultados foram puxados pelos créditos consignados – empréstimos cujas parcelas são descontadas dos salários dos devedores. O BMG possuía, em dezembro de 2002, patrimônio líquido de R\$ 303 milhões, segundo dados entregues ao Banco Central. Os ativos do banco somavam, na época, R\$ 1,257 bilhão, insuficientes para figurar entre os 50 maiores bancos do país. No primeiro trimestre deste ano, o patrimônio do banco já havia chegado a R\$ 715,4 milhões, e seus ativos estavam avaliados em R\$ 3 bilhões. Esses dados permitiram ao BMG ocupar a 31ª colocação na lista. O crescimento foi puxado pela concessão de empréstimos com desconto em folha de pagamento. O BMG já atuava

nesse segmento desde 1998. A partir de setembro de 2004, obteve impulso com um convênio que permitiu ao banco conceder financiamentos para aposentados e pensionistas do INSS (PATRIMÔNIO..., 2005).

A pesquisa realizada por Ferreira (2005) constatou o percentual de investimento dos banqueiros nas candidaturas para presidência da República em 2002.

Tabela 2 – Doações em reais dos Bancos para a Eleição de 2002 à Presidência da República

<i>Banco doador</i>	<i>Candidato</i>		
	José Serra	Lula	Ciro Gomes
ABC do Brasil	100.000		
ABN Amro	650.000	650.000	
Alfa	200.000	200.000	
BBA	500.000	100.000	
Bradesco	500.000	500.000	
Credibel		250.000	
Crédito Real de Minas Gerais	1.500.000	500.000	1.000.000
Fator	15.000		
Honda		5.000	
Industrial e Comercial			100.000
Itaú	2.200.000	250.000	
Santander	1.400.000	1.400.000	
Unibanco	300.000	500.000	400.000
Total	8.665.000	4.355.000	1.700.000
Total de receitas do candidato	28.540.261	18.313.322	13.942.876
Participação dos bancos	30,36%	23,78%	12,19%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tabela elaborada por Ferreira (2005).

Segundo esses dados, as doações dos bancos aos candidatos presidenciais foram significativas. A candidatura de José Serra foi campeã em doações dos bancos e correspondeu a 30,36% do total de receita do candidato; em segundo lugar, sobre investimento, foi a de Lula, com 23,78% e, em terceiro, a de Ciro Gomes, com 12,19%.

Sob o domínio do capital financeiro na era da globalização do mercado, os bancos são as empresas que mais acumulam nesse período de neoliberalismo e da livre circulação do capital. Segundo indicadores da economia brasileira, os bancos, durante o governo de Lula, acumularam índices altíssimos de lucratividade. Segundo o Serasa, que analisou 43,3 mil empresas – em artigo publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 1º de abril de 2007, apesar do forte crescimento do faturamento apresentado por estas, são os bancos que registram aumentos significativos por meio da intermediação financeira (faturamento do setor financeiro). Conforme os dados apresentados pelo Serasa, “entre 2004 e 2006, as 43,3 mil empresas aumentaram o faturamento em 6,4%. Já a receita bruta (o faturamento com intermediações) dos 50 maiores bancos do país subiu 41% no mesmo período, segundo cálculos do Inepad.” (BANCOS..., 2007) Segundo o artigo, os resultados dos bancos são melhores por conta dos “spreads” altos. “O “spread” é a diferença entre o que o banco paga para captar dinheiro e a quanto ele empresta esse mesmo recurso a terceiros” (BANCOS..., 2007). Por conta desses *spreads* altos, as linhas de crédito para compras de bens materiais não impulsionam mais vendas de geladeiras, automóveis e imóveis, encarecendo mais as indústrias. O jornal *Folha de São Paulo*, avaliando esses dados, afirma que, “apesar do maior vigor das empresas, o Brasil poderia aproveitar melhor o crescimento da economia mundial. ‘O problema não é que não estamos crescendo. É que estamos crescendo muito menos do que os concorrentes, como China, Índia e Rússia’” (BANCOS..., 2007). Portanto, enquanto o setor financeiro aumentou 41% nos dois últimos anos, as companhias do setor produtivo aumentaram apenas 6,4% (BANCOS..., 2007).

As atividades do Brasil com maior expansão de crédito têm oportunizado elevadas taxas de lucros aos bancos como um todo. A unidade brasileira do Banco ABN, com um lucro líquido de 24,85% no

primeiro semestre de 2006, foi a que obteve maior lucratividade em comparação com unidades do mesmo banco em outros países, e considera o Brasil como líder do desenvolvimento atual. Além do ABN, o HSBC também obteve significativo aumento de 41% no lucro do banco apenas em sua unidade brasileira nesse mesmo período.

[...] o HSBC, maior banco europeu em valor de mercado e que também tem interesse na unidade brasileira do ABN, teve um crescimento de 24,85% no lucro líquido no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2006. O banco reportou ganho de US\$ 10,9 bilhões, sendo que desse total US\$ 360 milhões [...] vieram do Brasil, volume 43% superior ao do mesmo período de 2006. O banco não informa os valores líquidos de sua atividade no país. Em comum, ABN e HSBC citam a expansão do crédito brasileiro, que cresce a um ritmo de 20% ao ano, como um dos negócios mais lucrativos do planeta, especialmente os empréstimos consignados, além do câmbio apreciado – o ABN calculou em 10,7% a valorização do real no primeiro semestre. Também atribuem o bom resultado no Brasil à receita com tarifas bancárias.

No Brasil, o HSBC teve crescimento de 41% no lucro (antes de impostos) do banco comercial, enquanto a área de serviços financeiros pessoais reportou aumento de 140% no primeiro semestre em relação a 2006. A carteira de crédito cresceu 26% no período – o financiamento de veículos teve incremento de 45%, enquanto o crédito consignado aumentou 83%. No mundo, o HSBC teve ganho com venda de ações na China, o que compensou perdas com empréstimos ruins nos EUA (SCIARRETTA, 2007a).

O lucro do Banco Itaú atingiu R\$ 4,016 bilhões no primeiro semestre de 2006 e superou o do Bradesco, maior banco privado do Brasil, de R\$ 4,007 bilhões. Concomitantemente, o Itaú passou a ser “o banco privado de capital aberto que mais lucrou em um primeiro semestre em pelo menos duas décadas.” (ITAÚ..., 2007) No segundo trimestre de 2007, “o lucro foi de R\$ 2,115 bilhões, alta de 41,2% em relação ao mesmo período do ano passado.” (ITAÚ..., 2007) No que diz respeito aos bancos públicos, o Banco do Brasil obteve o lucro de

R\$ 4,032 bilhões no primeiro semestre de 2006. Segundo o estudo da Consultoria Econômica, que fez esse levantamento, outro dado é o de que “A carteira de crédito, incluindo avais e fianças, expandiu-se 40,2% no fim de junho último, no confronto com mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 104,821 bilhões” (ITAÚ..., 2007).

Realmente, os dados apontam para lucros bilionários nos últimos tempos adquiridos pelos banqueiros. Os lucros líquidos dos cinco maiores bancos privados do país (Bradesco, Itaú, ABN Real, Santander e Unibanco), alcançados entre janeiro e setembro de 2007, totalizaram o montante de R\$ 18,48 bilhões, o que representou uma elevação de 90% em relação ao mesmo período de 2006. Segundo Vieira, “A expansão da oferta de crédito, que parece estar longe de seu fim, segue como uma forte propulsora dos resultados exuberantes do setor bancário” (VIEIRA, 2007a). A contínua expansão da carteira de crédito tem contribuído para essas altas taxas de lucratividade do setor financeiro: “o crescimento de 28,9% levou o crédito total ofertado por esses bancos privados à cifra inédita de R\$ 378,34 bilhões em setembro último. Até o fim do ano, o montante deve ultrapassar os R\$ 400 bilhões” (VIEIRA, 2007a). Além das carteiras de crédito, que são fontes de lucratividade, a participação dos bancos nas empresas prestadores de serviços e de produção tem sido também motivo dessas altas taxas de lucros. Outro item que se destaca também nas receitas dos bancos são as cobranças de tarifas bancárias de serviços, taxas de administração de fundos e cartões. “Somando os maiores bancos privados, essas receitas subiram 16,5% entre os primeiros nove meses de 2006 e o mesmo período deste ano, alcançando R\$ 23,44 bilhões.” (VIEIRA, 2007a)

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma que “houve uma mudança na composição dos ganhos” (VIEIRA, 2007a) das instituições financeiras após a implantação do Plano Real, e que, antes dele, na época os bancos tinham retornos relevantes com o chamado *floating*.

A alta inflação, somada às taxas elevadas do overnight (aplicações feitas por um dia), criava um ambiente que favorecia a busca pelo “floating”: os bancos aproveitavam os recursos depositados nas contas para reaplicá-los enquanto estavam indisponíveis para movimentação. Após

a estabilização, uma das saídas encontradas pelos bancos, com a perda de dinamismo do “floating”, foi ampliar o mix de produtos oferecidos e de tarifas cobradas. Somadas à expansão da bancarização, as receitas com serviços passaram a ter um peso maior no resultado das instituições (VIEIRA, 2007a).

As análises da empresa Austin Rating confirmam as avaliações anteriores, as 47 maiores instituições financeiras do país obtiveram lucros bilionários no primeiro semestre de 2007. Essas instituições financeiras “lucraram juntas R\$ 20,126 bilhões – resultado 24,8% maior do que o registrado no mesmo período de 2006” (SCIARRETTA, 2007b). E, mais uma vez, esse “lucro recorde dos bancos foi calculado na expansão das operações de crédito, um dos negócios mais lucrativos do mundo devido à diferença entre o custo dos recursos captados e o valor repassado ao tomador final, que vem substituindo o ganho em tesouraria que os bancos tinham no passado com os juros altos” (SCIARRETTA, 2007b). O item que também se destacou no período foi “o aumento da receita com serviços, que inclui as tarifas cobradas dos correntistas e somou ao todo R\$ 26,639 bilhões, um crescimento de 14,43% em relação a 2006” (SCIARRETTA, 2007b).

O Unibanco, também ancorado pela demanda de crédito, atingiu o lucro líquido de R\$ 1,42 bilhão na primeira metade de 2007. Isso significou o aumento de lucro em 33,15%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Outro ganho extraordinário, no valor de R\$ 203 milhões, deveu-se a sua participação em ações de outras empresas (VIEIRA, 2007a). Os bancos que atuam no Brasil lucraram R\$ 10,221 bilhões em 2006, comparativamente ao primeiro trimestre de 2005. O aumento recorde foi de 61,5%. Esses dados foram levantados pelo Banco Central a partir da análise dos balanços das 103 instituições financeiras que operam no país, afirma Vieira. Dentre os itens que são as causas desse desempenho do setor financeiro, estão a carteira de crédito, que cresceu 21,2%, e a cobrança de tarifas por prestação de serviços bancários, que atingiu 21,3% de aumento em suas lucratividades (CRUZ, 2006).

Os altos resultados obtidos pelo setor financeiro representam bem

os efeitos da capitalcracia na sociedade. Os interesses privados desse setor são garantidos por meio da organização das instituições bancárias em rede transassociativa para maior poder de barganha e gerência no Estado em favor delas, como indicam os estudos realizados por Minella (2007). As políticas macroeconômicas ditadas pelo governo para atrair o capital internacional que circula livremente, seguindo as regras ditadas pelo neoliberalismo, contribuem para o poder concentrador dessa pragmática econômica que Chesnais (1996) denominou como *a mundialização do capital sob a hegemonia do capital financeiro*. Porém, não se pode esquecer que no mundo capitalista, economia e política são indissociáveis. Isso significa que, por trás dessas políticas, há uma rede privada que financia e influencia as decisões econômicas que, nesse período de crise estrutural, se tornaram, quase na sua totalidade, decisões políticas privadas. O processo decisório de uma nação cada vez mais está circunscrito na esfera privada, sob a hegemonia do poder econômico constituído pelas corporações empresariais. As decisões políticas originam-se dessa esfera privada e os resultados concretos são os ganhos econômicos, que chegam a ser estarrecedores, como demonstra esta análise do professor do curso de economia da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Jr., no seu artigo à *Folha de São Paulo* intitulado *O poder dos bancos no Brasil*. PROMISCUIDADE (2006):

No Brasil, entretanto, o poder dos bancos é extraordinário e já constitui há muito tempo uma agressão ao interesse público. Os balanços dos principais bancos privados e públicos, divulgados nos últimos dias, mostraram lucros muito volumosos, que chegam a ser estarrecedores. Enquanto a maior parte da economia brasileira patina na mediocridade, enquanto a maior parte dos brasileiros vegeta na pobreza ou na miséria, os grandes conglomerados bancários expõem resultados exuberantes. Exuberantes, não. Nas circunstâncias do país, não é exagero usar uma palavra mais forte: indecentes. [...]

O sistema bancário é muito concentrado, e o grau de concentração vem aumentando. Poucos bancos detêm a quase totalidade dos ativos, dos depósitos e do capital. Um punhado de instituições comanda o mercado. *A competição é im-*

perfeita e limitada. Os bancos têm poder de mercado “vis-à-vis” dos seus depositantes, por exemplo, e conseguem impor pesadas tarifas de serviços bancários, especialmente aos pequenos clientes. Conseguem também praticar taxas elevadíssimas de juro nos empréstimos que fazem a empresas e pessoas físicas. As empresas de menor porte e as pessoas físicas pagam taxas especialmente selvagens. [...]

O poder econômico dos bancos é sustentado por ampla rede de influência política e ideológica. O comando do Banco Central, por exemplo, mantém há muito tempo uma relação promíscua com o sistema financeiro. O famigerado Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) é uma espécie de comitê executivo da Febraban (Federação dos Bancos Brasileiros). *Entra governo, sai governo e o quadro não muda: a diretoria do Banco Central é sempre dominada por pessoas que vêm do sistema financeiro ou que para lá desejam ir.* A influência dos bancos se estende para outros segmentos do Poder Executivo, como o Ministério da Fazenda. Com frequência, essas instituições conseguem obter tratamento tributário leniente e concessões de outros tipos. *No Poder Legislativo, os bancos financiam campanhas e têm a sua bancada.* Na mídia, a sua presença é sempre muito forte. A cada momento, o brasileiro indefeso é exposto às “teorias” e explicações dos “economistas do mercado”, uma verdadeira legião a serviço dos interesses do sistema financeiro (BATISTA JR, 2006, grifos nossos).

Enquanto os banqueiros lucram com o incentivo e os mecanismos de segurança oferecidos pelo Estado, a classe trabalhadora atola-se em dívida, tornando-se as operações de crédito pessoais mais uma forma de exploração de classe. “A expansão do crédito como um dos motores do atual crescimento econômico chegou ao seu limite e está desacelerando.” (CANZIAN, 2006) Essa forma é superficial e insustentável. Em decorrência do incentivo do governo e do sistema financeiro – que disputa parcelas da mais-valia relativa social com o setor produtivo e de serviços – para empréstimos pessoais visando impulsionar a economia, os assalariados se endividam em números recordes comprometendo parcelas maiores de sua renda em pagamento de juros. Em

uma reportagem de Canzian (2006), que publicou informações dada por Reinaldo Pereira, responsável pela Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhadores brasileiros estão chegando “ao limite de seu endividamento”. De acordo com essa reportagem, em julho de 2006 “o Brasil sofreu um aumento considerado ‘histórico’ nos registros de CPFs de pessoas que não honraram suas dívidas. Houve um salto de 89,2% sobre julho de 2005, na média de 15 Estados (não inclui São Paulo), segundo o SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito). A alta acumulada no primeiro semestre é de 35%” (CANZIAN, 2006). Segundo Canzian, de acordo com o Banco Central, nos últimos doze meses, as operações de crédito destinadas às pessoas físicas obtiveram um aumento de 31%, e “Boa parte do crescimento deveu-se ao crédito consignado a pensionistas da Previdência Social, que hoje já representa a metade do que é concedido. Em contrapartida, o aumento da massa real de rendimentos no Brasil deve subir apenas 5,5% neste ano” (CANZIAN, 2006).

A rentabilidade das instituições bancárias brasileiras superou os lucros obtidos pelos bancos dos EUA no primeiro semestre de 2007. Os bancos Itaú, Bradesco, Unibanco e Banco do Brasil lideram a lista nos bons resultados adquiridos para o acúmulo de seus patrimônios líquidos. Segundo a consultoria Economática, o

[...] ranking de ROE (Return on Equity, rentabilidade sobre o patrimônio) fica com os quatro bancos brasileiros no topo da tabela entre os 20 maiores por ativos. [...]. O ROE é o indicador da rentabilidade de uma empresa, ao qual analistas financeiros dão muita atenção na hora de avaliar a eficiência e o retorno potencial de uma instituição (CAMACHO, 2007).

No resultado dos 20 bancos analisados, a rentabilidade dos quatro bancos brasileiros foi de 14,55%, enquanto a dos bancos estadunidenses foi de 7,51% (CAMACHO, 2007).

Os bons resultados de lucratividade do capital como resultado de dezesseis anos de exploração neoliberal não se restringem às elevadas somas de ganhos do capital financeiro, que viu sua fortuna dobrar durante a primeira gestão do governo Lula. As empresas concessionárias

de serviços públicos também se apropriam de grande fonte de riqueza decorrente do processo de privatização das empresas estatais, levada a efeito pelo governo de FHC, e as quais, desde então, também atingem altos índices de lucratividade. Conforme o relatório da Brasil Telecom Participações, que explora serviços de telefonia fixa e móvel no país, bem como os de banda larga, os resultados divulgados pela própria empresa chegaram a “um lucro líquido de R\$ 145,5 milhões no segundo trimestre, crescimento de 38,5% sobre o mesmo período de 2006” (GANHO..., 2007). Além das telefônicas, as empresas de capital aberto mostram também resultados significativos. A análise dos balanços de 193 empresas abertas, realizada pela consultoria Economática em 2006, a qual observou cerca de 80% do universo de companhias cotada em Bolsa, verificou que, com exceção dos setores de agronegócio e a indústria automobilística, compõem principalmente esse universo as siderúrgicas, as mineradoras e as empresas de papel e celulose. Devido ao aumento da demanda de seus produtos no mercado internacional a partir de 2003, “a soma do lucro líquido das 193 empresas analisadas deu um salto de R\$ 103,5 bilhões para R\$ 271,6 bilhões entre o último mandato de FHC e a administração Lula. A diferença, de R\$ 168,1 bilhões, representa aumento de 162,4%” (TREVISAN, 2006). Nestes últimos três anos e meio, período analisado pela referida consultoria, a grande novidade “é o fato de que a maior parte do aumento nos lucros veio do setor não-financeiro, já excluída a Petrobras. Esse segmento contribuiu com 64% da expansão de R\$ 168,1 bilhões no lucro líquido. A Petrobras entrou com 21% e os bancos, com 15%” (TREVISAN, 2006). Mais ainda, segundo essa consultoria, “O lucro dos bancos aumentou nos últimos três anos 80,5%, para R\$ 57,6 bilhões. O valor só foi inferior aos R\$ 77,4 bilhões da Petrobras, maior empresa do país, que viu seu resultado líquido crescer 83% no período, graças à alta do petróleo no mercado externo” (TREVISAN, 2006). Essa análise também constatou que ocorreu aumento ainda maior dos ganhos de outros setores. “O de siderurgia e metalurgia registrou lucro 441% superior ao obtido entre 1999 e 2002. As empresas de papel e celulose expandiram seus ganhos em 180%, e as do setor químico, em 242%” (TREVISAN, 2006). Portanto, o lucro líquido dessas grandes

empresas quase triplicou nos três anos e meio do governo Lula, em comparação com o período da segunda gestão de FHC. Isso se deve, segundo o levantamento da consultoria Economática, à “alta de commodities como o minério de ferro e o petróleo no mercado internacional e a queda do dólar que impulsionaram os resultados da indústria e fizeram com que o setor ganhasse espaço em relação aos bancos na gestão Lula” (PORTES, 2006).

Como se vê, indicadores apontam para altos índices de lucratividade do setor industrial, de serviços e financeiro, índices que não possuem antecedentes na história. A situação está tão boa para o empresariado brasileiro que até a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), tradicionalmente contrária às eleições de Lula, pela primeira vez não se associou a adversários deste para combatê-lo na sua candidatura para reeleição, em 2006.

De Mário Amato a Paulo Skaf, essa será a primeira eleição presidencial em que o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) não tem perfil político associado a algum adversário de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 1989, Amato disse que se Lula vencesse haveria êxodo em massa dos empresários. Presidiram depois a Fiesp Carlos Eduardo Moreira Ferreira, deputado pelo PFL, e Horácio Lafer Piva, amigo de José Serra – adversário de Lula em 2002. Com mais de 100 mil empresas associadas, que representam quase 40% do PIB, a Fiesp ainda não é território amistoso para Lula, embora oficialmente Skaf diga que a entidade é apertidária e cobrará todos os presidenciáveis. Reservadamente, grandes empresários admitem: a ampla maioria torce, descrente, pela vitória do tucano Geraldo Alckmin. Ainda assim, há setores que optaram por Lula, inclusive fazendo doações (PELA 1ª VEZ..., 2006).

Enquanto a acumulação dos empresários aumenta e a centralização da riqueza se intensifica, o governo de Lula seguia até o final de 2010, as orientações da classe capitalista, qual seja, aumentar o *superavit* primário diminuindo os gastos públicos, se compararmos com a produção econômica do país. Em 2006, o aperto final bateu recorde novamente. “As contas públicas conhecidas como ‘consolida-

das' – União, Estados, municípios e estaduais – alcançaram em abril o maior superávit da história: R\$ 19,4 bilhões. Esses números mantêm o resultado dentro da meta, que é de superávit correspondente a 4,25% do PIB no ano. No período de 12 meses, o superávit acumula, [...], 4,5% do PIB" (SUPERÁVIT..., 2006). Apesar do ajuste para manter o superávit primário, o governo afirma que tem investido fortemente em programas sociais cujos gastos aumentaram significativamente, como ocorrem nestes dois programas: Bolsa-Família, para o qual foram mais de R\$ 8 bilhões, e Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), com aproximadamente R\$ 10 bilhões. Estes gastos correspondem apenas de 10 a 15% com o total de juros pago pelo governo ao capital financeiro internacional (SUPERÁVIT..., 2006).

Se compararmos esses aumentos de índices de gastos do governo com políticas públicas para programas sociais e investimentos públicos, e os altos índices de lucratividade do setor financeiro e industrial com o aumento do PIB, os gastos com o social são bem inferiores aos gastos do governo para promoção da acumulação privada. Em 2007, segundo reportagem da Folha de São Paulo que se baseou em dados divulgados pelo Tesouro Nacional, o pagamento de juros da dívida advindo da economia de receita e provocado pelos ajustes econômicos para manter o *superávit* primário totalizou R\$ 47,695 bilhões no primeiro semestre, o que equivaleu a 3,35% do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos nominais, ocorreu um acréscimo de 14,9% do superávit primário para destinar ao pagamento de juros da dívida se comparado ao mesmo período do ano anterior, quando ele foi de R\$ 42,498 bilhões (ECONOMIA..., 2007).

A facilitação do Estado para a promoção contínua da acumulação privada ocorre sob diversos expedientes, tal como a legalização da privatização das funções e serviços públicos para tornarem-se *commodities* à iniciativa privada, sendo que a principal característica da pragmática neoliberal, a sua lógica privatizante, sob o Governo de Lula, adquiriu a forma de Parceria Público-Privada (PPP), instituída pela Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Uma vez legalizada pelo comando do capitalcracia, a contínua privatização não tem fronteiras e avança em dimensões que antigamente eram inimagináveis, bem

como o era o processo de tornar suscetível de negócios o que antes era prerrogativa do poder público, como exemplo a administração de presídios. Os presos tornaram-se mercadorias e o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), anunciou em 17 de janeiro de 2008 a abertura de licitação para a construção de um megapresídio para ser gerido pela iniciativa privada, no município de Ribeirão das Neves, com capacidade para 3.000 presos. O empreendimento baseia-se no modelo das PPPs do programa do governo federal e o vencedor da licitação se credenciará para administrar o presídio pelo prazo renovável de 37 anos. “Na ponta do lápis, cada preso confiado aos cuidados da iniciativa privada custará ao erário mineiro R\$ 2.100 por mês. Nas cadeias públicas, o mesmo preso custa R\$ 1.700 mensais”, afirma Cober (2008). Portanto, mesmo sendo mais cara a gestão dos presídios pela iniciativa privada, isso não impede a facilitação do poder público para que as gestões privadas se tornem bons negócios.

A forma encontrada pelo Governo de Lula para dar continuidade à lógica privatizante foi por meio das PPPs. Essa iniciativa adentra em um campo também de maior vulnerabilidade, que hoje em dia adquire força mundial de crítica devido ao modelo econômico vigente, o qual compromete a preservação do meio ambiente, tendo em vista as catástrofes ambientais decorrentes de fatores antrópicos. O governo federal anunciou, em 21 de setembro de 2007, que 90 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, seriam a primeira floresta de aluguel do país. O argumento do governo é de que, ao trazer empresas para explorar madeira de forma sustentável, conseguirá com isso inibir o corte ilegal que abre caminho para o desmatamento. A empresa que ganhasse a licitação assinaria contrato de exploração de até 40 anos e um ciclo de corte de 30 anos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, uma área, para se regenerar, precisa de três décadas. Somente empresas brasileiras poderiam participar e nenhuma delas poderá explorar mais de uma unidade de manejo que, segundo o governo, é uma medida que servirá para “evitar a contração econômica” (SELIGMAN, 2007). Segundo a agência BBC Brasil, essa iniciativa por parte do governo foi motivo de elogio pelo jornal argentino *La Nación*. Assim a agência inicia sua matéria: “As concessões de

partes da floresta amazônica para exploração privada, regulamentadas na semana passada pelo governo brasileiro, ‘podem ser uma boa notícia’” (PRIVATIZAÇÃO..., 2007). O jornal *La Nación* observa que o argumento do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o de que “se isolar a maior floresta do planeta do contato humano é uma utopia, pelo menos que aqueles que a exploram o façam de forma sustentável” (PRIVATIZAÇÃO..., 2007). Louvou a iniciativa do governo por estabelecer a diferença entre *manejo florestal sustentável* do *desmatamento* em curso, e que as ações das empresas terão de ser matematicamente calculadas porque, “Segundo o Ministério do Meio Ambiente, enquanto no primeiro caso se extraem todas as árvores para vendê-las ou para utilizar a terra, na utilização sustentável se extraem entre 5 e 6 árvores das 500 que pode[m] haver em um hectare de selva”, diz o texto (PRIVATIZAÇÃO..., 2007). “O grande problema da Amazônia é a falta de fiscalização”, afirma o jornal (PRIVATIZAÇÃO..., 2007). “Por isso, 70% do arrecadado com a licitação se destinará aos órgãos de fiscalização da selva. Segundo o Greenpeace, cada fiscal é responsável por uma área do tamanho da Suíça.” (PRIVATIZAÇÃO..., 2007) Ainda segundo o diário argentino, “a falta de desenvolvimento nas regiões da selva termina fomentando a destruição” (PRIVATIZAÇÃO..., 2007). “Por isso se licitarão áreas da selva. O trabalhador sem emprego ou renda se converte em mão de obra para operações ilegais. Quando manter a selva de pé é um bom negócio, a destruição se detém. O ambientalismo pragmático talvez seja mais eficiente do que as utopias”, conclui o BBC (PRIVATIZAÇÃO..., 2007).

As *commodities* brasileiras continuam a ser produzidas em larga escala por meio da extração de recursos materiais disponíveis, como os minérios, terras em abundância para o agronegócio e a produção de etanol e, somada a isso, a força de trabalho barata disponível em grande quantidade para extração da mais-valia facilita a disputa para a realização do lucro no comércio mundial, garantindo, assim, a supervalorização do capital nacional e multinacional com investimentos no país e a consequente submissão à superexploração dos trabalhadores brasileiros e do meio ambiente.

O Brasil oferece ao mundo novos milionários

Com a economia aberta ao capital estrangeiro e as condições de acumulação privada pela política econômica alinhadas à pragmática neoliberal, a concentração da riqueza vem se intensificando, e os capitais nacional e estrangeiro no Brasil aparecem como beneficiários da economia globalizada, fazendo do Brasil um dos países que mais oferece ao mundo novos milionários. Com a economia aquecida, o total de brasileiros milionários, ou seja, que possuem mais de US\$ 1 milhão, cresceu em 46% e atingiu os 190 mil em 2007 (WIZIACK; FERNANDES, 2008). Segundo o artigo, esse crescimento ocorreu devido aos recordes da Bolsa de Valores, abertura do país ao capital internacional, aquisições de empresas, investimentos estrangeiros diretos, bem como a valorização do real. Em apenas um ano, o Brasil aumentou o número de seus milionários em 60 mil, segundo levantamento do *Boston Consulting Group* (BCG). Em 2006, havia 130 mil milionários, número que pulou para 190 mil em 2007, uma expansão de 46,1%. Estima o BCG que a fortuna desses milionários aproxima-se de US\$ 675 bilhões, *o equivalente a metade do PIB brasileiro*. Segundo a definição do BCG, “milionários são aqueles que têm mais de US\$ 1 milhão aplicado no mercado financeiro” (WIZIACK; FERNANDES, 2008). O sócio-diretor do BCG no Brasil, André Xavier, disse que, para identificar esses novos milionários, os especialistas entrevistaram gestores de fortunas de 111 instituições financeiras em 60 países e que essa “foi a primeira vez que uma equipe veio pessoalmente ao Brasil para fazer o levantamento” (WIZIACK; FERNANDES, 2008). E disse mais, “A concentração de riqueza no país é um fenômeno que está chamando a atenção dos bancos e dos gestores do mundo” (WIZIACK; FERNANDES, 2008). Segundo Xavier, existem várias causas que explicam esse aumento do grupo de milionários no país. “Apenas em 2007, 64 empresas abriram o capital na Bovespa, que bateu o recorde de R\$ 4,9 bilhões negociados diariamente. ‘O Ibovespa foi o índice que, no mundo, mais rentabilidade ofereceu aos investidores’” (WIZIACK; FERNANDES, 2008). Na mesma linha de raciocínio, Eduardo Oliveira, diretor do departamento de gestão de fortunas do UBS Pactual, disse que “a abertura

de capital tem um efeito multiplicador que pesa bastante na geração de riqueza dos empresários.” (WIZIACK; FERNANDES, 2008) Afirmam os jornalistas que, segundo os bancos de investimentos consultados, alguns setores da economia têm contribuído para esse *boom* de endinheirados, como a construção civil, o agronegócio e a produção de etanol (WIZIACK; FERNANDES, 2008).

Segundo o BCG, “os brasileiros são os mais ricos da América Latina [...] com fortuna conjunta estimada em US\$ 573 bilhões – mais da metade do PIB nacional.” (WIZIACK, 2007) Esses dados confirmam a concentração de renda no país, e revelam que, em relação ao “poderio financeiro dos brasileiros, entre 2000 e 2005, período mais recente da pesquisa, o país saltou da 18ª posição para a 14ª no *ranking* dos países com mais milionários. Na comparação com as nações em desenvolvimento, o Brasil deixou para trás a Índia e a Rússia, perdendo apenas para a China” (WIZIACK, 2007), ou seja, é o país onde mais evolui a concentração de renda entre os países que compõem o BRIC. Esse levantamento teve como fontes a Receita Federal e o The Boston Consulting Group (BCG), o qual é uma das mais importantes consultorias do mundo. O BCG disse que, dentre os setores da economia, “o setor do agronegócio foi um dos que mais geraram milionários, principalmente no Centro-Oeste” (WIZIACK, 2007). Afirmo o jornalista que, segundo a Receita Federal, “nessa região, o número dos que ganham mais de R\$ 1 milhão por ano mais que dobrou entre 2000 e 2003, chegando a 685.” (WIZIACK, 2007) Segundo Gabriel Ulysea, do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), em depoimento obtido por Wiziack, os dados mostram que a desigualdade de renda não sofreu alteração no país e que “apenas 10% da população continua se apropriando de 80% da renda nacional” (WIZIACK, 2007) O Brasil, além de ser o país onde mais cresce o número de milionários no mundo, é o segundo na lista de países onde as fortunas se multiplicam mais rapidamente. De acordo com os dados levantados pelo BCG, “nos últimos seis anos, os investimentos dos brasileiros com mais de US\$ 1 milhão aumentaram a um ritmo anual médio de 22,4%, índice que só perdeu para o da China, onde as riquezas inflaram 23,4% no mesmo período” (BRASIL..., 2008).

Nosso país emergente na economia global, além de ser fonte de acúmulo e centralização para o capital nacional, é também fonte de riqueza para o capital multinacional, que explora as fontes naturais de riqueza – exemplo disso é a alta lucratividade do setor de agronegócio e a produção de etanol – e a força de trabalho barata disponível no mercado e que fica a mercê dos grandes grupos econômicos, os quais exploram o Brasil e outras nações e transferem as riquezas convertidas em capitais para suas matrizes de origem. Segundo informações de Cruz e Nakagawa, nos dados apresentados pelo Banco Central, “A remessa de lucros e dividendos para as matrizes das multinacionais nos quatro primeiros anos do governo Lula foi o triplo da registrada entre 1999 e 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso” (CRUZ; NAKAGAWA, 2007). Isso significou que, “entre 2003 e 2006, no primeiro mandato de Lula, a cada US\$ 10 que entraram no Brasil, outros US\$ 6 foram enviados [para o] exterior[,] como ganho[,] às sedes” (CRUZ; NAKAGAWA, 2007). Comparativamente aos quatro últimos anos da gestão FHC, “foram remetidos [ao exterior] US\$ 2 para cada US\$ 10 que entraram no país. No primeiro mandato de FHC – entre 1995 e 1998 – foram remetidos US\$ 2,5. O ingresso de investimentos estrangeiros entre 2003 e 2006 somou US\$ 62,1 bilhões, enquanto as remessas foram de US\$ 37,8 bilhões, conforme os números do BC” (CRUZ; NAKAGAWA, 2007).

Essa concentração de riqueza é confirmada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando ele, em discurso de 31 de julho de 2007, em Cuiabá (MS), fez o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se referindo à tentativa de ataque da oposição ao seu governo com o lançamento do movimento “Cansei”, organizado por empresários de São Paulo e pela OAB do mesmo Estado, pedindo mudanças nos rumos do país. Lula contra-atacou dizendo:

Os que estão vaiando são os que mais deveriam estar aplaudindo, posso garantir que foram os que ganharam muito dinheiro neste país, no meu governo. Aliás, a parte mais pobre é que deveria estar mais zangada, porque ela teve menos do que eles tiveram. É só ver quanto ganham os banqueiros, os empresários, e vamos continuar fazendo política sem discriminação (LEITE; CORRÊA, 2007).

O raciocínio do presidente é idêntico ao discurso que fez às vésperas do primeiro turno em 2006: “A única frustração que eu tenho é que os ricos não estejam votando em mim. Porque eles ganharam dinheiro como ninguém no meu governo”, disse Lula, na ocasião (LEITE; CORRÊA, 2007). Se pensarmos profundamente nessas declarações públicas do Presidente da República, isso tem um significado profundo e uma confissão simbólica e real do papel do governo como gestor de uma nação que propicia as condições para a acumulação e centralização privada do capital. O próprio presidente, que se dizia porta-voz do povo, e que se elevou no cenário político do país com apoio dos movimentos sociais e sindicais, ele mesmo, publicamente, assume que fez um governo para os ricos, ou seja, administrou o país para os capitalistas auferirem lucros. De fato, ele tinha razão, os capitalistas nada tinham o que reclamar de seu governo capitalcrático.

2.4.2 A capitalcracia estrutural como princípio da reciprocidade

O Estado, em termos dos ajustes neoliberais, mostra-se não como intermediador entre capital e trabalho, mais sim como um profícuo administrador e defensor do capital para o desalento dos trabalhadores. Isso pode ser comprovado ao observarmos os dados levantados e aqui apresentados; são alguns exemplos que ilustram, e ao mesmo tempo comprovam, o importante papel do Estado, sob o domínio do poder do capital, que aqui se vem conceituando de *sistema capitalcrático*. A reciprocidade entre capital e Estado se dá de forma indissociável. O capital investe em seus representantes para gerir o Estado em favor dele e, uma vez aqueles estando nos poderes executivo, legislativo e judiciário das esferas municipal, estadual e nacional, os seus representantes perpetuam, por meio da legalização imoral, a acumulação privada em detrimento do público que compõe a verdadeira classe produtora, composta pelos trabalhadores. Os seguintes dados demonstram alguns exemplos de investimentos privados considerados legais pela Justiça Eleitoral nas candidaturas para o parlamento e o poder executivo.

Como escreve Marx e Engels (1974, p. 95):

Sendo portanto o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através de uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade *livre*, desligada da sua base concreta. O mesmo acontece com o direito que é por sua vez reduzido à lei. [sic]

Tendo em vista muitos projetos em tramitação no Congresso que tratavam do funcionamento dos planos de saúde privados, esse setor injetou 757% a mais em relação às eleições de 2002 e com esse investimento ajudou a dobrar a sua bancada corporativa de 17 para 31 para defesa de seus interesses nas eleições de 2006 (PINHO; NAVARRO, 2007). As 62 empresas de planos de saúde doaram juntas, legalmente, R\$ 7,2 milhões para campanha de deputados e senadores eleitos e não-eleitos. Como exemplo, financiaram parte das campanhas de 29 deputados federais e dos senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Francisco Dornelles (PP-RJ). Segundo esses dados, os demais ramos da economia seguem a mesma lógica. De forma geral o volume doado abertamente subiu significativamente em relação às eleições de 2006, “contrariando a expectativa de que a eleição após o escândalo do mensalão seria mais modesta” (PINHO; NAVARRO, 2007). Pelo contrário, “A campanha do presidente Lula, por exemplo, recolheu 133% a mais em 2006” (PINHO; NAVARRO, 2007). Após a posse desses parlamentares, a metodologia segue o seu rito normal. “Dos 29 federais eleitos que receberam doações do ramo, 9 integram comissões que tratam de assuntos relevantes para os planos – seis estão na Comissão de Seguridade Social e três na Comissão de Defesa do Consumidor. Quatro participaram, em 2003, da CPI dos Planos de Saúde, criada para investigar as empresas” (PINHO; NAVARRO, 2007). O funcionamento do *princípio da reciprocidade* entre o capital e o Estado resulta nessa indissociabilidade que conflui/converge/resulta em leis em favor do capital. Como exemplos típicos disso, o

Campeão de doações do ramo na Câmara, com R\$ 363,2 mil, Dr. Nechar (PV-SP) votou contra o projeto que torna obrigatório o pagamento de despesas de acompanhantes para crianças e idosos na Comissão de Seguridade Social.

Médico eleito deputado, Dr. Ubiali (PSB-SP) trabalha contra a cobrança de impostos como PIS e Cofins de cooperativas médicas. A Federação das Unimeds doou R\$ 178 mil a ele.

A disputa das empresas pelos planos de saúde do funcionalismo público chegou ao legislativo. O deputado Barbosa Neto (PDT-PR) fez parecer em comissão pela suspensão dos convênios dos ministérios e autarquias federais com o fundo de autogestão GEAP, defendendo a contratação dos planos por licitação. O senador Álvaro Dias defende o mesmo. A Unimed do Paraná fez doações para os dois congressistas. Foram R\$ 50 mil para o deputado, e R\$ 400 mil para o senador (PINHO; NAVARRO, 2007).

Outros ramos da economia investem em seus representantes no poder político do Estado. A empresa de telecomunicações Oi foi a maior financiadora do Partido dos Trabalhadores, do qual é presidente de honra o atual presidente da República. Segundo estes jornalistas, “um dos principais acionistas privados da Oi e maior interessado na compra da Brasil Telecom, o grupo Andrade Gutierrez, foi também o maior financiador do PT em 2006” (SOUZA; ZANINI, 2008). A construtora mineira doou R\$ 6,4 milhões para o PT investir em suas candidaturas. Além desse montante, doou mais 1,52 milhões para financiar diretamente a reeleição de Lula. E, em segundo lugar, o Banco Santander entrou com a contribuição de R\$ 3,23 milhões (SOUZA; ZANINI, 2008).

Para que a Oi possa comprar a BrT é preciso um decreto presidencial mudando a legislação. O governo apoia a venda da BrT. Na semana passada, os controladores da Oi acertaram o preço de compra da outra tele por R\$ 4,8 bilhões. Os grandes mentores do projeto e principais negociadores foram os empresários Sérgio Andrade, [da construtora] Andrade Gutierrez, e Carlos Jereissati, do grupo La Fonte (SOUZA; ZANINI, 2008).

Os personificadores do capital não gostam de correr risco algum, e por isso investem em todas as frentes possíveis para garantir êxito na lucratividade. Apesar de o PT receber a maior fatia de investidores nas eleições, o PSDB também recebeu contribuições significativas. “O PSDB recebeu R\$ 3,1 milhões, menos da metade da contribuição dada aos petistas. A construtora, contudo, doou R\$ 1,5 milhão para o candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, praticamente a mesma quantia destinada a Lula.” (SOUZA; ZANINI, 2008) No cômputo geral, a “soma do que foi dado ao PT e a Lula, a Andrade Gutierrez contribuiu com R\$ 7,92 milhões. A vice-líder, a Vale, doou, por meio de suas subsidiárias, R\$ 6,65 milhões. Em terceiro lugar, ficou a construtora Camargo Corrêa, com R\$ 5,5 milhões.” (SOUZA; ZANINI, 2008) O argumento do Partido foi que “as doações são corretas e registradas na Justiça Eleitoral. E admite que a maior parte das contribuições recebidas em 2006 foi empregada na campanha de reeleição de Lula.” (SOUZA; ZANINI, 2008) Do mesmo lado, o banqueiro Daniel Dantas, da Empresa Opportunity, e ex-controlador da BrT, na época estava sendo acusado pela Polícia Federal em processo de corrupção, nos EUA, movido pelo Citibank, através dos advogados da Opportunity, “denuncia a Oi por ter corrompido integrantes do PT no governo para que a lei fosse alterada para permitir a compra da BrT. Por isso, a Oi teria investido (mais de R\$ 10 milhões) na Gamecorp, do filho do presidente Lula, Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha.” (SOUZA; ZANINI, 2008) Segundo Cabral e Zanini, “O governo insinua haver relação promiscua da oposição com os banqueiros, mas é o PT o partido que proporcionalmente mais tem recebido doações do setor financeiro” (CABRAL; ZANINI, 2008). Os jornalistas informam que

Segundo dados da prestação de contas dos partidos ao TSE, o PT recebeu, em 2006 (último dado disponível), 19,26% de suas doações de bancos. Foram R\$ 8,33 milhões de um total de R\$ 43,23 milhões que entraram nos cofres do partido. O setor bancário foi o segundo maior doador para a sigla em 2006, perdendo apenas para as empreiteiras, que doaram R\$ 12,47 milhões (CABRAL; ZANINI, 2008).

O BMG, banco sobre o qual anteriormente mostrou-se a lucratividade, beneficia-se com seus investimentos seguros. Suposto banco credor de empréstimos no valor de R\$ 29,2 milhões para o caixa dois do PT, “teria lucrado R\$ 209,8 milhões – seis vezes mais – em um conjunto de seis operações realizadas com a Caixa Econômica Federal de venda de carteiras de empréstimos feitos a aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)”, afirma Salomon (2005). Entre o período de dezembro de 2004 e setembro de 2005,

[...] o BMG recebeu da Caixa R\$ 1,094 bilhão pelas seis operações. Os aposentados e pensionistas deviam ao BMG, nessas carteiras de empréstimos, R\$ 935,2 milhões. A diferença, de R\$ 158,8 milhões, foi paga ao BMG como remuneração por captação de clientes. Além disso, o banco teria recebido mais R\$ 51 milhões em decorrência do cálculo do saldo devedor das carteiras (SALOMON, 2005).

Os valores realmente são muito altos, enquanto que as mazelas sociais aumentam dia após dia. A Caixa Econômica, sendo um banco público, poderia fazer essas operações com os aposentados e pensionistas do INSS, mas, devido aos interesses do capital e dos seus representantes no Estado, a lucratividade da operação foi transferida à absorção privada. Outro detalhe importante é que, segundo Salomon, “a Caixa já desembolsou R\$ 1,09 bilhão, incluindo o ágio pago ao BMG, mas vai demorar três anos para cobrar os empréstimos dos aposentados e pensionistas. Ou seja, enquanto o BMG já lucrou R\$ 209 milhões, a Caixa vai levar até 2008 para lucrar R\$ 346 milhões” (SALOMON, 2005). Assim, é dessa forma que o Estado funciona em favor do capital, como funciona o sistema capitalcrático em favor dos personificadores do capital, gestores do capital, e contrário aos interesses dos trabalhadores.

Se, por um lado, os personificadores do capital e seus representantes políticos no Estado usufruem dos benefícios do sistema capitalcrático, por outro, as contradições sistêmicas revelam o seu lado mais perverso, a miséria humana e a degradação ambiental.

2.5 A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL DO CAPITAL E A EXPLORAÇÃO UNIVERSAL: OS CONTORNOS FINAIS DO SISTEMA CAPITALCRÁTICO

Durante sua ascensão histórica, o sistema capitalista concedia avanços democráticos formais a determinados países-metrópoles ou a certo segmento populacional nacional, dando ares de que o desenvolvimento econômico era seguido de avanços democráticos no que dizia respeito aos direitos sociais, civis e individuais. Mas com a sua globalização, tal sistema mostra seu lado perverso, com o autoritarismo do poder econômico como poder político, e finalmente mostra o que sempre foi: um sistema capitalcrático.

Florestan Fernandes, em seu livro *A revolução burguesa no Brasil* (2002), disse que a revolução ocorrida nos países centrais seria uma combinação de transformação capitalista e dominação burguesa. E isso não necessariamente ocorreria nos países de capitalismo dependente, apenas importaria padrões estruturais e dinâmicas essenciais do capitalismo e que nos países periféricos ocorreria de acordo com suas especificidades histórico-sociais que “excluem qualquer possibilidade de ‘repetição da história’ ou de ‘desenvolvimento automático’ dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês” (FERNANDES, 2002, p. 1.746). Ao contrário, nos países periféricos, com suas especificidades entre eles, o que ocorre “é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, 2002, p. 1.746-1.747).

Mais adiante Fernandes (2002, p. 1.749) escreve:

O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias.

Diz ainda que todas as burguesias nacionais da periferia e as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem in-

teresses econômicos e políticos e querem “*manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*” (FERNANDES, 2002, p. 1749, grifo do autor).

Nesse momento, em que o capital se conclui como um império mundial, como disse Mészáros (2002), suas contradições não podem mais ser jogadas para baixo do tapete nem podem mais ser lançadas para o futuro, como sempre foi sua estratégia durante a ascensão histórica nesses cinco séculos de sua expansão. As contradições que carregava consigo, atualmente, se revelam em crise social e ambiental de abrangência mundial. O capital, sob o comando do capital financeiro móvel, livre para circular no mundo, pode explorar cada parte em todas as partes, sem qualquer constrangimento legal, uma vez que está salvaguardado pelos Estados hegemônicos que garantem essa sua fluidez libertina. É a primeira vez na história que um sistema imperial submete toda a humanidade sob seu comando, configurando-se como um *Sistema Capitalcrático*. Durante sua expansão, quando explorava outros países, conseguia atender aos povos de origem suas reivindicações e direitos sociais e políticos, configurando-se para eles como um sistema representativamente democrático, enquanto para os explorados era um sistema autoritário, que recebia os contornos de ditadura com suas variantes sangrentas, tais como as da América Latina, fascistas e nazistas, usando o desenvolvimento desigual e combinado tal qual escreve Marx. Mas, neste momento, o sistema começa a revelar as suas contradições entre progresso econômico, insatisfação política e degradações humanas e ambientais devido ao processo de precarização levado a efeito pela superexploração imposta pela concorrência mundial entre personificadores do capital. Portanto, essas mazelas decorrem do produtivismo necessário da ordem de reprodução sociometabólica do sistema do capital, e resultam na ruína da natureza e dos seres humanos.

Como prova de que o Estado é a base política de salvaguarda do sistema do capital, neste momento da crise estrutural o Estado o preserva, transferindo seus recursos à iniciativa privada para garantir a realização do lucro. Como prova cabal disso, mostra a verdadeira face desse modo de produção com incentivo ao consumismo, diminuição

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com a salvação de banqueiros, com aumento do trabalho, incentivo à produção de mercadorias e à sua circulação. Hoje, tornado global por meio dos monopólios transnacionais, o Sistema Capitalcrático mostra-se maior do que o Estado-nação, e este a serviço daquele. Os efeitos disso podem ser observados quando se percebe muitos Estados sucumbindo aos ditames dos monopólios econômicos empresariais mundiais, transferindo recursos da sociedade para o capital privado. Nesse sentido, o sistema mostra sua verdadeira face, a de um sistema capitalcrático, com o poder, portanto, não emanando do povo, mas do capital, com seus legítimos representantes políticos encravados nas esferas do Estado, nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Nessa fase, chega-se ao que Lênin denominou de a etapa superior do capitalismo, o tempo dos monopólios (LÊNIN, 1979), ou seja, o imperialismo da classe capitalista em escala mundial. Salienta-se que o poder não pode ser tratado somente como um fenômeno político, mas primeiramente econômico como fonte do poder político, por ele ter sua materialidade na gestão e na apropriação da produção econômica social.

2.5.1 O Livre Mercado Mundial: o ideal burguês da configuração universal do capitalismo enquanto um sistema capitalcrático

O ideário liberal tem como premissa a liberdade de mercado sem a interferência do Estado. Isso é o que se anuncia, mas não é o que acontece na prática. As teorias políticas e econômicas percebem a importância do papel do Estado na economia, sem o qual não teria êxito. Na verdade, a proposta da economia liberal é político-econômica e o sistema econômico só pode funcionar enquanto um sistema político também. É facilmente observável na história do sistema capitalista a importância do Estado na regulação e financiamento das ações econômicas, bem como seu papel crucial nos momentos de crises econômicas conjuntas, quando serve para legislar enquanto um sistema político e injetor de recursos financeiros à reprodução ampliada do capital. Para se compreender esse fenômeno, lembre-se do Estado Keynesiano, Estado Wilsoniano, Estado-Providência ou Estado de

Bem-Estar Social (Welfare State). Em cada momento econômico, há uma reciprocidade na forma do agir do Estado que lança e se utiliza de inúmeros mecanismos de controle para garantir a ordem social, seja pela sua eficiência de intervenção na ordem pública e política, na economia ou se utiliza de mecanismos de seletividade (OFFE, 1984) e de assistência conduzida pelas políticas sociais tendo como base o Estado assistencial, evitando assim a convulsão social e dando garantia ao contínuo processo de produção e reprodução ampliada do capital.

De certa forma há um consenso sobre esse Estado Assistencial, já que, numa primeira análise, o Estado de Bem-Estar, no campo da assistência, deve garantir “tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político” (WILENSKY apud BOBBIO et al., 1993, p. 416). Na ordem política, o Estado Assistencial usa do seu próprio aparato jurídico, político, administrativo e coercitivo, por meio de seu papel legal de *poder estar armado*, bem como da sua força para conter ou manter a reprodução social e do sistema. É relevante para uma análise social observarmos o importante papel do Estado a serviço do modo de produção econômica em vários aspectos no transcórre da consolidação do sistema capitalista e de sua manutenção enquanto uma economia política a serviço da burguesia.

Com o mercado tornado global, o sistema capitalista revela uma proeza incógnita. Durante sua ascensão histórica, para justificar e ampliar seu domínio, o capital sempre arrogou-se a si como legítimo tutelador da democracia, e essa era vista como ideal de organização política e social. Durante sua expansão, apesar das longas lutas imperiais, conseguiu dissimular suas intenções e oferecia ideologicamente aos demais países o modelo europeu-ocidental de sociedade democrática, com prosperidade promovida pelo *livre mercado* (Adam Smith), pelo ideário político liberal (Hobbes, Locke, Montesquieu), que convergiam para a *paz perpétua* (Kant) em um pacto social feito entre as nações tendo como resultado final da História a configuração do Estado Humano Universal Religioso (Hegel). Portanto, defendia como unidade indissolúvel o livre mercado e o Estado democrático de direito como formas ideais de produção econômica e organização política,

respectivamente, que deveriam ser incorporadas por todas as nações. Os defensores dessa institucionalidade acreditavam que as soluções podiam ser buscadas na diplomacia das relações internacionais com a construção de um Estado pacífico universal por meio de um contrato social entre as nações. Os defensores desse modelo não percebiam as consequências negativas do modo de produção capitalista na sua ascensão histórica e no alargamento do seu domínio; duas grandes guerras mundiais foram travadas, bombas de dizimação total sobre Hiroshima e Nagasaki foram explodidas e genocídios de povos autóctones (índios das três américas e africanos) foram executados para submeterem-se ao seu comando, composto indissociavelmente pelo poder econômico e político. Mas, ideologicamente, conseguiram sempre dissimular essas contradições no transcorrer do processo de sua autoexpansão, apesar de convulsões sociais que constantemente se insurgiam.

O imperativo autoritário do modo de produção capitalista foi escamoteado e encoberto pela pseudodemocracia defendida pelo poder econômico e na ideia de que todos alcançariam os patamares de desenvolvimento e consumo dos europeus e norte-americanos. Já grande parcela da população não consegue perceber os perigos e riscos que toda a humanidade vive, caminhando à beira do abismo por conta de um sistema que ameaça sua própria existência na destruição do meio ambiente, da *oikos*¹¹, da casa da humanidade.

Herbert Marcuse, partindo da análise da racionalização que o capital desenvolveu para a administração da produção e distribuição econômicas, no estágio que a sociedade industrial atingiu, destacou importantes efeitos ideológicos desenvolvidos pela forma de produção capitalista, e enfatizou principalmente a dimensão política que decorre simultaneamente da economia e a unidimensionada construída nos indivíduos por meio da padronização do modelo de consumo, do gosto, do comportamento dos indivíduos e a forma de ser. Segundo ele, a ideologia construída paralisou a crítica e tornou, de forma geral, a sociedade humana incapaz de fazer oposição ao capitalismo. Disse ele, “Nós nos submetemos à produção pacífica dos meios de destruição, à

¹¹ *Oikos*, eco, tradução de sua origem grega; casa. Dela derivam economia (administração da casa) e ecologia (estudo da casa).

perfeição do desperdício, a ser educados para uma defesa que deforma os defensores e aquilo que estes defendem” (MARCUSE, 1982, p. 13).

O conceito *democracia* aparecerá aqui entre aspas, porque se entende que, sob o sistema do capital, a democracia não é possível de se realizar e o que se diz de democrático não passa de uma pseudodemocracia. Na etimologia desse conceito tem-se do grego *demo* (povo) e *cracia* (poder). Portanto, seria o poder emanando do povo, mas isso não é o que acontece e a democracia se torna inviável e irrealizável dentro do sistema do capital, apenas recebe alguns pontos de realidade nos países hegemônicos. Entende-se que o sistema do capital é um sistema capitalcrático, ou seja, uma *capitalcracia* que corresponde ao poder que emana do capital e que se torna real e social pela mediação do Estado. O poder do capital atua em diversas frentes, por exemplo, por meio de grandes somas para financiamento de campanha dos seus representantes no poder Executivo, Legislativo e na subserviência do Judiciário perante o capital. Este, uma vez dominando politicamente a estrutura do Estado, consegue manter seu poder estruturalmente por já ter, *a priori*, o poder econômico que é estrutural de todas as sociedades nacionais e que, atualmente, se torna global.

No atual contexto do neoliberalismo, quando os capitalistas e seus intelectuais orgânicos defendem o afastamento do Estado na regulação do mercado, deixando-o livre para sua autorregulação, no conceito mais conhecido de Estado Mínimo, isso não passa de um mecanismo ideológico de camuflar sua dependência ainda maior em relação ao Estado-Nação para manter seu sucesso e sua perpetuação. Isso é possível perceber, hoje em dia, com a crise estrutural do capital na sua acepção financeira, especialmente aguda em 2008, que já está sendo considerada maior do que a que ocorreu em 1929. Segundo alguns analistas, essa crise mostra os limites históricos do capitalismo em suas crises finais. Após o aumento da acumulação tornado possível com as privatizações feitas por governos nacionais, o sistema concentrou riquezas e mostrou o acirramento de suas contradições estruturais. E, para salvar o sistema financeiro e o capitalismo, o governo dos Estados Unidos, injetou 980 bilhões de dólares nos bancos, bem como muitos Estados da União Europeia estão estatizando as instituições

bancárias, alinhando-se na mesma política econômica. Trata-se do antigo e conhecido esquema de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, como historicamente vem sendo feito.

O capital não faz concessão à democracia, a não ser que seja do seu próprio interesse. O que é possível são alguns espaços de participação do povo em pequenas decisões, em alguns interstícios ou porosidades do tecido político e social, mas não se configura um sistema democrático, porque estão por trás da defesa dos princípios democráticos interesses maiores, superiores aos do povo, como por exemplo a acumulação ou a lucratividade privada do capital. O fato de haver alguma participação do povo não torna o sistema democrático, apenas uma democracia ilusória, que deve ser diuturnamente sustentada pelo poder hegemônico que a associa ao capitalismo, como a que se tornou *slogan* de George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, para invadir o Iraque e derrubar o presidente Sadam Hussein, que segundo ele era ditador. Era tudo em nome da “democracia”. Valeria usar a expressão de Lênin: “democracia sim, mas para quem?” (LÊNIN, 1979). Portanto, o sistema não admite a democracia substantivamente, apenas torna-a formal e ilusória ideologicamente para perpetuar seu poder de mando nos destinos sociais e humanos. Exemplo claro disso, recentemente na história de nosso país, foi o período da Ditadura Civil-Militar e a vitória de Collor de Mello para presidente que, em ambos os casos, tiveram sucessos como legítimos representantes da capitalcracia.

Na atualidade, em âmbito mundial, para ilustrar o que se afirma no período da globalização econômica, justificando-se *em nome da democracia*, o poder do capital estadunidense invadiu o Iraque, assassinou Sadam Hussein, dizimou seus correligionários, matou milhares de civis e destruiu e pilhou extensivamente suas construções físicas e obras históricas e culturais. Porém, a “inteligência mundial” sabia que não era a democracia que estava sendo defendida, mas, simplesmente, o poder do capital que se utilizou de subterfúgios argumentativos e ideológicos e mentiras com provas propositadamente construídas para atacar o país, independentemente da negativa da ONU. A verdade era que os EUA apenas queriam ter a supremacia sobre a reserva petro-

lífera daquele país, como ficou bem demonstrado no documentário *Fahrenheit 9/11*, do diretor estadunidense Michel Moore, finalizado em 2004, e com a posterior declaração de Bush, justificando-se como tendo sido enganado com informações inverídicas por sua agência de informações secretas. Ou seja, o Iraque não possuía qualquer arma nuclear. No documentário de Moore fica explícito que, por trás do discurso de libertar os povos dos regimes ditatoriais e potenciais ameaças nucleares, estava a prosaica proteção dos interesses das indústrias petrolíferas norte-americanas que objetivavam a instalação de um oleoduto na região. Concluindo, o interesse econômico foi camuflado por meio da pseudodefesa dos ideais democráticos e o capital posa, para perpetuar sua dominação, como um legítimo portador e defensor da democracia, viabilizado pelos personificadores do capital e pelos personificadores políticos desse sistema na classe capitalista estadunidense que se apropriou do Estado.

No sistema capitalcrático, quem tem maior representação política para gerir os destinos de um país ou de todos os Estados-nação são os personificadores do capital, como Marx se referia a estes, que pertencem à classe burguesa, ou os capitalistas, que, com o poder econômico, alcançam o poder político e elegem seus representantes nos três poderes liberais: executivo, legislativo e judiciário. Portanto, é o econômico que é a infraestrutura onde se dão as relações de produção que fundamentam uma sociedade, e a partir dele, surgem as instituições de organização política da sociedade. No caso do Império do Capital, é o Estado-Nação, com uma materialidade no econômico que se configura na unidade econômica e política, que dialeticamente conserva o *status quo* por meio da coerção e do consenso, alinhando-se aos interesses do Capital. Esse poder imperial vem em detrimento da classe trabalhadora que é, de fato, a verdadeira classe que produz as riquezas e os bens sociais, como Marx descobriu ao se aprofundar nos estudos da economia política, o que vinha sendo velado principalmente pela filosofia idealista alemã, tendo em Hegel seu mais legítimo representante:

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela cha-

mada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade civil”, e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política. [...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1977, p. 301).

A divisão do trabalho implica contradição entre o indivíduo singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos:

É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de *Estado*, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória, mas sempre sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; além dos interesses das classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes. Daqui se desprende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efectivas das diferentes classes entre si [...]; desprende-se igualmente que toda a classe que aspira

ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as formas sociais antigas e do domínio em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal, actuação a que é constringida nos primeiros tempos (MARX; ENGELS, 1974, p. 39-40).

O que se afirma, comprova-se empiricamente com facilidade. Logo após a posse de Collor na presidência, a recém-promulgada Constituição Federal, de 03 de outubro de 1988, foi paulatinamente modificada para a *total abertura* da economia nacional ao capital financeiro internacional. Fala-se em total abertura porque se entende que o neoliberalismo significa o fim de qualquer regulamentação ou constringimento imposto pelo Estado-nação que impeça a livre circulação do capital, principalmente para aqueles países que, desde o início do capitalismo, foram anexados ou integrados ao sistema pelo colonialismo e o neocolonialismo. E, também, vale lembrar que a abertura da economia brasileira ao capital internacional vem sendo feita desde a vinda da Coroa Portuguesa, quando esta abriu os seus portos às nações amigas, como à Inglaterra; durante a Independência do Brasil; no Estado Novo de Getúlio Vargas, e, principalmente, na Ditadura Civil-Militar (1964-1985), levada a cabo exclusivamente para a desregulamentação da economia ao capital industrial estrangeiro.

O programa global da equipe econômica destinava-se a racionalizar a economia pela concentração do capital nas indústrias mais eficientes e o estímulo à penetração do capital multinacional mais moderno e produtivo. Ia-se assim ao encontro das premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento no tocante aos efeitos benéficos do investimento multinacional: a melhor maneira de desenvolver o Brasil era transformá-lo em área prioritária do investimento estrangeiro (ALVES, 1989, p. 76).

Em síntese, a macroeconomia política neoliberal não tolera qualquer obstáculo à sua realização do lucro no comércio internacional e nem à produção da mais-valia em nações que possuem força de trabalho barata e com pouca organização sindical, incapazes de resistir

às mudanças e com matéria-prima em abundância. Portanto, essas regras são para ser incorporadas pelos países de *capitalismo dependente*, na conceitualização definida por Florestan Fernandes (1975) e, dessa forma, manter a supremacia dos estados hegemônicos que continuam ditando as regras do “livre” comércio internacional na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Com a globalização e o neoliberalismo se dá de vez a configuração do sistema do capital enquanto um Sistema Capitalcrático. Ou seja, o neoliberalismo, que demonstra a longevidade do liberalismo, esclarece de vez as verdadeiras relações entre economia e política nas formas que adquirem o Capital e o Estado-nação na atualidade. Portanto, é o poder total do capital sem quaisquer amarras que se autovaloriza, por subsumir de vez o trabalho mundial e, por meio dele, o homem e a natureza, sem se preocupar com as consequências que traz aos destinos humanos, à fruição da liberdade humana e à indissociabilidade entre o homem e a natureza, a qual está sendo dilacerada, como se presencia na crise ambiental. Essa é sua grande contradição: enquanto se autonomiza cada vez mais na autovalorização, ao mesmo tempo destrói a própria fonte onde há seu processo de valorização pela extensão e aprofundamento da exploração do trabalho em nível mundial, refletindo no aniquilamento dos trabalhadores e do meio ambiente.

O sistema capitalcrático caracteriza-se pela ascensão que se configura na globalização e consolidação da unidade entre Capital, por meio das grandes corporações mundiais, e o Estado, por meio das instituições internacionais, como força expressiva que se envolve diretamente para dar as condições necessárias e infraestruturais ao processo de acumulação do capital enquanto um império da classe capitalista mundial. Nesse sentido, poder econômico e político se unificam de vez nessa fase do capitalismo financeiro monopolista e de forma contundente, dando os contornos do que aqui se define de *capitalcracia*¹², ou seja, *forma de governo em que a soberania é exercida pelo capital; governo do capital; sistema econômico e político cujas ações tendem aos interesses lucrativos dos personificadores do capital em detrimento dos interesses*

¹² Capitalcracia ou Kaputcracia, composta de capital + cracia (do grego, poder) e Kaput (cabeça, res do indo-europeu).

sociais. O poder do capital que tutela as decisões políticas, contrariamente ao que deveria ser, um poder do povo (democracia) ou poder da sociedade (sociocracia). O poder do capital se institucionaliza por meio da política formal, camuflado ideologicamente de democracia, porém destituído substantivamente de qualquer conteúdo democrático, é apenas democracia formal e não substantiva, ou seja, a monopolização do poder econômico simultaneamente enquanto poder político.

O *Sistema Capitalcrático*, que se estabelece no âmbito da estrutura, funciona enquanto uma estrutura que articula os três poderes liberais artificialmente, formalmente e pseudodivididos e que atua em diversas áreas para priorizar a acumulação do capital. A crise atual mostra bem o seu poder. Após toda a defesa dos personificadores do capital e de seus ideólogos, que exigiam a desregulamentação da economia, portanto, o afastamento da função reguladora do Estado, a que eles definiram como Estado Mínimo, como se viu na crise financeira de 2008, revela o que sempre eles tendem a esconder, o importante papel do Estado para salvaguardar a acumulação capitalista. O Estado Mínimo defendido significava diminuir o Estado de bem-estar social, as políticas públicas sociais de toda ordem, e a privatização de tudo. Ou seja, estado mínimo para as maiorias e Estado máximo para os poucos detentores do capital. Daí a proposta de o capital administrar questões fundamentais da sociedade, como saúde, educação, previdência, e, também, tomar para si a extração dos minérios e dos recursos naturais de tudo, como fez Fernando Henrique Cardoso quando presidente. Prova disso pode-se ver em 2008, em qualquer jornal televisivo, quando os banqueiros, acionistas e grandes empresários que estavam ameaçados pela perda dos seus altos lucros, queriam que o Estado, portanto, toda a sociedade, evitasse os seus prejuízos com a diminuição dos lucros, socializando a quebradeira. Mas, quando estes mesmos se enchem de lucros, nada é dividido.

Os Estados Unidos deram o exemplo da falência do discurso ao injetar US\$ 850 bilhões para salvar as instituições privadas, assim como outros governos de países europeus, ao estatizarem instituições falidas. Por outro lado, segundo Grajew, a ONU estimou que “aproximadamente US\$ 150 bilhões anuais seriam necessários para atingir os Objetivos

de Desenvolvimento do Milênio (ODM)” (GRAJEW, 2008), os quais seriam “acabar com a fome e reduzir drasticamente a pobreza, as mazelas sociais e a degradação ambiental”, até 2015 (GRAJEW, 2008). Conforme o autor, nem a metade desses recursos ainda foi arrecadada, indicando com isso que as metas não serão atingidas. Portanto, afirma o autor, que “Não há carência de ideias nem ausência de recursos para acabar com as mazelas sociais e proporcionar uma vida digna a todos os habitantes do planeta e assegurar o desenvolvimento sustentável às futuras gerações. O problema é a falta de vontade política da maioria dos governantes” (GRAJEW, 2008). Apesar de isso não se tratar de *vontade*, mas de interesse de classes, essa avaliação mostra justamente que quem tem o poder econômico tem o poder político de estabelecer as prioridades nas quais os governos devem investir. O que se vê é que sempre é priorizada a acumulação privada em detrimento do social. O Estado naquele momento mostrou de forma explícita a sua função enquanto garantidor do *establishment*, sob o controle das elites econômicas, que se tornam elites governantes, e das ordens corporativas.

O papel forte do Estado como política formal para salvaguardar o capital existirá enquanto existir o sistema do capital, porém contrariamente ao que defende Ellen Wood (2003), de que seja possível se contrapor ao capital e ao governo de classe investindo na luta pela democracia. Segundo a autora, é necessário combater o sistema capitalista com o fortalecimento da democracia no seu interior. Porém, sabe-se que não é a democracia que pode combater o capitalismo, mas o socialismo, como ela mesma defende. A autora escreve:

O objetivo principal dessa crítica foi a transformação da ideia socialista, de uma aspiração a-histórica, num programa político baseado nas condições históricas do capitalismo. Meu próprio ponto de orientação ainda é o socialismo, mas as oposições e resistências são de um tipo diferente e exigem crítica específica. Se existe hoje um tema unificador entre as várias oposições fragmentadas, é a aspiração à *democracia*. Então, a segunda parte explora o conceito de democracia como desafio ao capitalismo e o faz criticamente, ou seja, acima de tudo do ponto de vista histórico (WOOD, 2003, p. 21).

Apesar desse equívoco, possivelmente decorrente do contexto histórico vivido pela autora, Wood contribui com algumas ideias interessantes sobre o Estado e seu vínculo estreito com o Capital para garantir o seu processo de acumulação:

O capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além das fronteiras de qualquer nação-Estado. O capital precisa do Estado para manter a ordem e garantir as condições de acumulação, e, independentemente do que tenham a dizer os comentadores a respeito do declínio da nação-Estado, não há evidência de que o capital global tenha encontrado um instrumento mais eficaz. Mas, exatamente porque o alcance econômico do capital se estende para além de todas as fronteiras políticas, o capital global necessita de muitas nações-Estados para criar as condições necessárias de acumulação (WOOD, 2003, p. 8).

Como escreveu Lukács (2007, p. 64), “[...] é necessário lutar contra a democracia formal e sua ideologia. A ideologia da democracia formal é atualmente empregada, cada vez mais, para servir como disfarce à reação e ao fascismo”.

O conceito de democracia nunca foi suficientemente esclarecedor sem ser adjetivado, isso já demonstra dificuldade enquanto um conceito com força explicativa. Ao ser necessário colocar um adjetivo vê-se que o conceito não dá conta da realidade e não tem força analítica suficiente. Daí o uso recorrente de qualidades ou extensões para dar poder explicativo: democracia formal; democracia representativa; democracia popular, democracia populista; democracia substantiva, democracia radical, democracia liberal, democracia social; democracia participativa; democracia restrita, democracia ampliada etc. Tudo isso nos leva a considerar que a democracia é irrealizável dentro do Sistema do Capital, ela só pode ser realizada na sociedade comunista, como Marx havia analisado, porque para ser uma forma livre de participação deve nascer da gestão econômica social dos produtores livremente associados.

Como aqui esclarece Florestan Fernandes (1981, p. 15):

Na verdade, a chamada ‘defesa da democracia’ somente modificou o caráter e a orientação do fascismo, evidentes

na rigidez política do padrão de hegemonia burguesa, no uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo, na tecnocratização e militarização das ‘funções normais’ do Estado capitalista, em uma era na qual ele se converte no ‘braço político armado’ da grande empresa corporativa e na retaguarda de um sistema mundial de poder burguês.

Fernandes chega a afirmar que o sistema capitalista se caracteriza como um fascismo no contexto da América Latina.

O fascismo, em si mesmo, é uma força muito moderna e seus objetivos mais recentes estão relacionados com o ‘desenvolvimento com segurança’, um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a *estabilidade política* na periferia (FERNANDES, 1981, p. 16).

Como ele diz, tendências fascistoides e fascistas em diferentes tipos de composição do poder, mas que “o elemento propriamente fascista apareça como conexão política [...] seja de uma dominação autocrática de classe, seja do Estado burguês autocrático” (FERNANDES, 1981, p. 18). Pode-se dizer que se trata de uma plutocracia, ou seja, influência dos ricos na sociedade e no governo.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO NEOLIBERAL (1990–2005)

Um conjunto de transformações na economia mundial, a partir de 1970, reconfigurou rapidamente o mercado de trabalho nos países de capitalismo avançado, nos anos 80 (ANTUNES, 1995, p. 15). Cita-se, como exemplo, Inglaterra e EUA. No Brasil, nos anos 90, a reestruturação produtiva baseada principalmente na flexibilização da produção, desde então, contribuiu para que inúmeras mudanças econômicas e sociais acontecessem. Tendo por base a pragmática econômica neoliberal, a reestruturação produtiva implicou necessariamente na indissociabilização dialética entre *flexibilização* e *precarização do trabalho*. Apesar de serem conceitos com significados diferentes, na prática não se distanciam e se tornaram sinônimos, se observamos analiticamente e de forma profunda os efeitos dessa evolução nos marcos da lógica do imperativo da acumulação do capital.

3.1 A FLEXIBILIZAÇÃO PRODUTIVA

No campo da sociologia do trabalho existem diversos estudos sobre essa evolução da forma científica de produção de mercadorias e *commodities*. Nos estudos mais críticos há o consenso de que por trás dessa inovação, a *flexibilização da produção*, existe um único objetivo, que é o da reestruturação do processo produtivo para maximizar a extração da mais-valia. Assim, com os mesmos gastos com salários e/ou a diminuição dos mesmos, busca-se manter e aumentar a taxa de lucratividade capitalista que vem diminuindo desde o início da crise estrutural dos anos 70. Essa reestruturação, em diversos setores da economia, é resultante da imposição da concorrência que se acirra entre os personificadores particulares do capital no comércio global, contribuindo, dessa forma, para ampliar mundialmente também a precarização do trabalho.

Os estudos sobre flexibilização caracterizam-se sob diversos aspectos. Segundo Guimarães (1995, p. 133), a montagem de um novo paradigma de produção levou os empresários a adotarem estratégias diferenciadas em determinadas situações: de um lado, atacar a organização sindical para evitar resistência e contestações e, de outro, flexibilizar o uso do trabalho. Em relação à primeira, uma das estratégias das empresas em relação aos sindicatos foi a de quebrar a resistência sindical ao processo de reestruturação em curso, bem como também pulverizar, via terceirização, a base de organização que o sindicato possui no processo de produção inflexível do taylorismo-fordismo. Como um caso típico dessa ofensiva burguesa pode-se citar a intransigência de Thatcher em relação à histórica resistência dos mineiros ingleses, na época em que Thatcher iniciava a adoção da política neoliberal naquele país.

A Toyota, em 1954, usou dessa estratégia para quebrar a resistência ao costume dos trabalhadores nas formas de sistema de especialização profissional e usou fartamente as demissões para curvar os trabalhadores. Outra estratégia adotada pelas empresas foi a de fugir da forte organização ou resistência sindical, como por exemplo no processo de fuga do capital industrial que transformou Detroit, sede das

montadoras estadunidenses automobilísticas, numa cidade-fantasma. Outra estratégia foi a de flexibilizar o uso do trabalho no processo de produção que, segundo a tipologia de Atkinsons, classifica a flexibilização do trabalho em quatro tipos:

a) *flexibilização numérica*: os empregadores têm condições de fazer variar rapidamente a quantidade de trabalho empregado;

b) *flexibilidade funcional*: os trabalhadores são capazes de perfazer uma maior variedade de tarefas com eficiência, permitindo, por exemplo, substituir colegas;

c) *distanciamento*: subcontratação de tarefas específicas, através de firmas de prestação de serviços comerciais, financeiros ou industriais;

d) *flexibilidade de salários*: possibilidade de pagar diferentemente seus empregados, fora de uma base regular (ATKINSONS apud WOOD apud GUIMARÃES, 1995, p. 133-134).

A flexibilidade iniciada pelo toyotismo¹³ na utilização do emprego começa por uma reestruturação organizacional nas empresas e diminui consideravelmente as hierarquias na administração de gestão da produção, enxugando os postos na hierarquia que existia no controle fordista. Segundo Guimarães (1995, p. 134), o novo modelo enfrenta uma segunda fonte de resistência, além dos sindicatos: “as suas próprias gerências intermediárias”. Na análise do autor, esse enxugamento trata-se de resposta à crise do fordismo em nível macroeconômico que vem ocorrendo desde a chamada “década perdida” (GUIMARÃES, 1995, p. 134). No que diz respeito à flexibilidade numérica, ela é operacionalizada pela estruturação de um mercado dual de trabalho que se compõe de trabalhadores estabilizados e trabalhadores temporários. “Ou seja, o enxugamento de efetivos é secundado por

¹³ Toyotismo ou Sistema de Ohno. Administração científica da produção criado pelo Engenheiro Taichi Ohno, Engenheiro Industrial da Toyota, em substituição e/ou aperfeiçoamento da forma de produção baseada no taylorismo e fordismo.

uma política agressiva de *terceirização*, isto é, de quebra da verticalização anterior e expulsão do gerenciamento de todo o trabalho que não seja diretamente ligado aos objetivos centrais da empresa” (GUIMARÃES, 1995, p. 134). O esforço destinado à gestão do trabalho passa a ser substituído por uma gestão da relação com os fornecedores que se constituem de empresas ou microempresas dependentes da empresa-mãe. Segundo Guimarães, somente quando as empresas conseguiram introduzir essas duas formas de flexibilização do uso do trabalho no processo produtivo foi possível integrar com sucesso as outras duas: a flexibilização funcional e a flexibilização de salários. No entendimento dele,

essas duas últimas formas de flexibilidade significam instituir um novo tipo de cooperação entre gerências e trabalhadores e uma nova legitimidade da autoridade gerencial que não pode ser solapada por demissões, por reduções salariais, por despotismo, etc. (GUIMARÃES, 1995, p. 134).

Diante da emergência da versatilidade e dinâmica do mercado mundial, as linhas de produção baseadas na racionalidade científica do taylorismo e fordismo não se mostravam adequadas para adaptar-se ou acompanhar o mercado concorrencial que se tornava mais intenso, e a necessidade de renovar e inovar os mecanismos clássicos que orientavam o desempenho dos ganhos de produtividade se tornavam empecilhos para as empresas que queriam continuar no mercado. Dessa forma, a concorrência paulatinamente impôs ao capital a necessidade de migrar de uma base “rígida” (taylorismo/fordismo) de produção para uma base “flexível” (toyotismo) fundamentada na

procura de novas formas de garantia dos ganhos de produtividade e a flexibilidade da produção, como meio de adaptar o aparelho produtivo às novas exigências do mercado, que se tornara mais instável e competitivo com o aprofundamento da crise (PAESE, 2002, p. 185).

A esses dois desafios, o sistema do capital passaria a procurar solução no uso de novas tecnologias de automação e informação fundamentada nos princípios da integração e da flexibilização baseadas nas

novas formas de gestão científica do processo de trabalho (PAESE, 2002, p. 185) e na precarização das condições de trabalho.

As mudanças no padrão de gestão baseada no despotismo do fordismo e taylorismo foram transferidas para o toyotismo. O padrão de controle antigamente ancorado numa hierarquia foi diluído, transferindo o controle do outro empregado pelo colega, por meio de células de produção e não mais pela chefia e, dessa forma, introduzindo a concorrência entre os trabalhadores no chão da fábrica. Além dessa característica, houve a tentativa de integrar ideologicamente os trabalhadores ao sistema por meio de treinamento destes, atuando no campo da subjetividade para incorporá-los aos interesses do capital, inculcando ideias com neologismos para convencê-los de que não são personagens antagônicos, mas sim partes integrantes da empresa, ou seja, não são empregados, mas sim *colaboradores*, para poder extrair deles maior dedicação à empresa. Outras estratégias sofisticadas empreendidas pela gestão empresarial baseiam-se nos treinamentos para aumentar a eficiência e eficácia na produção que se utilizam de todos os mecanismos desenvolvidos pela ergonomia para melhor interação entre o homem e a máquina e, assim, otimização do produtivismo no cálculo santificado pelo capital na busca de melhor resultado advindo da equação *custo e benefício*.

Para diminuir os custos na produção e obter maior lucratividade, os gestores utilizam diversas seduções aparentes, porque no discurso para convencê-los esses tipos de ações são apresentadas como se a empresa estivesse preocupada verdadeiramente com os “colaboradores”. As estratégias adotadas são muitas para aumentar a eficiência produtivista e anular resistências: premiações, não por reconhecimento, mas para aumentar a concorrência entre os empregados; ginástica laboral para relaxamento, não porque estão preocupados com o bem-estar dos funcionários, mas para que não adoeçam e comprometam a produção. O novo padrão de trabalhador exigido pela produção flexível requer um *homem flexível* (KURZ, 1999), dotado de diversas habilidades, que seja capaz de realizar novas e diversas tarefas ao mesmo tempo, correspondendo e adaptando-se imediatamente às novas tecnologias e à demanda de produção exigida pelo

mercado, multifuncionais, empreendedores, jovens, atualizados em constantes cursos e treinamentos, tornando-se um eterno estudante e aumentando, assim, o tempo destinado ao trabalho pela necessidade constante de aperfeiçoamento exigido.

Para atender às exigências *mais individualizadas* de mercado, no melhor tempo e com melhor “qualidade”, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. É a chamada “polivalência” do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando “várias tarefas simples” [...] (ANTUNES, 1995, p. 26).

O toyotismo surge da necessidade da empresa japonesa Toyota disputar um mercado mais veloz com a sua reconstrução econômica do pós-guerra. Tendo em vista essa velocidade que aumentava no mercado global, segundo Pinto, a necessidade de aumento simultâneo da produtividade surgiu sem que fosse feita em grande escala para poder produzir pequenas quantidades dos diversos modelos de produtos que o mercado exigia.

A confluência dessas duas capacidades, até então tidas como praticamente antagônicas, foi sendo obtida na Toyota através de sucessivos ajustes, ensaios e adaptações de novos dispositivos, ocorridos ao longo do intervalo que foi de 1947 até início da década de 1970 [sic] (PINTO, 2007, p. 74).

Essa administração científica da produção possui diversas características: produz pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; permite diversificação da produção diferentemente dos clássicos avessos a mudanças; uso abundante do plástico como matéria-prima; intensifica a utilização de novas tecnologias de automação e de comunicação; aperfeiçoa os fluxos de informações sobre a produ-

ção, e sua principal característica exige, ao invés de especialização, múltiplas capacidades do trabalhador.

Se Taylor havia decomposto atividades complexas em operações simples rigorosamente impostas dentro dum roteiro único de execução (o “the one best way”), tendo Ford se empenhado no automatismo, ambos tiveram como objetivo atacar o saber dos trabalhadores mais qualificados e, assim, diminuir seus poderes sobre a produção, com aumento do controle gerencial da intensidade do trabalho, como um todo. Ohno perseguiu os mesmos objetivos, partindo, entretanto, no sentido inverso: procurou desenvolver a “desespecialização” e, ao exigir de todos os trabalhadores a polivalência, desautorizou o poder de negociação detido pelos mais qualificados, obtendo por essa via o aumento do controle e a intensificação do trabalho (CORIAT apud PINTO, 2007, p. 77).

Segundo Moraes Neto (2002), “O processo de ajustamento das bases técnicas às necessidades da forma capitalista”, ou “o processo de adequação da forma técnica da produção à forma econômica, significa, em uma palavra, colocar o processo de trabalho sob o domínio do capital” (MORAES NETO, 2002, p. 73). Os traços desse ajustamento em benefício do capital sobre o processo de trabalho, segundo o autor, foram conquistados pela incorporação da maquinaria com a conseqüente “desqualificação do trabalho e seu corolário, a alienação do homem trabalhador” (MORAES NETO, 2002, p. 73). A evolução do processo de trabalho sob a égide capitalista “levaria, conseqüentemente, a uma homogeneização do trabalho simples, ou seja, do trabalho desprovido de conteúdo, aquele que permitiu a Marx a ilustração histórica do conceito fundamental de *trabalho abstrato*” (MORAES NETO, 2002, p. 73).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo DIEESE com trabalhadores de 40 empresas que implantaram a terceirização de parte de suas atividades produtivas, foram constatados diversos problemas decorrentes desse processo. A tabela a seguir está organizada de acordo com o percentual de problemas verificados:

Tabela 3 – Problemas decorrentes da terceirização

<i>Problemas</i>	%
Diminuição dos benefícios sociais	72,5
Salários mais baixos	67,5
Ausência de equipamento de proteção; falta de segurança; insalubridade	32,5
Trabalho menos qualificado	17,5
Trabalho sem registro	7,5
Perda de representação sindical	5,0
Jornada mais extensa	5,0

Fonte: DIEESE (apud MARCELINO, 2004, p. 37).

Segundo Druck, a terceirização possui cinco características fundamentais:

1. É a prática que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público e outros) nesses últimos anos;
2. Além da rapidez no seu crescimento, detecta-se uma mudança qualitativa fundamental, qual seja: intensifica-se a terceirização não somente nos serviços de apoio, considerados como atividades periféricas (alimentação, transporte, vigilância etc.), mas também atingindo as atividades nucleares/centrais da empresa, como produção e manutenção;
3. É o processo que torna mais visíveis as transformações do espaço fabril e da cultura fabril, através de um movimento de desintegração dos coletivos de trabalho;

4. As implicações para o mercado de trabalho já começam a ser observadas, agravando as suas características estruturais, como segmentação, fragmentação, desorganização, informalização;
5. As consequências políticas, no plano da ação coletiva, principalmente dos sindicatos, têm sido de fragilizar cada vez mais as representações e as práticas sindicais, reforçando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a sua desunião, a sua dispersão e a concorrência entre eles (DRUCK apud MARCELINO, 2004, p. 139-140).

Apesar de resistência organizada da classe trabalhadora brasileira contra o processo de reestruturação produtiva, de forma mais contundente pelos bancários e metalúrgicos nos anos 90, tais ações não foram suficientes para conter esse processo que não se tratava apenas de sua interioridade, mas também de sua exterioridade, devido à magnitude mundial do *Sistema Capitalcrático*. Em síntese, a reestruturação produtiva apresenta as seguintes características:

1. Salto evolutivo do modelo de acumulação do Sistema do Capital sob o domínio da pragmática econômica e política neoliberal mundial que estamos definindo como Sistema Capitalcrático;
2. Passagem da forma inflexível da produção (fordismo e taylorismo) para a reestruturação das empresas na lógica da racionalização flexível do toyotismo;
3. Intensificação do produtivismo capitalista orientado pela obsolescência da mercadoria de forma planejada no que diz respeito a sua durabilidade e a seu modismo;
4. Flexibilização das leis trabalhistas, com a consequente regressão dos direitos trabalhistas;
5. Informalidade na contratação e subcontratação da força de trabalho, via terceirização e quarteirização;
6. Altos índices de desemprego conjuntural e estrutural;
7. Refluxo, pulverização, desorganização e fragilização da organização sindical dos trabalhadores, provocadas

- pela terceirização e quarteirização;
8. Intensificação e ampliação do trabalho precário;
 9. Superexploração dos trabalhadores;
 10. Preponderância do capital financeiro na economia, que permite sua mobilidade para exploração em qualquer região e país;
 11. Intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo produtivo;
 12. Salto evolutivo da divisão internacional do trabalho;
 13. Diminuição da massa salarial;
 14. Aumento dos índices de doenças e morte no trabalho;
 15. Aumento da exploração dos recursos naturais;
 16. Tais características deixam de ser circunscritas aos países periféricos do sistema do capital, para se tornarem também presentes nos países centrais, ou seja, tornam-se globais.

3.2 A LEGALIZAÇÃO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO PELO SISTEMA CAPITALCRÁTICO

A flexibilização do trabalho no Brasil vem ocorrendo também de forma legal. O Estado, enquanto uma instituição normativa e com essa prerrogativa, obtém o poder de tornar legítimo o interesse privado da classe economicamente hegemônica, agindo de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo poder do capital. A flexibilização trabalhista é um bom exemplo disso, e advém de um processo constante de longa data. Sendo legalizada, porém, sob o neoliberalismo, ela se torna regra comum geral desse modo de acumulação flexível. Como foi escrito anteriormente, uma das principais características da flexibilização produtiva é a subcontratação, por via da terceirização, e a sucessiva quarteirização da produção que, décadas atrás, era proibida e restringida por lei. Todavia, conforme evolui e se expande o mercado, ela vem sendo, por pressão dos representantes do capital, incorporada ao processo de produção e às relações de produção, tornada funcional ao sistema como instrumento legal. Observa-se com isso o importante

papel do Estado como legitimador do sistema capitalcrático perante a sociedade, para promover a legalização constante da exploração da classe trabalhadora em favor da acumulação privada da riqueza produzida socialmente. Segundo Antunes, “Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores” (ANTUNES, 1995, p. 28). Para os trabalhadores tornarem-se homens flexíveis, há a necessidade de “Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor” (ANTUNES, 1995, p. 28). O aperfeiçoamento da planta de produção pelo “toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, [de] trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras” (ANTUNES, 1995, p. 28).

Em estudos realizados por Annie Thébaud-Mony e Graça Druck (2007), as autoras puseram em evidência quatro tipos de instrumentos legais que dão bases à flexibilização trabalhista no Brasil:

1. Decreto-Lei nº 200/1967, que autoriza a contratação de serviços da iniciativa privada pela administração pública federal;
2. Lei do trabalho temporário, de 1974 – que permite às empresas contratar outras empresas para trabalho temporário em substituição de empregados justificada por ocasião de licença-maternidade, férias ou em casos de aumento de produção ou serviços em determinados períodos atípicos;
3. Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, de 1993, que define como ilegal a intermediação de força de trabalho por meio de empresa interposta, mas, ao mesmo tempo, não caracteriza vínculo empregatício no caso da administração pública e permite a subcontratação de serviços de vigilância, conservação e limpeza em atividades-meio da empresa contratante;

4. Por último, segundo as autoras, o mais importante e perverso mecanismo de legalização da terceirização é a Lei nº 8.949, de 1994, que permite a organização de cooperativas de prestação de serviços constituídas por trabalhadores e que podem executar trabalho dentro da empresa contratante. “Estabelece que qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício de seus membros, já que esses não são assalariados e, portanto, não estão sob a proteção da CLT, nem das leis e normas trabalhistas, e nem mesmo das convenções coletivas” (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 45).

Os estudos de Rodrigo de Lacerda Carelli (2007) tiveram como meta um histórico da legislação sobre terceirização no Brasil. Segundo o autor, atualmente a terceirização é a maior fonte de problemas para o direito do trabalho, que ainda não está instrumentalmente preparado para responder aos desafios que o fenômeno acarreta. Segundo ele, a terceirização é confundida, na maioria das vezes, como intermediação de mão de obra, para reduzir o custo de produção pela diminuição dos direitos do trabalho e para contornar as normas coletivas estabelecidas pelos sindicatos. Porém, conceitualmente, segundo o autor, “a terceirização seria a entrega de determinada atividade periférica para ser realizada de forma autônoma por empresa especializada, não podendo ser confundida com fornecimento de mão de obra, abominada por todo o mundo do trabalho, e que recebe pejorativamente o nome de ‘*marchandage*’ e é condenada pelo primeiro princípio da Organização Internacional do Trabalho (OIT): ‘*o trabalho não é uma mercadoria*” (CARELLI, 2007, p. 59, grifo nosso).

As instituições legitimadoras internacionais, como a OIT, da exploração do trabalho pelo capital constroem e defendem toda uma ideologia que camufla e vela a expropriação que ocorre no processo de produção. Dizer que o trabalho não é uma mercadoria significa que a *forma* se torna real e, o *conteúdo do trabalho*, substancialmente abstrato. O liberalismo econômico e político que defendem perpetua a exploração de classe e intensifica ainda mais essa exploração com o neoliberalismo.

Nesses estudos realizados por Carelli, o autor observa que o Código Civil de 1916 instituiu a “locação de serviços” e que, na verdade, se transformou na primeira legislação que estabelecia as regras de contrato de trabalho, só revogada em parte quando da instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Os artigos 1237/1247 do Código Civil de 1916 instituíram a “empreitada”, que se configurava como intermediação de força de trabalho, feição de forma de terceirização muito utilizada na construção civil. Na CLT, de 1º de maio de 1943, somente um dispositivo tratou da terceirização, que adquiriu também a forma de empreitada. O artigo 455 determina “que, nos contratos de subempreitada, o empreiteiro principal é responsável solidário com o subempreiteiro pelo adimplemento das obrigações trabalhistas” (BRASIL apud CARELLI, 2007, p. 60). Segundo Carelli, “o primeiro dispositivo da legislação trabalhista a dispor sobre a terceirização tratou sobre a chamada ‘quarteirização’ ou ‘terceirização em cascata’, fenômeno muito comum hodiernamente e que tantos problemas traz para os trabalhadores” (CARELLI, 2007, p. 60). Na avaliação do autor, o primeiro diploma legal que permitiu a terceirização direta e explícita foi o Decreto-Lei nº 200/67, que vigora até hoje e é aplicável à administração pública federal nas suas contratações de serviços (CARELLI, 2007, p. 60).

Em 1974 foi sancionada a Lei nº 6.019, que trata do fornecimento de força de trabalho temporária em situações excepcionais. A partir dessa lei, as empresas podem contratar de uma empresa especializada o trabalho temporário em necessidade de substituição de pessoal regular, para licença-maternidade, férias ou outra ocorrência. Em 1983, o art. 10, § 2º, permitiu que,

[...] além das entidades financeiras, pessoas físicas, estabelecimentos comerciais, de prestação de serviço e residenciais, entidades sem fins lucrativos e órgãos e empresas públicas poderiam contratar empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte em valores para o exercício de atividade de segurança. Esse foi o primeiro dispositivo a liberar, expressamente, a realização de terceirização em atividade determinada (CARELLI, 2007, p. 61).

Seguindo as contribuições do autor observa-se que, na época, para dar as bases para privatização das empresas estatais de serviço público,

o governo federal editou a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, regulamentando o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Dentre os seus dispositivos, tendo como norte a prestação de serviço adequado à população, previu-se em seu art. 25, parágrafo 1º, que a “concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados” (BRASIL, 1995 apud CARELLI, 2007, p. 61).

Ainda, para facilitar a privatização, foi editada a Lei Geral das Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que no seu inciso II, do art. 94, diz que a concessionária poderia “contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados.” (BRASIL, 1997) Isso significava que as empresas privatizadas poderiam contratar outras empresas para realizar as atividades fins, na forma de terceirização da força de trabalho. Com isso, diz Carelli, não é por acaso que essas empresas recebem ações na Justiça do Trabalho (CARELLI, 2007, p. 62):

Em 1997 foi expedida a regulamentação do Decreto-Lei nº 200/67, pelo Decreto nº 2.271 daquele ano, que, para tentar impedir a má utilização do instituto para desvirtuar a regra constitucional da obrigatoriedade do concurso público, expôs no art. 4º, incisos II e IV, a proibição de que conste nos instrumentos contratuais a caracterização exclusiva do objeto do contrato como fornecimento de mão de obra, bem como a vedação de subordinação dos trabalhadores terceirizados para com a administração pública.

Segundo o autor, em termos gerais esse conjunto de legislação supracitado rege a terceirização no Brasil.

Essa flexibilização das leis trabalhistas que contribuem para a intensificação da exploração dos trabalhadores no processo de produção conduz ao fenômeno socioeconômico que se define como *precarização do trabalho*, como se expõe a seguir.

3.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Observa-se, assim, a ação concreta da capitalcracia junto ao Estado para legalizar a intensificação da exploração dos trabalhadores ao legitimar a flexibilização das leis trabalhistas. Por meio do aparato legal do Estado, desde 1990, os sucessivos governos brasileiros se submeteram e interiorizaram as regras do ajuste neoliberal para promover a reestruturação produtiva nacional e, assim, perpetuar a acumulação capitalista. Esse conjunto de ações estatais, empreendido sob o comando do sistema capitalcrático, acaba promovendo a intensificação e a ampliação da exploração dos trabalhadores no âmbito nacional a favor do capital internacional, processo esse que facilita a precarização do trabalho com reflexos negativos diretos, que se evidenciam na precarização, também, das relações sociais e na vida individual dos trabalhadores.

Os efeitos do neoliberalismo no país são profundos; de um lado, a acumulação e concentração da riqueza e, de outro, os trabalhadores sugados até a exaustão para a extração máxima da mais-valia facilitada pela flexibilização do processo produtivo e das leis trabalhistas. Enquanto os capitalistas aumentam sua lucratividade na oportunidade que a desregulamentação do capital permite, de liberdade de mobilidade do capital soberano sobre o planeta, a classe trabalhadora se vê em situação de desespero e de desamparo, disputando os poucos empregos formais que ainda resistem. Quando isso não acontece e, por conta da necessidade, submetem-se à informalidade do emprego, dividindo, entre si, parcela menor do PIB destinada ao pagamento dos salários. O poder de controle do capital, sem quaisquer restrições do Estado, por meio da desregulamentação econômica, se tornou mais forte, e a classe trabalhadora, pulverizada e desorganizada nacional e internacionalmente, sofre as consequências dessa assimetria que se aprofunda entre capital e trabalho em escala mundial, ao mesmo tempo que mostra sua contradição fundamental entre economia e sociedade.

Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho é submetida à lei da oferta e da procura no campo da circulação, e com essa lei se apresenta de forma ainda mais hostil à classe trabalhadora. Com isso,

a intensificação e a expansão da exploração dessa classe é facilitada, tendo em vista o aumento do *exército industrial de reserva* (MARX, 1977) nacional e internacional decorrente da reestruturação e flexibilização produtiva, que fragiliza os trabalhadores na correlação de força com a classe capitalista. A produção flexível e enxuta levada a cabo implica, também, no aumento dos níveis de desemprego de forma estrutural, aprofundando os problemas sociais decorrentes dessa situação, os quais afligem amplamente os trabalhadores em vários aspectos da vida individual, no que diz respeito ao aspecto econômico e social, como, também, no aspecto físico e emocional. Portanto, a intensificação e a ampliação da exploração de maior número de trabalhadores, sob a ordem neoliberal, têm como objetivo a maximização da extração da mais-valia absoluta e relativa para permitir a continuidade do processo de acumulação em escala global por via da reprodução e valorização do capital. Assim, o toyotismo, com suas variantes ocidentais, principalmente no terceiro mundo, se tornou a gestão científica da produção perfeita para este momento e consolida-se com a pragmática econômica neoliberal adotada pelo Estado a serviço do Capital.

As consequências do processo de acumulação e centralização do capital com a orientação do neoliberalismo no Brasil são devastadoras para a classe trabalhadora e para o meio ambiente. A exploração do trabalho pelo capital nesses novos contornos que ela adquire não respeita limites e, com alta velocidade, extrapola as fronteiras das condições mínimas de sobrevivência humana, ocasionando mortes e doenças por meio da extenuação no processo de produção e assassinatos dos povos autóctones e dos trabalhadores rurais no campo. De acordo com Mészáros (2007, p. 56),

Reduzindo e degradando os seres humanos à condição de meros ‘custos de produção’[,] como ‘força de trabalho necessária’, o capital pode tratar até mesmo o trabalho vivo como nada mais que ‘mercadoria comercializável’, igual a qualquer outra, sujeitando-o às determinações desumanizadoras da coerção econômica.”

A velocidade produtivista concretiza-se no processo de produção e destruição de mercadorias que são formas de exteriorização do es-

forço humano, nos produtos para o mercado cada vez mais concorrencial nesta fase de total globalização do capital. Como Mészáros (2002) definiu, é a produção destrutiva levada a efeito pelo sistema do capital, para continuar sua lógica de autoreprodução ampliada.

Segundo Mészáros, a tendência necessária de ampliação do capital na sua ascensão histórica põe em movimento tanto potências produtivas como destrutivas. Tais forças fornecem ao capital em crise novas margens de expansão e maneiras de sobrepujar as barreiras que encontra (MÉSZÁROS, 2002, p. 676). A mais-valia relativa, segundo o autor, baseada no desenvolvimento das forças produtivas, exige a produção de um novo consumo: primeiro, a ampliação quantitativa do consumo existente e, segundo, a produção de novas necessidades, ou seja, a descoberta de novos valores de uso para manter o produtivismo. De conformidade com o pensamento de Marx, o impulso capitalista para a expansão da produção não está ligado à *necessidade humana*, mas somente ao imperativo abstrato da *realização* do capital. É a necessidade constante de o capital ter de montar a estratégia de sua realização e, ao mesmo tempo, garantir que tenha êxito em se desembaraçar radicalmente dos constrangimentos estruturais do valor de uso como algo subordinado à necessidade humana e ao consumo real (MÉSZÁROS, 2002, p. 678).

Nessa insana produção que artificializa necessidades e entra num produtivismo destrutivo de mercadorias, exaurem-se tanto as pessoas quanto o meio ambiente no processo de trabalho. Como afirma Mészáros, *pela primeira vez a natureza se converte puramente em objeto para humanidade*. A mudança estrutural no ciclo de reprodução capitalista é realizada pelo deslocamento radical da produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo: a *obsolescência planejada* (MÉSZÁROS, 2002, p. 678, grifos nossos). A obsolescência se mostra com limites, é preciso uma forma mais radical de desperdício, destruição de vastas quantidades de riqueza acumulada e recursos, maneira de livrar-se do excesso do capital superproduzido por meio do *complexo industrial-militar*, portanto a guerra aparece como saída para uma nação que destrói a outra e depois as corporações empresariais privadas (empreiteiras) a reconstróem, para continuar o seu

círculo de realização (MÉSZÁROS, 2002, p 679), como se observa atualmente no Iraque.

Alguns exemplos são aqui citados, para demonstrar empiricamente o processo de expansão da exploração em diversos segmentos da classe trabalhadora enquanto fontes de maior valorização do capital pela extração da mais-valia, tais como: aposentados, mulheres e crianças.

As pessoas que deveriam ter mais qualidade de vida, depois de terem esgotado anos seguidos de sua vida no trabalho, passam a ser alvo da contínua exploração capitalista até seus últimos dias de vida. É o caso dos aposentados, que se tornaram lucrativamente atraentes devido ao fato de serem força de trabalho mais barata para escritórios de contabilidade, de advocacia e despachantes. Muitas empresas os utilizam com a proteção da lei, porque eles têm atendimento preferencial nas filas dos caixas das agências bancárias, em obediência ao Estatuto do Idoso, de 2003. Esse fato permite a realização dos serviços em menos tempo, já que os idosos não precisam pegar filas. Com esse *jeitinho*, os idosos se transformaram em instrumentos para facilitar e adiantar os serviços de pagamentos juntos aos bancos e foram denominados de *office-olds*, quando antes esses serviços eram destinados aos adolescentes, chamados de *office-boys*. Além disso, por já se tratar de aposentados, as empresas não precisam formalizá-los, desobrigando-se de pagar os direitos trabalhistas e isentando-se dos encargos definidos por lei. Segundo o sindicato da categoria, eles recebem de 8 a 10 reais por dia trabalhado. De acordo com o coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados (Sintap), da CUT, Wilson Roberto Ribeiro, “as empresas estão se aproveitando dos idosos e aposentados: eles não têm registro, assistência médica e seguro. Se sofrerem um acidente ou assalto, não têm a quem recorrer” (RIBEIRO, 2005).

Em relação à intensificação da precarização do trabalho como consequência da flexibilização produtiva, os estudos sobre precarização a caracterizam da seguinte forma: trabalho não duradouro; desemprego; subemprego; trabalho por tempo parcial; grupos de trabalhadores que continuam estudando buscando formação profissional ou pós-graduação; desempregados desencorajados, o que caracteriza o desemprego por desalento, que significa pessoas que desistem de

procurar empregos por diversos fatores: insucesso na procura, idade inapropriada, sem instrução suficiente, não sabem como procurar, não vale a pena procurar, não há emprego disponível.

Para Rebelo,

A precarização do emprego é um fenômeno complexo, com contornos econômicos, sociais e jurídicos, que surge como resposta a esta crise do emprego generalizada nos países desenvolvidos, e que sugere a ideia de emprego transitório, instável, inseguro, ou seja, a ideia de alto risco ou da elevada probabilidade de o trabalhador vir a engrossar, a curto prazo, a fileira dos desempregados, ainda que subsista a actividade que é suporte do emprego por ele temporariamente ocupada (REBELO, 2004, p. 35).

A autora apresenta três características que tipificam a precarização laboral: a primeira possui uma dimensão calendarizada e incerta que usualmente enfatiza a temporalidade ou a imprevisibilidade nos termos de duração do emprego, que pode ser de horas, semanas ou dias; a segunda tem a ver com a proteção social dos trabalhadores precários, uma vez que o trabalho precário é caracterizado pelos baixos salários e por poucos ou nenhum benefício social. Há uma crescente sociedade pós-salarial e de um novo modelo de organização do trabalho – trabalho independente. Trabalho esse que perde a proteção coletiva da organização sindical e das condições jurídicas que refletem na próxima característica, a terceira, que diz respeito à relação contratual entre empregador e empregado, a qual reflete na ausência de lei de proteção aos trabalhadores subcontratados que denotam falso trabalho independente. Segundo ela, há o desaparecimento não do trabalho, mas do emprego assalariado (REBELO, 2004, p. 43).

Segundo Rebelo, além dessas características, a precariedade do trabalho possui duas dimensões: a *precariedade subjetiva* e a *precariedade objetiva*. A subjetiva trata-se do fenômeno genérico de precarização do estatuto do emprego, que se traduz numa situação temporária ou duradoura de instabilidade no emprego que o indivíduo experiencia. Nesse sentido, os trabalhadores temporários são todos aqueles que não têm um contrato de trabalho de caráter permanente.

Quanto à precariedade objetiva, esta decorre da reestruturação produtiva. A precariedade também se manifesta de forma legal e ilegal. Na primeira forma, o Estado a legaliza pela flexibilização das leis trabalhistas acima apresentadas, e a ilegal se manifesta nas diversas formas que já se conhece há muito tempo: falsa contratação, trabalho independente, trabalho clandestino, trabalho de imigrantes, trabalho escravo e infantil (REBELO, 2004).

A precarização do trabalho não é novidade. A forma que o trabalho adquiriu desde sua origem no capitalismo, por si só, sempre foi forma precária da atividade genuinamente humana. Analisando o modo de produção capitalista, Marx e Engels observaram como se dava a exploração de classe por meio do trabalho abstrato. Desde então, suas críticas direcionam-se à forma de trabalho livre moderna. A sociologia do trabalho define esse fenômeno como sendo a forma de piorar as condições do trabalho. Dentro do sistema capitalista, o trabalho se tornou ainda mais precário, como denuncia Marx e, principalmente Engels na sua obra *A situação da classe operária na Inglaterra* (2008) que denunciou o aviltamento a que chegou o trabalho e as condições de periculosidade e insalubridade a que estavam submetidas crianças, mulheres e homens na produção capitalista no processo de revolução industrial na Inglaterra, em meados do século XVIII.

Antunes também segue essa perspectiva analítica, segundo a qual há uma transformação significativa do trabalho tanto no seu conteúdo quanto na sua forma:

Assiste-se hoje à dupla transformação do trabalho, tanto quanto ao conteúdo da atividade, tanto quanto às formas de emprego, transformação e aparentemente paradoxal, pois esse duplo processo ocorre em sentidos opostos. De um lado, há a exigência de estabilização, de implicação do sujeito no processo de trabalho, por intermédio de atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação ou intercompreensão. Por outro lado, verifica-se um processo de instabilização, precarização dos laços empregatícios, aumento do desemprego prolongado e flexibilidade no uso da força de trabalho. Em duas palavras: perenidade e superfluidade. E esse movimento é global e mundializado (ANTUNES, 2004, p. 10).

Assim, no lugar de empregos, há “oportunidades de trabalho” de prazo determinado, por projeto, por tarefa em tempo parcial, intermitente, de jornadas flexíveis, “bico”, “*freelance*”, com o conseqüente desaparecimento do emprego fixo, dando todo um contorno novo à sociedade. Exige-se pessoas em quantidade, disponíveis, mais versáteis, multifuncionais e polivalentes, e o sistema capitalcrático personificado nos conglomerados empresariais nacionais e internacionais, por intermédio do Estado, exige a flexibilização das leis para dar garantias ao seu processo de acumulação e facilitação para a disputa do mercado mundial. O Estado que insistir na rigidez dessas leis corre o risco de fuga dos capitais – que se tornaram totalmente livres pela desregulamentação econômica e política -, o qual torna-se eminente e concreto, dando ao capital, neste momento histórico, aquilo que ele sempre desejou, ou seja, o movimento livre para explorar sem qualquer constrangimento geopolítico.

Flexibilizando leis trabalhistas, diminuindo as exigências para instalações de novas indústrias no Brasil, promovendo a reestruturação produtiva, incentivando a terceirização da iniciativa privada e pública, bem como retirando, com reformas constitucionais, as últimas barreiras para a circulação livre do capital especulativo internacional, o governo brasileiro segue os princípios neoliberais. Criou a lei do primeiro emprego para diminuir os gastos com a folha de pagamento das empresas e, dessa forma, vem submetendo jovens a empregos precários por contratos de tempo determinado, numa rotatividade impressionante de grandes quantidades destes, postos em condições inadequadas de trabalho e com menos direitos trabalhistas. Além disso, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) privatizou as empresas estatais e transferiu enormes quantidades de finanças do Estado à iniciativa privada. Dessa forma, oportunizou lucros fáceis ao capital internacional, se considerado o grau de diminuição da massa salarial brasileira, como se indica mais a frente.

A precarização do trabalho caracteriza-se nas seguintes formas: desemprego estrutural e conjuntural, aumento da jornada de trabalho, rotatividade no emprego, diminuição salarial, aumento de horas extras, informalidade, trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho insa-

lubre e periculoso, desigualdade salarial de gênero, acentuada perda de empregados com carteira assinada e que atinge o núcleo da atividade principal da empresa por processo de terceirização, que antes se dava somente em atividade periféricas.

O trabalho na forma de emprego capitalista desde sempre foi precário. Com reestruturação produtiva, que engloba novas tecnologias, mudanças organizacionais, novas técnicas, valores e práticas de gestão, exige um novo perfil do trabalhador, ou seja, um sujeito flexível.

Com esse novo padrão de gestão de produção, que remete imediatamente à precarização do trabalho associado à pragmática neoliberal, diluem-se as poucas proteções sociais existentes, e a exploração de classe e dos recursos naturais, no Brasil, vem aumentando vertiginosamente. O resultado disso se traduz no maior acúmulo de renda para os capitalistas e, conseqüentemente, no empobrecimento e na precarização da saúde dos trabalhadores, e o produtivismo gerado desse processo de trabalho causa maior devastação da natureza, contribuindo para o aumento de poluentes na atmosfera.

Um dos aspectos mais determinantes na precarização do trabalho trata-se da fragmentação dos trabalhadores e seu conseqüente refluxo na organização sindical. Segundo Bihr (apud MARCELINO, 2004), os trabalhadores hoje se dividem em três grupos:

1. os estáveis, com garantias de emprego, salário e os direitos adquiridos sob a vigência do fordismo;
2. os excluídos do trabalho e até do mercado de trabalho em si, dependentes da seguridade social ou mesmo da solidariedade esporádica dos outros – vistos, por essa mesma sociedade, como os que não se adaptaram;
3. entre esses dois pólos, uma massa flutuante de trabalhadores instáveis: os subcontratados, os que trabalham em tempo parcial, os temporários, os estrangeiros, os imigrantes. Esses três grupos tendem a se separar e a se isolar, pois não conseguem unificar suas reivindicações e aspirações. São poucas as experiências hoje conhecidas de sindicatos que fazem a intermediação entre esses diversos tipos de trabalhadores (BIHR apud MARCELINO, 2004, p. 119).

A seguir, baseados em dados estatísticos oficiais de diversos institutos de pesquisas e órgãos governamentais, apresentam-se alguns indicadores, considerados como fundamentais à comprovação das consequências para a classe trabalhadora brasileira nesse período de política macroeconômica sob o receituário neoliberal, de 1990 a 2005. Esses indicadores apresentam-se para corroborar a hipótese de que, sob o neoliberalismo, a exploração de classe se amplia e se intensifica. Analisa-se aqui o caso brasileiro, que não é diferente de outras nações do mundo, hoje, com o capitalismo globalizado e com a decisão política privatizada que orientam o destino da humanidade, pois, segundo Kovács, “Numa economia globalizada, com predominância da lógica financeira e da rentabilidade a curto prazo, existe uma pressão incessante para máxima flexibilização do factor do trabalho. As empresas procuram, antes de tudo, aumentar a flexibilidade e reduzir os custos” (KOVÁCS, 2005, p. 14-15).

3.4 INDICADORES DA INTENSIFICAÇÃO E EXPANSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A CONSEQUENTE SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Neste momento, apresentam-se alguns dados qualitativos e quantitativos que são indicadores tanto do aprofundamento da exploração de classe quanto do acúmulo e centralização do capital nesse período de política econômica neoliberal. Nesse contexto econômico que estabelece as bases do processo de decisão política, ressalta-se que o termo utilizado sempre é a *intensificação da precarização*, pois parte-se do entendimento de que o trabalho sob a administração capitalista já é de antemão precário, o que levou Marx a conceituá-lo como trabalho abstrato, trabalho que valoriza o mundo das coisas e desvaloriza o produtor. Quanto mais riqueza produzem os trabalhadores, mais estes se aprofundam na miséria.

Com a globalização neoliberal, há a intensificação dessa precarização devido à concorrência mundial. Após o conhecimento do conceito que caracteriza a precarização, estabeleceram-se os indicadores

que a configuram empiricamente. A operacionalização dos mesmos, por meio dos dados levantados, permitiu observar os efeitos que a precarização provoca concretamente nas vidas dos trabalhadores e que, direta e indiretamente, degradam as condições humanas causando debilidades na saúde física e mental dos indivíduos historicamente expropriados dos seus meios de subsistência. Os indicadores de precarização escolhidos para esta pesquisa de dados qualitativos e quantitativos foram os seguintes: desemprego, informalidade, aumento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, rotatividade no emprego, diminuição salarial, trabalho escravo e trabalho infantil.

Além destes, outros também podem ser considerados, como o deslocamento da casa para o trabalho, que também é fator de interferência na qualidade de vida da classe trabalhadora. Por causa da crise estrutural do sistema do capital, a distância entre casa e trabalho tem aumentado e mais tempo é despendido para o trajeto, provocando estresse e irritação nas pessoas. Devido à falta de empregos, essa distância de deslocamento aumenta. 1,6 milhão de trabalhadores da região metropolitana de São Paulo perdem, no mínimo, uma hora por dia no percurso de ida da residência ao serviço. Essa quantidade é superior à população de Campinas, no interior paulista, e de Santos, no litoral sul de São Paulo. Normalmente, trabalha-se 24 dias em um mês. Isso significa que esses trabalhadores perderão, pelo menos, um dia por mês para chegar ao trabalho. Os números mostram que o trânsito consome no mínimo 15 dias para cada 360 trabalhados por 1,6 milhão de moradores da região metropolitana de São Paulo. Os dados da PNAD/IBGE, de 2004, foram tabulados pelo Jornal Folha de São Paulo, que comparou essa situação em dez das principais regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo teve a maior proporção de trabalhadores que perdem mais de uma hora para chegar ao trabalho: 21% deles enfrentam essa condição. Em seguida apareceram as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (18%), Belo Horizonte (14%), Fortaleza (11%) e Recife (10%). Se for levado em conta o número daqueles que gastam mais de meia hora somente na ida para o emprego – e certamente algo semelhante na volta para casa –, a proporção de trabalhadores da Grande São Paulo atinge 52%. São 3,9 milhões de pessoas. “Perder mais de uma hora

do dia desse jeito já impacta a qualidade de vida do cidadão”, avalia o professor da USP (Universidade de São Paulo) Jaime Waisman, que também é especialista na área de transporte (GOIS; IZIDORO, 2006).

3.4.1 O desemprego estrutural

No momento em que analistas indicam o aparecimento de um novo fenômeno econômico com repercussão social definido por *jobless growth*, ou seja, *crescimento sem emprego*, cabe aqui questionar-se como acontece o processo de acumulação capitalista. Na verdade, o que ocorre é a conversão dos empregos formais por empregos ainda mais precários, sempre por meio de contratos informais associados ao aumento do uso da tecnologia (trabalho morto ou pretérito) para aumentar ainda mais a extração da mais-valia, ou seja, a exploração. Isso se dá por causa desse novo padrão de produção flexível que é viabilizado pela adoção de ideias neoliberais, definido como flexibilização das relações de trabalho e que promove ainda mais o lucro capitalista.

Um dos principais indicadores da flexibilização do trabalho é o desemprego estrutural e conjuntural, bem como sua forma precária de contratação. Como resultado desse novo padrão flexível de produção, o acesso legal aos bens de subsistência, que é o emprego assalariado, aos poucos vai deixando de existir, conduzindo inexoravelmente a uma crise social devida ao desemprego estrutural que hoje deixa perplexos governos e sociedades. Com a extinção paulatina do emprego formal, alternativas se apresentam, tais como a informalidade legal e ilegal. Ainda no campo da legalidade, grupos de desempregados buscam formas coletivas de produção e de sobrevivência, surgindo, assim, inúmeras cooperativas em diversas áreas da economia. O primeiro levantamento do governo federal indicou a existência de 27.522 projetos em andamento, em 2003. Sem alternativa, a necessidade de sobrevivência impele um número cada vez maior de desempregados ou sem oportunidades de empregos assalariados a praticarem a pirataria de produtos, vendas de drogas etc. O desemprego que, por um lado, aprofunda ainda mais a obstinada desigualdade social, paradoxalmente, por outro, aponta o crescimento econômico nacional e mundial, conforme avalia a Organi-

zação para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As contradições entre o entendimento e a ação nessa situação econômica e social muitas vezes soam a ingenuidade ou a discurso estratégico para a perpetuação do capitalcracia. O então deputado Federal pelo PT e presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados – Aloízio Mercadante, escreveu uma Carta aos Inimpregáveis que trata sobre a crueldade do desemprego e propostas para solucioná-lo. Aqui seguem alguns trechos:

O lado mais cruel do desemprego dorme nas marquises do centro da cidade, com restos de cobertor e pedaços de papelão. Às vezes se amontoa nas praças e becos mais afastados, sempre com uma garrafa de cachaça, tropeçando nas pernas que se movem sem direção. Esses não aparecem nem mesmo nas estatísticas oficiais” (MERCADANTE, 1999).

E continuou dizendo que “o emprego é a única porta de entrada para a cidadania em uma sociedade capitalista e urbanizada” (MERCADANTE, 1999). Como solução, propõe: “Mas é possível fazer este país mudar de rumo e voltar a crescer. A estabilidade poderia estar amparada em um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional. Retomarmos a discussão sobre política industrial, política agrícola com reforma agrária e apoio [à] pequena agricultura familiar” (MERCADANTE, 1999). E também “programas agressivos de requalificação profissional” (MERCADANTE, 1999). As propostas apresentadas por Mercadante são de ordem ortodoxa, baseadas na economia liberal, pois crescimento econômico nunca significou solução de desemprego e dos problemas sociais, muito menos a requalificação profissional foi capaz de atingir tal objetivo.

Além disso, a procura por emprego e a insegurança provocada pela ameaça do desemprego também provocam o esgotamento. Outros elementos como a concorrência entre os trabalhadores na disputa por uma vaga de trabalho, a intensificação da produção com a mesma jornada de trabalho, aumento da jornada de trabalho extenuante através de horas extras e atividades em mais de um emprego para recompor salário aviltado nesse processo, também têm contribuído para inúmeros indicadores de exaustão dos indivíduos em decorrência do processo produtivo.

Quanto ao desemprego nacional, a tabela a seguir, elaborada com base nos dados do DIEESE do desemprego nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal, oferece uma amostra da escalada evolutiva do desemprego em nosso país, principalmente das regiões metropolitanas, que atingiram a média de 18,5% de desemprego entre 1998 e 2004:

Tabela 4 – Desemprego em regiões metropolitanas e no Distrito Federal – Série histórica de 1998 a 2004

Período	Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2004			
	% Belo Horizonte	% Distrito Federal	% Porto Alegre	Média %
1998	15,9	19,7	15,9	17,2
1999	17,9	22,1	19,0	19,7
2000	17,8	20,2	16,6	18,2
2001	18,3	20,5	14,9	17,9
2002	18,1	20,7	15,3	18,0
2003	20,0	22,9	16,7	19,9
2004	19,4	22,7	14,6	18,9
Média %	18,2	21,2	16,1	18,5

Fonte: DIEESE, 2006. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 30 jan. 2006. Elaboração própria.

Apesar da promessa de geração de milhões de empregos permanentes alardeada por candidatos presidenciais, como FHC, estatísticas oficiais apontaram que, no máximo, esse governo conseguiu criar, entre 1999 e 2002, 1,8 milhão de postos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Sobre Lula, que prometia 10 milhões de empregos, os dados oficiais divulgados indicam o número de 4,5 milhões desde o início de seu governo até julho de 2006. Se o acesso ao consumo e ao bem-estar social se dá por meio do emprego, isso está cada vez mais distante e mostra a incapacidade inerente do sistema

de resolver assimetrias sociais históricas e estruturais, como indica também esta série histórica apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), neste período neoliberal do país, que mostra o agravamento dos índices de desemprego, que atingiu 11,3% em 2005:

Tabela 5 – Brasil – Desemprego aberto urbano – Série Histórica: 1990 a 2005

Ano	%
1990	4,3
1991	4,8
1992	4,9
1993	5,4
1994	5,1
1995	4,6
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,8
2000	7,1
2001	6,2
2002	11,7
2003	12,3
2004	11,5
2005	11,3

Fonte: OIT, 2006.

Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 de jan. 2006.

Outros problemas sociais surgem dessa situação. A falta de oportunidades no mercado interno de trabalho tem estimulado muitos trabalhadores, principalmente jovens (o desemprego jovem em algumas regiões do país chega a quase 50%), a tentarem a vida em outros países, submetendo-se à condição de subempregados e cidadãos de segunda categoria, provocando assim uma diáspora brasileira impelida pela mundialização do capital.

O número de brasileiros vivendo ilegalmente nos Estados Unidos aumentou 70% entre 2000 e o início do ano passado, taxa de crescimento inferior apenas [à] dos indianos, segundo estimativa divulgada ontem pelo Departamento de Segurança Interna. Com aproximadamente 170 mil “indocumentados” em janeiro de 2005, o Brasil é a nona maior comunidade ilegal em território americano (MAISONNAVE, 2006).

Como um dos princípios do neoliberalismo é a desregulamentação da economia nacional para permitir a livre mobilidade do capital financeiro no mundo, um outro seria o de recrudescimento das barreiras nas fronteiras dos países ricos para impedir a entrada dos trabalhadores imigrantes. Em poucas palavras: *liberdade ao capital e restrição à mobilidade do trabalho*. Além das brigadas armadas organizadas por fazendeiros americanos nas fronteiras, armados de rifles para atirar nas pessoas que tentam atravessar para o território estadunidense, há também as patrulhas armadas oficiais de fronteiras. Não bastando isso, está sendo construído um verdadeiro *Muro da Vergonha* pelos EUA na sua fronteira com o México para dificultar ainda mais a entrada de estrangeiros, como se isso os protegessem das mazelas sociais em escala mundial crescente. Em acordo bilateral entre EUA e México, o primeiro impôs ao segundo que exigisse dos brasileiros o visto para entrada no território mexicano, também para obstacularizar ainda mais a entrada dos latino-americanos em seu território.

Até há pouco considerada uma “comunidade invisível” em meio ao caldeirão americano, a imigração brasileira fechou o ano fiscal de 2005 com o recorde de 31.070 “indocumentados” detidos na fronteira EUA-México entre 1º de outubro de 2004 e o último 30 de setembro -número superior à soma dos presos nos cinco anos anteriores. Os números de 2005, fechados na semana passada e repassados à Folha pela Patrulha da Fronteira, mostram que o fluxo migratório de brasileiros tem crescido a um ritmo maior do que o de outros países “exportadores”. Com a média de 85 presos por dia dos últimos 12 meses, os brasileiros ficaram em quarto lugar no total de detenções, atrás apenas do imbatível México (número não divul-

gado), de Honduras (52.765) e de El Salvador (39.305) (MAISONNAVE, 2006).

As dificuldades que os brasileiros emigrantes encontram em outros países fizeram com que o Ministério das Relações Exteriores brasileiro elaborasse uma cartilha dando algumas orientações devido às situações irregulares em que aqueles se encontram. Na apresentação dessa publicação oficial, o então Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, reconhece que a emigração ocorre na busca de melhores oportunidades de trabalho e renda e que isso se incrementa a partir dos anos 90.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), existem cerca de quatro milhões de brasileiros vivendo no exterior, sendo a maioria composta por trabalhadoras e trabalhadores que deixaram o País em busca de melhores oportunidades de emprego e renda.

Esta dinâmica se incrementou a partir do início dos anos de 1990 [sic], gerando um fluxo migratório crescente, em especial, para os Estados Unidos, Paraguai, Japão e diversos países da Europa.

Grande parte desses trabalhadores migra desconhecendo os procedimentos para obtenção de vistos de trabalho, seus direitos e deveres em outros países, os riscos das migrações feitas de forma irregular, o perigo do tráfico de pessoas e o papel das representações consulares brasileiras no exterior (MTE, 2007, p. 9).

Reconhece ainda a cartilha que “um dos aspectos mais evidentes da globalização é o grande fluxo de pessoas entre países e hemisférios. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente existem cerca de 200 milhões de migrantes no mundo” (MRE, 2007, p. 9). A emigração, como alternativa individual de emprego, também vem dando visibilidade a outro fenômeno social em países de capitalismo avançado, principalmente no caso dos trabalhadores europeus, que veem seus empregos se diluírem nesse período de crise estrutural, e se defendem com a xenofobia, como se pode observar em um

levantamento que se fez e está apresentado mais adiante. As atitudes xenófobas são incentivadas principalmente por políticos de partidos de direita, conservadores e ultraconservadores, que põem a culpa do desemprego nos imigrantes e desencadeiam reações fascistas e neonazistas violentas de governos e de indivíduos autóctones.

A internacionalização de mercados de bens, capital e crédito, ocorrida nas últimas décadas, seguirá uma transnacionalização dos mercados de trabalho, embora numa forma que soluciona poucos problemas e cria outros novos. Isso é demonstrado pelos fluxos migratórios que se direcionam nos últimos anos da Europa oriental para a central e ocidental e que desencadearam reações xenófobas na Europa ocidental (especialmente pronunciadas na Alemanha) (ALVATER, 1995, p. 73-74).

No desemprego, que é também uma situação estrutural do sistema do capital, portanto, um problema da economia transformado em problemas sociais de toda ordem, os indivíduos que sofrem esse tipo de exclusão acabam incorporando o discurso ideológico e assumindo para si os problemas da própria situação crítica em que se encontram. Uma pesquisa realizada por um grupo na área da psicologia social do trabalho constatou o seguinte fato: a percepção dos trabalhadores em relação a sua situação de desempregado faz com que eles mesmos reproduzam o discurso dominante, em sua avaliação do contexto na qual estão inseridos, tornando a culpa social em culpa individual. Segundo os pesquisadores, as explicações mais significativas e respostas mais frequentes foram: falta de qualificação, características pessoais, idade avançada, governo e automatização (NEVES; ORTEGA; BARRETO *et al.*, 1998).

O problema do desemprego evidencia situações extremas por força da necessidade em diversas regiões do país e o fenômeno se apresenta com maior amplitude (LOBATO, 2007). As manchetes de jornais, como “Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL” (SPITZ, 2005), aos poucos, tornam-se corriqueiras. A entressafra de cana-de-açúcar no Nordeste significa desemprego em massa para quase 100 mil trabalhadores rurais de Pernambuco e de Alagoas. As alternativas ficam mais

reduzidas principalmente devido à monocultura da cana, por exemplo, que domina a região, sem rotatividade com outras culturas durante sua entressafra. Os trabalhadores rurais nessa situação ficam sujeitos aos determinismos dos latifundiários e usineiros da região (LOBATO, 2007). O advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e da Comissão Pastoral da Terra informou que 200 mil empregos foram extintos no Estado de Pernambuco desde o início dos anos 90, e aponta como causa principal o fechamento de empresas. Segundo ele, desse universo, 120 mil pessoas moravam em sítios nas terras das usinas e dos fornecedores de cana, e a convenção de trabalho desses trabalhadores na cana permitia o direito de o morador plantar para o consumo próprio, no que ficou conhecida como a “lei do sítio”. Assim eles plantavam mandioca, milho e frutas para sua sobrevivência, porém, com o desemprego essas condições se extinguem, piorando ainda mais a situação. Sem trabalho durante a entressafra da cana, famílias inteiras ficam sem ter o que comer (LOBATO, 2007).

O desemprego amplia-se em todas as faixas etárias, mas uma das mais prejudicadas é a dos jovens. Muitos deles, desolados e sem opção, procuram alternativas no tráfico e em outras formas marginais de sobrevivência. Essa situação mostra uma face ainda mais perversa entre os jovens de 16 a 24 anos, como mostram estes dados: dos 3,5 milhões de desempregados nas metrópoles brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Distrito Federal), segundo pesquisas regulares do DIEESE, 1,6 milhão de desempregados pertencem a essa faixa etária. Portanto, 46,4% de desempregados nesses centros urbanos têm idade entre 16 e 24 anos. O desemprego jovem chega a ser duas vezes superior ao desemprego geral, conclui a pesquisa da entidade (SPITZ, 2005).

As seguidas ameaças de grandes empresas e a concretização de medidas de ajustes para a redução do quadro de pessoal se tornaram constantes no cenário neoliberal, contribuindo para aumentar ainda mais o exército de reserva de desempregados, como é o caso da Volkswagen do Brasil, que quis que os trabalhadores aceitassem passivamente o corte de postos de trabalho por ocasião da sua reestruturação produtiva. A empresa, em 21 de agosto de 2006, deu um

ultimato aos trabalhadores de São Bernardo do Campo, informando que, se não houvesse um acordo, demitiria a metade dos seus funcionários no prazo de dois anos, a partir de 21 de novembro de 2006, quando terminava o acordo de estabilidade. A fábrica, inaugurada há 47 anos, está localizada no ABC Paulista, região famosa por sua forte organização sindical nos anos 70, porém atualmente os trabalhadores se veem diante de ameaça de uma empresa impondo as regras de negociação sem condições de se contraporem de forma menos vulnerável. Na reunião com representantes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT), a montadora confirmou a necessidade de implementar medidas que reduzam em 15% os custos com mão de obra para garantir investimentos. As demissões anunciadas pela montadora, no total de 6.100, representam cerca de 75% do total de empregados na produção do ABC. Sem reduzir custos, a Volks estimou que a produção reduziria de 900 veículos por dia para cerca de 300 a 400 em um prazo de um ou dois anos. O conflito entre trabalhadores e a montadora começou em maio de 2006 quando a VW anunciou seu plano de reestruturação no país. Na ocasião, estavam previstos 3.672 cortes no ABC e outros 2.101 em São José dos Pinhais (PR) e Taubaté (SP). No país, o grupo emprega 21,5 mil em cinco unidades. “Mesmo com o acordo, a empresa reafirma a necessidade de reduzir o quadro de pessoal no ABC – cortar 3.600 funcionários por meio de um pacote de incentivo financeiro aos empregados. Além dos cortes, informa ainda que vai cortar benefícios e implementar nova tabela salarial” (ROLLI, 2006).

A questão do desemprego estrutural pode ser bem percebida no Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, que dá mais vantagens para as empresas que empregam os jovens de 16 a 24 anos. O referido Programa, quando foi lançado em 2003, previa a criação de 260 mil novas vagas por ano, mas o governo constatou em 2007 que o total não passou de 15 mil. Quando do seu lançamento, discursou o então Presidente Lula no Planalto: “Estamos dando, hoje, um passo excepcional para resolver um dos problemas mais graves que o Brasil vive” (PATU, 2007). Após o fracasso, o governo, segundo suas próprias fontes, não destinaria mais verba a partir de 2008. Os subsídios a

que os empresários receberiam eram de R\$ 1.500,00 anuais por vaga criada. A verba prevista anualmente girava em torno de R\$ 130 milhões anuais e este era considerado pelo governo o segundo Programa Social mais importante, atrás somente do Programa Bolsa Família.

Segundo o Ministério do Planejamento, o governo concluiu que o diagnóstico que embasava o programa, segundo o qual as empresas não contratam iniciantes por falta de incentivo, estava errado. ‘Num segundo momento, vimos que o problema era a qualificação dos jovens’, disse o secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Afonso Oliveira (PATU, 2007).

Como se constata, o diagnóstico do governo mais uma vez foi equivocado. A falta de emprego não é em função da falta de qualificação, salvo alguns setores aquecidos conjunturalmente, como se pode observar na matéria de Julianna Sofia à Folha, de 6 de janeiro de 2008, intitulada *Baixa qualificação puxa alta do emprego*. Segundo ela,

Por trás dos números recordes de geração de emprego formal no governo Lula, o mercado de trabalho com carteira assinada avança em ocupações de baixa escolaridade e salários menores, enquanto, em nome da globalização e dos ganhos de produtividade das empresas, posições mais bem remuneradas nas áreas de supervisão e gerência tendem à atrofia (SOFIA, 2008).

Portanto, os dados de 2006 indicam que a alta do emprego formal ocorreu com vagas de baixa qualificação profissional e que, em 2007, a tendência deveria predominar sobre a expectativa do governo de geração de 1,6 milhão de empregos.

O secretário de Políticas Públicas de Emprego, Sérgio Vidigal, diz que ‘a maior parte da mão de obra [no mercado formal] é de baixa escolaridade e tem baixa remuneração’. Vidigal ressalta que ‘esse atual ciclo de crescimento do emprego tem atingido quase a totalidade da estrutura produtiva.’.

Indústria, comércio, construção civil e agricultura geram

vagas. De 2003 a 2006, a ocupação que mais rendeu empregos foi a de vendedor do comércio varejista (315 mil vagas). Em seguida, aparecem trabalhadores de linhas de produção (307 mil empregos) e auxiliar de escritório (287 mil postos). Vidigal afirma que a escolaridade da maior parte dessa mão de obra se situa entre o ensino fundamental e o médio e, na sua avaliação, apesar de o número de vagas ser elevado, isso embute uma alta rotatividade. ‘Quem tem baixa escolaridade entra e sai do mercado com muita rapidez’, diz o secretário (SOFIA, 2008).

Segundo ele, “em novembro de 2006, para os 125 mil postos criados no mercado formal, 1,1 milhão de trabalhadores foram contratados, e 1 milhão, demitidos.” (SOFIA, 2008) Segundo a reportagem, dentre as 15 ocupações em queda, pelo menos 5 estão ligadas ao setor bancário, que vive uma onda de fusões. No setor financeiro, a sua reestruturação investe em um tipo novo de funcionário, os multifuncionais, para diminuir os cargos de gerência e supervisão. “É a globalização. Para reduzir custos e aumentar a produtividade, as empresas estão integrando as equipes”, diz o secretário de Políticas Públicas de Emprego. No ranking das ocupações que mais perderam vagas, 11 são funções de supervisão e gerência” (SOFIA, 2008).

O aumento dos índices de desemprego também pode ser confirmado por outro setor do governo, o Ministério do Trabalho e Emprego. No número de pagamento de seguro-desemprego, conforme a Tabela 6, observa-se sua escalada evolutiva na série histórica de neoliberalismo no país. O aumento foi de 71%, na comparação de 2004 em relação a 1990, de acordo com os dados abaixo. Essa tendência se manteve no ano de 2007: os gastos com seguro-desemprego cresceram 21% em relação ao ano anterior e bateram novo recorde (SOFIA, 2008).

Tabela 6 – Pagamento de Seguro-desemprego. Série histórica: 1990 a 2004

Ano	Nº de Seguro-desemprego pago
1990	2.806.820
1991	3.498.235
1992	3.895.157
1993	3.759.623
1994	4.031.230
1995	4.742.043
1996	4.360.917
1997	4.400.738
1998	4.357.528
1999	4.315.593
2000	4.176.004
2001	4.686.756
2002	4.803.535
2003	4.971.712
2004	4.812.008
Varição 1990-2004	71%

Fonte: CGSDAS/DES/SPPE/TEM – Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação Geral de Seguro-Desemprego e Abono Salarial. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 5 jul. 2006. Elaboração própria.

Na Tabela 7, apresenta-se, comparativamente, as variáveis População Total, População 18 anos ou mais, População Economicamente Ativa (PEA), PEA Ocupada, PEA Desocupada e População Não Economicamente Ativa (PNEA), por meio da Série Histórica de 1990 a 2005, tendo como fonte os microdados da PNAD/IBGE¹⁴.

Tabela 7 – Série Histórica da evolução da População Total, População 18 anos ou mais, PEA, PEA Ocupada, PEA Desocupada de 18 anos ou mais e PNEA – 1990 a 2005

Ano	Pop Total	Pop 18 anos ou mais	PEA	PEA ocupada	PEA desocupada	PNEA
1990	147.305.424	87.363.361	56.748.472	54.801.154	-	30.614.889
1992	146.003.471	87.462.867	61.162.916	57.588.563	3.574.353	26.286.110
1993	148.216.677	89.116.151	62.152.474	58.786.701	3.365.773	26.954.985
1995	152.374.603	97.104.123	65.423.632	61.917.170	3.506.462	27.864.173
1996	154.024.906	95.687.048	65.299.488	61.314.333	3.985.155	30.378.591
1997	156.128.003	97.634.143	67.556.651	67.556.651	4.703.554	30.066.424
1998	158.232.252	100.221.776	69.301.789	63.716.860	5.584.723	30.903.886
1999	160.336.471	102.712.180	71.867.674	65.558.300	6.309.374	30.821.478
2001	169.389.557	110.713.681	76.958.688	70.272.362	6.686.326	33.744.837
2002	171.667.536	113.423.324	79.724.518	73.021.295	6.703.223	33.690.660
2003	173.966.052	116.211.970	81.785.278	74.408.210	7.397.068	34.417.283
2004	182.060.108	121.973.767	86.630.724	74.264.624	7.085.469	35.332.200
2005	184.388.620	124.897.808	89.529.067	81.941.429	7.587.638	35.358.897
1990 -2005%	25,17	42,96	57,76	49,53	112,28	15,50

Fontes: IBGE – PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Elaboração própria.

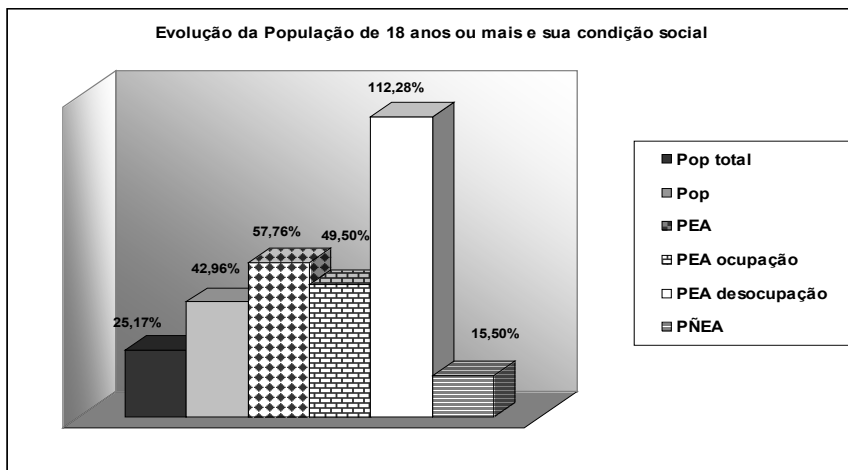
Observa-se na evolução da população assimetrias entre os índices em comparação com a variação do início da série, ou seja, 1990, e o final, que corresponde ao ano de 2005. Comparando a população total e a população de 18 anos ou mais, observou-se que enquanto a população total aumentou 25,17%, a população de 18 anos ou mais aumentou

¹⁴ No ano de 1991 não foi realizada a PNAD, segundo o IBGE em razão da falta de financiamento por parte do Governo Federal. No ano de 1994 também não ocorreu a PNAD. Já em 2000 não foi realizada por ocasião do Censo.

42,96%, indicando que o processo de envelhecimento da população é proporcionalmente maior ao aumento geral da população. Com isso, a PEA de 18 anos ou mais aumentou significativamente em índices de 57,76%, mas os postos de ocupação, segundo conceito do IBGE, aumentaram apenas 49,53, numa defasagem de 8,23%. A variação é mais significativa quando se analisam os dados da série no que diz respeito à variável PEA desocupada, que aumentou em 112,28%, e a PNEA, que foi a menor entre as variáveis, com o índice de 15,50%. Portanto, ao analisar-se a série histórica, nota-se que o desemprego foi profundo, considerando o universo populacional e o desenvolvimento econômico do país. Para uma melhor visão do que isso significa em termos de população, o gráfico a seguir oferece uma melhor feição, com os percentuais representados nessa evolução, assim como o efeito histórico do período neoliberal em nosso país.

No Gráfico 1, representa-se com melhor visibilidade o comportamento das variáveis da Tabela 7.

Gráfico 1 – Comparação entre a evolução da População Total, População de 18 anos ou mais, PEA, PEA Ocupada, PEA Desocupada e PNEA de 18 anos ou mais



Fontes: IBGE – PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Elaboração própria.

A reestruturação produtiva, que também introduz novas tecnologias para aumentar a produtividade, somada ao capital especulativo, leva ao desemprego tecnológico e conjuntural, ao mesmo tempo que revela o desemprego estrutural, que é um dos antagonismos do sistema, escamoteado durante o processo de expansão capitalista, que chegou ao seu fim com a ufanista globalização nos anos 80. Com o aumento da exploração dos trabalhadores, através desse novo padrão de produção e do auxílio ainda maior da força de produção das inovações da ciência e da tecnologia, a extração da mais-valia é elevada a um grau jamais visto na história. Não se pode esquecer de que o conceito de exploração é bem preciso em Marx, significando a forma de acumulação do capital através da extração da mais-valia numa conjugação da mais-valia relativa e absoluta.

3.4.2 A informalidade do emprego

Outra característica marcante na reestruturação produtiva em curso trata-se da acentuada perda de empregos com carteira assinada e que atinge não só o núcleo da atividade principal da empresa pelo processo de terceirização, mas se estende por outras atividades que antes eram consideradas periféricas. Também convivem com essa ampliação da informalidade outras formas tradicionais de exploração, principalmente no meio rural do país.

A exploração dos trabalhadores segue por todas as dimensões sociais e com a anuência do Estado que, de acordo com os interesses privados, age, ignora ou trata com indiferença situações gravíssimas de superexploração. É o caso da exploração nas carvoarias do Mato Grosso do Sul e de outras regiões do Brasil que, além de explorarem as pessoas nesse trabalho insalubre, fazem um verdadeiro desmatamento de florestas nativas com a anuência ou vista grossa do Estado. Estima-se em 5.000 as carvoarias existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, embora somente tenham solicitado registro para regularização formal 308, até 06/11/2005 (SEM PROTEÇÃO..., 2005). Como afirmam as vozes desses trabalhadores que são explorados nas carvoarias, “‘O que tenho não passa de uma camisa e de uma calça’, diz o carbonizador José Xavier de Andrade, 54. ‘Ganho R\$ 4,50 por metro cúbico [de carvão pro-

duzido]’, afirma Antônio dos Santos, 25, que exerce a mesma função. ‘Não dá nada, não sei’, lamenta Santos, sem responder quanto, afinal, ganha por mês. Exatamente o que Santos tem de idade, Andrade diz ter de profissão” (SEM PROTEÇÃO..., 2005). Ambos trabalham em duas carvoarias do Pantanal, sem carteira assinada, e são exemplos típicos da precariedade a que muitos trabalhadores brasileiros estão submetidos e que são há muito tempo do conhecimento tanto do governo estadual quanto do federal. Um carbonizador cuida do forno dia e noite e o processo de queima dura 30 horas para a produção de carvão vegetal. Essa produção, além do carbonizador, envolve outros profissionais na subdivisão de tarefas que o processo requer. Porém, quase que sua totalidade está no trabalho informal e sem qualquer proteção à saúde, tais como máscaras, capacetes, óculos, aventais etc (SEM PROTEÇÃO..., 2005).

Tabela 8 – Série histórica da evolução da PEA ocupada de 18 anos ou mais em empregos formais e informais e a classe capitalista (1992–2005)

Ano	PEA ocupada	Empregados Formais	Empregados Informais*	Capitalista
1992	57.588.563	31.297.748	8.722.363	2.406.741
1993	58.786.701	31.981.026	9.288.188	2.368.486
1995	61.917.170	32.755.805	9.283.413	2.733.501
1996	61.314.333	33.435.413	9.906.901	2.485.283
1997	67.556.651	33.688.247	9.985.654	2.794.804
1998	63.716.860	34.411.470	10.548.984	2.851.180
1999	65.558.300	34.703.027	10.821.495	2.921.594
2001	70.272.362	38.957.387	12.290.680	3.183.746
2002	73.021.295	40.442.288	12.864.572	3.317.510
2003	74.408.210	41.279.129	12.692.326	3.323.943
2004	74.264.624	45.297.051	14.395.942	3.479.064
2005	81.941.429	46.033.291	13.870.276	3.683.355
1990-2005%	49,53	47,08	59,02	53,04

Fontes: IBGE – PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Elaboração própria.

*No universo de empregados formais, foram incluídos os funcionários públicos e militares.

A Tabela 8 mostra a evolução da PEA ocupada de 18 anos ou mais comparativamente aos empregados formais e informais, bem como dos capitalistas. Observa-se que o índice que mais cresceu na série histórica estudada compreendendo o período de 1992 a 2005 foi o de empregos informais, que atingiu o índice de 59,02. A série histórica estudada, tendo por base os dados disponíveis pela PNAD/IBGE, demonstrou que a rotatividade no emprego não confirma a velocidade da rotatividade pelo conjunto de dados estudados nesse período. O tempo de permanência de 10 anos ou mais obtém o maior índice, de 47,55%.

3.4.3 O aumento da jornada de trabalho

Com referência à precarização do trabalho, na forma que adquire sob a acumulação neoliberal, outro indicador dessa situação traduz-se no aumento da jornada de trabalho. Apesar de a Constituição Federal de 1988 estabelecer a jornada máxima de 44 horas semanais, o que se observa é o aumento gradual da jornada das pessoas ocupadas para além da jornada estabelecida, como demonstra a Tabela 9.

Tabela 9 – Série histórica da evolução da PEA ocupada por horas trabalhadas no trabalho principal – 1992 a 2005

Horas trabalhadas	1992	2005	1992-2005%
Até 14	3.900.847	6.293.074	61,33%
15 a 39	14.414.462	20.092.181	39,39%
40 a 44	20.489.271	29.365.878	43,32%
45 a 48	10.794.894	13.465.927	24,74%
49 ou mais	13.360.853	14.167.866	6,04%

Fontes: IBGE – PNADs 1992 e 2005.

Logo após entrar em vigor a nova carta constitucional, observa-se que houve redução, por força da lei, de 32.471.704 empregados que trabalhavam até 48 horas. Este número foi reduzido para 10.794.894. Portanto, uma redução de – 66,76%. Porém, nos anos seguintes, observa-se que há aumento vertiginoso da jornada de trabalho para além da permitida por lei. Os dados a seguir assim indicam. As hipóteses possíveis são as de pessoas trabalhando em mais de um emprego, uso abusivo de horas extras ou uso da flexibilidade produtiva do toytismo para compor ou recompor salário devido ao aviltamento que essas pessoas sofrem para cobrir despesas básicas de sobrevivência.

No período pós-constituição, de 1992 a 2005, o número de pessoas que vem trabalhando mais do que a lei permite recupera a retomada do aumento da jornada de trabalho de 10.794.894 pessoas trabalhando em 1992, passando para 13.465.927 trabalhando além do permitido, uma variação de 24,74%. Constata-se também aumento do número de pessoas trabalhando além das 49 horas. Em 1992, eram 13.360.853, chegando a 14.167.866 em 2005, uma variação de 6,04%.

A Tabela 9, de horas trabalhadas comparativamente entre o período de 1992 e 2005 indica duas possibilidades: (1) aumento da jornada de trabalho constituída acima de um emprego e por horas extras, o que podemos ver nas variáveis de 45 a 48 horas e 49 ou mais, e (2) é indicadora de trabalho parcial, como se pode-se observar na variável Até 14 e na de 15 a 39. A variável Até 14 também indica a possibilidade de atividades ocasionais, “bicos” ou “*free-lance*”, a qual teve o maior índice comparativamente às variáveis analisadas.

O índice de trabalhadores em mais de uma ocupação, de 48,57%, nesse período analisado, quase empata com o índice de pessoas ocupadas, de 49,53% (Tabela 10).

Tabela 10 – Série histórica da evolução PEA ocupada e outras variáveis 18 anos ou mais (1990 a 2005)

Ano	PEA ocupada	PEA Ocup. mais de uma ocupação
1990	54.801.154	-
1992	57.588.563	2.783.218
1993	58.786.701	3.047.991
1995	61.917.170	3.250.496
1996	61.314.333	2.910.325
1997	67.556.651	3.133.838
1998	63.716.860	3.303.539
1999	65.558.300	3.273.371
2001	70.272.362	3.375.732
2002	73.021.295	3.604.322
2003	74.408.210	3.723.150
2004	74.264.624	3.821.952
2005	81.941.429	4.136.022
1990-2005%	49,53	48,57

Fontes: IBGE – PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Recente pesquisa realizada no Brasil pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), sobre horas extras, resultou nestes dados: “Do universo de trabalhadores pesquisados, 77,8% afirmam fazer horas extras, ou seja, de cada 10 trabalhadores, 8 fazem horas extras. Desse total, 25% afirmam que fazem horas extras com frequência.” (CUT, 2006) Além da necessidade de se fazer horas extras para tentar certa melhoria salarial, outros fatores que influenciam para que a jornada de trabalho aumente são: a necessidade contínua, e cada vez maior, de formação profissional, aumento do tempo de deslocamento de ca-

sa para a empresa devido a maior distância, o uso de novas tecnologias como o computador em rede, que aumenta o tempo de ligação com o trabalho, e o trabalho por tempo parcial, que leva à procura de vários empregos para compor o salário. Além desses aspectos, sucessivas reformas previdenciárias durante os governos neoliberais no Brasil buscam inviabilizar as aposentadorias de muitos trabalhadores aumentando o tempo de trabalho e de contribuição ao longo de suas vidas, bem como a exigência de idade mínima, estimulando também as aposentadorias complementares privadas. Nova reforma está sendo cogitada para aumentar ainda mais o tempo de trabalho, 60 anos para as mulheres e 65 anos para homens, que já estava contida no projeto original, o qual, para evitar impacto, os governos implementam em doses homeopáticas.

Além desses problemas, há outros que persistem em nosso país, tais como o trabalho escravo e infantil. Em relação ao trabalho escravo, apesar de ser proibido por lei desde 1888, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) estima que 25 mil pessoas continuem nessa condição, porém uma estimativa em torno de 40 mil é apontada pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). De acordo com a Revista do Observatório Social, o trabalho infantil é uma aberração que ainda persiste. Atualmente, há cinco milhões de jovens, de cinco a dezessete anos, trabalhando no Brasil, segundos dados de 2003 do IBGE.

O estudo global feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que analisou 50 países, em relatório divulgado em 2007, aponta que 22% dos trabalhadores dedicam em suas vidas mais de 48 horas semanais ao trabalho. Esse percentual mostra que 1 (uma) em cada 5 (cinco) pessoas tem jornadas laborais excessivas no mundo. Analisando esses dados, a OIT indica que “o excesso de horas trabalhadas está ligado às condições de informalidade nas relações de emprego, situação que atinge metade de toda a população ocupada nos países em desenvolvimento” (OIT apud ROVANI, 2007). No Brasil, segundo a jornalista, outra pesquisa mundial feita pelo instituto de pesquisa Market Analysis, “a carga horária de trabalho é empecilho para que 66% dos trabalhadores mantenham equilibrada a relação

entre vida profissional e pessoal” (MARKET ANALYSIS apud ROVANI, 2007). A constatação dessa pesquisa indica que os brasileiros apontam a jornada de trabalho como culpada pelo desequilíbrio na vida pessoal (ROVANI, 2007).

3.4.4 A redução salarial

Se, por um lado, banqueiros e donos de indústrias veem suas fortunas dobrarem em curtos períodos de tempo, por outro, há o decréscimo da massa salarial. No que diz respeito aos salários dos trabalhadores brasileiros, uma recente pesquisa do IBGE, publicada em outubro de 2005, mostra que, nos últimos sete anos, houve uma redução de 11% nos salários (LAGE, 2005). Outra pesquisa, do DIEESE, divulgada nesse mesmo ano, constatou que o rendimento dos ocupados na região metropolitana de São Paulo é menor do que há dez anos. A redução média ficou em 30,8%. “Quem tinha rendimento mensal de R\$ 100 entre setembro de 1994 e agosto de 1995, viu esse valor cair para R\$ 69,2, de setembro de 2004 a agosto de 2005 [...]” (FERNANDES, 2005). Como se observa, por um lado, diminui o emprego formal e o salário e, por outro, aumenta a produção e com isso a riqueza nacional e sua concentração. Isso fica ainda mais evidente se observarmos a variação do PIB e da massa salarial, demonstrado anteriormente.

Outro estudo, realizado em 2005, pelo Serviço Social da Indústria (SESI), apontou que no perfil dos trabalhadores formais brasileiros, ou seja, que têm carteira assinada, em torno de 60% ganham até três salários mínimos e é predominantemente composto pelo sexo masculino com idade de 30 a 39 anos, a maioria (52,1%) morando na região Sudeste. Segundo a reportagem, o estudo foi elaborado com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho do ano de 2003, e é a segunda edição deste tipo de trabalho (SOFIA, 2005).

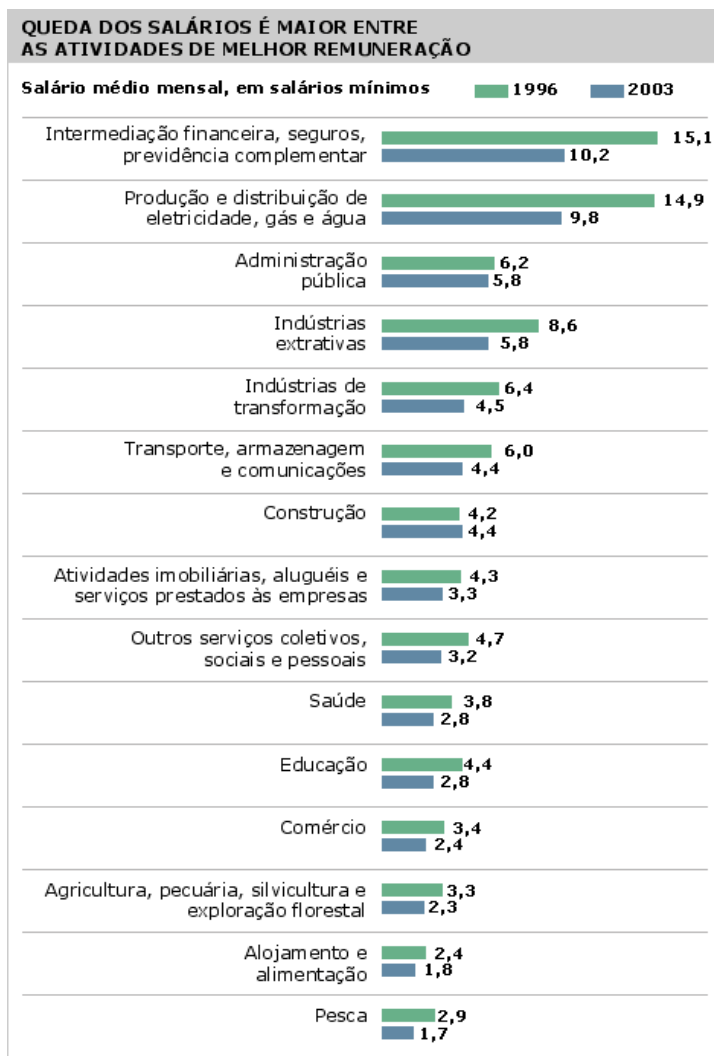
Em relação à primeira edição, que é de 2001, houve um aumento de 8,7% no número de trabalhadores com registro em carteira, a escolaridade teve uma ligeira melhora,

mas o rendimento médio caiu. A proporção dos que ganham acima de três salários mínimos diminuiu de 41,7% para 35,5%. Na parcela de até três mínimos, por sua vez, ocorreu aumento, de 58,1% para 64,2% (SOFIA, 2005).

Segundo Lage (2005a), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE e publicada em 2005, demonstram que a renda dos trabalhadores “permaneceu estagnada no segundo ano do governo Lula, apesar da maior oferta de emprego”. No ano de 2004, “a população ocupada cresceu 3,3%, mas o rendimento ficou estável em R\$ 730, apesar de forte crescimento de 4,9% da economia brasileira” (LAGE, 2005a).

A pesquisa também constatou que, desde 1996, esta foi a primeira vez que a renda caiu de um ano para o outro. Porém, “as perdas reais acumularam 18,8% nesse período” (LAGE, 2005a). Além disso, a pesquisa do Cadastro Central das Empresas, também realizada pelo IBGE, constatou que “os salários pagos por empresas registraram queda de 11% entre 1996 e 2003”, segundo dados oficialmente divulgados em 19 de outubro de 2005 (LAGE, 2005a). “O salário médio mensal pago pelas empresas passou de R\$ 590 em 1996 para R\$ 859 em 2003 em termos nominais. Em termos reais, no entanto, o salário caiu para R\$ 525,29 – esse valor foi obtido levando-se em conta que, descontada a inflação medida pelo IPCA, de 63,53% no período, o trabalhador teve uma perda de 11%.” (LAGE, 2005a) Resumindo, o salário médio mensal reduziu de 5,5 salários mínimos, em 1996, para 3,7 salários, em 2003. Essa redução ocorreu principalmente nas atividades de melhor remuneração, como constata o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Diminuição salarial no Brasil – Série histórica – 1996 a 2003



Fonte: IBGE (apud LAGE, 2005a).

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101450.shtml>>.

Acesso em: 19 out. 2005.

A constatação da queda da renda média dos trabalhadores também é registrada pelo DIEESE em pesquisa realizada com trabalhadores ocupados na Região Metropolitana de São Paulo. A renda é menor do que há dez anos. “Quem tinha rendimento mensal de R\$ 100 entre setembro de 1994 e agosto de 1995 viu esse valor cair para R\$ 69,2, de setembro de 2004 a agosto de 2005 – a perda foi de 30,8%”, disse o Dieese. “A queda do poder de compra dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo reflete a precarização do mercado de trabalho. A recuperação da economia, principalmente a partir de 2004, ainda não foi suficiente para recuperar a renda de 1995” (FERNANDES, 2005). Segundo o Dieese, “Há muita oferta de mão de obra para pouca demanda. Soma-se a isso a substituição de salários mais altos por mais baixos”, afirma José Silvestre Prado de Oliveira, superintendente do escritório de São Paulo do Dieese (FERNANDES, 2005).

Apesar da ideologia diuturnamente esconder os reais problemas do desemprego, persiste em defender como única saída para a solução a capacitação ou formação profissional. Mas, se observarmos os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo feito por esse instituto oficial não comprova o que a voz hegemônica defende. Segundo o Instituto de Pesquisa, “um diploma universitário ou o ingresso no ensino superior não são garantias de que os salários não se deteriorem de modo mais intenso em períodos de crise” (SOARES, 2006). Foi constatado que as maiores perdas salariais ocorreram na faixa de maior escolaridade, como anteriormente apresentado. “O rendimento médio das pessoas ocupadas com maior grau de escolaridade caiu 12,3% de março de 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, a março de 2006, ano final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (SOARES, 2006). Segundo o IBGE, enquanto “a faixa de escolaridade mais baixa – sem instrução ou com até 1 ano de estudo – teve a menor perda: 0,3%. O rendimento desse contingente baixou de R\$ 420,48 para R\$ 419,40” (SOARES, 2006). Os dados do IBGE revelam ainda que, em geral, a perda de renda cresce conforme avança o grau de instrução do trabalhador (SOARES, 2006). Além de menor renda, o desempre-

go, com índices maiores, atinge principalmente os trabalhadores com maior instrução. Quem tinha segundo grau completo e superior saltou de 10,2%, em 2002, para 17,1% de desemprego, em 2005. Portanto, essa fração de classe que representa a minoria que possui nível superior passou do quase pleno emprego de 2,3% para uma taxa de desemprego de 7,3% no mesmo período analisado. Assim, os mitos ideológicos não se sustentam com a argumentação de que a saída de todos os males sociais é a capacitação profissional e, de modo geral, a educação (BORGES, 2007, p. 87).

Na Tabela 11, apresenta-se a variação do PIB em comparação com a Massa Salarial na série histórica de 1990 a 2005. Na comparação da evolução de ambos indicadores observa-se que, no período neoliberal no país, há uma diminuição da parcela do PIB destinada aos salários, indicando assim progresso econômico, porém com concentração de renda e a conseqüente diminuição dos valores destinados aos salários da classe trabalhadora no transcorrer do período. No ano de 1990, a parcela do PIB destinada aos salários correspondia a 36,39%, enquanto no ano de 2005 o percentual regrediu para o índice de 31,72%, tendo uma diminuição de - 4,67% da participação da massa salarial no PIB. Portanto, nesse período, enquanto o PIB subiu 6.082,18%, a participação da Massa Salarial subiu apenas 5.925,64%. Comparando-se as duas variáveis, o percentual destinado aos salários diminuiu 156,54%.

A média de evolução de ambas variáveis, no período analisado, foi de 405,48% para o PIB, enquanto, para salários, a média ficou em 395,04%. Concluindo, no transcorrer da série história, o progresso econômico não significou melhoria das condições sociais da classe trabalhadora, mas sim indica estruturalmente a concentração de renda em favor da classe capitalista.

Tabela 11 – Série histórica da variação do PIB e variação da participação da Massa Salarial anual – 1990 a 2005

Ano	PIB R\$	Massa Salarial R\$	Variação % da participação da massa salarial no PIB
1990	11.548.800	4.202.500	36,39
1991	60.286.000	19.295.200	32,01
1992	640.958.800	221.936.400	34,63
1993	14.097.114.200	5.061.778.200	35,91
1994	349.204.679.000	111.680.765.000	31,98
1995	705.640.892.100	248.449.856.800	35,21
1996	843.965.631.300	287.519.287.400	34,07
1997	939.146.616.900	309.837.372.700	32,99
1998	979.275.748.900	324.335.577.300	33,12
1999	1.064.999.711.800	342.263.914.700	32,14
2000	1.179.482.000.000	378.471.000.000	32,09
2001	1.302.136.000.000	415.886.000.000	31,94
2002	1.477.822.000.000	456.402.000.000	30,88
2003	1.699.948.000.000	528.173.000.000	31,07
2004	1.941.498.000.000	597.452.000.000	30,77
2005	2.147.239.000.000	681.067.000.000	31,72

Fonte: IPEADATA. Disponível em: Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?44523031>. Acesso em: 12 ago. 2008. Elaboração própria.

3.4.5 O aumento do trabalho escravo

A Convenção nº 29, de 1930, que entrou em vigor a partir de 1º de maio de 1932, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), define em seu Artigo 2º o que compreende e estabelece como lei internacional do trabalho a expressão “trabalho forçado ou obrigatório”, que significa “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”. Essa mesma Convenção foi complementada pela Convenção nº 105, de 1957, sendo ratificada por 165 dos 178 países membros da OIT, proibindo este tipo de trabalho e, ao mesmo tempo, comprometendo-se em abolir o trabalho forçado em seus territórios. Além desses dois acordos convencionais, a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998, estabelece em seu artigo 2º que todos os Estados membros da OIT têm a obrigação, mesmo que ainda não tenham ratificado as convenções aludidas, de promover e tornar realidade os princípios relativos aos direitos fundamentais de conformidade com essa Constituição que são, dentre eles a abolição do trabalho escravo e infantil:

- a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;*
- b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;*
- c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e*
- d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.*

O Relatório *Não ao Trabalho Forçado* (OIT, 2002) é o segundo relatório global publicado no contexto do novo instrumento promocional da OIT e o seguimento da Declaração de 1998, que trata sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Esse Relatório define e examina as várias formas de trabalho forçado no contexto da globalização econômica e propõe ações no sentido de erradicá-lo. Segundo o Relatório (OIT, 2002), as formas do trabalho forçado ou obrigatório são:

- escravidão e raptos;
- participação obrigatória em projetos de obras públicas;
- trabalho forçado na agricultura e em regiões rurais remotas (sistemas de recrutamento coercitivo);
- trabalhadores domésticos em situação de trabalho forçado;
- trabalho em servidão por dívida;
- trabalho forçado imposto por militares;
- trabalho forçado no tráfico de pessoas; e
- alguns aspectos do trabalho em penitenciárias e da reabilitação por meio do trabalho.

As estatísticas apresentadas por esse Relatório sobre trabalho forçado estimam em 12,3 milhões o número de pessoas no mundo que são vítimas do trabalho forçado, dentre elas, mais de 2,4 milhões foram traficadas; 9,8 milhões são explorados por agentes privados e 2,5 milhões são forçados a trabalhar pelo Estado ou por grupos rebeldes militares. A distribuição por regiões mundiais indica que na América Latina e Caribe são vítimas desse tipo de trabalho 1.320.000 pessoas; Ásia e Pacífico – 9.490.000; países industrializados (Europa, EUA) – 360.000; Oriente Médio e Norte da África – 260.000; países em transição – 210.000 e a África Sub-Sahariana – 660.000.

Mas, apesar de todas essas convenções e ações institucionais de caráter internacional, os direitos humanos, sociais e trabalhistas nunca se universalizaram. Os países de capitalismo avançado conseguiram desenvolver um sistema de proteção social baseado em leis que assegurassem esses direitos; porém, para que esses países conseguissem estruturar esse tipo de benefício, sacrificaram inúmeras nações pelo processo de colonização durante a ascensão do sistema capitalista. A história sangrenta da utilização de escravos índios e africanos no Brasil comprova essa barbárie.

Essa prática aviltante da condição humana, aqui compreendida como *trabalho escravo*, ou na sua versão contemporânea de *trabalho forçado* ou *obrigatório*, jamais deixou de ser realidade em países que foram colonizados, sendo inclusive naturalizada pela ideologia domi-

nante. No contexto da globalização econômica capitalista, essa prática de trabalho forçado continua sendo utilizada em crescente escala nesse momento em que se acirra a concorrência do comércio mundial, como mostram os altos índices de utilização de força de trabalho escrava no território brasileiro sob a proteção do capitalcracia, como demonstra o Relatório da OIT.

O emprego formal, portanto, legal, sob a gestão capitalista, por si só já é degradante por ser apenas produtor de mercadorias e autovalorizador do capital. Isso se torna ainda mais efetivo ao se comparar com outras formas, atualmente consideradas ilegais, de trabalho, tais como o trabalho infantil e escravo que, além de persistirem, continuam se ampliando hodiernamente em diversas regiões do Brasil. Além do trabalho informal, o trabalho ilegal e degradante continua aumentando no país e grandes empresas cada vez mais se utilizam de força de trabalho escrava. Quanto mais se aumenta a fiscalização, mais são descobertas situações ilegais; e a “lista suja” das empresas que se utilizam deste tipo de trabalho cresce no país. Em Santa Catarina, no ano de 2006, na lista constavam 163 empresas e, no ano seguinte, aumentaram para 192. De acordo com a lei, as empresas que estiverem com seus nomes na chamada “lista suja” ficam impossibilitadas de se beneficiarem com empréstimos em bancos públicos e privados e não têm acesso a recursos de fundos públicos. O Ministério do Trabalho assinou acordo com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) para conseguir apoio, segundo a reportagem. Já de acordo com a Secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, “a pecuária é o setor campeão no emprego desse tipo de mão de obra” e empresas ligadas à produção de álcool também fazem parte da lista (SOFIA, FSP, 11/07/2007). O Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas ao escravo foi criado pela Portaria nº 540, de 15/10/2004, pelo Ministro do Trabalho e Emprego. Desde sua criação, em 2004, a inspeção do trabalho libertou um total de 7.832 indivíduos em trabalhos análogos à condição de escravidão em todo território nacional e 207 empresas compunham a lista até julho de 2008 (MTE, 2008).

Alguns relatos de jornais de circulação nacional baseados nas

inspeções do Ministério do Trabalho demonstraram a situação cotidiana do trabalho escravo no Brasil. Em uma dessas inspetorias, os fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 41 trabalhadores que cultivavam soja e algodão na fazenda Tapurah, a 477 km de Cuiabá/MT, de propriedade de Eraí Maggi, primo do então Governador de Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi. Os fiscais encontraram esses trabalhadores rurais em condições degradantes, tais como: alojamentos precários, banheiros em péssimas condições de higiene e manipulando produtos químicos sem qualquer proteção. “Quando o agrotóxico era jogado por aviões sobre as plantações, os funcionários eram atingidos” e “Eles dormiam numa construção de madeira, uns dez homens enfiados num cubículo, deitados em colchões velhos e podres, uma salinha muito abafada e com um cheiro muito ruim”, relatam os fiscais ao jornalista. “Até os representantes da empresa ficaram abismados com o que viram, mal conseguiram entrar no alojamento devido ao fedor.” Durante as jornadas de trabalho de 12 horas diárias, esses trabalhadores eram obrigados a usar “a mata como banheiro e se limpavam com o que havia à mão” e, na hora das refeições, “muitas vezes abriam suas marmitas com as mãos ainda sujas de agrotóxicos. Eles não usavam luvas ou botas ao manipular o produto. Uma vez terminada a jornada, tomavam banho em locais imundos, tomados por lodo e dejetos.” Segundo afirmou Pedro dos Reis, um dos fiscais, ao jornalista, esses trabalhadores reclamaram muito da falta de proteção e de lugar mais adequado para fazerem suas refeições (MAGALHÃES, 2008)

Em outra inspeção o grupo móvel de fiscais do Ministério do Trabalho libertou 1064 trabalhadores da Empresa Pagrisa, localizada na cidade de Ulianópolis, a 417 km de Belém. Do total de 1495 trabalhadores, 1064 estavam em condição análoga a de escravos. Os fiscais constataram que a Pagrisa “não recolhia o FGTS de 151 trabalhadores, atrasava salários e mantinha funcionários em turnos além do horário legal (12 horas por 36 de descanso).” As irregularidades encontradas foram consideradas “flagrantes violações às normas trabalhistas, tipificadas no artigo 149 do Código Penal, que condena quem ‘reduz alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a traba-

lhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho” (CORRÊA; REIS, 2007a).

O capitalcracia atua, principalmente, para perpetuar a fonte da acumulação, a força de trabalho. Como se vê aqui, “dois meses antes de o Senado criar uma comissão para fiscalizar a Pagrisa, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO), em discursos no plenário da Casa, em 10 de julho, já inocentavam a empresa produtora de álcool e açúcar, de manter trabalho análogo à escravidão.” Essa comissão, formada por oito senadores, esteve na Pagrisa e afirmou que a empresa oferecia condições adequadas de trabalho. A Senadora Kátia, uma das representantes dos ruralistas no Congresso, e relatora da comissão, disse: “Não podemos instalar no Brasil um tribunal de exceção, como está acontecendo durante a vistoria do Ministério do Trabalho e Emprego”. Essa interferência dos senadores em favor das empresas fez com que a Secretaria de Inspeção do Trabalho suspendesse suas ações federais de combate ao trabalho escravo por algum tempo (CORRÊA; REIS, 2007b). A partir das ações desses senadores da “República” em favor do capital, a Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Ruth Vasconcelos Vilela, sentiu-se obrigada a enviar uma carta ao Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmando que “os senadores desqualificaram a inspeção que constatou a existência de trabalho escravo e projetaram ‘insegurança sobre as ações desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho’”. Segundo a assessoria dos senadores que compõem essa comissão, “a relatora da comissão, Kátia Abreu, e o presidente consideram que a Pagrisa oferece condições adequadas de trabalho, contestando, portanto, a fiscalização” (LOBATO, 2007c).

Quase um mês após essa tentativa de intimidar a fiscalização pelos representantes da capitalcracia no Senado Federal, os fiscais retomaram suas atividades em Mato Grosso, Pará e Maranhão, onde encontraram e resgataram 90 trabalhadores nas mesmas condições de escravidão. “Os grupos ficaram parados 22 dias, pela primeira vez desde 1995, quando foram criados.” Na Fazenda Breu Branco (376 km de Belém), 23 trabalhadores “estavam alojados em barracos feitos com galhos de madeira e cobertos com lona sem proteção lateral. Não

havia água nem condições higiênicas. O dono tinha ainda um armazém e os trabalhadores estavam endividados”, afirmou a auditora Diana Rocha. O grupo móvel de fiscalização constatou também trabalho de adolescentes, endividamento dos trabalhadores com os armazéns dos próprios patrões e os “gatos”, que são os arregimentadores de mão de obra escrava (REIS, 2007). Uma das coordenadoras dos grupos móveis de fiscalização, Virna Soraya Damasceno, disse à reportagem, que já viu em suas incursões, até uma “gata”, portanto, uma mulher responsável para arregimentar mão de obra escrava. “Era lá no Maranhão. A mulher mandava em tudo. Ficava só lá no barraco dando ordem, mandando buscar o trabalhador tal e todo mundo obedecia. Tinha outra que gritava, ameaçava, obrigava a lavar a roupa dela, cuspi na comida dos funcionários e fazia eles comerem.” Em 10 anos atuando na fiscalização de fazendas, a Sra. Damasceno disse que faz sua atividade com um aparato policial e que a fiscalização do trabalho escravo ainda é muito lenta. Segundo ela, o trabalhador não denuncia por medo e quando não há informante fica difícil localizar a fazenda que explora as pessoas. Em relação ao Senado e o caso da Empresa Pagrisa, ela disse que se trata de “uma forma de denegrir a atuação do fiscal”, pois a fiscalização constata o trabalho em condições degradantes e análogo à escravidão e com provas dessa situação, ou seja, “o grupo vai onde o Estado não funciona, onde há ausência do poder público” (DENÚNCIAS..., 2007).

Com a retomada da fiscalização nas operações de combate ao trabalho escravo, segundo os dados que a jornalista da Folha de São Paulo, Julianna Sofia, obteve junto ao Ministério do Trabalho, o ano de 2007 registrou número recorde de trabalhadores encontrados em situações análogas a de escravidão. Um número de 5.877 pessoas foram libertadas pelos fiscais e receberam R\$ 9,8 milhões em indenizações trabalhistas. Esse resultado decorreu de 110 operações realizadas em 197 fazendas em todo o país. Segundo os dados do MTb, desde que foi criado o grupo móvel de fiscalização em 1995, já foram libertados 27.645 trabalhadores em todo o território nacional, e os estados com maiores índices de exploração de trabalho escravo são o Pará, Maranhão e Tocantins (SOFIA, 2008b).

Para se ter uma ideia da gravidade da situação dos trabalhadores rurais brasileiros, a Tabela 12 abaixo comprova o aumento de operações do Ministério do Trabalho, bem como o respectivo aumento da utilização da força de trabalho escrava no país no período neoliberal aqui estudado.

Tabela 12 – Geral das operações de fiscalização móvel, 1995 a 2007

ANO	Nº de operações	Nº de fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados
2007	63	118	2.173	3.434
2006	109	209	3.454	3.417
2005	85	189	4.271	4.348
2004	72	275	3.643	2.887
2003	67	188	6.137	5.223
2002	30	85	2.805	2.285
2001	29	149	2.164	1.305
2000	25	88	1.130	516
1999	19	56	*	725
1998	18	47	*	159
1997	20	95	*	394
1996	26	219	*	425
1995	11	77	*	84

Fonte: Relatórios de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, de 03/08/2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp>>. Acesso em 16 abr. 2008.

Segundo a Pastoral da Terra, o trabalho escravo no campo aumentou e registrou um índice de 200% no Estado do Paraná, em 2008, em comparação com o ano anterior. O Estado é o quinto no ranking nacional no uso de trabalho escravo, sendo que o primeiro é o Pará, com

1.354 pessoas resgatadas no ano de 2008. Segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 2008 foram libertados 391 trabalhadores no Paraná, contra 130 ocorrências no ano anterior (VALLE, 2009).

3.4.6 A questão do trabalho infantil

Para aqueles que creem que o desenvolvimento econômico é sinônimo de bem-estar isso se configura em um tremendo engano. No mundo capitalista, o desenvolvimento econômico não se transforma em progresso humano, no sentido de emancipação da organicidade que se mantém com a natureza. Apesar de todo o conhecimento que se tem e a tecnologia e produção que seriam capazes de permitir condições dignas de se viver, o processo de acumulação e centralização da riqueza não permite que todos tenham acesso à produção social. Dessa forma, o trabalho degradante, como anteriormente foi descrito, e o trabalho de crianças e adolescentes continuam fazendo parte do nosso cotidiano, mesmo em um período de aceleração do progresso econômico que, ao invés de diminuir o trabalho infantil, o aumenta em alguns setores da economia.

Apesar de ser proibido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13/07/1990, a utilização do trabalho infantil amplia-se no Brasil. A lei permite o trabalho somente a partir dos 16 anos com a devida proteção que essa idade requer, proíbe atividade considerada perigosa para 16 a 18 anos, mas isso não é suficiente para erradicar o trabalho nessa idade, e muito menos para evitar que ele continue aumentando. O próprio IBGE põe como População Economicamente Ativa crianças a partir de 5 anos de idade, o que deveria considerar como trabalho infantil, uma anomalia perante a lei. O Instituto oficial de pesquisa trabalha esse dado como normalidade, não considerando como uma ilegalidade. A lei 2.097/2000, considerada a lei da aprendizagem, estabelece o trabalho como instituto legal a partir dos 14 anos, por um período de dois anos. Conforme dados do próprio IBGE, de 2004 a 2005, o trabalho infantil cresceu 10,3%. De acordo com especialistas, o trabalho traz perigo à segurança física e psicológica, ao desenvolvimento pleno das crianças

e dos jovens. Segundo o PNAD, o trabalho infantil no Brasil é recorrente em várias regiões do país; no nordeste principalmente, embora na região sul também ocorra, mesmo sendo uma região economicamente desenvolvida. Ele tem maior incidência nos trabalhos agrícolas e nos trabalhos informais urbanos.

No início de 1990, o emprego ilegal de crianças nas grandes indústrias, como usinas de açúcar, chegou a ser principal preocupação. A pressão do mercado internacional e o desenvolvimento de uma rede de proteção instituída pelo ECA fez com que, de certa forma, as empresas recuassem. Porém, o trabalho infantil migrou para outras frentes da economia, que, como afirma Leonardo Soares, diretor do Departamento de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, agora no do setor informal. É aí que reside o problema comandado pela grande indústria, que se utiliza do trabalho terceirizado e contrata a família inteira para o serviço, inclusive com o trabalho de filhos menores, como por exemplo, na indústria calçadista (LEITE; COLLUCCI, 2005).

Ao observarmos os dados apresentados pelo IBGE, que considera a PEA a partir de 5 anos, notamos que há uma diminuição do trabalho infantil. Segundo o Instituto, isso acontece por conta das políticas públicas de transferência de renda, como por exemplo a Bolsa Família, que vem retirando as crianças do trabalho, bem como o aumento na rigidez da fiscalização do trabalho tendo por base o ECA. Pode-se observar, na Tabela 13, que há uma redução de até mais da metade, segundo a PNAD, de crianças trabalhando, de 5 a 9 anos, mais precisamente, -50,87, e na faixa etária de 10 a 17 anos, a redução foi de -29,47. Mesmo com esses dados, que apontam para uma redução na utilização da força de trabalho infantil, se fizermos a comparação por meio de números relativos, o trabalho infantil continua com índices muito altos em comparação com a população economicamente ativa ocupada de 18 anos ou mais. Esse universo da PEA Ocupada 18 ou mais foi de 81.941.429, em 2005, enquanto que PEA ocupada de 5 a 17 foi 5.451.438, em 2005. O percentual se aproxima dos 7% de utilização de trabalho infantil no Brasil.

Tabela 13 – Evolução do Trabalho Infantil. Série histórica: 1992 a 2005

ANO	PEA Ocupada 5 a 9 anos	PEA Ocupada 10 a 17 anos
1992	616.520	7.806.928
1993	529.335	7.783.056
1995	522.185	7.711.438
1996	–	6.606.454
1997	–	7.656.632
1998	402.016	6.246.253
1999	375.376	6.117.919
2001	296.705	5.185.810
2002	280.228	5.158.327
2003	208.931	4.842.417
2004	252.050	10.331.670
2005	302.891	5.148.547
Varição 1992-2005 %	- 50,87	- 29,47

Fontes: IBGE – PNADs de 1990, 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Elaboração própria.

Porém, esses dados da estatística oficial que indicam a redução da utilização do trabalho infantil não correspondem à economia real. Formas veladas de trabalho infantil estão sendo utilizadas no contexto rural por meio da produção agregada pela grande indústria e, no meio urbano, pelas facções, por exemplo. Dessa forma, ao contratar a família para esses tipos de serviço, as empresas exploram também as crianças, por intermédio dos pais, que as põem nas tarefas produtivas.

3.5 AS CONSEQUÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Diante destes dados, uma avaliação da conjuntura atual exige uma análise histórico-longitudinal para se entender os fatores determinantes das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, para ser possível desenvolver conhecimentos que sejam capazes de entendê-las, tendo em vista as profundas repercussões na vida dos indivíduos e a consequente correspondência nas relações sociais, bem como no meio ambiente. Essas mudanças, que se definem como reestruturação produtiva, caracterizam-se principalmente pela fragilização do núcleo sólido que antes estava estruturado pela oferta de emprego formal, seja ele de forma concreta para alguns ou de forma idealizada nas promessas de sucessivos governantes e políticos funcionais, em suas plataformas de campanhas políticas. A transformação que ocorre atualmente substitui a formalidade do emprego pela informalidade crescente, bem como promove, de um lado, trabalhadores superocupados e, de outro, trabalhadores sem qualquer atividade para ser realizada (ANTUNES, 2006). Essa situação conforma os indivíduos para que suas procuras por emprego reduzam-se quase normalmente a ficarem contentes com um “bico” ou um “*free*”, uma tarefa ocasional de forma muito precária sem qualquer proteção social. Por fim, se, de um lado, observa-se trabalhadores com extenuantes jornadas de trabalho e sobrecarregados com seus salários arrojados, de outro vê-se pessoas sem o que fazer, e sem esperança elas perdem a expectativa de um futuro melhor, muitas vezes sucumbindo ao desalento, estado de desânimo que implica na desistência da procura de emprego, como se pode comprovar com alguns indicadores do próprio IBGE. Essa situação reflete imediatamente na sociedade, transformando-se em problemas que vem comprometendo a própria coesão social.

A reestruturação produtiva, adotada por um grande número de empresas, significa uma nova reconfiguração do processo de produção para extração da mais-valia em conformidade com o processo de acumulação do capital em escala mundial que entrou em crise estrutural,

a partir dos anos 70 (MÉSZÁROS, 2002, ANTUNES, 2000) Essa reconfiguração decorre da desestruturação do mercado de trabalho internacional e nacional, repercutindo imediatamente na divisão social do trabalho com diferenças regional, rural e urbana, bem como diferenças significativas de salários e de empregabilidade de gênero, raça, faixa etária e entre países. Essa inovação no processo de produção, Marx (1988b) define como uma das formas para extrair *mais-valia relativa*, estratégia adotada pelos capitalistas individuais para diminuir o tempo de *trabalho necessário* e, conseqüentemente, aumentar o tempo de *trabalho excedente* para maximizar a *mais-valia* na obtenção de maior lucratividade por meio da *intensificação* e da *expansão* do trabalho precário, diminuindo gastos de composição orgânica do capital. Com isso, o dono ou o gestor da empresa tem duas opções para aumentar o tempo de trabalho excedente para, como capitalista, obter maior lucratividade por meio do trabalho mal pago: uma, por meio da *intensificação* da produção com a mesma jornada de trabalho, tornando mais eficiente o processo produtivo, utilizando-se de diversos mecanismos de organização parcelares e estímulos aos trabalhadores propiciados pelo conhecimento da administração científica da produção e, associando a isso, a incorporação de novas tecnologias de informação e automação; e, outra, utilizando-se do recurso da expansão da jornada de trabalho por meio de horas extras pagas formalmente ou não, para não contratar novos empregados ou exigindo trabalho, além da jornada normal no emprego informal, que ganha dimensões alarmantes nesse período neoliberal no país e, por meio de negociação governamental, institui os *bancos de horas*, que é definido como *mais-valia absoluta*.

A redução significativa de postos de trabalho formais e informais, decorrente da reestruturação produtiva, impacta diretamente na correlação de forças entre patrão e empregado, fragilizando a resistência local da classe trabalhadora diante desse processo que se torna mais agudo em escala mundial. Dessa forma, não tendo, de imediato, outras saídas, os trabalhadores se veem coagidos a se submeter à intensificação e ampliação do trabalho para manterem seus empregos, que se tornam cada vez mais precários; bem como prorrogam sua jornada de trabalho em outros empregos para manter seu salário ou para

recompô-lo, devido ao aviltamento que ele sofre nesse processo de reestruturação produtiva que acirra a concorrência entre os próprios trabalhadores por postos de trabalho, tornando precárias as dimensões sociais da vida individual e coletiva. Nesse cenário, outra característica que também se observa é que há uma ilha de trabalhadores melhor remunerados em um oceano que se amplia assustadoramente composto de trabalhadores mal remunerados, constituído de desempregados, subempregados, subcontratados via terceirização, escravos e força de trabalho infantil. Dessa forma, são excluídos do acesso à produção social, e a um mínimo necessário à sobrevivência. Estes acabam padecendo na fome e na miséria que ampliam o contingente de favelados que cresce desde 1970, principalmente nos países de terceiro mundo que sofrem do processo de desenvolvimento capitalista *desigual e combinado*. Esse cenário também vem se ampliando com a incorporação de novos favelados constituídos pelas classes de trabalhadores de outros países do mundo, sob os efeitos da globalização da política macroeconômica neoliberal, o que levou Davis Mikea a dar o título ao seu livro de “*Planeta Favela*” (2006).

A ampliação da concorrência devido à evolução do mercado capitalista, hoje em escala mundial, com as consequentes transformações facilitadas pelo uso de novas tecnologias de informação e automação e a redefinição na divisão social do trabalho, constituem-se em fatores que forçam as empresas a agirem no sentido de mudar suas estratégias de produção para se fortalecerem e disputar o aguerrido mercado mundial com mercadorias a preços mais baixos. Foi o que Mézáros (2002) definiu como incontrolabilidade do capital e a impossibilidade de reunir as esferas da produção e consumo, produção e distribuição, e produção e realização. A reestruturação produtiva levada a efeito a partir dos anos 90, no Brasil, impôs a lei da concorrência de forma inexorável, determinando a flexibilização do processo produtivo nacional, o que implica necessariamente mudança da forma da empregabilidade da força de trabalho, caracterizada com a redução salarial e nas condições materiais onde o trabalho é realizado. Essas mudanças têm como objetivo a redução do custo da produção de mercadorias para, ao mesmo tempo, manter o lucro privado, que só se viabiliza por

meio da extração da mais-valia no momento da sua produção e na sua respectiva realização com a venda na esfera da circulação.

O aumento da exploração dos trabalhadores no momento da produção configura-se como a única forma de se obter o barateamento da mercadoria e as vantagens para disputar a concorrência que se acirra no mercado global. Essa nova racionalidade produtivista, por meio da flexibilização do processo produtivo, aparece como consequência da intensificação da exploração dos trabalhadores. Portanto, essa forma não é novidade, pois se trata da saída clássica do modo de produção capitalista para manter seu imperativo da acumulação, que só se efetiva na sua autovalorização por meio da subsunção real e formal do trabalho ao capital (MARX, 2004).

Partindo desse ponto analítico, observa-se que a acumulação na ordem neoliberal se traduz diretamente na reestruturação produtiva que estamos presenciando, atinge outras dimensões no processo de produção econômica e se eleva nas relações de classe, originando daí o aprofundamento dos antagonismos e os conflitos de classes sociais. A reestruturação produtiva caracteriza-se principalmente pela flexibilização da forma adotada de utilização do emprego da força de trabalho e a sua conseqüente precarização que é levada ao extremo, bem como a extensão da utilização da tecnologia de automação e comunicação na planta e cadeia produtiva. Essas são as principais características da reconfiguração do processo produtivo que adquire esse atual método de *acumulação flexível*, como David Harvey denominou no seu livro *A Condição Pós-Moderna* (1992).

Mais do que nunca, e com a incorporação intensiva da ciência e da nova tecnologia no processo de produção e principalmente dos novos métodos de gestão científica flexível da produção, a exploração se aprofunda e as contradições de classes ficam mais evidentes, recebendo os seus contornos em duas classes sociais com dimensões mundiais, em decorrência do fim do processo geográfico expansionista do sistema do capital. Além disso, explicita o papel importante do Estado nesse processo de acumulação e centralização capitalista, transparecendo de vez a sua função política para atender aos interesses econômicos privados, portanto de classe, como bem definiram Marx

e Engels no “*Manifesto do Partido Comunista*” (1977), quando eles afirmaram que “*a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (1977, p. 23, grifos nossos). Exatamente o contrário do que é difundido pelas instituições burguesas e os defensores da ordem da neutralidade do Estado como mediador harmonioso de classes, se observarmos os dados anteriormente apresentados.

A partir dos anos 1990, o mercado interno começa a se alinhar de forma mais abrangente às diretrizes do mercado mundial com a abertura econômica para atrair investidores internacionais, mas para isso precisou reestruturar o mercado de trabalho com uma desestruturação daquilo que poucos trabalhadores tinham alcançado. Por isso, todos se viram diante da flexibilização das relações de produção. O novo padrão de desenvolvimento imposto pelo mercado mundial e levado a efeito pelos capitalistas nacionais contribui para mudar as formas e adequar os novos mecanismos de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho por processos cada vez mais precários, como o emprego informal, sem qualquer proteção social. Esse processo de inserção precária na cadeia produtiva contribui para que os laços na relação trabalhista sejam mais frágeis, implicando na redução do tempo de permanência no emprego e na sua consequente rotatividade que impactam diretamente nas percepções dos trabalhadores em relação às expectativas de futuro para suas vidas.

Uma das consequências da flexibilização do emprego resulta na regressão dos direitos trabalhistas e no retrocesso da proteção social arduamente conquistados pela classe trabalhadora, principalmente, ao longo do século XX, no período do pós-guerra, que tinha estabelecido de vez a partilha geográfica dos impérios econômicos fortemente tutelados pelos estados hegemônicos. A disputa entre duas potências econômicas e políticas (EUA e URSS), ao longo de sete décadas na chamada *Guerra Fria*, e a organização mais forte dos trabalhadores em sindicatos de classe obrigou os Estados hegemônicos do Ocidente a avançarem nos direitos trabalhistas e sociais, no que ficou mundial-

mente conhecido como o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, baseado nos princípios da socialdemocracia liberal reformista keynesiana. Às vezes cedendo e/ou fazendo concessões à classe trabalhadora, os Estados de capitalismo avançado, tutelados pelo capitalcracia, estrategicamente, com essas ações conseguiram evitar contestações mais ampliadas e ideologicamente prometiam os mesmos direitos aos países periféricos, fazendo-os crer que o desenvolvimento econômico capitalista seria o caminho para uma melhor redistribuição da produção social, com o cínico slogan “*primeiro crescer para depois distribuir*”. Dessa forma, garantiam as bases para o processo expansionista do Sistema do Capital que se finda com a chamada globalização (MÉSZÁROS, 2002), simbolicamente representada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, que põe por terra a experiência do tipo soviética, que não conseguiu ir além de um *Capitalismo de Estado*.

Dessa época em diante, a ideia de que *não há alternativa* parece se consolidar e o livre mercado ganha espaço como se fosse de ordem natural e a única economia política eficaz para gerar o progresso econômico. As contestações recuam, os críticos de esquerdas são ridicularizados e o desalento toma forma de regressão da crítica em relação ao *establishment*. Porém, isso não dura muito tempo, a realidade concreta vem se mostrando bem o contrário do que está sendo defendido pelos ideólogos da classe hegemônica que se beneficia dessa situação. Há que se entender que a desregulamentação econômica só vem sendo possível devido à capitalcracia que estrutura o Estado, e este regula e/ou desregula a favor da acumulação privada e não da social. É esse estágio avançado do capitalismo, na configuração que adquire o capital financeiro globalizado, com poder de mando total e sem quaisquer amarras, se tornando o capital mais beneficiado – juntamente com o capital industrial – com essas mudanças, de acordo com os dados aqui apresentados, sem qualquer vínculo social ou controle social, o que Mézáros (2002) define como um dos aspectos da *incontrolabilidade do sistema do capital*.

O reflexo da produção antissocial que advém do sistema do capital de aspecto destrutivo implica na reestruturação da produção econômica, que está destruindo direitos trabalhistas e sociais de forma

intensiva e ampliada, atingido parcela cada vez maior de trabalhadores da cadeia produtiva nacional e internacional, bem como se estendendo aos setores primário, secundário e terciário da economia. As mudanças no emprego, com a generalização da terceirização e, em seguida, a sua consequente quarteirização, contribuem para que o conjunto de direitos, adquiridos por meio da organização sindical e política dos trabalhadores, se percam pela diluição da organização que partia do chão da fábrica. A desregulamentação da relação entre capital e trabalho, realizada pelo governo de FHC, contribuiu para que a reestruturação das plantas de produção das indústrias no Brasil atingisse seus objetivos neoliberais, com a dispersão da organização da classe trabalhadora. Assim, teve como consequência a retração da ação sindical pela dispersão provocada dos trabalhadores, por meio da estratégia tomada pelos gestores da produção flexível que adotaram a terceirização, significando a pulverização da produção em pequenas fábricas, muitas vezes criadas por ex-empregados que se tornavam patrões. Essas atividades realizadas, antes reunidas nas indústrias, eram em locais que aglutinavam grandes contingentes de trabalhadores, o que facilitava suas organizações políticas. A taxa de sindicalização no país, entre 1992 e 2002, caiu 17,8%, de acordo com pesquisa realizada por Pochmann, a pedido do SINDEEPRES (Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros) (SINDICATOS..., 2007). Por outro lado, devido ao processo de terceirização, os índices de sindicalizados nesse setor vem aumentando no país, constata essa mesma pesquisa (ROLLI, 2007). Com a terceirização, essa estratégia capitalista foi decisiva para a fragilização do movimento sindical livre e combatente e oportunizou a insurgência do *sindicalismo de resultados* no Brasil, muitas vezes agindo de forma atrelada aos sucessivos governos neoliberais.

A crise dos anos 70 implicou a necessidade de o sistema do capital redirecionar o processo de acumulação e a pragmática econômica e política neoliberal foram adotadas para tentar reconverter esse quadro de crise estrutural que se pronunciava. No Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso levou a cabo uma profunda e alargada privatização das empresas estatais, bem como a desnacionalização da

economia, abrindo de vez as portas para a exploração, pelo capital financeiro e industrial internacional, dos recursos naturais. Exemplos significativos disso foram as privatizações da mineradora Cia. Vale do Rio Doce e da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). No campo social, após os ajustes neoliberais, a imposição do ajuste fiscal foi sua sequência, com o intuito de cortar despesas com políticas públicas de saúde, previdência e assistência social e, dessa forma, legalizar, o que antes era prerrogativa do Estado, a ampliação da prestação desses serviços de forma privada, ou seja, transformá-los em mercadorias. Com essas medidas adotadas, Fernando Henrique Cardoso põe em prática o que Florestan Fernandes, em suas análises, havia observado, e assim o ex-presidente fez o país render-se de vez ao poder econômico e político do capital internacional.

No que diz respeito à economia política mundial, de uma economia regulada principalmente pelos Estados hegemônicos, passou a uma economia também regulada pelas empresas privadas monopólicas, oligopólicas e desnacionalizadas, cada vez mais deslocadas das necessidades básicas da sociedade. Chesnais denominou de “regime de acumulação mundial predominantemente financeira” (CHESNAIS, 1996), que atua hoje globalmente, explorando diversas nações onde a força de trabalho permite maior extração de mais-valia e onde, durante o processo de expansão do sistema, a classe trabalhadora dessas nações não alcançou organização política para se contrapor ao capital. Sem compromisso social, desmontam-se as estruturas clássicas da acumulação anterior, substituindo-as por um novo modelo de acumulação sem qualquer compromisso com a população nacional. Ao invés de fazer inclusão, provoca paulatinamente a exclusão de milhões de trabalhadores do acesso ao consumo, potencializando a contradição fundamental entre trabalho e capital.

Diante desses fatos, a reestruturação produtiva que exige a flexibilização das leis trabalhistas conduz à precarização do trabalho nas formas aqui elencadas e estas contribuem para aumentar ainda mais a exploração dos trabalhadores, levando-os à exaustão física e a transtornos emocionais, traduzidos em doenças e mortes por exaustão no processo de trabalho.

AS CONSEQUÊNCIAS DA INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO HUMANA PELO SISTEMA CAPITALCRÁTICO:

A INTERDIÇÃO DO SUJEITO COMO CONDIÇÃO E LIMITE DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho sob a administração capitalista manifesta suas consequências em diversas dimensões sociais e individuais. Os problemas decorrentes de sua subsunção formal e real pelo capital repercutem na forma de organização cotidiana do trabalho, no meio rural e urbano. Na dimensão social, sob as precárias condições sócio-econômicas da classe trabalhadora, a qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros vem piorando paradoxalmente em comparação ao progresso econômico. As mazelas sociais que se caracterizam pela falta de acesso à moradia, alimentos, bem como acesso aos direitos individuais e sociais fundamentais, e a violência urbana e rural, que aumentam vertiginosamente, demonstram a impossibilidade de o sistema do capital ser o melhor modo de produção e distribuição econômico-social se observamos os dados que seguem e o significativo aumento das forças produtivas.

No que diz respeito à dimensão individual, os problemas decorrentes afetam diretamente a qualidade da existência física e emocional dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, principalmente. Os trabalhadores cada vez mais são expostos às doenças e mortes decorrentes do processo de trabalho; agravando-se ainda mais neste período neoliberal que está sendo estudado, como apontam os dados estatísticos aqui coletados e analisados. Uma análise sociológica de dimensão política requer estudo aprofundado e amplo, contextualizando a gestão capitalista da produção, que insere o indivíduo diretamente na planta de uma fábrica e o põe a produzir mercadorias; e, também, a gestão social dessa produção, que dita o modo de ser e de viver socialmente de uma sociedade dividida em classes sociais assimétricas.

Além dos problemas sociais que decorrem da acumulação capitalista e da centralização contínua da riqueza em poucas mãos promovida pelo progresso econômico, esse estado de coisas exaure não só o meio ambiente, como ficará demonstrado no próximo capítulo, mas também leva à exaustão as pessoas que pertencem à classe trabalhadora devido à precarização do trabalho a que estão submetidas, se agravando pela orientação da pragmática econômica neoliberal. Assim, reflete diretamente na saúde dos indivíduos que foram simplesmente transformados em recursos humanos, na linguagem científica mais atual da gestão capitalista. Dessa forma, o sistema do capital, ao mundializar-se enquanto um império, ultrapassa o limite da exploração quando submete ao aniquilamento os próprios recursos por ele explorados, bases de sua acumulação. Esta analogia de Hinkelammert é muito esclarecedora sobre o que significa ultrapassar tal limite, tendo em vista, respectivamente, a dimensão individual, social e ambiental:

Quando o torturado morre, sabemos que passamos do limite.

Quando as relações humanas já não resistem, sabemos que passamos do limite do suportável.

Quando a natureza é destruída irreversivelmente, sabemos que passamos do limite (2007, p. 361, grifo do autor).

De modo geral, o que se observa, é que o progresso econômico administrado pelo sistema do capital não se transforma em progresso da humanidade, mas sim em sua própria decadência e ruína.

4.1 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DA EXPLORAÇÃO HUMANA NO PROCESSO DE TRABALHO: AS MAZELAS SOCIAIS URBANAS E RURAIS

Como escreveu Sweezy no prefácio do livro de Braverman:

E quando penso em todo o talento e energia que diariamente são canalizados de modo e meios deliberados para tornar maior seu sofrimento, tudo em nome da eficiência e produtividade, mas de fato para a maior glória do deus capital, meu espanto ante a capacidade da humanidade para criar um sistema tão monstruoso só é ultrapassado pelo estarecimento ante sua disposição a tolerar a continuação de um dispositivo tão evidentemente destrutivo do bem-estar e felicidade dos seres humanos (SWEETZY, 1980, p. 12).

De fato, Sweezy tem razão. A lógica da produção capitalista, como há muito tempo vem sendo denunciada por Marx e Engels, destrói os seres humanos e o meio ambiente no processo de trabalho e, ainda, não permite que todos e nem a maioria da população, seja ela nacional ou mundial, tenham acesso à produção social. Se algumas classes trabalhadoras nacionais de países hegemônicos, no transcorrer do processo de expansão do sistema capitalista, a ele tiveram acesso, isso só foi possível pela exploração de outros povos e pela rapinagem exercida sobre eles que, por sua vez, transferia para as metrópoles as riquezas produzidas durante o processo de colonização, do conseqüente neocolonialismo e do imperialismo hoje vigente. Com esse cenário se explica os patamares que atingiu uma parcela dos países ocidentais, tais como alguns países europeus e da América do Norte, e outros países orientais, na expressão de *desenvolvimento combinado e desigual*, como escreve Marx. Por outro lado, nesse processo, a exploração de países se deu de forma profunda, como o caso dos países africanos nos

quais suas populações foram submetidas ao trabalho escravo em um momento de forte ascensão do capitalismo, sendo capturados e trazidos por via marítima aos países do continente americano, tendo ainda os seus recursos naturais pilhados. Hoje, essas nações ainda sofrem as consequências desse processo com guerras civis permanentes e a fome que assola o continente.

A África é o símbolo histórico da exploração e da degradação levada a efeito pelo sistema capitalista. As vítimas do capital são inúmeras e continuam em números alarmantes em decorrência da exploração no processo de produção, bem como vítimas resultantes de guerras para manter sua expansão e a concentração de riqueza para os personificadores do capital. O capitalismo, enquanto um modo de produção econômica, desde sua origem, vem causando muitas vítimas em todas as regiões que coloca sob seu domínio. Seu processo expansionista, enquanto império, não respeita culturas locais, os povos aborígenes e nem o meio ambiente. Na história, analisada a partir de sua expansão e acumulação contínua e ampliada, observa-se que genocídios foram praticados, guerras foram realizadas e ditaduras foram efetivadas, ideologicamente defendidas em nome da pseudo-democracia. Contudo, o que sempre estava por trás era a ampliação do livre mercado em escala mundial para garantir lucros à burguesia, com suas corporações industriais, empresariais e financistas que, hoje, configuram-se em um império do capital, um sistema capitalcrático, que recebe os contornos de uma *ditadura econômico-política*.

O conjunto desses indicadores, que configuram a intensificação e a ampliação da precarização estrutural das condições de trabalho deteriorado, resulta em inúmeras mazelas sociais a que são submetidos números elevados de trabalhadores. A penúria vivida pelos desempregados ou subempregados dá o contorno da degradação e condição de vulnerabilidade que se aprofunda diante da crise estrutural do capital. Engels foi um dos pioneiros a mostrar empiricamente a situação da classe operária na Inglaterra, as suas condições de vida decorrentes da produção sob administração do sistema do capital. Ele percebeu que, enquanto os capitalistas enriqueciam, os trabalhadores viviam em condições miseráveis. No Brasil, essa situação não é diferente, se

compararmos os dados apresentados. Muitos trechos de sua obra parecem fazer análises de nosso país em pleno século XXI. A tese sempre defendida pela classe hegemônica e por seus intelectuais orgânicos é *primeiro desenvolver para depois distribuir*, mas isso não se confirma ao observarmos as estatísticas oficiais de institutos de pesquisas governamentais e de instituições multilaterais.

Mesmo tendo crescimento econômico, com a apropriação privada, os indicadores sociais brasileiros apontam a manutenção e até o agravamento da situação do desemprego e de empobrecimento da classe trabalhadora, permanecendo o país como um dos maiores concentradores de renda do mundo. O Brasil recebeu mais uma vez destaque negativo em estudo feito pelo BIRD (Banco Mundial), em 2005. Nesse estudo, o país foi apresentado como um dos mais desiguais do mundo e envolto no que a instituição chamou de “*inequality trap*” (armadilha da desigualdade). Segundo o BIRD, o Brasil só fica numa posição melhor se comparado a quatro países africanos: Suazilândia, República Centro-africana, Botswana e Namíbia. Dessa forma, os paradoxos do sistema hoje se revelam e a economia cresce, fenômeno caracterizado de *jobless growth*, ou seja, crescimento sem emprego, e com ela a miséria e a destruição ambiental e humana.

No que diz respeito à qualificação profissional, os dados indicam o contrário do que comumente vem sendo defendido pela ideologia dominante. Os índices de empregabilidade não aumentam com a qualificação, acontece um fenômeno contrário em relação a essa variável. O empresariado está contando com uma força de trabalho mais qualificada, porém está pagando salários menores. As consequências desses contornos dados pela desqualificação da relação de empregos manifestam-se na impossibilidade de milhares de trabalhadores terem acesso ao consumo elementar, caracterizado pelo aumento da pobreza e da fome, bem como em morte, doenças físicas e distúrbios emocionais.

De acordo com dados da PNAD, de 2004, foi constatado que 72 milhões de brasileiros, ou seja, 40% da população do país, estão em situação de insegurança alimentar, não têm garantia de acesso à comida em quantidade, qualidade e regularidade suficiente. Desse total, 14 milhões passam fome. Segundo Márcia Quintslr, coordenadora de Traba-

lho e Rendimento do IBGE, entrevistada pela Agência Brasil, “a fome é considerada a mais severa manifestação da insegurança alimentar” (IBGE..., 2006). E ainda, “o fato de o indivíduo preocupar-se com a falta de dinheiro para adquirir alimento suficiente para os próximos dias, já caracteriza uma condição de insegurança alimentar, que se agrava passando por vários estágios” (IBGE..., 2006). Tendo por base essa constatação de pesquisa feita por um Instituto Oficial, a situação atual demonstrada pelos altos índices de desemprego, subemprego e trabalhos temporários indicam que essa situação deverá se agravar ainda mais.

Marx, por ocasião do lançamento da Associação Internacional do Trabalho, fundada em 28 de setembro de 1864, apontava: “Trabalhadores: É um fato incontestável que a miséria das massas trabalhadoras não diminuiu entre 1848 e 1864 e, não obstante, esse período não tem paralelo no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria e à expansão do comércio” (1977, p. 313). Como se vê, a concentração da riqueza é corolário do produtivismo capitalista.

Diferentemente do que sustentam os ideólogos do livre mercado e da desregulamentação total da economia, os indicadores sociais não sustentam suas teses. Apesar do crescimento econômico que o capitalismo promove, não significa que se transforma em melhoria de qualidade de vida para a população. Mesmo em países de capitalismo avançado a pobreza nunca deixou de existir, salvo algumas exceções, tendo em vista que, pelas regras do jogo da produção econômica, ela favorece o processo de acumulação e a centralização da riqueza socialmente produzida e se torna incapaz de fazer a redistribuição social. Nesse campo da redistribuição, as opiniões dos defensores da ordem se dividem no que diz respeito ao papel do Estado, entre um *Estado interventor e redistribuidor*, baseado no keynesianismo e na social-democracia, e um *Estado Mínimo*, que desregulamenta totalmente o mercado, ancorado no neoliberalismo econômico e político deixando ao livre mercado o estabelecimento das leis de convivência social. Este último defende a ideia de que o mercado é o mecanismo capaz de promover a justiça social, de produção e distribuição. Ambas as teses mostram seus limites diante das leis inexoráveis do mercado e do sistema capitalcrático, que é constituído pelo sistema do capital.

No que diz respeito à tese da socialdemocracia, as políticas públicas acabam tendo um papel de reprodução ideológica, defendendo a ideia de que a intervenção estatal para promover a justiça e igualdade social de qualidade é suficiente para ter êxito. Os dados a seguir comprovam seu limite e os problemas sociais continuam compondo a ordem estrutural e funcional do próprio sistema e a concentração de renda continua sem qualquer possibilidade de controle público.

Segundo Gabriel Ulysea, pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do Ministério do Planejamento, foi demonstrado em pesquisa recente que “apenas 10% da população continua se apropriando de 80% da renda nacional”. A diminuição da desigualdade, algo que o governo tenta demonstrar, as pesquisas não conseguem comprovar. O início da lenda da menor desigualdade no país tem uma só origem, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) realizada pelo IBGE. Nesta reportagem, as pesquisas do IPEA mostram que pessoas que possuem outra renda normalmente não declaram tudo o que ganham, “há 90% de subdeclaração” (ROSSI, 2007). Ainda conforme dados do Instituto, “Os mais pobres tendem a declarar o que de fato ganham”, enquanto os mais ricos não declaram porque querem pagar menos impostos, e sonegam informações quanto à composição de renda advinda da posse de terra, ações, títulos financeiros e outros. Isso leva a crer no mito da menor desigualdade ao comparar-se os reajustes salariais entre as classes. Essa pesquisa também constatou que a participação do trabalho na renda brasileira caiu de 50%, em 1980, para 39,1%, em 2005 (ROSSI, 2007).

O então presidente Lula, em artigo publicado no Jornal espanhol *El Mundo*, em 26 de janeiro de 2005, com o título *Sepultados bajo la ola gigante de la injusticia*, reconhece que a abundância e a injustiça foram marcas do século XX, apesar de nos últimos 40 anos ter sido duplicado o PIB, mas insistiu em dizer que a desigualdade triplicou entre os países centrais do capitalismo, em comparação com os da periferia. Segundo ele, “El 25% de los más ricos consume el 80% de los recursos disponibles, mientras casi 2.000 millones de personas subsisten bajo el umbral de la pobreza, con menos de dos dólares diarios.” (SILVA, 2005). E mais, “Las economías industrializadas gastan 900.000 mi-

llos de dólares para proteger sus fronteras, pero dedican menos de 60.000 millones a las naciones pobres, donde el hambre es la principal arma de destrucción masiva: mata 11 niños por minuto, 24.000 personas por día, el equivalente a un tsunami por semana.” (SILVA, 2005). Ele apresenta o que aqui vem se defendendo acerca do poder econômico e político como sendo um sistema capitalcrático, e o presidente ainda diz que, se continuar assim, a desigualdade persistirá. Segundo seus dados, “El 45% del poder de decisión en el Banco Mundial pertenece a los siete países más ricos. Cinco economías centrales retienen el 40% de los votos en el Fondo Monetario Internacional mientras 23 naciones africanas postradas por el hambre apenas tienen un 1%.” Na realidade, disse Lula que a grande ação renovadora que se espera da democracia deste século é que “realizando la justicia social, traspase la nueva frontera de la soberanía en el espacio globalizado.” (SILVA, 2005). Ledo engano do Presidente, *democracia es imposible en el capitalismo*.

Como podemos observar nestes dados seguintes, um relatório divulgado pelo Centro Internacional de Pobreza, instituto de pesquisa do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), afirma que “27% dos pobres das áreas urbanas do Brasil conseguiram sair da situação de pobreza em dez anos”, mas que 73% ficaram estagnados “em uma situação de pobreza crônica” (EM DEZ..., 2007). O estudo distingue pobreza crônica da pobreza transitória no Brasil. Segundo os autores, “a *pobreza transitória* caracteriza-se essencialmente por um ‘problema de renda temporária’, quando, por exemplo, há desemprego na família. Nesse caso, a condição de pobreza pode ser revertida em um curto período de tempo. Já a *pobreza crônica* pode ser definida ‘por uma situação de desemprego mais duradoura, que ultrapassa dois anos’” (EM DEZ..., 2007). Esses estudos compreenderam o período de 1993 a 2003, e constataram que 73% da pobreza no Brasil caracterizavam-se como crônica. Segundo os estudos, essa “grande proporção se deve, principalmente, a um estado de dependência, ou seja, pessoas pobres, que continuam pobres porque têm um passado pobre, independentemente de suas características pessoais” (EM DEZ..., 2007). E os mais vulneráveis à pobreza crônica são não-brancos, pessoas com menos escolaridades, residentes na região

Nordeste e os trabalhadores informais. Como se observa neste estudo, a oscilação na pobreza possui um caráter superficial, por trás há a pobreza crônica, de caráter estrutural, que o Estado não consegue resolver com suas políticas públicas, tendo em vista as leis estruturais do sistema do capital categoricamente imposto por seu imperativo de acumulação e centralização da riqueza produzida. As favelas nas grandes regiões urbanas espelham essa realidade de pobreza crônica que aumenta em diversos países do mundo.

Segundo estudos do IPEA, baseado na PNAD de 2003, o Brasil possui 53,1 milhões de pobres. O que, ao serem comparados com 180 milhões de brasileiros, em números relativos, significa que 30% da população é formada por pobres, o que se aproximaria de 1/3. Considerando o Programa Bolsa-Família do Governo Federal, o mesmo pretendia atender 44,8 milhões, em 2006. O governo optou “por considerar pobres e indigentes não aqueles cuja renda por pessoa da família não alcança, respectivamente, meio salário mínimo ou um quarto desse valor, conforme o critério usado pelo ‘Radar Social’”, do IPEA. (SALOMON, 2005a) O Programa “Bolsa-Família considera pobres as famílias com renda per capita até R\$ 100, e indigentes, até R\$ 50.”

Até o final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa-Família pretende alcançar 11,2 milhões de famílias pobres. Considerando que cada família tem quatro pessoas, o programa deverá atender a 44,8 milhões de pessoas em 2006. Número menor que os 53,9 milhões de pobres indicados pelo documento do IPEA, com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2003 (SALOMON, 2005a).

Portanto, segundo os estudos do Radar Social do IPEA, para além desse número que o governo pretendia atender com o Bolsa-família, 9 milhões de brasileiros pobres estarão excluídos do Programa. Enquanto o governo considera a família com base de cálculo, o IPEA considerou em seus estudos as pessoas em situação de pobreza no Brasil (SALOMON, 2005a).

No meio rural, a classe trabalhadora enfrenta batalhas sangren-

tas para sobreviver aos coronéis e latifundiários do agronegócio ou do *agrobusiness*. A produção agrícola prioriza a exportação enquanto, segundo dados da PNUD, brasileiros passam fome. Enquanto isso, o governo brasileiro nunca enfrentou o problema da terra no Brasil, fazendo a reforma agrária reivindicada há décadas pelos movimentos camponeses e pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) em especial. Destaca-se aqui o texto de uma das principais lideranças dos Sem Terra, que se refere às consequências sociais e individuais para os integrantes da classe trabalhadora rural brasileira, e que percebe a questão da terra como uma questão histórico-estrutural no país. Tal texto ainda trata sobre o latifúndio, o modelo exportador da agricultura como monocultura e a consequente exploração da força de trabalho escrava, o assassinato de camponeses e indígenas e o importante papel do Estado a serviço desse poder econômico, efetuando a política neoliberal.

ESTAMOS enfrentando um novo momento da luta pela reforma agrária, no qual a agricultura se apresenta numa verdadeira encruzilhada. De um lado, o futuro de mais de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais e das nossas riquezas naturais. De outro, as forças do latifúndio aliadas com grandes grupos estrangeiros que adotaram o modelo agroexportador como única forma de organizar a produção agrícola. O agronegócio dá prioridade às monoculturas em grande escala, por meio da expulsão do homem do campo com a mecanização, do uso de agrotóxicos sem responsabilidade e da agressão ao ambiente. Até matam camponeses e indígenas, como apontam levantamentos da CPT (Comissão Pastoral da Terra). O objetivo é o lucro fácil e o aumento das exportações para sustentar o modelo neoliberal. Isso tem como resultado concentração da terra, riqueza e renda. Consequentemente, aumenta a desigualdade, o número de pobres e o êxodo rural que engrossa as favelas das cidades. Os seus porta-vozes em jornais, nas universidades e até no governo Lula se atrevem a dizer que a questão agrária está resolvida. Sim, têm razão! Está resolvida para garantir os interesses do latifúndio e do capital financeiro. Mas as necessidades do povo brasileiro continuam sem solução. Outros repetem que a democratização da terra é ineficiente. Ineficiente é o latifúndio do agronegócio,

que impede a atualização dos índices de produtividade no país, sobrevive com financiamentos públicos e faz anualmente renegociações para não pagar suas dívidas com os cofres públicos. O modelo agroexportador, que escravizou nosso povo por séculos, também era eficiente -à custa do trabalho escravo. Nos nossos assentamentos, todos têm trabalho, alimentação, moradia e educação para todas as crianças. É a dita ineficiência. A reforma agrária não é apenas uma questão de eficiência produtiva, mas de justiça social e soberania popular. Um novo modelo de produção agrícola implica a derrota do neoliberalismo e da voracidade do capital internacional, que quer controlar terra, sementes, água, mão de obra e o mercado nacional. Temos consciência de que essas mudanças não dependem apenas dos sem-terra, mas de uma grande aliança entre todas as forças sociais do país em torno de lutas da sociedade brasileira.” (STEDILE, 2007)

O genocídio dos primeiros povos da *Abya Yala* (Nossa Terra, em Tupi-Guarani) ainda continua devido aos conflitos no campo, empreendidos pelos fazendeiros do agronegócio. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 76 indígenas foram mortos em 2007, um aumento de 63% em relação ao ano anterior quando foram assassinados 48 índios (NÚMERO..., 2008). Isso sem falar ainda dos incontáveis casos de suicídio que se registram em reservas, como as do Mato Grosso, onde os originários, sem mais esperanças de viverem segundo sua cultura, privam-se da vida como uma forma desesperada de resistência.

4.2. A VIOLÊNCIA DO ESTADO POLICIAL A SERVIÇO DO SISTEMA CAPITALCRÁTICO: O EXTERMÍNIO DE CLASSE

No transcorrer desse processo, que paulatinamente devasta rapidamente as condições materiais de subsistência da maioria da população, aumenta a parcela de pessoas que ficam, cada vez mais, em situação de vulnerabilidade social, sujeitas à miséria, fome, pobreza, precarização da saúde e morte decorrentes de trabalhos degradantes,

insalubres e perigosos, tanto no aspecto físico quanto emocional, como comprovam os dados apresentados a seguir. Dessa situação de vulnerabilidade, os problemas sociais se avolumam e seus efeitos provocam a crise social, que põe sob ameaça a coesão social com o aumento da criminalidade, da violência urbana e dos movimentos contestatórios que se ampliam em diversos países.

Na sociedade, a impossibilidade de empregos razoavelmente remunerados, subcontratações e desemprego impedem os trabalhadores de terem acesso aos bens de consumo necessários a sua sobrevivência e, com isso, os problemas sociais se avolumam instigando inúmeras convulsões sociais, como o aumento da violência urbana e rural, as manifestações de desempregados em diversas regiões do planeta, as contestações durante a realização dos fóruns econômicos, principalmente quando se reúne a organização máxima capitalista, a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a institucionalização da morte sumária pelo Estado beligerante, sob a forma do controle de classe.

O extermínio da classe trabalhadora empreendido pela estrutura política do Sistema do Capital a serviço da estrutura econômica que, aqui, se define como Sistema Capitalcrático, isto é, o poder do Capital, vem ocorrendo de diversas maneiras: no meio rural, o poder do latifundiário com o agronegócio, com a execução dos trabalhadores rurais que lutam pela terra; no meio urbano, o aparato bélico da política como o melhor *inseticida social* e, em ambas as áreas, a superexploração dos trabalhadores na produção objetivando a extração da mais-valia, tendo como consequência a morte e doenças advindas do processo de produção econômica e das mazelas sociais decorrentes.

4.2.1 Exemplo de extermínio de classe nos centros urbanos: a polícia como inseticida social

Diante dos problemas sociais que se avolumam devido à concentração da riqueza, o sistema capitalcrático tenta intimidar, conter e liquidar as contestações usando do aparato judicial para criminalizar a pobreza e os movimentos sociais, como está em ênfase hoje em dia, e o aparato repressor policial e militar letal do Estado que se utiliza da

violência institucional para fazer uma verdadeira extinção de classe, conforme demonstram os dados apresentados pelo Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais (RELATÓRIO..., 2007).

Na introdução, diz o Relatório:

A partir de uma cartografia da violência institucional do Estado brasileiro, vemos que o valor da vida e da dignidade de uma determinada parcela dos cidadãos (que podem ser recortados por sua etnia, faixa etária, classe social e geografia urbana e rural) está se tornando “descartável” pelas estratégias gerais das políticas governamentais do país. Hoje o Brasil lidera o ranking mundial nos índices de homicídio de jovens devido a armas de fogo, o Rio de Janeiro abriga a polícia que mais mata no mundo, há inúmeras denúncias de práticas regulares de tortura tanto no sistema prisional quanto no sistema sócio-educativo, e cada vez mais o regime político brasileiro desenvolve e aprimora um projeto militarizado de segurança pública. (RELATÓRIO..., 2007, p. 2)

Os dados apresentados por esse Relatório mostram que o número de gente morta pela Polícia no Estado do Rio de Janeiro, além de ser alto, tem crescido assustadoramente nos últimos anos e a maioria dos casos acontece na região metropolitana. A projeção para 2007, ano da elaboração do relatório, indica que o número de civis mortos pela polícia deverá ultrapassar os 1.300 e são ironicamente definidos pelas polícias como “Autos de Resistência”. O total desse período levantado, com a projeção de 2007, poderá ultrapassar 8.267 pessoas mortas pela polícia que, segundo o relatório, é “uma cifra superior à taxa global de homicídios em muitos países de tamanho semelhante, e de países em situação de guerra.” Portanto, alto índice de letalidade da polícia (RELATÓRIO..., 2007, p. 8). Diz o relatório que todos esses homicídios tradicionalmente vêm sendo considerados *uma externalidade do trabalho policial e não como uma dimensão central*. A falta de reação social às execuções contribui para a impunidade desses atos ilegais e os segmentos populares apenas se manifestam dizendo que são “trabalhadores e não bandidos” (RELATÓRIO..., 2007, p. 11).

Tabela 14 – Execuções sumárias realizadas pela polícia do Rio de Janeiro. Série Histórica, 1998-2007

ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Nº Civis Mortos	397	289	427	596	897	1.195	983	1.114	1.069	694

(*) Dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro referentes ao período de janeiro a junho de 2007.

Fonte: Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, 2007.

Esses números são consequência da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, seguindo os preceitos da *tolerância zero*, que age nos bairros populares de forma ostensiva, desrespeitando os direitos humanos. Pode-se classificar a ação policial como uma atividade de *extermínio de classe*, principalmente nos bairros populares e favelas onde se encontram os excluídos das benesses do sistema capitalista. Os dados acima citados levaram o Coronel Marcus Jardim, Comandante de Policiamento da Capital, a declarar, de forma contundente, que a “*A PM é o melhor inseticida social*”. (TOLEDO, 2008) Essa declaração ocorreu no dia seguinte à operação considerada de sucesso na Vila Cruzeiro, na Penha, zona norte do Rio, onde a incursão do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) rendeu nove execuções de supostos traficantes, quatorze homens foram presos e seis acabaram feridos nesse confronto (TOLEDO, 2008).

4.2.2 O extermínio de classe no meio rural: o agronegócio a qualquer preço

Os conflitos decorrentes de fatores econômicos que atingem dimensões sociais não ficam circunscritos aos centros urbanos. Eles aparecem também de forma violenta nas regiões rurais do país. Os conflitos no campo, devido ao agronegócio, aos latifúndios e a nunca realizada reforma agrária, aumentam nesse período neoliberal, conforme podemos perceber nesses dados que compõe a pesquisa, em série histórica, realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tabela 15 - Evolução dos conflitos no campo – Série História 1997-2006

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	195	152	277	174	366	495	659	752	777	761
Ocupações	463	599	593	390	194	184	391	496	437	384
Acampamentos					65	64	285	150	90	67
Total Conf. Terra	658	751	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212
Assassinatos	29	38	27	20	29	43	71	37	38	35
Pessoas Envolvidas	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250
Hectares	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348
Conflitos Trabalhistas										
Ocorrências de Trabalho Escravo	17	14	16	21	45	147	238	236	276	262
Assassinatos				1				2		3
Pessoas Envolvidas	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075	7.707	6.930
Ocorrências de Superexploração e Desrespeito Trabalhista	49	56	28	33	25	22	97	107	178	136
Assassinatos	1	5					2			1
Pessoas Envolvidas	24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos						14	20	60	71	45
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas						14.352	48.005	107.245	162.315	13.072
Outros ***										
Nº de Conflitos	12	279	69	50	129				52	2
Assassinatos		4								
Pessoas Envolvidas	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104				43.525	250
Total										
Nº de Conflitos	736	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657
Assassinatos	30	47	27	21	29	43	73	39	38	39
Pessoas Envolvidas	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801
Hectares	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT (2007).

*** Outros: registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Sindicais, e em Áreas de Garimpo. No ano de 2006 foram registrados somente Conflitos em Tempos de Seca.

Observa-se, nestes dados da CPT, que no período compreendido de 1997 a 2006, em 10 anos de período neoliberal, a ocorrência de conflitos no campo vem aumentando consideravelmente, de 736, em 1997, passa para 1.657 ocorrências em 2006, com um índice de aumento nesse período de 125%. Já especificamente em conflitos nos quais a terra estava diretamente envolvida, o aumento foi de 290%. O número de trabalhadores rurais assassinados pelos latifundiários obteve a média de 38,6 pessoas por ano durante o período estudado, o que mostra a reincidência de proporcional aumento, que chegou a 386 trabalhadores assassinados no período. O número total de pessoas envolvidas foi gradualmente aumentando em sua proporção, tendo a média anual atingido o número absoluto de 4.336.249 pessoas envolvidas. Outro dado que esta pesquisa apresenta, e que chama a atenção, é o aumento de conflitos diretamente relacionados à disputa da água. Esta é uma luta que se expressa também em outros países da América latina, como na Bolívia, Equador e Honduras, onde este bem social estratégico vem sendo privatizado.

No que diz respeito às relações trabalhistas, observa-se o aumento vertiginoso da ocorrência de trabalho escravo no campo. Em 1997, o número constatado foi de 17 ocorrências, aumentando significativamente para 276, em 2005, e 262, em 2006, respectivamente. Ao comparar o início e o término da série histórica, o aumento de ocorrências foi de 1.441%, o que envolveu ao todo, em números absolutos, nos dez anos, 40.122 trabalhadores rurais em condições análogas a de trabalho escravo. Este estudo também apresenta a ocorrência de superexploração e desrespeito às leis trabalhistas dos trabalhadores rurais, que de 49, em 1997, pulou para 136 ocorrências, em 2006, aumentando em 177%. Como se observa, o progresso econômico capitalista, como havia sido constatado por Marx, significa ruína e degradação dos trabalhadores.

Quando se diz também que o sistema capitalista de produção extrapola os limites, é por ele não estar mais conseguindo manter viva a fonte de onde retira seus lucros, ou seja, o “senhor” não consegue mais manter seu escravo. Nas palavras de Marx e Engels no Manifesto Comunista:

Todas as sociedades anteriores, como vimos, se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo. O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevava-se à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais baixo das condições de sua própria classe. O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. É, pois, evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão, pois é obrigada a deixá-lo cair numa tal situação que deve nutri-lo em lugar de se fazer nutrir por ele. A sociedade não pode mais existir sob sua dominação, o que quer dizer que a existência da burguesia é, doravante, incompatível com a da sociedade. (MARX; ENGELS, 1977, p. 30-31)

O sistema do capital extrapola os limites da exploração quando mata e extenua os trabalhadores no processo de trabalho. O modo de produção atual não consegue mais manter escondida sua metodologia de exploração, que desde a origem sempre foi seu fundamento, diante das contradições de classe que se acirram em todo o mundo. As provas que buscamos para confirmar essas teses foram encontradas nas estatísticas oficiais e em pesquisas sobre a precariedade da saúde dos trabalhadores. Com o Estado garantindo a infraestrutura para o acúmulo privado, tornando legal a precarização para oferecer força de trabalho mais barata para a produção de mercadorias vendáveis no campo da circulação do mercado mundial, submetendo a classe trabalhadora a um maior grau de exploração, a exaustão dos

*recursos humanos*¹⁵, assim como dos *recursos materiais* (natureza), também tem seus limites.

4.3 MORTES E DOENÇAS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR: O SISTEMA CAPITALCRÁTICO ULTRAPASSA O LIMITE DA EXPLORAÇÃO HUMANA

Os efeitos da exploração das pessoas no processo de trabalho manifestam-se de diversas formas: mortes, acidentes, doenças físicas e distúrbios emocionais. As consequências da exploração na saúde dos trabalhadores são profundas e observamos o seu agravamento nas estatísticas oficiais. Os *recursos humanos*, ou os atualmente definidos ironicamente como “colaboradores”, estão sendo explorados até a exaustão e essa é a manifestação de que o capitalismo neoliberal extrapolou o limite individual e social, na sua contradição fundamental entre capital e trabalho que se sintetiza na análoga contradição entre economia e sociedade.

A precarização do trabalho não é novidade. Com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XIX, críticos da ordem instituída, como anarquistas e comunistas, denunciavam o processo vilipendiador da atividade humana nas oficinas capitalistas e a relação direta do trabalho precário com a saúde dos trabalhadores. Homens, mulheres e crianças eram submetidos a cansativas jornadas de trabalho, que chegavam a dezoito horas por dia, em locais perigosos e

¹⁵ Cabe inicialmente a ressalva de que a economia deveria estar a serviço dos indivíduos e não esses a serviço da economia, como funciona no sistema capitalista, por isso, neste sistema, os trabalhadores entram no processo de produção como de *recursos*, ou seja, são absurdamente tratados como *recursos humanos*, na nomenclatura preferida dos gestores do capital. Igual tratamento é dado aos recursos materiais. Agindo assim, os administradores científicos do trabalho criam algumas instituições, tais como: departamento de recursos humanos, capacitação de recursos humanos, agência de recursos humanos, recrutamento de recursos humanos, etc. Além disso, a natureza também deveria ser respeitada, pois também ela mostra que suas fontes são esgotáveis e o mal que se faz a ela, faz-se a nós mesmos. Então, lembra-se aqui que ecologia significa o estudo da casa (*oikos* + *logos*, grego). Portanto, devemos saber administrar bem o nosso planeta, a nossa casa.

insalubres, provocando doenças e mortes, como constatou Engels nas fábricas inglesas:

A constante necessidade de inclinar-se e a baixa altura das máquinas, nos dois tipos de trabalho, acarreta em geral um crescimento anormal da estrutura óssea; na seção da fábrica de tecidos de algodão em que trabalhei em Manchester e onde operam as *throstles*, não vi uma só jovem bem constituída e bem proporcionada – eram todas pequenas, atarracadas, disformes, em uma palavra, defeituosas de corpo.

Além de todas essas enfermidades e deformações, há outros fatores que causam grandes danos físicos aos operários. O trabalho em meio às máquinas está sujeito a numerosos acidentes mais ou menos graves, cuja consequência é a incapacidade parcial ou total do operário para seu trabalho. Muito frequente é o esmagamento de uma falange ou mesmo de um dedo; menos comum, mas ocorrente, é metade da mão, a própria mão ou um braço ficarem presos nas engrenagens e serem esmagados. De tais acidentes, mesmo os menos graves, geralmente resulta o tétano, que provoca a morte (ENGELS, 2008, p. 200-201).

Engels também já constatava que, quanto mais os donos das fábricas introduziam máquinas para diminuir os custos da produção, mais se utilizavam do trabalho de mulheres e crianças: “Quanto mais a atividade dos braços e os esforços musculares vêm sendo substituídos, mediante a introdução das máquinas, da força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessita de homens, deslocados por mulheres e crianças que, além de serem mais hábeis que os homens, recebem salários menores” (ENGELS, 2008, p. 179).

A constante pragmática capitalista de investir mais em capital constante e menos em capital variável, que sempre foi o sonho do capitalista para ter cada vez mais lucros com menos pagamento de salários, move-se para sua contradição fatal. Mas, nesse processo de ascensão histórica do sistema do capital, a exploração dos trabalhadores vem sendo uma força ascendente e o progresso econômico, juntamente com os avanços tecnológicos, não contribuem para deixar a ativida-

de genuinamente humana mais prazerosa. O trabalho se converte em malefícios e privações de toda ordem para os verdadeiros produtores, como escreve Marx nesta passagem de seu discurso, feito na festa de aniversário do “People’s Paper” (Jornal cartista que era publicado em Londres, entre 1852 e 1858. Marx colaborou nesse jornal e participou da sua redação (N. da R.). Segundo Marx, a saída deste estado miserável que o capitalismo impõe à humanidade está nas novas forças da sociedade, ou seja, na classe trabalhadora.

Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece só poder brilhar sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. *Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais da nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível.* Alguns partidos podem lamentar este fato; outros podem querer desfazer-se dos progressos modernos da técnica como o fim de se verem livres dos conflitos atuais; outros deve ter como complemento uma regressão política igualmente notável. No que se refere a nós, não nos enganamos a respeito da natureza desse espírito maligno que se manifesta constantemente em todas as contradições que acabamos de assinalar. *Sabemos que, para fazer trabalhar bem as novas forças da sociedade, basta tão-somente que estas passem às mãos de homens novos; sabemos que tais homens novos são os operários* (MARX, 1977e, p. 298-299, grifos nossos).

As contribuições marxianas para a crítica social influenciaram decisivamente na organização política e sindical dos trabalhadores. Dessa época até o momento atual, a organização dos trabalhadores em sindicatos de classe e em partidos políticos contribuiu para a conquista de direitos trabalhistas e sociais. Durante dois séculos avançou-se nesses direitos principalmente nos países centrais, mas a assimetria entre classes sociais e nações perpetua-se, e o neoliberalismo promove a regressão desses poucos direitos, que nem se aproximaram aos patamares que o desenvolvimento econômico atingiu, como se pode observar neste relato da OIT, um organismo interinstitucional e de reconhecimento internacional, que constata que um percentual muito baixo da população mundial tem algum tipo de proteção social. Isso só comprova a contradição dos discursos hegemônicos que insistentemente defendem a ideia de crescimento econômico para a futura distribuição social, o que nunca ocorre.

Apenas cerca de dez por cento da população mundial tem alguma proteção social, embora as necessidades de cobertura venham aumentando. Nos últimos dez anos e especialmente nos últimos cinco, o número de pessoas no mundo que sobrevive com menos de um dólar por dia cresceu significativamente. Em diversos países, menos de 30 por cento dos trabalhadores ocupados no setor formal e informal têm cobertura de seguro de acidente de trabalho. No Brasil, em 1999, esse percentual era de 35 por cento. Esse quadro, combinado com a insuficiência de empregos e o crescente subemprego, é uma preocupação do Governo e da sociedade (OIT, 2006).

Engels, analisando a situação da classe operária na Inglaterra, observou que “todos os vínculos morais da sociedade são destruídos pela transformação dos valores humanos em valores de troca; todos os princípios éticos são destruídos pelos princípios da concorrência e todas as leis existentes [...] são suplantadas pelas leis da oferta e da demanda. A humanidade mesma se converte em uma mercadoria” (ENGELS *apud* TEIXEIRA, 1995, p. 58). Essas transformações atingem principalmente o conjunto dos trabalhadores, se observarmos a situação presente que vem ocorrendo como o processo de des-

truição da proteção social do trabalho em favor do capital.

Os trabalhadores de países que foram colonizados vivem em condições ainda mais subumanas, em comparação com os das metrópoles imperialistas. Esses conseguiram maiores conquistas, durante o processo expansionista, e com sua organização e luta garantiram um sistema de proteção social baseado no Estado de Bem-Estar Social, constituído pelas propostas keynesianas de intervenção do Estado para garantir a redistribuição. Porém, com a crise estrutural do sistema do capital tendo seu marco nos anos 1970, este *bem-estar que parecia ser sólido agora se desmancha no ar* (MARX, ENGELS, 1977). Ele está sendo paulatinamente desmontado, como se observa nos países europeus e nos países do Norte, onde há o aumento dos índices de desemprego, que já deixam de ser um problema somente dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, bem como a diminuição da cobertura de saúde, do seguro desemprego, previdência social, que antes eram prerrogativas do Estado e que o mesmo privatizou com a concepção neoliberal defendendo a eficiência de gestão pelo setor privado.

Se há aumento da exploração dos trabalhadores oportunizado pela pragmática neoliberal, que se concretiza na reestruturação produtiva para aumentar os índices de extração da mais-valia, com impacto direto no trabalho com a flexibilização dos direitos trabalhistas; conseqüentemente resulta na precarização das condições de trabalho a que estão submetidos milhares de trabalhadores brasileiros, fato que se avoluma dia após dia. Sob essas condições precárias, os definidos como recursos humanos, isto é, os trabalhadores, as pessoas que dependem de salários para sobreviverem, vêm sendo exauridas física e mentalmente em maiores proporções. E, assim, quanto mais há o progresso econômico, maiores são os índices de concentração de riqueza e, conseqüentemente, de pobreza e de exaustão, elevando para além do limite de exploração do trabalho a produção de mercadorias, que exaure tanto os trabalhadores quanto também degrada o meio ambiente na incessante extração da matéria-prima para a produção de mercadorias de obsolescência programada e perceptiva.

Em um evento realizado pela Fundação Jorge Duprat Figueire-

do, sobre Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram abordadas as causas da intensificação do trabalho e suas consequências para os trabalhadores. Segundo o que foi apresentado, exigências demasiadas que se aproximam do assédio moral, metas a serem alcançadas em ritmo acelerado e pagamento por produção são algumas das práticas que estão sendo utilizadas pelos empresários brasileiros. Estas exigências que intensificam a produtividade são apontadas como causadoras de doenças desenvolvidas no trabalho. Segundo o relatório da instituição, o tema da intensificação do trabalho não é debatido e as empresas contornam o assunto para não pôr em evidência essa prática. A ergonomista da Fundacentro, Leda Leal Ferreira, lembra que “para o movimento sindical, o assunto não é prioridade diante das duas principais bandeiras das entidades: aumento de salários e manutenção dos empregos” (PYL, 2009). Segundo ela, a instituição ainda não tem definições para medir a intensidade do trabalho, e sugere: “O caminho talvez seja mensurar a carga de trabalho, o esforço necessário para executá-lo, a fadiga do empregado” e “a melhor forma de caracterizar o trabalho intenso é analisar o trabalho e ouvir os empregados” (PYL, 2009). Ela garante que desenvolve seu trabalho ouvindo os trabalhadores há mais de trinta anos e sentença: “Eles estão trabalhando mais do que antes” (PYL, 2009). As causas apuradas da intensificação resultam da política de redução de funcionários, ritmos acelerados da produção, redução da jornada de trabalho mantendo a mesma produção, múltiplas funções destinadas aos empregados e o trabalho por produtividade (PYL, 2009).

4.3.1 Mortes e doenças decorrentes do agronegócio

Neste momento, apresentam-se os altos índices de mortes e doenças decorrentes do trabalho na era da globalização neoliberal. A busca incessante do lucro, derivada da extração da mais-valia para o processo de valorização do capital, vem extrapolando os limites da exploração por levar à morte e ao aniquilamento físico e mental de muitos trabalhadores. Isso é também constatado no campo, quando

as pesquisas apontam que o agronegócio no Brasil é o que tem mais gerado milionários nos últimos tempos, como já mostramos anteriormente, principalmente na produção de etanol, onde a exploração dos cortadores de cana ultrapassa os limites do aceitável.

A produção capitalista permite estes tipos de disparidades bipolares: acúmulo de riqueza de um lado e morte por excesso de trabalho de outro. “Desde 2004, morreram pelo menos 13 cortadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, na sua maioria jovens e migrantes. Ainda que não tenha sido completamente comprovado, há fortes indícios de que esses óbitos ocorreram por causa do excesso de trabalho a que esses trabalhadores rurais são submetidos.” (SUCUPIRA, 2006) Essas pessoas estavam “em condições insalubres, sob sol forte e em ritmo acelerado, muitas vezes eles trabalham por dez a doze horas ininterruptas, já que são remunerados de acordo com a quantidade de toneladas de cana-de-açúcar cortada durante o dia. E é exatamente a esse sistema que muitos atribuem as mortes ocorridas nos últimos dois anos.” (SUCUPIRA, 2006) Em decorrência desses fatos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) disse que empreenderia ações no sentido de proibir, a partir da safra de 2007, o pagamento por produção. Segundo a reportagem, “um dos elementos que levam à suspeita de que as mortes estão relacionadas ao esforço dos trabalhadores são os sintomas bastantes semelhantes nas diferentes histórias: tontura, náusea e desmaio, seguido do óbito”, doença definida por eles como *birola*. (SUCUPIRA, 2006) Esses mesmos sintomas foram relatados por diversos trabalhadores cortadores de cana que chegaram aos hospitais da região, mas não morreram. Além desses graves sinais, outros foram relacionados ao trabalho, como dores na coluna e de outros tipos decorrentes do esforço excessivo a que muitos cortadores de canas estão submetidos. “Esse trabalho penoso, sem as condições mínimas para ocorrer, somado ao pagamento de acordo com a produção, resulta em mortes e afastamento por tonturas constantes ou LER [lesão por esforço repetitivo]. Como o ganho é por produtividade, eles não param para comer, trabalham o dia todo, num ritmo rápido, sem controle de quanto produzem e conse-

quentemente de quanto deveriam ganhar””, explica Mário Antonio Gomes, procurador do Trabalho que integra o grupo formado em novembro de 2005 pelo MPT para investigar as mortes e buscar soluções para o problema nos canaviais (SUCUPIRA, 2006).

A intensificação do trabalho para os cortadores de cana cresceu vertiginosamente, porém isso não se traduz em condições melhores de emprego e renda. Apesar de o setor apresentar progresso econômico, com seus produtos derivados da cana-de-açúcar e a produção de etanol, e ter se tornando um setor ainda mais rico, o mesmo não acontece com os trabalhadores. O que sobra para eles é somente maior fardo de trabalho, se observarmos o aumento da produtividade média de 1950 para 1990, que cresceu 9 toneladas por dia/homem, de acordo com esses cálculos feitos por Alves:

[...] a produtividade média do trabalho no corte de cana, que em 1950 era de 3 toneladas de cana cortadas por dia/homem, no final da década de 1990 e início da presente década atingiu 12 toneladas de cana por dia. Ao cortar esta quantidade de cana, um trabalhador, em média, realiza as seguintes atividades em um dia: caminha 8.800 metros; despende 133.332 golpes de podão; carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg; faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros; faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana; perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada e trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. (ALVES apud AZEVEDO, 2008)

A exploração dos trabalhadores do campo resulta do conflito pela terra, do impedimento de acesso a ela levado a cabo pelos grileiros, pelo processo de expropriação da terra conduzida pelo latifúndio e pela intensificação do trabalho, como demonstra essa avaliação da Pastoral da Terra:

Duas incontestes constatações podem resumir, de forma simbólica, o desequilíbrio que domina o campo brasileiro:

enquanto os latifundiários ligados ao agronegócio fazem todo tipo de pressão para impedir o avanço da proposta de atualização dos índices de produtividade (que poderia facilitar desapropriações para reforma agrária ao invalidar parâmetros definidos ainda na década de 1970 e ainda aguarda deliberação por parte da Presidência da República), a exigência de outra produtividade – a dos chamados boias-frias no trabalho braçal em monoculturas como, por exemplo, a da cana-de-açúcar – aumentou de uma média de oito toneladas/dia, justamente nos anos 70 e 80, para aproximadamente 12 a 15 toneladas/dia nos dias de hoje (HASHIZUME, 2006).

Além desses excessos impostos aos trabalhadores do campo pelo agronegócio, a violência não tem limite contra aqueles que se põem contrariamente a esse grande negócio. A brutalidade no campo, devido aos conflitos por terras envolvendo trabalhadores e o agronegócio, tem causado a explosão do número de mortes em torno de 100%, como revela o Documento da Comissão Pastoral da Terra de 2005. (HASHIZUME, 2006) E, é claro, quem tomba são os trabalhadores.

Em 2005, houve 38 assassinatos diretamente relacionados a conflitos agrários, um caso a menos que em 2004. Em compensação, a lista de mortes indiretas, em consequência de problemas de desamparo enfrentados pelos excluídos do campo, aumentou mais de 100% - de 31 mortes, em 2004, para 64, em 2005. Fazem parte deste último grupo, aliás, as 13 pessoas mortas por excesso de trabalho no interior de São Paulo [...] e o impressionante número de 28 crianças indígenas de até 3 anos de idade que faleceram por desnutrição no Mato Grosso do Sul [...] Outro fato marcante, o assassinato da irmã Dorothy Stang, em 2005, tampouco pode ser considerado uma exceção. Só no Estado do Pará, de 2000 a 2005, foram registrados 97 assassinatos pela CPT. Estendida a toda Amazônia Legal e compreendida ao longo do mesmo período de tempo, a soma sobe para 154 nomes. Uma das principais raízes desse saldo vergonhoso de mortes, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP) e autor de análise sobre a questão da grilagem de terras no caderno, consiste na

deficiência da atuação do Estado (União, estados e municípios), que “não realiza a sua função precípua e primeira” (HASHIZUME, 2006).

Como afirmou Dom Tomás Balduino, representante da CPT: “O governo não quer enfrentar aqueles que se dizem donos das terras”. Todavia, “a prevalência do ‘monstro’ do agronegócio,” ressalva o mesmo, “perpetua a lógica da confirmação dos tombamentos daqueles que foram ‘selecionados para morrer’.” Segundo ele, “Há 30 anos, foi-se o Padre João Bosco Penido Burnier, exatamente 20 anos atrás morreu o Padre Josimo Morais Tavares, o massacre de 19 trabalhadores sem terra em Eldorado de Carajás (no Pará) completou 10 anos [...] e o assassinato da Irmã Dorothy completou recentemente um ano” (HASHIZUME, 2006).

Além dos conflitos no campo que resultam em morte dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora rural, o uso de novas tecnologias na colheita da cana-de-açúcar contribui para a sobrecarga de trabalho dos boias-frias. Essa intensificação do trabalho é a causa de muitas mortes caracteristicamente por excesso de trabalho. Na luta para manter seus empregos, os trabalhadores rivalizam com as máquinas, aumentando seus índices de produtividade, situação propositadamente estimulada pelos usineiros. Segundo Toledo (2005), estima-se que 40 mil trabalhadores que atuam no cultivo e colheita da cana-de-açúcar, em Ribeirão Preto (SP), convivem com a expansão do plantio de forma mecanizada para benefício dos proprietários. Essa situação de esforço extra, que extrapola os limites das condições físicas dos cortadores, está sendo alvo de investigação por parte da ONU (Organização das Nações Unidas) e, também, pela Pastoral do Migrante de Guariba (SP), ligada à Igreja Católica. Essas duas organizações investigaram e acreditam que as mortes dos nove boias-frias, ocorridas desde 2004, foram provocadas pelo excesso de trabalho. Conforme reportagem da Folha de São Paulo, “na década de 90, a região produzia 65 milhões de toneladas de cana. Passou para cerca de 90 milhões na safra passada. No mesmo período, os boias-frias passaram a cortar, em média, 12 toneladas diárias de cana, contra 8 toneladas colhidas na década

de 80.” (TOLEDO, 2005) Estudo realizado pela USP mostrou que, “para cortar 10 toneladas de cana por dia, um trabalhador precisa desferir 9.700 golpes de podão - instrumento usado no corte.” Constata Flávio Luiz Schiek Valente, membro do Comitê Permanente de Nutrição da ONU, que a “situação vivida por eles está próxima do trabalho escravo”. (TOLEDO, 2005) Segundo os ativistas e especialistas que prestam informações a esta reportagem, os atestados de óbito só descrevem a causa da morte do trabalhador, mas não o problema que lhe provocou a morte. “Os boias-frias se sentem pressionados para trabalhar cada vez mais e vivem em condições de alimentação insuficientes. *A raiz do problema é a intensidade da exploração*. Eles precisam trabalhar mais e mais para tentar ter renda” (TOLEDO, 2005). Segundo esses dados, “Cada tonelada de cana-de-açúcar queimada e cortada rende em média R\$ 2,20 ao boia-fria. Um cortador eficiente ganha cerca de R\$ 600 brutos por mês.” (TOLEDO, 2005) De acordo com Inês Facioli, coordenadora da Pastoral do Migrante de Guariba, “os boias-frias saem muito cansados dos canaviais e têm problemas de saúde por isso” (TOLEDO, 2005).

Como se pode observar, a intensificação da exploração dos trabalhadores rurais, levada a cabo pelo agronegócio, de um lado, exaure os indivíduos no processo de trabalho, ultrapassa o limite do suportável na fragilização da saúde dos mesmos, chegando até a morte súbita por excesso de trabalho conhecida como “*birola*”; por outro, como se demonstrou anteriormente, o agronegócio é um dos setores da economia nacional que mais cresceu e que mais produziu milionários. Mas a riqueza crescente tem como custo a morte e doenças dos trabalhadores. Mesmo sendo proibido no exterior, o Brasil importou, até julho de 2008, 6.000 toneladas de agrotóxicos vetados ao consumo nos próprios países onde são produzidos, pondo em risco a saúde dos trabalhadores rurais.

Essas substâncias são usadas para fabricar cerca de cem agrotóxicos utilizados em culturas de frutas, feijão, grãos, batata e café, entre outros. Entre os possíveis efeitos decorrentes da ingestão dessas substâncias, apontados pela

OMS (Organização Mundial da Saúde) e pelas agências da União Europeia e dos Estados Unidos, estão problemas no sistema nervoso, câncer e danos ao sistema reprodutivo. Os mais afetados são os trabalhadores da agricultura, que manipulam diretamente os produtos. Especialistas afirmam que há também risco para o consumidor dos produtos agrícolas. No entanto, ressaltam que, muitas vezes, é difícil estabelecer umnexo causal entre a substância e a doença. (PINHO, 2008)

No Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, que ocorreu no dia 28/04/2007, Siderlei Oliveira, presidente do INST-CUT (Instituto Nacional de Saúde no Trabalho), disse que o Brasil amarga o título de campeão mundial em vítimas de acidentes e doenças do trabalho. São milhares de trabalhadores rurais mortos por intoxicação, por meio de agrotóxicos nas lavouras, e centenas de trabalhadores canavieiros que morreram vitimados pelo ritmo excessivo de trabalho no corte de cana-de-açúcar.

Dia 28 de abril, é o dia de lembrarmos os 32.730.445 (trinta e dois milhões setecentos e trinta mil e quatrocentos e quarenta e cinco acidentes de trabalho registrados no período do ano de 1970 e 2002 ocorrendo 130.755 (cento e trinta mil, setecentos e cinquenta e cinco) mortes. Somente no ano de 2005 ocorreram cerca de 491.711 (quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e onze) acidentes e também o crescimento das doenças e acidentes de trabalho entre jovens e mulheres.

28 de abril, também é dia de lembrar os mutilados das indústrias moveleiras, dos doentes por asbesto (mineral também conhecido por amianto, composto principalmente de silicato de cal e magnésio), dos milhares de lesionados pela LER (Lesão por esforços repetitivos) nos setores bancários e alimentícios. Enfim, um dia de reflexão e de preparação para ações na busca da redução dos acidentes e doenças profissionais no Brasil e no mundo. (OLIVEIRA, 2007)

4.3.2 *Mortes e doenças decorrentes do trabalho urbano*

Segundo a OIT, os acidentes e doenças do trabalho matam em todo mundo em torno de 2 milhões de trabalhadores. Desses, 12 mil são crianças. Em 2003, no Brasil, foram registrados 390 mil casos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Além das doenças convencionais, novas doenças vêm surgindo decorrentes de uso de novas tecnologias e da inovação da gestão flexível do trabalho, que aumenta as exigências de maiores índices de produtividade e contribui, também, para o aumento dos índices de mortes e acidentes no trabalho nesse período de alta intensificação produtivista do trabalho, baseado na política macroeconômica neoliberal.

Novas doenças: ler/dort, burnout, estresse e morte

Recentes pesquisas apontam novas doenças advindas do trabalho com uso de novas tecnologias, tanto físicas como LER/DORT¹⁶, como as de transtornos mentais e emocionais, estresse e *burnout*¹⁷ (esgotamento total), devido à exigência de maior índice de produtividade e responsabilidade por parte dos trabalhadores. Nesse contexto da crise estrutural do capital, no qual a superexploração dos trabalhadores se intensifica, destacam-se duas doenças novas relacionadas ao trabalho que resultam dessa exploração: a LER/DORT e o estresse. Elas caracterizam o que aqui se vem demonstrando, ou seja, quanto maior o progresso econômico, menor é a qualidade de vida dos trabalhadores. Na reestruturação produtiva, com sua con-

¹⁶ LER (Lesões por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

¹⁷ O nome da enfermidade vem do verbo inglês “to burn out” que significa queimar por completo, consumir-se. Foi o psicanalista nova-iorquino Herbert J. Freudenberger que a nomeou no início dos anos 70 como *Burnout* que significa “um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional” (KRAFT, 2006, p. 61-62). Há proximidades com *karoshi* (em japonês) e *gualaoasi* (em mandarim), que significam morte súbita decorrente do excesso de trabalho, que era fenômeno somente circunscrito ao Japão devido à forte cultura do trabalho. Entretanto, uma recente pesquisa realizada na China, devido seu crescimento econômico em 9,5% ao ano, mostra que milhões de chineses estão ameaçados pelo esgotamento acumulado ao tentar acompanhar o ritmo de crescimento intenso da economia do gigante asiático, e o *gualaoasi* passa a ser problema também daquele país (MORTE..., 2005).

sequente mudança na organização do trabalho, com uso intensivo de novas tecnologias e gestão do produtivismo capitalista, a LER/DORT configura-se como caso emblemático nesse contexto do capitalismo em crise.

Por um lado, a LER/DORT representa os prejuízos físicos dos trabalhadores devido ao parcelamento de suas tarefas e a repetição do esforço a que estão submetidos; por outro, o estresse demonstra a ultrapassagem do limite do suporte emocional dos indivíduos trabalhadores, causando transtornos psicoemocionais que levam até o grau máximo que se pode suportar, o *burnout*. Além dessas doenças, que caracterizam as consequências da diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores nesse período neoliberal, destacam-se também os números alarmantes de aniquilamento dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora rural e urbana, por meio da extinção de classe nos assassinatos cometidos no campo pelo latifúndio e as execuções sumárias da ação policial urbana.

Segundo dados apresentados pela FETIESC (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de SC), 80% a 90% dos casos de doenças relacionados ao trabalho nos últimos 10 anos são representados pela LER/DORT. De acordo com a Federação, essas doenças “constituem-se num dos mais sérios problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores e sindicatos nos últimos anos no Brasil e no mundo” (FETIESC, 2006, p. 5). Outra pesquisa recém concluída mostrou que, pela primeira vez, a fonte de estresse do brasileiro é o trabalho: 58%. “Em 2003, os problemas pessoais ainda sobressaíam: foram mencionados por 53% dos respondentes”, compara a presidente da ISMA-BR (AOQUI, 2005). Outro agravante é o prolongamento da jornada de trabalho em diversos aspectos. Para recompor salário aviltado nesse processo de maior exploração, os trabalhadores se veem obrigados a trabalhar em vários empregos ou realizarem horas extras. O crescimento da LER/DORT vem chamando a atenção nos diversos estudos sobre doenças do trabalho, tendo em vista as rápidas transformações no mundo do trabalho.

As consequências nefastas para os indivíduos assalariados do modo de produzir capitalista ultrapassam os limites das forças fi-

sica, mental e emocional da classe trabalhadora, gerando distúrbios físico-emocionais, debilitando-lhe significativamente a saúde e, muitas vezes, levando à morte, devido à exaustão a que estão submetidos pela intensificação da exploração no trabalho, como demonstram os dados apresentados. São inúmeras as doenças decorrentes do trabalho, tanto físicas, mentais e emocionais. Apresentam-se alguns resultados de pesquisas que vêm comprovando este estado vilipendiador da atividade humana sob a égide da administração e colonização capitalista. O estresse é uma das doenças que mais tem acometido os trabalhadores. Recentes pesquisas têm diagnosticado que o trabalho é a principal causa de estresse e dois terços dos brasileiros estão com essa doença, conforme constatou o trabalho realizado pela ISMA-BR (International Stress Management Association) com 752 profissionais de empresas brasileiras ao final de 2004. Esse estudo revelou que 65% dos entrevistados consideraram seu nível de estresse de regular a péssimo, indicadores que comprometem a qualidade de vida dos trabalhadores. O dado mais alarmante, constatado pela pesquisa, é o de que, pela primeira vez, o trabalho é apontado como a principal fonte de estresse dos brasileiros, com 58%, comparativamente ao ano de 2003, quando os problemas pessoais haviam sobressaído e foram mencionados por 53% dos profissionais pesquisados.

Os principais indicadores de estresse pesquisados pelos estudos da ISMA-BR (2006) foram os seguintes:

- a faixa etária que mais sofre com o estresse é a de 36 a 45 anos, que chega a 38%. Justamente é essa faixa que está mais submetida à intensificação do trabalho ao observar-se os outros indicadores;

- a fonte principal do estresse é profissional, e alcança o índice de 58% do universo pesquisado;

- as causas principais apontadas pela pesquisa decorrem da atividade ocupacional. O desemprego foi responsável por 57% e a sobrecarga de trabalho atingiu o índice de 48%; a média de ambos alcançou o índice de 52,5%;

- a pesquisa diagnosticou que, no trabalho, um dos indicadores de

estresse apontado é o tempo insuficiente para a realização das tarefas, com índice de 76%, e que mesmo sobrecarregados, devido à pressão e à ameaça de desemprego, os trabalhadores acabam aceitando novas tarefas, também com índice de 76%;

- nesses estudos observaram os dados relativos aos sintomas do estresse que se manifestam em doenças físicas, mentais e comportamentais. Nas doenças tipificadas como físicas, os maiores índices indicam dores, com 86%; em seguida o cansaço, com 69%. Nos sintomas emocionais, a ansiedade aparece com 81%; em seguida a angústia é apontada por 78% dos trabalhadores pesquisados. No que diz respeito aos sintomas que caracterizam o fator comportamental, o uso de álcool, cigarro e automedicação, para diminuir os efeitos do estresse, chega a 46% e o comportamento agressivo representa um índice também alto de 43%.

Como se observa nesses estudos, esse conjunto de sintomas afeta diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores. O índice chega a 66% do universo pesquisado.

É importante reafirmar que, conforme a pesquisa da ISMA-BR, pela primeira vez, o trabalho para os brasileiros é a principal fonte de estresse¹⁸ e dois terços sofrem com a doença. Isso significa que 58% dos profissionais apontaram que o trabalho é a causa da doença, afirmou Ana Maria Rossi, presidente da ISMA-BR. Entre as principais causas do distúrbio, foi apontada por 48% das pessoas a sobrecarga profissional (AOQUI, 2005). A rotina diária dos trabalhadores, com frequentes pressões e demandas decorrentes das atividades profissionais, provoca esse distúrbio definido como estresse. Segundo essa pesquisa, 70% dos brasileiros sofre as con-

¹⁸ Segundo ISMA-BR, *estress* ou *estresse*, na língua portuguesa, deriva do latim e, no século XVII, tinha a conotação de adversidade ou aflição. No final do século XVIII, seu significado passou a ser associado a força, pressão ou esforço. Porém, foi no início do século XX, que pesquisadores biólogos e sociais investigaram “seus efeitos na saúde física e mental das pessoas”. Sob este prisma, o austríaco-canadense Hans Selye, conceituou-o “como qualquer adaptação requerida à pessoa”. Com essa definição, o estresse é apresentado como sendo “um agente neutro, capaz de tornar-se positivo ou negativo de acordo com a percepção e a interpretação de cada pessoa.” O estresse positivo é definido como eustresse e o negativo, distresse. Ambos provocam reações similares. (ISMA-BR, 2006)

seqüências advindas dessa doença e 30% sofre de *burnout*, grau máximo de estresse profissional.

Outra pesquisa realizada por Metz e Rothe (2007), psicólogos e professores de psicologia do trabalho da Universidade de Postdam, Alemanha, constatou que o estresse decorrente do trabalho é “uma das principais causas de absenteísmo e acidentes.” Segundo eles, “estudo feito pelo governo britânico em 2000 estimou em cerca de 40 milhões as faltas ao trabalho, em apenas um ano, devido a distúrbios relacionados ao stress. Nos Estados Unidos, esse número chega a 550 milhões de faltas por ano.” (METZ; ROTHE, 2007) Ainda conforme o artigo, o médico Martin Moore-Ede (EUA), um dos maiores especialistas do mundo em fadiga laboral, disse que “*A situação tem se agravado nas últimas décadas devido à crescente precarização das relações de trabalho, ao ritmo acelerado das grandes cidades, à pressão por eficiência, ao ambiente cada vez mais competitivo e ao medo do desemprego*” (METZ; ROTHE, 2007, grifo nosso).

Segundo estes estudos, a frase “estou estressado” já virou lugar-comum. Na visão do Instituto de Saúde e Segurança Ocupacional dos Estados Unidos, “o stress ocupacional é uma resposta física e emocional nociva que ocorre quando as exigências do trabalho superam as habilidades, os recursos e as necessidades do trabalhador” (METZ; ROTHE, 2007). Para o Departamento de Emprego e Assistência Social da União Europeia trata-se “de uma reação cognitiva, comportamental e fisiológica a aspectos aversivos e perniciosos do ambiente e da organização do trabalho. É um estado caracterizado por altos níveis de alerta, angústia e frustração por não se conseguir lidar com o problema” (METZ; ROTHE, 2007). Apesar das divergências conceituais, no geral, há consenso de que o estresse decorre do desgaste físico e psíquico resultando em perturbações emocionais. Segundo a revista especializada, as fontes desse desgaste, que alguns chamam de fatores estressores, são variadas e podem ser divididas em três domínios: o do conteúdo do trabalho, o da função que o indivíduo ocupa e o das condições ambientais e organizacionais do trabalho, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 - As origens do desgaste

CONTEÚDO DO TRABALHO

- Alto grau de qualificação exigido dos funcionários
- Forte pressão por prazos e ritmo acelerado de trabalho
- Grande número de informações complexas a processar
- Gerenciamento confuso ou contraditório
- Interrupções constantes e não previstas do fluxo do trabalho
- Possibilidades limitadas para tomar decisões próprias
- Falta de autonomia para planejar as próprias atividades e controlar seus resultados

FUNÇÃO OU CARGO

- Grande responsabilidade para com pessoas e/ou valores
- Forte competição entre os funcionários
- Pouco reconhecimento pelo trabalho realizado
- Conflitos com superiores e/ou colegas de trabalho
- Pouco apoio social ou assistencial
- Mudanças estruturais na empresa, principalmente quando acompanhadas de redução de vagas
- Informação insuficiente sobre as modificações planejadas

AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

- Ambientes ruidosos
- Iluminação inadequada
- Temperaturas muito altas ou muito baixas
- Vibrações mecânicas constantes ou intermitentes
- Substâncias químicas perigosas
- Espaço muito reduzido
- Trabalho individual isolado
- Trabalho em turno e/ou noturno

Conforme o estudo, as fontes do estresse no trabalho advêm de três níveis: fisiológico/somático, emocional e comportamental (ver Quadro 2).

Quadro 2 – A resposta ao estresse

FISIOLÓGICAS / SOMÁTICAS

Reações agudas, de curto prazo: aumento da frequência cardíaca, aumento da pressão arterial, tensão muscular, imunidade debilitada

Reações crônicas, de médio ou longo prazo: dores psicossomáticas, hipertensão, insônia, problemas de pele, obesidade etc.

EMOCIONAIS

Reações agudas, de curto prazo: irritação, decepção, frustração, medo, cansaço, monotonia, saturação

Reações crônicas, de médio ou longo prazo: resignação, insatisfação, estados depressivos, medo do fracasso, incapacidade de se desligar do trabalho

COMPORTEMENTAIS INDIVIDUAIS

Reações agudas, de curto prazo: eficiência inconstante, erros frequentes, abandono de ações de controle das atividades

Reações crônicas, de médio ou longo prazo: consumo exagerado de nicotina, álcool e medicamentos, aumento das faltas, intensificação de comportamento passivo no tempo livre

COMPORTEMENTAIS SOCIAIS

Reações agudas, de curto prazo: conflitos, brigas, agressões

Reações crônicas, de médio ou longo prazo: isolamento

Segundo Metz e Rothe (2007),

No primeiro nível destacam-se as alterações, como problemas cardíacos, distúrbios do sono e facilidade de contrair infecções. No nível emocional são marcantes os sentimentos de decepção e frustração, que geralmente evoluem para uma condição de monotonia e saturação que pode se tornar intolerável. Do ponto de vista comportamental, o aumento do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, lícitas e ilícitas, pode ocorrer com certa frequência. Outro traço comum da pessoa estressada é o comportamento passivo durante o tempo livre (METZ; ROTHE, 2007).

Outras variáveis decorrentes do processo de estresse atingem o maior grau no que se vem convencendo de Síndrome de *Burnout*, e de déficit de atenção e hiperatividade, bem como depressão, todos tendo como causa o trabalho. No que diz respeito ao *Burnout*, Gil-Monte e Peiró (*apud* BORGES *et al.*, 2006), apresentam uma classificação dos diversos fatores, dividindo-os em facilitadores e desencadeadores do distúrbio, como está esquematizado no Quadro 3. Os facilitadores da doença “são as variáveis de caráter pessoal que têm uma função facilitadora ou inibidora da ação dos estressores sobre o indivíduo, enquanto que os *desencadeadores são os estressores percebidos como crônicos, no ambiente de trabalho.*” (BORGES *et al.*, 2006, grifo nosso)

Quadro 3 – Desencadeadores e facilitadores da Síndrome de *Burnout*

Desencadeadores	Facilitadores
Ambiente físico de trabalho e conteúdos do posto:	Variáveis demográficas
a. nível de ruído, vibrações e iluminação	a. Pontuações masculinas mais elevadas em despersonalização
b. conforto físico percebido	b. Variações inconsistentes por gênero
c. turnos	c. Incidência maior entre jovens
d. riscos e perigos percebidos	d. Menor incidência entre casados
e. sobrecarga percebida	e. Maior incidência em pessoas sem filhos
f. previsibilidade percebida das tarefas ou de seu controle	Variáveis de personalidade
Relacionados ao desempenho dos papéis, às relações interpessoais e desenvolvimento da carreira.	a. Mais propensão entre os empáticos, sensíveis, humanos e idealistas
Relacionados à adoção de novas tecnologias e aspectos da estrutura organizacional, incluindo as questões referentes ao acesso ao processo decisório.	b. <i>Locus</i> de controle externo
	c. Sentimentos de auto-eficácia
	d. Centralidade do trabalho
	Tipos de estratégias de afrontamento utilizadas
	Apoio social

Fonte: BORGES *et al.*, 2006

A precariedade da saúde dos trabalhadores não fica circunscrita aos indivíduos que desenvolvem tarefas braçais, mas também aos gestores do capitalismo. Estudo realizado pelo Hospital Albert Einstein, em São Paulo, que teve como universo de pesquisados 400 presidentes de empresas no Brasil, diagnosticou que a maioria dos altos executivos cultivam hábitos que comprometem diretamente a saúde, correndo sério risco de desenvolver doenças graves nos próximos anos, em decorrência das grandes responsabilidades que as funções exigem no cotidiano da empresa. Essa pesquisa apontou que quanto mais bem-sucedido for o executivo na empresa brasileira, pior é sua saúde, de acordo com a tabela abaixo. O trabalho dos especialistas constatou “que subir na carreira faz mal à saúde” (FRANÇA, Revista Exame, 2006).

Quadro 4 – Indicadores de futuras doenças

Retrato preocupante	<p>70% têm sobrepeso</p> <p>62% são sedentários</p> <p>52% possuem taxas altas de colesterol</p> <p>27% apresentam índices altos de triglicérides (1)</p> <p>23% acumulam gordura no fígado</p> <p>18% bebem mais que o recomendável</p> <p>17% sofrem de hipertensão</p>
Riscos potenciais	<p>40% correm o risco de desenvolver depressão ou outros distúrbios psicológicos</p> <p>20% podem ser vítimas de doenças cardiovasculares</p> <p>16% têm possibilidade de apresentar diabetes tipo 2(2)</p>
<p>(1) Gordura no sangue proveniente de alta ingestão de açúcar</p> <p>(2) Diabetes desenvolvido em consequência de maus hábitos de vida</p>	

Fonte: Centro de Medicina Preventiva do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo (FRANÇA, 2006).

Uma pesquisa recente da Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou que o trabalho em turnos fixos ou irregulares pode causar

câncer. As pessoas que trocam o dia pela noite devido o trabalho correm mais risco de desenvolver agente carcinogênico (MORENO; FISCHER; ROTENBERG, 2008).

Outra pesquisa associou regiões com maior progresso econômico ao aumento de índices de vícios resultante do consumo de álcool e drogas. O estudo apontou que os trabalhadores recorrem aos vícios para suportarem seus anseios, inseguranças e estresse decorrentes do trabalho. Os estudos mostram a quantidade de empresas que solicitaram análise da urina de seus funcionários em 1992: foram 303 e, em 2004, o número subiu para 1.722. Região Norte: 0,97%; Centro-Oeste: 4,26%; Nordeste: 12,06%; Sudeste: 74,25%; Sul: 8,46%. Como se pode perceber, a região Sudeste teve um aumento de 74,25%. Segundo foi constatado, algumas profissões são mais propensas a gerarem a dependência de álcool e drogas, por terem ritmo das atividades mais intenso e prazos que exercem mais pressão, como operadores de bolsa de valores, motoristas de táxi e os de caminhão que trabalham durante a noite (SILVA, 2006).

4.4 DADOS OFICIAIS CONFIRMAM O AUMENTO DAS MORTES E DOENÇAS DECORRENTES DO TRABALHO NO PERÍODO NEOLIBERAL NO BRASIL

Os dados estatísticos oficiais comprovam essas pesquisas. De acordo com os dados do INSS, os auxílios, benefícios de doenças, aposentadorias por invalidez vem aumentando durante esse processo de maior extração de mais-valia sob as orientações macroeconômicas do neoliberalismo. Pode-se até aventar como hipótese que o aumento do pagamento de auxílios seja uma maior eficiência da Previdência, por meio de suas políticas de melhor atendimento e reconhecimento de direitos trabalhistas aos seus segurados, porém, por si só, esta ideia não se sustenta. Se isso acontece, e possivelmente ocorre, também aponta para o fato de que há aumento dos índices de doenças e mortes no trabalho, principalmente se constatamos que há diminuição proporcional de número dos empregados com carteira assinada, isto é, informais e sem

direito a esses auxílios previdenciários, e possivelmente, na informalidade a precarização e a vulnerabilidade são ainda maiores. Além disso, o que chama atenção também é que os índices de doenças e mortes no trabalho são altos e estão em escala ascendente. Mesmo em um período de progresso econômico, que deveria minimizar os riscos de acidentes e mortes e qualificar as condições de trabalho, acontece o contrário, o sistema de proteção dos trabalhadores é diminuído, apesar de todo o avanço e acúmulo de conhecimento científico e tecnológico no campo de proteção aos trabalhadores. Na Tabela abaixo, apresenta-se a evolução dos acidentes de trabalho no período de 1990 a 2005. No que diz respeito à aposentadoria por acidente de trabalho, no período estudado houve um aumento de 109,36%; Em relação à aposentadoria por invalidez, o índice foi ainda maior, 144,58%, e para a quantidade de auxílios pagos para acidentes de trabalho, o índice foi de 28,18%.

Tabela 16 – Série Histórica 1990 a 2005 de benefícios concedidos pelo INSS devido a acidentes de trabalho

ANO	Aposentadoria Acidentária	Após Invalidez	Auxílio-Acidente Acidentário
1990	4.613	108.572	7.513
1991	4.371	105.314	8.644
1992	3.755	64.027	10.828
1993	4.178	98.144	11.227
1994	4.370	116.978	12.004
1995	4.940	112.293	13.027
1996	5.758	99.620	16.684
1997	7.499	129.806	18.490
1998	6.737	144.777	14.780
1999	7.801	182.246	14.890
2000	8.801	148.414	13.805
2001	7.173	125.020	10.277

2002	9.687	174.554	10.973
2003	8.504	174.687	8.766
2004	9.069	214.530	8.707
2005	9.658	265.543	9.630
1990- 2005 %	109,36	144,58	28,18%

Fonte: INSS - Disponível em: <<http://creme.dataprev.gov.br/scripts8/netuno.cgi>>. Acesso em: 01 ago. 2007. Elaboração própria.

Tabela 17 – Acidentes de trabalho – Série Histórica 1990 a 2005

Quantidade de Acidentes de Trabalho (Típico + Trajeto)	
Ano	Total
1990	688.355
1991	626.041
1992	524.215
1993	396.876
1994	373.034
1995	403.491
1996	360.566
1997	384.695
1998	383.852
1999	363.917
2000	344.263
2001	321.764
2002	370.760
2003	375.219
2004	435.506
2005	466.584
TOTAL	6.819.138

Fonte: INSS – Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/scripts9/netuno.cgi>>. Acesso em: 7 ago. 2009. Elaboração própria.

No Tabela 17, observa-se a evolução do número de acidentes de trabalho no período de 1990 a 2005. No período estudado, observa-se que, de 1990 a 2001, a quantidade de acidentes de trabalho típico e de

trajeto foi se reduzindo anualmente, mas, de 2002 a 2005, os acidentes voltaram a subir. Salienta-se que os números de acidentes no processo de trabalho devem ser maiores ainda, se considerarmos os trabalhadores informais que não têm direito a auxílios e aposentadorias por parte da Previdência Social.

Na Tabela 18, apresenta-se a evolução das doenças que advêm do trabalho registrado e que receberam benefícios do INSS. O aumento é significativo: se compararmos o ano de 1990 a 2005, o índice de aumento de doenças do trabalho foi de 534,39%.

Tabela 18 – Doenças do trabalho – Série Histórica 1990 a 2005

Quantidade Doença do Trabalho	
Ano	Total
1990	5.217
1991	6.281
1992	8.299
1993	15.417
1994	15.270
1995	20.646
1996	34.889
1997	36.648
1998	30.489
1999	23.903
2000	19.605
2001	18.487
2002	22.311
2003	23.858
2004	30.194
2005	33.096
TOTAL	344.610

Fonte: INSS – Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/scripts9/netuno.cgi>>. Acesso em: 7 ago. 2009. Elaboração própria.

Como se pode observar, as estatísticas oficiais organizadas nas tabelas anteriores apresentam as características que assume a intensificação da exploração dos trabalhadores no período neoliberal no país, por meio das doenças, mortes e acidentes do trabalho que expressam o estado de esgotamento dos indivíduos assalariados pelo novo padrão de acumulação capitalista.

Além disso, as consequências da desigualdade social são profundas na classe trabalhadora, e põem em ameaça a existência de parcela dos trabalhadores devido à exploração de classe sem limites, podendo configurar-se em uma calamidade de ordem social. A exploração das pessoas no trabalho resulta em diversas doenças e mortes, como já foi possível observar por meio dos quadros e tabelas. As condições de trabalho nas empresas, indústrias urbanas e rurais e comércios capitalistas não são adequadas para dar condições dignas para os trabalhadores que são os verdadeiros produtores. Estes espaços físicos e equipamentos estão adequados para a racionalização produtivista e as pessoas, no processo de produção, são vistas e concebidas como meros recursos humanos, sofrendo os desgastes físicos e emocionais recorrentes. Como explica Marx, no capítulo em que aborda a indústria moderna e agricultura, no livro *O Capital*, ele argumenta que o modo de produção capitalista explora o trabalhador urbano e rural, despoja-o, subjuga-o, precariza sua saúde física, mental e o lança na miséria e provoca, ao mesmo tempo, a devastação do meio ambiente.

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. Na agricultura, como na manufatura, a transformação capi-

talista do processo de produção significa, ao mesmo tempo, o martirólogo dos produtores; o instrumental de trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria o trabalhador e a combinação social dos processos de trabalho torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. *E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador mas também o solo*; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. *A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador* (MARX 1988a, p. 578-579, grifos nossos).

Com isso verifica-se que os indivíduos, para quem a economia deveria ser um meio de elevação e libertação humana, tornam-se escravos da lógica da valorização do capital e do processo incessante de produção de mercadorias para extração da mais-valia, com o sistema atingindo seu objetivo máximo, que é a acumulação privada por meio do imperativo de destruição humana e da natureza. Mézszáros reforça as constatações de Marx,

O capital deve manter seu impulso inexorável em direção aos seus alvos auto-expansivos, por mais devastadoras que sejam as consequências, ou, do contrário, perde a capacidade de controlar o metabolismo social de reprodução. Não há interposição, nem sequer a mínima atenção às considerações humanas. Eis porque emerge pela primeira vez na história um sistema dinâmico – e dinamicamente destrutivo em suas implicações últimas – de controle sociometabólico auto-expansivo, que elimina cruelmente, se necessário, a

esmagadora maioria da humanidade do processo de trabalho. Esse é hoje o significado profundamente perturbador da “globalização” (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

Nesse processo, as pessoas e a natureza, apesar de serem as fontes de valorização do capital, são tratadas como objetos para esse modo de produção que não se preocupa com o bem-estar social, mas sim com o bem-estar para uma, cada vez menor, parcela da humanidade, que são os personificadores do capital. *Portanto, sob o sistema do capital, progresso econômico é dissociável de progresso humano.* Nesta passagem de *O capital*, Marx escreve:

O capital que tem tão “boas razões” para negar os sofrimentos da geração dos trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. Tudo isso não o impressiona mais que a possibilidade de a terra chocar-se com o sol. Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança. *Après moi le déluge!* é a divisa de todo capitalista e de toda nação capitalista. *O capital não tem por isso a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las.* À queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício do trabalho levado até à completa exaustão responde: Por que nos atormentarmos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro? De modo geral, isto não depende, entretanto, da boa ou da má vontade de cada capitalista. A livre competição torna as leis imanes da produção capitalista leis externas, compulsórias para cada capitalista individualmente considerado (MARX, 1988a, p. 306, grifo nosso).

Destaca-se aqui, como Marx escreve, que esse estado de exploração não depende da boa ou má vontade de indivíduos capitalistas, pois estes estão sujeitos à leis externas que os compelem por meio da livre competição.

5

CRISE AMBIENTAL DEVIDO AO PADRÃO PREDATÓRIO DO CAPITALISMO:

CONSOLIDAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO MUNDO ÚNICO

O padrão predatório da produção capitalista despoja os trabalhadores, como ficou demonstrado no capítulo anterior, e também degrada o meio ambiente, como se mostra neste capítulo.

Com a globalização capitalista e a crise ambiental que provoca, consolida-se de vez o *mundo unico*¹⁹ da humanidade na Terra. Constatata-se, com isso, que não existem no planeta muitos mundos (mundo europeu, mundo norte-americano, mundo asiático, mundo latino-americano etc.) e nem muitos céus - a atmosfera do planeta é uma só -, e todos estão integrados pela globalização econômica capitalista. Sendo isso verdade - que a atmosfera é única - a emissão de gases poluentes, causadores do aquecimento global, pelos EUA, China ou Brasil acaba atingindo a todos no planeta, indistintamente. Nessa situação, o comércio de cotas de carbono defendido pelos governos e economistas liberais se apresenta de forma absolutamente ideológica e contraditória, uma vez que seu efeito é a continuidade da poluição em escala mundial.

¹⁹ Expressão utilizada por Robert Kurz no seu livro *O colapso da modernização* (1999).

Diante da crise estrutural do capital que se configura também na crise social e ambiental, observa-se a intensificação dos problemas socioeconômicos e ambientais: processo de urbanização com concentração demográfica; fome; pobreza; uso de energia nuclear pondo em risco a população (exemplo de Chernobyl, em 1986) e seu uso para guerra; consumo excessivo de recursos não-renováveis; desmatamento; desertificação de grandes áreas territoriais; uso de agrotóxicos que contaminam rios, as pessoas que trabalham na terra e as que consomem os produtos agrícolas; a monocultura que agride a biodiversidade; os transgênicos que monopolizam a reprodução da natureza através das empresas privadas; o efeito estufa advindo dos gases que provocam o buraco na camada de ozônio, tendo como consequência o desequilíbrio climático. E estes são apenas alguns problemas que podem ser apontados neste momento.

As preocupações com o meio ambiente foram se tornando mais evidentes a partir das denúncias dos movimentos ambientalistas nos anos 60 e 70 do século passado. Nesta mesma época surgem também outros movimentos sociais com caráter reivindicatório, tais como o feminista, amparado na desigualdade de gênero; o antinuclear, provocado pela corrida armamentista das superpotências econômicas e o pacifista, só para citar alguns. Junto com tudo isso vem a crise do petróleo, que põe na agenda a questão da finitude dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, a crise da superacumulação decorrente do produtivismo fordista. Desde então, por força desses acontecimentos, governos não puderam mais fechar os olhos e a temática ambiental aos poucos, foi fazendo parte das agendas políticas, inclusive tornando-se objeto político das organizações dos Partidos Verdes e de ONG's. As iniciativas governamentais e de organismos internacionais intensificaram a realização de fóruns multilaterais para tratar do tema, originando convenções para minimizar os efeitos da poluição e do aquecimento global levado a cabo pelo capitalismo. No âmbito nacional, também a questão do meio ambiente ganhou relevância política e iniciativas governamentais nas três esferas (federal, estadual e municipal) concretizaram-se na criação de ministério, secretarias do meio ambiente e de políticas públicas para tratar do tema.

Como escreveu Löwy, a grande contribuição da ecologia foi a de “fazer-nos tomar consciência dos perigos que ameaçam o planeta em consequência do atual modo de produção e consumo”, tendo em vista o crescimento “das agressões ao meio ambiente, a ameaça crescente de uma ruptura do equilíbrio ecológico configuram um cenário-catastrofe que põe em questão a própria sobrevivência da vida humana. Confrontamo-nos com uma *crise de civilização* que exige mudanças radicais” (LÖWY, 2005, p. 44-45, grifo do autor).

Boaventura de Souza Santos afirmou que, finalmente, a questão ambiental entrou na agenda política, fato que antes era tema apenas dos movimentos ecológicos, taxados de utópicos e inimigos do desenvolvimento. Afirmou ainda que, ao longo do tempo, o movimento ecológico foi ganhando colaboradores e que os argumentos trazidos por eles foram traduzidos em fatos impossíveis de desmentir, tais como a perda da biodiversidade, as chuvas ácidas, o aquecimento global e a escassez da água que colocavam em causa a sustentabilidade da vida na terra (SANTOS, 2007).

Os problemas ambientais presenciados na sociedade hodierna, como poluição dos rios, mares e o ar pelas indústrias; esgotamento das fontes de matéria-prima; desmatamento das florestas; redução da biodiversidade da flora e fauna; desertificação de grandes áreas rurais; aquecimento do planeta ocasionado pela emissão de CO₂ e de outros gases poluentes causadores do efeito estufa, e o conseqüente degelo das calotas polares que se expressa no aumento dos níveis dos mares, são avaliados por muitos como novidades recentes. Somam-se a isso os problemas sociais, tais como: violência urbana e rural, desemprego, miséria, pobreza, acidentes de trabalho, fome e doenças físicas e emocionais decorrentes do aviltamento humano no processo de trabalho. Mas, para os marxistas, não se tratam de novidades, pois tais questões ecológicas e sociais foram antecipadas, por meio de uma criteriosa análise científica e filosófica ainda no século XIX, por Karl Marx e Friedrich Engels. Eles diagnosticaram e anteviram esses problemas na análise que fizeram das leis que regem o modo de produção capitalista e que são constituintes da sua natureza econômica.

Sendo o lucro o objetivo principal da produção capitalista e se pa-

ra atingi-lo for preciso produzir mercadorias sem cessar, a necessária consequência decorrente desse processo é que o capital precisa subordinar e subsumir o trabalho e, com ele, o homem e a natureza. A exploração advinda dessa produção repercute na saúde física e mental dos trabalhadores, como anteriormente demonstrado, e na ruína da natureza em escala vertiginosa, numa ascensão veloz, tendo em vista que, para a produção capitalista, há a necessidade de matéria-prima, substância material indispensável para a fabricação das mercadorias. Com isso, o ritmo acelerado da produção implica diretamente na aceleração das transformações constantes do meio ambiente, necessitando descobrir novas fontes de recursos materiais. Sob o comando do capital, os recursos humanos e recursos naturais são considerados insumos para a produção ou meros fatores de produção necessários à acumulação do capital. Sendo assim, os capitalistas não respeitam o limite do uso intensivo da matéria-prima, seu ritmo de renovação ou recomposição, e muito menos respeitam os limites humanos na sua capacidade de trabalho, que extrapolam refletindo em doenças crônicas, degenerativas, acidentes de trabalho e levando os trabalhadores à morte por exaustão ou acidentes de trabalho.

O processo de reprodução e acumulação capitalista imprime cada vez mais o ritmo acelerado na produção, para que disperse imediatamente a circulação para a realização do lucro. Ao mesmo tempo, o incentivo ao consumo é feito por propagandas cada vez mais sofisticadas, que se utilizam de todos os aparatos para que o consumo continue em alta e mantenha o processo de realização, intensificando a produção e resultando em alto consumo desnecessário. As empresas montam estratégias para aumentar a produtividade, especializam-se na administração científica do trabalho, incorporam novas tecnologias para o aumento do sobretabalho visando tornar mais eficaz e eficiente a operacionalização do sistema de produção. A especialização da produção, hoje, ganha nova fórmula, a flexibilização é usada para aumentar a capacidade produtiva diante da globalização do comércio que, por sua vez, aumenta a concorrência e intensifica e aprofunda a exploração humana e do meio ambiente, em escala mundial.

O uso de novas tecnologias de automatização e informação di-

namiza o processo de produção e a concorrência requer a utilização dessa maquinaria para diminuir o preço médio social da mercadoria e ganhar a concorrência, na diminuição que faz do capital constante. Outra estratégia é a da obsolescência planejada, que diminui o tempo de duração do produto, requerendo logo sua substituição. O uso de novas tecnologias (capital constante) associado à administração científica do trabalho objetiva produzir mais com eficiência, com menor tempo, para reduzir o custo salarial (capital variável). Isso tudo causa o processo de destruição ambiental e é por isso que, segundo Dupas, “para vários importantes cientistas, a ameaça mais grave à humanidade nesse início de século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente decorrente da lógica da produção global e da direção dos seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso” (2006, p. 219).

A sociedade capitalista perpetua e aprofunda ainda mais a exploração humana, social e da natureza, pondo por terra a noção de inesgotabilidade, pelo produtivismo que não permite a recuperação dos ciclos naturais de reprodução. Por outro lado, expõe o limite da exploração humana, mais precisamente no processo de trabalho na busca incessante de extração da mais-valia. Portanto, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas capitalistas, mais provocam degradação nas dimensões sociais e ambientais.

5.1 O PADRÃO ANTIECOLÓGICO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A ideia de progresso cumulativo orientou a necessidade de produção contínua, ideologicamente vendendo a ideia de que atingido um determinado patamar sustentável de desenvolvimento a sociedade como um todo seria beneficiada. Nessa linha de raciocínio, a alta produtividade foi uma das metas que orientou a acumulação e a intensidade produtivista do sistema de sociometabolismo do capital nos últimos séculos. Porém, o que se percebe, e as críticas ao sistema vão também

nessa direção, é que o grande acúmulo gerado e o grande desenvolvimento científico e tecnológico não se transformaram em progresso da humanidade. Pelo contrário, a riqueza econômica por meio da administração capitalista nunca foi igualmente distribuída a todos, e se expressa em consequências profundas no alargamento do fosso entre ricos e pobres, estes configurados estruturalmente em classes sociais, e nas assimetrias entre os Estados Nação. Essa constatação decorre da acumulação e centralização da riqueza pela classe capitalista. Entretanto, os problemas que advêm da produção das mercadorias, como a poluição, têm seus riscos socializados, como se percebe na denominada crise ambiental. O aquecimento global e os problemas que isso gera atingem a todos, porém com intensidades diferentes, e os mais vulneráveis socialmente, como os trabalhadores, se tornam as principais vítimas dos eventos climáticos e, de modo geral, da maioria dos problemas ambientais. Assim, a degradação humana e ambiental torna-se mais visível quanto mais “progresso” econômico se observa.

A conclusão é que a economia capitalista gera eficiência no interior de cada processo produtivo e ineficiência em termos sociais. Parte desta ineficiência se manifesta na degradação da natureza, outra parte mais importante na degradação da sociedade humana, com o aumento da pobreza e da desigualdade. De maneira espontânea, o sistema capitalista degrada a natureza (FOLADORI, 2005, p. 43).

A produção capitalista baseia-se eminentemente na produção de mercadorias com o objetivo de extrair mais-valia, que é a fonte de valorização do capital. O progresso sob a administração capitalista se transforma em fonte de destruição irreversível do meio ambiente. Na sua constância da produção de mercadorias, essa produção ameaça o real equilíbrio ecológico e esgota as fontes de matéria-prima, que são bases materiais do trabalho. Por ser dessa forma, a produção econômica se transforma em um motor de destruição ambiental e dos seres humanos. Para produzir mercadorias, o processo de trabalho capitalista apropria-se de força de trabalho, meios de produção e matéria-prima, bem como de fontes energéticas para mover máquinas e transportar mercadorias, por exemplo. Esse contínuo processo de produção exau-

re os trabalhadores e degrada o meio ambiente, pelo fato de que a produção é destinada para obtenção do lucro no mercado e não para satisfazer as necessidades sociais. Sendo assim, o produtivismo e o consumismo são elevados ao infinito. Por ser a produção capitalista atividade que visa lucratividade rápida e fácil, ela atua na imediatidade da circulação, sem se preocupar com o futuro. Atenta à necessidade do mercado e não às demandas da sociedade, as mercadorias são produzidas sem preocupações com o meio ambiente e com os trabalhadores que as produzem.

Para que tenha consumidores permanentes e concretização de lucros, o sistema do capital necessita que as mercadorias tenham sua durabilidade limitada, por meio da obsolescência planejada, no que diz respeito a sua durabilidade objetiva – a duração da mercadoria por tempo determinado, e seu conserto economicamente inviável – e na sua durabilidade subjetiva de forma perceptiva – a mercadoria torna-se fora de moda. Dessa forma, por meio de propagandas, a população é bombardeada e estimulada a adquirir novas mercadorias desnecessariamente, consumir além do necessário. É por isso que os problemas ecológicos não podem ser solucionados na esfera do consumo, apesar de este ser também uma expressão dos problemas. A questão tem de ser pensada no momento da produção, onde a extração da mais-valia acontece. O consumo apenas expressa a realização do que foi antecipadamente concretizado. Então, nesse sentido, um “consumo consciente” não resolve os problemas ambientais, porque não é a mudança moral da forma de consumir que mudará o modo de produzir capitalista. O que provoca a mudança social é a forma de produzir os bens necessários à sociedade. Mesmo porque há uma artilharia pesada dos capitalistas estimulando o consumo e qualquer iniciativa de consumo consciente se torna inócua, levando-se em conta as ofertas de produtos extremamente baratos e de “modinhas” produzidas. Além desse aspecto de produção destrutiva, o Estado, a serviço dos interesses da classe capitalista, que aqui vem se definindo como Sistema Capitalcrático, provoca guerras com outros Estados para se apropriar de fontes de matéria-prima, como foi a ofensiva dos EUA no Iraque. Nesse caso, os Estados Unidos tinham interesse no petróleo e no gás, mas depois

da destruição provocada pelas bombas de guerra, empreiteiras estadunidenses foram contratadas para reconstruir estradas, pontes, viadutos, prédios públicos e hospitais, o que Mészáros (2002) define também como produção destrutiva por meio da guerra.

Há consenso entre ambientalistas e ecologistas, manifestamente escrito nos relatórios técnicos internacionais, de que a causa principal dos problemas ecológicos decorre dos padrões de desenvolvimento de causas antrópicas e não-naturais. Entretanto, não há consenso entre os cientistas quanto a isso. Mesmo entre ambientalistas e ecologistas, não há convergência de que esses padrões são intrínsecos, portanto, fazem parte da natureza destrutiva do modo de produzir capitalista. Observando-se isso, as perspectivas analíticas sobre a crise ambiental se diferenciam entre reformistas e revolucionários.

Um fato a ser constatado para esta análise é o seguinte: segundo estudos, a humanidade já domesticou todos os ecossistemas, os seres humanos espalharam-se por ecossistemas inteiros, e hoje “há poucas áreas do globo sem algum tipo de presença ou influência direta humana” (HUMANIDADE..., 2007). Portanto, “A natureza intacta não existe”, afirma Peter Kareiva, da ONG The Nature Conservancy, confirmando o que Marx havia diagnosticado n’*O capital* (HUMANIDADE..., 2007). Em 1995, por exemplo, apenas 17% da Terra permanecia verdadeiramente selvagem – sem assentamentos humanos, plantações, estradas ou luzes noturnas detectadas por satélite. Metade da superfície do globo é usada para a agropecuária; mais da metade de todas as florestas já desapareceu, e rotas marítimas cruzam os oceanos em várias direções. O número de represas é tão grande que hoje a quantidade de água armazenada artificialmente é quase seis vezes maior que a que corre livremente, aponta Kareiva. E cercar áreas naturais em forma de parques – rodeados por lixo, poluição e espécies exóticas – só ressalta a domesticação dos ambientes. “A vida selvagem é mais comumente uma designação regulatória”, diz o estudo (HUMANIDADE..., 2007). Considerar essa realidade faz-se necessário uma vez que os assentamentos humanos e sua necessária produção estão sendo administrados pelo modelo capitalista, que é altamente destrutivo.

5.1.1 A produção destrutiva do capitalismo

As consequências desse padrão de acumulação de caráter destrutivo são diversas, tais como: poluição de mananciais de água potáveis, aquecimento global, queimadas, desmatamento para a produção de carnes, monoculturas de cana-de-açúcar para a produção de etanol, monoculturas que destroem a biodiversidade dos ecossistemas, que expressam significativos prejuízos para a fauna e a flora.

Desmatamento das florestas

O desmatamento das florestas brasileiras, Atlântica e Amazônica, objetivam, principalmente, o extrativismo da madeira, a produção de carvão vegetal, ampliação de áreas de pastagem para a produção pecuária, bem como a extensão de terras agricultáveis para as monoculturas de soja; de cana-de-açúcar para a produção de etanol, principalmente; de pinus e eucalipto para o comércio de madeiras.

A apropriação dos recursos naturais e, com isso, a degradação ambiental para o agronegócio continuam avançando sem que o governo brasileiro consiga impedir, pois também são incentivadas por políticas governamentais que injetam financiamentos internacionais para esses tipos de atividades, tal como denunciou Chico Mendes, em 1987. Seu testemunho foi em uma reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a convite de organizações ambientalistas estadunidenses, onde denunciou que o desmatamento da Amazônia resultava de projetos financiados pelos bancos internacionais. Segundo Löwy, foi a partir desse momento que Chico Mendes se tornou conhecido internacionalmente e logo depois recebeu o Prêmio “Global 500”, das Nações Unidas (LÖWY, 2005, p. 13). E, também, pelo mesmo motivo foi assassinado, vítima da intolerância dos capitalistas, que não permitem qualquer empecilho ao seu lucro.

Os dados a seguir comprovam o desmatamento da floresta Amazônica no período neoliberal no país, com o extrativismo de madeira feito por empresas nacionais e multinacionais de diversos países, bem como demonstram a evolução da produção de madeira em escala de

1.000 m³. Apesar de todas as denúncias e políticas públicas de governos que dizem combater essa prática criminosa em relação à floresta Amazônica, os dados comprovam que aumenta significativamente o extrativismo no período de 1990 a 2000.

Tabela 19 – Evolução da produção de madeiras serradas no período de 1990 a 2000 (em 1.000 m³)

Ano	Folhosas	Coníferas	Total
1990	10.930	2.800	13.820
1991	12.200	3.500	15.700
1992	12.410	3.480	15.890
1993	12.620	3.720	16.340
1994	12.830	3.780	16.610
1995	13.230	3.950	17.180
1996	13.650	4.050	17.700
1997	14.250	4.250	18.500
1998	14.000	4.200	18.200
1999	14.400	4.500	18.900
2000	14.850	4.790	19.640

Fonte: Picoli, 2006, p. 141.

Os interesses do capital internacional na produção da madeira, que externaliza seus custos por meio do extrativismo dos recursos naturais fornecidos pela floresta Amazônica, demonstram o porquê de as políticas públicas serem ineficientes propositadamente para atender a acumulação do capital. A tabela a seguir demonstra a privatização da floresta amazônica por empresas multinacionais de diversos países, totalizando 1.214.812,57 hectares. Ironicamente, o governo federal investe na privatização oficial da floresta, alegando que seria a saída para conter o desmatamento.

Tabela 20 – Algumas das maiores empresas transnacionais instaladas no Estado do Amazonas nos últimos anos.

Empresa	Controle Acionário	Quantidade de hectares
Amaplac/WTK	Malásia	313.719,90
Carolina/Rimbunam Hijau	Malásia	189.136,32
Compensa/Tianjin/China	China	16.850,00
Grupo Ghetal	Alemanha	52.000,00
Grupo Mil	Suíça	50.000,00
Grupo KTS	Malásia	400.000,00
Mag. Rimbunam Hijau	Malásia	53.996,95
Mag. Madeira/Araguaia	Malásia	41.366,88
Selvaplac	Países Associados	5.981,00
Amacol/Saming	Estados Unidos	46.300,00
Eidai/Mitsubishi	Japão	42.462,52
Nordisk Timer Ltda.	Dinamarca	2.999,00

Fonte: Picoli, 2006, p. 149-150.

O governo, seguindo a lógica da privatização neoliberal, inova nessa direção. Pela primeira vez na história do Brasil, a floresta Amazônica será alugada para a iniciativa privada por meio da concessão pública. O anúncio das vencedoras do processo de licitação ocorreu no dia 18/08/2008, em Brasília, e são as empresas Alex Madeiras, Sakura e Amata, conforme divulgação feita pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), instituição governamental responsável pelo aluguel da floresta. A empresa Amanta vai gerir a maior unidade de manejo florestal, em torno de 46 mil hectares, licitada na Floresta do Jamari, Estado de Rondônia; a Sakura, com manejo de 33 mil hectares, e a Alex Madeiras, com 17 mil hectares. As empresas explorarão esses lotes por 40

anos e os recursos obtidos serão divididos entre os governos federal, estadual e municipal (GOVERNO..., 2008). Segundo avaliação dos especialistas do governo, o ciclo de corte será de 30 anos, tempo necessário para regeneração da floresta (SELIGMAN, 2007).

Mas os detalhes não são tão simples assim, como pensam o governo e seus especialistas, alinhados com o pensamento liberal privatizante. Novos estudos apresentados no dia 21/11/2008, em Manaus, durante realização da conferência científica “Amazônia em Perspectiva”, indicaram que a floresta Amazônica desaparecerá se 50% dela for desmatada. Essa informação foi repassada pelo pesquisador Givam Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Segundo ele, “hoje, aproximadamente, 20% de toda a floresta amazônica, que tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, já sumiram.” (GERAQUE, 2008). Pelo lado do Brasil, disse que o índice de desmatamento está ao redor de 17%, mas que poderá chegar a 50% até a metade deste século, se esse ritmo de corte raso continuar, conforme atesta um estudo feito em 2006 pela Universidade Federal de Minas Gerais. A nova metodologia desenvolvida pelo pesquisador do INPE deixou de considerar a vegetação como algo estático, como era vista nos estudos anteriores, e passou a considerá-la como um bioma, que leva em conta a correlação que tem com o clima da região, e não de forma descontextualizada. “De acordo com o estudo, que analisa a situação da floresta num intervalo de 24 anos, a região leste da Amazônia ainda é a mais sensível. Como o clima depende da vegetação, e vice-versa, a ausência de árvores na parte oriental da Amazônia fará com que as chuvas diminuam até 40% naquela região.” (GERAQUE, 2008). Segundo ele - aqui contradizendo as justificativas do governo para alugar a floresta para a exploração capitalista - “as pessoas têm a ideia de que a floresta cortada sempre se regenera, mas nesse novo estado de equilíbrio isso não deve mais ocorrer, pelo menos no leste da floresta.” Os dados apresentados pelo INPE dizem que, dos 5 milhões de hectares da Amazônia que estão dentro do país, 46% são protegidos por lei, porém na prática essa preservação não é integral. E prova clara disso foi dada nessa Conferência. Os dados apresentados por Alberto Setzer, também do INPE, mostraram, no período de 2000 e 2007, que

os satélites registraram focos de incêndio em 92% das unidades de conservação da Amazônia. “Isso me deixa consternado”, diz Setzer. Em Roraima e Tocantins, 100% das áreas de proteção ambiental tiveram incêndios. “Muitas dessas unidades de conservação não têm nem meios para combater o fogo”, afirma o pesquisador (GERAQUE, 2008). Segundo esses estudiosos, o desmatamento de parte da floresta Amazônica terá consequências imediatas para o Nordeste, pois a tendência à desertificação aumentará bastante.

Com base em dados levantados em tempo real pelo sistema Deter – imagens captadas por satélite, o INPE divulgou um primeiro alerta sobre o desmatamento na Amazônia no último trimestre de 2007. As estimativas são de um desmatamento em ritmo acelerado, em uma média de mais de 1.000 quilômetros quadrados por mês. “Estamos preocupados”, disse Gilberto Câmara, diretor do Instituto, ao conferir os números do resultado da ação dos desmatadores. O governo admite que o desmatamento na Amazônia Legal não diminuiu, e que pode aumentar com o próximo levantamento. Em Mato Grosso, novos focos de desmatamento estão próximos a áreas de cultivo da soja. No Pará, a derrubada de floresta seria associada à expansão da pecuária. “A gente sente nitidamente a falta de engajamento, um “corpo mole” do Ministério da Agricultura” (SALOMON, 2008a), criticou Câmara ao falar sobre as dificuldades de rastreamento da origem do gado criado na região. O Instituto aponta ainda a pressão que vem exercendo em maior escala os estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia sobre a floresta Amazônica. O alerta estima em 8% o desmatamento no período entre julho e setembro de 2007. No Estado de Rondônia, o corte de árvores teria aumentado em 600% em um único mês. Comparativamente, de 2006 a 2007, o desmatamento chegou a 11,2 mil quilômetros quadrados de floresta, o equivalente a mais de sete vezes o tamanho da cidade de São Paulo (SALOMON, 2008a).

Os dados analisados pelo INPE de agosto a dezembro de 2007, por meio do sistema Deter, registraram a derrubada de 3.235 km² de floresta na Amazônia nos últimos cinco meses, mas a área real devastada nesse período pode ter alcançado o dobro disso, até 7.000 km², diz o Ministério do Meio Ambiente. Segundo uma reportagem, o en-

tão presidente Lula, pressionado pela opinião pública, convocou uma reunião de emergência com seis ministros no Palácio do Planalto. Na avaliação da equipe da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, o diagnóstico elaborado pelo Deter “indica uma tendência de alta ‘inequívoca’ no ritmo das motosserras”. Segundo os dados levantados pela IMAZON, uma ONG que monitora a Amazônia, o desmatamento teve um crescimento de 300% em novembro, em relação a outro do mesmo ano, o que corresponde a um aumento de 74% no período de cinco meses. No entanto, para o INPE, nesse período a perda da floresta correspondeu a um aumento de 18%. Para Adalberto Veríssimo, do IMAZON, “apesar das discrepâncias ambos os dados trazem uma mensagem clara: ‘O aumento do desmatamento está absolutamente confirmado e bem caracterizado’” (SALOMON, 2008b).

A então ministra do Meio Ambiente Marina Silva apontou como prováveis causas do aumento do desmatamento a pressão pelo aumento da produção de soja e carne, *commodities* cujos preços subiram. Os satélites indicaram que o desmatamento se concentrou em regiões produtoras de soja - o Nordeste mato-grossense, onde o então governador do Estado, Blairo Maggi, possui uma fazenda - e de gado, no Sudeste do Pará. “A pecuária e a soja são atividades típicas desses Estados; a realidade econômica indica que essas atividades pressionam o desmatamento”, observou a então ministra (SALOMON, 2008b). O então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em entrevista, admitiu que houve a derrubada de floresta amazônica para uso do pasto. Segundo ele, a questão é tratada pelo governo apenas em “tese”, ou seja, a decisão política é de não derrubamento da floresta para expansão da agricultura e pecuária. Entretanto, na avaliação do ex-ministro, “o governo precisa passar à prática para impedir o avanço do pasto sobre a floresta” (DANTAS, 2008).

Um relatório compilado pela ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira destaca, como causa do desmatamento, o incentivo de bancos oficiais. Segundo a ONG, “a terra barata e crédito de bancos oficiais estimulam o avanço cada vez maior da pecuária e que a Amazônia Legal responde 36% do rebanho nacional e um terço das exportações” (DANTAS, 2008). Em 2007, o Brasil exportou 1,62 milhões

de toneladas de carne bovina em direção a 150 países, um número 6% superior ao ano anterior. O Ministério da Agricultura projetou crescimento de 31,5% na produção bovina até 2018, dizendo que há espaço para a expansão sem interferência em biomas protegidos, como a Amazônia e o Pantanal. “O cerrado participa do cálculo como área para pastagem. Isso apesar de ser um bioma rico em biodiversidade e altamente ameaçado: estima-se que 40% dele já tenham sido alterados pela ação humana, e as pressões do agronegócio sobre a savana central brasileira só crescem” (DANTAS, 2008). Mesmo diante desses fatos empíricos, o Ministério acredita ainda que a expansão da agropecuária brasileira possa ser realizada nos próximos dez anos sem a necessidade de derrubada de uma única árvore e que entre as medidas de expansão está o incentivo à utilização de áreas já degradadas (DANTAS, 2008).

O desmatamento para a monocultura do agronegócio e para pecuária é feito em alguns estados da região Amazônica. A floresta também é atacada com o desmatamento para a produção de carvão vegetal em Mato Grosso do Sul, ou seja, a produção de carne também requer a produção de carvão para o churrasco. Segundo dados da ONG ambientalista Conservation International, cerca de 16 mil Km² da vegetação nativa do Pantanal sul-mato-grossense haviam sido derrubadas até o ano de 2004 (CORRÊA; OLIVEIRA, 2005).

Outros problemas advêm da monocultura de eucalipto e pinus para a produção de polpa de celulose, um dos símbolos da prática de maior expansão da Aracruz Celulose. Essa empresa foi denunciada no Tribunal do Povo, durante o Tribunal das Transnacionais em 2006. Foi um julgamento simbólico que ocorre paralelamente ao 4º Encontro de Cúpula de Chefes de Estado da União Europeia, América Latina e Caribe (THUSWOHL, 2006).

O desmatamento de florestas acontece em todo o mundo. O grupo de ambientalistas do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, sigla em Inglês) denunciou que os países da União Europeia (UE) estão ajudando a destruir importantes florestas de países mais pobres para importar ilegalmente madeira. A Grã-Bretanha é a maior importadora de madeira ilegal na Europa. A extração de madeira alimenta o comércio da África, Indonésia, Amazônia, Rússia (UNIÃO..., 2005). Especialis-

tas dizem que o pacote lançado pelo governo federal terá, no máximo, sucesso parcial contra o desmatamento ou poderá até aumentar esta prática porque o governo dá um subsídio oculto à pecuária na Amazônia que chegou a R\$ 1,9 bilhão, e terra de graça para os pecuaristas (ANGELO; FREIRE, 2008).

Segundo Thomas, o rápido crescimento mundial, na última década, apressa mais fortemente a destruição ambiental e suas consequências de mudanças climáticas. As iniciativas de países desenvolvidos continuam sendo muito importantes para reverter esse processo, mas igualmente é o papel dos países emergentes, como China e Brasil. Conforme o autor, os países desenvolvidos são os maiores responsáveis por elevados níveis de emissão de gases de efeito estufa por pessoa e deveriam responder pela maior parte das ações para conservação da energia e proteção do meio ambiente. No entanto, alerta que os países médios já respondem pela metade de todas as emissões no mundo, segundo seus interesses nacionais. Esses países em processo de desenvolvimento deveriam priorizar a conservação do meio ambiente. “Eles abrigam 60% das reservas de água doce do mundo, 60% das florestas, a maior parte dos recifes de coral e uma valiosa biodiversidade em sua fauna e flora, mas enfrentam uma imensa degradação do ar, das florestas, do solo, da água e dos recursos marinhos, que prejudica tanto a economia interna quanto mundial” (THOMAS, 2007). Ainda segundo Thomas, na China, na Índia e em muitos outros países a poluição da água e do ar está afetando gravemente a saúde e a produtividade das populações. No Brasil, Indonésia, e em muitos outros países também, por exemplo, a degradação do solo e o desmatamento estão contribuindo para o aparecimento de enchentes e furacões com alto custo para as populações. Na bacia Amazônica, a transformação da floresta em áreas agrícolas e de pastagem contribui para o aumento da temperatura, que, por sua vez, prejudica a agricultura e as pessoas. “Além disso, a globalização agiliza a propagação desses danos. A crescente demanda por alimentos, fibras e madeiras esgotam a pesca, os campos e as florestas contribuindo para a perda da biodiversidade global” (THOMAS, 2007). O crescimento econômico impulsionado pelas indústrias movidas por grandes volumes de energia, a concentração ur-

ba e o desmatamento aumentaram consideravelmente a emissão de gás carbônico na atmosfera. As mudanças climáticas vêm provocando secas e enchentes em países ricos e pobres, e ameaçam erodir o litoral. O número de desastres naturais e de vítimas quadruplicou nos últimos 30 anos, com pesados danos, principalmente para os pobres. Neste contexto, o corte de florestas é responsável por 1/5 das emissões de gás carbônico (THOMAS, 2007).

Segundo os dados do WWF, no período de 1990 a 2000 o desmate por ano na planície foi de 0,46% ao ano. No período de 2000 e 2004 a taxa anual aumentou para 2,3%. A estimativa prevê que dentro de 45 anos a floresta original do Pantanal terá desaparecido completamente. A terra perdeu em 1/4 de século quase 1/3 de sua riqueza biológica e recursos e se continuar nesse ritmo a humanidade necessitará de dois planetas para manter seu estilo de vida em 2030, advertiu o WWF. A demanda da população mundial excede em cerca de 30% a capacidade regeneradora da Terra, segundo informa o Relatório Planeta Vivo 2008, divulgado pela organização ambientalista (REUTERS/UOL Notícias, 22 nov. 2005).

Baseadas nestes estudos sobre o aquecimento, as simulações feitas calculam que a floresta Amazônica sofreria impactos consideráveis. Simulações de aumento de 1°C e 2°C causariam a retração da floresta de 20 a 40%, e se as temperaturas romperem esses patamares os efeitos serão ainda mais severos. A pior hipótese testada, uma alta de 4°C, reduziria a Amazônia a apenas 15% do que é hoje, ou seja, comprometeria 85% da mata (FALEIROS, 2009). Segundo o Greenpeace, a produção de carne e couro, destinada a atender mercados consumidores como Europa, EUA, China e Índia, é a principal causa do desmatamento da floresta tropical no Brasil (HARVEY; WIGGINS, 2009).

No período de 2005 a 2008, uma área da mata Atlântica, de 103 mil hectares, equivalentes a 2/3 da cidade de São Paulo, foi desmatada no Brasil. O Estado campeão de desflorestamento, com 32,7 mil hectares, foi Minas Gerais, pressionado pela produção de carvão (BALAZINA, 2009).

Na sétima edição da Pesquisa de Informações Municipais (Mu-

nic), do IBGE, que investigou, além dos temas da gestão pública, os temas do meio ambiente, ficou comprovado que, em 2008, 5.040 municípios brasileiros, ou seja, 90,6%, informaram a ocorrência frequente e impactante de alguma alteração ambiental; sendo queimadas, desmatamento e assoreamento de corpos d'águas as mais citadas. (IBGE, 2008)

Segundo estudos feitos por cientistas da USP, as emissões de gases do efeito estufa no Brasil subiram 24,6% entre 1990 a 2005, período neoliberal, mostrando que a concorrência capitalista não é controlável e que os governos são financiados pelo sistema capitalcrático. Todos os estudos apontam a continuidade do desflorestamento no Brasil, tendo como principal vilão a agropecuária, com lucratividade milionária, como aqui ficou comprovado (GARCIA, 2009).

Além desses fatos que provocam o desmatamento, outro, como a produção de biocombustível, está sendo considerado de grande relevância. Salienta-se que, segundo os especialistas da área, as florestas são as responsáveis pela filtragem do carbono (CO_2) que é lançado na atmosfera. Ao reduzi-las agrava-se o problema do aquecimento do planeta. Portanto, trata-se de todo um processo destrutivo do meio ambiente que o capitalismo causa e, ainda ideologicamente, defende que para preservar tem que privatizar, na sua máxima de que o indivíduo só preserva o que é seu. Segundo dados apresentados pela Fundação SOS Mata Atlântica, hoje existem apenas 7% da mata que havia na época do dito *descobrimento*. A mata Atlântica está presente em quase todo o país e próximo ao litoral brasileiro (SATO, 2009).

A produção de biocombustível

Para os interesses capitalistas, o que importa é o desenvolvimento econômico a todo custo, sem que isso signifique melhoria de qualidade de vida ou preservação do meio ambiente. A monocultura da cana-de-açúcar para a produção do biocombustível expressa a manutenção da matriz energética da economia atual, consequência do modelo de produção de automóveis individuais que consomem milhares de barris de petróleo. A escassez do petróleo que aparece nos anos 70 do século passado e o conflito de interesses entre as potências mundiais com

países do Oriente Médio que são importantes produtores desta mercadoria, pôs em xeque o extrativismo dessa fonte e estimulou pesquisas de alternativas energéticas. O biocombustível foi a saída encontrada, principalmente pelo Brasil que não era auto-suficiente em petróleo. Porém, a produção de biocombustível, como o álcool etanol, necessita de vasta extensão de terras cultiváveis para o plantio de cana-de-açúcar ou mamona. Esse fato expressa uma grande preocupação social, ou seja, grandes áreas agricultáveis antes destinadas para o cultivo de alimentos, atualmente estão sendo substituídas pelo cultivo de vegetais para a produção de biocombustível, contribuindo para o encarecimento dos mesmos. Essa situação é estimulada pelo próprio governo, que subsidia e incentiva a produção do etanol.

A proposta brasileira de criar mercado mundial para o álcool em parceria com os EUA encontrou um opositor de peso em um dos pioneiros do movimento ambientalista: o estadunidense Lester Brown²⁰, 72 anos, cuja influência é suficiente para ser ouvido no Congresso dos EUA, Fórum Social Mundial ou na Academia de Ciências da China. Segundo ele, “o uso do milho para usina de álcool desencadeou uma disputa de proporções épicas entre os 800 milhões de donos de carros e os 2 bilhões de pessoas pobres do planeta” (TREVISAN, 2007a). Ele diz que a demanda por milho para fabricação de álcool tem levado à inflação dos alimentos no mundo, com efeitos perversos para as populações pobres. Brown alinha-se à posição do cubano Fidel Castro e do presidente venezuelano Hugo Chávez, que creem que os biocombustíveis ameaçam a oferta de alimentos no planeta. A tecnologia brasileira de fabricação de álcool com a cana-de-açúcar não escapa da crítica do ambientalista, que identifica o biocombustível como a mais importante

²⁰ O autor se tornou uma referência internacional na área ambiental a partir de 1984, com o lançamento da série “Estado do Mundo”, publicada anualmente nas principais línguas do mundo e considerada a bíblia do movimento ambientalista. Formado em ciências agrícolas, Brown trabalhou durante dez anos no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, de 1959 a 1969. Em 1974, ele fundou o Worldwatch Institute, com apoio do Rockefeller Brothers Fund. A ONG, que se dedica à análise de questões ambientais globais, ficou como responsável pelo lançamento da série “Estado do Mundo”. [...] O mais recente deles, de 2006, é “Plan B 2.0: Rescuing a Planet under Stress and a Civilization in Trouble” [“Plano B 2.0: Resgatando um Planeta sob Stress e uma Civilização em Perigo”], que tem um capítulo sobre a alta no consumo de recursos naturais pela China” (TREVISAN, 2007b).

ameaça à diversidade biológica da terra. Segundo ele, hoje, quase 30% da produção de grãos dos EUA estão destinados às usinas de álcool.

Na mesma linha de Brown, o relatório “Panorama Agrícola 2007-2016” (TREVISAN, 2007a) elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) alerta que “a crescente demanda por biocombustíveis vem provocando mudanças nos mercados agrícolas mundiais e pode levar a aumentos de preços dos alimentos” (GERAQUE, 2008b). Segundo a tese defendida por uma dupla de pesquisadores do Instituto Smithsonian do Panamá, “Os biocombustíveis não são sempre melhores que os combustíveis fósseis em termos ambientais” (GERAQUE, 2008b). Segundo William Laurence, um dos pesquisadores, o álcool produzido com cana-de-açúcar produz 60% menos gases de efeito estufa, mas causa impactos ambientais maiores do que a gasolina se outros parâmetros forem considerados. Eles analisaram 26 biocombustíveis produzidos no mundo, mostrando que 21 deles reduzem mais de 30% dos gases causadores do efeito estufa, em comparação com a gasolina. Por outro lado, 12 deles são mais nocivos para o meio ambiente do que os combustíveis fósseis. Ele cita que na produção de cana-de-açúcar é utilizada muita água e isso provoca a poluição dos rios próximos, por conta dos fertilizantes usados em grandes quantidades nas plantações que, após serem quebrados em óxidos de nitrogênio, também afetam a camada de ozônio. Além disso, a utilização de plantação de cana causa o aumento dos custos dos alimentos, inclusive do açúcar, que é seu derivado. O aumento do preço dos alimentos acontece porque cada vez mais terras agricultáveis estão deixando de produzir alimentos, sendo usadas no plantio de cana para o biocombustível. A plantação em larga escala, configurada em monocultura, implica também em impacto na biodiversidade, com as frequentes queimadas e, principalmente, com o emprego de mão de obra precária, já aqui relatado.

Outras atividades também contribuem para a destruição ambiental. É o caso do turismo ecológico ou ecoturismo dentro do modelo de negócio capitalista predador, como chama a atenção Anne Vigna, sobre o projeto Maia, na Guatemala, incluído em roteiro turístico (VIGNA,

2006). Além disso, também no âmbito da agricultura, as plantações de soja e de outros grãos transgênicos põem em risco a biodiversidade, apresentando, com essa tecnologia da semente transgênica, a mais perversa das privatizações, isto é, a privatização e a monopolização da reprodução da flora por empresas privadas. O ambientalista francês Bové atacou plantações de soja transgênicas no Rio Grande do Sul, em 2001, por ocasião da realização do I Fórum Social Mundial, denunciando problemas com essa prática agrícola (FSP, 10 set 2006).

Mesmo diante da crise ambiental provocada, principalmente, pelo aquecimento do planeta, tendo em vista a emissão de CO₂ decorrente da combustão de combustíveis fósseis, a corrida para novas descobertas de fontes para extração de petróleo continua com toda força. O Brasil, por exemplo, está prestes a compor a elite mundial dos grandes exportadores de gasolina. A recente descoberta de petróleo em Tupi, na região do Pré-Sal, um campo de águas profundas, cuja estimativa é de conter 5 a 8 bilhões de barris de petróleo leve, está provocando agitações entre as maiores companhias de petróleo do mundo. Tupi é a maior descoberta mundial de petróleo desde o campo de 12 bilhões de barris encontrado no Cazaquistão, em 2000 (BARRIONUEVO, 2008).

O uso de agrotóxico

Outro fator que degrada o meio ambiente e os trabalhadores é o uso de agrotóxico na plantação de alimentos. O Brasil, em 2008, foi consagrado campeão mundial de uso de agrotóxico em suas lavouras. “Foram 673.862 toneladas de defensivos, o equivalente a cerca de 4 quilos por habitante. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Defesa Vegetal (Sindag), o faturamento da indústria química no ano passado no Brasil foi de US\$ 7,125 bilhões, valor superior aos US\$ 6,6 bilhões do mesmo setor dos Estados Unidos. Areladas ao tamanho da área plantada, as maiores aplicações se deram nas culturas de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e cítricos” (MERLINO, 2009, p. 27). O uso de agrotóxico prejudica diretamente os trabalhadores rurais que manuseiam essas substâncias químicas; além disso, a alimentação se torna a causa de diversas doenças de que vem sofrendo a população. Muitos cientistas atribuem

aos alimentos cultivados com agrotóxicos as causas de diversos cânceres. Além disso, a intensificação da produtividade na racionalidade da monocultura interfere diretamente na diminuição da biodiversidade.

O quadro a seguir demonstra que o Brasil é o campeão mundial em consumo de agrotóxicos.

Quadro 5 – Os números dos agrotóxicos no Brasil

→ O Brasil é o campeão mundial em consumo de agrotóxicos. Em 2008, foram utilizados 673.862 toneladas de defensivos, e a indústria química movimentou US\$ 7,125 bilhões.

→ Mais de 1,5 milhão, das 5,2 milhões de propriedades rurais do país utiliza agrotóxicos.

→ 1,396 milhão de estabelecimentos agrícolas utilizam herbicidas, fungicidas e inseticidas.

→ Cerca de 56% dos que recorrem a produtos químicos na agricultura não seguem orientação técnica.

→ 70,7% usam pulverizador costal para aplicação de agrotóxicos, equipamento que apresenta maior potencial de exposição aos trabalhadores.

→ Em cerca de 20% das propriedades que aplicaram agrotóxicos não se utilizava equipamentos de proteção.

→ Houve ao menos 25.008 casos de intoxicação de agricultores.

→ O pimentão é o alimento que apresenta maior índice de agrotóxicos. 64% das amostras analisadas por pesquisa da ANVISA apresentaram problemas.

→ Morango, uva e cenoura aparecem na sequência, com mais de 30% de resíduos cada.

→ Substâncias proibidas em muitas partes do mundo foram encontradas em abacaxi, alface, arroz, batata, cebola, cenoura, laranja, mamão, morango, pimentão, repolho, tomate e uva.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defesa Vegetal (Sintag)

Censo Agropecuário 2006, IBGE (apud MERLINO, Caros Amigos. 2009, p. 30).

5.1.2. As consequências da produção destrutiva do capitalismo

Emissão de gases de efeito estufa e as mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento do planeta

A produção de *comodities* e de mercadorias nos padrões de desenvolvimento mediado pela forma de produzir capitalista causam muitos problemas ambientais. É consenso que a emissão de dióxido de carbono (CO₂), apontado como uma das principais causas do aquecimento do planeta, definido como efeito estufa, provoca mudanças climáticas essenciais no presente e com maior gravidade para o futuro. Segundo Rohde,

Tendo em vista que o vínculo científico entre a emissão antropogênica de CO₂ e o aquecimento da Terra e a consequente mudança climática já foi resolvida do ponto de vista científico, apesar de um fortíssimo lobby obscurantista promovido pelas empresas de extração de petróleo e por países que dependem quase inteiramente da utilização de combustíveis fósseis como funções forçantes de sua economia convencional, o trabalho e o debate científico agora recai sobre a plêiade de consequências do aquecimento global e sua distribuição geográfica mundial. Igualmente, o debate científico recai sobre qual a concentração máxima em partes por milhão que deverá ser tomada como o valor limite máximo para a estabilização de CO₂ na atmosfera terrestre, sendo que o status quo atual o fixa em cerca de 550 ppm. (ROHDE, 2005, p. 299)

As mudanças climáticas causam furacões, enchentes, secas, incêndios de florestas, desertificação e aumento dos níveis dos mares devido ao degelo das calotas polares, bem como um forte impacto na agricultura. O Relatório do Instituto de Pesquisas sobre os Impactos do Clima, de PTSDAM, na Alemanha, publicou, no dia 24/11/2007, os resultados de uma pesquisa de um grupo de vinte e quatro especialistas. Segundo a conclusão dos estudos, a temperatura média do ar deve aumentar em 2°C a 7°C até 2100, em relação ao período pré-industrial. Diz ainda que o aumento de 40% das emissões de dióxido

de carbono (CO_2), entre 1990 e 2008, tornou mais difícil atingir a meta acordada no Protocolo de Kioto. Esse relatório foi considerado um último apelo dos cientistas aos países que estiveram reunidos em dezembro de 2009, em Copenhague, para discutir a proteção do planeta. Segundo o relatório, um dos efeitos mais alarmantes é a multiplicação dos fenômenos meteorológicos dos extremos, como os aumentos da temperatura que provocam aumento das precipitações, secas e inundações e elevação dos níveis dos mares. A alta atual dos níveis dos mares de 3,4mm por ano, observados nos últimos 15 anos, é superior em 80% às previsões do IPCC. Com base nisto, os especialistas consideram uma faixa entre 18 e 59% de aumento do nível dos mares se não diminuírem a emissão dos gases de efeito estufa. “O degelo dos pólos provocará a alta do nível das águas marinhas de 1 a 2 m até o final do século” (CAMBRELENG, 2009). O degelo do Ártico está ocorrendo 40% mais rápido do que previa o IPCC. Segundo esse relatório, se medidas eficazes não forem adotadas os ecossistemas sofrerão efeitos irreversíveis. Diz também que, se não houver contenção no desmatamento da Amazônia, isso provocará secas severas e transformará a maior floresta tropical do mundo em uma savana (CAMBRELENG, 2009).

Uma das propostas para evitar maiores danos climáticos é a de pararmos de lançar na atmosfera dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. São gases resultantes da atividade humana que provocam um cobertor em torno do planeta, impedindo que a radiação solar reflita na superfície da terra e retorne ao espaço. É o chamado efeito estufa, responsável pelo aumento da temperatura global. O tratado de Kioto foi quem recomendou esta medida e acabou retificado por 163 países, menos pelos Estados Unidos, o país que mais emite gás carbônico, em torno de 25% da produção global. Mas, apesar dos acordos acertados, a emissão desses gases continua subindo e as previsões são de que o aquecimento global será inevitável. Segundo especialistas, diante das mudanças climáticas, deve-se preparar a vida para se adaptar a um clima mais quente. Em 2005, ocorreram 360 desastres naturais, dos quais 259 diretamente relacionados ao aquecimento global. O aumento foi de 25% em relação ao ano anterior. No total foram 168 inundações, 69 tornados e furacões e 22 secas que modificaram a vida de 154 milhões de pessoas.

Quadro 6 – Quadro comparativo entre o ano de 1980 e 2006 da evolução da população mundial, emissão de CO₂, temperatura média do planeta e frota de carros no mundo

Indicadores	1980	2006
População Mundial	4,5 bilhões	6,5 bilhões
Emissão de CO ₂	5,3 bilhões de toneladas	7,3 bilhões de toneladas
Temperatura média	14,18 °C	14,63 °C
Frota de carros	300 milhões	725 milhões

Fonte: KLINTOWITZ, 2006.

Segundo a reportagem, existem seis pragas do aquecimento e é assustador observar os efeitos de dimensões ciclônicas como resultado de um aumento de apenas de 1 °C, previsto para as próximas décadas. O Ártico está derretendo, a cobertura do gelo na região tem diminuído em ritmo constante de 8% ao ano há três décadas. No ano de 2005, o aumento do degelo foi 20% em relação ao de 1969, correspondente à redução de 1,3 milhão de km² terrestres, equivalente à soma dos territórios da França, Alemanha e Reino Unido.

Os furacões estão mais fortes devido ao aquecimento das águas e os de categoria 4 e 5 (que são os mais intensos da escala) dobraram nos últimos 35 anos. O furacão Katrina, que destruiu Nova Orleans, nos EUA, é uma amostra dessa nova realidade. O Brasil também entrou na rota dos ciclones, embora tenha sido, até então, salvo desse tipo de fenômeno climático. O litoral sul do país, em 2004, foi atingido pelo ciclone extratropical Catarina. O nível do mar está subindo; a elevação, desde o início do século, está entre 8 e 20 cm, e um estudo da ONU afirma que o nível subirá 1 m até o final deste século. Cidades como Recife precisarão ser protegidas por diques. As áreas em processo de desertificação também aumentam. O total de áreas atingidas pela seca dobrou em 30 anos e um quarto da superfície do planeta é agora deserto. Na China as áreas desérticas avançam 10 mil km² por ano.

Também já se contam os mortos em decorrência dessas mudanças climáticas. A ONU estima que mil pessoas morram anualmente por causa das secas, inundações e outros fenômenos relacionados diretamente ao aquecimento global. Em 2030, o número dobrará, prevê a Organização. Os gases responsáveis pelo aquecimento excessivo são produzidos pelos combustíveis fósseis utilizados pelos carros, indústrias, termoeletricas e pelas queimadas das florestas. Os processos naturais, como a decomposição orgânica e as erupções vulcânicas, produzem dez vezes mais gases do que o emitido pelo homem, mas foi isso que garantiu o início do efeito estufa, sem o qual a vida na terra seria impossível. Hoje, o que está sendo emitido pela atividade humana é o que amplia esse fenômeno do aquecimento. De acordo com o Painel do Relatório Internacional de Mudanças Climáticas, IPCC, das Nações Unidas, as mais respeitadas autoridades sobre aquecimento global dizem que o efeito é irreversível. Cerca de 75% dos gases são dos combustíveis fósseis, outros 25% são provenientes de queimadas. Por conta disso, vários governos estão considerando a energia nuclear, que joga na atmosfera apenas 16% do total de gases. Apenas a China quer construir 32 usinas nucleares até 2020.

Segundo a reportagem, o Brasil é um dos países que mais polui o meio ambiente. Se for considerada a emissão de gases de efeito estufa liberada pelas queimadas e agropecuária, o país ocupa a 4ª posição no *ranking* mundial:

- 1º Estados Unidos – 15,8%
- 2º China – 11,9%
- 3º Indonésia – 7,4%
- 4º Brasil – 5,4%
- 5º Rússia – 4,8%
- 6º Índia – 4,5%
- 7º Japão – 3,2%
- 8º Alemanha – 2,5%
- 9º Malásia – 2,1%
- 10º Canadá – 1,8%

A preocupação com aquecimento do planeta está centrada na crise alimentar, principalmente. Recente estudo publicado na revista *Science* alerta que, até 2100, metade da população mundial pode sofrer com a falta de comida se nada for feito para adaptar a terra ao aquecimento global. O alerta baseia-se na probabilidade de que, até o final deste século, mais de 90% das regiões tropicais e subtropicais conviverão com temperaturas mais altas que as do século XX. Isso comprometerá as plantações e produção de alimentos. Nos trópicos, as temperaturas mais elevadas poderão comprometer de 20 a 40% da produção de milho e arroz. E o estudo constata que um grau centígrado poderá significar redução média da produção agrícola entre 2,5 e 16% (KLINTOWITZ, 2006).

A China, seguindo o mesmo modelo do produtivismo capitalista, está se transformando no maior “chaminé” do mundo. É comum a transferência de indústrias europeias para a China, como, por exemplo, a siderúrgica de aço da Alemanha. Seu alto forno foi transferido peça por peça para a China. A siderúrgica é responsável pelas crescentes emissões no país de dióxido de enxofre e dióxido de carbono. Dizem os autores da matéria do *The New York*:

Em sua pressa de recriar a revolução industrial que enriqueceu o Ocidente, a China absorveu grande parte das grandes indústrias que sujavam o Ocidente. Estimuladas pelo forte apoio do Estado, as empresas chinesas se tornaram as principais produtoras de aço, coque, alumínio, cimento, produtos químicos, couro, papel e outros bens que enfrentavam altos custos, incluindo leis ambientais mais severas, em outras partes do mundo. A China se tornou a fábrica do mundo, mas também sua chaminé (KHAN; LANDLER, 2008).

A China carece de recursos naturais, mas seu crescimento econômico pressiona o meio ambiente de outros países para importar matéria-prima, tais como minério de ferro, petróleo e madeira, de lugares distantes como Canadá, Brasil, Austrália e Indonésia.

A poluição dessas usinas tem provocado doenças e mortes na população local devido ao alto grau de emissão de substâncias químicas pelas suas chaminés, por exemplo, em áreas industriais do país como Lanzhou e Taiyuan. Estudos da Universidade de Tianjin apontaram que

nestas cidades a emissão de benzopireno, responsável pelo câncer de pulmão, é 100 vezes acima dos níveis registrados em Londres (KHAN; LANDLER, 2008). Esta reportagem trouxe uma lista dos dez lugares mais poluídos do mundo: Rússia, China e Índia contêm a maioria das áreas onde as pessoas convivem com poluição tóxica de efeitos devastadores. São eles: Sumqayit, no Azerbaijão; Chernobyl, Ucrânia; Dzerzinsk, Rússia; Kabwe, Zâmbia; La Oroya, Peru; Linfen, China; Norilsk, Rússia; Sukinda, Índia; Tianying, China; e Vapi, Índia (BIELLO, 2007).

O mais famoso jornalista e ambientalista chinês, Ma Jun, também criador do Instituto de Assuntos Ambientais Públicos, diz que a poluição atualmente é o maior foco de tensão social naquele país. Segundo ele, a China é hoje, campeã mundial de emissões de gases do efeito estufa. As grandes fábricas do mundo se mudaram para lá e as empresas não respeitam as leis ambientais. Ma Jun escreveu o livro “A crise da água na China”, que trata da tragédia ecológica no país. Ele foi premiado pelo governo chinês como “o homem do ano da China Verde”, em 2006 (LORES, 2008).

No Brasil os pesquisadores da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agropecuária) apresentaram estudos sobre os impactos da mudança climática na agricultura brasileira. De acordo com os estudos, o maior prejuízo será nas plantações de soja, que diminuirão 75% até 2050, em grande parte do Rio Grande do Sul. O aquecimento global também diminuirá a produção de café em menos 17%, de girassol em menos 16%, do milho em menos 15%, algodão em menos 16%, arroz em menos 12% e feijão em menos 10%. Somente a cultura da cana-de-açúcar será beneficiada com crescimento de 139% (AQUECIMENTO...,2009).

Outra preocupação, que diz respeito ao aquecimento global, é que ele pode provocar conflitos globais. O aquecimento provocará doenças na Ásia e nos países insulares do pacífico e produzirá conflitos fazendo milhões de refugiados. De acordo com a Associação Médica Australiana e Fundação Australiana de Conservação, o aquecimento até 2110 provocará secas, inundações, tufões, além de ampliar a incidência de malária, dengue e cólera. Esse estudo prevê o aumento de 1º a 6º graus nos próximos 95 anos. Indica também que pessoas morrerão em grande número devido ao aquecimento. Os cientistas dizem

que doenças transmitidas pelos mosquitos, como a dengue, podem se alastrar (AQUECIMENTO..., 2005).

Na avaliação do Instituto Nacional de Meteorologia, o número de tornados no Brasil está relacionado ao aquecimento das temperaturas. Também observa que, desde o início de 1990, tem ocorrido queda da umidade relativa do ar e que, quando cai a umidade, consequentemente cai a temperatura. O estudo analisou, de 1961 a 1990, cinco localidades consideradas as mais secas do Brasil e concluiu que houve queda da umidade relativa do ar. A cidade de Uberaba/SP chegou a registrar umidade do ar em cerca de 8%. “Diniz ressalta que só neste ano ocorreram cinco tornados fortes: em Criciúma (SC), em janeiro, em Indaiatuba (SP), em maio, em Ivaiporã (PR), em junho, em Muitos Capões (RS), em agosto, e no último dia 10 na região perto de Foz do Iguaçu (PR)” (NO BRASIL..., 2005).

O buraco da camada de ozônio sob a Antártida atingiu proporções recordes em 2006, anunciaram cientistas da NASA; e, segundo eles, a camada do gelo polar da Groenlândia perdeu massas consideráveis de gelo nos últimos dois anos, e as causas por trás disso são as mudanças globais e ambientais. David Hofmann, da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica, disse que, em outubro de 2006, os níveis de ozônio na região crítica da estratosfera, entre 13 e 21 km de altitude, tinham virtualmente desaparecido, significando isso que o buraco de ozônio em 2006 ficará registrado como recorde. Conforme o especialista, o ozônio estratosférico protege a superfície da terra da radiação solar, que pode causar câncer de pele e interromper processos biológicos. O esgotamento desta camada se tornou causa principal da preocupação mundial. Quando os compostos produzidos pelo homem, chamados de clorofluorcarbonetos ou CFC’S, foram identificados como causadores da destruição do ozônio, mais de 180 países, inclusive os EUA, assinaram o tratado para restringir a produção de refrigeradores e outros produtos que continham CFC. Só que essas substâncias químicas permanecem na atmosfera por 40 anos (TONER, 2006).

O buraco na camada de ozônio no hemisfério sul aumentou em superfície e em tamanho e bateu níveis recordes, segundo informações da Administração Atmosférica e Oceânica da NASA. “De 21 a 30 de

setembro de 2006, a superfície média do buraco foi a maior observada até agora, com 27 milhões de Km²; afirmou Paul Newman, cientista de Vôos Espaciais da NASA” (BURACO...,2006). Esta superfície é maior que o Canadá, Estados Unidos e parte do norte do México juntos. Segundo o cientista, a camada de ozônio protege a vida terrestre ao bloquear os raios ultravioletas emitidos pelo sol. Quanto à profundidade do buraco de ozônio, o Instituto de Medição do Satélite Aura da NASA, determinou que ela se reduziu a 85 unidades de DOBSON (medição de quantidade de ozônio por um ponto fixo na atmosfera), em outubro de 2006. Em julho deste mesmo ano, a profundidade calculada foi de 300 unidades DOBSON. Recentes previsões do IPCC para o aquecimento da terra informaram que houve um aumento da concentração de CO₂ na atmosfera terrestre que aumentou 35% desde o ano 2000, uma aceleração sem precedentes na história. Isto significa que, se essa tendência for mantida, os efeitos previstos das mudanças climáticas serão sentidos mais cedo e de forma aguda. O grupo diz que a taxa de crescimento de CO₂ foi de 1,93 partes por milhão (PPM) por ano, entre 2000 e 2006. Nos anos de 1990, essa taxa era de 1,49 PPM ao ano. Hoje a concentração de gás carbônico na atmosfera é de 321 PPM, o que já representa, segundo o estudo, um aumento brutal em relação aos níveis pré-industriais. Em 1750, o nível de CO₂ no ar era de 280 PPM. Nunca antes, nos últimos 650 mil anos, essa cifra havia sido ultrapassada, informam os pesquisadores. “O novo estudo indica que a humanidade está acelerando rumo a uma concentração de CO₂ considerada perigosa: a partir de 450 PPM, dizem os cientistas, será virtualmente impossível limitar o aquecimento adicional do planeta a 2° C até 2100, nível considerado mais seguro” (BURACO..., 2006).

De um modo geral, a emissão de CO₂ cresceu em 3%, de 2006 para 2007. As nações em desenvolvimento como a China e a Índia são responsáveis por mais da metade dos gases de efeito estufa jogados na atmosfera. Segundo o relatório anual do Projeto Carbono Global, a liberação do principal gás de efeito estufa cresceu no período de 2006 a 2007, isto é, subiu quatro vezes mais (3,5%) em comparação com o que aumentava na década de 90 do século passado, que era de 0,9%, superando as previsões dos cientistas. O total de emissão atualmente

ultrapassa o pior cenário previsto pelo IPCC. Neste cenário, conhecido como A1F1, a temperatura no final do século será de mais 4°C, mais alta que na era pré-industrial. “A concentração de gás carbônico na atmosfera chegou em 2007 a 383 PPM” (EMISSÃO..., 2008).

Como consequência, as mudanças climáticas devem levar até 1 bilhão de pessoas a deixarem suas casas nas próximas quatro décadas, de acordo com os estudos divulgados pela Organização Internacional para Migração (OIM). O relatório foi lançado na Conferência do Clima, Copenhague, Dinamarca, da ONU, realizada no final de 2009, e previu o aumento da temperatura de 2 a 5°C até o final do século. Segundo esses estudos, os número de desastres naturais mais que dobraram nos últimos 20 anos, assim como a desertificação, a poluição da água e outros problemas (MACINNIS, 2009). Essa situação provocará problemas sociais de toda ordem.

O degelo das calotas polares e dos mantos de gelo das cordilheiras provoca o aumento do nível do mar

A emissão de gases poluentes, que aumenta o buraco na camada de ozônio e provoca o efeito estufa (aquecimento da Terra), está ocasionando o degelo das calotas polares e dos mantos de gelo das cordilheiras. A consequência disso é que, com o degelo, o nível do mar aumenta, bem como a sua temperatura, e provoca profundas mudanças climáticas. Os efeitos de maior envergadura estão sendo denunciados por ambientalistas e cientistas, bem como assumidos por alguns políticos preocupados com questões que atingem escala planetária. Em síntese, pode-se dizer que o aquecimento global atinge todo o planeta em situação irreversível e provoca a desertificação, aumento do número de furacões, aumento do nível do mar e outras tragédias ambientais, tendo em vista o desequilíbrio climático.

De acordo com reportagem publicada em 18 de maio de 2005, pela Mídia Global, cientistas estadunidenses afirmaram: “o oceano Ártico está para o clima assim como o canário para a mina: deve-se ver como reage, porque é extremamente sensível às mudanças de temperatura.” (MÉNDEZ, 2006) Segundo dados dos cientistas, o degelo no Ártico,

desde as primeiras medições em 1979, só tem acelerado. “Em março de 2006 os satélites da Nasa mediram 300 mil quilômetros a menos de gelo que em 2005 (uma superfície equivalente a 60% da Espanha)”. (MÉNDEZ, 2006) Segundo os cálculos da Nasa, “Em março de 1979 os satélites constataram uma superfície gelada de 16,5 milhões de quilômetros quadrados no Ártico. Em 2005, havia 14,8 milhões e, em março passado, 14,5 milhões. O mínimo deste ano representa 12% a menos que em 1979 e 2% a menos que em 2005.”(MÉNDEZ, 2006). Esta reportagem diz que “Os cientistas acreditam que o Ártico entrou em um círculo vicioso, sem contenção, e de uma lógica arrasadora: o derretimento do gelo no verão aumenta a superfície da água; essa água é escura e absorve mais radiação solar que o gelo, que reflete grande parte dela; ao absorver mais radiação, o Ártico esquenta mais e derrete mais gelo, o que aumenta a superfície de água capaz de absorver radiação, e assim infinitamente.” (MÉNDEZ, 2006) O derretimento “quase completo abre enormes possibilidades, como novas rotas marítimas ou novas jazidas de petróleo e gás a serem prospectadas”. (MÉNDEZ, 2006) O degelo pode ser consequência de um processo natural, mas para o cientista a questão do Ártico tem causas no aquecimento global gerado pela emissão de gases, principalmente o dióxido de carbono. (MÉNDEZ, 2006)

Um recente relatório dos cientistas do SCAR (Comitê Científico de Pesquisa Antártida) apresentou um paradoxo. O fato de o buraco na camada de ozônio estar sob a península Antártida tem funcionado como um escudo contra o aquecimento que assola o planeta, e as conclusões que chegaram é que a redução do buraco implica necessariamente no degelo da Antártida. Além dessa paradoxal conclusão, o relatório diz que o derretimento do gelo da Antártida aponta para um significativo aumento do nível do mar, cerca de 1,4 m até 2100, que o aumento projetado da temperatura até o final deste século é de 3°C e que a concentração de gases do efeito estufa é a maior dos últimos 800 mil anos (GERAQUE; LOPES, 2009).

Segundo relato do Centro Nacional de Dados sobre Gelo e Neve dos Estados Unidos, o degelo no Ártico é o maior em um século (DEGELO...,2007). As grandes geleiras do oeste da Antártida estão derretendo e perdendo massa para o mar cada vez mais rápido. Segun-

do dados levantados em 2007, o aumento de perda de gelo do continente para o mar foi de 75% e a mudança na temperatura do oceano é a principal razão para esse processo, afirmou Eric Rignot, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, Pasadena/USA. O estudo revela uma estimativa sombria, uma vez que a manutenção do gelo da Antártida é fundamental para evitar o aumento do nível do mar. Em 2006, foram 132 bilhões de toneladas de gelo escoando para o mar em comparação a 1996, e isso mostra um aumento de 59% de perda do gelo continental para o mar (GERAQUE, 2008b).

Segundo estudo divulgado pela *Philosophical Transactions* da Sociedade Real de Londres, que examina a frequência de tempestades, de 1990 até agora, o número de furacões é duas vezes maior a cada ano, se for comparado a ocorrência em cem anos. Para eles, “furacões são redemoinhos de ventos que giram em torno de um olho de baixa pressão”. O aumento desses fenômenos climáticos, possivelmente até 70% ocorrido na última década, pode ser atribuído diretamente ao efeito estufa e não só a comportamento natural. Esses furacões podem causar muita devastação, afetando pessoas e edificações quando atingem a terra. Entre eles, o que causou mais destruição nos últimos anos foi o Katrina, que atingiu Nova Orleans, EUA, em 2005 (NÚMERO..., 2007).

Avanço do nível do mar, enchentes, savanização, seca, imigrações e extinção de espécies fazem parte do cenário previsto para o Rio de Janeiro nos próximos 100 anos, segundo estudo da Secretaria Estadual do Ambiente. O calor deve afetar também a fauna e a flora (MENCHEN, 2008).

A pesquisadora francesa Anny Cozenave, do Centro Nacional de Estudos Espaciais de Toulouse/França, informou que a velocidade do aumento do nível do mar está duas vezes maior do que havia sido verificado no século XX. Esse fenômeno é alimentado pelo aquecimento global; os dados mais recentes, coletados desde 1993, mostraram que a elevação da linha d’água será de 1,80m, mais que o dobro previsto pelo painel do Clima da ONU. E a causa dessa aceleração, segundo a pesquisadora, é que entre 2003 e 2008, o derretimento das geleiras e dos mantos de gelo da Groenlândia e Antártida contribuiu com 80% da elevação do nível. Antes se acreditava que o nível do mar subiria

60cm até 2100, em um estudo comparado de 1980 a 1999 (GERAQUE, 2009). O painel da ONU, em 2007, alertou para mudanças climáticas inevitáveis caso os governos não tomem medidas concretas contra o aquecimento global. (PAINEL...,2007)

Cientistas britânicos descobriram que os mantos de gelo – enormes geleiras que datam da última grande glaciação do planeta – da Groenlândia e da Antártida estão encolhendo em ritmo muito mais acelerado do que se imaginava. Os cálculos feitos a partir de satélite da Nasa confirmam o que os cientistas mais pessimistas já haviam anunciado: “O derretimento das duas maiores camadas de gelo do mundo está acelerando e se retroalimentando. Em algumas partes da Antártida, as taxas anuais de perda de gelo entre 2003 e 2007 foram 50% maiores do que aqueles registrados entre 1995 e 2003. Na Groenlândia, 81 das 111 geleiras da região estão afinando em ritmo acelerado” (BRITÂNICOS..., 2009).

O que se espera no futuro, se o capitalismo continuar a administrar as atividades humanas? Essa é questão fundamental que deve preocupar o mundo. Alguns países estão se mexendo. As Ilhas Maldivas quer ser o primeiro país “carbono zero”. Na capital, Male, foi construído um muro de contenção de enchentes de 3 metros de altura ao custo de US\$ 43 milhões. O arquipélago feito de 1200 atóis no Oceano Índico é a nação mais baixa do planeta e quase 80% estão um metro ou menos acima do nível do mar. O presidente Mohammed Nasheed já anunciou que vai comprar terras nos vizinhos Índia ou Sri Lanka para mudar o país inteiro de lugar, caso o mar invada tudo (CARMELLO, 2009). Como se observa, trata-se de solução individual de uma nação.

O Centro de Estudos Hadley do governo britânico acionou o alerta mais grave sobre aquecimento global desde o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão científico da ONU. Estimou-se em 2007 que a temperatura do planeta subirá entre 1,8°C a 4°C até o fim deste século. O estudo ainda alerta que, em um cenário de emissões altas, poderá haver aumento de 4°C bem antes do previsto, em 10 ou 20 anos. Com esse cenário, a pesca ficará também ameaçada com a alta da temperatura da água, ocasionando mais problemas com o aumento da fome no mundo (TEMPERATURA..., 2009).

Grupos de analistas de setores especializados das Nações Unidas e pesquisadores universitários norte-americanos e europeus constantemente vêm lançando artigos e revistas, considerando que a maior crise que ameaça a humanidade é o esgotamento das fontes minerais e de água doce. A avaliação aponta como causa o crescimento demasiado da humanidade em um planeta que não cresce, enfrentando alarmantes crises de carências de recursos naturais. Em síntese, no quadro visualizado por estes especialistas de prestígio internacional, em suas perspectivas de crises e conflitos político-militares, o futuro mostra demasiados problemas para aqueles que anseiam por um período longo de harmonia entre os povos, de harmonia e segurança (MATOS, 2005).

Nesse contexto, a Europa começa a se preocupar com os “ecoterroristas”, fenômeno que vem aumentando consideravelmente. Esse fenômeno, que apareceu na Grã-Bretanha, durante os anos de 1970, se disseminou nos Estados Unidos e depois na Europa. O FMI já o considera a segunda ameaça terrorista mais importante depois do “fundamentalismo islâmico” - utilizando-se própria designação deles. O pico foi atingido em 2007 com 53 ações. Essas ações são muitas vezes contra laboratórios que utilizam animais em suas experiências e contra comerciantes, feitas por grupos que defendem o direito dos animais (MANDRAUD, 2008). Ou seja, o sistema considera inimigos aqueles que lutam para melhorar a vida no planeta.

A intolerância do Sistema Capitalcrático não permite qualquer empecilho ao seu processo de acumulação, por isso os problemas ambientais são irreversíveis nos marcos do capitalismo. A principal crítica dirigida a então Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, era a demora do IBA-MA em liberar licenças ambientais para os grandes empreendimentos. Mas, para o sistema, isso foi fácil de resolver: bastava trocar de ministro. Com o novo ministro Carlos Minc, que assumiu a pasta em 27 de maio de 2008, as licenças ambientais aumentaram para 39%. Licença Ambiental é uma obrigação para instalação de qualquer empreendimento e atividade potencialmente poluidora ou que degrade o meio ambiente, como rodovias, hidrovias, hidroelétricas e ferrovias. Os ambientalistas acusavam o então ministro de ter cedido à pressão política do governo para facilitar a licença para instalação de empreendimentos, principalmente obras do

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. As estatísticas sobre licenciamento do Ibama apontam que em 2008 foram concedidas 469 licenças em comparação com o ano de 2007, em que foram expedidas 374, um acréscimo de 25,4% (CORRÊA, 2009).

O relatório da ONU divulgado por ocasião da reunião de líderes mundiais, em 24/09/2007, na sede da Instituição, em Nova York, alertou que os pobres são os que mais sofrerão em virtude das mudanças climáticas provocadas pela ação humana, não pelo capitalismo, e conclamou os líderes para discutir formas de combater o aquecimento por causa da atividade humana responsável pelo aquecimento. (DOYLE, 2005).

5.2 AS INFRUTÍFERAS TENTATIVAS LIBERAIS DE CONTROLE POLÍTICO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS: ACORDOS NUNCA CUMPRIDOS

As ações multilaterais empreendidas pelos Estados nacionais, na tentativa de controle político ou solução dos problemas e impactos ambientais mundiais promovidos pela produção capitalista, se tornam inócuas diante do necessário produtivismo capitalista na busca permanente da acumulação. Os acordos multilaterais sem efeito prático, resultantes de inúmeros encontros realizados desde o pós-guerra, comprovam a impossibilidade de um conjunto de Estados-Nação gerir ou se contrapor aos negócios capitalistas mesmo tendo um organismo transnacional como a ONU. Sendo o Estado-Nação uma macro instituição política do sistema capitalista e a ele deve obediência, por se tratar de um Estado de classe, mais precisamente da classe que possui a hegemonia econômica e que corresponde diretamente o poder político instituído dentro de uma nacionalidade. Nessa concepção, a ONU não deixa de ser diferente, pois defende os interesses da classe capitalista em escala mundial.

A obediência da instituição política aos ditames econômicos se expressa nos processos eleitorais financiados pelas corporações empresarias, como foi aqui demonstrado, e a reprodução do sistema se garante em cada processo eleitoral, onde o poder econômico elege seus representantes, na esfera política, que atuam funcionalmente no

Estado moderno. Ideologicamente defendido como democrático, o processo eleitoral não é nada mais que uma maneira de perpetuação do *status quo* sob a orientação da capitalcracia. O Estado está em função da acumulação do capital, a serviço da classe que tem o poder econômico, e o que se vem comprovando nestes estudos. Como conclui Mészáros, o capital é o sistema de comando do Estado, e este é a parte integrante da dimensão política do sistema do capital, mas é subordinado a ele. (2002, p. 124). A reciprocidade prática se estabelece com

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. (MÉSZÁROS, 2002, p. 125, grifos do autor)

Nesse sentido, continua Mészáros, “[...] o Estado em si é totalmente inconcebível sem o capital com função sociometabólica. Isto se dá às estruturas materiais reprodutivas do sistema do capital a condição necessária [...]” para a sobrevivência continuada e suas transformações de reprodução da ordem. “Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as teorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua *raison d’être* e de sua proclamada legitimidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 125).

Os negócios capitalistas são oportunizados e facilitados pelas legislações dos Estados que os tornam eficientes e eficazes, bem como dominam a sociedade para que os negócios aconteçam em clima de harmonia, sem conflitos de classes, como podemos observar nas teorias políticas que diagnosticam essa tentativa de controle do Estado sobre a classe trabalhadora.

As infrutíferas tentativas de controle político da degradação ambiental por parte dos Estados ocorrem desde o pós-guerra, como demonstradas no Quadro 24. Desde então, foram realizados 36 eventos mundiais sobre o tema, praticamente, sem sucessos, como demonstram os efeitos cumulados da destruição ambiental que se presencia. Assim, observa-se que os problemas se agravam, a poluição e a degradação ambiental continuam em grande escala, principalmente nessa época de conclusão da globalização do sistema, como império global sob o domínio soberano do capital financeiro na produção capitalista. Portanto, desde 1947, encontros, conferências e fóruns são realizados, acordos e protocolos são assinados na tentativa de minimizar os impactos ambientais causados pela produção econômica. Entretanto, diante do poder do capital (Sistema Capitalcrático) essas ações políticas se tornam inócuas, como se presencia atualmente, com mais um fracasso, sem que fosse assinado qualquer acordo, após duas semanas de negociações do Protocolo de Kioto, na Conferência do Clima da ONU, que corresponde à Conferência das Partes 15 (COP 15), em Copenhague, na Dinamarca, realizada de 7 a 18 de dezembro de 2009.

Quadro 7 – Quadro histórico de fóruns e protocolos sobre meio ambiente

Ano/Local	Evento/Protocolo/Participantes	Objetivo
1947 Suíça	Por uma iniciativa de diversos governos foi criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, em inglês). Reuni atualmente 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países.	Organização internacional comprometida pela conservação dos recursos naturais.

<p>1962 USA</p>	<p>Rachel Carson (1907-1964), bióloga marinha e escritora americana, publica o livro “Primavera Silenciosa”.</p>	<p>Apontou os perigos dos agrotóxicos na produção de alimentos e seus impactos ambientais. Questionou a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico.</p>
<p>1965 Grã-bretanha</p>	<p>Conferência de Educação da Universidade de Keele.</p>	<p>Surge pela primeira vez o conceito de “Educação Ambiental”.</p>
<p>1968 França</p>	<p>Conferência sobre a Biosfera promovida pela UNESCO.</p>	
<p>1972 Roma (Itália)</p>	<p>O Clube de Roma encomenda estudos a cientistas e técnicos do (Massachusetts Institute of Technology) sobre os impactos da expansão humana e o impacto do desenvolvimento econômico sobre os recursos naturais. Esses estudos liderados por Dennis L. Meadows, foi publicado no Relatório “Os Limites do Crescimento” e ficou conhecido como o Relatório de Meadows.</p>	<p>O relatório alertou para a impossibilidade de o desenvolvimento econômico continuar nos patamares de crescimento, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais. Apontou-se que, para atingir a estabilidade econômica e respeitar a finitude dos recursos naturais é necessário parar o crescimento da população global e do capital industrial para evitar o colapso ecológico.</p>

<p>1972 Estocolmo (Suécia)</p>	<p>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – CNUMAH organizada pela ONU. I Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Estiveram presentes representantes de 113 países, 19 agências multilaterais e mais de 400 organizações não governamentais e organizações intergovernamentais.</p>	<p>Declaração de uma série de princípios comuns para oferecer aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.</p>
<p>1972 Nairóbi (Quênia)</p>	<p>Criação do PNUMA - Primeira Agência Ambiental Global da ONU. Rede de escritórios regionais para apoiar instituições.</p>	<p>Manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente.</p>
<p>1973</p>	<p>Maurice Strong lançou o conceito de eco-desenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Mais tarde foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável, com seis princípios: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação.</p>	<p>Produção econômica com os princípios do desenvolvimento sustentável.</p>

<p>1974 Jammi (Finlândia)</p>	<p>Seminário de Educação Ambiental - Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente.</p>	<p>Discutir a natureza da Educação Ambiental.</p>
<p>1974 Cocoyoc (México)</p>	<p>PNUMA e UNCTAD - Simpósio de Cocoyoc</p>	<p>Documento resultou de um marcante debate sobre desenvolvimento e meio ambiente.</p>
<p>1975 Belgrado (ex-Iugoslávia, atual Sérvia)</p>	<p>UNESCO - Congresso de Belgrado – contou com a participação de 65 países.</p>	<p>Propõe a discussão de nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas.</p>
<p>1977 Tbilisi (Geórgia)</p>	<p>UNESCO/PNUMA - Conferência de Tbilisi.</p>	<p>Estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.</p>

1983	ONU - Cria a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Presidida pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.	Analisar a interface entre a questão ambiental e o desenvolvimento e propor um plano de ações.
1987 Moscou (Rússia)	UNESCO- Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental com a participação de 300 educadores de 100 países.	Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa e da formação em Educação Ambiental
1987	PNUMA - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento/CMMAD. Esta comissão divulga Relatório de Brundtland com o título “Nosso Futuro Comum”. Ficou definido que o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”	O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

1988 Caracas	Declaração de Caracas, sobre Gestão Ambiental nas Américas.	Chama atenção para a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.
1988 Toronto (Canadá)	Primeira Conferência Mundial sobre o Clima. Contou com a participação de 300 cientistas do mundo.	Alertou para a necessidade de reduzir os gases do Efeito Estufa.
1989 Haia (Holanda)	Declaração de Haia, preparatório da RIO 92.	Aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.
1990	A ONU declarou o ano 1990 o Ano Internacional do Meio Ambiente	Desenvolver a consciência sobre o meio ambiente.
1990 Jomtien (Tailândia)	UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Participaram 155 representantes de governos, agências internacionais, organismos não-governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito educacional, provenientes de todo o mundo.	Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental

<p>1992 Rio de Janeiro (Brasil)</p>	<p>Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 – Conferência da Terra, promovida pela ONU. Contou com 178 estados representados nas negociações e 118 chefes de Estado participando do “Tratado da Cúpula da Terra”. Como deliberação, saiu a Agenda 21; Tratado da biodiversidade e o Tratado sobre as mudanças climáticas.</p>	<p>Tratou de problemas urgentes referentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento sócio-econômico.</p>
<p>1995 Copenhague (Dinamarca)</p>	<p>Conferência para o Desenvolvimento Social, promovida pela ONU. Contou com a participação de 150 representantes de organizações da sociedade civil.</p>	<p>Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social.</p>
<p>1995 Berlim (Alemanha)</p>	<p>Conferência Mundial do Clima. Berlim - Primeira Conferência das Partes (COP 1), promovida pela UNCCC - Líderes Mundiais – países membros da do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>Ficou definido os compromissos legais de redução de emissões de gases poluentes que fariam parte do Protocolo de Kyoto.</p>
<p>1997 Thessaloniki (Grécia)</p>	<p>Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade. Contou com a participação de 90 países.</p>	<p>Tratou da Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade.</p>

<p>1997 Kyoto (Japão)</p>	<p>UNCCC - Protocolo de Kyoto (COP-3). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado da Cúpula da Terra, acordo internacional promovido pela ONU, firmado em 1997, por 59 países.</p>	<p>Regular os níveis de concentração de gases de Efeito Estufa, de modo a evitar a ocorrência de mudanças climáticas a um nível que impediria o desenvolvimento econômico sustentável, ou comprometeria as iniciativas de produção de alimentos. A meta seria o de reduzir 5% da média de 1990 e o estabelecimento de desenvolvimento limpo para as nações emergentes. O Protocolo entrou em vigor em 15 de fevereiro de 2005, após adesão da Rússia e, atualmente, conta com o apoio de 189 países. Os EUA não aderiram ao Acordo.</p>
<p>1997 Rio de Janeiro (Brasil)</p>	<p>ONU - Rio+5 - Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas.</p>	<p>Foi realizada para revisar a implementação da Agenda 21.</p>

1997 Kyoto (Japão)	UNCCC - Protocolo de Kyoto (COP-3). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado da Cúpula da Terra, acordo internacional promovido pela ONU, firmado em 1997, por 59 países.	Regular os níveis de concentração de gases de Efeito Estufa, de modo a evitar a ocorrência de mudanças climáticas a um nível que impediria o desenvolvimento econômico sustentável, ou comprometeria as iniciativas de produção de alimentos. A meta seria a de reduzir 5% da média de 1990 e o estabelecimento de desenvolvimento limpo para as nações emergentes. O Protocolo entrou em vigor em 15 de fevereiro de 2005, após adesão da Rússia e, atualmente, conta com o apoio de 189 países. Os EUA não aderiram ao Acordo.
2000 Haia (Holanda)	UNCCC - Conferência das Partes/COP-6 Líderes Mundiais – Contou com a participação dos países membros do Tratado Cúpula da Terra.	EUA abandonam o Protocolo de Kyoto. A tensão entre a União Europeia e o grupo liderado pelos Estados Unidos aumenta levando a impasse as negociações.

<p>2001 Bonn (Alemanha) e Marrakesh (Marrocos)</p>	<p>PCC. COP extraordinária. Líderes Mundiais – países membros da do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>Divulgar o terceiro relatório em que fica cada vez mais evidente a interferência do homem nas mudanças climáticas. Assim como, a Implementação do Certificado de Redução de Emissão (CRE) e dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).</p>
<p>2002 Joanesburgo (África do Sul)</p>	<p>ONU - A Cúpula Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDs). Representantes de governos de mais de 150 países.</p>	<p>Rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as realizações às áreas que requerem um esforço adicional para sua implementação, assim como refletir sobre outros acordos e tratados da Rio-92. A meta da Cúpula foi estabelecer novas prioridades para o século 21, após a realização de um levantamento sobre a implementação deste plano de ação ao redor do mundo. Estas novas prioridades deverão reduzir a pobreza e também proteger o meio-ambiente. A Cúpula também teve a função definir como alcançar estas prioridades. As novas prioridades foram baseadas nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, concordadas pelos líderes mundiais no ano 2000. Conhecida RIO+10</p>

<p>2003 Milão (Itália)</p>	<p>UNCCC (COP-9), o que é cobrado pelas ONGs. O assunto “florestas” entra em pauta. Contou com a participação de líderes mundiais dos países membros do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>Aprofundam-se as diferenças entre os países industrializados e o resto do mundo. Fica clara a falta de lideranças comprometidas para costurar acordos.</p>
<p>2006 Nairóbi (Quênia)</p>	<p>UNCCC (COP-12). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>A vulnerabilidade dos países mais pobres fica evidente.</p>
<p>2007 Bali (Indonésia)</p>	<p>UNCCC (COP-13). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>Ficou acertado que seria criado um fundo de recursos para os países em desenvolvimento e as Namias (Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas).</p>

<p>2008 Polônia</p>	<p>UNCCC (COP-14). Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>A divergência de posições políticas e econômicas entre as nações impediu que a conferência cumprisse o seu principal objetivo: elaborar o rascunho de um novo acordo climático global, com a definição de cortes severos no total das emissões. A falta de consenso, alimentada pela crise financeira mundial, coloca em xeque o estabelecimento de um compromisso articulado pelo combate às mudanças climáticas até o final de 2009.</p>
<p>2009 Copenhague (Dinamarca)</p>	<p>UNCCC (COP-15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Contou com a participação de líderes mundiais de países membros do Tratado Cúpula da Terra.</p>	<p>Como reagir às mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global atuais? Seria esse o objetivo que trataria da operacionalização do Protocolo de Kyoto. A convenção foi um fracasso, não se efetivando nenhum acordo.</p>

Fontes: PNUMA/ONU. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

ONU. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

Elaboração própria.

O Acordo de Bali foi o “feito do ano” de 2007, afirmou Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU, na ocasião. Foi a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU que discutiu especificamente o aquecimento do planeta e onde tentou-se o início das negociações para fechar um acordo substituto ao Protocolo de Kioto, em 2009 (GODOY...,2007). A ONU reuniu em Nova York 191 nações na sua 62ª Assembleia Geral. Foi a maior cúpula já feita sobre o tema na ONU. Todas as nações presentes concordaram em acelerar o processo de eliminação dos HCFCs (hidroclorofluorcarbonos), gases que contribuem para o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio (GODOY, 2007). Os EUA, na ocasião, não descartaram a possibilidade de aderir ao acordo sucessor do Protocolo de Kioto, para reverter o aquecimento global, depois de 2012 (EUA..., 2006). Porém, isso não se configurou em verdade concreta, como ficou constatado na Conferência do Clima, em Copenhague, que tinha como objetivo concretizar as metas do Tratado de Kyoto e fracassou diante dos interesses das potências econômicas mundiais. Segundo Mészáros (2002), os acordos internacionais não são efetivados porque o Sistema do Capital não conseguiu instituir o Estado Mundial, que tentaria administrar as suas unidades cindidas, hoje, em âmbito mundial, da produção e consumo e da produção e circulação. Destaca-se que o Protocolo de Kioto não foi assinado pelos Estados Unidos, o país maior poluidor do mundo. Segundo Dupas (2006, p. 227), “Estima-se que os EUA produzem dez vezes mais CO₂ *per capita* do que a média dos países em desenvolvimento”.

Diz Dupas,

A principal atividade que polui o ar é a queima de petróleo, carvão e gás; combustíveis liberam o gás carbônico (CO₂) e outros gases nocivos. Anualmente, são produzidas 6 bilhões de toneladas métricas de carbono, compostas pelos gases dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (NO₂), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). A concentração de CO₂ na atmosfera passou de 280 ppm, em 1860, para 365 ppm, em 1990. Estima-se que, em 2100, essa concentração seja de 700 ppm, Como resultado do efeito estufa provocado, a temperatura média global poderia

subir de 1,5 a 6°C nos próximos cem anos. Isso elevaria o nível dos oceanos de 15 a 94 cm, colocando a possível necessidade de se remover mais de 90 milhões de pessoas, principalmente as que vivem em cidades banhadas pelo Pacífico.” (DUPAS, 2006, p. 227)

Este quadro sobre os fóruns multilaterais, organizados pelas instituições internacionais, conferências, relatórios e acordos assinados em protocolos que nunca são cumpridos, comprovam a impossibilidade de controle político sobre os imperativos de expansão e acumulação do Sistema do Capital. Então, desde a primeira iniciativa para tratar do tema da degradação do meio ambiente em 1947, são mais de seis décadas de ações sem efeitos concretos e, ainda assim, governantes continuam defendendo esse tipo de ação. Como escreveu Coggiola, “Não temos nenhuma possibilidade de frear o aquecimento do planeta sem um enfrentamento a morte contra o capitalismo”. ([20-?], p.21)

Além dessas iniciativas institucionais que julgam conter a devastação provocada pela produção capitalista, existem diversas perspectivas teóricas dentro dos movimentos ambientalistas e ecologistas, tal é a importância que assume o debate sobre os problemas ambientais. Outra saída proposta para a solução do problema de poluição pela emissão de gases de efeito estufa é o mercado de carbono, dentro da perspectiva de que é possível manter o sistema funcionando e transformando em mercadorias os próprios dejetos da produção. Cientistas climatologistas alemães sugeriram a criação de um “Banco Mundial do Clima”, que permitiria aos países industrializados comprarem direitos de emissão de CO₂²¹ de países menos desenvolvidos. Segundo eles, isso permitiria que os países ricos financiassem os países em desenvolvimento com economias de forma sustentável (CIENTISTAS...,2009). O mercado de crédito de carbono visa estimular o desenvolvimento e aquisição de tecnologias limpas por todo o mundo por meio de trocas. Empresas que reduzem suas emissões podem obter créditos e outras podem adquirir o direito de poluir. Saídas totalmente despossuídas de sentido, uma vez que a atmosfera do planeta é dividida por todos de maneira igual.

Além dessas tentativas infrutíferas de instituições internacionais

²¹ Emissão de gases poluentes: CO₂ é dióxido de carbono.

e multilaterais de controle político do padrão predatório do capitalismo, outras são defendidas nos marcos do sistema hegemônico. Uma delas é a perspectiva malthusiana apresentada pelo médico britânico e professor de planejamento familiar no University College, de Londres, Jonh Guillebaund, que sugere a diminuição de filhos para salvar o planeta, tendo em vista a população mundial exceder os 6,7 bilhões. (MÉDICO..., 2008)

A volatilidade do capital financeiro permite liberdade de mobilidade para qualquer região do mundo para promoção da acumulação privada, à custa da submissão da classe trabalhadora nacional e do esgotamento dos recursos naturais de diversos países, como se presencia atualmente nos países definidos como BRIC. A expansão do capitalismo procura transformar tudo em mercadorias, a exemplo da água que, hoje em dia que se transformou em um nicho de alta lucratividade. A cidade de Bundanoon, em Nova Gales do Sul, na Austrália, foi a primeira cidade do mundo a adotar uma medida contra essa apropriação. A população decidiu, por maioria quase absoluta, a proibição de venda de água engarrafada por causa do impacto sobre o meio ambiente, usando para isso a campanha “Bandy on Tap” (Bundy na torneira – Bundy é o apelido da cidade). Essa posição foi contrária a intenção de uma companhia de água que queria explorar reservatório subterrâneo na região. (CIDADE..., 2009).

As vozes hegemônicas que defendem o desenvolvimento sustentável nos marcos do capital ganharam terreno nesse campo. A mídia nacional e internacional e os departamentos acadêmicos das universidades recebem muitos financiamentos para o desenvolvimento de pesquisas nessa linha. Com fé no bordão *agir local e pensar global* e no *desenvolvimento sustentável* dentro dos marcos capitalistas de produção, assomam com avidez os microprojetos com grandes somas de recursos, contrariamente aos projetos baseados nas teorias macroeconômicas que, na avaliação dessas vozes – defensoras ideológicas da pós-modernidade, se tornaram obsoletas. Hoje, com a crise global, cai por terra o que já constituía a realidade, o agir local, ideologicamente, não pode se integrar ao agir global do capital, que mostra sua inviabilidade enquanto projeto humano. Ainda assim, há indivíduos que acre-

ditam no controle do consumo, nos exemplos singelos de pessoas de boa fé, como substituir sacolas de plásticos por uma de pano, deixar de tomar coca-cola acreditando que definharia a empresa diminuindo sua lucratividade, seguir os princípios dos 3 Rs (reciclar, reutilizar e reduzir). E há gente que crê que isso seria o suficiente para se contrapor aos impactos ambientais provocados pela produção capitalista em escala mundial, e seria suficiente para mudar o comportamento da civilização capitalista, formatada por esse padrão de produção e de consumismo desenfreado. Ressalta-se, aqui, que os aspectos políticos e morais da civilização advêm do seu modo de produção (MARX, 1974).

Outras saídas fortemente baseadas na educação ambiental para promover o consumo consciente, como harmonizar-se com a natureza e ser seu guardião, são mais soluções paliativas nos mesmos moldes dos que defendem convencionalmente as teorias liberais de que a solução de todos os problemas é a educação. Os ecologistas ou ambientalistas hegemônicos dirigem suas críticas ao padrão de consumo e acreditam que a mudança de consciência seja capaz de humanizar o capitalismo pintando-o de verde, como defendem os Partidos Verdes na retórica de um capitalismo sustentável ou um capitalismo governável, como se fosse possível controlá-lo para benefícios sociais e ambientais, na versão ideológica que ganha força por meio do conceito de *desenvolvimento sustentável*, como se isso fosse possível no capitalismo.

Diante da crise ambiental que se presencia, preocupações surgem de vários segmentos sociais organizados. As denúncias dos impactos ambientais em decorrência da produção foram intensas e levadas com seriedade pelos movimentos ambientalistas desde a década de 70 do século passado. Porém, essa repercussão foi o sentimento de causas nefastas já percebidas por agrupamentos sociais organizados. Mas, se consideramos sob outra perspectiva, esses problemas ambientais já vinham sendo denunciados desde o século XIX, com os marxistas e anarquistas que apontavam como causa da degradação ambiental a produção capitalista, como veremos mais adiante. As repercussões assumem novas proporções e dimensões em escala mundial, devido os efeitos sentidos na produção capitalista, quase sempre encobertos pela sua ascensão histórica, que pratica a exploração e a concentração de

riqueza, promovendo o desenvolvimento desigual e combinado entre os países do centro e periferia do sistema.

5.3 ANÁLISES CONSISTENTES DA CRISE AMBIENTAL

A crise ambiental não pode ser analisada a partir dela, mas sim a partir do funcionamento do sistema capitalista que tem como objetivo a lucratividade do capital. Essa lucratividade do capital ocorre no momento da produção de mercadorias, o que é a fonte de extração da mais-valia. Essa necessidade de produzir mercadorias para obtenção de lucro, explora os trabalhadores por meio da apropriação do tempo de trabalho não pago e, ao mesmo tempo, exige mananciais de matérias-primas necessárias à produção dessas mercadorias, o que acaba depredando, exaurindo e poluindo o meio ambiente, assim como destruindo os trabalhadores no processo de trabalho. Nas relações de produção, a força de trabalho é explorada pela gestão capitalista, sendo o trabalho um metabolismo entre o homem e a natureza constitui-se na fonte de valorização do capital, por ser a fonte de criação de produtos que satisfazem necessidades humanas, portanto são produtos portadores de valores para uso individual e social. Mas a ação humana não é a única fonte desse valor, a natureza também é, afinal, sem matéria, não há produto do trabalho. Nesta passagem Marx esclarece a questão:

Os valores-de-uso, casaco, linho etc., enfim, as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Extraindo-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados ao casaco, ao linho etc., resta sempre um substrato material, que a natureza, sem interferência do homem, oferece. O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte de valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra (MARX, 1988, p. 50).

Marx, então, categoricamente afirma que: “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, de força de trabalho do homem” (MARX, 1977, p. 209). Aqui deve ser entendida a natureza como fonte material do trabalho. Conclui Marx, “O trabalho só é fonte de riqueza e de cultura como trabalho social” (MARX, 1977, p. 210). Segue ele: “O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1988, p. 50). Assim, fica claro o importante e significativo conceito de trabalho como metabolismo entre homem e natureza, ou seja, a indissociabilidade dialética entre subjetividade e objetividade que é base ontológica e epistemológica humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1988, p. 202).

Marx refletiu sobre o poder de destruição da acumulação pela produção capitalista. Sendo o trabalho uma ação produtiva em que participam a humanidade e a natureza, o capitalismo interveio nesse metabolismo, colonizando o trabalho para explorá-lo. Ao fazer isso, simultaneamente os capitalistas exploram os trabalhadores e o meio ambiente, utilizando-se da ciência e da tecnologia para tornar essa exploração mais rentável e eficiente no contexto do desenvolvimento das forças produtivas do sistema. Dessa forma, ou seja, sob a égide do sistema metabólico do capital, a classe trabalhadora e a

natureza foram transformadas em recursos humanos e em recursos materiais, respectivamente.

Os indivíduos desapropriados dos meios de produção vendem seu tempo de trabalho como mercadoria, e os capitalistas o compram para oportunizar a produção, tendo como objetivo a extração da mais-valia. Esse processo incessante de produtivismo capitalista que se transforma em exploração permanente dos trabalhadores, parte do pressuposto da inesgotabilidade das fontes de matéria-prima. Ao presenciar-se a esgotabilidade nos fins nos anos 1970, como a denominada crise do petróleo, considerado a principal fonte energética das forças produtivas contemporâneas, o sistema sofreu um impacto. Tendo em vista isso, “a noção de que a natureza seria esgotável e destrutível e que o homem seria capaz de destruir irremediavelmente o equilíbrio natural e ecológico do planeta, é, na realidade, uma noção nova, talvez até a mais importante criada pela cultura humana nas últimas década”, afirma Coggiola ([20-?], p. 28).

Segundo Coggiola, a crise do meio-ambiente começa com o produtivismo do pós-guerra e do fordismo, que transforma regiões inteiras e impacta o equilíbrio ecológico em escala mundial.

A crise do meio-ambiente é um fenômeno recente, tornado mais evidente a partir da década de 1950, e marcante nos últimos 50 anos. Desde que existem civilizações humanas, estas sempre modificaram ou destruíram o meio ambiente, ainda que moderadamente: regiões inteiras sofreram transformações importantes, mas o equilíbrio ecológico da Terra não estava, aparentemente, ameaçado. A destruição e o ataque ao meio ambiente nas últimas décadas, pelo contrário, são de amplitude planetária, e de uma tal intensidade que comprometem todo o equilíbrio ecológico, ameaçado de ruptura e de destruição irreversível. Existem caminhos sem retorno, além dos quais não é possível voltar, restaurando o equilíbrio perdido, em todos os domínios do desenvolvimento humano e material. É por esse caminho que estamos indo, ecologicamente, enquanto não se põe fim aos atuais processos destrutivos. Não é ‘alarmismo’ dizer se as coisas continuarem assim, a Terra deixara de ser um diva viável para os vertebrados superio-

res, e para a humanidade em particular. ([20-?], p. 28).

Marx e Engels abordaram o problema ecológico em diversos momentos de suas obras, afirmando que a poluição se expressa pela produção industrial, que impacta o ecossistema como força destruidora inevitável do desenvolvimento capitalista, o qual controla o intercâmbio material da humanidade com as forças da natureza.

A ‘essência’ do peixe, para retomar um dos exemplos de Feuerbach, corresponde exactamente ao seu ‘ser’, à água, e a ‘essência’ do peixe do rio será a água desse rio. Mas essa água deixa de ser a sua ‘essência’ e transforma-se num meio de existência que não lhe convém, a partir do momento em que passa a ser utilizada pela indústria e fica poluída por corantes e outros desperdícios, a partir do momento em que o rio é percorrido por barcos a vapor ou em que o seu curso é desviado para canais onde é possível privar o peixe do seu meio de existência pelo simples acto de cortar a água.” (MARX, ENGELS, 1974, p. 55)

Marx, no *Capital*, também demonstra sua preocupação com a devastação dos solos decorrentes da agricultura capitalista e o despojamento do trabalhador.

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo o aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do progresso social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1988, p. 579)

O desenvolvimento das forças produtivas, segundo Marx, se transforma numa necessidade intrínseca do sistema capitalista levado

a efeito pela necessidade constante de produção de mercadorias, tendo o lucro como força motriz desse movimento, que tende à maximização do lucro na produção de mercadorias, portadoras de valores de troca. Com isso, o capital, por ser uma relação social, baseada nas relações de produção, é um processo civilizatório, baseado em uma especificidade de forma e conteúdo desenvolvido, com uma prática de instrumentalização brutal da natureza a serviço dos interesses capitalistas. Como Marx escreve no *Grundrisse*:

Portanto, a produção baseada no capital cria, por um lado, a indústria universal, isto é, o sobretabalho ao mesmo tempo que o trabalho criador de valores; e, por outro, um sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem [...] O capital começa, portanto, a criar a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza e estabelece uma rede que engloba todos os membros da sociedade: *tal é a grande ação civilizadora do capital*.

Ele eleva-se a um nível social tal que todas as sociedades anteriores aparecem como desenvolvimentos puramente locais da humanidade e como uma *idolatria da natureza*. Com efeito, a natureza torna-se um puro objeto para o homem, uma coisa útil. Já não é reconhecida como uma potência. A inteligência teórica das leis naturais tem todos os aspectos da artimanha que procura submeter a natureza às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio de produção. (MARX apud LÖWY, 1999)

O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, em determinado momento, transforma-se em forças destrutivas do homem e da natureza: “No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estado onde surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas, mas sim forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro), [...]” (MARX; ENGELS, 1974, p. 47).

Se existe uma teoria genuinamente ambientalista, essa teoria foi construída por Marx e Engels. O sistema filosófico de concepção materialista tem como unidade real a existência da natureza dada a priori em relação à humanidade, à subjetividade. Trata-se de uma concepção

filosófica e científica do mundo, de perspectiva materialista, que tem como ponto de partida a unidade entre o homem e a natureza, e dessa relação surgem as relações socioambientais que, tendo por princípio esse metabolismo necessário entre o homem e a natureza, os autores perceberam como unidade que está sendo dilacerada pelo modo de produção capitalista. E denunciam, desde então, essa depredação do meio ambiente pelo produtivismo capitalista orientado pela lógica do lucro. Nesta passagem, Marx deixa bem claro essa unidade, e, ao mesmo tempo, critica os economistas liberais que se esqueceram dessa unidade metabólica necessária entre o homem e a natureza, defendendo a eternidade do sistema capitalista e as relações de classes existentes como se fossem naturais, portanto, eternas.

As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos. Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo. (MARX, 1987, p. 5)

Löwy afirma que é surpreendente em Marx o naturalismo patente de seus primeiros escritos, “sua visão do ser humano como ser natural, inseparável de seu ambiente natural. A natureza, escreve Marx, nos *Manuscritos de 1844*, ‘é o corpo não orgânico do homem’” (LÖWY, 2005, p. 21).

São surpreendentes também as constatações de Engels nas correlações que ele faz entre intervenção do homem na natureza, como domínio, e a destruição que essa ação provoca.

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras conseqüências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem conseqüências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com freqüência, anulam as primeiras. Os

homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham idéia de que com isso destruíam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo difundiam por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (ENGELS, 1977, v.2, p. 277)

E continua, em seguida, Engels,

Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa idéia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, idéia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo. (ENGELS, 1977, p. 278)

Finaliza Engels dizendo que os capitalistas preocupados com os seus lucros imediatos não querem saber das consequências que provocam por meio da produção de suas mercadorias, que resultam em destruições sociais e ambientais.

Quando, em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes (p. 279) permitia fertilizar uma geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção, e no que se refere tanto às consequências naturais como às consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, as mais palpáveis. E logo até se manifesta estranheza pelo fato de as consequências remotas das ações que perseguiram esses fins serem muito diferentes e, na maioria dos casos, até diametralmente opostas; de a harmonia entre a oferta e a procura converter-se em seu antípoda, como nos demonstra o curso de cada um desses ciclos industriais de dez anos, e como puderam convencer-se disso os que com o “crack” viveram na Alemanha um pequeno prelúdio; de a propriedade privada baseada no trabalho próprio converter-se necessariamente, ao desenvolver-se, na ausência de posse de toda propriedade pelos trabalhadores, enquanto toda a riqueza se concentra mais e mais nas mãos dos que não trabalham; [...] (ENGELS, 1977, p. 280)

Nos *Manuscritos*, esta passagem sintetiza a análise socioambiental desses autores, que tratam os problemas ambientais do ponto de vista econômico, a partir do metabolismo entre homem e natureza.

A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem social, pois apenas assim existe para ele como *vínculo* com o *homem*, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como *fundamento* de seu próprio modo de existência *humano*.

Só então se converte para ele seu modo de existência *natural* em seu modo de existência *humano*, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza. (MARX, 2002, p. 175)

Segundo Foster, “O que fica claro na análise de Marx era que humanidade e natureza estavam inter-relacionadas e que a forma historicamente específica das relações de produção constitui o âmago dessa inter-relação em qualquer dado período” (1999, p. 165). Como escreve Marx, o homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e para manter-se vivo precisa manter relação com ela.

Segue Foster dizendo que, sob o capitalismo, todos os relacionamentos naturais e humanos, segundo os argumentos de Marx, foram dissolvidos e transformados em relacionamentos monetários, e que ele aspirava a uma ordem social que promovesse o desenvolvimento multifacetado dos talentos humanos e uma relação humana racional com a natureza, da qual somos parte. A liberdade humana, em Marx, consistiria no “homem socializado, em produtores associados, regulando racionalmente seu intercâmbio material com a natureza e pondo-a sob controle comum, em vez de permitir que ela o governasse como uma força cega” (MARX, 1999, p. 165-166).

Marx reconhece a necessidade de transformação radical da relação humana com a natureza e propõe como condição o fim da propriedade privada e o estabelecimento de uma sociedade de produtores livremente associados, só assim a sustentabilidade será viável e a proteção do planeta será efetiva, para a atual e às futuras gerações (FOSTER, 1999, p. 166).

Na conclusão de Foster, o conceito principal de Marx para abordar a questão ambiental trata do metabolismo entre o homem e natureza.

A categoria conceitual principal da análise teórica de Marx nesta área é o conceito de metabolismo (*Stoffwechsel*). A palavra alemã “*Stoffwechsel*” implica diretamente, nos seus elementos, uma noção de “troca material” subja-

cente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológica englobados pelo termo “metabolismo”. Na definição do processo de trabalho Marx tornou o conceito de metabolismo central a todo o seu sistema de análise, enraizando nele a sua compreensão do processo de trabalho. Assim, na sua definição do processo de trabalho em geral (contraposta às suas manifestações historicamente específicas), Marx utilizou o conceito de metabolismo para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho. (FOSTER, 2005, p. 221)

No que diz respeito à produção capitalista responsável pela degradação ambiental, na disputa em que os acumuladores privados se enfrentam, procuram diminuir os gastos com matérias-primas e intensificam a expropriação da natureza de várias formas, desde uso de agrotóxicos até monoculturas, como soja, eucalipto, pinus, derrubada de matas para criação de gados, extração de madeira em florestas virgens, dessa forma acabando com a biodiversidade, avalia Foladori,

A erosão do solo por sobrecultivo, a monocultura e o corte de árvores têm sido amplamente divulgados pelos diversos diagnósticos sobre a situação ambiental mundial, mas nem sempre essa situação é relacionada com as relações capitalistas que a causam. Para o capital, é necessário utilizar os recursos produtivos o mais intensivamente possível. (FOLADORI, 2001a, p. 177)

Segundo Foladori (2001b, p. 105), há uma rica fonte metodológica nos escritos de Marx para tratar das questões ambientais. Nas suas palavras, as contradições entre propriedade privada e sustentabilidade e preocupações com as futuras gerações não se tratam de novidade no ambientalismo contemporâneo, pois Marx havia antecipado de maneira premonitória.

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coesas em conjunto não são pro-

prietários da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como *boni patres familias* devem legá-la melhorada às gerações posteriores. (MARX apud FOLADORI, 2001b, p. 108)

As preocupações hoje existentes com a monocultura, que ganha espaço no produtivismo rural capitalista, mostram o esgotamento prematuro das terras com consequências negativas para a produção futura. “Isso se visualiza com maior clareza na selva tropical, que se desmoita para a introdução do gado e da agricultura” (FOLADORI, 2001, p. 177). Segundo Foladori (2001a, p. 179), “A pilhagem do meio ambiente para o lucro do capital é, como bem disse Foster, ‘uma guerra à natureza’.” O problema da superexploração do solo decorre de causas econômicas capitalistas e não de falta de conhecimentos técnicos, como muitas vezes nos fazem acreditar (FOLADORI, 2001, p. 182).

Conclui o autor,

As relações capitalistas, por exemplo, implicam determinadas leis de comportamento em relação ao meio ambiente. A busca do lucro como objetivo em si da produção capitalista favorece a produção capitalista ilimitada. Isso não é intrínseco à natureza humana, como supõem a teoria econômica neoclássica e a keynesiana, que identificam o que é próprio de um momento histórico como algo genérico da espécie humana.

Cada uma das tendências intrínsecas ao incremento do lucro capitalista implica determinados comportamentos em relação ao meio ambiente. Tanto a tendência à redução do valor do capital constante quanto ao incremento da rotação do capital conduzem à pilhagem da natureza. Não é uma questão de vontade, é uma relação necessária quando existe concorrência mercantil. Se prestarmos atenção às leis de aplicação do capital à terra, iremos nos encontrar com a explicação do avanço sobre solos virgens, de utilização de capital de maneira intensiva, pilhando as riquezas naturais, e até da exploração e/ou apropriação monopólica de certas partes do planeta. Quando passamos às implicações das relações capitalistas sobre o trabalho, aparecem a pobreza, a pauperização, as migrações e a per-

da da diversidade cultural como resultados necessários. Em seu conjunto, trata-se da demonstração mais nítida e contundente de que as relações capitalistas não condizem com um desenvolvimento sustentável. (FOLADORI, 2001, p. 210)

Na análise de Chesnais e Serfati, houve um forte crescimento econômico no pós-guerra, o que acelerou os mecanismos cumulativos destruidores dos equilíbrios ecológicos sob o modelo de produção fordista e com a economia planificada stalinista. Segundo eles, “a crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das conseqüências da organização política e econômica dos Estados burocráticos, inclusive a China” (2003, p. 41). Ainda conforme estes autores, a crise para a humanidade ou crise da civilização humana e a crise ecológica planetária ou crises ecológicas são efeitos e produtos do capitalismo, mas não quer dizer que seja crise para o capitalismo. Hoje ele busca soluções para suas contradições profundas (taxa de mais-valia, taxa de lucro, superacumulação etc.) e liberalização e desregulamentação por meio do neoliberalismo.

Tomada por este ângulo, a crise ecológica planetária é, pois, uma ‘crise capitalista’. Mas, ela testemunha a plena reafirmação da vontade e da recorrente capacidade do capital em *transferir a seu meio ‘externo’* geopolítico e ambiental (a biosfera) as conseqüências de contradições que são, exclusivamente, suas, no sentido de que surgiram das relações de produção e de propriedade que o fundam. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42)

Com essa perspectiva analítica, os autores não compartilham da ideia de que, “pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo poria em perigo, e até destruiria, suas próprias condições de reprodução e de funcionamento *enquanto* capitalismo. Não aderimos à tese da ‘segunda contradição’”, de James O’Connor (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42). Segundo eles, “é no âmago dos mecanismos de criação e de apropriação da mais-valia que jazem as contradições que fazem com que ‘a verdadeira barreira da produção

capitalista seja o próprio capital””. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42) E mais, contrariando a tese da ‘segunda contradição’, o capital torna mercadoria a reparação das degradações ecológicas que provoca. “Longe de afetar sua reprodução como capital, essas se tornarão uma imensa fonte de lucros e de sustentação dos preços das ações”, afirmam os autores (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 44).

A *segunda contradição* do capitalismo foi apontada por James O’Connor na Revista *Capitalism, Nature, Socialism*, sendo esta a primeira publicação periódica marxista dedicada a questões ecológicas, editada desde 1988. Segundo O’Connor, existe a primeira contradição típica do capitalismo, analisada profundamente por Marx, que é a contradição entre capital e trabalho, que se caracteriza pela extração da mais-valia e que é o núcleo da acumulação de capital. No processo de realização das mercadorias essa contradição se expressa na crise da superprodução e subconsumo (CANTOR, 2007, p. 106). A segunda contradição põe em relevo outro elemento não considerado por Marx, a contradição entre capital e natureza. Segundo Cantor, O’Connor usa o argumento das “condições de produção” denominadas por Marx, isto é, a força de trabalho, o espaço, a fonte de matéria-prima. À medida que o capital tende a autodestruir essas condições e as fontes naturais, acaba dificultando a produção capitalista pelo custo aumentado para a produção das mercadorias. “Tal contradição manifestar-se-ia numa ampla escassez de recursos, motivada pela expansão do consumo produtivo de recursos não renováveis (tais como as matérias primas de tipo mineral, petróleo e outras), como pela degradação das condições naturais (solos, rios, água), que dificulta a reprodução do capital. Tudo isto conduz à subprodução, limita a acumulação de capital e erode sua base natural de sustentabilidade” (O’CONNOR apud CANTOR, 2007, p. 106). Em resumo, o capitalismo enfrenta uma dupla crise de demanda, “a primeira contradição”, como consequência da exploração do trabalho, e uma crise pelo aumento dos custos que expressa a sua “segunda contradição”, motivada pela degradação das condições de produção, dentre as quais se encontra o ambiente natural. (CANTOR, 2007, p. 106)

A questão ambiental foi incluída nas reflexões de Marcuse, em

1972, como questão importante para a revolução, no seu livro *Contra-Revolução e Revolta* (1981). Ele inicia o capítulo “Natureza e Revolução” sugerindo uma nova sensibilidade da oposição ao capitalismo em relação à natureza: “O novo padrão histórico da revolução vindoura talvez esteja melhor refletido no papel desempenhado por uma nova sensibilidade na mudança radial de “estilo” da oposição”. (MARCUSE, 1981, p. 63) E ele diz que é necessária “uma nova relação entre o homem e a natureza – a sua própria e a natureza externa” (MARCUSE, 1981, p. 63). Essa nova sensibilidade, segundo o autor,

[...] é a descoberta (ou melhor, a redescoberta) da natureza como aliada na luta contra as sociedades exploradoras em que a violação da natureza agrava a violação do homem. A descoberta das forças libertadoras da natureza e de seu papel vital na construção de uma sociedade livre converte-se em nova força de mudança social. (MARCUSE, 1981, p. 63)

Segundo Marcuse, a libertação da natureza como veículo da liberação do homem se refere (1) à natureza *humana* no que diz à sua racionalidade e experiência e (2) à natureza *externa* – o meio existencial do homem, a “luta com a natureza” em que ele forma a sua sociedade. E ele continua,

Deve ser salientado desde o início que, em ambas manifestações, a natureza é uma entidade histórica; o homem encontra a natureza tal como é transformada pela sociedade, sujeita a uma racionalidade específica que se converteu, num grau cada vez maior, em racionalidade tecnológica e instrumentalista, subjugada às exigências do capitalismo. (MARCUSE, 1981, p. 63)

Nas palavras do autor, é “a destruição da natureza no contexto da destrutibilidade *geral* que caracteriza nossa sociedade” (MARCUSE, 1999, p. 143, grifo do autor). No contexto da sociedade industrial avançada, a satisfação humana está ligada à destruição.

A dominação da natureza está ligada à violação da natureza. A procura por novas fontes de energia está ligada ao envenenamento do meio ambiente. A segurança está ligada à servidão, o interesse nacional à expansão global. O

progresso técnico está ligado ao controle e à manipulação progressiva dos seres humanos. (MARCUSE, p. 148, 1999)

Por último, segundo Mészáros, se é para cumprirmos a lei, deve ser “sobretudo, para a lei absolutamente fundamental da relação da humanidade com a própria natureza: o *substrato objetivo de nossa própria existência*. Esse tem de ser o fundamento último de todo o sistema de leis humanas”. (2007, p. 27, grifo do autor) Porém, essa lei vem sendo violada pelo capital de todas as maneiras possíveis. Conclui Mészáros (2007, p. 27): “Não é preciso ter uma apreensão profética para entender que a cruel violação da base natural da existência humana não pode continuar indefinidamente”. Contudo, a destruição da natureza - que é a base natural da vida humana -, pelo modo de produção capitalista, fato que ora testemunhamos, carrega consigo “a certeza absoluta da autodestruição humana no caso de o corrente processo de reprodução sociometabólica do capital não ser levado a um fim definitivo no futuro próximo, enquanto houver tempo para tal.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 25).

6

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS GLOBAIS

O capitalismo teve sempre o Estado ao seu lado como a instituição política que o legitima e consolida enquanto um sistema econômico no seu processo de reprodução ampliada, tendo papel fundamental para mantê-lo como um sistema produtivo hegemônico. No transcorrer dos tempos, observam-se várias conformações do Estado que, de forma subserviente, corroborou significativamente para que as consequências das crises se tornassem menos malélicas, para que esse modo de produção se perpetuasse e para que a coesão e a conformação social fossem mantidas, bem como garantiu transferências de investimentos do público para o privado, permitindo sua fase expansionista. Atualmente co-existem, em diversos países, variantes do Estado capitalista, tais como o Estado Liberal, Estado do Bem-Estar (Welfare State) e o Estado Neoliberal.

Neste capítulo reúne-se algumas teses existentes sobre a crise e com elas as respectivas análises sobre o tema. Na sequência, analisa-se a tese pós-moderna, marxiana e teses marxistas. Entre elas, há sínteses de três teses que compartilham da ideia da crise estrutural do capital baseadas em Marx. Destas três, duas acordam sobre a ideia de colapso que se pode observar em Kurz e Wallerstein. Enquanto, na terceira, defendida por Mészáros, encontra-se a ideia de contradição entre as

forças produtivas e as relações de produção, ou seja, entre capital e trabalho, que resulta na contradição fundamental no modo de produção capitalista que é a base estrutural da sociedade moderna. Mas é, esta última, ou seja, a tese de Mészáros, que é tomada como base para dar sustentação teórica a este capítulo e ao livro, considerando-se que é a melhor análise do capitalismo contemporâneo fundamentada na teoria marxiana sobre o modo de produção capitalista.

Nas décadas mais recentes fala-se muito em crise, e a percepção de alguns segmentos sociais em relação a ela aumenta significativamente. De um lado, estão as explicações de especialistas acadêmicos de diversas disciplinas que constituem a hegemonia científica, e que, normalmente, a analisam do ponto da racionalidade, das mudanças morais e culturais subjacentes ao tecido social. Observam que as causas são originárias da *crise da modernidade*, conseqüentemente, a crise que é sentida advém da crise da racionalidade instrumental, da crise moral, da crise civilizacional, da crise cultural ou da crise do Estado-Providência.

O sentimento da crise evolui continuamente diante dos inúmeros problemas sociais que se avolumam, fazendo parecer que as soluções são impossíveis. Os governos não conseguem resolver ou cumprir as promessas eleitorais de um bem-estar social, e os poucos direitos sociais, que configuraram avanços, regredem diante das incertezas futuras. As perturbações sociais vivenciadas pela presente geração são agravadas diante da impossibilidade de regulação social formal do Estado e isso demonstra sua incapacidade de estabelecer mecanismos de consenso, substituindo-os por aparatos cada vez mais repressores diante do processo de dissolução da coesão social. As discussões giram em torno de apenas alguns elementos originados de causas exógenas ou endógenas da organização social, as quais são agravadas por interferência de fatores objetivos e/ou subjetivos dos elementos constituintes da realidade social. Porém, o que se percebe é que está se aprofundando o desequilíbrio estrutural nas relações de classe por meio da desigualdade social que se amplia. Assim, apresenta-se uma situação socioeconômica convulsionada, com problemas de toda ordem para parcelas maiores da população local e mundial,

caracteristicamente aumentando os índices de indicadores de vulnerabilidade social.

As conseqüências decorrentes do modo de produção capitalista, anteriormente muito visíveis nos países que sofreram a colonização durante a ascensão histórica do sistema do capital, não ficam mais circunscritas a esses países definidos como periferia do sistema, mas, neste momento de absolutização global, os problemas também atingem os países centrais, de acordo com os dados que se apresentam a seguir.

6.1 OS PÓS-MODERNOS E A RAZÃO COMO CAUSA DA CRISE

No que diz respeito à crise, vasta literatura aparece no horizonte pondo a culpa no período histórico da Modernidade, para justificar teoricamente a existência de uma *Pós-Modernidade* ou de uma *Condição Pós-Moderna*. De certa forma, em algum ponto esses autores convergem, e é no de justamente perceberem a crise. Porém, seus equívocos estão no diagnóstico sobre a natureza da crise social quando defendem como causa a razão moral ou os problemas oriundos da razão instrumental e iluminista da Modernidade. Quanto aos sintomas da crise, também há convergências, porém a análise predominante permanece na franja, portanto, na superfície do problema, não conseguindo descortinar a verdadeira causa da crise que tanto vem afligindo a sociedade e a humanidade de maneira geral.

A literatura especializada (sociológica, econômica e filosófica) hegemônica parte, de um modo geral, de um mesmo paradigma epistemológico, o fenomenológico. Nesse sentido, põe a culpa na racionalidade, no conceito, na subjetividade. Assim, o conseqüente diagnóstico proporá como solução a mudança moral, a mudança do pensar, uma nova consciência social, uma nova maneira de consumir, em síntese, um novo *Contrato Social* a partir de uma *reforma moral* entre os indivíduos que compõem a sociedade.

Na relatividade do conhecimento defendido atualmente pela clas-

se hegemônica, por meio de seus defensores acadêmicos orgânicos, que parte do individualismo metodológico constituído pela relação entre *indivíduo* versus *mercado*, torna fácil a defesa para eles de que as soluções para os problemas sociais advêm de vontades individuais e não estruturais de dimensão econômica. Segundo eles, a condição de desempregado ou de pobreza muitas vezes é considerada como sendo fruto da falta de iniciativa dos próprios indivíduos diante das diversas alternativas oferecidas, ou de uma condição cultural que se diferencia do padrão médio ocidental. E, alguns defendem, de forma ideológica, a condição de ser pobre uma *diferença multicultural* e não mais uma *desigualdade social*. Segundo Chauí, “Se obedecermos aos critérios dos “paradigmas”, diremos que o liberalismo opera com a lógica da identidade, o marxismo, com a contradição dialética, enquanto o *pós-modernismo neoliberal* invoca a lógica das diferenças para desfazer a antiga idéia da razão.” (1982, p. 383, grifo nosso). Para esses teóricos, a realidade se transforma pelo conjunto lógico-argumentativo no desencadeamento de palavras e conceitos sem substâncias empíricas.

Em síntese, as teorias constituintes da hegemonia acadêmica contribuem para que uma nuvem se estabeleça entre os sentidos e a realidade, que as respostas homogêneas de análise da crise desencadeiem inúmeras literaturas que converteram as consequências em causas e deram à crise o nome de pós-modernidade. Desde a crise estrutural de 1970, apareceu uma enxurrada de escritos baseada nos conceitos de modernidade e pós-modernidade. Defendem a relatividade do conhecimento e o deslocamento do sujeito cognoscível. Para eles, o conhecimento se tornou hermético e circunscrevem seus estudos por meio das análises de discursos sobre as ações sociais. Fazem ataques às metateorias, exageram na defesa do individualismo metodológico e nas suas conversões metodológicas do discurso que deveria ser analisado. Defendem a substituição da condição de desigualdade social pelo conceito de diferença, pluralismo e o multiculturalismo ganham força para encobrir a expropriação histórica de classe. Surgiu a defesa da mudança comportamental dos indivíduos para o “consumo consciente”, para se contrapor à degradação ambiental; a substituição do cidadão da pólis, como defendia a *paidéia* grega, pelo cidadão-consumidor e

a substituição da agenda política pelos pareceres técnicos dos peritos. Enfim, o conceito de pós-modernidade caracteriza-se como crítica à racionalidade instrumental da Modernidade questionando seus pressupostos, e os teóricos pós-modernos estabelecem, como sintoma da crise, a cultura contemporânea como a causa da crise social que se presencia. Vê-se isso em Bauman (1998 e 1999), com sua *Modernidade e Ambivalência e o mal-estar da pós-modernidade*; em Lyotard (1989), com sua *Condição Pós-Moderna e o pós-moderno* (1988); em Habermas (1990), com *O discurso filosófico da modernidade*; em Giddens, Lash, Scoth (1997) com a *Modernidade reflexiva*; em Vattimo (1987), com *O fim da modernidade*; em Baudrillard (2007), *A Sociedade de Consumo*; e, em Boaventura de Souza Santos, com *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (1995).

Em sua avaliação, sobre o pensamento pós-moderno, Kurz sentenciar que os teóricos dessa perspectiva tentaram desarmar a teoria de compreensão crítica do real, substituindo-a pelo culto da virtualidade mediatizado pelo relativismo fenomenológico e descompromissado socialmente.

Com o conceito pejorativo de “grande teoria”, foram postas sob suspeita de totalitarismo as principais construções teóricas dos séculos XIX e XX, especialmente o marxismo. Os supostamente totalitários conceitos do todo social, com sua diferença entre essência e aparência, tiveram que ser substituídos por um relativismo fenomenológico não essencialista; a crítica da economia política foi substituída pelo “culturalismo”, a análise real pelo culto da virtualidade. O pós-modernismo tornou-se a teoria da moda dos anos 80 e 90, e toda uma geração de esquerda mais jovem cresceu com ela. Mas essa teoria não parece nada adequada a elevar a crítica do capitalismo à altura do século XXI. O “horror econômico” totalitário real desacreditou completamente o culturalismo pós-moderno e a sua redução fenomenológica da teoria crítica (KURZ, 2006).

No entendimento de Chauí, a pós-modernidade pode ser datada a partir dos anos 1970 - o que se deduz como sendo a década do consenso quanto à percepção da crise -, tanto da abordagem dos autores pós-

-modernos quanto na análise feita pelos marxistas. Os pós-modernos preferiram definir esses novos fenômenos como sendo a *Sociedade Pós-Industrial*, enquanto os marxistas definem como sendo o início da Crise Estrutural do Capital.

[...] enquanto o modernismo poderia ser datado a partir da revolução e da reação conservadora de 1848 e, finalmente, o pós-modernismo estaria datado a partir dos anos 70 de nosso século, sob os efeitos das mudanças do modo de produção capitalista (a chamada sociedade pós-industrial), do esgotamento da principal manifestação política do século (as revoluções comunistas) e do enfraquecimento de um novo sujeito político que entrou em cena nos anos 60 (a contracultura dos movimentos sociais) (CHAUÍ, 1982, p. 383).

E a autora descreve o neoliberalismo como um ideário político do pós-modernismo.

Ainda de modo bastante simplificador diremos que o liberalismo é o pensamento predominante da modernidade; o marxismo, do modernismo; e o neoliberalismo, do pós-modernismo (sendo sugestivo que o pensamento político se tome por uma espécie de *revival* – é “neo” – enquanto as artes, a cultura, as teorias e práticas sociais se tomem por uma superação – são “pós”) (CHAUÍ, 1982, p. 383).

Outros traços parecem marcar a esfera privada pós-moderna: a insegurança, o medo e o retorno às formas místicas e autoritárias de religiosidade, o sentimento do efêmero e a destruição da memória que objetiva espaços e, no Brasil, reforça a desigualdade com a defesa da diferença. No campo da produção econômica, os problemas que defendem decorrem do consumo, a esfera da circulação, e não da produção de mercadorias, como defende a tese marxista. Assim, o pós-modernismo privilegia a esfera do consumo, a defesa neoliberal do alargamento do espaço privado em detrimento do público, os jogos da linguagem, bem como transfere a análise dos problemas da categoria *trabalho* para a lógica da comunicação (Habermas). Nas palavras de CHAUÍ, “Lógica da circulação em lugar da produção; lógica da co-

municação, em lugar do trabalho; lógica da satisfação-insatisfeita dos indivíduos, em lugar da luta de classes – eis alguns exemplos de como a ideologia pós-moderna passou a determinar o pensamento dos ‘últimos modernos’”. (CHAUI, 1982, p. 389)

Suas análises desviam o olhar do conflito de classes como *locus* dos problemas sociais para a relação entre indivíduo e mercado e, nessa lógica, enaltecem a desilusão da participação política pela busca da felicidade no “retorno à Natureza”, afirma a autora. Com isso, corre-se o risco originário do “rearranjo, em escala mundial, das forças conservadoras que poderão capturar ‘mal-estar na cultura’ para convertê-lo em amortecedor benévolo do conformismo e da resignação sem esperança” (CHAUI, 1982, p. 390).

Para Terry Eagleton,

Pós-moderno quer dizer, aproximadamente, o movimento de pensamento contemporâneo que rejeita totalidades, valores universais, grandes narrativas históricas, sólidos fundamentos para a existência humana e a possibilidade de conhecimento objetivo. O pós-modernismo é cético a respeito de verdade, unidade e progresso, opõe-se ao que vê como elitismo na cultura, tende ao relativismo cultural e celebra o pluralismo, a descontinuidade e a heterogeneidade (EAGLETON, 2005, p. 27).

6.2 A CRISE EM MARX

Na obra marxiana estão presentes análises sobre crise econômica e social. Em Marx, a crise é entendida como decorrente do processo antagônico do capitalismo, que se apresenta durante seu desenvolvimento comprometendo os princípios básicos que estruturam o funcionamento da sociedade. Há, também, descrições de existência de crises parciais de ordem conjuntural/econômica e crises estruturais que põem sob ameaça o funcionamento normal do sistema social pelo “enfraquecimento do princípio organizador ou nuclear de uma sociedade, isto é, a erosão ou destruição daquelas relações societais que determinam o alcance e os limites da transformação da (entre outras

coisas) atividade econômica e política” (BOTTOMORE, 2001, p. 83). As crises dos processos econômicos podem ser caracterizadas como momento de depressão ou recessão, de acordo com as conjunturas econômicas de produção ou de superprodução e de baixa de consumo. Segundo Marx, o princípio organizador da sociedade capitalista é a relação conflitante entre capital e trabalho. Nessa contradição gerada no interior da sociedade, teria o Estado, como controle político, que desempenhar o papel de solução de conflitos e de conciliação da classe capitalista para manter a normalidade do funcionamento da sociedade. Segundo Bottomore (2001), é possível identificar em Marx dois tipos principais de teorias da crise que correspondem a duas abordagens metodológicas diferentes na história do capitalismo:

a) *Teorias da possibilidade*: que se baseiam na noção de que são resultados de *tendências conflitantes* no interior da sociedade, numa conjugação de fatores historicamente determinados. Esta se divide em teorias do subconsumo e estagnação e a teoria da compressão dos salários.

b) *Teorias da necessidade*: que se baseiam na noção da lei como *expressão de uma tendência dominante intrínseca*, no entendimento de que as crises gerais são inevitáveis, tal como a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Esta lei decorre do fato de que a produção capitalista se pauta na busca do lucro.

A partir do princípio evidenciado por Marx do desenvolvimento combinado e desigual do modo de produção capitalista, surgiram em diversos países - principalmente naqueles que passaram por processo de colonização durante a ascensão histórica do capitalismo - diversas teorias, tais como: teoria do imperialismo, que substitui as contradições entre as nações por contradições entre classes sociais; teoria do capitalismo mundial; teoria do centro-periferia; teoria da dominação; teoria da dependência; teoria da modernização e a teoria do capitalismo dependente.

Essas teorias contribuem para se compreender a situação que se expressa na história atual do modo de produção capitalista. Marx concebe o modo de produção capitalista, apresentando seu próprio limite, mas esse limite mostra-se na contradição engendradora dos conflitos

sociais que desencadeia, quando a desigualdade social se agrava colidindo com seus métodos de produção e distribuição. Ao mesmo tempo em que ele é responsável pelo desenvolvimento extraordinário das forças produtivas, essa sua tarefa histórica se contrapõe com a correspondente contradição no interior da sociedade das relações sociais de produção. A contradição se manifesta na concentração de riqueza e na pobreza extrema.

A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés de os meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais – em caráter permanente conflita com objetivo ilimitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem (MARX, 1991, p. 287-288).

Ao comprar a força de trabalho, a classe capitalista legalmente se apropria da produção econômica social, por intermédio do Estado, que tem a prerrogativa de legislar a favor da classe proprietária dos meios de produção. Dessa forma, estabelece os parâmetros do comércio livre de compra de força de trabalho entre proprietários do capital e da força de trabalho, como se estes últimos estivessem em condições de igualdade no mercado. Segundo Marx, a produção social como um todo estaria em benefício de interesses de grupos particulares que detêm o

poder no Estado. Para manter a ordem na sociedade, o Estado teria esse papel, inclusive de usar o aparato de repressão e de leis que coajam as pessoas a trabalharem para os capitalistas e, assim, gerar a mais-valia, ou seja, o lucro dos capitalistas. Portanto, a força do sistema do capital move-se constantemente na busca desse lucro, que é extraído do trabalho excedente no ato da produção de mercadorias. Disso surge o processo de exploração do trabalho pelo capital. A mais-valia (relativa e absoluta) é o fundamento oculto da acumulação do capital que oportuniza o lucro capitalista.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à autoexpansão do capital (MARX, 1988, p. 584).

Quando, em determinado momento, há uma *tendência decrescente da taxa de lucro*, há igualmente a organização de capitalistas por meio de fusões que formam monopólios para quebrar outros concorrentes e evitar a concorrência, estratégias como *dumping* etc. Isso resulta na quebra dos capitalistas mais fracos, aumentando o número de pessoas pertencentes à classe trabalhadora. Para restabelecer a taxa média do lucro no seu processo de valorização, os capitalistas dirigem suas forças para intensificar a exploração da classe trabalhadora. É o que se configura, neste momento, com a precarização do trabalho sob o neoliberalismo.

Para Marx, a crise é a expressão da erupção das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção capitalistas. Portanto, as crises são resultados da contradição do funcionamento do modo de produção capitalista. É a própria evidência do caráter histórico transitório desse modo de produção, bem como é a contradição entre o impulso para o desenvolvimento das forças produtivas e os limites, impostos pelas relações sociais de produção, a esse desenvolvimento. Segundo Marx e Engels, o aumento da contradição entre forças produtivas e relação

de produção chega a um ponto em que não pode mais ser sustentada, como escrevem no *Manifesto Comunista*:

As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem as relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passaram a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? *De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos.* A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra a própria burguesia (MARX; ENGELS, 1977, p. 26, grifo nosso).

Segundo Marx, *o capitalismo é a contradição em processo*. Quanto mais há investimento em capital constante, contraditoriamente diminui o lucro deles, gerando a diminuição do lucro dos capitalistas como um todo, porque o lucro decorre do trabalho vivo, só ele transfere o valor para a mercadoria, para reprodução da valorização. A diminuição do lucro dos capitalistas, devido à apropriação da mais-valia relativa na utilização da força social, da ciência, para diminuir os gastos na produção da mercadoria, provoca a taxa de utilização decrescente do trabalho vivo, que é a contradição mais explosiva do sistema de produção capitalista, segundo Mészáros (2002, p. 675). Disso resulta o desemprego e a diminuição dos salários, expressando-se na contradição fundamental do sistema de produção do capital, ou seja, a lei tendencial da diminuição da taxa de lucro que provoca a superprodução e, por outro lado, a consequente diminuição do consumo (subconsumo), diminuindo significativamente as parcelas de consumidores. Essa situação social é composta de trabalhadores desempregados ou subempregados com salários ínfimos, fazendo com que poucos

consigam consumir diante de uma enorme quantidade de mercadorias produzidas. Como escreve Marx, “Então, esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência *queda gradual na taxa geral de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital.” (1991, p.242) De um lado, há alta concentração do capital em poucas mãos e, de outro, pobreza e miséria, gerando a contradição fundamental do sistema, ou seja, a *crise estrutural do sistema do capital* (MÉSZÁROS, 2002). O fato de ser absolutizado com a globalização, a normalidade de deslocar suas contradições, não podendo eliminá-las, hoje, se mostra na sua totalidade mundial, no capitalismo altamente desenvolvido: *a superprodução* (MÉSZÁROS, 2002, p. 693).

Como explica Marx n’*O capital*:

A queda da taxa de lucro e acumulação acelerada, são apenas aspectos diferentes do mesmo processo, no sentido de que ambas expressam o desenvolvimento da produtividade. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, na medida em que acarreta a concentração dos trabalhos em grande escala e com isso composição mais alta do capital. A queda da taxa de lucro por sua vez acelera a concentração do capital e sua centralização, expropriando-se os capitalistas menores, tomando-se dos produtos diretos remanescentes o que ainda exista para expropriar. Assim, acelera-se a acumulação, em seu volume, embora sua taxa diminua com a queda da taxa de lucro.

Demais, se o motor da produção capitalista (cuja finalidade única é a valorização do capital) é a taxa de valorização do capital todo, a taxa de lucro, a diminuição dela retarda a formação de novos capitais independentes e se patenteia ameaçadora ao desenvolvimento do processo capitalista de produção, pois contribui para superpopulação, especulação, crises, capital supérfluo ao lado da população supérflua. [...] O que mais pesa porém no horror que os acomete diante da taxa cadente do lucro é o sentimento de que o modo capitalista de produção encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem com a produção da riqueza em si. E essa barreira peculiar evidencia que o modo capitalista de produção, com suas limi-

tações, possui caráter simplesmente histórico, transitório, que não é modo absoluto de produção da riqueza, entrando antes em conflito com o desenvolvimento ulterior dela, ao atingir certo estágio de evolução (MARX, 1991, p. 278).

Com essa lógica, os capitalistas diminuem investimentos no capital variável em relação ao capital constante, para ampliar a extração da mais-valia. Os capitalistas particulares intensificam a exploração do trabalho com uso de novas tecnologias e organização mais eficiente da administração científica caracterizando a mais-valia relativa e, conseqüentemente, o fator de valorização da produção. Marx define essa fase como sendo a *subsunção formal do trabalho ao capital*, a força produtiva do trabalho no processo de produção subsume-se ao capital por meio do comando do capitalista, um dirigente da produção. Nisso se dá a exploração do trabalho alheio e o processo de trabalho converte-se no próprio capital, como força que se autovaloriza por meio da extração da mais-valia absoluta (MARX, 2004, p. 87). O conjunto dessas iniciativas dos capitalistas particulares configura-se nas forças produtivas sociais do trabalho socializado, via cooperação e divisão do trabalho no âmbito da sociedade, bem como o conjunto da aplicação da ciência e da tecnologia, que significam o trabalho objetivado e a mais-valia relativa. Esse conjunto de indivíduos, juntamente com a ciência, se identifica com o capital, o que dá o significado histórico do capitalismo e, conseqüentemente, o fator de valorização do capital. Assim, a lógica de valorização do capital extraíndo a mais-valia relativa ao infinito, como necessidade desse padrão de acumulação, é o fator contraditório que se expressa como luta de classes. Traduz-se isso no que Marx também definiu como *subsunção real do trabalho ao capital* (MARX, 2004, p. 93). Concluindo, a queda tendencial da taxa de lucro é o resultado da queda da massa de trabalho vivo explorado em relação ao crescimento do capital social global.

A valorização do capital é o objetivo imediato e determinante da produção capitalista que, para atingir esse fim, extrai mais-valia, e para obtê-la precisa produzir mercadorias. Ao mesmo tempo, essa mais-valia se impõe como limite ao desenvolvimento das forças produtivas sociais. O desenvolvimento do processo de produção capitalista acaba se con-

trapondo com as forças sociais de produção por não atender as necessidades sociais, devido à centralização e privatização das riquezas sociais produzidas. Essa contradição, de extrair mais-valia para acumular, acaba se concentrando pela expropriação de pequenos capitalistas e pela intensificação da exploração dos trabalhadores. Então, de um lado, produz riqueza devido à necessidade de valorização constante do capital e, por outro, um contingente de superpopulação com necessidades básicas não atendidas. Como é o caso da fome que aumenta no mundo, como demonstrado, por ser também o alimento uma mercadoria a ser adquirida como qualquer outra. Dessa forma, o capitalismo demonstra seu caráter histórico contraditório entre a produção econômica e a sociedade.

Marx explica bem esse processo:

A diminuição do capital variável em relação ao constante, a qual vem com o desenvolvimento das forças produtivas, incentiva o crescimento da população trabalhadora, e ao mesmo tempo gera continuamente superpopulação artificial. A taxa cadente de lucro retarda a acumulação do capital, do ponto de vista do valor, acelerando-se a acumulação do valor-de-uso, enquanto esta por sua vez leva a acumulação, do ponto de vista do valor, a acelerar-se.

A produção capitalista procura sempre ultrapassar esses limites imanentes, mas ultrapassa-os apenas com meios que de novo lhe opõem esses mesmos limites, em escala mais potente.

A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés de os meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e quem visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao de-

envolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais – em caráter permanente conflita com objetivo ilimitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem.

A chamada plethora do capital é sempre e [...] Essa plethora de capitais nasce das mesmas circunstâncias que provocam superpopulação relativa, sendo portanto fenômeno que a completa, embora ambas estejam em pólos opostos, de um lado capital desempregado e, de outro, população trabalhadora desempregada. (MARX, 1991, p. 287-288)

Considerando a globalização econômica, a anexação de novas regiões para exploração não é mais possível, por estarem todas sob o domínio do sistema do capital, e a valorização do capital intensifica a exploração dos mercados antigos e da classe trabalhadora dominada, que já estão sob seu comando; e, também, usa da destruição violenta das forças produtivas, seja pela guerra produzida, com os artífices político-ideológicos da defesa da pseudodemocracia contra as ditaduras, e também de contingentes humanos explorados até a morte na produção de mercadorias e de *comoditties*.

Segundo Castells, em Marx,

[...] a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro é formulada por meio de um aparente paradoxo: quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital. O descenso das taxas de lucro origina um excedente de capital, porque o crescimento do capital acumulado, graças à crescente extração da mais-valia, encontra cada vez menos possibilidades de investimento que conduzam a uma rentabilidade adequada. Disto deriva um descenso do investimento produtivo que provoca uma diminuição de emprego e a conseqüente redução dos salários, pagos pelo capital. Ao diminuir os salários, cai, paralelamente, a procura, provocando uma

crise na venda das mercadorias previamente armazenadas. (p. 25) Produz-se, assim, uma crise de superprodução, já que a capacidade produtiva não pode ser absorvida pela procura solvente existente, resultado das restrições à procura derivadas do descenso dos investimentos. A incapacidade para realizar suas mercadorias faz com que o capital detenha sua produção, generalizando-se a paralisação e a depressão dos mercados. (CASTELLS, 1979, p. 25-26)

6.3 OS NOVOS TEÓRICOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: COLAPSO OU CONTRADIÇÃO?

Essas manifestações da crise, que se mostram hoje em diversos aspectos da realidade social, não parecem ser características passageiras, mas apontam os limites históricos do sistema capitalista em sua evolução total, conforme análise advinda dos teóricos da crise estrutural. Segundo eles, o sistema capitalista está em sua crise estrutural e não em uma crise cíclica ou conjuntural, e é igualmente uma crise paradigmática e sistêmica de produção. Esse sistema hegemônico de produção, que desde seu início vem evoluindo, alcançou certos limites na sua expansão geográfica da exploração, sem exceção, em todos os países da face da Terra e não tem mais como continuar se expandindo, como parecia possível até os anos 1970. Tampouco suas contradições podem ser lançadas para o futuro. E por não mais ter como se expandir, nessa nova etapa, intensifica a exploração dos trabalhadores através do emprego e desemprego, informalidade, desrespeito e flexibilização dos direitos trabalhistas. Além disso, esgota a capacidade de investimento do Estado com sua grande onda neoliberal na qual, desde o início dos anos 1990, o Brasil vem seguindo, com a lógica de privatização das empresas estatais, abrindo-se de vez ao mercado financeiro internacional. Essa situação impossibilita o Estado de ações corretivas no mercado e nas relações de produção, configurando-se assim em um dos aspectos do que se conhece sobre globalização. As privatizações das empresas estatais e do que ainda resta de público, como previdência, saúde e educação são os últimos nichos a virarem mercadorias,

para fazer parte da circulação mercadológica internacional.

A crise mostra seus efeitos em várias dimensões da vida social e no meio ambiente. O esgotamento dos recursos naturais, bem como a poluição, sensibilizam os cidadãos, os quais se organizam em movimentos ambientalistas chamando a atenção para os aspectos destrutivos do meio ambiente. A crise também se manifesta nas relações individuais, nos laços familiares, nos laços societários, resultando na violência urbana, por exemplo. Essa mesma crise também se transforma em crise de identidade, em que muitos indivíduos não se identificam mais com a atividade que realizam, devido a evolução da divisão social do trabalho abstrato; e surgem as doenças como a depressão e o estresse, que se tornam cada vez mais preocupações de saúde pública. Mas, principalmente, a crise se manifesta nas relações de produção. O desemprego e as mazelas sociais são suas consequências.

No debate atual, a crise ganha espaço de discussão, a realidade se revela nas suas contradições fundamentais, no antagonismo entre capital e trabalho e, com isso, o conseqüente antagonismo decorrente da alienação do homem em relação à natureza. Esses antagonismos revelam-se em seus aspectos mais críticos, no aniquilamento dos indivíduos e na degradação do meio ambiente. As manifestações da crise²², que se mostram hoje em diversos aspectos da realidade social e ambiental, como a crise do emprego, por exemplo, não são fatos passageiros. Segundo alguns teóricos, o sistema capitalista atinge seu grau maior de desenvolvimento e, com isso, as suas próprias contradições se revelam em seu momento derradeiro e, para outros, elas revelam-se na sua natureza contraditória com a globalização. No conjunto, há o consenso de que não se trata de uma crise cíclica ou conjuntural, mas sim de uma crise paradigmática e sistêmica desse modo de produção, ou seja, de uma *crise estrutural do Sistema do Capital*.

²² Crise é uma “Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio. Estado de dúvidas e incertezas. Fase difícil grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias. Momento perigoso ou decisivo. Tensão, conflito. Deficiência, falta e penúria. Econ.: Ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão, ou vice-versa. Crise social. Sociol. Situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade.” (FERREIRA, 1986)

Segundo Antunes (2000, p. 29-30) “a crise do taylorismo e do fordismo é expressão fenomênica da crise estrutural do capital”. Ele argumenta que, após um longo período de acumulação propiciada por essas formas de produção, após os anos de 1970, o capitalismo começou a dar sinais críticos e elege seis deles:

1. queda da taxa de lucro devido aumento do preço da força de trabalho pós-1945 e intensificação das lutas sociais dos anos 1960, que objetivam *o controle social da produção*. A conjugação desses elementos acentuou a tendência decrescente da taxa de lucro;
2. esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção devido à retração do consumo provocada já pelo desemprego estrutural;
3. a esfera financeira ganhava relativa autonomia em relação aos capitais produtivos nessa nova fase de internacionalização do capital;
4. maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
5. crise do *Welfare State* e de seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado e retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
6. acentuação das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho. (ANTUNES, 2000, p. 29-30)

No início dos anos de 1970, iniciou-se um processo de transformação do capitalismo e de suas características dominantes desde a última Guerra Mundial, entre 1945 e 1975. Foi um grande momento de acumulação capitalista e desenvolvimento das forças produtivas que resultou em superprodução e concentração de riqueza. Mas, no final da década de 1960, uma onda de manifestações mundiais, mais conhecida como Maio de 68, expressou a inconformidade social com o *establishment*. Foi questionado o otimismo burguês do progresso ilimitado que chegava à destruição do meio ambiente, a guerra no Vie-

tnã provocada pelo imperialismo estadunidense, a homogeneização da cultura e as ditaduras na América Latina, impulsionadas e financiadas pelos Estados Unidos. Década marcada pelas consequências da acumulação e centralização da riqueza advinda do período do pós-guerra, os chamados *trinta anos gloriosos* para o capital. Em seguida, veio o movimento ambientalista, o movimento feminista e o forte movimento estudantil. Ocorreu a crise monetária, em 1971, e, logo após, a *crise do petróleo* que deflagrou a crise econômica mundial. A crise do petróleo convergiu nas duas leis tendenciais previstas por Marx, da superprodução industrial e do subconsumo, que decorreu do aumento do preço do barril do petróleo oriundo do monopólio no Oriente Médio e da escassez da matéria-prima energética. Com a escassez se expressa a deflagração da crise ambiental. A consciência ecológica aflora ao cair por terra a noção de inesgotabilidade da natureza. Percebe-se que é hora de repensar a predominante ideia de progresso permanente pelo produtivismo capitalista sem se preocupar com as fontes naturais, a matéria-prima. E, também, com a crise do petróleo, o mundo percebeu a fragilidade da matriz energética principal, que move o modo de produção capitalista pelo extrativismo da natureza.

Essa década foi um tempo de lutas revolucionárias entre a economia capitalista e a socialista do tipo soviética, caracteristicamente definida como Ocidente e Oriente, bem como da ascensão do desenvolvimento científico e tecnológico, que resultou na informática e nas tecnologias de comunicação. Diante desses apontamentos, os pensadores sociais que apresentamos concluíram que, a partir da década de 1970, o sistema capitalista entrou em sua crise estrutural e, a partir desse momento, as suas contradições se revelaram. Não se trata, portando, de mais uma crise de caráter conjuntural ou crise circular de curta ou longa duração, que fazem parte da natureza evolutiva do capitalismo. Há certo consenso, também, entre muitos autores, de que diante dessa crise estrutural, a forma encontrada para superar os problemas inerentes foi buscar o pensamento neoliberal de Hayek e Friedmann. O neoliberalismo foi posto em prática pela primeira vez no Chile, depois na Inglaterra e, em seguida, nos Estados Unidos e, em pouco tempo, se tornou macropolítica econômica para diversos países. Na América Latina, os Estados

Unidos planejaram sua intervenção por meio do FMI, no assim definido *Consenso de Washington*, que ditava as regras de economia, a dívida externa dos países, que nunca terminava, e na defesa da privatização de empresas estatais dentro das linhas da pragmática neoliberal.

Por conta das grandes transformações econômicas que ocorreram a partir da crise estrutural do capital, em França foi organizado um debate por um grupo de marxistas em torno da questão: “estariamos vivendo *uma nova fase do capitalismo?*” Gerard Duménil e Dominique Lévy, François Chesnais e Immanuel Wallerstein fizeram suas análises e responderam tal questão no livro com o mesmo título (DUMÉNIL; LÉVY; CHESNAIS, 2003).

Segundo Duménil e Lévy, o capitalismo está em novo curso há quinze anos. Esta nova fase tem forte conteúdo ideológico e possui as seguintes características:

1. Os traços que o definiram como crise estrutural nos anos 1970 e 1980 estão prestes a desaparecer;
2. Curso favorável da mudança técnica que permite o aumento da produtividade do capital e com isso a possibilidade de aumento no poder de compra dos assalariados, o que só obtiveram com suas próprias lutas;
3. Nova etapa na evolução da gestão;
4. Nova etapa na evolução da propriedade capitalista delegada aos grandes fundos de investimentos. (DUMÉNIL; LÉVY; CHESNAIS, 2003, p. 40-41)

Para Chesnais, a etapa atual do capitalismo configura-se como um novo regime de acumulação com predominância financeira, e atribui peso analítico à situação única que os Estados Unidos desfrutaram no interior da economia e das relações interestaduais (DUMÉNIL; LÉVY; CHESNAIS, 2003, p. 46).

O ‘regime de acumulação com dominância financeira’ designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compre-

endido como a dominação interna e internacional do capital financeiro. A hipótese de um regime de acumulação submetido a uma finança que se poderia constituir – momentaneamente – como uma potência econômica e social ‘autônoma’, frente à classe operária como também a todas as outras frações do capital, foi vislumbrada por Marx. Ele a associa ao fetichismo particular do dinheiro, levado a sua forma extrema. (DUMENIL; LÉVY; CHESNAIS, 2003, p. 46)

Segundo François Chesnais, a atual crise só é comparada com a Crise de 1929, que se desenvolveu em um contexto muito distinto e devemos tratá-la como uma processualidade histórica.

Estamos frente a uno de esos momentos en los que la crisis viene a expresar los límites históricos del sistema capitalista. No se trata de alguna versión de la teoría de “la crisis final” del capitalismo o algo por el estilo. De lo que sí se trata, en mi opinión, es de entender que estamos enfrentados a una situación en la que se expresan estos límites históricos de la producción capitalista. (CHESNAIS, 2008)

Chesnais acredita que se trata de gravíssima situação e de um novo tipo de crise, uma vez que esta crise econômica se combina com a crise ambiental, transformando-se em uma crise da humanidade.

En mi opinión, en esta nueva etapa, la crisis va a desenvolverse de tal modo que las primeras y realmente brutales manifestaciones de la crisis climática mundial que hemos visto van a combinarse con la crisis del capital en cuanto tal. Entramos en una fase que plantea realmente una crisis de la humanidad, dentro de complejas relaciones en las que están también los acontecimientos bélicos, pero lo más importantes es que, incluso excluyendo el estallido de una guerra de gran amplitud que en el presente solo podría ser una guerra atómica, estamos enfrentados a un nuevo tipo de crisis, a una combinación de esta crisis económica que se ha iniciado con una situación en la cual la naturaleza, tratada sin la menor contemplación y golpeada por el hombre en el marco del capitalismo, reacciona ahora de forma brutal. Esto es algo casi excluido de nuestras discusiones, pero que va a imponerse como un hecho central. (CHESNAIS, 2008)

Constituindo-se de leis peculiares próprias, antagonônicas em si, o sistema do capital entrou em crise estrutural e caminha para seu colapso total durante o século XXI, segundo os diagnósticos feitos por Kurz e Wallerstein. Além disso, na análise de Mézáros, revela e intensifica os antagonismos intrínsecos da sua contradição fundamental entre capital e trabalho. Esses pensadores sociais constituíram três teses distintas, mas convergem na tese da *crise estrutural do capital* que se originou nos anos de 1970.

6.3.1 Kurz: o capitalismo autofágico

“Nunca houve tanto fim”. Com essa frase, o sociólogo e ensaísta alemão Robert Kurz inicia seu livro “O colapso da modernização”. Com essa sentença, o autor disse que “Com o colapso do socialismo real, toda uma época desaparece e vira história.” É o fim do Trabalho, o fim da Política, o fim da Economia e o fim do Marxismo, afirmou com convicção Kurz (1999, p. 13). No entender do apresentador do livro, Roberto Schwarz, trata-se de um trabalho audacioso que analisa a sociedade numa perspectiva de “movimento e no conjunto a história do sistema mundial de produção de mercadorias.” (1999, p. 7)

Segundo Kurz, tanto o sistema socialista, que antecipou a sua própria decadência, quanto o sistema capitalista, sofrem do mesmo mal, pois ambos fazem parte do mesmo Sistema Produtor de Mercadorias. Para ele, não foi o conflito de sistemas que provocou o colapso do Leste Europeu e está arruinando o capitalismo, mas sim a falha dos mecanismos internos de funcionamento do próprio sistema. E vai mais longe, diz que essa crise ameaça, inclusive, o suposto vencedor, e que suas causas devem ser procuradas para além da sociedade industrial e, também, das relações entre mercado e Estado. Portanto, deve-se procurar no nível onde se encontram todos os sistemas sociais da modernidade, ou seja, é a *crise da Sociedade do Trabalho*.

O trabalho como um processo histórico, no atual sistema, “[...] nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas.” (Kurz, 1992, p. 18) Com essa forma, pertence exclusivamente à era moderna, e foi

adotado acriticamente por ambos os sistemas conflitantes, fazendo parte de um sistema único, o sistema produtor de mercadorias. Por ser o trabalho gerador de mais-valia, e essa é o que produz e mantém o acúmulo de riquezas, com a utilização de novas tecnologias na cadeia de produção, a substituição da mais-valia vai se dando de forma gradativa. A própria necessidade de produzir mais mercadorias através da tecnologia causou um desenvolvimento inaudito da *força produtiva da ciência* e, com isso, o próprio capitalismo gerou no seu interior o comunismo já presente. A substituição da força humana no trabalho, ou seja, o trabalho abstrato gerador da “mais-valia”, é a crise do capitalismo, e o mesmo que aconteceu no Leste Europeu. Essa crise “[...] consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital [...]” (KURZ, 1992, p. 213). O autor conclui dizendo que *o capitalismo é autofágico* e está comendo a si próprio. Eliminando o trabalho abstrato através do desemprego, na constante utilização de novas tecnologias, ele vai deixando de extrair mais-valia que é seu próprio alimento e permite, dessa forma, o surgimento de sua negação no seu próprio interior (autofagia) (KURZ, 1992, p. 214).

Segundo o Grupo Krisis (1999), no plano das forças produtivas, é a microeletrônica, como tecnologia universal de racionalização do trabalho e de comunicação, que se torna a força produtiva da crise para o sistema produtor de mercadorias, ao mesmo tempo em que pode se tornar uma força produtiva da emancipação social, em relação às formas fetichistas do valor. Segundo ele, temos que partir das forças produtivas microeletrônicas para ir contra as relações de produção e consumo capitalistas. Essa nova força produtiva é um potencial que o capitalismo não produziu em benefício próprio, mas para seu fim. É uma forma embrionária de reprodução social para além do valor que não começará com a produção, mas com a utilização de *chips*.

Com esse raciocínio, o Grupo Krisis estabeleceu uma importante tese afirmando que, “*pela primeira vez na História, a velocidade de inovação do processo produtivo conduzido pela tecnologia, ultrapassa a velocidade de inovação do produto*” (KRISIS, 1999, p. 15, grifo nosso). Isso pressupõe que a planta tecnológica disponível atende de

antemão as novas necessidades de mercadorias, sem que precise de modificações na esteira produtiva. Dessa forma, o trabalho abstrato torna-se supérfluo. Nessa lógica de autodestruição, o capitalismo gerou no seu interior a substituição da força humana no trabalho, que se traduz no desemprego tecnológico. Igualmente, sendo o trabalho abstrato o gerador da mais-valia e, acabando com ele, o capitalismo cria estruturalmente sua crise, pois com o desemprego reduz a mais-valia e entra em colapso. Essa é forma do “capitalismo autofágico”, ou seja, devora-se a si próprio. Assim como a lucratividade diminui, e com isso aumenta a intensificação da exploração da força de trabalho ainda empregada, a redução do número de emprego formal implica consequentemente redução da arrecadação dos impostos salariais sobre as folhas de pagamento. Com isso, diminui também a capacidade financeira do Estado, inclusive para manter a previdência e seguridade social para futuras gerações, assim como diminui a capacidade de investir e acudir setores econômicos que necessitam de ajuda do Estado.

Isso posto, fica o questionamento: qual é a natureza da crise?

Na interpretação de Kurz (1999, p. 8), “A concorrência do mercado mundial torna obrigatório o novo padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos”. Segundo ele, tanto o mercado quanto o padrão de produtividade, na sua forma atual, chegaram ao seu limite.

Pela primeira vez o aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar o trabalho. A mão de obra barata e semiforçada com base na qual o Brasil ou a União Soviética contavam desenvolver uma indústria moderna ficou sem relevância e não terá comprador. Depois de lutar contra a exploração capitalista, os trabalhadores deverão se debater contra a falta dela, que pode não ser melhor. Ironicamente a exaltação socialista do herói proletário e do trabalho consagrava um gênero de esforço historicamente já obsoleto, de qualidade inferior e pouco vendável, superado pelo capital e não pela revolução. Mas, o caráter excludente das novas forças produtivas não pára aí. (1999, p. 8-9)

O autor, estabelecendo que o estado atual apresenta-se enquanto crise do sistema mundial de produção de mercadorias, diz que os supostos vencedores agem de forma ideológica e que “o consumo de massa faz com que as camadas perdedoras acreditem em atingi-lo e acreditem na “incólume normalidade capitalista.” (KURZ, 1999, p. 185) Porém, surgem pressentimentos de que o Ocidente não ficará imune aos colapsos de outras partes do mundo, do Leste. Esses pressentimentos são acalmados pela esperança de novos milagres de modernização e prosperidade futura de crescimento. Iludem-se os povos perdedores e também os vencedores. (KURZ, 1999, p. 185) O sistema ocidental, que é parte do sistema capitalista, não sobreviverá à crise global. É possível que, por algum tempo, o sistema moribundo se defenda da maioria da população mundial, mas isso não significa que se perpetuará para sempre. O autor decreta, “Não é infinita a paciência daqueles que ‘caíram fora”” (KURZ, 1999, p. 186), vislumbrando, em futuro próximo, contestação social e guerras civis diante do caos social provocado pelo sistema moribundo.

O mundo único, finalmente realizado e reconhecido como tal, mas condenado à forma fetichista, atacada por crises, do sistema produtor de mercadorias, revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir: uma guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis. (KURZ, 1999, p. 186)

Segundo ele, nem os poderes e os representantes políticos desse *mundo único* e nem as instituições pretendem questionar esse automatismo do movimento do mercado mundial. Em vez disso, diz que querem impor a coação militar e a conservação das regras para a sua própria conservação. Tudo isso para conter os exércitos de perdedores, famintos, revoltados pela fome, surtos de desespero, atentados terroristas. Exemplo disso é a polícia planetária organizada pela ONU contra o ditador iraquiano Saddam Hussein (1999, p. 187). Ainda que o poder policial internacional, mesmo sendo uma polícia planetária capitalista, consiga por algum tempo reprimir, não conseguirá conter a criminalidade interna em massa, terror sangrento individual de indi-

vídios patológicos, psiquicamente perturbados ou desesperados. Não poderá conter as ações de sabotagem em grande escala por parte dos insatisfeitos. Em síntese, os supostos vencedores do Ocidente estão cavando a própria cova.

Por fim, os setores vencedores do Ocidente estão cavando sua própria cova mediante a potência de destruição ecológica do sistema produtor de mercadorias. A exploração abstrata de força de trabalho humana emprega a mesma abstração perante as matérias naturais exploradas nesse processo. O trabalho abstrato como ponto de partida e de chegada da mercadoria moderna, a partir dos momento em que se torna princípio geral da reprodução global, está destruindo com velocidade crescente os fundamentos naturais comuns da humanidade. Também essa força destrutiva tornou-se há muito tempo virulenta dentro das sociedades vencedoras no mercado mundial. (KURZ, 1999, p. 190)

Então, atualmente, ao observar-se as ações do Estado para salvar o capital da denominada crise financeira, pode-se dizer que a previsão de Kurz se confirma ao evidenciar a intervenção do Estado na economia.

[...] a crise provocará também no Ocidente um novo salto histórico, do pólo monetarista ao estatista. Só que desta vez ela não o fará na forma de um surto de modernização, mas sim como progressiva administração de emergência estatista do sistema global em colapso, como estatismo terrorista da fase final que procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro, mesmo à procura de uma administração violenta da miséria que se transformará em terror, para acabar na autodestruição absoluta. (KURZ, 1999, p. 191)

Na perspectiva analítica de Kurz, que se aproxima de outros teóricos críticos, a crise avança da periferia aos centros hegemônicos do capitalismo.

Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente. O princípio da rentabilidade ainda partirá para uma última corrida deslumbrada antes de percor-

rer, até o fim, seu caminho duplo de “emancipação negativa” e destruição social-ecológica. (KURZ, 1999, p. 192).

A transferência das riquezas dos países periféricos diminui cada vez mais o poder de compra desses povos, reduz assim a capacidade aquisitiva e com isso decresce também o acúmulo dos países centrais devido ao esgotamento dos recursos e diminuição do mercado de consumo global. Diminuem as massas de consumo em vários países e os concorrentes brigam por fatias cada vez menores de mercado. Essa concorrência mútua terá um sensível agravamento e assim se instala, também, a lógica de derrota e imobilismos no Ocidente. Esse processo teve início no mesmo período em que começaram os primeiros surtos de colapso no Terceiro Mundo, no fim dos anos 1970, e já alcançou um estágio perigoso (KURZ, 1999, p. 193-194).

Esse fato é o processo de desemprego que assola muitas nações, e passou quase despercebido porque somente era registrado pela estatística, e os milhares de empobrecidos “são fatores pelos quais se expressa a destruição da capacidade aquisitiva mediante um nível de produtividade ‘demasiadamente alto’ para a lógica da mercadoria” (KURZ, 1999, p. 194). Indivíduos pobres formam guetos urbanos e transformam-se em focos de revoltas potenciais. A próxima fase mostra que regiões inteiras estão caindo fora do sistema, morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais, ficando incapazes de levantar capital monetário para continuar na corrida da produtividade (KURZ, 1999, p. 194). Há um processo de desindustrialização dos países ricos como o Japão, na Ásia, Alemanha e outros países da Europa. Algumas regiões perdedoras mantêm-se artificialmente, até por um período mais longo, pelas subvenções do Estado, que se apoia em outras regiões de vencedores. Onde não existe essa capacidade do apoio direto ou indireto do Estado, essas regiões transformam-se em grande zona de pobreza, um Terceiro Mundo dentro do Primeiro (norte da Inglaterra). (KURZ, 1999, p. 196) Ou então, pode-se ver regiões como na América Latina, onde acontece o endividamento do Estado e a pauperização dos povos.

Segundo o autor, muitos países europeus não conseguem mais produzir com seus próprios recursos e a velocidade do capital faz com que não consigam acompanhar a concorrência em nível mundial. Esses países acabam importando cada vez mais, resultando na diminuição de sua capacidade produtiva, comercial e concorrencial. Disso decorre o aumento da dívida interna, desemprego e outros problemas de ordem social (KURZ, 1999, p. 197). O volume da dívida absoluta mundial, sem paralelo na História, indica que “a produtividade alcançada no nível mundial começa a romper o contexto da forma do trabalho abstrato e de todo o sistema fetichista da modernidade”. (KURZ, 1999, p. 199) Na sua avaliação, deste cenário se origina a especulação, exercida através da cessão de créditos aos perdedores, propiciando o processo de endividamento mediante fluxos comerciais internacionais, a partir dos anos 1980, por meio de imóveis e ações (1999, p. 201). Mas especulação alimenta especulação e torna o capital fictício. Com isso é criada uma superestrutura fictícia de capital especulativo que não tem como se sustentar *ad eternum*. Mas, afirma com veemência, “a causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de ‘trabalho abstrato’, em consequência da alta produtividade (força produtiva ciência) alcançada pela mediação da concorrência” (KURZ, 1999, p. 205).

Argumenta Kurz: “Durante muito tempo pareciam bem definidas as fronteiras entre miséria em massa e as relativas condições de bem-estar coletivo. A linha demarcatória separava essencialmente o Norte do Sul do planeta. Essa constelação foi, no entanto, apenas um produto da história depois da Segunda Guerra” (FSP, 18/09/2005). Nos países centrais irradiadores do capitalismo, as plantas industriais fordistas impulsionaram um produtivismo econômico sem precedentes históricos, com uma grande capacidade de absorção dos trabalhadores e uma inaudita acumulação do capital. Esse contexto permitiu, a inúmeras organizações sindicais, conquistas de direitos trabalhistas, civis e socioeconômicos.

No Ocidente, observavam-se relações estruturais clássicas capitalistas entre nações, hierarquizadas entre países de capitalismo avançado e países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, os ex-colonizados, que ideologicamente interiorizavam os desejos de crescerem

nos mesmos padrões sociais de seus antigos senhores. Porém, a “era de ouro” fordista do pós-guerra permaneceu como uma miragem para a maioria dos países. “A tarefa de criar uma industrialização recuperadora, um consumo de massa e um ‘Welfare State’ deu certo apenas por um curto período e em fórmulas de segunda mão”. (KURZ, FSP, 18/09/2005).

Na perspectiva analítica de Kurz, a Terceira Revolução Industrial da microeletrônica aposentou de vez o fordismo, refletindo-se imediatamente no Sul e no Norte globalizado dos EUA e da Europa, bem como foi a causa da ruína da experiência soviética. Em sua visão, a Revolução Industrial da microeletrônica vinha minando o corpo social desde os anos 1980, quando a “plena ocupação” fordista convertera-se em desemprego estrutural.

No seu livro *Os últimos combates* (1997), no capítulo em que trata da “falta da autonomia do Estado e os limites da política”, Kurz traça uma trajetória do papel do Estado a serviço do sistema capitalista, sem autonomia, como muitos teóricos liberais defendem. Segundo ele, “o mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo “campo” histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho” (KURZ, 1997, p. 93). É na sua totalidade como um campo histórico, constituindo-se do *moderno sistema produtor de mercadorias*, e o Estado está a seu serviço (KURZ, 1997, p. 93).

Segundo Kurz (1997, p. 96-102), há cinco níveis de atividades do Estado que resultam do processo de economia do mercado:

1º Nível é do âmbito jurídico, na jurisdição do Estado Nação, ele estabelece as leis para regular as relações entre capital e trabalho, mercadorias e dinheiro;

2º Nível é da atividade do Estado de assumir os problemas sociais e ecológicos resultantes da economia de mercado;

3º Nível é o papel do Estado de criar infraestruturas materiais para dar condições de desenvolvimento do processo de industrialização e cientificação da produção;

4º Nível é o da estatização econômica, o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias. Nas reformas neoliberais ocorreu uma desestatização da economia com a privatização das empresas;

5º Nível é o último estágio da economia estatal, em que o Estado atua por meio de suas políticas de subsídios aos capitalistas e o aparato forte ao protecionismo das empresas privadas nacionais. Alguns exemplos de atuação do Estado: bloqueios econômicos a Cuba e/ou a outros países são ações políticas vistas em todo o Ocidente que caracterizam “formas imagináveis dessa atividade empresarial indireta do Estado ou dessa ‘falsificação do mercado’. [...] Todos os “velhos” países industrializados do Ocidente subsidiam hoje maciçamente as indústrias do carvão e do aço e a indústria naval.” (KURZ, 1998, p. 101)

Mesmo quando o Estado não aparece diretamente como empresário, ele pode influenciar indiretamente o processo de mercado da produção de mercadorias através da regulação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou proteção das empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas (KURZ, 1998, p. 101).

Hoje, a globalização dos mercados impossibilita praticamente a autarquia e soberania nacional, mesmo as de blocos de nações. Segundo Kurz (1998, p. 101-102),

Quanto mais os países se tornam ‘refêns’ da economia multinacional, quanto mais eles se vêem colocados contra parede pela ‘questão da localização’, tanto mais forte (e não tanto mais fraca) se torna a sua propensão para afirmar-se em meio a essa contradição sistêmica de uma economia globalizada, por um lado, e de uma reprodução dentro do quadro do Estado nacional, por outro, recorrendo a todos os truques camuflados de subvencionismo e protecionismo.

Diante desse importante papel para garantir a acumulação privada dos capitalistas, Kurz afirma que é uma ilusão a ideia do primado da política sobre os processos econômicos, e, bem o contrário, trata-se

do primado do econômico sobre a política. O ideário liberal tem como premissa a liberdade de mercado sem a interferência do Estado. Isso é o que se publiciza, mas não é o que acontece na prática. As teorias políticas e econômicas percebem a importância do papel do Estado na economia, sem o qual elas não teriam êxito. Na verdade, a proposta da economia liberal é política/econômica e o sistema econômico só pode funcionar enquanto um sistema político também. É facilmente observável na história do sistema capitalista a importância do Estado na regulamentação e financiamento das ações econômicas, bem como o papel crucial nos momentos de crises econômicas cíclicas ou conjunturais e o papel reservado ao Estado para legislar, enquanto um sistema político e injetor de recursos financeiros, para a reprodução ampliada do capital, como se presenciou no forte protecionismo que dominou e impossibilitou acordos comerciais, de cunho bilateral ou multilateral, entre os países que participaram da Rodada de Doha.

Em cada momento econômico, há uma reciprocidade na forma do agir do Estado que lança e se utiliza de inúmeros mecanismos de controle para garantir a ordem social, seja pela sua eficiência de intervenção na ordem pública e política, quanto na economia, ou quando se utiliza de mecanismos de seletividade (OFFE, 1984) e de assistência conduzida pelas políticas sociais, tendo como base o Estado assistencial, evitando assim a convulsão social e dando garantia ao contínuo processo de produção e reprodução capitalista. É sempre bom reafirmar que, de certa forma, há um consenso sobre este entendimento, em uma primeira análise, o de que o Estado de Bem-Estar, no campo da assistência, deve garantir “tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político” (WILENSKY apud BOBBIO et al., p. 416). E, na ordem política, este Estado deve usar o seu próprio aparato jurídico, político, administrativo e coercitivo, através do papel legal de poder estar armado, bem como o de usar de sua força para conter ou manter a reprodução social e do sistema. É relevante para análise social observarmos a preponderância do papel do Estado em vários aspectos no transcorrer da consolidação do sistema capitalista e de sua manutenção enquanto uma economia política.

Resumindo algumas contribuições de Kurz; tendencialmente o capitalismo tornou-se *incapaz de explorar*, tendo em vista a intensificação do uso de novas tecnologias, ou seja, forças produtivas da ciência e o desemprego que isso gera. O trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto (trabalho pretérito), materializado nas tecnologias, segundo ele, é a autodestruição do sistema, como um processo autofágico, que deixa de extrair mais-valia que é seu próprio alimento e, como se fosse um vampiro, vai sugando seu próprio sangue. Por isso, ele inicia o Manifesto contra o trabalho dizendo “Um defunto ronda a Europa, é o defunto do trabalho” (GRUPO KRISYS, 1999). Deixando de explorar o trabalho abstrato, fonte da mais-valia, as empresas perdem rentabilidade e o Estado deixa de arrecadar. *A força produtiva ciência*, gerada no interior capitalista, criou potências que são incompatíveis com formas básicas de reprodução capitalista. A consequência disso é que essa transformação de forças produtivas torna-se potencial força destrutiva, acarretando catástrofes ecológicas (poluição) e catástrofes sociais (misérias). No lado ecológico da crise, o sistema produtor de mercadorias criou também o *mundo único*, de cujo entrelaçamento ninguém pode escapar, catástrofes climáticas e naturais, poluição das águas etc., que atingem a todos em escala mundial (KURZ, 1999, p. 190).

Como há a eliminação tendencial do trabalho vivo, portanto, produtor de valor, isso quer dizer, a supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, a crise não pode ser criticada ou superada pelo marxismo do movimento operário que é parte integrante do sistema burguês da moderna sociedade produtora de mercadoria. Por isso a crise também atinge o movimento operário (KURZ, 1999, p. 213). Diz o teórico alemão que a humanidade tem de aceitar o fato de que “por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma comunista no nível substancial-material e ‘técnico’.” (KURZ, 1999, p. 214). O comunismo, supostamente fracassado, é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, mas ele é uma realidade presente. Segundo ele, há necessidade de revolução, mas não no sentido clássico dentro da forma-mercadoria, pois seus representantes não aceitarão. Há necessidade

de um movimento de supressão, como força social, que se apodere das forças sociais produtivas da ciência (KURZ, 1999, p. 219).

6.3.2 Wallerstein: o capitalismo histórico como um sistema-mundo

Wallerstein compartilha da tese da crise estrutural do capital de Kurz e, também, do prognóstico de colapso do Sistema do Capital, porém há distinções fundamentais em sua análise em comparação com a do sociólogo alemão da Revista *Exit!* No pensamento do sociólogo estadunidense, o Estado é uma instância privilegiadíssima de disputa política, algo que, com sua visão sistêmica, não poderia ser diferente.

Segundo Wallerstein, capital é riqueza acumulada. No capitalismo histórico, o capital passou a ser usado de forma especial tendo como intenção primordial a auto-expansão, o que distingue o capitalismo dos outros sistemas históricos. Para ele, capitalistas são “essa meta persistente e autocentrada do detentor de capital (a acumulação de mais capital) e as relações que ele tem de necessariamente estabelecer com outras pessoas para alcançá-la” (2001, p. 13-14). Nessa sua perspectiva, para conquistar, o capitalismo precisou de estoque de dinheiro, mão de obra, rede de distribuidores e consumidores. Antes disso, era impossível pensar numa moral de acumulação, pois não havia mercadoria. O capitalismo mercantilizou o processo de produção, insumo, mão de obra etc, e procurou cada vez mais mercantilizar os processos sociais presentes em todas esferas da vida econômica. O capitalismo é centrado em si mesmo e nenhuma relação ficou isenta de inclusão. Portanto, o seu desenvolvimento histórico é o impulso para mercantilizar tudo (WALLERSTEIN, 2001, p. 15).

Outro ponto que o autor põe em evidência é o da competição entre os acumuladores de capital. Os mais hábeis conseguem o controle da força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentam as operações mercantis, mais conhecidas como monopólios, configurando-se na primeira contradição. A economia capitalista possui como característica a intenção racional de maximizar a acumulação; a hierarquização das pessoas por meio da divisão de classes sociais,

dentro do Estado Nacional e entre os Estados Nação, na polarização entre centro *versus* periferia. Apesar de se dizer que os estados nacionais tinham autonomia, as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados.

Nessa relação centro *versus* periferia, isto é, área perdedora *versus* ganhadora (2001, p. 14-17), pode-se citar, como exemplo, os países da América Latina e do continente africano como países perdedores. Devido à lógica concorrencial do sistema, na luta desenfreada pela sobrevivência no jogo do mercado, a maioria perde e cada vez um número reduzidíssimo de pessoas e Estados ganham, gerando a miséria para muitos. Com essa constatação, Wallerstein defende a hipótese de que a maioria da população do mundo atualmente esteja em piores condições materiais do que as gerações dos sistemas históricos anteriores (2001, p. 38).

O capitalismo histórico surgiu e é um absurdo em si: “Acumula-se capital para que se possa acumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido” (WALLERSTEIN, 2001, p. 37). O capitalismo histórico é uma civilização materialista e sua estrutura fundamenta o fosso entre topo e a base em escala crescente de distribuição desigual (WALLERSTEIN, 2001, p. 38-41).

Na luta pelo desenvolvimento e pelo progresso que os países periféricos tentam conseguir, o ideal é o conseguido nos países desenvolvidos, e a maioria crê que pode alcançar os patamares que eles conquistaram. Isso não passa de uma pura ilusão, pois o capitalismo é hierárquico e sua lógica interna não permite que todos cheguem ao mesmo nível. Há processo de exploração entre as nações e entre as classes sociais dentro dos Estados-Nação, afirma o autor.

No âmbito do capitalismo histórico, as pessoas, grupos econômicos e políticos conduzem suas lutas no espaço do Estado Nacional. Segundo ele, “fazer política é mudar as relações de poder numa direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais. Para ter êxito, nesses casos, é preciso encontrar as alavancas de mudança que permitam a maior vantagem ao menor custo”

(WALLERSTEIN, 2001, p. 42). Essas alavancas mais efetivas são as estruturas do Estado, sendo realizações institucionais do capitalismo histórico. “Assim, não é por acidente que o controle do poder estatal, a conquista do poder de Estado, tenha sido o objetivo estratégico central de todos os principais atores da esfera política ao longo da história do capitalismo moderno” (WALLERSTEIN, 2001, p. 42).

O poder estatal nos processos econômicos é visível quando se observa como o sistema opera, com o primeiro e o mais fundamental elemento do poder estatal sendo a jurisdição territorial. Estados têm fronteiras juridicamente determinadas e reconhecimento diplomático em relação a outros Estados. Facilita o econômico dentro de suas fronteiras e disputa com outros Estados (WALLERSTEIN, 2001, p. 42). O segundo elemento diz respeito ao “direito legal, reservado aos Estados, de determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial” (WALLERSTEIN, 2001, p. 44). E, também, são os estados que abrem as fronteiras para a especulação capitalista. Portanto, o autor dá ênfase à disputa política no âmbito da estrutura do Estado. O terceiro elemento é o da prerrogativa do Estado de cobrar impostos e com essa taxaço torná-los a sua principal fonte regular de renda. Com esses recursos, os Estados promovem a acumulação do capital e redistribuem, direta ou indiretamente, em novo ciclo de acumulação de capital. “Em resumo, o poder de cobrar impostos foi um dos meios mais imediatos através do qual o Estado ajudou o processo de acumulação de capital em favor de alguns grupos em vez de outros” (WALLERSTEIN, 2001, p. 47).

O poder redistributivo do Estado tem sido alvo de crítica constante por ser eficiente instrumento ainda mais desigual à distribuição social, contribuindo para acumulação privada do capital e, de forma desigual, não redistribuir para a sociedade. Segundo Wallerstein, são três os mecanismos que aumentam a desigualdade: primeiro, através da taxaço, os governos reúnem grande quantidade de capital e distribuem aos próprios detentores do capital, pessoas ou grupos, através de subsídios; segundo, os governos foram capazes de reunir capital através de taxaço legais, o que se torna “prato cheio para a rapinagem ilegal em grande escala e de facto irrestrita de fundos públicos.”

Prova disso, são a corrupção e o nepotismo. “Esse roubo, bem como seus procedimentos correlatos, tem sido uma importante fonte de acumulação privada de capital ao longo do capitalismo histórico”, e, “Por último, os governos redistribuem em benefício dos ricos quando usam o princípio da socialização do risco e a individualização do lucro” (WALLESTEIN, 2001, p. 47).

Outro elemento importante, característico do Estado, é o do monopólio das forças armadas, polícia e exército, que é utilizado para manter a ordem interna e impor a aceitação da força de trabalho nos seus papéis na produção. Esse aparato tem sido eficaz como instrumento para garantir a acumulação e concentração do capital no âmbito no Estado Nacional. O “Estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação”, diferentemente do que é apregoado de que “o capitalismo expresse a atividade de empreendedores privados, livres da interferência dos aparatos estatais. Na prática, isso nunca foi verdade em lugar nenhum. [...] No capitalismo histórico, os capitalistas confiaram em sua capacidade de utilizar os aparatos estatais em seu benefício” (WALLERSTEIN, 2001, p. 49). Estado e capitalismo nunca foram separados, enfatiza o autor.

Além desse mito, há um segundo mito ideológico que trata da soberania do Estado. Segundo Wallerstein, “O Estado moderno nunca foi uma entidade política autônoma. Os Estados se desenvolveram e foram formados como partes de um sistema interestatal, ao qual correspondia um conjunto de regras, dentro das quais os Estados tinha de operar e um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobreviver.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 51). A relação entre os Estados sempre foi uma forma específica de relação de hierarquia de poder e a concorrência entre eles, de certa forma, garantia o equilíbrio de poder, através de guerras para disputar o poder ou, por um período temporário, ter certa hegemonia relativa sobre os demais. Exemplo de hegemonias: Holanda (séc. XVII), Grã-Bretanha (séc. XIX) e Estados Unidos (séc. XX). (WALLERSTEIN, 2001, p. 51) No âmbito mundial, o processo de acumulação de capital levou à concentração em algumas regiões geográficas, tendo em vista a troca desigual existente no sistema interestatal que mantém hierarquia entre os Estados Nação.

(WALLERSTEIN, 2001, p. 55). Então, há luta de classes, luta entre empreendedores e entre os Estados. Ao mesmo tempo em que lutam entre si incessantemente nas esferas econômica e política, os acumuladores também agem de forma solidária, entre eles, para manter o sistema favorável a si mesmos contra os esforços da força de trabalho, para alcançar objetivos que lhes opunham (WALLESTEIN, 2001, p. 56). Segundo ele, o capitalismo histórico opera no interior de uma economia-mundo, mas não no de um Estado-mundo e, no contexto do sistema mundial, ele sublinha o papel crucial dos múltiplos Estados, como estruturas políticas poderosas. No transcorrer histórico, a reestruturação dos Estados representou caminho mais promissor, porém com limitações para melhorar a posição dos trabalhadores (WALLESTEIN, 2001, p. 58), por isso o surgimento de movimentos anti-sistêmicos, a partir do século XIX, com suas grandes variantes históricas, movimentos trabalhistas-socialistas e movimentos nacionalistas. Eles tinham como estratégia a tomada do poder do Estado porque entendiam que era o centro da estrutura política. O que conseguiram foi apenas reformar o sistema, assim como os regimes pós-revolucionários, que continuaram a funcionar dentro da divisão do trabalho do capitalismo histórico, também com o mesmo esforço da acumulação incessante de capital (WALLERSTEIN, 2001, p. 60).

Para o autor, “sistemas históricos são apenas isso: históricos. Eles surgem e finalmente deixam de existir, em consequência de processos que exacerbam as contradições internas e produzem uma crise estrutural” (WALLERSTEIN, 2001, p. 79). Segundo ele, “*O capitalismo histórico entrou em sua crise estrutural no começo do século XX e provavelmente morrerá, como sistema histórico, no próximo século. É difícil prever o que acontecerá. O que podemos fazer agora é analisar as dimensões da crise estrutural e tentar perceber para que direções a crise sistêmica está nos levando*” (WALLERSTEIN, 2001, p. 79, grifo nosso). O primeiro aspecto dessa crise é que estamos perto de mercantilizar tudo, já que ela penetrou em domínios e zonas antes intocadas, e a mercantilização ficou irrestrita. Outro aspecto é o da crise política; “que é a dos próprios movimentos anti-sistêmicos. [...] Assim como o sucesso dos acumuladores em acumular criou uma mercantilização

demasiada que ameaça o sistema, também o sucesso dos movimentos anti-sistêmicos em tomar o poder fortaleceu o sistema, que ameaça romper-se por causa da aceitação, pelas forças de trabalho do mundo, dessa estratégia autolimitadora”. (WALLERSTEIN, 2001, p. 81) Finalmente, a crise é cultural. Observa-se que diante da crise é natural que as pessoas busquem formas de sobrevivência. Para ele, as massas já condenaram ao esgotamento a agenda neoliberal de ajuste fiscal e de combate à inflação. Assim como o outono é o fim de um ciclo da natureza, a economia-mundo capitalista é o fim de um ciclo social, isto é, é um fim de mais um sistema histórico. Para compreender como o capitalismo se aproxima do fim, tem que se observar as suas contradições internas, que sempre estiveram presentes desde o seu início enquanto sistema hegemônico de produção. Segundo o autor, as contradições básicas e crescentes que determinam as perspectivas futuras do capitalismo histórico são: a acumulação, a legitimação política e o dilema da agenda cultural. (WALLERSTEIN, 2001, p. 121)

6.3.3 Mézáros: a incontrollabilidade do sistema do capital

Mészáros acompanha com os demais autores a ideia da crise estrutural do capital, para ele iniciada nos anos 1970. Porém, a tese dele distingue-se consideravelmente em relação a esses autores. Não há nele a ideia de colapso total de Kurz e nem de colapsos parciais de Wallerstein. O sistema revela, nesta fase global das contradições, que escondera sua evolução na sua ascensão histórica mundial. Apesar da absolutização que atingiu com a globalização, isso aparece apenas com certos limites ao sistema no que diz respeito à sua escalada mundial. Uma vez que dominou tudo, *a intensificação da exploração da classe trabalhadora* se tornou a única saída do sistema. A interpretação segue, em nossa avaliação, a tese de Marx de que o capitalismo é contradição em processo e, como um sistema que abarca a totalidade social, a sua negação é engendrada pela sua própria natureza contraditória. Ele procura saídas até que uma decisão radical da classe trabalhadora possa pôr fim ao capitalismo. Por isso, Marx defende a ideia de que há necessidade de desenvolver-se uma consciência de classe para perce-

ber as mazelas engendradas por esse sistema, e a organização política da classe trabalhadora como forma capaz de pôr um fim a isso.

De acordo com o filósofo húngaro, a crise estrutural do capital teve seu início nos anos 1970 e envolve o seu tripé estrutural, ou seja, *capital, trabalho e Estado*. Ela se manifesta na tripla dimensão do sistema, que apresenta perturbações cada vez maiores. Portanto, a crise tem sua origem nas três dimensões do capital e não em alguma região do planeta, mas na produção, no consumo e na circulação (MÉSZÁROS, 2002, p. 798)

A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 799)

Segundo Mészáros, “O início da crise estrutural do capital ocorrida na década de 1970 produziu mudanças importantes na postura do imperialismo. Foi o necessário para adotar uma atitude cada vez mais agressiva e aventureira, apesar da retórica da conciliação, e mais tarde o absurdo propagandístico de uma “nova guerra mundial”, com sua promessa sempre adiada de um ‘dividendo da paz’.”(2007, p. 107)

A história do imperialismo mostra três fases distintas:

1. *o primeiro imperialismo colonial moderno construtor de império*, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo;
2. *imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas semimonopolistas*, chamado por Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o término da Segunda Guerra Mundial; e

3. *imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante” (MÉSZÁROS, 2007, p. 114).

Ele insiste em dizer que a crise não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema, e sempre para o futuro. Agora o sistema atingiu seu limite geográfico com a globalização, tratando-se do fim do imperativo de expansão geográfica do capital, e seus antagonismos se revelam em crises estruturais que atingem todos os países. (MÉSZÁROS, 2002, p. 799). Portanto, uma nova ordem social é impossível de acontecer sem a superação desse conjunto de elementos que constitui a totalidade estrutural do Sistema do Capital. O sistema sociometabólico do Capital tem seu pilar fundamental no sistema hierarquizado do trabalho, com sua alienante divisão social, que subordina o trabalho ao capital, tendo como elo de complementação o Estado, como aparelho político.

Para Mézáros, capital e capitalismo são fenômenos distintos. O sociometabolismo do capital constitui-se em um sistema incontrolável, como comprovam as tentativas infrutíferas de controle do tipo soviético e da social-democracia. A sua conversão em um modo de sociometabolismo incontrolável é decorrente de fraturas e defeitos estruturais que estão presentes no sistema do Capital desde sua origem, mas não são possíveis correções. Essa incontrolabilidade, segundo ele, decorre da separação da produção e de seu controle, da separação entre produção e consumo - gerando de um lado o consumismo e, de outro, a impossibilidade de acesso a milhões de seres humanos ao consumo, bem como a força de trabalho que fica circunscrita na territorialidade do Estado-Nação, mas, ao mesmo tempo, submetida ao sistema global do capital. Com esses aspectos, o sistema escapa do

controle da nação provocando destruição. Deve-se considerar que ele mesmo possui uma lógica interna destrutiva e, também, da produção e circulação (MÉSZÁROS, 2002, p. 17).

A tese de Mézáros é que o “capital não é entidade material, não é mecanismo racionalmente contratável, é uma forma *incontrolável de controle sociometabólico* (2002, p. 96 – grifo do autor). A causa principal dessa incontrolabilidade surge na história como poderosa estrutura *totalizadora* de controle de tudo, inclusive dos seres humanos que devem se ajustar para viabilizar a produção. E sujeitos ao mesmo imperativo estão: a saúde, o comércio, a educação, a agricultura, a arte, a indústria e, implacavelmente, sobrepõem tudo a seus critérios de viabilidade do microcosmo, até gigantes transnacionais, vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. E quem acredita nele supõe que seja democrático e base paradigmática para qualquer democracia possível, dizendo que não há alternativa para o mercado livre (MÉSZÁROS, 2002, p. 96). Portanto, é um sistema estrutural singular de comando (MÉSZÁROS, 2002, p. 98). A razão do Capital é a extração do trabalho excedente dos produtores, ou seja, dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

Para o autor, é desnecessário dizer que a crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dessa esfera, a crise se expande enquanto crise na sociedade civil que reverbera em todo o espectro das instituições políticas, principalmente na capacidade de investimento do Estado em políticas sociais, que atenuem os efeitos provocados pelos antagonismos do sistema.

Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições *políticas*; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral (MÉSZÁROS, 2002, p. 800 – grifo do autor).

Segundo Mészáros, sob a crise estrutural o capital não consegue oferecer ganhos significativos a seu interlocutor, que é o trabalhador, e ataca as bases do Estado de Bem-Estar Social. As perdas dos direitos trabalhistas (previdência, formalidade etc.) são consequências diretas dessa ofensiva que, ao mesmo tempo, expõe a inviabilidade da postura defensiva atual do movimento sindical e partidário trabalhista. Em crise, afirma ele, o sistema tenta se reproduzir através de controles sociais cada vez mais autoritários e anti-sindicais, flexibilizando a produção, pondo na informalidade a força de trabalho e apresentando soluções cínicas e enganosas para solucionar o desemprego.

O Estado Moderno como ação corretiva, inchado e burocratizado, emergiu para dar triunfo às estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da estrutura totalizadora do comando político do capital. A formação do Estado é absoluta para garantir a produtividade do sistema. E a crise do capital é também a crise do Estado. Então, a crise estrutural do capital afeta profundamente todas as instituições do Estado e junto com essa crise vem a crise política em geral. O Estado tem o papel de controle sobre forças insubmissas de unidade de produção, o controle dos trabalhadores. O Estado é a única estrutura corretiva para os parâmetros estruturais do capital. Como modo de controle sociometabólico, sua função é a de unificar a falta de unidade das três situações: 1. produção e controle: o estado domina a força de trabalho; 2. produção e consumo: ideologicamente projeta imagem de ordem saudável racionalmente administrável, adotando critério de distribuição da “soberania do consumidor individual”, “supremacia do cliente” etc., e 3. produção e circulação: como empreendimento global das estruturas fragmentadas do sistema do capital. A globalização é, desde o início, globalização do capital. Globalização significa: “o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação”. (MÉSZÁROS, 2002, 106-112). O Estado no plano político universal corresponde à hierarquia entre estados. E nesse processo surgem duas tendências complementares: 1ª. Igualização da exploração entre países e 2ª. Crescimento do autoritarismo de Estado (MÉSZÁROS, 2002, 106-112). Afirma o autor, “Na verdade, o Estado Moderno pertence à materialidade do sistema do capital e corporifica a

necessária dimensão coercitiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para extração do trabalho excedente.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 121)

Segundo Mézáros, o capital se tornou a maior bomba de extração de excedentes na humanidade. Essa extração não foi para a gratificação humana, mas para a reprodução ampliada do capital, e isso ficou escondido até mostrar sua destrutividade final (2002, p. 199).

Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente. Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 216)

O desemprego hoje não é somente problema para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; países que antes se beneficiavam com a expansão do sistema atualmente sofrem com o desemprego estrutural.

A tendência devastadora ao desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a piora de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais. Pois o final da ascensão histórica do capital também trouxe consigo uma equalização para baixo da taxa diferencial de exploração (MÉSZÁROS, 2003, p. 27).

Na perspectiva de Mézáros, o atual sistema de sociometabolismo do capital alcançou seu limite na exploração, sem exceção, de todos os países da face da Terra e não tem mais como continuar se expandindo como era possível até os anos 70. E por não ter mais como se expandir, nessa sua derradeira etapa, intensifica a exploração dos trabalhadores, através do emprego, desemprego, subemprego, informalidade, do desrespeito e flexibilização dos direitos trabalhistas e, com isso, esgota, principalmente, a capacidade de investimento do Estado na economia, que sempre foi importante para manter a ordem econômica funcionando.

Comparativamente a uma tsunami, a grande onda devastadora neoliberal, a partir do início dos anos 1990, no Brasil, se apropria de vultosas finanças do Estado que foram transferidas para a economia privada, pelos processos de privatizações das empresas estatais, bem como foram abertas as fronteiras do Estado à livre circulação do capital financeiro internacional. A grande lucratividade dos banqueiros é um dos resultados disso. Esses fatores comprometeram significativamente a capacidade do Estado em investir no sistema de proteção social. Sem contar, também, que esse capital é pouco produtivo e mais especulativo, não gerando emprego. Sendo especulativo, endivida a nação, que o atrai oferecendo juros altos. Com isso, o Estado fica impossibilitado de investir na economia e em políticas sociais de toda ordem, contribuindo para que transpareçam os antagonismos do sistema econômico e a diminuição da credibilidade e legitimidade política, enquanto fator de coesão social. Com a privatização das empresas estatais, bem como da previdência, da saúde e da educação, estes foram bens públicos, de forma parcial, que viraram mercadorias para fazer parte da circulação mercadológica.

A crise mostra seus efeitos em várias dimensões da vida social e natural. O esgotamento dos recursos naturais, bem como a poluição, sensibiliza os cidadãos, que se organizam em movimentos ambientalistas, chamando a atenção para o meio ambiente. Os sintomas da crise também se manifestam nas relações individuais, nos laços familiares, nos laços societários, resultando na recorrente violência urbana, por exemplo. Essa mesma crise se transforma em crise de identidade, na qual muitos indivíduos não se identificam mais com a atividade que realizam e a depressão e estresse se tornam cada vez mais preocupações para a saúde pública. Mas, principalmente, a crise se manifesta em conflito nas relações de produção, o desemprego é sua consequência e as flexibilizações dos direitos trabalhistas, nada mais do que o papel político-jurídico do Estado tornando legal a exploração dos trabalhadores pelo capital.

Diante da crise estrutural do capital, a classe capitalista intensifica a exploração dos trabalhadores por meio de uma dupla exploração, como produtores e como consumidores.

O capital necessitava de novos caminhos para a continuidade de sua sobrevivência e seu poder, e encontrou duas principais válvulas de escape para enfrentar a ameaça de atingir seus próprios limites estruturais. A primeira foi a *intensificação* incansável de seu domínio *interno*; a segunda, a expansão e a multiplicação do seu poder em escala *global*. No segundo aspecto, isso significou mover-se de sua forma um tanto subdesenvolvida do Segundo Império – e suas formações paralelas em todos os outros lugares – *para um sistema de imperialismo* (que de modo algum representava os limites últimos de sua articulação internacional). E, com relação ao seu desenvolvimento interno, a nova fase trouxe com ela o que pode ser chamada uma “*colonização interna*” de seu próprio mundo “metropolitano”, por meio da extensão e da intensificação da “*dupla exploração*” dos trabalhadores: como produtores e como consumidores. Em contraste com o seu modo de funcionamento nas colônias e nos territórios neocoloniais “independentes”, nas áreas “metropolitanas” o crescimento do consumo – a serviço da auto-reprodução ampliada do capital – adquiriu um significado cada vez maior. Desse modo, no plano interno, a nova fase foi marcada por uma transição radical de um *consumo limitado* para um “*consumo*” maciçamente ampliado e “administrado”, com implicações de longo alcance e conseqüências dolorosamente reais para o desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora. (MÉSZÁROS, 2002, p. 538-539, grifo nosso)

Segundo o filósofo, a primeira questão que tem que ser observada diz respeito aos imperativos alienadores da produção da riqueza sempre em expansão, sob o comando do capital, sem considerar as necessidades humanas. Dessa constatação, se originam outras duas questões. A primeira, é a de que não é mais crível que a disjunção da necessidade humana e produção de riqueza possa seguir e se sustentar para sempre; a segunda, é a crença de que não poderá haver nenhuma alternativa prática à produção dominante (MÉSZÁROS, 2002, p. 605). Segundo ele, a subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca tem sido o traço marcante do capitalismo desde seu início (MÉSZÁROS, 2002, p. 606). Ele cita Marx ao afirmar que na Antiguidade isso não aparece como a finalidade da produção.

No mundo moderno, “a produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza com o objetivo da produção”, sendo que para “tornar a produção da riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca”, que foi responsável pelo “grande sucesso dinâmico do capital.” E, desde então, o capital está orientado para a produção e reprodução ampliada do valor de troca, e, para isso, a organização e divisão do trabalho tinham que ser diferentes da sociedade anterior. (MÉSZÁROS, 2002, p. 606)

Mészáros afirma que, com a globalização, “é impossível existir universalidade no mundo social sem *igualdade substantiva*” (2003, p. 17, grifo do autor). Segundo ele, o sistema do capital se articula em uma rede repleta de contradições, as quais consegue administrar minimamente, não podendo superá-las definitivamente, já que na raiz de todas essas contradições está o antagonismo fundamental desse modo de produção, ou seja, *o antagonismo inconciliável entre o capital e trabalho*, sempre estabelecendo a subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital. E, apesar de todas as tentativas de mistificar e camuflá-las, estas contradições insistentemente aparecem, principalmente agora, no processo de absolutização total do antagonismo de classes sociais em nível mundial (2003, p. 19).

Chegamos a um novo estágio histórico no desenvolvimento transnacional do capital: aquele em que já não é possível evitar o afrontamento da contradição fundamental e a limitação estrutural do sistema. Ou seja, o fracasso em constituir o Estado do sistema do capital em si como complemento de suas aspirações e articulação transnacionais, de forma a superarem os antagonismos explosivos entre Estados nacionais que caracterizam o sistema de forma constantemente agravada ao longo dos dois últimos séculos (MÉSZÁROS, 2003, p. 39 e 40).

As contradições que ocorrem do antagonismo entre capital e trabalho são: produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; expansão das sementes de uma contração destinada a produzir crises; produção e destruição; dominação estrutural do capital sobre o

trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção do tempo livre e exploração do trabalho; forma autoritária de tomada de decisões e necessidade de consenso; expansão do emprego e geração de desemprego; economia de recursos materiais e humanos e geração de desperdício; crescimento da produção e destruição ambiental; globalização das empresas transnacionais e restrições aos Estados nacionais; controle sobre a unidade produtiva e falta de controle sobre seu ambiente e contradição entre regulação econômica e política de extração da mais-valia. Segundo o autor, é impossível superar todas essas contradições sem uma alternativa radical ao controle do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2003, p.19-21).

Diante de todas essas contradições, que resultam em problemas de toda ordem para a humanidade e para o meio ambiente, e vendo a máxima de que *não há alternativa*, propagandeada pelos defensores da ordem que se mostra como uma negação geral da história, afirma MéSZáros:

Vale sobretudo, para a lei absolutamente fundamental da relação da humanidade com a própria natureza: *o substrato objetivo de nossa própria existência*. Esse tem de ser o fundamento último de todo o sistema de leis humanas. Contudo, essa é a relação que, em nosso tempo, vem sendo violada pelo capital de todas as maneiras possíveis, ignorando irresponsavelmente as conseqüências. Não é preciso ter uma apreensão profética para entender que a cruel violação da base natural da existência humana não pode continuar indefinidamente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 27, grifo do autor)

Segundo ele, um dos aspectos mais degradantes da ordem social sob o comando da classe capitalista é que ela tenta reduzir os seres humanos à condição reificada, com objetivo de “adequá-los aos limites estreitos da contabilidade do tempo do sistema” (MÉSZÁROS, 2007, p. 42). E, na sua perspectiva analítica, a globalização “é um mercado mundial imperialisticamente dominado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 52) pelo sistema do capital que é *irreformável, incontrolável e destrutivo* (MÉSZÁROS, 2007, p.57, grifos nossos). A ascendência histórica do capital pôs em relevo o desperdício e a destrutibilidade irracionais do sistema, no plano da produção, e também não foi possível construir um Estado Mundial de acordo com a

“*paz perpétua*” de Kant (MÉSZÁROS, 2007, p. 60) Segundo ele, é pela primeira vez na história que um sistema elimina cruelmente a esmagadora maioria da humanidade do processo de trabalho. “Esse é hoje o significado profundamente perturbador da ‘globalização’”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 146) Por isso, há de se por na ordem do dia o socialismo para prover “a cada um de acordo com a sua necessidade”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 609)

Para Mézáros, o sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura:

1. a produção e seu controle,
2. a produção e o consumo e
3. a produção e a circulação – tanto nacional como internacional – dos produtos (2007, p. 59)

Essas fraturas em escala globalizada se tornam impossíveis de serem sanadas pelo fato de que o capital fracassou na tentativa de criar um Estado global (p. 2007, p. 60) Hoje, portanto, há um mercado global com Estados nacionais que mostram seus limites por não conseguirem atingir a dimensão política estrutural do capital globalizado que lhe seria necessária para manter seu domínio. Esse limite pode ser observado com o fracasso da Rodada de Doha e da Conferência do Clima em Copenhague, em 2009. Como escreve Mézáros, o sistema do capital não é apenas uma entidade material. Antes de tudo, ele é “um modo historicamente determinado de controle da reprodução sociometabólica.” (p. 2007, p. 68) Nesse contexto de sua globalização, com o fim de sua expansão geográfica, “A crise estrutural do capital é a reveladora manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 62).

6.4 ANÁLISES DA CRISE ATUAL

A crise atual está sendo considerada por muitos analistas como a mais significativa desde a crise de 1929²³; no século passado, mas, na

²³ Um levantamento feito pela Folha de São, traz uma retrospectiva das crises conjunturas desde 1929, com o título “**De que são feitas as crises**”. **1929 – Crack.** De meados de 1920 até 1929, a expansão do mercado de ações nos EUA gerou

maioria dos casos, ela está sendo analisada como se fosse mais uma crise conjuntural ou cíclica do capitalismo. Os efeitos sistêmicos que ela apresenta, quando repercute de forma mais ou menos intensa em diferentes países, mostram que não se trata de mais uma crise funcional do sistema, mas sim das manifestações da crise estrutural. Basta que se observe com maior profundidade as verdadeiras causas que desencadearam a crise nos Estados Unidos, como país central da ordem hegemônica.

Por sua vez, esta crise mostra informações importantes para a geração atual, desde que seja analisada com um olhar crítico na dinâmica da historicidade do modo capitalista de produzir. Ela mostra a fragili-

um ciclo especulativo, levando os cidadãos a investirem suas economias nesse mercado. As ações começaram a cair em setembro, mas os bancos contiveram a queda comprando ações, com dinheiro de empréstimos e hipotecas. Foi na Quinta-Feira Negra (24/10) que começou o pânico e uma escalada de vendas. Entre as causas da recessão mundial que se seguiu estão a súbita perda de bens dos investidores particulares, os prejuízos para bancos que haviam emprestado dinheiro e a alta dos juros determinada pelas autoridades norte-americanas em seguida à quebra -"crack". Ao longo dos anos 1930, o presidente dos EUA Franklin Roosevelt criou leis e agências para regular a atividade financeira, como parte do plano de recuperação conhecido como "New Deal". **1987 - Segunda-Feira Negra.** Em 19/10 daquele ano, o índice Dow Jones caiu 22,6% – nem na crise de 1929 houvera uma queda tão acentuada num só dia. Entre as razões, a sobrevalorização de algumas empresas, cujas altas mais dependiam de sua popularidade do que de seus resultados. Quando as ações começaram a cair, um novo fator entrou em cena: o sistema computadorizado DOT, criado para pôr à venda automaticamente as ações em queda, ficou sobrecarregado de ordens de venda e seu serviço foi temporariamente interrompido. Detentores de ações venderam seus papéis às escuras, geralmente por um preço menor do que imaginavam, multiplicando as perdas. Com o mercado de ações mais internacionalizado, o fenômeno atingiu as principais Bolsas do mundo. **1997 - Crise asiática** Nos anos 1990, o Sudeste Asiático era um polo de atração de investimentos, devido às altas taxas de juros e ao sucesso econômico dos países da região, mas uma auditoria posterior concluiu que os principais bancos e empresas mascaravam perdas em sua contabilidade. A crise foi em parte contida com injeção de dinheiro do Fundo Monetário Internacional no Sudeste Asiático e a compra de ienes pelos EUA. **1998 - Crise na Rússia** A queda no preço do petróleo, entre outros produtos de exportação da Rússia, gerou uma crise interna, agravada pelas perdas do governo em sua tentativa de manter a moeda estável por meio da venda de dólares. O país deixou de pagar compromissos externos, o que afetou o mercado mundial. **2000 - A bolha da internet** Com a rápida expansão da internet na segunda metade dos anos 1990, a Bolsa Nasdaq, de empresas de tecnologia, atingiu seu pico em 10/03/2000. A partir dali teve seguidas quedas e, até 2002, calcula-se que as empresas do ramo tenham se desvalorizado US\$ 5 trilhões. (DE QUE, 2008)

dade sob a qual se assenta a sociedade atual, baseada no capitalismo, quando seu produtivismo não objetiva atender as necessidades sociais, mas sim a acumulação e centralização privada da riqueza. Ao mesmo tempo, também mostra o perigo que se avizinha, se compararmos às consequências decorrentes das grandes crises anteriores, principalmente a penúltima, a de 1929. Essa última fermentou e deu bases para o fortalecimento de ditaduras imperiais no viés da política ultraconservadora, observadas as formas que adquiriu por meio do fascismo e nazismo na Europa: Itália (Mussolini), Espanha (General Franco), Portugal (Salazar) e Alemanha (Hitler); e na Ásia: Japão (Hirohito), provocando, em seguida, a Segunda Guerra Mundial, que matou em torno de 40 milhões de pessoas. As inseguranças sociais são terrenos férteis para as ditaduras, como podemos observar do recente golpe civil-militar em Honduras e o retrocesso cultural da Europa manifestamente apresentado nas hostilidades contra os imigrantes, pondo neles a culpa do desemprego, criando condições propícias para avanços de partido de direita e ultraconservadores - com propagandas contra os imigrantes - nos poderes nacionais e no Parlamento Europeu, como vem ocorrendo recentemente e mostra-se a seguir.

As crises fazem parte da natureza do sistema capitalista por ele ser a própria contradição em processo, ou seja, fazem parte de sua funcionalidade. Por ser o capital uma relação social de classes antagônicas, mas sob o seu comando, esses antagonismos internos, em determinados momentos, emergem em crises econômicas e sociais. Outrossim, as manifestações conjunturais de suas crises não significam que elas sejam o fim do sistema, mas podem ser apenas convulsões que se apresentam e que exigem ajustes por parte do Estado. Nestes momentos de crises, o capitalismo necessita urgentemente de ações corretivas e do investimento financeiro do Estado para recompô-lo e manter seu funcionamento, como se observa as ações de governos na crise atual.

De acordo com a tese de Marx e Mészáros, o modo de produção capitalista busca sempre saídas para suas crises por diversos meios, tais como: intensificação da exploração da classe trabalhadora, mudando a forma científica da gestão da produção; intensificação da exploração de países periféricos ou em desenvolvimento, utilizando a

metodologia da guerra com frequência para se apoderar de recursos naturais ou para destruir infraestruturas e depois reconstruí-las. Mas, para isso, precisa contar com significativo papel do Estado para legitimar estas saídas e, ao mesmo tempo, empreendê-las por meio de ações práticas e legislações que as viabilizem.

Atualmente, utiliza-se da estratégia da produção de mercadorias de obsolescência planejada, na variante do planejamento da periodicidade da duração da mercadoria e na variante perceptível do seu *design*, para aumentar a rotatividade de aquisição das mercadorias por parte da população que ainda tem maior acesso ao consumo. Assim sendo, constitui-se uma forma de produção destrutiva a partir da hora em que determinada mercadoria não dura mais do que dois anos, obrigando-se o comprador a descartá-la por completo, em vez de consertá-la. Para essa rotatividade consumista, os governos contribuem facilitando a compra das mesmas por meio de incentivos fiscais. Um exemplo disso ocorre no Brasil. Recentemente, o governo diminuiu o IPI para aumentar o consumo e, com isso, a realização do lucro dos capitalistas, contribuindo para desencalhar a linha branca de eletrodomésticos substituindo-a pela linha inox que recém tinha chegado ao mercado. Dessa forma, até a substituição da linha branca por ela mesma deixou de ser moda e parcelas de consumidores de classe média vêm substituindo-a pela linha inox com esses incentivos, que agora se tornou moda por força das propagandas e dos cursos de design que aperfeiçoam constantemente a forma, sob a ditadura do modismo de alta obsolescência. Quanto ao seu funcionamento, os eletrodomésticos planejadamente duram em média de 2 a 5 anos sem necessitar de consertos. Passado esse tempo, torna-se mais barato adquirir outro do que consertá-lo, porque não se encontra a peça para substituição ou ela se torna mais cara do que o próprio eletrodoméstico, incluindo-se a mão de obra do conserto, o custo fica mais elevado ainda. Outra facilidade oferecida pelo governo aos empresários, neste ano, para aumentarem seus lucros, é a redução do IPI também para a aquisição de automóveis novos. Com essa tática econômica, há uma diminuição nos preços dos veículos incentivando o consumismo. Essa iniciativa partiu da presidenta Dilma Rousseff como estratégia para manter a

economia aquecida e os ganhos das montadoras e o país não sofrer com a crise estrutural do capital que assola os países europeus. As consequências imediatas dessa política econômica, incentivada pelo governo central, são os problemas de mobilidade urbana, quando o transporte individual se torna mais atraente do que o transporte coletivo, tornando os municípios brasileiros *locus* do caos urbano provocado pelos engarrafamentos dos automóveis e o aumento da poluição do meio ambiente. Junto com isso, acompanham as facilitações de créditos com o aumento do número de prestações e a redução das taxas de juros dos empréstimos, bem como diminuindo também as exigências para a obtenção de créditos dos consumidores interessados. O resultado é o endividamento dos assalariados e o aquecimento da economia por um curto período.

Nas crises acontecem maiores concentrações de riqueza, tendo em vista que no jogo dos negócios empresas quebram e outras lucram. Caso exemplar disso é a crise nos EUA, posta como crise financeira, na qual trabalhadores que tinham contraído financiamento para aquisição da casa própria, muitos ficaram sem condições de continuar pagando as prestações da mesma, e com a inadimplência suas casas foram tomadas pelos banqueiros, mesmo após anos de pagamentos das respectivas prestações. Isso aconteceu após os EUA terem incentivado de forma artificial, via crédito, o consumismo, mesmo em crise, para manter o nível de consumo estadunidense, principalmente na década de noventa do século passado e a primeira deste século, mesmo havendo sinais de que havia desemprego em alta e índices de pobreza aumentando, como ficou demonstrado após os estragos provocados pelo Furacão Katrina, que revelou ao mundo a pobreza existente e se amplia nos EUA. As instituições financeiras, estimuladoras do consumismo, enviam cartões de créditos para as casas das pessoas, como atualmente acontece no Brasil. Na prosperidade estadunidense, o consumismo se tornou um estilo de vida, como se fosse uma religião pagã, a felicidade e o projeto de vida centram-se no padrão de consumo de forma alienada, pouco se importando com outros países e as futuras gerações, incentivado fortemente pela ideologia oficial.

Antes do capitalismo, como escreve Marx, as crises que ocor-

riam na humanidade eram as de subprodução, tendo em vista o pouco desenvolvimento da força produtiva, em decorrência de catástrofes naturais (secas, epidemias) ou sociais (guerras) e ou por crescimento demográfico, quando a população local não atendia a sua própria demanda. Diferentemente ocorre no capitalismo, no qual a crise é de superprodução e subconsumo, em decorrência do progresso das forças produtivas que produzem muitas mercadorias ocasionando a lei tendencial da queda da taxa de lucro, e, por outro lado, a lei tendencial de queda da utilização da força de trabalho, com isso diminuindo a capacidade de compra da classe trabalhadora, tendo em vista o desemprego, subemprego e baixos salários que dela decorrem. Salienta-se que são os salários que oportunizam aos trabalhadores terem acesso ao consumo e, se não tem emprego, o acesso a ele se torna mais precário.

A história concreta mostra que a maximização do bem-estar geral, ideologicamente propalada pelo capitalismo na defesa insistente do desenvolvimento econômico para ser objeto de igualdade social e de distribuição igualitária, não é verdadeira. O que se vê é a maximização do lucro garantida pela eficiência de força produtiva engendrada e defendida sem se importar com as consequências sociais e ambientais que isso gera. Na defesa de seu processo, que transformou o indivíduo em cidadão consumidor, a eficiência do capitalismo se traduz na compatibilidade da liberdade individual no contexto da economia política do livre mercado. Segundo Marx, a economia capitalista não é natural, mas sim uma construção social e sua lógica é a da acumulação, resultando na riqueza centralizada e pobreza distribuída em larga escala mundial.

Após essas breves considerações sobre a crise atual e diante dos fatos e dados selecionados, apresenta-se sinteticamente algumas análises e saídas que estão sendo defendidas pelos gestores do capital ou ideólogos do sistema hegemônico. Segundo Barreto, a mídia corporativa simplifica os fatos e não analisa com seriedade a complexidade dos problemas, como por exemplo, diz ele, a falta de controle do sistema financeiro. Argumenta o que o analista político Noam Chomsky há muito tempo aponta como as contradições de um sistema fadado ao fracasso: “Uma instituição privada tem um objetivo: maximizar os lucros e minimizar as condições humanas. Porque isso maximiza os lucros. Isso é o

que eles perseguem. Eles não poderiam perseguir nada, além disso. Se o sistema é minimamente competitivo, eles precisam fazer isso. É a natureza do sistema [...] Haverá bastante dinheiro do contribuinte entrando nos fundos para não deixar que seus lucros caiam” (BARRETO, *Carta Capital*, 24/09/2008). Ainda conforme Barreto, “O discurso oficial da mídia (*TV Globo, GloboNews, Record, Bandeirantes* e grandes jornais do Rio e São Paulo, [...]) tenta sutilmente culpar um punhado de CEOs [*chief executive officer*], os diretores de grandes transnacionais financeiras, pela debandada do sistema financeiro americano”, numa tentativa de desviar o foco das atenções para o problema de ordem do sistema capitalista. (BARRETO, *Carta Capital*, 24/09/2008)

Na análise de dados que se coletou na imprensa nacional e internacional sobre análises da crise, observam-se possibilidades mais críticas e outras que se alinham para a conservação do sistema. De um modo geral, as possíveis saídas defendidas por governos, analistas econômicos e a imprensa de um modo geral, pelo menos no que se teve acesso nos artigos publicados pela grande mídia, podem ser sintetizadas nas seguintes características:

1. O Estado salvaguardando o capital, investindo na compra de ações e empréstimos de instituições bancárias e empresas para evitar a quebra;
2. Incentivo ao consumo para manter a saúde da economia e a lucratividade do capital;
3. Controle estatal do sistema financeiro;
4. Defesa das instituições multilaterais para a construção de uma nova arquitetura financeira mundial;
5. Defesa da inclusão dos países emergentes no G7 e Rússia.

6.4.1 Análises hegemônicas da crise atual

Segundo análise da imprensa internacional e nacional que se alinham aos governos neoliberais, bem como análises governamentais e de economistas que defendem a ordem, a evolução da crise que atingiu

a economia dos EUA, as notícias que eles veiculavam enfatizam que os bancos de diversos ramos (investimentos, varejo, hipotecas) nos Estados Unidos e de outros países, como da Europa, sofreram prejuízos bilionários e alguns deles fecharam as portas desde agosto de 2007. Segundo essas análises que hegemonizam as informações, “A raiz do problema está no mercado de hipotecas norte-americano”, disse a *Folha de São Paulo*, em 10/10/2008. O quadro abaixo mostra a interpretação da crise financeira na perspectiva da classe hegemônica e o lastro do funcionamento do capital financeiro especulativo.

Figura 1 – Como começou a crise



Fonte: ENTENDA a evolução da crise que atinge a economia dos EUA. **Folha Online**, 10 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u454948.shtml>>. Acesso em: 11 out. 2008.

Na análise que segue, segundo as informações do jornal, o mercado imobiliário dos EUA teve uma fase de expansão acelerada depois da crise das empresas “pontocom”, em 2001. O Federal Reserve (Fed, o Banco Central estadunidense) começou a reduzir sua taxa de juros, com objetivo de baratear empréstimos e financiamentos para encorajar consumidores e empresas a voltarem a gastar. Exemplo disso é o fato de, em 2003, os juros do FED chegarem a 1% ao ano, menor taxa desde o fim dos anos 50, disse a reportagem. Com isso estimulou empréstimo para manter aquecido o mercado interno de consumo dos Estados Unidos, e empréstimo inclusive de “*subprime*”, no jargão inglês, crédito de segunda linha, ou seja, empréstimo a pessoas vulneráveis economicamente. Segue a explicação da crise:

Em 2005, o “boom” no mercado imobiliário já estava avançado; comprar uma casa (ou mais de uma) tornou-se um bom negócio, não só para quem queria adquirir a casa própria, mas também para quem procurava em que investir. Também cresceu a procura por novas hipotecas, a fim de usar o dinheiro do financiamento para quitar dívidas e consumir.

As companhias hipotecárias descobriram nessa época um nicho ainda a ser explorado no mercado: o de clientes do segmento “*subprime*”, caracterizados, de modo geral, pela baixa renda, por vezes com histórico de inadimplência e com dificuldade de comprovar. O segmento “*subprime*”, assim caracterizado, representa um risco maior de inadimplência que os de outras categorias de crédito. mas justamente por ser de maior risco, as taxas de retorno são bem mais altas.

A promessa de retornos altos atraiu gestores de fundos e bancos, que compraram esses títulos “*subprime*” das companhias hipotecárias e permitiram que uma nova quantia em dinheiro fosse emprestada, antes mesmo do primeiro empréstimo ser pago. Um outro gestor, interessado no alto retorno envolvido com esse tipo de papel, comprou o título adquirido pelo primeiro, e assim por diante, gerou uma cadeia de venda de títulos.

Porém, se a ponta (o tomador) não consegue pagar sua dívida inicial, ele dá início a um ciclo de não-recebimento

por parte dos compradores dos títulos. O resultado: todo o mercado passa a ter medo de emprestar e comprar os “subprime”, o que termina por gerar uma crise de liquidez (retração de crédito) (ENTENDA..., 2008).

Com a inadimplência, os efeitos desencadeiam-se de forma sistêmica, inicialmente atingem os bancos e grandes empresas de crédito imobiliário e hipotecas estadunidenses, em seguida, os bancos europeus. Para combater a quebra, governo e congresso dos EUA destinaram US\$ 850 bilhões para tentar reconverter a crise que estava atingindo o mercado financeiro mundial. Esse dinheiro foi destinado para comprar títulos “podres” ou papéis de improvável resgate, sendo que a maioria desses ativos é ligada às hipotecas “subprime”, ou seja, alto risco de calote. Como se observa, assim é fácil ganhar dinheiro com as garantias do Estado, quando capitalistas fazem maus negócios.

No dia 10/10/2008, os países membros do G7 tomaram as mesmas medidas para combater a crise financeira e amenizar seus efeitos. Cinco pontos:

1. Adotar ações decisivas e utilizar todas as ferramentas disponíveis para apoiar as instituições financeiras importantes para o sistema e evitar sua falência.
2. Dar todos os passos necessários para descongelar os mercados de crédito e câmbio e garantir que os bancos e outras instituições financeiras tenham amplo acesso à liquidez e fundos.
3. Garantir que bancos e outros intermediários financeiros maiores possam, segundo sua necessidade, reunir capital de fontes públicas e privadas, em volumes suficientes para restabelecer a confiança e prosseguir com os empréstimos para famílias e negócios.
4. Assegurar que os respectivos seguros nacionais de depósitos e programas de garantias sejam suficientemente robustos e consistentes para que os pequenos correntistas mantenham a confiança no sistema.

5. Atuar, quando for apropriado, para reativar os mercados secundários para hipotecas (os mercados de compra de hipotecas por entidades financeiras). (ENTENDA..., 2008)

Esses U\$ 850 bilhões de recursos para salvar as instituições financeiras acabam sendo garantidos imediatamente, porém em nenhum momento se viu políticas dos governos para atender aos trabalhadores e suas famílias endividadas que perderam as casas após pagarem anos de prestações. Quem fica com as casas são as instituições bancárias, alegando inadimplência. Os jornais tampouco explicaram porque na ponta “fraca” houve o não pagamento, sequer falaram do desemprego ou dos baixos salários nos EUA. Na avaliação de Antônio Martins, em artigo publicado no *Jornal Le Monde Diplomatique*, a crise financeira que parecia pairar no ar atinge imediatamente a chamada “economia real”.

Muito rapidamente, o terremoto financeiro começou a atingir também a chamada “economia real”. Por falta de financiamento, as vendas de veículos caíram 27% (comparadas com o ano anterior) em setembro, recuando para o nível mais baixo nos últimos 15 anos. Em 3 de outubro, a General Motors brasileira colocou em férias compulsórias os trabalhadores de duas de suas fábricas (que produzem para exportação), num sinal dos enormes riscos de contágio internacional. Diante do risco de recessão profunda, até os preços do petróleo cederam, caindo neste 6/10 a 90 dólares por barril – uma baixa de 10% em apenas uma semana. A tempestade afeta também o setor público. Ao longo da semana, os governantes de diversos condados norte-americanos mostraram-se intranquilos diante da falta de caixa. O governador da poderosa Califórnia, Arnold Schwazenegger, anunciou em 2 de outubro que não poderia fazer frente ao pagamento de policiais e bombeiros se não obtivesse, do governo federal, um empréstimo imediato de ao menos 7 bilhões de dólares. (MARTINS, 2008)

E continua o analista

O pacote de 700 bilhões de dólares costurado pela Casa

Branca é o exemplo mais acabado deste viés. Nouriel Roubini considerou-o não apenas “injusto”, mas também “ineficaz e ineficiente”. Injusto porque socializa prejuízos, oferecendo dinheiro às instituições financeiras (ao permitir que o Estado assuma seus “títulos podres”) sem assumir, em troca, parte de seu capital. Ineficaz porque, ao não oferecer ajuda às famílias endividadas — e ameaçadas de perder seus imóveis —, deixa intocada a *causa* do problema (o empobrecimento e perda de capacidade aquisitiva da população), atuando apenas sobre seus efeitos superficiais. Ineficiente porque nada assegura (como estão demonstrando os fatos dos últimos dias) que os bancos, recapitalizados em meio à crise, disponham-se a reabrir as torneiras de crédito que poderiam irrigar a economia. Num artigo para o *Financial Times* (reproduzido pela *Folha de São Paulo*), até mesmo o mega-investidor George Soros defendeu ponto-de-vista muito semelhantes, e chegou a desenhar as bases de um plano alternativo. (MARTINS, 2008)

Segundo GRAJEW, o governo estadunidense obteve, em regime de urgência, aprovação de US\$ 700 bilhões para salvar o sistema financeiro. Esse montante de dinheiro estava disponível sem problemas, além do que aproximadamente US\$ 1 trilhão são investidos anualmente pelos países centrais em armas e operações militares. Por outro lado, dois bilhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza no mundo e a ONU estima que US\$ 150 bilhões seriam suficientes para atingir as Metas do Milênio, estabelecidos em 2000 com objetivo de acabar e/ou reduzir a pobreza até o ano de 2015, bem como a degradação ambiental. Segundo Grajew, as metas não serão atingidas, pois nem a metade dos recursos estimados foram arrecadados. E continua,

Aumenta a cada dia a distância entre ricos e pobres. Estamos esgotando rapidamente os recursos naturais. A humanidade está consumindo 50% a mais do que o planeta é capaz de repor. Estamos acabando com as florestas, envenenando rios, mares e o ar que respiramos. O aquecimento global já provoca grandes mudanças climáticas, derrete as calotas polares e eleva o nível dos oceanos (GRAJEW, 2008).

Alinhando-se a essa crítica, o Jornal BBC Brasil, em 24/06/2009, divulgou que “A indústria financeira internacional recebeu no último ano quase dez vezes mais dinheiro público em ajuda do que todos os países pobres em meio século” (SOCORRO..., 2009), segundo aponta um relatório recentemente divulgado pela ONU, instituição responsável pelas Metas do Milênio para o combate à pobreza no mundo. Segundo a Organização, “os países em desenvolvimento receberam em 49 anos o equivalente a US\$ 2 bilhões em doações de países ricos” e “Apenas no último ano, os bancos e outras instituições financeiras ameaçadas pela crise global receberam US\$ 18 bilhões em ajuda pública.” (SOCORRO..., 2009) Observando isso, a ONU conclui que “a destinação de dinheiro ao desenvolvimento dos países mais pobres não é uma questão de falta de recursos, mas sim de vontade política” (SOCORRO..., 2009).

Diante da crise, o presidente George W. Bush, em 18/10/2008, disse que os Estados Unidos deveriam sediar uma reunião dos líderes globais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para coordenar estratégias de combate à crise financeira atual. Em resposta a essa proposta do governo estadunidense, o então mandatário francês, Nicolas Sarkozy, defendeu a inclusão, no fórum do G7 e a Rússia, do Brasil, México, China, Índia e África do Sul. Para justificar essa convocatória, disse Bush, “É essencial que trabalhemos juntos, porque estamos juntos nesta crise”. (ROSSI, 2008a). Sobre isso, antecipou Bush que havia conversado a respeito do tema com o premiê japonês, Taro Aso, atual presidente do G8 (EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Japão e Rússia). Porém, ele ressaltou que as medidas a serem discutidas não devem, partindo do ponto de vista dos EUA, “afetar os princípios básicos do capitalismo internacional” e reafirmou que “Devemos resistir à perigosa tentação de isolamento econômico e continuar perseguindo políticas para abrir os mercados, que tanto têm ajudado a melhorar os padrões de vida e a tirar milhões de pessoas da miséria ao redor do mundo.” (ROSSI, 2008a). Apesar do discurso, os Estados Unidos foi o responsável pelo fracasso da Rodada de Doha, que previa a abertura do comércio mundial. Observa-se que as lideranças mundiais continuam a defender o capitalismo como sendo o

melhor dos mundos possíveis, mesmo quando ele mostra ser um modo de produção que aprofunda a desigualdade social, como insistia o ex-presidente francês Sarkozy na defesa que fazia de que a governança mundial precisa buscar “‘uma nova arquitetura financeira’, a exemplo do que o encontro de Bretton Woods²⁴ fez em 1944, no final da Segunda Guerra” (ROSSI, 2008a). Diante deste fato, essa situação de crise reafirma a grande tarefa histórica para a classe trabalhadora, ressaltando-se que a burguesia não abrirá mão do comando da produção.

Alinhando-se à proposta de Sarkozy, o governo alemão também defendeu a inclusão do Brasil, Índia e China e alguns países do mundo árabe no G8, na perspectiva de ampliar o grupo para um reordenamento das relações financeiras globais, conforme afirmou o Ministro de Relações Exteriores de Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, ao *Jornal Der Spiegel*. Segundo o jornal, “A proposta de Steinmeier dá caráter concreto a uma enxurrada de avaliações de que fracassou a maneira de gerir a economia mundial” (ROSSI, 2008b). Na avaliação do então presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, a governança global

²⁴ Acordo de Bretton Woods elaborado na conferência de julho de 1944, na cidade do Estado de New Hampshire, nos EUA. A derrota da Alemanha na Segunda Guerra já estava dada. 730 delegados das nações aliadas reuniram-se para estabelecer as bases do funcionamento do capitalismo no pós-guerra. Os EUA saíram da guerra como imperialista na economia mundial, tendo em contrapartida a Europa devastada pela guerra. Assim, o acordo de Bretton Woods institucionalizou a hegemonia estadunidense. O dólar foi estabelecido como moeda forte do sistema financeiro internacional. e ficou definido que o dólar seria a moeda de troca internacional e o governo dos EUA garantiria sua conversão em ouro. Ficou estabelecido que 35 dólares equivaliam a uma onça troy (unidade de peso equivalente a 31 gramas) de ouro. Foi criado o FMI e o Banco Mundial com o objetivo de financiar a reconstrução das economias destruídas pela guerra e garantir a estabilidade monetária. Buscando o desenvolvimento internacional “Bretton Woods foi a expressão do domínio do imperialismo norte-americano” (PSTu, 2009). “Em 1971, sem consultar os demais países, o governo Nixon acabou com a conversibilidade do dólar em ouro. Ou seja, o dólar seguiu como a moeda de troca mundial – uma grande vantagem –, sem a garantia de que pudesse ser trocado por ouro. O imperialismo norte-americano tem assim a vantagem de ter a moeda mundial. A gráfica do Tesouro dos EUA pode imprimir notas de dólar, aceitas como moeda de troca em todo o mundo, sem ter que garantir seu valor. O FMI se transformou em um instrumento de dominação, definindo e impondo políticas econômicas aos países. Por exemplo, criou as reformas neoliberais e passou a controlar a forma como eram aplicadas nas semicolônias. O Banco Mundial impõe o padrão para as políticas públicas, atacando a educação e promovendo programas sociais compensatórios” (PSTu, 2009).

está assentada em um tripé que se constitui do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como os problemas são de ordem mundial, a governança precisa de uma nova gerência com nova moldura multilateral, pois a crise econômica global mostrou que “os líderes mundiais precisam adotar um enfoque mais flexível e inclusivo para gerenciar a economia” (ROSSI, 2008b). E disse mais, que o G7, o “clubão” que reúne os sete países mais ricos do mundo “não está funcionando e precisamos de um grupo melhor”. O então Diretor-Gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, também na mesma perspectiva analítica, disse que a comunidade internacional precisar trabalhar junto para uma arquitetura regulatória global. Isso mostra, disse a reportagem, mesmo entre as autoridades dessas instituições, de que cresce o reconhecimento de carências institucionais de ordem global para lidar com a economia em escala global, pois já se deram conta de que não estão preparados para lidar com crises que envolvem entidades supranacionais. Como admite Felipe González, que já foi presidente do governo espanhol, resumindo a situação em uma frase “O problema é que temos poderes locais e problemas globais” (ROSSI, 2008b).

O então presidente francês Sarkozy, criticando o sistema financeiro que levou à crise financeira mundial, disse que “Não podemos permitir que os responsáveis por terem no trazido aqui [para uma crise] o façam novamente”, e continuou, “Esse tipo de capitalismo é uma traição ao capitalismo que nós acreditamos. Esta é a razão de termos vindo até aqui: queremos que a voz da Europa seja ouvida”, afirmou Sarkozy (SARKOZY apud CANZIAN, 2008c). A atual crise teve origem nos Estados Unidos, com o “endividamento maciço dos bancos e consumidores, financiados por operações de crédito com alta alavancagem [...] foi “exportado” para fora das fronteiras dos EUA com a multiplicação de papéis e títulos de investimento com pouquíssimos ativos reais por trás (prometendo elevados retornos) e que foram negociados em vários países” (CANZIAN, 2008c).

Diante da crise, o FMI (Fundo Monetário Internacional) reviu a sua expectativa de crescimento mundial em 2008, para baixo, e prevê uma desaceleração econômica para todas as regiões do globo, porém,

descartou uma recessão nos Estados Unidos. As principais exceções serão os países da América Latina e a China por serem países produtores de *commodities* minerais e agrícolas (CANZIAN, 2008a). O FMI previu o derretimento do sistema financeiro em torno de 20% com a crise, estabelecendo um colapso do sistema e uma forte recessão com a solvência de grande número de instituições financeiras nos EUA e na Europa, afirmou Dominique Strauss-Kahn, então diretor-gerente do FMI, na reunião anual do órgão, em Washington. No mesmo dia, o então presidente norte-americano, George W. Bush, reuniu-se com os ministros das Finanças do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália) na Casa Branca e pediu urgência na aplicação das cinco medidas aprovadas pelos países para combater a crise financeira, dizendo que todos deveriam trabalhar juntos e a principal medida “é a compra pelo Estado de pedaços de bancos em dificuldades e de títulos dessas instituições, visando sua capitalização e a reativação do mercado de crédito a empresas e consumidores”, para afastar o risco de recessão global. (CANZIAN, 2008b). Uma boa parte dos analistas da ordem defendem a ideia de que é preciso regular os banqueiros para reequilibrar a economia global e manter o capitalismo, para que a crise financeira não se torne uma crise do capitalismo em escala mundial (DIXON, 2009).

O reitor da Escola Lee Kuan Yew de Política Pública (Cingapura) manifestou-se dizendo que o que está no horizonte é “o fim da dominação ocidental do mundo” (ROSSI, 2009), possivelmente ele entende que se trata de uma dominação da racionalidade ocidental e não do modo de produção capitalista que também, há muito tempo, domina o oriente.

Como se observa, e a tarefa histórica da classe trabalhadora não é nada fácil, mesmo em época de crise do sistema, as vozes hegemônicas não arredam os pés, como é previsível e se pode observar na fala de Stephen Green, do HSBC, no final da Reunião do Fórum Econômico Mundial, de 2009, quando disse que a crise “não nos cobre de glória, mas o capitalismo ainda é o melhor para crescimento e tira pessoas da miséria” (FRIAS, 2009).

Na avaliação do Presidente da OMC, Pascal Lamy, o mundo enfrenta a mais grave crise de muitas gerações, e o contexto de normas

acordadas no espaço do comércio mundial tem sido responsáveis pelo efeito multiplicador do crescimento econômico no sistema internacional do comércio, há mais de meio século. Nessas ações da Organização, são suas próprias palavras: “A abertura do comércio contribuiu em grande medida para tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza extrema e para melhorar as relações entre os países”, afirmou Lamy. (LAMY, 2009) Isso não é verdade, se compararmos com os relatórios da ONU, da UNESCO, OIT e outros organismos multilaterais, que em suas estatísticas, dizem que, apesar do progresso econômico, há décadas que isso não vem se transformando em melhores condições de vida para a população mundial. A fome aumenta no mundo, a proteção social do trabalho não passa de 10% em todos os países do mundo e aumenta o trabalho escravo e trabalho infantil em muitos países.

Diante da crise, apareceram propostas de reformas morais. Exemplo disso é o surgimento do “comércio justo”, ou “comércio solidário” ou “comércio ético”. Trata-se de um “movimento social e um sistema internacional de comércio, que busca atenuar desigualdades nos países pobres, por meio da venda de produtos feitos em padrões sustentáveis.” (AFSHAR, 2008) Os produtos “justos” são mais caros dos que os “injustos”, pois, segundo seus defensores, os produtores do comércio justo gastam mais para produzirem suas mercadorias. Dizem seus defensores que, cada vez mais, os consumidores estão preocupados com a procedência da mercadoria, e por isso topam pagar mais caro por um produto que não provoque danos à natureza ou a exploração desumana do trabalho, sabendo que sua compra ajuda a desenvolver comunidades mais pobres, Ou seja, trata-se do princípio da solidariedade social. (AFSHAR, 2008) Surge, também, a defesa de um contrato social global, como se isso fosse possível diante da lei concorrencial do livre mercado defendido por eles. O economista estadunidense Joseph Stiglitz, Nobel de Economia em 2001, informa à reportagem que, há alguns anos vem alertando “que uma globalização sem freios e regras será o aumento do fosso entre ricos e pobres”. Para o controle da globalização, então, ele sugere “um contrato social global, em que as nações desenvolvidas abririam seus mercados aos emergentes em favor de um regime de comércio com mais igualdade”,

mas com a crise financeira prevê o contrário, o protecionismo dos países desenvolvidos em detrimento dos mais pobres (PRÊMIO..., 2009).

Outras saídas foram empreendidas, como a do governo da Tailândia, em que o primeiro-ministro Abhisit Vejjajiva distribuiu cheques no valor de 2.000 bat (US\$ 55) a mais de dez milhões de trabalhadores para eles manterem seus níveis de consumo, numa tentativa de reativar a economia e minimizar os efeitos de recessão no contexto da crise mundial (TAILÂNDIA..., 2009).

No contexto da crise mundial, aconteceu a primeira reunião da cúpula oficial do BRIC²⁵ no dia 16/06/2009, em Ecatimburgo, na Rússia. O então presidente Lula destacou que, “Nos últimos anos, nossas quatro economias se destacaram por experimentar um sólido crescimento. O comércio entre nós aumentou 500% desde 2003. Isso ajuda a explicar porque hoje geramos 65% do crescimento mundial, o que nos converte na principal esperança para uma rápida recuperação da recessão mundial.” Segundo Lula, isso também faz com que haja cada vez mais esperança de que os BRICs possam exercer uma liderança responsável com o fim de ajudar a reconstruir um governo global e um crescimento sustentável para todos. (LULA..., 2009).

O que se observa é que, de um lado, governos, ministros da economia e analistas estão pondo em evidência, a partir da lição da crise, a dependência mútua em escala mundial em que está a economia e com isso defendem a necessidade de que se estabeleçam regras multilaterais para soluções mundiais. Por outro lado, este cenário propicia os neonacionalismos com fortes características protecionistas, o que culminou no fracasso da Rodada de Doha.

6.4.2 Análises críticas da crise atual

Inicialmente, apresentam-se algumas análises e depoimentos críticos que foram publicados nos jornais de circulação nacional e inter-

²⁵ O termo BRIC foi cunhado pela equipe de pesquisadores do banco americano Goldman Sachs e compõe-se das iniciais dos países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.

nacional, com intuito de facilitar o entendimento sobre a crise atual. Segundo o Professor Luis Carlos Lopes (LOPES, 2008), o historiador Eric Hobsbawm, há alguns anos, já havia diagnosticado que a moderna teoria econômica ensinada nas universidades e fortemente midiaticizada, não passava de uma nova teologia. E, segundo Lopes,

Os últimos acontecimentos provocam ou deveriam provocar uma crise das consciências burguesas. Estas formas de ver o mundo são veiculadas pelas grandes mídias e, infelizmente, acreditadas por muitos que sequer detêm capitais que justifiquem suas posturas. São burgueses de mentira, que, simplesmente, mimetizam o poder de seus padrões e/ou líderes intelectuais” (LOPES, 2008).

Nas suas palavras, os economistas da ordem tentam sempre desvincular o mundo das finanças da economia real e, paradoxalmente, dizem que as crises os surpreendem. “Na verdade, o mundo das finanças é tão real, quanto os que o sustentam, em tela, o da indústria e o das atividades agrárias e de extração, sobretudo mineral” (LOPES, 2008). Na verdade, eles querem que se acredite nessa desvinculação para a defesa da especulação e do lucro fácil, mas isso não deixa de ter como funcionamento a exploração do trabalho. Com isso desvincula-se o debate da verdadeira natureza própria material do capitalismo que causa a crise (LOPES, 2008).

Segundo Naomi Klein, “Seja qual for o significado dos acontecimentos das últimas semanas, ninguém deve acreditar nas declarações exageradas de que a crise do mercado assinala a morte da ideologia do “livre mercado”.” (KLEIN, 2008). Segundo ela, a ideologia do livre mercado sempre esteve a serviço dos interesses do capital, o recuo presente nos discursos é provisório e esse conceito retornará assim que os pacotes governamentais socorrerem as empresas, as instituições financeiras e os especuladores. No entanto, as dívidas maciças que o público está acumulando, e assumindo o prejuízo, se tornaram, em seguida, “parte de uma crise orçamentária global que será usada para justificar cortes profundos nos programas sociais, além de uma investida renovada para privatizar o que restou do setor público. Também nos dirão que, infelizmente, nossas esperanças de um futuro verde são demasiado onerosas” (KLEIN, 2008).

Porém, ela, otimisticamente, vê uma saída:

Com o descarrilamento das conversações na Organização Mundial do Comércio, a crise atual pode também catalisar uma abordagem radicalmente alternativa à regulamentação dos mercados e sistemas financeiros mundiais. Já está ocorrendo no mundo em desenvolvimento um movimento em favor da chamada “soberania alimentar”, como alternativa a deixar que caprichos dos negociantes de commodities ditem o acesso aos alimentos em todo o mundo. É possível que tenha chegado a hora, finalmente, de ideias como a taxação das transações financeiras, que desaceleraria o investimento especulativo, além de outros controles dos capitais globais. E, agora que “nacionalização” deixou de ser palavrão, as empresas de petróleo e gás farão bem em se precaver: alguém precisa pagar pela mudança para um futuro mais verde, e faz muito sentido que a parte maior dos recursos venha do setor altamente rentável que é o maior responsável por nossa crise climática. Isso com certeza faz mais sentido do que criar outra bolha perigosa no comércio de carbono. (KLEIN, 2008)

Por outro lado, o filósofo Slavoj Žižek se pergunta: será que, no campo da competição ideológica da estrutura social dominante, “terá a crise financeira total sido um momento que realmente provocou reflexão sóbria, o despertar de um sonho?” (ŽIZEK, 2008) E diz que “Tudo depende de como ela será simbolizada, de qual interpretação ideológica ou de qual versão irá se impor e ditar a percepção geral da crise. Quando o curso normal dos fatos é interrompido de maneira traumática, o campo fica aberto à competição ideológica ‘discursiva’.” (ŽIZEK, 2008) Foi o que aconteceu, segundo ele, na Alemanha, no final dos anos de 1920, Hitler canalizou aceitação de seu discurso ao explicar aos alemães que as razões da crise advinham da República de Weimar e a saída seria a de acabar com a conspiração judaica. Segundo ele, analisando a partir do ponto marxista, “a tarefa principal da ideologia dominante na crise atual é impor uma narrativa que não atribua a culpa pela crise atual ao sistema capitalista em si, mas a seus desvios secundários acidentais (regulamentação fiscal demasiado leniente, a corrupção de grandes instituições financeiras etc.)” (ŽIZEK,

2008). Essa estratégia adotada pelas vozes hegemônicas deve nos levar a preocupação não somente com as consequências econômicas da crise, mas darmos atenção “a tentação evidente de injetar ânimo novo na “guerra ao terror” e no intervencionismo dos EUA, para manter a economia funcionando a contento” (ZIZEK, 2008).

Seguindo as mesmas preocupações, Leonardo Boff (2006) põe em evidência as possibilidades de futuras guerras de terror entre nações, sob a supremacia dos Estados Unidos em decorrência da crise, como a que está ocorrendo entre palestinos e israelenses. Ele compartilha da tese de Alan Touraine, apresentada em seu livro “Um novo paradigma: para entender o mundo de hoje” (Vozes, 2006), no qual o sociólogo francês defende a ideia de que depois da Queda do Muro e dos atentados de 11 de setembro de 2001 deu-se início a uma desintegração das sociedades que estão “dominadas pelo medo e impotentes diante do terrorismo” e, dessa forma, “Estariamos assistindo a passagem da lógica da sociedade para a lógica da guerra.” (BOFF, 2006) Sendo que, nesse cenário do terror, “A potência hegemônica, os EUA, decidiu resolver os problemas não mais por via diplomática e pelo diálogo, mas pela intervenção e pela guerra levada, se preciso for, a qualquer parte do mundo.” (BOFF, 2006) Segundo Boff, essas justificativas do terror resultam de uma estratégia econômica dos EUA, dentro da atual dinâmica da globalização econômico-financeira. A globalização, segundo ele, “não quer saber de qualquer controle ou regulação social e política. Exige campo aberto para fazer a guerra dos mercados. Separou totalmente economia de sociedade, vê os estados-nações como entraves, procura reduzir o estado, difamar a classe política e passar por cima de organismos de representação mundial, como a ONU. Esta dissolução das fronteiras acarretou a fragmentação daquilo que constitui a sociedade.” (BOFF, 2006) E pior ainda, essa situação “Invalidou a base política e ética para o sonho de uma sociedade mundial, tão querida pelos altermundialistas, que cuidasse dos interesses coletivos da humanidade como um todo e que tivesse um mínimo de poder central para intervir nos conflitos e dinamizar os mecanismos da convivência, da paz e da preservação da vida” (BOFF, 2006).

[Essa] [...] dessocialização é consequência da globalização econômico-financeira que encarna o capitalismo mais extremado com a cultura que o acompanha. Esta implica na segmentação da realidade, com a perda da visão do todo, a exacerbação da competitividade em detrimento da cooperação necessária, o império das grandes corporações privadas com pouquíssimo senso de responsabilidade sócio-ambiental e a exaltação do indivíduo alheio ao bem comum. (BOFF, 2006).

Na avaliação do filósofo José Arthur Giannotti (2009), a crise deixa transparecer que “a famosa equação segundo a qual a trama dos interesses privados resulta no reforço dos interesses públicos se desfaz durante a crise, quando se torna do interesse público salvar o que puder dos interesses privados” (GIANNOTTI, 2009). Porém, nessa situação, a perversidade do sistema se apresenta: um banqueiro ou industrial pode perder milhões, mas os assalariados perdem seus empregos. Então “A crise econômica se transforma em crise social” e o Estado procura salvar a sociedade do consumo (GIANNOTTI, 2009). “No entanto, ao menos uma mentira foi desmascarada: a pretensão neoliberal de que os mercados possam crescer sem cair no abismo. Parece-me, contudo, no sentido inverso do que se tem pretendido. Por si só o capital tende a se globalizar” (GIANNOTTI, 2009). Segundo ele, com o desenvolvimento da tecnociência e a extraordinária expansão dos meios de comunicação eletrônicos é natural que o sistema produtivo globalizasse suas bases e, também, o sistema financeiro. Porém, o capital especulativo encontrou seu limite.

As regulações anteriores, inclusive o acordo de Basileia [acordo de 1988 que regulamenta a atividade bancária, substituído em 2004 pelo Basileia 2; atualmente se discute a criação de um acordo de Basileia 3], se tornaram obsoletas; a inventividade dos operadores financeiros levou ao limite a expansão imaginária da riqueza social. Esse fenômeno de autoalimentação fantasiosa do capital financeiro, que Marx admiravelmente descreveu como a forma mais perfeita da alienação do capital, caminhou por si só até que ele próprio encontrasse seus limites. As hipotecas sobre hipotecas sobre hipotecas avançaram até pôr em xe-

que o sistema de crédito. Quando esse faliu, a economia como um todo se travou (GIANNOTTI, 2009).

A filósofa Marilena Chauí (2009), em sua avaliação da crise, disse que duas possibilidades estão dadas, e considera esse um momento privilegiado por estabelecer o fim do neoliberalismo. Neste contexto da crise, abre possibilidades para o campo da esquerda fazer novas reflexões, uma vez que a atenção da economia e das políticas governamentais voltam para a esfera da produção e do trabalho, e outra, abre caminho para o reaparecimento de movimentos sociais dirigidos aos direitos econômicos, sociais e políticos.

Pois está colocada em questão a operação própria do neoliberalismo, qual seja, a de dirigir todos os recursos públicos para os interesses do capital, levando à privatização dos direitos sociais, ao transformá-los em serviços privados a serem adquiridos no mercado. O pensamento e a práxis se abrem porque a percepção da irracionalidade do mercado desmantela a crença em sua suposta racionalidade autônoma, crença que durante 30 anos assegurou a hegemonia ideológica do chamado “pensamento único” (CHAUÍ, 2009).

Além disso, observa a filósofa, “que as medidas econômicas e políticas colocam novamente na cena a figura do Estado nacional, que o ‘pensamento único’ e a chamada globalização haviam decretado extinto” (CHAUÍ, 2009). Numa perspectiva otimista, sumariamente ela põe em evidência de que os fundos públicos canalizados exclusivamente para o capital, característica que encolheu o “espaço público republicano e democrático” e, ao mesmo tempo, o “alargamento do espaço privado dos interesses de mercado”, nessa crise, “pode significar a reabertura do espaço público e o encolhimento do espaço privado” (CHAUÍ, 2009).

A filósofa Olgária Mattos, nos lembra, comparando a crise de 2008 com a de Outubro de 1929, considerada a “Década do Diabo”, que aquela começou com uma depressão econômica e resultou em uma Guerra Mundial. Revelou quebraadeiras de empresas e desemprego cujo ponto de partida foi o “crash” da Bolsa de Nova Iorque, naquele mês de outubro. “Nove mil bancos faliram então nos EUA; 25% da população eco-

nomicamente ativa foi jogada no desemprego.” A propagação da crise varreu o planeta, e na Alemanha foi de tão grandes proporções que o escambo se tornou oficializado em algumas de suas regiões e o desemprego da juventude alemã atingiu 60%, o que pavimentou o recrutamento das milícias nazistas. Na França, a retração econômica reduziu o preço do trigo em 40%, inibindo sua produção. Na Inglaterra, os desempregados de Londres ocuparam as ruas em acampamentos. Na época, “mais de 30 milhões de trabalhadores foram excluídos do sistema econômico disseminando revolta, fome e desalento. Para se ter uma ideia do que isso significou, a OIT prevê que a crise atual poderá gerar 20 milhões de desempregados, num mundo com demografia várias vezes superior à de 29.” Na sua avaliação, os impactos desta crise são comparativamente menores dos que os de 1929.

A filósofa, continuando a comparação da crise atual com a de 1929, observa que naquela época “O trabalho organizava o tecido social” e ideias socialistas, a solidariedade entre empregados da mesma fábrica, que resultava no engajamento sindical e a efervescente agitação intelectual e artística contribuíram para que a esperança do futuro fosse melhor, e parece que isso não acontece nos dias de hoje (MATTOS, 2008). Segundo ela, “Havia assim uma percepção de responsabilidade social, distinta da desresponsabilização que predomina hoje e contamina todos os interstícios da vida” (MATTOS, 2008). Vá ao metrô e veja, dispara Olgária Mattos: “jovens fingem que estão dormindo para não ceder lugar a um idoso. É só a ponta do icebergue. Daí a dissociação entre o que se gostaria que fosse a ação política diante da crise e o comportamento de indivíduos atomizados, partidos por formas precárias de inserção no mercado e na vida” (MATTOS, 2008). Eis a razão, retoma a filósofa, “do descompasso entre a crise e as respostas a ela; entre 1929 e 2008. Mas, repito, não é verdade que o trabalho deixou de ser necessário; *ele foi descartado por uma estrutura econômica e de poder que redobrou o grau de exploração sobre uma parcela dos trabalhadores*. A vida social continua precisando, muito, de mais trabalho”. (MATTOS, 2008, grifo nosso). Aqui, a autora demonstra que a exclusão das pessoas do mundo produtivo desacopla da convivência social e desintegra o tecido social.

Ricardo Antunes salienta também que o capitalismo é o responsável pela (des)socialização e mazelas sociais, contexto em que o Estado, cada vez mais, diminui sua dimensão pública. Segundo ele, “a crise vive um ciclo prolongado, datado do início dos anos 1970” que começou nos países do Terceiro Mundo, a exemplo de alguns da América Latina, tais como: Brasil, Argentina, México, Uruguai e Colômbia. Esse foram mergulhados na recessão reduzindo os poucos avanços dos direitos sociais do trabalho que haviam conquistado. (ANTUNES, 2009) Logo após, no fim dos anos 1980, levou “à bancarrota o chamado ‘socialismo real’ (União Soviética e o restante do Leste Europeu). Menos do que expressão do ‘fim do socialismo’, esse fato antecipava uma nova etapa da crise do próprio capital.” (ANTUNES, 2009) Depois do epicentro da crise ter passado pelos principais países do capitalismo avançado, tais como o Japão, Alemanha, Inglaterra e França, ele atingiu o coração do sistema, os Estados Unidos, em 2008. (ANTUNES, 2009)

Ignácio Ramonet afirma que, pela primeira vez, acontece na história da economia moderna uma convergência de três crises de grande amplitude, a financeira, a energética e a alimentar. Elas estão em conjunção e confluem agravando exponencialmente a deterioração da economia real.

A crise começou nos EUA, em agosto de 2007, com a desconfiança nas hipotecas de má qualidade (*subprime*) e propagou-se por todas as regiões do mundo. A crise teve seu signo na bancarrota do Lehman Brothers, o quarto maior banco de negócios que anunciou, em 9 de junho de 2008, um prejuízo de 2,8 bilhões de dólares. Segundo Ramonet, “Como foi a primeira perda desde o lançamento de suas ações na Bolsa, em 1994, o resultado teve efeito de um terremoto financeiro, nos já violentamente traumatizados EUA.” (RAMONET, 2008) E a crise da esfera financeira passou para o conjunto da atividade econômica. Então, da crise financeira passou à crise social. Segundo ele, “Este é o saldo deplorável de 25 anos de neoliberalismo: três venenosas crises entrelaçadas. Já está na hora de os cidadãos gritarem: “Basta!” A crise financeira acabou com a utopia liberal e neoliberal que floresceu no pós-queda da União Soviética em 1991 e com toda

a conversa sobre o “fim da história”. Os ataques terroristas e a crise financeira desfizeram o mito de que o mercado e a democracia liberal teriam as soluções, seguindo a mesma avaliação do fim do neoliberalismo de Chauí (RAMONET, 2008).

6.4.3 A farsa neoliberal se mostra com o fracasso da Rodada de Doha: o reforço do protecionismo estatal como saída da crise

Fracassa a Rodada de Doha, isto é, a tentativa multilateral de diversos governos de derrubar barreiras protecionistas dos países desenvolvidos para tornar o mercado mundial mais livre e permitir possibilidade à exportação dos países em desenvolvimento. Na lógica do pensamento dominante, não haverá outra saída a não ser abortar as negociações da Rodada de Doha diante da crise econômica. Os governos dos blocos hegemônicos como EUA e UE preferiram - não teriam outra fórmula - proteger suas empresas nacionais em detrimento de uma solidariedade do comércio internacional, mostrando mais uma vez, na sua autoproteção, que agem de acordo com as leis da concorrência capitalista e que o mercado nada tem de livre. Seguem sob o poder do capital mediado pelos Estados nacionais constantemente em luta em defesa de seus monopólios econômicos, principalmente, diante dessas manifestações contundentes da crise estrutural do capital.

O Estado como salvaguarda do capital é o que comprova o fracasso da Rodada de Doha, com seu protecionismo como solução da crise. Diante da crise, Lula disse, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (o conselho): “Não podemos passar do vale-tudo financeiro, que jogou o planeta na situação atual, para o vale-tudo protecionista, que certamente nos jogaria numa crise ainda pior do que aquela que resultou na Segunda Guerra Mundial (1939-45)”. (IGLESIAS, 2009) Lula criticou também a visão de governos que consideravam que o Estado atrapalhava “o deus mercado”. (IGLESIAS, 2009) Durante o Fórum Econômico Mundial, de 2009, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, disse que o “comércio já é uma vítima da recessão” e que teme que o comércio seja jogado na privada juntamente com o Consenso de Washington (recomendações liberais para a América La-

tina nos anos 1990). (OMC..., 2009) E nesse fórum, o então chanceler brasileiro Celso Amorim tentou pela enésima vez ressuscitar a Rodada Doha de liberalização comercial, lançada em 2001 e estancada em 2008. É que muitos estão vendo que o livre comércio é sinônimo de protecionismo. Como disse a ex-ministra suíça de Economia, Doris Leuthard, “em vez de avançar na liberalização comercial, o que está havendo são ações protecionistas em diversos países.” (OMC..., 2009) Na mesma preocupação segue Amorim, que antevê ““um longo período de protecionismo em todo o mundo””. (OMC..., 2009)

O fracasso da Rodada Doha, depois de sete anos de negociações, pode não provocar grandes mudanças em relação à tendência do comércio exterior, mas certamente mostra uma nova geografia de poder. O resultado das negociações deixa claro que, hoje, os Estados Unidos e a União Européia já não concentram o poder das decisões. Nessa nova configuração, a China, a Índia e o Brasil passam a ter mais influência nas negociações comerciais, sobretudo na área agrícola. A avaliação é do ex-embaixador Rubens Barbosa, presidente do conselho de comércio exterior da Fiesp, ao analisar as conseqüências de mais uma frustração da Rodada Doha. “A principal conseqüência é que mudou o equilíbrio de poder no mundo”, diz Barbosa. “Os Estados Unidos e a União Européia já não conseguem mais enfiar goela abaixo do mundo qualquer decisão na área do comércio exterior” (BARROS, 2008).

Nestes tempos em que a crise estrutural manifesta seus sintomas mais agudos, com a crise financeira de 2008, após quase três décadas da defesa ideológica e mitológica do neoliberalismo da liberdade total do mercado para gerir os negócios, e a sociedade como um todo, o Sistema Capitalcrático mostra como sempre o significativo desempenho do Estado a serviço do capital. A tendência do fortalecimento do protecionismo que sempre existiu na guerra econômica entre as nações mostra seu fortalecimento com a crise, apesar de todas as pseudoconvenções assinadas na OMC. Com exceção de algumas, foram ouvidas poucas vozes dissidentes na indicação da melhor saída para o capital, como a do presidente da divisão regional em Dallas, do FED (Banco central americano), Richard Fisher, que criticou as medidas protecionistas do Presidente Bush

e o pacote de US\$ 819 bilhões para salvar as indústrias estadunidenses aprovado pelos deputados, o qual estabelece que as empresas que receberão a ajuda deverão utilizar o ferro e o aço produzido nos EUA. Segundo o representante do FED, “Protecionismo é o crack da economia. É viçante e leva à morte econômica” (DIRIGENTE..., 2009).

Como epicentro da crise financeira, os EUA liquidaram bancos e investiram na estatização das instituições financeiras. “Os EUA liquidaram nos primeiros 40 dias deste ano o equivalente a mais da metade dos bancos fechados no ano de 2008 inteiro, quando foram extintas 25 instituições, um recorde recente. Sete bancos foram fechados só na primeira semana de fevereiro, o maior número em um mês desde 1993.” (CANZIAN, 2009a) Segundo o governo, “A expectativa é que até 1.000 dos 8.348 bancos dos EUA sejam liquidados nos próximos três anos pela FDIC, a agência federal que supervisiona o sistema.” (CANZIAN, 2009a) Uma semana atrás, ações de quatro principais bancos do EUA, Citigroup, Bank of America, JPMorgan Chase e Wells Fargo, derreteram na Bolsa de Valores de Nova York. “O Citi vale hoje 10% do que valia há um ano, e suas ações despencaram 44% na semana. Por trás da fuga dos investidores está o temor crescente de que algumas dessas instituições, especialmente Citi Bank of America (BofA), sejam estatizadas. Se isso ocorrer, os acionistas perdem tudo”, afirmou o jornal (CANZIAN, 2009a). Segundo as informações citadas no artigo,

Esses bancos concentram o grosso dos chamados ativos ‘tóxicos’, que travaram o sistema financeiro americano e que são a causa da atual crise, considerada a maior desde os anos 1930. Os títulos ‘tóxicos’ são resultado de empréstimos feitos pelos bancos sem garantias reais suficientes e largamente lastreados pelo setor imobiliário, onde os preços das casas estão em queda livre há dois anos. Em alguns casos, um único dólar em garantia real dada ao banco chegou a financiar outros US\$ 35 em empréstimos (CANZIAN, 2009a).

Segundo o jornalista,

O maior temor dos EUA é que o país mergulhe em uma espiral recessiva parecida com a do Japão nos anos 1990.

No país asiático, isso ocorreu justamente porque o governo demorou anos para atacar uma crise bancária de proporções mais modestas, mas parecida com a atual nos EUA. Outro exemplo mais ou menos da mesma época foi a Suécia, que resolveu estatizar bancos com problemas rapidamente, o que acelerou a saída da crise (CANZIAN, 2009).

Alinhando-se a saída dos EUA de aumentar o volume de dinheiro disponível no mercado e afastar temores de aprofundamento da crise nos mercados de crédito, o Banco Central Europeu (BCE) também fez parte da operação coletiva para salvar o sistema financeiro, anunciando que injetará US\$ 500 bilhões no sistema, tendo em vista a crise decorrente do “subprime”, o mercado de hipotecas de alto risco nos EUA (NINIO, 2007).

A disputa entre os Estados deverá ocorrer principalmente por causa do protecionismo acirrado pela crise estrutural. Desde o início da crise, disse o *Le Monde*, que Pequim alertava insistentemente os países ocidentais contra a aplicação de medidas protecionistas. Segundo o jornal, para surpresa geral, a China acabara de lançar uma operação que visa favorecer o “buy China” (comprar chinês) para estímulo econômico do seu mercado interno. O ministro alemão da Economia, Karl-Theodor zu Guttenberg, reagiu dizendo que vê a evolução econômica da China com preocupação e que se empenhará para evitar consequências nefastas para a economia de exportação alemã. O representante estadunidense para o Comércio, segundo o jornal, Ron Kirk, deveria apresentar formalmente queixa contra a China na OMC (Organização Mundial do Comércio), tendo em vista as restrições impostas por Pequim à exportação de matérias-primas. Essa medida chinesa objetiva o estímulo para crescimento das empresas presentes no mercado chinês em detrimento das empresas estrangeiras (PEDROLETTI, 2009).

Pela necessidade de manter a lógica do lucro capitalista, o Estado precisa estimular o consumo. Como saídas diretas e indiretas nesse momento da crise, o Estado arruma um jeito de garantir a todo custo o sistema capitalcrático. Isso pode ser observado na notícia já citada da distribuição de cheques, na Tailândia. Segundo a EFE, o primeiro-ministro Abhisit Vejjajiva, ao entregar os primeiros cheques em Bang-

coc, “afirmou que a medida ajudará a reduzir os efeitos da eminente recessão no país.” (TAILÂNDIA..., 2009). A iniciativa faz parte de um pacote de medidas para combater a crise que chega a 117 bilhões de bat (US\$ 3,266 bilhões). Os estudos do Ministério das Finanças apontam possibilidade de contração da economia em 3%, isso não ocorria desde a crise asiática de 1997. (TAILÂNDIA..., 2009)

O fórum de Davos teve seu início marcado pelo ambicioso título geral de “Moldando o mundo pós-crise”. (ROSSI, 2009) O primeiro dia termina com o melancólico discurso de Martin Wolf, principal colunista do Financial Times, o jornal que, segundo Rossi, todo mundo lê em Davos e nos gabinetes oficiais do planeta, especialmente europeus: “Todos sabemos que nada sabemos”, falou Wolf na sessão sobre “Panorama Econômico Global”. (ROSSI, 2009) Essa frase sentencial surgiu após Peter Sands, chefe-executivo do grupo financeiro britânico Standard Chartered, afirmar: “Se me perguntarem onde estamos [na crise], eu responderei não sei”. (ROSSI, 2009) Trevor Manuel, ministro sul-africano do Tesouro, disse que “o grande desafio era saber o que de fato acontecera”. (ROSSI, 2009) A Ministra francesa Christine Lagarde avaliou uma situação de “navegação no escuro” durante três meses após a quebra do Lehman Brothers, depois do colapso ocorrido em setembro de 2008. O primeiro-ministro britânico Gordon Brown, menos contundente do que seu conterrâneo Sands, disse que se tratava da “primeira crise financeira global” e, quer, por isso, ‘não havia experiência’ que pudesse iluminar a escuridão vista por Lagarde” (ROSSI, 2009).

Disse Rossi que “a elite econômica, governamental e empresarial do planeta que se reúne todo janeiro nessa cidadezinha dos Alpes suíços, nada sabia” e que a esperança de entender o que estava acontecendo estava sendo deixada para a cúpula do G20 - grupo constituído das 20 maiores econômicas do mundo – a tarefa de iluminar a navegação (ROSSI, 2009). Segundo Lagarte, “‘É uma corrida contra o tempo’, porque ‘ela coloca no horizonte imediato o risco de descontentamento social, que aliás começa a pipocar na Europa.’” (ROSSI, 2009) Diante disso, “uma questão que era financeira e virou econômica, pela contaminação do setor real da economia com o crédito estrangulado, come-

ça a caminhar na direção da política”. (ROSSI, 2009) É incrível como estes analistas separam a economia real e financeira.

Após nove dias de reunião em Genebra, na Suíça, na sede da OMC, com a presença de ministros de 35 países (a OMC conta com 152 países membros²⁶), os negociadores não conseguiram entrar em acordo sobre a questão agrícola e o diretor-Geral da instituição, Pascal Lamy, admitiu o fracasso da Rodada Doha, ocorrida em 29 de julho de 2008. Essa reunião era considerada decisiva para a Rodada lançada há sete anos na cidade de mesmo nome, capital de Qatar, “onde as grandes potências comerciais começaram a discutir o futuro do comércio no mundo, com o objetivo de chegar à livre negociação, sem barreiras alfandegárias”. Ela foi lançada em novembro de 2001, com objetivo de buscar a liberalização do comércio mundial. Quando ela foi lançada há sete anos, o objetivo principal seria diminuir entraves ao comércio internacional, o que não chegaram a acordo.²⁷ Mas o fracasso se deu em decorrência de divergências no nível de abertura em setores da economia, de interesse de países ricos e pobres. O bloco de países desenvolvidos pressionou na Rodada por uma maior abertura nos setores de indústria e serviços. Por outro lado, os países em desenvolvimento exigem das nações desenvolvidas abertura no setor agrícola, reduzindo ou pondo fim aos subsídios aos seus grupos econômicos internos. Esses criticam os EUA e a União Europeia com relação a suas políticas protecionistas. Os EUA acusaram a China e a Índia de serem exageradamente protecionistas em relação aos seus agricultores e de não se abrirem para a concorrência estrangeira. Enquanto que a Índia acusava os EUA de querer somente melhoras em seu comércio em detrimento dos outros e, por sua vez, a China alegava que em Washington exigiam um preço muito alto. A tentativa do Brasil para que a Rodada não finalizasse com fracasso, foi a de aceitar a proposta apresentada pelo diretor-geral da OMC, porém a mesma foi rejeitada pelos seus principais aliados no G-20, entre os quais Índia e Argentina (RODADA..., 2009). O G-20 constitui-se de países em desenvolvimento criado, em 2003, para extrair concessões em agricultura dos países ricos.

²⁶ Para conhecer os principais protagonistas da Rodada Doha acesse <http://economia.uol.com.br/ultnot/afp/2008/07/29/ult35u61154.jhtm>

²⁷ Para saber as principais datas que marcaram a Rodada Doha da OMC acesse <http://economia.uol.com.br/ultnot/reuters/2008/07/29/ult29u62665.jhtm>

Segundo a BBC Brasil, “O principal problema é que o livre comércio em agricultura tem se mostrado bem mais difícil de ser negociado do que em bens manufaturados”. (ENTENDA..., 2008). O principal problema enfrentado nesta última reunião da Rodada, que procurou fechar acordo antes da posse do novo presidente dos EUA, em 2009, foi o fato de a economia global ter se deteriorado e desacelerado o crescimento econômico, o que pode fazer aumentar o custo de vida da população nacional.

A alta mundial dos preços dos alimentos, que dobraram desde o ano passado, teve efeito maior sobre os países mais pobres, onde uma proporção maior da renda familiar é gasta em comida. Segundo analistas, isso levou a um aumento do protecionismo nos países exportadores de alimentos. Os defensores de um acordo afirmam que o protecionismo iria ajudar a reduzir a pobreza e a criar empregos nos países em desenvolvimento, enquanto os países ricos podem se beneficiar se conseguirem exportar mais bens e serviços. (ENTENDA..., 2008).

Com o fracasso da Rodada de Doha enfraquece a possibilidade de acordos multilaterais no comércio mundial. A realização de acordos bilaterais deixará os países em desenvolvimento em desvantagem. Nações em desenvolvimento, como Brasil e Índia, tiveram perdas com o fracasso na Rodada porque precisam de mercados abertos para facilitar suas exportações. Alguns analistas dizem que o fracasso em obter acordo na OMC significou um revés na história da Instituição, ambas acham que os países ricos possuem mais margem para fazer concessões.

As críticas podem doer, mas os dois gigantes asiáticos dificilmente sucumbirão à pressão externa. Ambos os países desfrutam de alto crescimento econômico, graças à demanda externa por seus serviços terceirizados e manufatura. Ao mesmo tempo, os líderes indianos e chineses também têm que se preocupar com as dificuldades econômicas no interior, onde centenas de milhões de produtores rurais lutam arduamente para competir com os produtos importados dos Estados Unidos e outros países. (BRUCE; SRIVASTAVA; 01 ago. 2008)

Logo após o início da crise financeira, na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, em seu discurso defendeu a necessidade de expandir o G8 (grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo e a Rússia) para a inclusão do Brasil, China, Índia, África do Sul e México. Falando em nome da União Europeia, ele também defendeu uma reunião de cúpula até o final de 2008 para discutir a crise financeira internacional para, coletivamente, reconstruir “um capitalismo regulamentado”. (SARKOZY..., 2008) Já o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse em seu discurso que “o mundo está próximo de uma grande transição”. (SARKOZY..., 2008).

Agora, vemos novos centros de poder e liderança na Ásia, na América Latina e por todo o mundo recém-desenvolvido.” “Os problemas que enfrentamos estão mais complexos”, acrescentou. “Neste novo mundo, nossos desafios estão ligados à colaboração, e não ao confronto.” “As nações não podem mais proteger seus próprios interesses ou aumentar o bem-estar de seu povo sem a parceria com o resto (dos países)”, completou Ban K-moon.

O presidente americano acrescentou que a ameaça mais séria que a ONU enfrenta desde sua fundação é a do terrorismo.

“Ao assassinar inocentes deliberadamente para progredir com seus objetivos, extremistas desafiam os princípios fundamentais da ordem internacional”, afirmou.

“Eles desprezam todos que respeitam a vida e dão valor à dignidade humana”, acrescentou.

“Eles rejeitam as palavras da Bíblia, do Alcorão, da Torá”, prosseguiu Bush. “Por qualquer padrão de consciência ou moralidade, eles colocam em perigo os valores de justiça e direitos humanos que deram origem às Nações Unidas.”

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que o mundo enfrenta uma “crise financeira global, uma crise energética global, uma crise alimentar global” e lembrou que as negociações de comércio internacional “mais uma vez fracassaram”. “Vejo o perigo de as nações olharem cada vez mais para dentro ao invés de analisar um

futuro compartilhado”, disse o secretário-geral da ONU. (SARKOZY..., 2008).

O fracasso de Doha é indicador de que o protecionismo, que sempre existiu, se tornará para os governos a forma mais usual e imediata de proteção aos produtores internos e uma onda de “neoprotecionismo” surgirá como saída da crise atual e da crise estrutural do capital. Por trás disso, aumentam as insatisfações políticas e sociais com o desemprego, principalmente porque, segundo a ONU, neste contexto de instabilidade econômica, devem surgir mais 51 milhões novos desempregados.

Além do protecionismo político da economia, os Estados também estão investindo muito em armamento. Para quem acreditava na Paz Perpétua de Kant, o que vem se observando é que os Estados garantem e baseiam sua segurança ficando fortemente armados. Os gastos militares, no período de 1997 a 2007, cresceram 37% no mundo, segundo informa a ONG Instituto de Pesquisas da Paz, de Estocolmo (Suécia) (DANTAS, 2007). Nesse campo da beligerância, segundo uma pesquisa de opinião feita por Harris e Financial Times, no Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha; os Estados Unidos, segundo 36% dos europeus, são a maior ameaça à estabilidade global, seguido do Irã, 30% e da China 18% (THORNHILL; DOMBEY; ALDEN, 2006).

6.5 AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO SISTEMA DO CAPITAL

Com o estouro da bolha financeira em setembro de 2008 nos EUA, mais conhecida como a Crise Imobiliária, tendo em vista os investimentos especulativos, a inadimplência gerada pelo agravamento do desemprego, que foi sua causa, repercutiu imediatamente na economia real e, conseqüentemente, na qualidade de vida da classe trabalhadora estadunidense. A crise financeira iniciada nos EUA reverberou em diversos países, onde o lastro para diminuir os riscos foi sendo repassado por diversas instituições financeiras multinacionais. As bolsas asiáticas tiveram quedas expressivas logo após a deflagração da crise

nos EUA, bem como nos países europeus, mostrando a interligação dos mercados e a interdependência da economia global capitalista. A queda registrada somente foi comparada ao comportamento das bolsas mundiais logo após o atentado às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001.

Em 21 de janeiro de 2008, por conta dos efeitos da crise o mercado global viveu um dia de pânico. “As principais bolsas da Ásia, da Europa e das Américas desabaram por conta do pessimismo de que uma recessão nos Estados Unidos contamine todas as economias do planeta, preocupação que até o ano passado era atenuada pelo forte crescimento da China e de demais países emergentes”, disse a *Folha de S. Paulo* (SCIARRETTA, FSP, 22/01/2008). Os índices de queda foram: Ásia: Xangai – 5,14%; Hong Kong – 5,49; Tóquio 3,86%; Europa: Frankfurt – 7,16; Paris – 6,83%; Londres - 5,48; América Latina: México – 5,35; Buenos Aires – 6,27 (SCIARRETTA, 2008). No Brasil, a queda na Bovespa foi de 9,17% e acumulou perda de 16% no ano, segundo a *Folha* (VIEIRA, 2008).

A crise iniciada em 2007 deu sinais de que seria uma crise nos mercados globais, que chegou e pode demorar a passar, disse a *Folha*, em 22/01/2008. Segundo alguns economistas, a crise se trata de uma desaceleração da economia devido à baixa do consumo. E esse motor é a desaceleração do crédito nos EUA que, com as perdas que tiveram, obrigaram o governo a diminuir a margem que os bancos estavam autorizados a emprestar. “Sem crédito, o americano consome menos, e os empresários seguram os investimentos. Um dos resultados é o aumento do desemprego, que acontece desde dezembro. Nos EUA, 70% do PIB vêm do consumo. É dessa forma que a crise no sistema financeiro chega ao resto da economia e afeta outros setores”. (SCIARRETTA, 2008) Uma vez que as economias estão mais interligadas, a baixa de consumo nos EUA diminui a demanda por produtos chineses, europeus e de outros países do mundo. Com demanda menor, essa situação tende a derrubar os preços das *commodities*, em sua maioria dos países emergentes como o Brasil. Segundo o professor Marcio Holland, da FGV (Fundação Getulio Vargas), “a economia americana deve viver um ano de forte ajuste em 2008, com reflexos se estendendo até em 2009. A crise do “*subprime*” [hipotecas de alto risco] é

apenas a “ponta do iceberg” (SCIARRETTA, 2008).

Logo após o pânico nas bolsas do mundo, a reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, foi palco de ironia do então diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional) que disse que os países desenvolvidos precisavam ser supervisionados, recado direto aos EUA, dono da maior fatia de capital do Fundo e que sempre impôs ao órgão que vigiasse os países em desenvolvimento. (ROSSI, 2008a).

Como se pode observar pela mídia, até poucos meses atrás trabalhadores de classe média viviam em casas com jardins e, de uma hora para outra, a recessão levou milhares de famílias dos Estados Unidos a viverem em tendas de campanha, quartos ou em motéis baratos de estrada. A região de Sacramento, capital do Estado da Califórnia, foi uma onde a crise imobiliária bateu recordes. Acampamentos para trabalhadores sem casa abrigam centenas de famílias e crescem em ritmo acelerado, com 50 novos residentes por dia. Segundo a reportagem, naqueles primeiros dias já havia de 300 a 400 pessoas vivendo nas tendas. Esses moradores da *Tent City*, como estes acampamentos são conhecidos nos EUA, “não são apenas vagabundos e alcoólatras, mas também várias famílias que perderam seus trabalhos e suas casas por não poder arcar os pagamentos da hipoteca”, disse o porta-voz da organização humanitária Loaves and Fishes (GIL, 2009).

6.5.1 O desemprego estrutural mundial

No centro hegemônico do capitalismo mundial, as ameaças constantes de grandes empresas com suas reestruturações produtivas e a concretização de medidas de ajustes no quadro de pessoal que resulta em desemprego, se tornaram constantes no cenário nacional e internacional, desde quando começou a crise estrutural nos anos 70 do século passado (MÉSZÁROS, 2007, p. 143). Essa situação se agrava evolutivamente contribuindo para aumentar ainda mais o exército de reserva que está em ascendência mundial, mostrando a incompatibilidade do capitalismo com a sociedade e que, neste momento, na denominada crise financeira, intensifica o desemprego com a recessão econômica.

Como escreve Mészáros, “O crescimento canceroso do desemprego está afetando hoje todos os países do mundo, inclusive aqueles que não o apresentavam no passado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 72).

Com a crise, até mesmo empresas seculares não resistiram aos seus impactos. A GM (General Motors), fundada há 101 anos nos EUA, pediu concordata em 01/06/2009, após ter perdido US\$ 31 bilhões em 2008, atingindo perdas totais de US\$ 82 bilhões em quatro anos. No ano de 2008, ela vendeu 8,3 milhões de carros em todo o mundo, contra 9,37 milhões em 2007. A GM perdeu a posição de ser a maior fabricante de carros no mundo, mantida desde 1931, para a japonesa Toyota, em 2008. A empresa, em dezembro de 2008, contava no seu quadro de pessoal com 243 mil empregados em todo o mundo. Destes, 170 mil eram horistas e 73 mil contratados. Como parte do processo de reestruturação, o governo dos EUA investirá mais “US\$ 30,1 bilhões na GM, em troca de 60% do controle da ‘nova’ companhia que emergirá da concordata. O governo do Canadá deterá 12% da empresa, entrando com US\$ 9,5 bilhões. O sindicato United Auto Workers (UAW) terá assento na diretoria da companhia. Todos os atuais executivos devem ser trocados por homens de confiança do presidente Barack Obama” (GENERAL MOTORS..., 2009).

Pode-se observar o desemprego estrutural provocado pelo engugamento do quadro de operários da GM bem antes da crise de 2008. Nos Estados Unidos, uma empresa sólida como a GM, no dia 21/11/2005, informou que fecharia doze unidades produtivas com a consequente demissão de 30 mil trabalhadores nos EUA e Canadá, até 2008. Essa decisão fez parte do plano de reestruturação da montadora de automóveis que vinha perdendo espaço no mercado norte-americano para as montadoras asiáticas, como a japonesa Toyota. Segundo a reportagem, “Um quarto da força de trabalho das fábricas da GM na América do Norte será afetada pelas demissões. O plano previa fazer com que a montadora economizasse US\$ 7 bilhões até o final de 2006. O corte na GM é o maior feito na empresa desde que demitiu 74 mil em quatro anos, a partir de 1991.” (LEITE, 2005) Segundo essas informações, a montadora, em 2005, já acumulava prejuízo de US\$ 4,5 bilhões na América do Norte. Informa-se, nesta reportagem, que “a

Ford também enfrenta problemas parecidos com os da GM, e alguns analistas consideram o avanço das montadoras asiáticas, com custos menores, de difícil reversão” (LEITE, 2005).

Uma decisão como essa, nas corporações empresariais que atuam há mais tempo no mercado mundial, com unidades produtivas em diversos países, mesmo que seja em uma determinada unidade, acaba reverberando nas outras, de forma sistêmica. Isso comprova que a crise estrutural atinge primeiramente os países centrais do capitalismo, com a diminuição das plantas produtivas, ou seja, desindustrialização nacional que pressupõe a redução dos gastos do capital variável na composição orgânica do capital, na busca de força de trabalho mais barata em outros países, para manter ou aumentar os índices de lucratividade empresarial. Nos países periféricos do sistema, os capitalistas arrematam trabalhadores com menores custos, mantendo seu processo de acumulação. O fechamento dessas unidades nos EUA e Canadá deixaram apreensivos os trabalhadores da GM brasileira. Quem demonstra essa preocupação é Luiz Carlos Prates, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP, “Queremos saber se existe a possibilidade de essa crise que atinge a companhia nos Estados Unidos chegar ao Brasil. Nós ficamos preocupados”. (FERNANDES, 2005a) Segundo informações da reportagem, a unidade da GM nesse município empregava 10,4 mil pessoas. Não fazia muito tempo, a empresa havia dispensado 420 trabalhadores estimulados pelo PDV (Programa de Demissão Voluntária). O presidente do Sindicato disse ainda que a Montadora avisara que 70% dos funcionários da fábrica ficariam em férias coletivas no período compreendido de 19 de dezembro a 02 de janeiro de 2006. Segundo a reportagem, “A GM vem tendo prejuízo no Brasil nos últimos anos; a empresa fechou no azul pela última vez em 1997. A montadora produziu no Brasil, de janeiro a outubro, 286 mil unidades, ante 289 mil no mesmo período de 2004” (FERNANDES, 2005a).

Em 28/04/2009, já sob os efeitos da crise de 2008, a GM tenta saídas junto ao governo para evitar concordata, esperando que este assumisse títulos da dívida por aquisição de ações da empresa, assumindo também o controle acionário da montadora. Segundo seus

dirigentes, o enxugamento dos postos de trabalho na empresa seriam ainda mais profundos e mais acelerados do que tinha sido anunciado no ano anterior. “A GM pretende reduzir de 47 para 34 o número de fábricas nos Estados Unidos até 2010, e eliminar 21 mil vagas. Com isso, o quadro de funcionários na produção passará dos atuais 61 mil para 40 mil no país. A empresa anunciou também a decisão de abandonar a tradicional marca Pontiac, lançada em 1926.” (PLANO..., 2009) O governo de Barack Obama disse que a revisão da GM reflete a sua preocupação em encontrar “um novo caminho de estabilidade financeira”. (PLANO..., 2009) Segundo esta reportagem, de 2008 até 2009, a GM recebeu US\$ 15,4 bilhões em empréstimos do governo para escapar da concordata enquanto ela tenta se reestruturar. No mesmo ano de 2009, “a montadora informou que precisará de mais US\$ 11,6 bilhões em empréstimos do governo para se manter operacional durante a reestruturação” (PLANO..., 2009).

Adotando a mesma estratégia junto ao governo, a Johnson & Johnson, fabricante norte-americana de produtos para saúde e higiene pessoal, tornou público em 2007 que reduziria 4%, o equivalente a 4.820 postos, do seu quadro geral mundial, de 120,5 mil empregados em 250 filiais. “A decisão faz parte de um plano de redução de custos com foco nas atividades farmacêuticas. A economia esperada é de US\$ 1,3 bilhão a US\$ 1,6 bilhão (sem a dedução dos impostos) em 2008.” Na época, o presidente da empresa, William Weldon, disse que a melhora na estrutura de gastos “permitirá a continuidade de investimentos e a rentabilidade futura” (JOHNSON..., 2007).

Em outros setores da economia a situação não é diferente. A Unilever, terceira maior companhia de alimentos e produtos de higiene e cuidado pessoal do mundo, revelou seu plano de redução de pessoal, com a previsão de cortar 20 mil empregos em uma tentativa de acelerar a recuperação de seus lucros. A empresa tenta se recuperar após choque sofrido com perdas de lucro em 2004, para a suíça Nestlé, em alimentos, e a Procter & Gamble, em produtos de higiene pessoal. “A Unilever divulgou [na época] que, além do corte de empregos, vai fechar ou modernizar cerca de 50 de suas 300 fábricas, e reduzir centros regionais de 100 para cerca de 25 em uma tentativa de economizar 1,5

bilhão de euros (US\$ 2,1 bilhões) por ano até 2010.” (UNILEVER..., 2007a). Segundo a assessoria da companhia, no Brasil não haverá cortes. O grupo anglo-holandês é mundialmente conhecido pelas marcas sabonete Dove, Omo, Chá Lipton, sabonete Lux (lançado em 1924), produtos Axe para homens, e alimentos como sopas Knorr. Ao todo a empresa conta com 400 marcas no mercado mundial e 180 mil empregados. (UNILEVER..., 2007a) A empresa divulgou que a reestruturação afetará cerca de 11% de sua força total de trabalho, ou seja, 20 mil empregos serão reduzidos nos quatros cantos do mundo. Segundo seu presidente, o francês Patrick Cescau, “A maioria das reestruturações diz respeito à Europa’ onde trabalham 44.000 empregados da empresa.” No ano de 2002, a Unilever contava com 247.00 empregados no mundo, contra 179.000 atualmente. A reportagem diz ainda que, sob a direção de Cescau, a empresa iniciou programa de redução pessoal administrativo e orienta estrategicamente sua produção e vendas para os mercados emergentes (UNILEVER..., 2007b).

O desemprego atingiu a classe trabalhadora mundial. Em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, cidade símbolo do atual, moderno e rápido progresso econômico capitalista, a crise também reverberou. Cidade onde cerca de 90% da população se constitui de estrangeiros, o desemprego se traduz em problemas individuais de grandes proporções, por conta das leis serem extremamente rígidas. Por exemplo, o não pagamento das prestações por aquisição de bens, pode levar à prisão. Com a economia em queda, os jornais informaram que mais de 3 mil carros estão parados no estacionamento do aeroporto de Dubai. Eles foram abandonados por estrangeiros que fugiram endividados para não serem presos por não pagarem suas contas. “Alguns teriam deixado seus cartões de crédito com limites estourados dentro dos veículos e bilhetes de desculpas fixados nos para-brisas” (WORTH, 2009). A questão do desemprego provoca uma recessão na economia local, os desempregados perdem o visto de trabalho e precisam deixar o país dentro de um mês. Essa situação tem como consequência a redução do consumo, os imóveis deixam de ser vendidos e diminuem os preços no mercado imobiliário, “causando uma espiral decrescente que deixou partes de Dubai - que já foi aclamada como a superpotência econômica do Oriente Mé-

dio - parecendo uma cidade fantasma”. (WORTH, 2009)

A questão do desemprego estrutural não atinge somente os trabalhadores braçais do chão da fábrica. A concorrência mundial conduzida pela disputa no mercado para desaguar mercadorias, onde se dá a realização dos lucros empresariais, torna também descartáveis os novos gestores do capital, que são os executivos, exigindo deles mais garra, agressividade e criatividade em lidar com a concorrência mundial. Lembra-se que essa situação de concorrência traduz-se em doenças pessoais, como foi demonstrado anteriormente. Uma pesquisa realizada, em 2004, pela consultoria americana Booz Allen, constatou que as demissões de altos executivos, presidentes de empresas, atingiram índices recordistas, quatro vezes maiores em comparação com o ano de 1995. Das 2500 empresas que compuseram o universo pesquisado, 350 presidentes foram demitidos, dos quais 111 demissões foram motivadas por mau desempenho ou por atrito com os conselhos de administração. Em números relativos, os estudos constataram que 14% das companhias de capital aberto pesquisadas substituíram seus chefes (BLECHER, 2005). Portanto, vê-se alto índice de instabilidade no emprego para os cargos de comando, os executivos, tornando-os também vulneráveis diante da concorrência desenfreada que se acirra ainda mais sob o capitalismo mundializado.

A realidade social mostra de vez sua face perversa e as instituições do Sistema Capitalcrático ainda insistem na manutenção do pacto com o Capital. No relatório sobre Tendências Mundiais do Emprego, divulgado em 25/01/2006, em Genebra, Suíça, a OIT, braço das Nações Unidas, admitiu que o crescimento econômico não é suficiente para gerar empregos. O relatório admitiu também que, apesar do crescimento do PIB mundial, em 2005, em torno de 4,3%, não foi suficiente para se transformar em melhorias de empregabilidade, e nem de trabalho decente com as devidas proteções sociais, muito menos tem sido o suficiente para diminuir a desigualdade social para retirar milhões de trabalhadores abaixo da linha de pobreza. Afirma o Relatório, que somente “14,5 milhões dos mais de 500 milhões de trabalhadores do mundo em condições de pobreza extrema conseguiram superar a linha da pobreza de 1 dólar/dia por pessoa” (OIT, 2006). Outra constatação,

afirma a OIT, “dos mais de 2,8 bilhões de trabalhadores no mundo em 2005, há 1,4 bilhão que não ganham ainda o suficiente para elevarem sua situação e de suas famílias para acima da linha de pobreza de 2 dólares diários, situação que perdura há 10 anos”. (OIT, 2006) No que diz respeito ao desemprego no mundo, a taxa permaneceu inalterada em 6,3%. “O número do total de desempregados se situou em 191,8 milhões de pessoas no final de 2005, um aumento de 2,2 milhões em relação a 2004 e de 34,4 milhões diante de 1995.” (OIT, 2006) Neste Relatório, a OIT destaca “*há mais desempregados do que nunca houve antes*” (OIT, 2006, grifo nosso) Ele destaca, também, que o jovem, compreendido de 15 a 24 anos, tem a probabilidade três vezes maior de ficar desempregado em relação aos adultos, tratando também de um problema emblemático no que diz respeito ao futuro do emprego. Nas tendências regionais, como na América Latina e Caribe, o número de desempregado aumentou em 1,3 milhão de pessoas, e a taxa de desemprego aumentou de 0,3% até 7,7%, entre 2004 e 2005. Além desses problemas de ordem socioeconômica, este Relatório admite, talvez pela primeira vez, *que as catástrofes naturais têm causado maiores impactos para os trabalhadores pobres do mundo*. Segundo comentários do então diretor geral da OIT, Juan Somavia,

As transformações econômicas e as catástrofes naturais golpeiam de maneira desproporcional os que já são pobres e que, nos processos de recuperação, são os últimos a restabelecer-se. O modelo atual de globalização continua produzindo um impacto desigual na sociedade, já que alguns experimentam uma melhoria em seus níveis de vida enquanto outros são deixados para trás. (OIT, 2006)

Porém, não se pode esquecer que estas catástrofes não são somente de causas naturais, mas também são de ordem antrópicas.

Este relatório da OIT comprovou mais uma vez, como admite o seu então diretor geral, Juan Somavia, “que o crescimento econômico não é capaz de satisfazer por si mesmo às necessidades mundiais de emprego. Isto está atrasando a redução da pobreza em muitos países.” (OIT, 2006) Porém, a saída apontada, e não poderia ser de outra maneira, é a mesma. A OIT, por ser uma instituição criada pelo Sis-

tema Capitalcrático, defende a alternativa que acompanha a lógica da funcionalidade própria interna do sistema, enquanto uma instituição que busca o consenso e a reprodução ideológica defendendo possíveis saídas a partir do ponto de vista do capital. A socialdemocracia, por meio da ação de políticas públicas, mesmo diante da crise estrutural, continua defendendo o que a história já comprovou, isto é, o Sistema do Capital não distribui a riqueza produzida de forma equânime, a desigualdade social sempre foi sua característica funcional durante seu processo de ascensão histórica. Ao contrário, o capitalismo concentra riqueza e provoca problemas sociais com menos impactos nos modos de produção anteriores. Com o capitalismo, esses problemas se transformam nos mais cruéis dos flagelos humanos, no aumento da fome, no aniquilamento dos sujeitos e na degradação ambiental. Segundo Somavia, “Estamos enfrentando uma crise mundial do trabalho de proporções enormes, e um déficit de trabalho decente que não vai ser resolvido sem que se faça alguma coisa. São necessárias novas políticas e ações para enfrentar estes problemas” (OIT, 2006). Ele admitiu que a saída tem o emprego como ponto principal das políticas públicas do Estado, para as soluções dos problemas. Com este Relatório, admite a OIT, “ampliou-se a certeza de que a redução da pobreza pode ser alcançada somente através da criação de mais e melhores trabalhos, especialmente na África. Uma maior consciência da importância de colocar o emprego como o ponto principal da formulação de políticas públicas, promovida pela Cúpula das Nações Unidas em 2005, é um importante objetivo a ser perseguido”, afirmou o então diretor geral da (OIT, 2006). O que se observa é que, além da defesa insistente em torno da empregabilidade na forma capitalista de gerenciar o trabalho para extração da mais-valia, a precariedade do trabalho configura-se atualmente no que Marx havia previsto alienação total do sujeito trabalhador, nos seus aspectos físico e espiritual, tendo em vista o caráter impositivo e destrutivo do Sistema Capitalcrático sobre os indivíduos assalariados.

Apesar de inúmeras iniciativas das instituições funcionais ao Sistema, a classe trabalhadora, desde o início do modo de produção capitalista, sofre as consequências da exploração no processo de trabalho.

No período colonial, resultante de expansão do Sistema para acumulação nas metrópoles, o trabalho foi utilizado na forma mais aviltante da condição humana, configurado no trabalho escravo explorado pelo período de 400 anos, imposto arbitrariamente sob o chicote dos senhores. Desde então, apesar de inúmeras leis nacionais e convenções internacionais, a forma de escravidão está longe de se tornar coisa do passado. As tentativas ilusórias de tornar essa condição menos hostil aos olhos de nossa época tem levado as instituições funcionais a burlarem seus discursos, substituindo a aspereza da condição escrava pela condição de trabalho indecente. Como se algum dia, sob o capitalismo, o trabalho tenha sido alguma vez decente.

Com esse discurso polido, a OIT investe em ações por meio de convenções e orientações aos países membros da ONU para que fortaleçam o Estado no sentido de ampliar o “trabalho decente”. Segundo a instituição, a globalização, apesar de se apresentar com inúmeras oportunidades, não resultou em melhorias para a população e nem em democratização de acesso ao emprego decente. Na América Latina são 18,3 milhões de desempregados, segundo seus dados. Para isso, o Estado deve garantir o respeito à legislação trabalhista, erradicar o trabalho infantil e degradante e possibilitar o respeito aos princípios de liberdade sindical. “Há uma crise global de emprego que ameaça a democracia, porque mina o pacto social”, sentencia a socióloga Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no Brasil (GOMES, 2006). Nas suas próprias palavras, “o crescimento da economia mundial, registrado nos últimos anos, não foi acompanhado pelo fortalecimento de instituições econômicas e sociais que poderiam regular os mercados”. (GOMES, 2006)

Apesar da crença da OIT em resolver o problema do emprego pela intermediação do Estado, com a crise econômica fica mais evidente a distância dessa solução, como se observa na depressão que vem ocorrendo desde que estouraram as bolhas financeiras com a especulação. As políticas públicas se tornam inócuas diante da estrutura macroeconômica do capital, como se pode observar nos dados seguintes.

A recessão que se iniciou nos EUA, em dezembro de 2007, com a crise financeira que estourou em outubro de 2008, e como tentativas

de as empresas se recuperarem do choque que tiveram no seu início, a saída clássica que adotaram foi a reestruturação produtiva, configurada no enxugamento dos postos de emprego. De início, a primeira iniciativa é recorrer ao manto sagrado do Estado para proteger o capital, como podemos perceber no significativo papel do Estado-Nação a serviço do capital, como Marx escreveu, nesse momento em que a crise do capital mostra-se como crise estrutural, contrariando os preceitos neoliberais defendidos ideologicamente. A não regulação do mercado pelo político, pelo Estado, defendida pelo neoliberalismo, mostra sua face, e o que aparece por trás é a regulação pelo capital da sociedade. O capital não admite controle social (MÉSZÁROS, 1987), por que ele é o próprio controle, na hierarquia do seu exercício de poder, da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, ou seja, o poder do capital sobre o trabalho. Ao mesmo tempo, acontece a redução do quadro de trabalhadores como saída da crise, como se observa nos dados seguintes.

A crise econômica mundial caracterizada em 2008, que não deixa de ser apenas uma manifestação mais aguda da crise estrutural do capital, atingiu fortemente todos os países no mundo, e atingiu com igual força os empregos urbanos na América Latina e no Caribe. Tendo por base o Panorama Laboral, estudo feito anualmente pela OIT, tinha-se como expectativa que cerca de 2,4 milhões de trabalhadores perderiam os empregos naquele ano na região, as mulheres e os jovens seriam os que mais sofreriam esses impactos. “Desde 2003, quando o nível de desocupação na América Latina e no Caribe atingiu o patamar de 11,2%, o indicador vinha caindo e chegou a 7,5% no último ano.” (OIT, 2009a) Segundo o estudo, o aumento consecutivo do número de postos de trabalho, provocado pelo crescimento econômico da região, que em 2008 teve o índice de 4,6% de crescimento econômico, deverá desacelerar para 1,9% em 2009, contribuindo para o aumento do índice de desempregados, naquele ano era calculado em de 15,7 milhões. “Com isso, a taxa de desocupação da população economicamente ativa nas cidades pode voltar aos 8,3% de 2007” (OIT, 2009a).

Devido à crise econômica mundial que provocou a diminuição das exportações chinesas e fechou fábricas, 20 milhões de chineses perderam seus empregos nos últimos meses. As avaliações aponta-

ram que esse número naquele ano tenha crescido, de mais seis milhões de desempregados nos centros urbanos, onde o governo temia por ondas de protestos.

Segundo as estimativas oficiais, cerca de 15% dos 130 milhões de migrantes tiveram que voltar para a zona rural por não encontrarem emprego. As demissões, afirmou Chen Xiwen, diretor do órgão do governo de políticas rurais, foram resultado direto da crise global e do seu impacto na indústria chinesa voltada para a exportação. Ele disse ainda que o aumento do desemprego será um desafio para a estabilidade social. (COM CRISE..., 2009)

Segundo a OIT, o desemprego ameaça a estabilidade global. “Desde advogados em Paris até operários de fábricas na China e seguradoras na Colômbia, as fileiras dos desempregados estão inchando rapidamente em todo o mundo”, afirmou *New York Times*. (DESEMPREGO..., 2009a). As perdas de empregos decorrentes da recessão que iniciou nos EUA em dezembro de 2007 podiam atingir o patamar de 50 milhões até o final de 2009, em todo o mundo, conforme estimativa da OIT. A crise, na época, resultou em perda de 3,6 milhões de empregos nos Estados Unidos. Segundo a reportagem, os altos índices de desemprego, atingindo principalmente os trabalhadores mais jovens, têm provocado protestos em diversos países como Letônia, Chile, Grécia, Bulgária e Islândia e contribuíram para greves no Reino Unido e na França. E segue dizendo que a rapidez do desemprego tem pegado de surpresa os governos.

“Em economias emergentes como as da Europa Oriental, teme-se que o desemprego crescente possa incentivar um afastamento da política de livre mercado, pró-ocidental, enquanto, nos países desenvolvidos, pode reforçar o protecionismo”, calcula o jornal. (DESEMPREGO..., 2009a). Segundo Charles Collyns, vice-diretor do departamento de pesquisas do FMI, a instituição presumiu que, até o final daquele ano, o desenvolvimento econômico mundial alcançasse o nível mais baixo desde a Grande Depressão dos anos 1930. Conforme análise do Fundo, “o crescimento mundial ‘virtualmente parou’, e a previsão é de que as economias desenvolvidas encolham 2% neste ano.” (DESEM-

PREGO..., 2009a) “É a pior situação desde 1929”, disse o então ministro do Emprego da França, Laurent Wauquiez. “O que é novo agora é que a situação é global, e estamos sempre falando sobre isso. Está em todos os países.” (DESEMPREGO..., 2009a) Até na Ásia, mesmo que não tenha sido prejudicada substancialmente com a crise financeira de alto risco estadunidense, fábricas estão sendo fechadas na China continental e milhões de trabalhadores estão perdendo seus empregos. As manifestações e protestos por empregos também vem ocorrendo na China, nas fábricas, porque estão sendo atingidas pela diminuição de suas exportações. O protecionismo vem encontrando eco entre os trabalhadores assustados pelo desemprego, afirmou o jornal.

No Reino Unido, empregados de refinarias e usinas elétricas fizeram greve em protesto contra o uso de trabalhadores da Itália e de Portugal numa obra. A expectativa é de que até meados do ano que vem o desemprego no Reino Unido chegue a 9,5%, contra 6,3% no momento; na Alemanha, pode subir de 7,8% para 10,5%. Mesmo a Índia estancou. Cerca de 500 mil pessoas perderam seus empregos entre outubro e dezembro do ano passado (DESEMPREGO..., 2009a).

O desemprego na Europa, principalmente, apresenta índices elevados. O índice de desemprego registrado em abril de 2009, na Zona do Euro²⁸, ficou em 9,2%, um nível recorde desde setembro de 1999, segundo o Eurostat (órgão estatístico da UE). Em números absolutos significam que 14,5 milhões de trabalhadores ficaram desempregados, perda provocada pelo impacto da *Crise Financeira*. Nos 27 países que compõem a União Europeia, a taxa de desemprego em abril de 2009 atingiu o índice de 8,6%. O volume de pessoas desempregadas da região, em número absoluto, é de 20,8 milhões. Entre esses países da UE, a Espanha é o que vem apresentando maiores taxas de desemprego

28 A Zona do Euro compreende um grupo de 16 países da UE (União Europeia) que adota o Euro como moeda única. A UE constitui-se de 28 países. A zona do euro é atualmente formada por Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta e Portugal. A União Europeia inclui, além destes, Bulgária, Dinamarca, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Polónia, Eslováquia, Hungria, Romênia, Estônia, Lituânia e Letônia.

go, com 18,1%. As previsões da Comissão Europeia – braço executivo da UE – não são animadoras, elas preveem que a taxa de desemprego na Zona do Euro feche o ano [de 2009] em 9,9% e subindo, ainda mais, para 11,5% em 2010 (DESEMPREGO..., 2009b).

Os problemas com o desemprego estão atingindo principalmente os países com economias mais sólidas tradicionalmente, que obtiveram maiores êxitos econômicos no pós-guerra, como é o caso do Japão. A falta de perspectiva de trabalho para os jovens está criando os parasitas solteiros. O desemprego no Japão também vem atingindo os mais jovens e aparecem novos fenômenos sociais, como destacou o sociólogo Masahiro Yamada, professor na Universidade Gagukei em Tóquio, que constatou ser a atual juventude japonesa, a primeira, desde 1945, a não ter emprego pela vida toda. Essa situação está causando o fenômeno que chamou de *parasite singles* (solteiros parasitas). Segundo ele, são consequências da crise econômica dos anos 1990. Ao todo, são dois milhões. “Não há mais empregos estáveis para eles e começam a não acreditar no futuro. Um terço deles diz não ter expectativas de futuro. Vão trocando de empregos simples, quase todos descontínuos e mal pagos.”, afirma o sociólogo. (LUNA, 2007)

Esses jovens, “São muito fechados. Os pais são a previdência social desses dois milhões de jovens. Garantem a eles casa e comida. O problema será quando eles desaparecerem e os filhos já tiverem passado dos 40 anos. Começamos a ter os primeiros casos. Todo mês se descobre algum jovem que tentou ocultar a morte de seus pais para continuar recebendo a pensão.” (LUNA, 2007) No que diz respeito à coesão social, única que caracteriza o Japão, Yamada disse que

O país como um todo não perderá a cultura do esforço, simplesmente terá um grupo numeroso que vive um pouco à margem da sociedade, onde até agora não existe criminalidade. Enquanto os pais viverem não há problema. Mas temo que depois sim, haverá, como acontece em outros países desenvolvidos. Um dos riscos é que esses jovens sem emprego fixo tendem a ser muito nacionalistas, pensam que o mundo globalizado é o que lhes tirou o emprego seguro e estável de que gozaram as gerações anteriores de japoneses (LUNA, 2007).

Como consequência da crise financeira, a fabricante finlandesa de telefones celulares Nokia anunciou, em 17/03/2009, que demitirá mais de 1.700 funcionários em todo o mundo, como parte de seu plano de redução de gastos. A companhia opera ainda na China, EUA, Índia, Alemanha, Reino Unido, Hungria, México e Coreia do Sul. Segundo o então diretor de comunicação da empresa, Arja Suominen, essa redução do quadro de funcionários integra o plano de corte de custos em pelo menos 700 milhões de euros (US\$ 911 milhões) nos próximos dois anos. Esses cortes decorrem da queda de seu lucro que caiu em 32% no quarto trimestre de 2008. (NOKIA..., 2009)

A OIT previu aumento de mais 50 milhões de desempregados durante o ano de 2009, segundo documento apresentado na reunião do dia 30/03/2009, em Roma (Itália), dos ministros de Trabalho dos países que compõem o G8 (Grupo dos sete países mais desenvolvido e a Rússia). O diagnóstico apresentado decorreu do estudo realizado pela instituição que concluiu que “existe um risco de recessão prolongada no mercado do trabalho por causa da crise e poderá se prolongar durante quatro ou cinco anos depois da recuperação econômica”. (OIT..., 2009)

O desemprego no capitalismo gera diversos problemas socioeconômicos, dentre eles, a inadimplência. As pessoas que perdem seus empregos ficam impossibilitadas de honrar suas dívidas, e a inadimplência passa ser um fenômeno com mais visibilidade nestes tempos da repercussão da crise estrutural, o que ocasiona, para o sistema capitalista, problemas que implicam diretamente no seu funcionamento. Tal como a redução do consumo e o não pagamento das dívidas. Na Espanha, que apresenta um dos maiores índices de desemprego da União Europeia, a inadimplência já se apresenta como um grave problema de ordem econômica. Assim como foi ela que ocasionou e estourou a crise do setor imobiliário nos Estados Unidos, quando os compradores, devido à alta de desemprego, não conseguiram pagar mais as prestações da casa própria. A crise que está deixando os espanhóis sem emprego e sem dinheiro também os deixa sem condições de honrarem suas dívidas. Segundo a BBC, o número de inadimplentes na Espanha triplicou nos primeiros nove meses de 2008, em relação, ao ano de 2007. “De acordo com a Associação Nacional de Estabeleci-

mentos Financeiros de Crédito (ASNEF, na sigla em espanhol - equivalente ao SPC e ao Serasa), 4,7 milhões de dívidas estavam pendentes até o fim de setembro - um aumento de 38% neste ano e que deve chegar aos 70% em dezembro”. (INADIMPLÊNCIA..., 2008).

Para Marx, um dos aspectos essenciais do capital é que ele tem que ser acumulado, independentemente das preferências subjetivas dos capitalistas. Portanto, o capitalista não tem necessariamente consciência do que faz, ele segue as determinações do capital, que exige concorrência. Como o capital é valor que se expande a si mesmo, seu valor deve ao menos ser preservado, mas por força da concorrência, somente a preservação não é possível: ela exige que o capital se expanda. No capítulo XXIII d’*O Capital*, Marx analisa os efeitos da acumulação capitalista sobre a classe operária. Com a introdução da maquinaria e da produção mecanizada, outros métodos de produção utilizam formas extremas de exploração a fim de continuarem competitivos. É a própria produção mecanizada que cria um exército industrial de reserva e, com ele, a Lei de Acumulação Capitalista: “O mecanismo de produção capitalista e de acumulação adapta continuamente esse número [de trabalhadores] e essas necessidades [de expansão do capital]. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo. (COGGIOLA, 2005)

6.5.2 A equalização mundial da precarização do trabalho

Doenças e mortes no trabalho

A China é o país que mais cresce no mundo e já é considerada a segundo maior economia do globo. “O crescimento chinês de 2006 é o mais alto dos últimos 12 anos no país asiático, publicou hoje o jornal oficial “China Daily”.”(APÓS..., 2007) “Nos últimos dois anos, o Executivo chinês se comprometeu a reduzir o ritmo de crescimento da economia em prol de reformas sociais que aliviem as tensões vividas pela população em um abismo econômico cada vez mais profundo”. (APÓS..., 2007)

O capitalismo nunca foi capaz de oferecer qualidade de vida a todos ou a maioria, tendo em vista o aviltamento do trabalho que precariza a vida social e nesse momento de sua crise estrutural os indicadores de precarização do trabalho tornam-se mais significativos. Na crise, empresas poderosas que vinham frequentemente recebendo críticas por parte dos consumidores para eliminarem os efeitos impróprios do trabalho na Ásia, continuam e intensificam o abuso de trabalhadores. Empresas chinesas fornecedoras de empresas ocidentais rotineiramente enganam seus trabalhadores nos salários e “os expõem a maquinário perigoso e produtos químicos nocivos, como chumbo, cádmio e mercúrio, e suspendem benefícios de saúde”, afirmou o então correspondente, na China, do *The New York Times*, David Barboza. Diz o Jornal que “enquanto consumidores americanos e europeus se preocupam com a exposição de seus filhos a brinquedos fabricados na China que contêm chumbo, os trabalhadores chineses, frequentemente, com idades a partir de 16 anos, enfrentam riscos bem mais sérios.” (BARBOZA, 2008) Segundo o jornal, “na região do Delta do Rio Pérola perto de Hong Kong, por exemplo, os funcionários de fábrica *perdem ou quebram cerca de 40 mil dedos no trabalho a cada ano*, segundo um estudo publicado há poucos anos pela Academia de Ciências Sociais de Xangai” (BARBOZA, 2008, grifo nosso).

O processo de extração da mais-valia não tem limites e os trabalhadores são explorados até ficarem doentes, dilacerados ou mortos na produção de mercadorias para o processo de acumulação capitalista. “Em 2007, fábricas que forneciam para mais de meia dúzia de corporações, incluindo Wal-Mart, Disney e Dell, foram acusadas de práticas trabalhistas injustas, incluindo a exploração da força de trabalho infantil, jornadas de trabalho obrigatórias de 16 horas por dia em linhas de montagem rápidas e de pagarem aos trabalhadores menos que o salário mínimo. “O salário mínimo nesta parte da China é de cerca de 55 centavos de dólar por hora”, afirmou o jornal. (BARBOZA, 2008).

A exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas, segundo Marx, ocorre pela extração da mais-valia absoluta e relativa. A mais-valia absoluta corresponde ao aumento da jornada de trabalho para a produção, e a mais-valia relativa resulta na intensificação da produção

com a introdução de novas tecnologias, resultando imediatamente na atrocidade a que submetem os trabalhadores para aumentarem suas lucratividades. O Estado permanentemente faz esse papel, flexibilizando as leis trabalhistas, sempre a serviço da acumulação do capital. Hoje é recorrente a utilização dos jovens em estágios, incentivada pelas universidades e escolas do Ensino Médio, que recebem salários menores com pouca ou quase nenhuma proteção social. Observa-se a substituição dos trabalhadores formais por esse tipo de força de trabalho mais barata. Com isso, o artifício do estágio se transformou em um excelente *exército de reserva* para as empresas, transformando em importante fonte de extração da mais-valia para maior lucratividade de forma legal. O jornal *Le Monde* destacou matéria sobre o assunto denunciando que as empresas francesas estão transformando os estágios em uma “moderna forma de semi-servidão disfarçada, que beneficia as empresas sem garantias de efetivação” dos funcionários (POTET, 2005).

Outro fato que o jornal destacou trata dos baixos salários pagos pelos novos Estados membros da União Europeia. Uma pesquisa conduzida sobre esse tema por Daniel Vaughan-Whitehead, na época, era economista encarregado das políticas salariais e das condições de trabalho junto à OIT, em Genebra, na Suíça, chegou à conclusão de que o mínimo que se pode dizer “é que o resultado é arrasador”. (VAUGHAN-WHITEHEAD apud BEUVE-MÉRY, 2005) A análise se concentrou em empresas grandes e pequenas do setor público e privado, que pertenciam a capitais nacionais ou estrangeiros de dez novos Estados incorporados à EU. E a conclusão a que chegaram foi a de que a taxa de desemprego permanece relativamente elevada e os salários relativamente reduzidos. Por outro lado, a pesquisa revelou as más condições de trabalho impostas aos assalariados. A maioria desses países, se caracteriza por manter durações de trabalho extensas e “essa importante carga horária vem acompanhada por uma menor retribuição das horas suplementares, isso quando ela não é inexistente”, conclui os pesquisadores (BEUVE-MÉRY, 2005). Eles registraram também o aumento do trabalho independente e progressão do trabalho em tempo parcial, bem como empregados com contratos múltiplos com o mesmo empregador em diversos países da Europa. O primeiro

contrato “é enquadrado pelo código do trabalho, o segundo, em contrapartida, se refere apenas ao direito civil.” Esses tipos de assalariados submetidos a estes contratos civis aumentou de 5% para 11% na Estônia. (BEUVE-MÉRY, 2005)

Um grande número de empresas de capitais estrangeiros instaladas nos países da Europa central recorre regularmente aos contratos múltiplos, assim como às horas suplementares. Este fenômeno parece ter se alastrado de maneira considerável na Polônia, na Hungria e, sobretudo, nos três Estados bálticos. Essas empresas também são as que praticam com maior frequência o regime de trabalho “anti-social”: é freqüente encontrar supermercados ou hipermercados abertos sete dias por semana e 24 horas por dia.

Entretanto, a contestação social permanece reduzida. Existe uma individualização muito forte dos comportamentos e uma aceitação do modelo liberal dominante. Pouquíssimos são os jovens assalariados filiados a algum sindicato. De maneira geral, estes últimos são fracos por continuarem a serem associados com a imagem do antigo regime. (BEUVE-MÉRY, 2005)

A guerra mundial pela prosperidade ganha força com a globalização e os salários ficam cada vez mais reduzidos no Ocidente, afirma Gabor Steingart do *Der Spiegel* (STEINGART, 2006). Isto é precisamente o que distingue a atual globalização do comércio entre as nações do passado, o império colonial e o capitalismo industrial de meados do século XIX. Pela primeira vez na história, um sistema econômico altamente homogêneo se desenvolveu, abrangendo todos os fatores de produção. Capital, matéria-prima e mão de obra são negociados como prata e seda eram no passado.

Na Índia, um dos países emergentes na globalização, que compõe o BRIC, a prosperidade econômica não beneficia a classe trabalhadora, como se observa no processo de expansão externa e interna capitalista, progresso com acumulação e centralização na classe capitalista. Os 95% da força de trabalho estão na informalidade e os direitos trabalhistas não se ampliam com o progresso econômico atual. (THIBODEAUX; COX, 2008).

No Japão, devido à forte cultura do trabalho forjada na sua reconstrução no pós-guerra, a morte súbita por excesso de trabalho é muito conhecida e tem o nome de *karoshi*. Essa morte decorre de extenuantes jornadas de trabalho a que são submetidas os japoneses. A questão voltou a ter repercussão pelo fato de a Justiça do Trabalho, nos tribunais, ter dado ganho de causa a duas vítimas recentes de doenças e morte causadas por excesso de trabalho. Um desses ganhos de causa foi para um homem que trabalhou 61 horas ininterruptas. Ele tinha 49 anos e a avaliação do Comitê de Apelos do Departamento de Inspeção do Trabalho disse que “o trabalhador foi submetido ao que se considerou um ‘acúmulo de fadiga’, de proporções arriscadas para a saúde de uma pessoa.” Na época, a viúva recorria em instâncias superiores para receber a indenização (GUIMARÃES, 1997).

O *karochi* que, há décadas surgiu no Japão, agora também atingiu a China, ameaçando a saúde de milhões de trabalhadores submetidos ao esgotamento acumulado ao tentar acompanhar o ritmo acelerado da economia do gigante asiático, que vem tendo um espantoso crescimento econômico de 9,5% ao ano, em média, na última década. O *Karoshi* era um fenômeno pouco conhecido na China, mas passou a ser conhecido como *Guolaosi*, em mandarim, a partir desse progresso econômico inaudito. Esse fenômeno “começou a se transformar em motivo de preocupação para os chineses, que até 20 anos atrás tinham trabalho, moradia e alimentação garantidos pelo governo por toda a vida” (MORTE..., 2005).

O crescimento econômico chinês oferece inumeráveis oportunidades, mas também gera um grande peso sobre os ombros da população, disse o especialista da área, Xu Yan, da Universidade Normal de Pequim, à *EFE*. “Com o aumento do nível de vida, a pressão diária em casa e no trabalho se multiplicou, o que provocou a disparada dos números de fadiga crônica, hipertensão, câncer, problemas mentais (que já atingem 16 milhões de chineses) e divórcios, um fenômeno bastante comum”. (MORTE..., 2005) Em Pequim, segundo os dados apresentados pelo especialista, a população economicamente ativa apresenta “saúde pior do que o desejável”: Pequim, 75%; Xangai, 73,49% e Cantão, 73%. “O intenso ritmo de trabalho, as grandes mudanças

e a forte pressão são três fatores determinantes para o esgotamento físico e psicológico. Quase todo mundo sofre a pressão causada pelo rápido desenvolvimento econômico”, disse à *EFE*. (MORTE..., 2005). Segundo Yan, muitos profissionais acabam debilitando sua saúde por temerem perder ou desperdiçar as possibilidades que a transição chinesa oferece para melhorar sua carreira e posição econômica. A doença *Guolaosi* começou a chamar atenção após a morte de algumas celebridades chinesas, nos meses de agosto e setembro de 2005, entre elas, “a comediantes Gao Xiumin sofreu um ataque de coração aos 46 anos; um câncer de fígado tirou a vida do ator Fu Biao (40 anos) e uma doença matou Ted Sun, diretor-executivo da empresa de internet NetEase, aos 37 anos.” (MORTE..., 2005) Após esses fatos, um deputado da Assembleia Nacional Popular da China propôs uma lei para prevenir o problema. “O segredo para mudar o estilo de vida é deixar de viver apenas para trabalhar”, recomenda o professor (MORTE..., 2005).

Nesse mundo de produtivismo capitalista que não poupa ninguém e que se transformou com a crise estrutural em uma máquina mortífera que debilita a saúde, dilacera e mata as pessoas no seu processo de produção, a incorporação das mulheres na produção faz com que elas se tornem ainda mais vulneráveis no contexto deste modelo. Uma pesquisa realizada pelo University College de Londres, divulgada em 2005, apontou a vida atribulada em decorrência do trabalho, como um dos motivos da perda da libido por parte das mulheres. “A auto-exigência a que se submete hoje o sexo feminino pode nocautear o peso mais pesado. A “supermulher” em geral tem um salário do qual não pode prescindir - mas não pode se permitir descuidar dos filhos, da casa, do parceiro, dos pais... e cuidado com a aparência física!” (CHAVARRIA, 2005).

O aumento da escravidão mundial

A exploração capitalista não respeita as tentativas de constrangimentos legais ou pouco limitados pelas leis do Estado, que está a seu serviço, e diante da Crise Estrutural que intensifica o aumento da escravidão no mundo. Muitos, não podendo mais vender somente sua força

de trabalho, agora se vendem a si próprios por meio de uma decisão de necessidade coagida ou coercitiva, ou por via das armadilhas adotadas também de forma coercitiva ou por convencimento de arregimentadores em diversos países. Um estudioso sobre o assunto, mais especificamente sobre a escravidão sexual, desenvolveu e abordou o tema, não da forma como é feito normalmente, como direitos humanos, mas na sua variável econômica, e constatou que se trata de um negócio com alto índice de lucratividade, segundo apurou com a metodologia econômica adotada. “A escravidão sexual é um negócio como outro qualquer e, para combatê-la, o modo mais eficaz é atacar o problema pelo lado econômico”, disse Siddharth Kara, autor de *Sex Trafficking - Inside the Business of Modern Slavery* (Tráfico Sexual - Por Dentro do Negócio da Escravidão Moderna, Columbia University Press, 2009). Em entrevista dada à *Folha de São Paulo*, ao jornalista Pedro Dias Leite, em Londres, publicada em 10/02/2009, o autor aborda a questão da escravidão sexual e analisa-a pelas leis do mercado da oferta e da procura e do primado econômico da equação custo-benefício, para o cálculo do lucro objetivado. A sua análise advém de 400 entrevistas realizadas em 14 países, durante seis anos, e os resultados foram esses: “existem 29 milhões de escravos no mundo, 1,3 milhão explorados sexualmente. Apesar de responderem por 4% do total, sua atividade gera 40% dos lucros da escravidão moderna atualmente. Por ano, ao menos 500.000 novas pessoas são vítimas de tráfico sexual.” (LEITE, 2009)

Conforme disse Siddharth Kara, a “Escravidão é obviamente uma violação dos direitos humanos, mas é também fundamentalmente um crime econômico, que procura maximizar os lucros ao diminuir os custos do trabalho. Para entender, analisar e combater a escravidão moderna, até agora não tinha sido feito um estudo econômico do problema, o que resulta em políticas falhas e desordenadas” (LEITE, 2009). Segundo seus estudos, o lucro líquido da escravidão sexual em alguns países chega a ficar entre 65 e 75%, mas se for contextualizada com outras formas de escravidão, a margem total fica em torno de 60%. O autor disse ainda que o cálculo a que chegou foi de que a escravidão sexual mundial tem uma taxa anual de crescimento de 3,5%, enquanto as outras formas crescem 0,5 a 1%. Segundo Kara, “O

lucro total gerado por todas as formas de escravidão em 2007 foi de US\$ 91,2 bilhões. O de escravidão sexual foi US\$ 35,7 bilhões, quase 40%” (LEITE, 2009).

“O trabalho liberta” dizia o infame *slogan* no portal de entrada do campo de concentração de Auschwitz, onde os nazistas enclausuraram, entre 1941 a 1943, aproximadamente 17 mil judeus da Cracóvia. Esse *slogan* continua a ser imposto ideologicamente de várias formas pela imprensa e governos de todas as nações do mundo. Não poderia ser diferente, os campos de concentração nazistas mostraram que o Sistema Capitalcrático extrapola qualquer princípio humanitário e ficou comprovado que o trabalho, para o capital, é fonte de onde extrai toda a riqueza. Por isso, faz-se necessário inculcar cotidianamente por meio da mídia, instituições educacionais e culturais, a cultura do trabalho para que seja incorporada pela classe trabalhadora e internalizada pelos indivíduos como sendo a forma de sua libertação (CORRÊA, 2002). Mas, como escreve Marx, o trabalho sob a administração capitalista se transforma na sujeição dos trabalhadores e de seu próprio empobrecimento e aniquilamento, como vem sendo demonstrado pelos diversos dados que estão sendo aqui apresentados.

O trabalho como fonte da exploração capitalista atinge dimensões inimagináveis e o trabalho destinado aos que perderam a liberdade, tal como se apresentava na escravidão da Grécia Antiga, é redescoberto, atualmente, como fonte de lucratividade de forma legal. Não é de se admirar que essa seja a forma reservada para a classe trabalhadora: o seu próprio encarceramento, para sujeitá-la ao trabalho forçado. Isso fica mais claro ainda, ao se observar os índices de escravidão que aumentam em escala mundial e na exploração de presos, como no caso que exporemos a seguir.

Na paróquia de East Carroll, condado do Estado de Louisiana, EUA, 10% de sua população é composta de presidiários, a maior parte de sua força de trabalho. Trata-se de o Estado com maior índice de encarceramento do país. Apenas o Estado de Louisiana permite que os cidadãos usem o trabalho de presos, sob a supervisão dos delegados locais. A força de trabalho dos presidiários é utilizada para fazer churrascos, eventos esportivos, funerais, cavar covas, consertar igrejas, ar-

rumar estradas, serviços em escolas particulares, em todos os setores da economia local. “Eles são ridicularmente baratos, algumas vezes gratuitos, sempre complacentes, prontos e descartáveis. É um arranjo ideal, dizem muitos no condado” (NOSSITER, 2006). “Você liga para eles, deixa-os no local de trabalho e os pega à tarde”, conta Paul Chapple, proprietário de um posto de gasolina (NOSSITER, 2006). Como resultado disso, diz Nossiter, “é aqui que a cultura da prisão alcança sua síntese final com a economia local. O sistema carcerário converte um segmento substancial da população em um bem que está em falta - mão de obra barata - e os presos locais são integrados em todos os aspectos da vida econômica” (NOSSITER, 2006). Segundo o jornalista, “A idéia é antiga”, tratando-se de “um estranho vestígio do sistema de aluguel de presidiários abusivo que começou no Sul, em torno da Reconstrução” (NOSSITER, 2006). Mas, também, é “um resultado da prática em Louisiana de lotar as prisões dos condados - muito mais que em qualquer outro Estado. Em nenhum outro lugar, o delegado teria tantos presos à mão, criando um potencial instrumento político na época de eleições e uma base para sua popularidade” (NOSSITER, 2006).

Algumas vezes os presidiários recebem um salário mínimo, como recebem os que são tutelados pelo delegado Brown. “Mas quando o delegado retira sua parte, que inclui alojamento, transporte e roupas, eles ficam com menos da metade disso, dizem os presos” (NOSSITER, 2006). Nas conversas entre a população local, é recorrente a brincadeira de “alugue um preso”, diz Michael Brewer, advogado e ex-defensor público em Alexandria, no centro de Luisiana (NOSSITER, 2006). “Há algo ofensivo nisso. É quase uma forma de escravidão”, afirma ele (NOSSITER, 2006). “Fui a festas onde as pessoas riam sobre isso”, disse Jacques Roy, outro advogado de Alexandria. “As pessoas em Alexandria pedem isso. É mais barato”. Os prisioneiros não são obrigados a trabalhar, mas, para muitos deles, é a “oportunidade de sair da prisão lotada, ao menos durante o dia”, e a recusa tem repercussões negativas para o preso, afirma o advogado Brewer (NOSSITER, 2006).

Segundo a reportagem, “Quase metade dos prisioneiros de Louisiana é alojada em pequenas prisões municipais. Isso evita que o Estado tenha que construir novas prisões e gera lucros para os delegados

do estado, bem compensados pelo privilégio” (NOSSITER, 2006). “Estão fazendo muito dinheiro”, disse Bruk Foster, ex-professor de justiça criminal da Universidade de Louisiana-Lafayette, e autor de um livro texto recente: “Corrections: The Fundamentals” (Correções: os fundamentos). “Os delegados recebem US\$ 22,39 (em torno de R\$ 50) por prisioneiro, por dia, para acomodá-los em instalações rudimentares” (NOSSITER, 2006). As igrejas também são beneficiárias agradecidas. “Eles me enviam prisioneiros por um mês” para tarefas domésticas na Primeira Igreja Baptista, disse Reynold Minsky. “Tudo totalmente gratuito”, acrescentou Minsky. “É realmente um bom acordo. Todo mundo sai feliz” (NOSSITER, 2006). Muitos aqui veem os prisioneiros essencialmente como bens, que podem ser devolvidos às prisões quando acaba a colheita e a necessidade de mão de obra é reduzida. “Uma coisa boa é que, no inverno, você pode trancá-los – colocá-los no armário”, disse Billy Travis, agricultor e comissário do condado. “Chamo de congelamento profundo” (NOSSITER, 2006).

No relatório global lançado pela OIT, em Brasília/DF, em maio de 2005, a instituição internacional revela que 12,3 milhões de pessoas vivem sob um regime de coerção e falta de liberdade, 77% delas estão na Ásia e a maioria é de mulheres e crianças. Apesar de todo avanço tecnológico e produtivo do Sistema Capitalista o mesmo não se traduz em distribuição equitativa e bem estar para a maioria da população mundial. A exploração do trabalho continua como força ostensiva e cada vez mais vil, em todos os países, principalmente nos em desenvolvimento. O Relatório de 2009, da OIT, sugere políticas de combates a esse tipo de trabalho com base no Relatório de 2005, e mostra o custo da produção. Diz que o trabalho escravo ou forçado, na versão moderna, se torna fonte de maior extração da mais-valia e alcança cifra estimada em 32 bilhões de dólares ao ano. Se compararmos ao estudos realizados por Kara, somente o lucro por meio da escravidão sexual foi US\$ 35,7 bilhões. Constata a OIT, em 2009, que o trabalho forçado se expande em todas as regiões do planeta, e admite, o relatório, que o trabalho forçado é um fenômeno generalizado no mundo atual e a fonte de alta lucratividade que isso significa e em todos os setores da economia, consta no publicado:

Há quatro anos, o relatório *Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado* apresentava evidências convincentes de que o trabalho forçado é um problema verdadeiramente mundial nos modernos mercados laborais, ao afetar quase todos os países e todos os tipos de economias. Ao trazer à luz fatos e cifras inéditas, o relatório demonstrou de que maneira o moderno trabalho forçado está distribuído, por região, gênero e diversas formas de atividade econômica. Além disso, revelou pela primeira vez os enormes ganhos, estimados em 32 bilhões de dólares por ano, gerados pelos criminosos que exploram as vítimas do tráfico de pessoas, sobretudo para fins de exploração sexual, mas também através de outras formas de exploração econômica. (OIT, 2009c)

Segundo a OIT, “o trabalho forçado é a antítese do trabalho decente, já que este implica em um trabalho com remuneração e condições adequadas e exercido em condições de liberdade e dignidade humanas” (OIT, 2009c). A atenção dada pela OIT ao trabalho forçado resulta de seu aumento na maioria dos países, que violam os direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras desprotegidos de legislações ou de fiscalização governamentais. Outra constatação feita pela Instituição é de que é crescente o número de empresas e empregadores em geral utilizando-se do trabalho forçado na cadeia produtiva de grandes e modernas empresas, nacionais e multinacionais e não apenas nas empresas informais dos países em desenvolvimento, como costuma ser divulgado. Isso resulta de “um processo de globalização inequitativo” e da “desregulamentação dos mercados de trabalho e debilitamento de suas instituições” (OIT, 2009c). O Relatório também alerta para o risco de aumento do trabalho forçado no contexto da crise mundial.

A OIT tem como base de atuação os instrumentos legais: Convenções da OIT sobre trabalho forçado n. 29, de 1930 e a de n. 105, de 1957; o Protocolo de Palermo sobre tráfico de pessoas, de 2000. A Convenção 29 traz dois elementos básicos de definição conceitual de trabalho forçado: “todo o trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob a ameaça de uma punição qualquer” e “para o qual o indivíduo não se oferece voluntariamente” (OIT, Relatório 2009). Segundo a

OIT, o significado disso é o de que “Não é meramente um sinônimo de salários baixos ou condições de trabalho precárias, mas constitui uma grave violação dos direitos humanos e aos direitos fundamentais no trabalho e uma restrição à liberdade das pessoas” (OIT, 2009c). A instituição tipificou as formas coercitivas de recrutamento do trabalho forçado ou trabalho escravo:

- Recrutamento mediante engano
- Recrutamento coercitivo
- Recrutamento através do abuso de uma situação de vulnerabilidade
- Condições de exploração no trabalho
- Formas de coerção no destino
- Abuso de vulnerabilidade no destino (OIT, 2009c)

E as punições aos escravos também foram tipificadas, a ameaça de punição adota muitas formas diferentes:

- *Mais extremas*: implicando violência física, restrição de liberdade ou ameaça de morte dirigida ao trabalhador/a e seus familiares
- *Formas mais sutis*, inclusive de caráter psicológico: Retenção de documentos; Ameaças de denúncia à polícia ou autoridades migratórias no caso dos migrantes ilegais; Penalidades econômicas ligadas a dívidas fraudulentas (OIT, 2009c).

O que se percebe, apesar das convenções adotadas, das normas formais bem organizadas e dos relatórios organizados, é que na realidade essas formas de escravidão modernas continuam a aumentar, apesar de todas as tentativas de constrangimentos regulamentais e normativos, apenas formais, das instituições oficiais internacionais. Mostra assim, que o capital não tem limites e que tampouco há constrangimentos que sejam capazes de impedir de continuar com a lógica de exploração e destruição das pessoas e do meio ambiente, tendo em vista a exploração do trabalho, imprescindível para sua existência.

No quadro abaixo, apresenta-se o custo de coerção para o recrutamento de trabalho forçado.

Tabela 21 – Estimaciones del costo total derivado de la coacción (dólares estadounidenses)

	Nº de víctimas en situación de explotación y sumisión al trabajo forzoso	Nº de víctimas de la trata	Cifra total de salarios incompletos	Importe total de las tasas de reclutamiento	Costo total derivado de la coacción
Economías Industrializadas	113.000	74.133	2.508.368.218	400.270.777	2.908.638.995
Economías en transición	61.500	59.096	648.682.323	42.675.823	691.358.145
Ásia y el Pacífico	6.181.000	408.969	8.897.581.909	142.855.489	9.040.437.398
América Latina y el Caribe	995.500	217.470	3.390.199.770	212.396.124	3.602.595.894
África Subsahariana	537.500	112.444	1.494.276.640	16.994.438	1.511.271.079
Oriente Medio y del África do Norte	229.000	203.029	2.658.911.483	551.719.286	3.210.630.769
TOTAL	8.117.500	1.075.141	19.598.020.343	1.366.911.936	20.964.932.279

Nota: De los cálculos se ha excluido a las víctimas de la explotación sexual forzosa con fines comerciales.

Fonte: O Custo da Coerção. Relatório Global da OIT 2009 - Programa de Ação Especial para o Combate ao Trabalho Forçado (SAP/FL)

Escritório da OIT no Brasil. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2009.

Outro fato que ficou evidenciado foi o de que a violência física e psicológica no local de trabalho está aumentando em todo o mundo e atingiu “níveis epidêmicos” em muitos países industrializados, afirma a OIT, em seus estudos publicados em 2006. “O estudo diz que a violência no trabalho, incluindo prepotência, assédio sexual e agressão física, pode estar custando entre 0,5% e 3,5% do Produto Interno Bruto dos países em absenteísmo, licenças médicas e menor produtividade” (VIOLENCIA..., 2006). Esses estudos “mostram uma clara tendência ascendente em prepotência, assédio e intimidação de trabalhadores, afetando mais de 10% da força de trabalho européia”, afirma a OIT (VIOLENCIA..., 2006). E, observa também, que “Nos

países em desenvolvimento, mulheres, migrantes e crianças são mais vulneráveis, com o assédio e abuso sexual relatado como um grande problema em lugares tão variados quanto à África do Sul, Malásia e Kuwait.” (VIOLENCIA..., 2006)

A flexibilização das leis trabalhistas: a flexigurança

Diante da crise e da concorrência mundial, a União Europeia dá um bom exemplo do funcionamento do Sistema Capitalcrático. De um lado, faz discursos em defesa da proteção social dos trabalhadores por meio de convenções ditas democráticas, editadas, assinadas e organizadas pelas instituições multilaterais, de outro, organiza-se para flexibilizar os direitos trabalhistas na defesa das empresas as quais os governos sempre defenderam. Mostra, desta forma, o Estado a serviço dos interesses econômicos, quando ele mesmo defende a flexibilização das leis trabalhistas e não seu avanço, utilizando-se de argumentos superficiais, como pode se ver nas orientações da Comissão da União Europeia para os seus Estados-Membros, inscritas no *Livro Verde: Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI*, de 2006.

Na introdução do Livro Verde, a Comissão das Comunidades Europeias argumenta que se trata de lançar um debate público na EU, na perspectiva de propor a evolução do direito do trabalho, no sentido de uma estratégia de “crescimento sustentável com mais e melhores empregos” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 3). Segundo o Livro,

A modernização do direito do trabalho constitui um factor-chave do sucesso da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas. Este objectivo deve ser prosseguido à luz dos objectivos da Comunidade, de pleno emprego, produtividade laboral e coesão social. É conforme com os pedidos feitos pelo Conselho Europeu para a mobilização de todos os recursos relevantes a níveis nacional e comunitário, para promover uma mão de obra competente, formada e adaptável e mercados de trabalho que dêem resposta aos desafios gerados pelo impacto combinado da

globalização e do envelhecimento demográfico das sociedades europeias (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 3).

Segundo entende a Comissão Europeia, “A melhoria da capacidade de resposta dos mercados de trabalho europeus é essencial para promover a actividade económica e aumentar a produtividade” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 3). Portanto, é o primado dos interesses econômicos em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores, como se pode observar. A Comissão orienta que,

Os mercados do trabalho europeus devem enfrentar o desafio da articulação de uma maior flexibilidade com a necessidade de maximizar a segurança para todos. A procura da flexibilidade no mercado de trabalho conduziu a uma diversidade crescente das formas dos contratos de trabalho, que podem divergir significativamente do modelo clássico de contrato, não só em termos de segurança do emprego e da remuneração, como no que respeita à relativa estabilidade das condições de trabalho e de vida que lhe são inerentes” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 3).

A Comissão Europeia, também, faz as seguintes orientações:

As Orientações Integradas para o Crescimento e o Emprego sublinham a necessidade de adaptar a legislação em matéria de trabalho e emprego no sentido de promover a flexibilidade em articulação com a segurança do emprego, e a reduzir a segmentação do mercado de trabalho. O diálogo social desempenha igualmente um papel crucial na procura de soluções colectivas e/ou em nível das empresas, a fim de que tanto os «insiders» como os «outsiders», transitem com êxito entre as diferentes situações profissionais, permitindo simultaneamente que as empresas possam responder de maneira mais flexível às necessidades de uma economia orientada para a inovação e a alterações ao panorama concorrencial introduzidas por reestruturações (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 4).

Dessa forma, propõe um novo conceito o de “flexigurança”, onde

A dimensão política da «flexigurança» inclui a aprendizagem ao longo da vida, para que os indivíduos possam responder às necessidades de pedidas; políticas activas do mercado do trabalho, que incentivem os desempregados ou os inactivos a procurar novas oportunidades de emprego; e regras mais flexíveis no domínio da segurança social, para responder às necessidades daqueles que mudam de emprego ou abandonam temporariamente o mercado do trabalho (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 4).

O Livro Verde sugere o importante papel que pode “desempenhar o direito do trabalho na promoção da “flexigurança”, na óptica de um mercado de trabalho mais justo, mais reactivo e mais inclusivo e que contribua para uma Europa mais competitiva”. Com essa visão, o Livro procura:

- identificar os principais desafios ainda sem resposta adequada e que constituem o reflexo de um nítido défice entre os quadros jurídicos e contratuais vigentes, por um lado, e as realidades do mundo do trabalho, por outro. Centrar-se principalmente nas questões atinentes ao âmbito de aplicação pessoal do direito do trabalho e não naquelas que dizem respeito a matérias de direito colectivo do trabalho.
- fazer participar os governos dos Estados-Membros, os parceiros sociais e as outras partes interessadas num debate aberto, destinado a reflectir sobre como pode o direito do trabalho contribuir para promover a flexibilidade em articulação com a segurança do emprego, independentemente da forma do contrato de trabalho e, por conseguinte, contribuir, em última análise, para a criação de emprego e para a redução do desemprego.
- estimular o debate sobre a possibilidade de diferentes tipos de relações contratuais, bem como de direitos na esfera laboral aplicáveis a todos os trabalhadores, poderem favorecer a criação de empregos e benefi-

ciar tanto trabalhadores como empresas, facilitando as transições no mercado do trabalho, apoiando a aprendizagem ao longo da vida e desenvolvendo a criatividade de toda a mão de obra.

- contribuir para o objectivo «Legislar melhor», incentivando a modernização do direito do trabalho, tendo em atenção os benefícios e custos globais em causa, de modo a permitir que trabalhadores e empresas possam compreender melhor os seus direitos e as suas obrigações. Devem ser tidos em conta os problemas que especialmente as PME enfrentam para suportar os custos administrativos resultantes da legislação tanto comunitária como nacional (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p.4).

Na análise da Comissão, “A finalidade inicial do direito do trabalho era paliar as desigualdades económicas e sociais inerentes à relação de trabalho e emprego” e, desde o início, o direito do trabalho pautou-se em uma situação de emprego permanente e de tempo integral. Porém, hoje, “A celeridade do progresso tecnológico, a intensificação da concorrência como resultado da globalização, a evolução da procura dos consumidores e o significativo crescimento do sector dos serviços sublinham a necessidade de aumentar a flexibilidade. A emergência da gestão *Jus-in-time*, a diminuição do horizonte de investimento para as empresas, a difusão de tecnologias de informação e de comunicação, assim como a mudança cada vez mais célere da procura, conduziram as empresas a organizar-se de maneira mais flexível”, e as leis do trabalho devem acompanhar esse contexto económico. Esse contexto se reflete “nas variações relativas à organização e ao horário de trabalho, aos salários e ao número de trabalhadores empregues nas diferentes fases do ciclo de produção. Estas mudanças determinaram a procura de uma maior diversidade de contratos trabalho, independentemente do facto de estes estarem explicitamente previstos pela legislação da UE e pela legislação nacional”. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p.5).

O modelo tradicional da relação de trabalho e emprego não está

mais adaptado a todos os trabalhadores e os “contratos de trabalho em termos tradicionais, devem enfrentar as mudanças e as oportunidades que a globalização oferece”, afirma a Comissão (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 6). Pois, “Condições de trabalho e de emprego demasiado protectoras podem desencorajar os empregadores de recrutar durante períodos de retomada econômica”. Ao mesmo tempo, diz a Comissão, “A existência de modelos alternativos de relações contratuais pode reforçar a capacidade das empresas para dinamizar a criatividade de toda a sua mão de obra e desenvolver, deste modo, maiores vantagens competitivas” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 6).

As mudanças sociais provocaram proliferação de diferentes formas contratuais, tendo em vista a rápida evolução da relação do trabalho e da sociedade. O documento sugere a necessidade de evoluir no diálogo social em níveis nacionais, setorial e empresarial para que seja possível a introdução de novas formas de flexibilidade interna, para que as regras possam ser aplicadas e adaptadas às novas realidades econômicas. “A evolução da relação entre a lei e as convenções coletivas reflecte-se na aplicação destas convenções a novas problemáticas (reestruturações, competitividade, acesso à formação, por exemplo) e a novas categorias de trabalhadores (como os trabalhadores temporários).” Se antes as convenções coletivas limitavam-se a desempenhar papel auxiliar na complementação de condições de trabalho previstas por lei, hoje, segundo a Comissão, “são instrumentos importantes, que servem para adaptar os princípios legais a situações econômicas concretas e circunstâncias particulares de sectores específicos” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 6).

Se as empresas utilizam estes contratos atípicos é porque procuram continuar a ser competitivas numa economia globalizada, evitando nomeadamente os custos inerentes ao cumprimento das regras relativas à protecção do emprego e dos prazos de pré-aviso e ao pagamento das correspondentes contribuições para a segurança social. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p.7)

Segundo os dados apresentados pela Comissão e na constituição de argumentação para a defesa da “flexigurança”, há várias formas de contrato por tempo parcial, contrato pontuais, contrato “zero horas”, contrato de trabalho *freelance* etc. Esses são partes integrantes das características dos mercados do trabalho europeus. Segundo os dados, os contratos diferentes do modelo contratual clássico e os que tem estatuto de trabalhadores por conta própria passaram de mais de 36%, em 2001, para cerca de 40% na União Europeia. Nos últimos 15 anos, o trabalho de tempo parcial em relação ao emprego total passou de 13% para 18%. Desde 2000, o trabalho de tempo parcial tem sido mais criado em relação ao trabalho por tempo inteiro clássico, em torno de 60%. Considerando esses dados, a Comissão julgou pertinente levar em conta que “a participação crescente nestas formas de contratos, poderá ser necessário analisar o nível de flexibilidade previsto nos contratos clássicos, a fim de aumentar a sua capacidade para facilitar o recrutamento, a manutenção no emprego e a progressão no mercado de trabalho” (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 8). O mesmo deve incentivar os trabalhadores por conta própria, o que também constitui em um meio para responder às necessidades da reestruturação e da competitividade que contextualiza as empresas europeias (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p. 8).

No contexto da globalização, da reestruturação em curso e da transição para uma economia do conhecimento, os mercados laborais europeus devem ser simultaneamente mais inclusivos e mais reactivos à inovação e à mudança. Os trabalhadores potencialmente vulneráveis devem ter a possibilidade de progredir para melhorar a sua mobilidade e conseguir transições com êxito no mercado do trabalho. Os quadros jurídicos em que se baseia a relação de trabalho tradicional podem não garantir suficiente margem de manobra nem incentivo aos trabalhadores contratados através de contratos sem termo clássicos para explorar oportunidades de maior flexibilidade no trabalho. A boa gestão da inovação e da mudança implica que os mercados do trabalho tomem em consideração três aspectos principais: flexibilidade, segurança no emprego e segmentação (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p.9-10).

Outra relação contratual de trabalho de forma terceirizada é definida de “relações de trabalho triangulares” que conduziu a modificações na legislação trabalhista de alguns Estados-Membros.

A «relação de trabalho triangular» entre uma empresa utilizadora, um trabalhador e uma agência corresponde geralmente à situação na qual um trabalhador temporário é empregue por uma empresa de trabalho temporário e, a seguir, colocado à disposição de uma empresa utilizadora para efectuar prestações nos termos de um contrato comercial. A consequente «dualidade de empregadores» vem tornar a relação de trabalho mais complexa. Na maior parte dos Estados-Membros, o trabalho prestado através de agências de trabalho temporário rege-se por uma combinação entre legislação laboral, convenções colectivas e auto-regulação. A proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às condições de trabalho dos trabalhadores temporários propõe estabelecer um princípio de não discriminação que garanta que estes trabalhadores não são tratados menos favoravelmente do que os trabalhadores «regulares» de uma «empresa utilizadora». Problemas semelhantes podem surgir quando os trabalhadores estão implicados em longas cadeias de subcontratação. Vários Estados-Membros tentaram resolver estes problemas através da criação de um sistema de responsabilidade conjunta e solidária, que prevê a responsabilidade dos principais contratantes em relação às obrigações dos seus subcontratantes. Este sistema incentiva os contratantes principais a controlar o cumprimento da legislação do trabalho pelos seus parceiros comerciais. Contudo, houve quem argumentasse que estas regras podiam servir para restringir a subcontratação por empresas estrangeiras e, por conseguinte, obstruir a livre prestação de serviços no mercado interno. A jurisprudência recente relativa ao destacamento de trabalhadores considerou que este sistema faz parte das modalidades processuais aceitáveis, que permitem obter o respeito do direito ao salário mínimo, desde que esta forma de protecção dos trabalhadores não exceda o necessário, seja proporcionada ao objectivo prosseguido, e conforme ao interesse geral (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2006, p.14).

6.5.3 O aumento dos índices do maior flagelo humano: a fome

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) lançou seu relatório “El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo”, em 2005, e prevê que seis milhões de crianças no mundo morrem anualmente de fome e subnutrição e, um total, de 800 milhões de pessoas passam fome (FAO, 2005). O crescimento da fome é visto no mundo, como indica este relatório e, também, no Brasil, onde a insegurança alimentar e a fome não se alteram há décadas, apesar de seu forte crescimento econômico, como indicou o relatório do IBGE, de 2006. “Mais de 72 milhões de brasileiros (40% da população do país) estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, não têm garantia de acesso à comida em quantidade, qualidade e regularidade suficiente. Cerca de 14 milhões passam fome”. (IBGE..., 2006).

Esses sintomas parecem comprovar a impossibilidade de o sistema do capital, enquanto um sistema de produção e reprodução, ser capaz de aliar progresso econômico com progresso da humanidade. As estatísticas apresentadas por tradicionais instituições internacionais já admitem, hoje, a impossibilidade de acesso ao consumo a 50% da população (proporcionais ao número de trabalhadores) do planeta. “[...] dos mais de 2,8 bilhões de trabalhadores no mundo em 2005, há 1,4 bilhão que não ganham ainda o suficiente para elevarem sua situação e de suas famílias para acima da linha de pobreza de dois dólares diários, situação que perdura há 10 anos”, afirma a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006). O então Diretor Geral da OIT, Juan Somavia, admitiu no Relatório de 2006, que “o crescimento econômico não é capaz de satisfazer por si mesmo as necessidades mundiais de emprego” (OIT, 2006). Segundo ele, esse fato está *impossibilitando* a redução da pobreza em muitos países. E ainda afirma que “Estamos enfrentando uma crise mundial do trabalho de proporções enormes, e um déficit de trabalho decente que não vai ser resolvido sem que se faça alguma coisa. São necessárias novas políticas e ações para enfrentar estes problemas” (OIT, 2006). Segundo esse relatório, o maior índice de desemprego no mundo foi registrado na América Latina e no Caribe, “onde o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão de pessoas aproximadamente e a taxa de desemprego aumentou de 0,3

pontos percentuais entre 2004 e 2005 até 7,7 por cento” (OIT, 2006).

É inegável o extraordinário aumento das forças sociais produtivas, causado pelo produtivismo capitalista, no que diz respeito aos avanços tecnológicos e força de trabalho, assim como seus resultados na produção de alimentos no mundo. Mas, apesar disso, a fome aumenta ainda mais, ao invés de ser resolvida, contrariando a máxima liberal e neoliberal de *crescer para depois dividir*. As consequências disso se manifestam na impossibilidade de acesso ao consumo elementar, caracterizado pelo aumento da pobreza e da fome, bem como em morte e em doenças físicas e emocionais daqueles que produzem a riqueza social. Como escreve Marx: “Entretanto, na condição crescente da sociedade, a decadência e o empobrecimento do trabalhador é o produto do seu próprio trabalho e da riqueza produzida por ele. Consequentemente, a miséria surge de forma espontânea da *essência* do trabalho presente” (MARX, 1988, p. 71, grifo do autor).

Segundo estimativas do FMI e Banco Mundial, nos países pobres mais de um bilhão de pessoas irão passar fome por conta da crise global. Esse número representa um salto de 40 milhões em relação a 2008, e somando a 2007, representa 150 milhões nos dois últimos anos. Outros 100 milhões permanecerão extremamente pobres e mais de 400 mil crianças até cinco anos vão morrer anualmente de desnutrição. Enquanto que, nas economias mais avançadas, as pessoas estão perdendo empregos e casas, nos países pobres, aumenta a miserabilidade.

Segundo o Banco Mundial e o FMI, a crise econômica dos países ricos levou a um retrocesso na tendência de redução da pobreza que já durava anos. Na América Latina, o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 ao dia (cerca de R\$ 3) deve aumentar para 40,3 milhões (7% do total) neste ano, contra 37,6 milhões em 2008. Para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o percentual de pobres no Brasil em 2007 era de 10,2% (CANZIAN, 2009b).

Na época, o Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano da Silva, disse em Santiago, Chile, em 16 de setembro de 2009, que todos os dias 16 de outubro a FAO comemora o

Dia Mundial da Alimentação e que neste ano, a data será dedicada ao tema “alcançar a segurança alimentar em época de crise” (GRAZIANO, 2009). Com isso pretendem desenvolver atividades culturais e desportivas para sensibilizar o público para a importância de erradicar a fome e angariar fundos para essa finalidade. Segundo ele, a alta dos preços dos alimentos e a crise econômica estão conduzindo milhões de pessoas à insegurança alimentar e muitos países, que sofrem mais essas consequências, não têm recursos próprios para solucioná-las. Nesse sentido, Graziano reforça o discurso institucional convencional de que é necessária a cooperação entre governos e agências internacionais para que contribuam com assistência emergencial às famílias afetadas e, ao mesmo tempo, promovam ações para aumentar a capacidade produtiva desses países. A estimativa da FAO é que, neste ano, a fome bata um novo recorde histórico: 1.020 bilhões de pessoas no mundo estarão passando fome, esse número significa que uma em cada seis pessoas no planeta sofre desse flagelo. Segundo a instituição, “Na América Latina e Caribe, a previsão para 2009 é de que 53 milhões de pessoas não se alimentem adequadamente, o que significa o retorno aos níveis de subnutrição existentes no início da década de 90” (GRAZIANO, 2009).

A miséria atingiu uma dimensão como nunca se viu na história alemã recente. E essa miséria, que sempre fora bem camuflada na Alemanha, começa cada vez mais a mostrar sua face: desabrigados já não passam mais despercebidos, bem como cada vez há mais crianças de rua. Por aqui, reconhecemos os pobres sobretudo pelas roupas amarrotadas e pelos dentes esburacados, já que o tratamento dentário e as obturações foram cortados da lista dos benefícios cobertos pelo seguro médico legal.

Na França e demais países da União Européia vão se consumando processos similares. A miséria social e econômica transformou-se de repente na grande crise da União Européia, cujo processo de integração parecia até há pouco irreversível. Nesse ínterim, as maiorias sociais empobrecidas e ameaçadas pela miséria enxergam no forte neoliberalismo do Comissariado Europeu apenas o instrumento da globalização, por meio do qual se destrói o bem-estar (KURZ, 2005).

A crise econômica mundial desencadeou o aprofundamento desses problemas sociais e provoca a diminuição dos fluxos de capitais entre os países ricos, e esses, com os mais pobres, reduzem-se ainda mais. Nos EUA a capacidade ociosa da indústria aumentou em 31% em abril deste ano e, entre as economias médias essa capacidade gira em torno de 40 a 60%, devido à redução da produção. Essa situação diminui a demanda por matérias-primas que os países, menos desenvolvidos, produzem. Segundo esta reportagem, em média, as exportações globais encolheram 6,5%, em 2009. Os países mais pobres se tornam ainda mais vulneráveis com isso, porque essa situação econômica derrubou os preços dos *commodities* em 30%, no ano de 2009. Um conjunto de fatores desencadeou isso, todos girando em torno da redução da demanda e dos fluxos de capital entre os países ricos. “Ou seja, os países mais pobres não só exportam menos, mas ganham menos pelo que vendem.”, afirmou o jornal (GRAZIANO, 2009). Disso resultou também, na diminuição do crédito nos países avançados e a diminuição quase total de fluxo do capital para os países pobres. Nesse fluxo dos ricos para os pobres, a queda é inédita, e deve atingir, neste ano [2009], US\$ 700 bilhões, o que corresponderia cerca da metade do PIB do Brasil, em 2009.

Em razão desses fatores o crescimento econômico seria menor, tanto nos países ricos quanto nos pobres. Na perspectiva analítica da classe hegemônica, é o desenvolvimento econômico que determina a redução da pobreza – apesar de que isso não necessariamente se comprova-, mas eles continuam afirmando. “Na região mais pobre do planeta, a África subsaariana, por exemplo, a média do crescimento dos países despencará, de 6,7% entre o período 2006-07 para 1,7%, em 2009. Entre os países em desenvolvimento, a retração será de 8,1% para 1,6%, no mesmo período. Nos ricos, de 1,8% para -3,8%.” (BLAS, 2009) Tendo em vista as recessões em diversos países ou, mesmo uma lenta e dolorosa recuperação econômica, a luta pela erradicação da pobreza se tornou um desafio mais urgente e difícil, afirmou, em 2009, John Lipsky, diretor-gerente-adjunto do FMI, durante a apresentação do Relatório de Monitoramento Global. (BLAS, 2009)

A crise econômica, e não poderia ser de outra forma, se transfor-

ma em crise alimentar. Uma combinação de crescimento mais baixo, aumento dos índices de desemprego e preços altos dos alimentos está aumentando as fileiras dos famintos, desnutridos e dos subnutridos no mundo. O número de famintos segundo a FAO/ONU passou dos 1 bilhão pela primeira vez, em 2008, o que corresponde a 1/6 da população mundial sem acesso ao alimento, condição básica de existência humana, portanto, de direito humano natural. Segundo a instituição, “O aumento reverteu o declínio ao longo do último quarto de século na proporção das pessoas cronicamente famintas do mundo. Nós ainda não saímos da crise dos alimentos”, disse Josette Sheeran, na época, chefe do Programa Mundial de Alimentos da ONU, em Roma. Ela insistiu de que se precisaria de cerca de US\$ 6 bilhões neste ano para alimentar os mais pobres, um aumento de 20% em comparação ao recorde de US\$ 5 bilhões do ano passado” (BLAS, 2009). Além disso, esse quadro tende a se agravar devido aos impactos dos preços dos alimentos que continuam em alta, e, também, nos países que sofrem perda de renda e desemprego devido à crise financeira mundial. (BLAS, 2009)

“A crise está se expandindo para fora da África à medida que a recessão econômica se soma ao impacto dos altos preços. Países que tinham pouco problema com alimentos por quase 20 anos, como Quirguistão, agora estão pedindo ajuda” (BLAS, 2009). A fome aumenta ainda mais, apesar das *commodities* agrícolas terem caído acentuadamente em comparação com as altas recordes do ano de 2008. Mas, os preços dos alimentos estavam cerca de 60% mais altos em 2009, do que há 18 meses, disse, na época, Allan Buckwell, professor emérito de economia agrícola do Imperial College, em Londres. E tendo em vista que os mais pobres gastam mais percentuais de suas rendas com alimentos, são esses que sofrem mais com as altas dos preços dos mesmos. “Os preços dos alimentos não caíram como os de outras *commodities*, como o petróleo”, disse Buckwell. (apud BLAS, 2009) Para agravar, ainda mais, o panorama, os produtores rurais de todo o mundo estão plantando menos, reduzindo a produção para manter os preços dos alimentos em alta devido à crise econômica, como acontece nos Estados Unidos, onde estão reduzindo as terras cultivadas em 7 milhões de acres, sendo a maior queda em 20 anos. Em outros países,

que são grandes produtores de alimentos, como Ucrânia, Argentina e Brasil, estão reduzindo a produção rural por falta de investimentos financeiros contribuindo ainda mais para o agravamento do problema da fome. (BLAS, 2009)

Nesse contexto, a América Latina, como um dos continentes que sofreu a penúria decorrente da colonização no processo de ascensão histórica do sistema do capital, se torna mais vulnerável sofrendo imediatamente as consequências da crise econômica mundial. Problemas socioeconômicos nunca resolvidos, neste contexto da crise, se aprofundam e se avolumam. No divulgado Panorama Social da América Latina 2008, pesquisa de responsabilidade da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), expôs sobre a redução da pobreza, que atingiu o menor índice em 17 anos, e criticou a persistência estrutural da concentração de renda na região. Segundo o Relatório, a América Latina apresenta ainda “múltiplas brechas sociais que separam os grupos mais vulneráveis dos que têm melhores condições de vida” e que esse fato pode ser uma “ameaça à coesão social” (CEPAL, 2008). Neste trecho destacado do Relatório, a análise demonstra que a Cepal assumiu o relato de divulgar os índices altos de pessoas pobres e indigentes, questões estruturais nunca solucionadas, ínfimas quedas conjunturais dessas mazelas, porém não solucionáveis no contexto da América Latina.

Según las últimas estimaciones disponibles para los países de América Latina, correspondientes al año 2007, la incidencia de la pobreza alcanza a un 34,1% de la población de la región. De este porcentaje, quienes viven en condiciones de pobreza extrema o indigencia representan un 12,6%. Estas cifras significan que en 2007 hubo 184 millones de personas pobres, incluidos 68 millones de indigentes.

Esto significa que en 2007 la pobreza se redujo 2,2 puntos porcentuales respecto del año anterior, mientras que la indigencia se redujo 0,7 puntos porcentuales. Continuó así la tendencia a la disminución de la pobreza y de la indigencia que se observa en la región desde 2002, año respecto del cual las caídas fueron de 9,9 y 6,8 puntos porcentuales, respectivamente, (que corresponden a 37 millo-

nes menos de pobres y 29 millones menos de indigentes), lo que representa un avance ostensible.

Si se comparan las cifras actuales con las de 1990, se constata que la situación actual de la región es visiblemente distinta de la de hace 17 años. Si bien el porcentaje de latinoamericanos que vive en condiciones de privación sigue siendo muy elevado, este ha descendido 14 puntos porcentuales desde inicios de la década de 1990. En el caso de la pobreza extrema la reducción ha sido aún más significativa: mientras en 1990 una de cada dos personas pobres era indigente, actualmente la relación es de una de cada tres. En términos absolutos, sin embargo, 2002 es el año en que históricamente se registró un mayor número absoluto de pobres e indigentes en la región: 221 millones y 97 millones de personas, respectivamente (CEPAL, 2008).

A contradição se destaca na produtividade capitalista, o progresso das forças produtiva aumenta a produção social, mas nunca soluciona ou reduz este alto grau do flagelo humano que é a fome. Além dos problemas somados à crise ambiental, provocada pela produção insustentável capitalista, a fome se agrava em outras regiões da América Latina. O presidente da Guatemala, Álvaro Colón, declarou no dia 09/09/2009, “estado de calamidade pública” tendo em vista a crise alimentícia e nutricional que atinge mais de 54 mil famílias, e que havia matado mais de 25 crianças de fome. Além dessas, outras 300 mil famílias do “corredor seco” do Leste e Nordeste do País estão em situação de risco pelas mesmas causas. (COLÓN..., 2009) Essa iniciativa permitirá o país acesso a recursos de cooperação internacional, bem como de mobilizar recursos do orçamento nacional com maior agilidade, afirma o Presidente. Segundo Colón, a Guatemala “viveu com altos e vergonhosos índices de pobreza, extrema pobreza e desnutrição durante décadas, provocado por uma longa história de desigualdade”. E essa situação está se agravando por causa das “secas derivadas da mudança climática e por efeitos da crise econômica internacional”. (COLÓN..., 2009).

A crise torna mais aguda essa condição social e os mais pobres são os mais vulneráveis à fome e à insegurança alimentar. A matriz ener-

gética estrutural do sistema do capital atual, baseado no petróleo, por meio do extrativismo para combustível de origem fóssil, mostra seus limites diante da queima incontrolável, principalmente baseada nos automóveis que criam problemas de congestionamento e altos índices de poluição na maioria das cidades. Para manter a lógica produtivista e do individualismo metodológico, que estabelece a circularidade e tautologia entre indivíduo consumidor e mercado, defendido pela classe hegemônica, a escassez, que aparece nos sinais de esgotamento dessa fonte de matéria-prima, está conduzindo governos a buscarem alternativas ao Petróleo, sem alterar a matriz energética ou o paradigma energético da combustão. A busca está se dando na substituição da produção de alimentos pelo plantio de cereais e outros vegetais para a produção de biocombustíveis. A título de exemplos, os Estados Unidos está produzindo milho para a produção de etanol. Segundo informações que se tem, 95% de todo alimento humano são derivados do milho. A carne animal que se consome é alimentada com ração composta de milho e os enlatados, por exemplo, levam o amido do milho como conservantes. O Brasil vem substituindo o cultivo de alimentos pela produção de mamona e de cana-de-açúcar para a produção do álcool etanol para os combustíveis. Como se vê, o segmento social que possui automóveis consome os alimentos na combustão, agravando esse quadro de fome no mundo. Os alimentos se tornam mais caros, tendo em vista esta substituição pelo agronegócio do biocombustível.

Os óleos comestíveis, fontes de energia para a alimentação humana, estão sendo focos de disputa entre sua utilização como alimento ou combustíveis. Na Malásia, grande produtora de óleo de palma - mais conhecido por nós como óleo de dendê -, novas fábricas estão sendo instaladas para converter aquele óleo vegetal em diesel para caminhões, como informa a matéria do *Jornal The New York Times*, agravando a fome da população local, devido à escassez destes alimentos e a sua consequente alta dos preços, impossibilitando seu acesso a milhares de pessoas. Segundo a FAO, “o índice com base nos preços para exportação de 60 itens alimentares comercializados internacionalmente, saltou 37% no ano passado. Isto se somou ao aumento de 14% em 2006 e a tendência se acelerou nos últimos meses” (BRADSHER, 2008).

Uma grande mudança está em andamento nos mercados mundiais de alimentos. O aumento dos preços dos combustíveis alterou a equação do cultivo de alimento e de seu transporte ao redor do mundo. A imensa demanda por biocombustíveis criou tensão entre o uso da terra para produção de combustível e de alimento.

Poucos itens ilustram tão bem os problemas emergentes na cadeia global de alimentos como o óleo de palma (mais conhecido no Brasil como óleo de dendê), um commodity vital em grande parte do mundo e particularmente na Ásia. De mercados nas ruas e selvas do Sudeste Asiático a empresas alimentícias nos Estados Unidos e usinas de biodiesel na Europa, o aumento dos preços do óleo estão arrastando ambientalistas, empresas de energia, consumidores, povos indígenas e governos a disputas amargas. (BRADSHER, 2008)

6.5.4 A regressão civilizacional no desrespeito aos direitos humanos: a xenofobia como solução da crise

A materialidade do contexto da crise econômica mundial pode ser observada na Europa, que sofre grandes consequências com desaceleração econômica, desindustrialização, ondas de demissões, desemprego etc. Esse conjunto de mudanças interfere diretamente no modo de ser e agir dos europeus, comumente reconhecidos como defensores e guardiões da cultura humana universal. Essa situação econômica vem interferindo no que se avançou nos direitos humanos e, principalmente, vem atizando antiga aversão de alguns segmentos sociais por estrangeiros, em decorrência de seu processo histórico. Como escreve Marx,

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1987, p. 30).

O “especialista em xenofobia, o sociólogo belga Marc Jacquemain diz ser cedo para avaliar se a crise agravou o quadro. Mas o sentimento de declínio das nações europeias somado à propagação de ideias populistas sob tal cenário, alerta, torna provável o acirramento do racismo” (ADGHIRNI, 2009). Segundo o sociólogo, “não há evidências estatísticas de que o racismo está aumentando na Europa, porém as condições socioeconômicas podem inflar esse sentimento anti-estrangeiros” (ADGHIRNI, 2009).

Contrariando tais afirmações, observa-se que, com a crise econômica, as evidências xenofóbicas se intensificam e aparecem em diversos países europeus nas formas mais variadas e por iniciativas também governamentais. Essas iniciativas que procuram dar respostas à parcela da opinião pública, corroborando com a idéia de que os estrangeiros são os responsáveis pelo aumento da criminalidade, surgiram no cenário europeu marcado por governos integrados a partidos de extrema-direita. “A virulência e a banalização dos discursos xenófobos, impulsionadas pelo desemprego e a queda do poder de compra, contaminaram até legendas historicamente moderadas em termos de imigração”, afirma a reportagem (ADGHIRNI, 2009). Desde 11 de Setembro, o acirramento dos discursos xenofóbicos vem se traduzindo em violência contra os imigrantes. Segundo dados de estatísticas oficiais, “houve aumento de denúncias de agressões raciais em pelo menos oito países da EU”. (ADGHIRNI, 2009)

A crise econômica originada nos EUA, como manifestação da crise estrutural do capital, associando-se a discursos políticos ultranacionalistas, induzem à aceitação, por parcelas significativas da população, facilitando a internalização de discursos nacionalistas e pondo culpa da crise no outro, ou seja, no estrangeiro. Ao mesmo tempo, ocorre a apropriação por parte dos representantes políticos de argumentações que agradam o senso comum, muitas vezes produzida e potencializada pelos canais de comunicação de massa.

Os discursos ultranacionalistas incorporados pelos trabalhadores sem uma consciência de classe, se traduzem em ações práticas por meio da xenofobia. Destaca-se o caso dos trabalhadores ingleses de uma refinaria de petróleo do Reino Unido, que fizeram greve, na

época, contra a contratação de empregados portugueses e italianos e receberam manifestação de apoio, via paralisações, por outros segmentos operários ingleses. O premier italiano Berlusconi editou lei para coagir médicos a delatarem, às autoridades policiais, pacientes estrangeiros em situação irregular. Segundo Jacquemain (apud ADGHIRNI, 2009), são “fenômenos políticos que correm o risco de acirrá-la. Um exemplo é o discurso sobre a ‘preferência nacional’, que tem se disseminado e agora norteia até os partidos de direita clássica.” Segundo ele, Nicolas Sarkozy se elegeu à Presidência da França, em 2007, “com uma plataforma repleta de idéias inspiradas na extrema direita” (ADGHIRNI, 2009). Na Itália, Silvio Berlusconi, defendeu abertamente idéias populistas e governou o país com o apoio da Liga Norte, partido com valores xenofóbicos (ADGHIRNI, 2009). Nesse contexto da crise econômica, segundo o sociólogo político, “a posição em relação à imigração acabou se tornando uma linha de demarcação clara entre esquerda e direita na Europa. E, como há uma “direitização” da cena política europeia, é possível que aumente a busca por bodes expiatórios imigrantes” (ADGHIRNI, 2009). Afirma ele, que não dá para se saber o que se passa pela cabeça das pessoas, mas “Em todo caso, há uma clara expressão da xenofobia no plano político. Ela tende a se generalizar, mas se manifesta com destaque maior nas regiões mais ricas da Europa – Holanda, Áustria, Suíça, Noruega, norte da Itália” (ADGHIRNI, 2009).

Na avaliação de Jacquemain (apud ADGHIRNI, 2009), além do aspecto econômico, há outra causa em decorrência das ideias antiteroristas do governo George W. Bush incorporadas pelos europeus que dão base a esse sentimento anti-imigrante por parte deles.

O fenômeno surge principalmente de parte da classe média, que viveu por décadas em situação privilegiada e hoje se sente fragilizada em relação à globalização. Os pais sabem que seus filhos enfrentarão um cenário com muito mais dificuldade do que eles. Apontar para o imigrante como bode expiatório foi a estratégia que muitos partidos políticos adotaram na Europa. Isso acabou alimentando mais ainda a ideia de construir uma Europa-fortaleza para se proteger da concorrência externa. Esta é a questão fun-

damental por trás do sentimento anti-imigrante de uma parcela expressiva de europeus. Mas é preciso ressaltar que essa tendência à xenofobia também foi impulsionada pela propagação das ideias antiterroristas e de guerra entre civilizações defendidas por George W. Bush, que via perigo islamista em toda parte. Os europeus rejeitaram claramente o belicismo de seu governo, mas acabaram embarcando na onda de medo do islã. Afinal, quem está perto do mundo islâmico é a Europa, não os EUA. É a convergência desses dois fenômenos – o sentimento de declínio dos europeus e o delírio antiterrorista do governo Bush- que explica boa parte da atual xenofobia europeia (ADGHIRNI, 2009).

Segundo o sociólogo, existe uma conexão, embora de contornos ainda imprecisos, entre as medidas protecionistas dos governos e a xenofobia de partes significativa da população.

As dificuldades sociais e econômicas estão pressionando muitos chefes de Estado e de governo na Europa a levarem cada vez mais em conta a impressão popular de que a concorrência de fora representa uma ameaça direta aos sistemas domésticos. É difícil manter parâmetros duradouros de racionalidade diante de uma crise tão profunda e que reforça tão intensamente a simbologia do declínio coletivo. Populações de regiões como Flandres [Bélgica de língua flamenga e Holanda] e Escandinávia tendem a achar que podem se livrar dos problemas se resolverem as coisas sozinhas. Ainda não há sinais objetivos de que isso ocorrerá, mas percebo um risco de alguns países ricos decidirem dar as costas ao mundo. Além de ser uma reação xenófoba, causaria uma grande fragmentação sociológica capaz de minar o projeto de se caminhar rumo à consolidação de uma Europa política (ADGHIRNI, 2009).

Discorda-se da posição deste sociólogo Jacquemain, quando ele pressupõe *a priori* uma cultura europeia xenofóbica. Entende-se que a xenofobia é produzida e influencia diretamente os comportamentos dos indivíduos. Mas, se isso vem ocorrendo, é devido à questão econômica que mina cultura civilizada, sendo que aversão aos estrangeiros

como sendo os responsáveis pela crise do emprego, por exemplo, vem sendo estimulada por políticos integrantes de partidos conservadores. A história europeia demonstrou essa postura com os campos de concentração nazistas criados por Hitler, que promoveu campanha antisemita e pôs a culpa do desemprego e da crise econômica nos judeus que migraram para Alemanha.

Diferentemente do que pensa Jacquemain, a crise econômica já apresenta evidências estatísticas que comprovam o reflexo imediato e direto no consequente aumento de legislação e manifestações anti-imigrantes na Europa, inclusive dando as bases para que partidos de direita e ultradireitistas reconquistem o poder ou conquistem governos de países que tradicionalmente eram socialdemocratas e que compõem a União Europeia, conforme comprova a pesquisa divulgada pelo *Financial Times*, reproduzida pela *UOL Notícias Internacionais*, em março de 2008.

A Europa, que era reconhecida como espelho da cultura humana universal, no período de pós-guerras, e se mostrava ao mundo como modelo de avanço nos direitos sociais e humanos, na atualidade, se apresenta capaz de regredir nesses mesmos direitos em decorrência da guerra concorrencial do comércio mundial e da crise econômica em que está mergulhada devido a sua desindustrialização. Na luta pela sobrevivência econômica, regride nos direitos humanos. Essa postura acirra, também, a rivalidade entre pessoas individualistas e atomizadas, forjadas por esse mesmo mercado, corroendo os avanços civilizacional da cultura europeia.

A seguir, apresenta-se alguns dados recentes de legislações e manifestações anti-imigrantes, por meio de atitudes xenofóbicas que vem ocorrendo na Europa, comprovando que as condições materiais da economia em crise estrutural refletem diretamente no comportamento dos indivíduos, governos e instituições. Desta forma, a crise econômica se transforma em crise social, moral e cultural.

Quadro 8 – Legislação e manifestações anti-imigrantes na União Europeia, a partir da Crise Econômica

País	Legislação e manifestações anti-imigrantes
Portugal	<p>A Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica recebeu 83 queixas em 2008, um aumento de 15,3% em comparação com 2007.</p>
Espanha	<p>O governo espanhol propôs reforma na lei de imigração que prevê multa para quem ajudar imigrantes ilegais. Desde novembro de 2007, a Espanha oferece pagamento de seguro-desemprego aos imigrantes desempregados que optarem em retornar ao país de origem. Outra legislação, a quarta do tipo em oito anos, provocou críticas de organizações de ajuda humanitária, que consideram alguns pontos inconstitucionais. Entre os pontos mais polêmicos da reforma, aprovada pelo parlamento e retificada pelo governo, estabelece o fim do acesso gratuito à saúde e à educação aos imigrantes em situação ilegal e o aumento das punições para quem contratar estrangeiros sem documentos. As multas por contratar um trabalhador irregular subiram de 60 mil euros (pouco menos de R\$ 160 mil) para 100 mil euros (aproximadamente R\$ 270 mil) para os casos graves.</p>

França	<p>O governo de Sarkozy estabeleceu novas restrições à política de imigração em França e incentivou o retorno voluntário dos imigrantes. Com essa iniciativa, conseguiu 45 mil saídas voluntárias, superando as 26 mil expulsões. Além disso, o país deve implementar um sistema de teste de DNA para controlar e autorizar os pedidos de reagrupamento familiar de imigrantes. De janeiro a julho deste ano, as autoridades francesas expulsaram 17 mil estrangeiros em situação irregular no país. Os objetivos do governo, anunciou o então Ministro da Imigração, Eric Besson, são o de expulsar 27 mil estrangeiro até o fim de 2009.</p> <p>Em relação ao Brasil, o número de brasileiros barrados no aeroporto de Paris, em 2006, foi de 1.135, no ano seguinte, aproximadamente, 1.800. De acordo com o Consulado do Brasil em Paris, em 2007, foram expulsos 1.860 brasileiros da França.</p>
Itália	<p>Em fevereiro de 2009, o senado italiano aprovou projeto que permite os médicos denunciarem imigrantes ilegais à polícia. Outro artigo, propõe a cobrança de imposto para obter permissão de residência na Itália para estrangeiro que não pertence à União Europeia. Outro decreto-lei, também de fevereiro deste ano, aumentou o período de detenção de imigrantes ilegais de dois para seis meses.</p> <p>O governo italiano projeta a construção de um grande centro de detenção de imigrantes africanos na Ilha de Lampedusa, no Mediterrâneo, para criar obstáculos à imigração para a Europa. Desde abril de 2009, os imigrantes e os cidadãos de Foggia (região italiana de Puglia), que utilizam ônibus da linha urbana 24, viajarão em ônibus diferentes: um para os negros e outro para os brancos. Segundo o chefe da polícia e Ministério do Interior, a medida adotada tem o objetivo de evitar brigas entre nativos e imigrantes. O prefeito, de centro-esquerda, disse que se tratava de uma medida razoável.</p>

Quadro 8 – Legislação e manifestações anti-imigrantes na União Europeia, a partir da Crise Econômica – *continuação*

País	Legislação e manifestações anti-imigrantes
Suíça	Partido ultradireitista então no poder na Suíça e que foi o mais voltado nas últimas eleições de 2007, em 2009, o partido conseguiu aprovar uma lei de naturalização que submete à aprovação da nacionalidade suíça a uma votação secreta feita pela comunidade onde vive o estrangeiro. O país tem a maior população de imigrantes, em número relativo, da Europa, 25% de sua população são de imigrantes.
Áustria	Líder da coalizão de direita vitoriosa nas últimas eleições de setembro de 2008, ficou conhecido por defender políticas anti-imigração e de fazer comentários favoráveis à Alemanha nazista.
Alemanha	Instituto Oficial de Criminologia divulgou crescimento da xenofobia entre jovens alemães de 15 anos. Quase 1/3 dos entrevistados concordaram que “há imigrantes demais na Alemanha” e 40% deles acreditam que a maioria dos imigrantes são criminosos
Reino Unido	Trabalhadores de refinarias do Reino Unido fizeram uma greve contra a contratação de empregados portugueses e italianos e adotam o slogan “Trabalhos ingleses para trabalhadores ingleses”. O governo britânico deverá endurecer as regras para os trabalhadores imigrantes de fora da União Europeia, declarou, à época, a ministra do Interior Jacqui Smith à BBC. A partir de abril de 2009, os imigrantes que não pertenciam à União Europeia e que queiram imigrar para a Grã-Bretanha, sem uma oferta de emprego, terão de ter, no mínimo, um mestrado - e não apenas curso universitário, como nas regras atuais - e um salário anterior equivalente a 20 mil libras por ano (cerca de R\$ 70 mil). “Estou, na verdade, aumentando o nível de exigência”, disse a Ministra.

Quadro 8 – Legislação e manifestações anti-imigrantes na União Europeia a partir da Crise Econômica - *conclusão*

Dinamarca	Segundo pesquisa realizada pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, divulgada em fevereiro de 2009, a Dinamarca, dentre os 11 países estudados, foi o que teve maior aumento proporcional de atos de xenofobia entre 2000 a 2006, o aumento dos incidentes foi de 56%
-----------	---

Fontes:

SAÇASHIMA, E. Crise econômica leva a aumento de legislação e manifestações anti-imigrantes na Europa. **UOL internacional**, 13 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/04/13/ult1859u830.jhtm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

ESPANHA corta acesso a saúde e educação para imigrantes ilegais. **BBC Brasil**, 18 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/09/18/ult5022u3408.jhtm>>. Acesso em: 18 set. 2009.

GRÃ-BRETANHA endurece regras para imigrantes. **BBC Brasil**, 23 fev. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/02/23/ult5022u1352.jhtm>>.

Acesso em 29 set. 2009.

FRANÇA expulsou 17 mil imigrantes ilegais entre janeiro e julho. **EFE/UOL**, 03 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/09/03/ult1808u145939.jhtm>>. Acesso em: 03 set. 2009.

MORA, M. Cidade italiana determina separação de nativos e imigrantes em linha de ônibus. **El País**, 29 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/04/04/ult581u3147.jhtm>>. Acesso em 29 set. 2009.

Os indicadores econômicos não deixam dúvidas sobre a gravidade da crise que atinge muitos países, principalmente os países do núcleo originário do sistema capitalista, como acontece, principalmente, nos países da Europa Central. Partidos de extrema direita vem conquistando apoio popular nos últimos tempos, como demonstram as últimas eleições europeias. “Ataques às minorias étnicas e aos imigrantes, se ainda não podem ser considerados recorrentes, ganham destaque na mídia. Países implementam políticas mais duras de imigração. A xenofobia estaria aumentando em decorrência da crise econômica?”, pergunta-se o jornalista (SAÇASHIMA, 2009).

Pesquisa publicada pelo *jornal Financial Times* em março [de 2009] mostra que mais de três quartos dos italianos e dos britânicos e a maioria na França, na Alemanha, na Espanha e nos Estados Unidos apoiariam que os governos pedissem que os imigrantes deixassem o país. Nesses países, a taxa de desemprego sofreu um grande aumento com a crise econômica. No Reino Unido, por exemplo, o desemprego atingiu os números mais altos em uma década. (SAÇASHIMA, 2009)

Nessa situação de crise, o imigrante, segundo o jornal, se torna o elo mais frágil da cadeia produtiva. “Em tempos de crise, ele, em geral, se torna o alvo principal dos ataques do trabalhador nativo.”, afirma o jornal (SAÇASHIMA, 2009). “Em geral, em épocas de crise, o imigrante é sempre o diferente”. (FERNANDES apud SAÇASHIMA, 2009). Conforme esta reportagem, os direitos humanos estão ameaçados, como foi denunciado no Dia Internacional contra a Discriminação Racial, celebrado no dia 21 de abril de 2009, promovido por três organizações europeias, entre elas o Conselho Europeu contra o Racismo e a Intolerância. Essas organizações manifestaram-se em nota conjunta na qual se diziam estar “alarmadas com os relatos que dão conta de ataques violentos contra imigrantes, refugiados e exilados políticos, e minorias como os ciganos”. (SAÇASHIMA, 2009). “A história europeia mostra como a depressão econômica pode levar à exclusão social e à perseguição. Estamos preocupados que, em tempos de crise, os migrantes, as minorias e outros grupos vulneráveis, se tornem o ‘bode expiatório’ para políticos populistas e para a mídia” (SAÇASHIMA, 2009). Segundo Fernandes, é possível que exista uma “tendência xenofóbica nos países europeus” e o “discurso antiestrangeiro encontra terreno fértil junto às pessoas que perdem o emprego, e o crescimento da extrema direita demonstra isso”. Acrescenta ele, que “O monstro do nazismo e do fascismo não foi destruído. Ele está latente, presente” (FERNANDES apud SAÇASHIMA, 2009).

Entre as populações empobrecidas há uma tentativa de sobrevivência em um mundo desigual, promovido pelo capitalismo de produção, e grandes contingentes humanos que sofreram historicamente os amargos da colonização pelo imperativo da expansão, ainda, sofrem

as consequências desse processo, principalmente, quando migram para as metrópoles que colonizaram seus países de origem. Segundo a agência de notícias *Der Spiegel*, da Itália, no ano de 2008, 36.952 refugiados africanos chegaram de barco às costas italianas, destes, somente 31 mil foram resgatados e conduzidos à Lampedusa, ilha turística do Mediterrâneo. Segundo calculam as organizações de auxílio humanitário, para cada três refugiados que chegam vivos, um morre no mar. A Ilha fica a 130 km da Tunísia, 10 horas de barco de pesca, e se transformou em um porto de transição para a Europa. Ela ficou famosa por meio do livro *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi, o Príncipe de Lampedusa. Os seis mil italianos que moram lá protestaram contra Roma, pelo fato de que o primeiro-ministro Silvio Berlusconi vinha defendendo a ideia de transformar a Ilha em um “quebra-mar mais eficiente da Europa” contra as grandes ondas de imigração. Segundo o jornal, a coalização de centro-direita liderada pelo primeiro-ministro deseja construir um centro de detenção de grande porte na Ilha. Durante as eleições de abril de 2008, “os partidos de direita do país prometeram expulsar os imigrantes o mais rapidamente possível. E agora eles estão a ponto de cumprir a promessa, em Lampedusa” (HÖGES, 2009). Como noticia esse jornal, a nova política de Roma propõe que os migrantes não sejam mais transportados para o continente, mas para os campos de refugiados na ilha. “Lampedusa é ideal para isso. Não é possível sair de lá sem um barco, e um forasteiro teria dificuldades para se esconder por mais do que alguns minutos na única cidade da ilha. Algum dia os africanos serão deportados para algum outro país - mas isso será difícil e demorado” (HÖGES, 2009).

A xenofobia não tem limites. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, três jovens italianos foram presos na Itália sob suspeita de atearem fogo em um imigrante indiano que dormia na estação de trem de Roma. Para o presidente italiano Giorgio Napolitano, “o crime é sintoma de ‘alarmantes tendências [xenófobas]’ e, na mesma linha, segue o líder oposicionista Walter Veltroni, “o crime é ‘fruto do clima de ódio e medo’ instigado por políticos. A Itália endureceu contra a imigração ilegal sob o governo do premiê Silvio Berlusconi” (OPPENHEIMER..., 2009).

Atualmente, alguns segmentos despolitizados do movimento

sindical dos trabalhadores se contrapõem à própria classe em situação de crise, como demonstra a “greve selvagem” de 24 horas, realizada por cerca de 1.200 trabalhadores das centrais nucleares de Sellafield e Heysham, no noroeste da Inglaterra, em apoio ao protesto dos empregados da refinaria de petróleo de Lindsey. Esse protesto teve como causa a contratação de 400 trabalhadores italianos e portugueses pela petroleira Total e a companhia italiana IREM. Os sindicatos locais afirmaram que os trabalhadores britânicos foram preteridos pelas empresas que optaram por contratar trabalhadores estrangeiros (OPPENHEIMER, 2009).

Manifestações xenofóbicas atingem também filhos dos imigrantes. Segundo a *BBC Brasil*, duas crianças brasileiras em escola de Madri, de 9 e 12 anos, “foram alvo de agressões físicas e xingamentos racistas por parte de outros alunos do colégio pelo fato de serem estrangeiros”. (DENÚNCIA..., 2009) O caso teve repercussão nacional, o que obrigou o governo espanhol “a reconhecer que estudantes imigrantes são alvo de xenofobia nas escolas do país.” A pesquisa feita pelo Observatório Estatal de Convivência Escolar do Ministério da Educação da Espanha demonstrou que “há grandes índices de rejeição dos estudantes espanhóis em relação a alunos estrangeiros”. (DENÚNCIA..., 2009) A pesquisa feita com 23.100 estudantes e 6 mil professores do Ensino Fundamental de 300 colégios chegou à conclusão “que os alunos espanhóis são pouco tolerantes para com os imigrantes”, 46% dos consultados disseram que não gostavam de fazer trabalhos escolares com colegas latino-americanos. Outros dois terços afirmaram que não gostam de estudar ao lado de ciganos, judeus ou marroquinos. Segundo a pesquisa, os coletivos de imigrantes preferidos pelos alunos são de origem norte-americana e europeus ocidentais. (DENÚNCIA..., 2009).

Na Ásia, a situação não é diferente no que diz respeito ao tratamento dado aos trabalhadores imigrantes. O governo do Japão, em abril de 2009, começou a oferecer dinheiro para que os imigrantes brasileiros e peruanos desempregados deixassem o país, em contrapartida, exigiu dos imigrantes o compromisso de não voltarem ao Japão por um determinado período. (SAÇASHIMA, 2009). A revista *Le Monde*

Diplomatique, de dezembro de 2008, divulgou diversas denúncias de trabalhadores chineses e de outros países da região que migraram para o Japão e sofreram diversas represálias por parte dos patrões. O artigo comentava sobre o subemprego asiático e denunciava os empresários japoneses que, com a crise dos anos 1990 no país, utilizaram-se de estágio de estrangeiros e jovens, principalmente chineses, recrutados para trabalhar até 12 horas por dia, e recebiam irrisórios salários e um visto de três anos para permanecerem no país (ROY, 2008).

Na América do Norte, os Estados Unidos também intensificaram as medidas anti-imigração, que vem sendo oficializadas há muito tempo, cuja hostilidade contra os direitos humanos não tem limites. A polícia, em batidas constantes, costuma deter imigrantes ilegais. O jornal *The New York Times*, de 23/04/2009, publicou matéria sobre a situação de uma mãe guatemalteca presa em uma operação da polícia em uma fábrica de processamento de frangos. Por estar ilegal, o tribunal estadual de Missouri decidiu revogar-lhe o direito de custódia do filho, caracterizando abandono pelo fato de ter sido presa e não poder estar presente para cuidar da criança. Depois de cumprir a pena, a mulher ainda seria deportada e, pressionada pela situação vivida, acabou cedendo, permitindo a adoção do filho por um casal local (THOMPSON, 2009).

Na esteira da crise estrutural do capital, a promessa inicial do presidente Barack Obama de que moderaria a política truculenta do ex-governo Bush contra os imigrantes, fez água. Segundo o *The New York Times*, “o governo está implementando um estratégia agressiva para a repressão da imigração ilegal, que baseia-se significativamente em programas que tiveram início com o seu antecessor” (PRESTON, 2009). As autoridades locais estadunidenses diminuíram as frequentes prisões maciças de trabalhadores imigrantes nas fábricas. Porém, por outro lado, os processos criminais, por violações da lei de imigração, aumentaram significativamente, segundo estudo apresentado pelo *Transactional Records Access Clearinghouse*. Em abril de 2009, ocorreram 9.037 processos envolvendo imigrantes nos tribunais federais, o que representou um aumento de 32% em relação a abril de 2008, destacou o estudo. (PRESTON, 2009).

Com os problemas sociais que ameaçam a “solidez” da cultura

política socialdemocrata da Europa, com a tendência à “direitização” da população, a esquerda europeia não conseguiu capitalizar eleitoralmente com a crise econômica, conforme alguns analistas. Os partidos de centro-direita saíram vencedores das últimas eleições continentais para o Parlamento Europeu, ocorrida em junho de 2009. Os resultados das eleições indicaram vitórias dos partidos conservadores na disputa com os de centro-esquerda em diversos países, tais como: a Alemanha, França, Reino Unido e Espanha. Os cidadãos europeus elegeram a 7ª legislatura do Parlamento Europeu, que vem ganhando importância dentro da União Europeia (CENTRO-DIREITA 2009).

6.5.5 A lógica é privatizar tudo

Não bastasse o racismo que aflora, a atual crise e a permanência de manutenção da ordem sob a administração capitalista interfere, também, na cultura local. A intolerância do Sistema Capitalcrático, na arrogância de se impor como única economia política possível e a arbitrariedade da ideologia do *pensamento único* na defesa da ideia de que *não há alternativa* ao capitalismo, demonstra, nesse processo, o imperativo da homogeneização mercadológica.

Na busca permanente de novos nichos de negócios, de incorporação de todas as esferas da vida social à lógica do lucro e de poder do capital, o sistema capitalcrático passa também por cima de tradições culturais seculares e tampouco isenta a cultura local de sua lógica de mercantilização de tudo para investir em turismo. Como se pode observar na atitude do prefeito da cidade de Mangalia, situada no litoral romeno do mar Negro, que no dia 01/08/2008, proibiu os tradicionais cortejos funerários. “Conforme a tradição ortodoxa, à qual 87% dos romenos reivindicam pertencer, o morto deve ser levado pela sua família, seus parentes e amigos para ‘passear’ pela cidade antes de ser enterrado. O ritual prevê várias paradas nas encruzilhadas, além de uma passagem pela igreja antes da chegada final ao cemitério.” (BRAN, 2008) As autoridades locais preocupadas em preservar o potencial turístico da cidade, “tomaram a decisão de proibir o extenso ritual ortodoxo durante a temporada das férias, de 1º de maio a 15 de

setembro.” (BRAN, 2008) Como explica Mihai Tusac, o prefeito de Mangalia, quer que sua cidade seja beneficiada com o *boom* econômico na região com vistas à injeção de recursos financeiros da União Europeia. “Os deslocamentos dos cortejos funerários pela cidade são prejudiciais ao conforto dos turistas e geram um estado de tristeza e de descontentamento”, afirmou o então prefeito. (BRAN, 2008) A autoridade propôs que a população local fizesse cortejos discretos transladando o morto diretamente ao cemitério, sem dar todas aquelas voltas tradicionais pela cidade. O então prefeito, para encobrir os interesses econômicos que estavam por trás, filosofou dizendo que, “Dentro da sociedade moderna, a morte deixou de ser um evento compartilhado pela comunidade, tornando-se um aspecto da vida privada”. (BRAN, 2008) A Romênia, que se tornou membro da União Europeia em 2007, iria receber, dos fundos europeus, investimentos financeiros na ordem de 32 bilhões de euros até 2013, para melhorar a infraestrutura do país e promover, economicamente, a sua vocação turística (BRAN, 2008).

O sistema capitalista, na versão de um sistema capitalcrático, não tem limites para sua lógica da acumulação e privatização de tudo. Os dois exemplos, a seguir, dão indícios de que o sistema é impossível de ser controlado pelas instituições oficiais, criadas por ele mesmo para atender suas demandas, seus imperativos da acumulação e expansão na maximização do lucro. Todavia, por outro lado, mostra a capacidade transformadora dos indivíduos organizados, que se mostra como a única forma de se contrapor ao capitalismo.

Na cidade de McCloud, pequeno vilarejo turístico situado no norte da Califórnia, EUA, a população local deu provas de que a organização social é potencialmente mais forte quando se tem desejo de mudança do *status quo*. A *Nestlé Waters*, uma divisão da multinacional suíça, possui 72 marcas de água mineral, que são produzidas numa centena de usinas instaladas em 38 países. Somente no ano de 2007, segundo *Le Monde*, ela registrou um faturamento de 6,3 bilhões de euros (cerca de R\$ 17 bilhões). Nos Estados Unidos, a Nestlé controla cerca de um terço do mercado da água engarrafada e possui cerca de vinte usinas, registrando um faturamento de cerca de 2,8 bilhões de euros (R\$ 7,54 bilhões). A empresa apresentou, em reunião do conse-

lho distrital do município estadunidense, o projeto de construção de um complexo industrial para captar água diretamente na fonte do rio McCloud e engarrafá-la. No dia seguinte, logo após a reunião, a comunidade ficou sabendo que o projeto havia sido aprovado. Por iniciativa de alguns, foi possível mobilizar a população local e fazer com que a empresa recuasse. Segundo o Jornal,

A Nestlé havia conseguido obter condições inacreditáveis: não seria realizado nenhum estudo prévio de impacto ambiental; tratava-se de um contrato exclusivo de cem anos, pelo qual a companhia teria o direito de bombear até 4.700 litros de água por minuto - inclusive em detrimento dos habitantes durante os períodos de seca -; o preço de compra da área de captação era irrisório, e o acordo outorgava à Nestlé o direito de demolir por completo a antiga usina de madeira da cidade, ao passo que existe um projeto de transformação destas construções numa zona de atividades alternativas. (EUDES, 2008).

Em contrapartida, a Nestlé se comprometeria a criar apenas 240 empregos e pagar taxas e impostos. Os ecologistas lançaram argumentos de que para transportar a água, a Nestlé circularia noite e dia centenas de caminhões de carga de água pela cidade e insistiram no argumento de que a fabricação, o transporte e a eliminação das garrafas de plástico representariam um vasto desperdício de matérias-primas e de energia. Dessa forma, o conselho organizado para impedir a instalação da Usina passou a distribuir garrafas de alumínio que poderiam ser reaproveitadas por muito tempo e incentivavam os cidadãos a enchê-las com água da torneira, de forma gratuita e perfeitamente pura, que vinha da fonte onde a empresa queria captar para privatizá-la e cobrar por isso. Outro argumento utilizado, de forma a chamar a consciência coletiva contra a privatização, foi que “ao bombear massas tão consideráveis de água, a usina apresentaria o risco de provocar uma diminuição do nível dos rios e dos lagos, e ainda de secar os poços e de perturbar o lençol freático, provocando reações em cadeia incontrolláveis, que colocariam em perigo o ecossistema do vale.” (EUDES, 2008) Os argumentos utilizados pelos militantes democratas contribuíram para acrescentar uma problemática mais política: “a água não

é uma mercadoria, mas sim um elemento indispensável para a vida e, como tal, é uma riqueza que deve permanecer no domínio público.” (EUDES, 2008) Com esse argumento baseado no princípio de um bem público, defendiam que “é imprescindível lutar contra a sua privatização, quer se trate da captação de fontes para o engarrafamento das suas águas, quer da compra das redes hidrográficas municipais” (EUDES, 2008) por empresas privadas muito ativas nos Estados Unidos. Disse o *Le Monde*, “Considerada a partir de McCloud, a população americana tornou-se a vítima de uma globalização selvagem conduzida por europeus, com a ajuda da Organização Mundial do Comércio (OMC)” (EUDES, 2008).

Segundo o jornal, a batalha contra a água engarrafada está se desenvolvendo pelo lado também dos consumidores.

Grupos de ecologistas e de militantes da esquerda alternativa empreenderam campanhas que visam a convencer os americanos a beberem água da torneira. Os prefeitos de várias grandes cidades, de San Francisco a Minneapolis, proibiram que os serviços municipais comprassem garrafas de água mineral. Na Califórnia, muitos restaurantes antenados pararam de vender toda e qualquer água engarrafada, enquanto Igrejas protestantes recomendam aos seus paroquianos que evitem comprar esse tipo de produto. Nos campi das universidades, militantes organizam degustações para provarem para os estudantes que a água da torneira é tão boa quanto a água engarrafada (EUDES, 2008).

O processo de expansão capitalista não tem limite, a sua lógica de privatizar para acumular e centralizar a riqueza continua descobrindo novas formas para atingir seus objetivos. Se antes a apropriação para a extensão territorial se dava por meio de batalhas entre impérios em luta, hoje, ela se dá de forma harmônica e legal com o processo de privatização perpetuado pelos possuidores de capitais, sobrepondo-se à soberania do Estado-Nação. Muitas empresas e países vêm adquirindo terras cultiváveis no exterior, expandindo-se de forma a garantir a privatização dessas terras para a produção visando o agronegócio. “Os classificados de terras agrícolas à venda agora aparecem na imprensa financeira internacional”, diz Jean-Yves Carfantan, autor de “*Choc*

alimentaire mondial, ce qui nous attend demain” [Impacto alimentar mundial, o que nos espera amanhã] (Editora Albin Michel, 2009), destaca o *jornal Le Monde*, de 15/04/2009.

O autor constata que, “No fim de 2008, cinco países se distinguem pelo montante de suas aquisições de terras aráveis no exterior: a China, a Coreia do Sul, os Emirados Árabes Unidos, o Japão e a Arábia Saudita. Juntos, eles dispõem hoje de mais de 7,6 milhões de hectares para cultivar fora de território nacional, ou seja, o equivalente a 5,6 vezes a superfície agrícola útil da Bélgica” (BAUDET; CLAYREUL, 2009). Como constatou a Grain – uma ONG internacional que procura promover a biodiversidade agrícola – em seu relatório publicado em 2008, com o título “Apropriação de terras agrícolas”, com a atual crise financeira, “todos os tipos de agentes dos setores financeiro e agroalimentar - fundos de pensão, fundos especulativos etc. - abandonaram os mercados de derivados e consideraram que as terras agrícolas se tornaram um novo ativo estratégico” (BAUDET; CLAYREUL, 2009). Além das empresas, muitos Estados também investem nessa estratégia de aquisição, por razões de segurança alimentar. Segundo Carfantan, “O objetivo é claramente o de prevenir consequências de uma estagnação de produção interna provocada, entre outras coisas, por uma urbanização crescente e pela diminuição dos recursos hídricos” (BAUDET; CLAYREUL, 2009). Ainda conforme o autor, as terras cultiváveis são mais raras no Oriente Médio, onde as monarquias petrolíferas investem em anexos extraterritoriais e cita como exemplos, o Qatar, que dispõe de terras na Indonésia; o Bahrein, nas Filipinas e o Kuwait, na Birmânia. Assim como o governo chinês tem investido na política de aquisição de terras no exterior, sua população representa 40% da população ativa agrícola mundial e o país apenas possui 9% de terras cultiváveis, afirma Carfantan. Nos dados apresentados por ele, observa-se que o Japão e a Coreia do Sul importam 60% de seus alimentos. Segundo o autor, essa ação por parte de governos de países em desenvolvimento se intensifica e, cita o exemplo de que no fim de 2008, Muammar Kadafi, então chefe do Estado líbio, propôs à Ucrânia troca de petróleo e gás por aluguel de terras férteis naquele país; o acordo estava para

ser concluído. Essa estratégia de “deslocalização agrícola” tem consequências, afirmou *Le Monde*. As populações locais ficam ameaçadas por essa comercialização. “O planeta conta hoje com 2,8 bilhões de camponeses (em uma população total de 6,7 bilhões de habitantes) e os três quartos de pessoas que passam fome vivem no campo. Muitas vezes os registros de propriedades são inexistentes. Como se faz e como será feita a indenização daqueles que exploram e vivem da terra, se eles não possuem títulos de propriedade?”, pergunta-se o jornal (BAUDET; CLAYREUL, 2009). Segundo a ONG que milita pelo desenvolvimento do direito de uso – as terras continuam pertencendo ao Estado-, e não por aquele do direito de propriedade, apoiado pelo Banco Mundial. Dessa forma, “o direito de propriedade privilegiaria então os grandes exploradores, estrangeiros ou não” (BAUDET; CLAYREUL, 2009). Carfantan conta que Pequim assinou acordos de cooperação agrícola com vários Estados africanos que permitiram a instalação de 14 fazendas experimentais na Zâmbia, no Zimbábue, em Uganda e na Tanzânia. Ele estimou que até 2010, um milhão de camponeses estariam nessas terras africanas, e se sabe de antemão que uma parte das colheitas será exportada para a China, visando garantir o abastecimento do mercado interno (BAUDET; CLAYREUL, 2009). O que se espera disso é que a África, que passa por mais esse neocolonialismo territorial, via privatização de suas terras, siga dependendo dos países centrais.

O Sistema Capitalcrático, que tem como seu constituinte o Estado, tem a corrupção como parte constitutiva de seu processo de acumulação. Ele age pela via legal e também na ilegalidade, como funcionalidade de sua própria existência. Isso pode ser comprovado ao se observar que, além das organizações financeiras e industriais, igualmente as organizações criminosas pertencem ao mesmo esquema. Como escreveu Marcuse, em 1972, num pequeno artigo com o título “*Uma nova ordem*”:

A contradição entre uma produtividade que poderia abolir a sujeição dos homens e das mulheres aos instrumentos de seu trabalho e as condições nas quais esta própria produtividade favorece e perpetua a alienação e a repressão acaba por penetrar no consciente e no subconsciente da base. Isto

se evidencia no declínio generalizado de uma “ética do trabalho”, nos atos-espontâneos de sabotagem, na violência em que tudo se infiltra, etc., em resumo, na desagregação dos valores operacionais de que depende o funcionamento da sociedade capitalista (MARCUSE, 1972).

E no final do artigo, vaticina,

Hoje, com a totalização dos controles, é o outro lado que assume a iniciativa. Um novo sistema social está talvez em vésperas de nascer: um regime neo ou semifascista com amplos apoios populares. Certos indícios apontam nessa direção: o estreitamento das possibilidades de expansão capitalista, o crescimento da população dependente, *a aliança da Máfia com os grupos econômicos legítimos*, o contágio da violência, o racismo endêmico, a concentração das armas de aniquilamento nas mãos das autoridades constituídas, a corrupção que infecta o conjunto do processo democrático (MARCUSE, 1972, grifo nosso).

Com o agravamento da crise estrutural do Capital, os espaços de atuação do Estado na esfera econômica e na política, por meio das políticas públicas, são substituídos cada vez mais por ações das organizações mafiosas que adentram nas porosidades da atuação do Estado, como anteviu a análise de Marcuse e essa informação do *jornal El País*, com o título *Isto é a Camorra*.

Desde 1979, a Camorra comete em média um assassinato a cada 2,5 dias. Tem faturamento de bilhões de euros anuais, controla parte do tráfico de cocaína na Europa, domina o negócio da extorsão, da agiotagem, da coleta de lixo e do transporte de dejetos tóxicos. Ela controla crianças de 11 anos, que atuam como sentinelas, abocanha grandes contratos públicos para os quais são feitas licitações na região da Campanha -onde fica Nápoles. A Camorra também lava dinheiro no setor da construção civil da Espanha, compra políticos, faz prefeitos, administra direta ou indiretamente 40% do comércio de Nápoles, fabrica roupas no mercado negro para grandes empresas, dirige a importação e distribuição de mercadorias falsificadas vindas da China e domina o porto da cidade. (ISTO..., 2009)

6.6 A INCAPACIDADE DO ESTADO DE SOLUÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL

Diante desses problemas em escala mundial, o sistema capital-crático depara-se com seus próprios limites, que se agravam diante da impossibilidade de um Estado Mundial (como teorizava Kant na esperança de paz perpétua entre as nações) resolver os problemas de ordem estrutural do capital em escala global, como sempre foi o importante papel político dos Estados-Nação no processo de ascensão histórica do capitalismo. Exemplos disso, foram o fracasso da Rodada de Doha e da Conferência do Clima em Copenhague. Explica Mészáros:

Uma das contradições e limitações mais importantes do sistema se refere à relação entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida. Em outras palavras, apesar de todos os esforços das potências dominantes para fazer seus próprios Estados nacionais triunfarem sobre os outros, e dessa forma prevalecer como Estado do sistema do capital em si, precipitando a humanidade, no curso dessas tentativas, para as vicissitudes sangrentas das duas horrendas guerras mundiais do século XX, o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais. É óbvio que essa contradição tem uma magnitude tal que não se pode admitir que dure indefinidamente, qualquer que seja a retórica mentirosa incansavelmente repetida que finge resolver essa contradição por meio do discurso sobre “democracia e desenvolvimento” e seu corolário tentador: “Pense globalmente, aja localmente”. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja trazida para o primeiro plano da atenção crítica. (MÉSZÁROS, 2007, p. 93-94)

6.7 A REAÇÃO DOS TRABALHADORES

O imperativo da necessidade que impulsiona os indivíduos à ação manifesta-se sempre diante dos obstáculos sociais. Os países centrais da Europa, berço do sistema capitalista, onde tudo parecia ser sólido, agora, desmancham-se no ar, como diz Marx. Na França, em 2005, centenas de milhares de trabalhadores protestaram em uma greve de um dia, paralisando o transporte público de Paris e de outras cidades, com objetivo de pressionar o governo para que faça mudanças em suas políticas trabalhistas e econômicas. Alguns dos manifestantes exigiam a renúncia do primeiro-ministro, Dominique de Villepin, na chefia do governo há apenas, quatro meses. “A greve foi convocada por todas as principais centrais sindicais francesas contra os baixos salários, o desemprego - de 9,9% da força de trabalho-, a queda dos padrões de vida e uma nova lei que torna mais fácil às empresas demitir funcionários”, afirmou a Agência EFE (FRANCESES..., 2005).

As manifestações contra a política econômica e a flexibilização das leis trabalhistas do governo francês, desde 2005, duram até os dias de hoje e atingiram um grau de violência urbana inesperado. A onda de protestos nos centros urbanos da França, especialmente nos bairros mais pobres de Paris e arredores, chegou ao nono dia consecutivo com um saldo de 754 veículos incendiados e 203 prisões de manifestantes, segundo afirmou a agência France Presse, de Paris. A maioria dos ataques aos carros, no total de 563, ocorreu em Île-de-France, região periférica da capital de Paris. Todavia, o número de incidentes aumentou em muitas cidades francesas. “Estes tumultos, causados em sua maioria por jovens descendentes de imigrantes africanos e muçulmanos, ganham força devido ao desemprego, à pobreza e à falta de acesso à educação e à moradia em que vivem”, afirma o jornal. Em outras cidades da França, os atos de protestos não se resumiram aos ataques aos automóveis, mas foram alvos, também, ônibus, creches, colégios e estabelecimentos públicos e comerciais (APÓS..., 2005). Porém, não foram somente esses segmentos sociais, a eles agregou-se a classe trabalhadora manifestando-se diante do desemprego e da perda de direitos trabalhistas. Em 2009, os trabalhadores da empresa alemã

Continental de Clairoux, França, protestaram, parando suas atividades, contra o fechamento da unidade, onde há 1.120 funcionários. “Esta é a maior demissão de uma única fábrica na França desde o começo da crise econômica global”, afirma a agência EFE (FOTO..., 2009).

Essa manifestação dos trabalhadores franceses é apenas um exemplo, mas cada vez mais ocorrem protestos nos locais onde são realizadas as reuniões dos fóruns econômicos mundiais. Na Grécia, desde 2008, trabalhadores protestam nas ruas contra as medidas neoliberais, desemprego e baixos salários. Além disso, enquanto ocorre a reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, há dez anos, simultaneamente ocorre o Fórum Social Mundial, que reúne milhares de pessoas de muitos países para contestar a ordem estabelecida.

Vale apenas repetir, que os *imperativos* ditados pelo comando do Capital que são “*orientados para expansão e movidos pela acumulação*” defrontam-se com o imperativo da necessidade que impulsiona à ação humana. De acordo com Mészáros (2002), a expansão atingiu seu limite geográfico com a *globalização*, nos anos 1980, ou seja, concluiu a integração universal de todos os países da face da Terra sob o domínio do sistema do capital. No transcorrer do processo expansionista, simultaneamente de grande acumulação nos países centrais, foi possível desenvolver, nesses países, sistemas de proteção social na figura do Estado de Bem-Estar que, ideologicamente, faziam crer que os demais países - mesmos os que passaram por processos de colonização- poderiam chegar àqueles patamares de avanços sociais (WALLERSTEIN, 2001). Mas, essa conclusão geográfica provocou certo limite ao sistema, por ele não poder transferir mais para o futuro seus *antagonismos* escondidos durante seu processo de alargamento. Estes, hoje, se revelam em problemas sociais e ambientais para todas as nações do mundo, dando os contornos finais da contradição inerente entre a classe capitalista e a classe trabalhadora em âmbito mundial.

Os resíduos provocados pelo sistema produtor capitalista se encontram nos lixões urbanos. Excluídos de acesso ao consumo mínimo de alimentos para manterem suas vidas, os trabalhadores, descartados como lixo social, se encontram nesses lixões juntamente com os resíduos materiais, dejetos decorrentes da produção e exploração capitalista.

Figura 2 – O sociometabolismo do capital: onde os lixos se encontram



Fonte: Disponível em: <http://www.apolo11.com/imagens/etc/catadores_de_lixo.jpg> Acesso em: 24 mar. 2009.

Contrastando com a precarização da vida social, o consumo conspícuo da classe capitalista não tem limites. Como exemplo disso, uma empresa suíça, em 2008, lançou no mercado o celular mais caro do mundo revestido em ouro de 24 quilates e diamantes. O celular custa 1 milhão de euros equivalente a 2,7 milhões de reais. (Folha online, 13/03/2008)

Figura 3 – Consumo conspícuo: celular revestido de ouro e diamantes



Foto: Action Images/Henry Browne/Reuters
Fonte: COM OURO e diamante, celular mais caro do planeta custa R\$ 2,6 milhões. **Folha Online**, 13 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u381529.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

Os altos índices de desemprego, a diminuição da proteção social, a perda dos direitos trabalhistas, a crescente miséria nos países, como por exemplo na África e países latino-americanos, e a miséria crescente nos países de capitalismo avançado deixam transparecer o antagonismo do sistema do capital em sua forma mais acabada de expansão. Tais constatações se transformam em desalento para aqueles países que acreditavam no caminho do desenvolvimento e na disputa protecionista entre Estados-Nação. Esse desalento pode ter indício de prova na vitória nas eleições de presidentes de centro-esquerda nesses países, tais como: Venezuela, Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai e Chile, por exemplo. A eleição de candidatos que, em discurso, mostram-se mais sensíveis a causas populares, possivelmente resulta do aumento da percepção, por parte da população, da crise social que se reflete concretamente no seu dia-a-dia, principalmente nas dificuldades que encontram para ter acesso ao consumo dos meios de subsistência devido ao desemprego em massa que se consolida, também, em países vizinhos.

A economia e a política liberal acreditam que na arena do mercado a livre competição seja capaz de promover a melhor locação de recursos, elevado índice de produção, rápido progresso tecnológico, apropriação racional da natureza e a mais justa distribuição de renda para o maior número de indivíduos possível. Não é isso que se observa, a concentração da riqueza aumenta significativamente, e a pobreza atinge grandes parcelas populacionais na maioria dos países, como afirmam Marx e Engels:

O operário moderno, ao contrário, ao invés de ascender como o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador se torna pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. Evidencia-se assim, abertamente, que a burguesia é incapaz de permanecer por mais tempo como classe dominante e de impor à sociedade, como leis supremas, as condições de sua própria existência. Ela não é capaz de dominar porque é incapaz de garantir a existência de seu escravo no interior mesmo da escravidão; porque ela se vê obrigada a permitir que ele decaia a tal ponto, que precisa alimentá-lo ao invés de ser alimentada por ele. A sociedade já não consegue

mais viver sob o domínio da burguesia, isto é, a existência desta já não é mais compatível com a sociedade. (MARX; ENGELS, 1998, p. 19-20)

Como se observa nesta conclusão geográfica do modo de produção capitalista em escala global que se configura como um sistema capitalcrático, ou seja, o poder político do capital mundial, configurando o mundo em duas classes antagônicas, a dos capitalistas e dos trabalhadores. Sob o imperialismo da classe capitalista que, com o poder econômico detem o poder político, com as instituições burguesas a seu serviço, tanto para manter o consentimento social, quanto, também, para agir autoritariamente de forma coercitiva, a polícia e o exército, a seu serviço, vão às ruas para conter as manifestações dos trabalhadores no contexto da crise estrutural do capital. A seguir, observam-se os vários protestos nos países europeus que sofrem as consequências do capitalismo com o seu processo de desindustrialização nos países centrais, tendo em vista as transferências das indústrias para países em desenvolvimento (BRICS) com abundância de força de trabalho e fraca organização sindical, para buscarem a valorização do capital dando continuidade à extração da mais-valia.

Figura 4 – Trabalhadores franceses protestando contra o desemprego, em 2009



Fonte: FOTO do protesto dos trabalhadores da alemã Continental de Clairoux, na França. **EFE/UOL Notícias**, 25 mar.2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/090325_album.jhtm?abrefoto=6>. Acesso em: 25 mar. 2009.

Figura 5 – Greve geral dos trabalhadores gregos protestando contra os ajustes econômicos neoliberais, em 2010



Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/radar-economico/2010/05/02/europa-e-fmi-anunciam-acordo-de-110-bi-para-grecia/>

Figura 6 – Trabalhadores russos protestando contra as diretrizes econômicas neoliberais, em 2010



Fonte: <http://anovademocracia.com.br/blog/?m=201005&paged=4>

Figura 7 – Trabalhadores portugueses protestando contra as reformas trabalhistas do Governo, em 2012



Fonte: <http://blogdoeduardobomfim.blogspot.com.br/2012/02/portugueses-e-gregos-vao-as-ruas-em.html>

Figura 8 – Protestos dos trabalhadores espanhóis contra os cortes no orçamento dos serviços públicos imposto pelo FMI, em 2012



Fonte: Carta Maior. <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20594>.

Figura 9 – A polícia, a serviço do Capital, reprime protesto dos trabalhadores na Grécia, em 2010



Fonte: <http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/3249>

Figura 10 – Movimento Occupy Wall Street, nos EUA, contra a desigualdade econômica e social decorrente da ganância do capital financeiro, em 2011



Fonte: <http://www.inquisitr.com/151032/occupy-wall-street-protesters-have-230000-war-chest/>

Como sugere Thompson, a classe trabalhadora experiencia concretamente as dificuldades encontradas e as soluções buscadas no cotidiano de sua existência. Novos valores e regras são criados e internalizados formando permanentemente a cultura, bem como a concepção e consciência de classe.

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior de ‘o conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo através do qual se valeram dessas experiências em nível cultural” (THOMPSON, 1998, p. 103 – grifos do autor).

A teoria de Thompson reconhece que classe não é uma coisa, mas sim um fenômeno histórico, e que ela se faz a si mesma e numa relação, e também é formada tanto pelo econômico quanto pelo cultural (1987, p. 13). Por isso, sua contribuição é importante para pesquisas empíricas sociais nesse momento de crise.

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham para o seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 1998, p. 100)

Por último, nesse contexto de crise e diante desse processo vilipendiador da atividade humana, e da polarização extrema da riqueza e da pobreza em escala mundial, levado a cabo pelo modo de produção capitalista que aqui, também, vem se definindo de sistema capitalcrático, onde, de um lado, a classe capitalista cada vez menos quantitativa, mas que se apropria da maior parte da riqueza social e, de outro, a

classe trabalhadora que se amplia, e que sofre as consequências da intensificação da exploração no trabalho e das mazelas sociais que se avolumam em todos os países. Essa situação também atinge, inclusive, os países de capitalismo avançado, decorrente do desenvolvimento total das forças produtivas em nível mundial. Nesse contexto mundial de crise, o imperativo da necessidade de garantia da vida, sem ter outra alternativa, a classe trabalhadora estará diante de uma bifurcação, continuará trilhando o caminho da barbárie social ou agirá buscando a transformação social qualitativa. Como escrevem Marx e Engels na *Ideologia Alemã*:

Para que ela [alienação] se transforme num poder ‘insuportável’, quer dizer, num poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens totalmente ‘privada de propriedade’, que se encontre simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com existência real; ambas as coisas pressupõem um grande aumento da força produtiva, isto é, um estádio elevado de desenvolvimento. Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica actual dos homens decorre no *âmbito da história mundial* e não no da vida local) é uma condição prévia absolutamente indispensável pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. Ele constitui igualmente uma condição prática *sine qua non*, pois *é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens* e porque, deste modo, o fenômeno de massa ‘privada de propriedade’ pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens empiricamente universais vivam de facto a *história mundial* em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local. Sem isto: 1º) o comunismo só poderia existir como fenômeno local; 2º) as forças das relações humanas não poderiam desenvolver-se como forças *universais* e, portanto, insuportáveis, continuando a ser simples ‘circunstâncias’ motivadas por superstições locais; 3º)

qualquer ampliação das trocas aboliria o comunismo local. O comunismo só é empiricamente possível como acção ‘rápida’ e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal das forças produtivas e as trocas mundiais que lhe estejam estreitamente ligadas.

Para nós, o comunismo não é um *estado* que deva ser implantado, nem um *ideal* a que a realidade deva obedecer. Chamamos comunismo ao movimento *real* que acaba com o actual estado de coisas. As condições deste movimento resultam das premissas actualmente existentes (MARX; ENGELS, 1974, p. 41-42, grifos dos autores e nosso).

Observa-se em Marx e Engels que a revolução comunista pressupõe o desenvolvimento universal das forças produtivas e a configuração também universal da classe capitalista e da classe trabalhadora. Esta última, necessitará estabelecer um intercâmbio universal entre os trabalhadores, portanto, uma organização mundial, para por fim ao capitalismo. Neste estágio que atinge com a sua globalização, que é o fim do imperativo geográfico da expansão, estão dadas essas condições. Como propõe aqui Mészáros,

Só a força mais insensível, desprovida de toda consideração humana, poderia ignorar as limitações do tempo. É isso que testemunhamos hoje de um modo característico. Nossa contingência histórica dada é o que atira os limites estruturais insuperáveis – absolutos do capital. São limites estruturais absolutos do sistema do capital que se tornam determinações destrutivas inclinadas a obstruir o futuro da humanidade. Nessa conjuntura da história, o capital não pode, sob nenhum aspecto, ser diferente do que efetivamente é. Eis como a necessidade estrutural do capital se torna fundida de modo devastador com sua contingência histórica brutalmente – mas totalmente em vão – ignorada. Isso ocorre precisamente porque o capital não tem, e não pode ser, a consciência do tempo histórico. Apenas aos sistemas socio-reprodutivos estruturalmente ilimitados é possível tê-la. Consequentemente, não pode haver saída dessa armadilha destrutiva da humanidade sem erradicar o sistema do capital de seu controle há muito resguardado do processo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2007, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração da classe trabalhadora que ocorre na sociedade moderna e contemporânea tem seu fundamento no modo de produção capitalista como Marx esclareceu. Ela ocorre por meio da mais-valia que o capitalista extrai no momento da produção de mercadorias e que contribui para o processo de valorização e acumulação do capital.

A dinâmica do capital possui dois imperativos, o da expansão e o da acumulação. O da expansão concluiu-se geograficamente com a globalização econômica e, dessa forma, revela suas contradições universais que não podem mais ser lançadas para o futuro, o que o capitalismo fez durante seu processo de ascensão histórica; enquanto o da acumulação configura-se na pragmática neoliberal, como política macroeconômica mundial que intensifica a exploração da classe trabalhadora, reduz direitos sociais e trabalhistas e degrada o meio ambiente para manter a lucratividade dos capitalistas.

Os estudos levaram a perceber que o neoliberalismo recrudescer os princípios da economia política do liberalismo clássico com o objetivo de manter a lucratividade dos capitalistas diante da atual crise estrutural do capital, que teve seu início nos anos 1970. O conjunto de políticas macroeconômicas que caracterizam o neoliberalismo resumiu-se, aqui, em seis: desregulamentação econômica; privatização; ideologização política; supremacia do capital financeiro; reestruturação produtiva do tipo toyotista e flexibilização das leis trabalhistas.

O livro se desenvolveu analisando essas características de forma indissociável e com uma visão de totalidade, porém a ênfase recaiu no processo de reestruturação produtiva, que é a metodologia adotada pelos capitalistas e a responsável direta pela intensificação da exploração dos trabalhadores para a contínua extração da mais-valia.

Salientou-se que a exploração de classe sempre ocorreu no processo de produção econômica, mas aqui se trabalhou com a hipótese da intensificação da exploração dos trabalhadores com o novo padrão de acumulação flexível (modelo toyotista), o que ficou comprovada.

O processo de reestruturação produtiva exige a flexibilização das leis trabalhistas por parte do Estado, por ser um Estado de Classe, está a serviço da ordem capitalista; por sua vez, resulta na intensificação da precarização das condições de trabalho, tanto no que diz respeito ao processo e condições de trabalho reflete diretamente no sistema de proteção social dos trabalhadores. Com o processo de intensificação de precarização do trabalho para manter a lucratividade capitalista, os trabalhadores estão submetidos a condições precárias, expostos a agentes insalubres e a condições perigosas que comprometem sua saúde e, respectivamente, põem em risco as suas vidas. Nessa situação, os resultados se apresentam nas diversas doenças físicas e distúrbios psíquicos e emocionais, em um processo de profunda exaustão e muitas vezes de aniquilamento que se agrava durante este período neoliberal.

Os indicadores dessa situação foram analisados no período histórico de 1990 a 2005, período em que os governos brasileiros adotaram a política macroeconômica neoliberal. Caracterizaram-se como intensificação da exploração diversos indicadores da relação de trabalho e socioeconômicos que foram comprovados: aumento do desemprego, aumento da informalidade do trabalho; aumento da jornada de trabalho e a intensificação do mesmo; aumento do trabalho por tempo parcial; diminuição da massa salarial; a persistência do trabalho escravo e infantil; aumento dos índices de acidentes de trabalho, doenças e mortes no trabalho; regressão nos direitos trabalhistas etc. Os indicadores de exaustão dos trabalhadores decorrentes do processo de trabalho foram: aumento dos índices de acidentes de trabalho; aumento de doenças do trabalho; aumento de novas doenças do trabalho, deteriorando a saúde dos trabalhadores; as condições socioeconômicas que se precarizaram nesse período, comprovadas pela redução da massa salarial e outros indicadores aqui relacionados.

Nesse contexto da crise, o capitalismo deixa transparecer também

outras características inerentes à sua natureza destrutiva na intensificação da exploração que faz da classe trabalhadora: exclui permanentemente os trabalhadores do acesso aos bens de consumo necessários à própria sobrevivência de si e de suas famílias; reduz a proteção social pela regressão dos direitos trabalhistas; provoca assassinatos no campo, na disputa pela terra e doenças e mortes decorrentes do uso de agrotóxicos nas plantações, e assassinatos urbanos pelo aparelho repressor do Estado, que elegeu a polícia como o melhor *inseticida social*; desemprega e reduz os salários tornando os trabalhadores mais vulneráveis socialmente. Esse conjunto de problemas se configura em miséria social crescente para os trabalhadores e na centralização da riqueza pelos capitalistas em escala mundial. Conclui-se, então, que a classe capitalista intensifica a exploração da classe trabalhadora a partir da crise estrutural dos anos 1970, e que o neoliberalismo é um conjunto de políticas macroeconômicas adotado para esse fim, com o objetivo de recompor e manter a lucratividade do capital, impactada a partir dessa crise.

Constata-se, também, que o sistema do capital torna supérfluas parcelas crescentes da humanidade, impossibilitando a sobrevivência de muitos pelo processo vilipendiador da atividade humana que tornou o trabalho sob a sua égide. De uma atividade criadora da essência humana, o trabalho tornou-se seu próprio algoz. Sob essas condições, torna a essência humana egoísta, individualista e concorrencial, constituindo as bases para um estado de barbárie social, que banaliza a vida social e individual transformando os indivíduos em seres atomizados, egoístas e cruéis, o que compõe o estágio de barbárie que vem alcançando a civilização capitalista. Portanto, com a crise mundial, o estado da arte civilizacional atingiu seu limite e está em processo de regressão no que avançou em urbanidade e na cultura humana universal, como comprovam as atitudes atuais de governos e políticos europeus contra os imigrantes. Essas atitudes xenofóbicas fazem-nos lembrar que o fascismo e o nazismo continuam à espreita.

Comprova-se, também, que com essa intensificação da exploração da classe trabalhadora, o sistema capitalcrático, com suas forças produtivas desenvolvidas em âmbito mundial, no campo das relações

de produção, *ultrapassa o limite da exploração de classe* expressando-se não mais como ameaça, mas como algo efetivo e concretamente causa a extinção de classe por meio do esgotamento dos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora no processo de trabalho e, também, pelo fato de pôr em risco a existência da própria humanidade na depredação que faz da natureza, que é o substrato objetivo da humanidade e substrato material do trabalho. Partiu-se da premissa de que o trabalho é um metabolismo entre o homem e a natureza, e o capital, ao explorar o trabalho, degrada também o meio ambiente no seu processo de produtivismo de mercadorias de obsolescência planejada e no incentivo ao consumismo por necessidades artificialmente manejadas por meio da artilharia de propagandas realizadas por empresas sofisticadamente treinadas para esse fim e incentivos fiscais dos governos, comprovando que o Estado é o escritório de negócios da burguesia, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto Comunista*.

No que diz respeito à degradação do meio ambiente, o extrativismo dos recursos naturais, para o produtivismo de mercadorias para extração da mais-valia, esgota e polui o meio ambiente, por meio do desmatamento para a produção pecuária, produção do carvão vegetal e para a monocultura de cereais, madeira e cana-de-açúcar para a produção de biocombustível. Essa depredação do meio ambiente somada à indústria capitalista são causadores da emissão de gases do tipo CO₂ e outros igualmente danosos ao planeta e ao ser humano. Esses gases são responsáveis pelo buraco na camada de ozônio que vêm causando o chamado efeito estufa, que aumenta o aquecimento global. O aquecimento do planeta está derretendo as geleiras e aumentando os níveis dos mares, desencadeando significativas mudanças climáticas e consequentes catástrofes ambientais, não apenas por causas naturais, mas por causas antrópicas sob a administração capitalista.

Os trabalhadores, que são os mais vulneráveis socialmente, ficam submetidos ainda mais nessa condição de fragilidade pelos riscos a que estão expostos por essas tragédias ambientais de diferentes maneiras: no meio urbano, alagamento de bairros populares pelas chuvas torrenciais provocadas pelas mudanças climáticas; deslizamentos de terras em encostas dos morros onde há favelas; aumento do nível do

mar atingindo populações ribeirinhas e costeiras; aumento da temperatura do planeta e outros fatores climáticos, que atingem diretamente os trabalhadores e outros segmentos de classe; no campo, estiagem e chuvas em demasia, por exemplo, contribuem para piorar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores rurais e de pequenos proprietários de terras, que ficam sujeitos às condições do tempo, sem proteção das políticas agrícolas e políticas públicas sociais nos períodos nos quais as condições climáticas adversas se intensificam, ao mesmo tempo ameaçando, de modo geral, a garantia da produção alimentícia para a humanidade. Nessas condições, o sistema do capital confirma o que a crítica clássica marxista denuncia desde o século XIX: a incompatibilidade do modo de produção capitalista com o progresso da humanidade e a preservação da natureza, pois, neste estágio que atingiu, no desenvolvimento pleno das forças produtivas, revela-se com uma força altamente destruidora do meio ambiente e da humanidade.

Como se observou durante toda a exposição, apesar da extraordinária produção de riqueza, o capitalismo produz igualmente pessoas destituídas de direitos, sem acesso aos bens necessários básicos, aprofunda a miséria de bilhões de seres humanos e a destruição ambiental se mostra cada vez mais profunda. A origem da desigualdade social perpassa e se aprofunda durante toda a ascensão histórica do sistema do capital e essa desigualdade cresce ainda mais durante as crises conjunturais e, agora, estrutural do sistema do capital. A classe trabalhadora, explorada pelo sistema, vive na penúria e na luta diária da sobrevivência, sendo negados os benefícios do progresso científico e material a essa esmagadora maioria da humanidade. No trabalho se percebe que, quanto mais há progresso capitalista, menos humanidade se desenvolve e a desigualdade social se aprofunda. O progresso, no padrão capitalista de produção, não significa progresso humano, mas o seu contrário, a sua destruição, ruína e barbárie social. Diante disso, a evolução econômica mostrou que não é possível a mudança qualitativa desejada, por ficar circunscrita às regras do jogo da produção capitalista e acumulação privada, causando mazelas sociais, polarização entre riqueza acumulada de forma centralizada e pobreza ampliada para os trabalhadores de todas as nações.

Com a conclusão do desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial, não podendo mais se expandir e colonizar outros planetas, os personificadores do capital intensificam a exploração da classe trabalhadora de nações que sofreram o processo de colonização e dos próprios trabalhadores dos países centrais que foram colonizadores, mostrando-se com isso que a exploração é de classe e não é de uma nação contra a outra. É a classe capitalista em sua ascensão histórica que exerce seu poder político por meio do Estado, sendo o imperialismo e suas formas neocoloniais de hoje a mediação da dominação de classe. Como se revela, hoje em dia, com a centralização do capital em escala mundial, problemas antes circunscritos aos países que sofreram a colonização imperial também se manifestam nos países centrais, tais como: desemprego, diminuição da proteção social, pobreza e fome que aumentam no mundo; inclusive nos EUA, país hegemônico desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e a degradação ambiental que polui o meio ambiente e consolida a existência de um *mundo único* no planeta Terra, ou seja, as mudanças climáticas provocadas pela produção capitalista atingem toda a humanidade. Esse conjunto de problemas de ordem mundial, que se expressa na globalização econômica do capitalismo, é resultado da contradição fundamental entre capital e trabalho em escala global, que desencadeia outros antagonismos de ordem social e ambiental.

Com a mundialização do capital, os antagonismos se revelam e mostram a incapacidade burguesa de administrar os negócios e o progresso humano, gerindo os negócios econômicos em detrimento da natureza e da humanidade. Esta pesquisa comprovou o aumento da miséria humana e a degradação ambiental dentro do que se convencionou aqui de sistema capitalcrático. Dessa forma, o ideário burguês não dá conta de atender as necessidades humanas, haja vista a desintegração social que está em curso, mostrando-se na violência urbana e rural que ameaça a desintegração das relações sociais.

Com a globalização, o capitalismo se revela no seu projeto acabado, enquanto dominação de classe universal, não circunscrito ao Estado-Nação, e se mostra como um *Sistema Capitalcrático*, o poder do capital e não do povo, isto é, configura-se com o primado do poder

econômico que é a fonte do poder político, fazendo da política uma estratégia de dominação de classe, ou seja, o imperialismo da classe burguesa capitalista. Enquanto um sistema capitalcrático, ele ultrapassa os limites da exploração quando aniquila os trabalhadores e degrada o meio ambiente no seu processo de produção de mercadorias predominantemente como valores de troca.

Para decidir leis protetoras da riqueza e de salvaguarda dos capitalistas, os personificadores do capital elegem seus representantes no Estado, no âmbito do executivo e do legislativo, como aqui ficou comprovado. O Estado cada vez mais se fortalece por meio do aparelho repressivo, as forças policiais e do Exército, a serviço da ordem estabelecida, executam as normas de controle e de repressão de qualquer contestação social. As instituições funcionais que formam o sistema capitalcrático investem fortemente também na disseminação ideológica. As políticas públicas sociais e educacionais continuam reproduzindo a ideologia da classe dominante e a mídia bombardeia com artilharia pesada divulgando ideias de que os problemas que afligem os indivíduos exigem soluções individuais e não sociais. Como exemplo, se o indivíduo está desempregado foi porque não investiu na sua capacitação profissional. Do mesmo modo, a ideia de que *não há alternativa* para esta economia política que se universalizou fez com que segmentos da classe trabalhadora recusassem na crítica do sistema fechando-se em um universo particular que outrora fora povoado pela solidariedade de classe. Na crise de emprego, a aderência de parte do movimento sindical promovida pela cooptação dos governos neoliberais, defensores da institucionalidade do sistema, os valores de solidariedade de classe que fundamentavam o movimento sindical contestador e os partidos políticos foram substituídos, em países em desenvolvimento, pela participação na construção da democracia formal, acreditando na sua evolução por meio do processo eleitoral.

Nessa ordem social planetária de produção destrutiva social e ecológica, mais obstinadamente a classe no poder se perpetua e sofisticada os mecanismos de reprodução social para a acumulação privada. Nessa lógica negativa de socialização constituída pelo mercado concorrencial, seus princípios são interiorizados pelos indivíduos atomi-

zados, que reproduzem sem crítica, sob os efeitos embriagantes da ideologia, se conformando em uma civilização capitalista, constituída de seres egoístas administrados pela concorrência desenfreada por meio do descontrole do mercado. Suas atuações com indiferença diante do caminho da ruína dos avanços civilizacionais precariamente conquistados, em uma base não humanista de convivência social, carregam consigo duas possibilidades: a de continuarem nesse mesmo caminho ou de se utilizar da liberdade, que é prerrogativa do sujeito, e optar pela inconformidade contestando a ordem estabelecida, como se está observando nos países centrais do capitalismo. Os personificadores do capital e seus representantes insistem na ideia de que há possibilidade de humanizar o capitalismo, mas, como diz Mészáros, o sistema é incontrolável e não permite ajustes. A saída, como há muito vem sendo concluída pelas análises marxistas, é uma só, a revolução para a mudança qualitativa radical tão necessária e urgente da sociedade.

A organização da classe burguesa mundial, sob o comando do poder econômico enquanto um império político, tem como imperadores os personificadores do capital na materialidade dos seus poderes por meio dos conglomerados econômicos transnacionais, como Lênin define, o monopólio econômico como a etapa superior capitalista. Diante desse estágio, mais do que nunca, o problema para a classe trabalhadora deixa de ser somente nacional e passa a ser de ordem mundial. A luta de classe se transforma em luta de classe universal e, dessa forma, a estratégia de organização de classe exige base local e internacional. Assim, a revolução em um só país se confirma impossível. Marx e Engels têm razão! As contradições fundamentais das forças produtivas capitalistas mostram-se de vez na sua plenitude mundial. Assim, a configuração de classes universais antagônicas exige a organização internacional dos trabalhadores. Como escrevem Marx e Engels,

Naturalmente, a classe operária, para poder lutar, tem que organizar-se *como classe* em seu próprio país, já que este é o campo imediato de suas lutas. Neste sentido, sua luta de classes é nacional, não por seu conteúdo, mas, como diz o *Manifesto Comunista*, “por sua forma”. Mas, “o marco do Estado nacional de hoje”, por exemplo, do Império Alemão, acha-se por sua vez, economicamente, “dentro

do marco” do mercado mundial e, politicamente, “dentro do marco” de um sistema de Estados. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior, e o senhor Bismark deve sua grandeza precisamente a uma política *internacional sui generis*. (MARX; ENGELS, 1977a, p. 217, grifos dos autores)

Mais do que nunca, a análise de Marx e Engels se confirma. Com o fim da expansão capitalista, as configurações de classes burguesa e proletária se finalizam em escala mundial. Assim, de acordo com a análise destes autores, a globalização econômica é a absolutização do desenvolvimento das forças produtivas. Com a autonomização do capital, que desfaz as amarras dos Estados-Nação, pelo menos na sua maioria, mas conta com a mediação dos Estados hegemônicos, há uma circulação do mesmo livremente por todo globo extraindo mais-valia e centralizando cada vez mais as riquezas da humanidade em poucas mãos, em suas corporações monopólicas, resultando, para todos os trabalhadores do mundo, muita miséria e vulnerabilidade social.

Seguindo Florestan Fernandes, a teoria revolucionária é aquela que capta na história as possibilidades. A supressão da propriedade privada é a condição necessária para a mudança radical da sociedade como um todo. Suprimindo a propriedade, suprime-se a divisão do trabalho e com isso o trabalho deixa de ser um meio de vida, para ser uma necessidade vital para o desenvolvimento dos indivíduos, em seus diversos aspectos, juntamente com as forças produtivas humanas. Deve-se, então, ultrapassar os estreitos limites do direito burguês e assumir o princípio “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”. (MARX, 1977, p. 215) Para superar o reino da necessidade no qual o capitalismo mantém os trabalhadores presos, há que se viver em liberdade, e Marx afirma que

[...] a liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais dignas com a natureza humana. Além dele começa o de-

envolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (1985, p. 943).

“Destruir o capitalismo, para não destruir o planeta”, disse recentemente o presidente da Bolívia, Evo Morales. Só resta aos trabalhadores a revolução como única saída. “Proletários de todos os países, uni-vos!” e “Ponham fim nisso!” Estas palavras de ordem de Marx e Engels nunca foram tão atuais.

Outra conclusão importante desta pesquisa diz respeito ao aspecto teórico e metodológico do marxismo, mesmo sem se ater à diversidade de tendências não convergentes no interior do mesmo. Os dados foram submetidos a seus pressupostos teóricos, proposições, hipóteses do marxismo e premissas empíricas ao teste do rigor da análise científica. Eles resistiram ao exame crítico e se confirmam com as comprovações empíricas, por meio dos dados quantitativos e qualitativos, dos indicadores econômicos, sociais, políticos e ambientais. Portanto, reafirma-se o marxismo enquanto uma teoria social comprovadamente científica, pois tudo que aqui se afirmou ficou comprovado empiricamente, pois esse é o critério de cientificidade. Diferentemente, em comparação com outras teorias pertencentes aos paradigmas epistemológicos fenomenológicos e sistêmicos, que *a priori* partem do pressuposto da vontade da razão para fazer apologia do capitalismo, observa-se nelas verdadeiras teorias ideológicas para a conformação social.

Essas conclusões e proposições conclusivas repercutem na própria teoria sociológica. Se observarmos as transformações históricas em andamento, as análises sociológicas feitas da sociedade e do meio ambiente indicam que os estudos sobre as sociedades humanas, por envolverem seres naturais e sociais, não podem se amparar em disciplinas isoladas como nos contornos cindidos do positivismo. Portanto, uma teoria crítica vai além das ciências sociais, em uma totalidade também ambiental, sintetizando-se em uma conclusão que indica a indissociabilidade analítica das relações sociais com o meio ambiente.

Como escreveu Marx nos seus Manuscritos, “A realidade *social* da natureza e a ciência natural *humana ou ciência natural do homem* são expressões idênticas” (2002, p.180, grifos do autor). Dessas constatações, chega-se a outra, a de que a teoria marxiana é uma teoria genuinamente ambientalista e ecológica, pois é a única que pôs em evidência o problema da destruição ambiental desde a Revolução Industrial do século XIX. Com sua visão materialista do trabalho enquanto metabolismo entre homem e natureza, demonstrou a necessidade da análise do homem enquanto ser natural e social. Diferentemente das teorias ideológicas hegemônicas, que camuflam os problemas advindos do capitalismo pintando-o de verde (capitalismo verde, economia verde, eco-desenvolvimento, desenvolvimento sustentável etc) e as suas mercadorias designando-as com o prefixo eco: ecocasa, ecocarro etc

Nesses tempos de ideologia de que *não há alternativa*, as teorias reformistas avançaram constringendo as teorias revolucionárias que regrediram. Mas, diante dessas constatações empíricas, há um campo aberto de possibilidades teóricas que pode avançar em teorias revolucionárias e de transição com aspectos inovadores. Em contraste com o reformismo que predominou até agora, a realidade social mostra a necessidade de sua superação, como demonstram as contestações sociais dos trabalhadores europeus e as inúmeras contestações históricas dos trabalhadores dos países que sofreram com a colonização.

Foi também constatado, nos estudos empreendidos, que a crise estrutural do capital diagnosticada pelos marxistas, a partir dos anos 1970, e suas consequências foram, também, observadas pelas teóricos pós-modernos que as traduziram observando o comportamento de grupos sociais. Portanto, as inseguranças sociais, a liquidez das relações sociais e a relatividade do conhecimento, diante da complexidade sentida, apresentados por seus postulados, são indícios da percepção da crise. Porém, o conjunto desses teóricos diagnosticou a causa da crise como sendo crise da modernidade, crise da razão instrumental ou crise do processo civilizacional e não como crise estrutural do capital, como avalia a perspectiva marxista.

Finalizando, observou-se, recentemente, a força do protecionismo dos Estados hegemônicos que implicará disputa acirrada no comércio

mundial diante da crise estrutural do capital, o que comprova a tese de que o capital possui a seu favor o Estado, para manter sua lógica da acumulação. Isso ficou evidenciado empiricamente com o fracasso da Rodada de Doha, com o protecionismo do Estado hegemônico no comércio internacional; e com o fracasso da Conferência do Clima da ONU (COP 15), em Copenhague, Dinamarca, que após duas semanas de convenções que foram antecedidas por anos de negociações, comprovou como resultado que os interesses econômicos da classe capitalista, mais uma vez, prevaleceram em detrimento dos interesses humanos e nenhum acordo foi assinado para reduzir a poluição no planeta.

O que se espera diante destas constatações? No mínimo, um ressurgimento crítico das teorias sociais científicas com fundamento na abertura da História, visto que a realidade está além da época do pensamento único do capitalismo, o que desmente a ideologia neoliberal e, ao mesmo tempo, constata-se a certeza da destruição humana e do meio ambiente conduzida pelo sistema capitalcrático. Diante dessa destruição, dada como certa, há, também, possibilidades do ressurgimento de amplos movimentos sociais revolucionários articulados em escala mundial que contestam, sabotam, criticam a ordem vigente, impelidos pela necessidade da sobrevivência. Nesse sentido, compreender o mundo atual através do método marxista de análise científica é realizar aquilo que Marx tão bem logrou no seu tempo: desvelar a ideologia, destampar o que se esconde para trazer à luz a essência dos fenômenos. Hoje, isso significa entender que o sistema capitalcrático é incontrolável e predador. Mudar este modo de organizar a vida é, portanto, uma necessidade social.

REFERÊNCIAS

ACORDO de Bali foi feito do ano, afirma Ban. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0101200802.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2008.

ADGHIRNI, S. **Crise acentua o risco de xenofobia européia aumentar**, diz o Sociólogo MARC JACQUEMAIN. 16 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1602200917.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

AFSHAR, C. Por que esta manga é mais cara? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/vitrine/vi1608200801.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2008.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, A.A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ALVATER, E. Sociedade e trabalho: conceitos e sujeitos históricos. In: Vários autores. **Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Unesp, 1995.

ALVES, M. H. M. As bases do Estado de Segurança Nacional (1964). In: **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989. 5ª ed.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANGELO, C.; FREIRE, S. Plano não vai funcionar, dizem especialistas e produtores rurais. **Folha de São Paulo**, 26 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2601200806.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. 3ª ed.

ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. Trabalho de luto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0102200910.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AOQUI, C. Sobrecarga menor é insuficiente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce1106200612.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

AOQUI, C. Trabalho é a principal fonte de estresse. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 maio. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce0105200501.htm>>. Acesso em: 1 maio. 2005.

APÓS 9º dia de manifestações, violência em Paris aumenta. **France Presse/Folha Online**, 05 nov. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89265.shtml>>. Acesso 05 nov. 2005.

APÓS revisar PIB, China está prestes a ser terceira maior economia do mundo. **UOL Notícias**. 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/07/12/ult1767u97532.jhtm>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

APOSENTADO é “arma” antifila. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3110200505.htm>>. Acesso em: 31 out. 2005.

AQUECIMENTO pode desencadear conflitos globais, diz relatório. **Uol notícias**, 22 set. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/09/22/ult27u51334.jhtm>>. Acesso em: 22 set. 2005.

AQUECIMENTO provocará crise alimentar. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1001200901.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

AZEVEDO, L. **Mortes e doenças relacionadas à produção de Etanol no Brasil**. 6 maio 2008. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=277%3Amortes-e-doencas-relacionadas-a-producao-de-etanol-no-brasil&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content&Itemid=78>. Acesso em: 11 jul. 2008.

BALAZINA, A. Consumo de carne está ligado à destruição da Amazônia, diz Greenpeace. **UOL Notícias**, 01 jun. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2009/06/01/ult579u2826.jhtm>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

BANCOS ganham bem mais que empresas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 abr. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0104200706.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2007.

BARBOSA, B. Mais de 12 milhões são vítimas de trabalho forçado no mundo. **Carta Maior**, 11 maio 2005. Disponível em: <http://agenciapcartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=3063&cd_editoria=004&coluna=reportagens>. Acesso em: 13 out. 2005.

BARBOZA, D. Nas fábricas chinesas, dedos perdidos e baixos salários. **The New York Times/UOL Mídia Global**. 05 jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2008/01/05/ult574u8095.jhtm>>. Acesso em 01 mai. 2008.

BARRETO, G. A farra financeira consensuada pelas elites. **Carta maior**, 24 set. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15250&alterarHomeAtual=1>. Acesso em: 06 out. 2008.

BARRIONUEVO, A. Descoberta em Tupi torna Brasil candidato à elite do petróleo. **The New York Times/UOL Mídia Global**, 11

jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2008/01/11/ult574u8110.jhtm>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

BARROS, G. Fracasso de Doha mostra novo equilíbrio de poder, diz Fiesp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3007200801.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

BATISTA JR, P. N. O poder dos bancos no Brasil. **Folha de São Paulo**, 17 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1708200609.htm>>. Acesso em: 17 agosto 2006.

BAUDET, Marie-Béatrice; CLAYREUL, L. A corrida para comprar terras cultiváveis no exterior. **Le Monde/UOL Notícias**, 15 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2009/04/15/ult580u3661.jhtm>> Acesso em: 15 abr. 2009.

BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GRAVIDADE do aquecimento global foi subestimada, diz cientista. **UOL notícias/BBC**. São Paulo, 15 fev. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/02/15/ult5018u10.jhtm>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

BERNSTEIN, E. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BEUVE-MÉRY, A. Assalariados da Europa Central são submetidos a condições de trabalho degradadas. **Le Monde/UOL Notícias**, 18 out. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2005/10/18/ult580u1713.jhtm>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

BIELLO, D. Os dez lugares mais poluídos do mundo. **Revista Scientific American Brasil** – Edição 64 – 17 set. 2007. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/os_dez_lugares_mais_poluidos_do_mundo.html>. Acesso em: 17 set. 2007.

BLAS, J. Maré impiedosa de fome global atinge 1 bilhão. *Financial Times*, **UOL mídia**, 07 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2009/04/07/ult579u2766.jhtm>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

BLECHER, N. As demissões recordes de presidentes em 2004 apontam uma tendência: começou a era dos CEOs descartáveis. **Portal Exame**, 08 jun. 2005. Disponível em: <http://portalexame.abril.uol.com.br/edicoes/844/carreira/conteudo_74962.shtm>. Acesso em: 08 jun. 2005.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1993. v. 1.

BOCATO, R. De cada 10 profissionais, 1 se diz deprimido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce3004200601.htm>>. Acesso em: 3 maio. 2006.

BOFF, L. O novo paradigma: a guerra infinita, Colunistas. **Agência Carta Maior**, 26 jul. 2006. Disponível em: <http://cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3260>. Acesso em: 26 jul. 2006.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BORGES, L. O.; ARGOLO, J. C. T.; PEREIRA, A. L. S. *et al.* **A síndrome de burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2002, vol.15, no.1 [citado 06 Junho 2006], p.189-200. Disponível em: World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100020&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-7972. Acesso em: 05 jun. 2006.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bové atacou plantação de soja no Brasil em 2001. **Folha de São**

Paulo, 10 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1009200610.htm>>. Acesso em 10 set. 2006.

BRADSHER, K. Aumento dos preços é sentido nas mesas de jantar ao redor do mundo. **The New York Times**, 19 jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2008/01/19/ult574u8128.jhtm>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

BRAGA, R. A crise contemporânea como crise orgânica do capitalismo tardio. In: **Novas Tecnologias** - crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

BRAN, M. Para atrair os turistas, uma cidade romena esconde seus mortos. **Le Monde/UOL Notícias**, 07 ago. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2008/08/07/ult580u3240.jhtm>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

BRASIL ganha 60 mil novos milionários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1301200802.htm>> Acesso em: 13 jan. 2008.

BRASIL sobe uma posição e ocupa 6º lugar na economia mundial, diz Bird. **Folha Online**, 18 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u355967.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

BREVE, N. Recuperação do emprego formal derrubou argumentos ortodoxos. **Carta Maior**, 31 jul. 2006. Disponível em: <http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11843>. Acesso em: 31 jul. 2006.

BRITÂNICOS descobrem que geleiras da Groenlândia e Antártida derretem em velocidade acelerada. **UOL Ciência e Saúde**, 23 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/cienciaesaude/ultnot/2009/09/23/ult4477u2068.jhtm>>. Acesso em: 23 set. 2009.

BROW, L. entrevistado por TREVISAN, C. Biocombustíveis são maior ameaça à diversidade na Terra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 julho 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200722.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

BURACO na camada de ozônio bate recorde de profundidade e de

tamanho. **Folha online/EFE**, 20 out. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15403.shtml>>. Acesso 20 out. 2006.

BURKETT, P. **Marx and nature**. A red and green perspective. New York, St. Martin's Press, 1999.

CABRAL, M. C.; ZANINI, F. PT é quem proporcionalmente mais recebeu de bancos em 2006. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1001200810.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CAMACHO, K. Rentabilidade de banco no país supera a de americanos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1508200724.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

CAMBRELENG, B. Cientistas alertam para risco de planeta aquecer 7 °C até 2100. **France Presse/Folha de São Paulo**, 29 nov. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u656837.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

CAMINHA, P. V. **Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil**. Disponível em: <<http://www.conexaoaluno.rj.gov.br/especiais-20a.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2006

CANTOR, R. V. Marx, a ecologia e o discurso ecológico. In: NÓVOA, Jorge. (Org.) **Incontornável Marx**. Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, 2007.

CANZIAN, F. Bush convoca cúpula global de líderes contra a crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2008c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1910200831.htm>>. Acesso em: 19 out. 2008.

CANZIAN, F. Crédito se esgota como motor econômico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2008200602.htm>> Acesso em: 20 ago. 2006.

CANZIAN, F. EUA liquidam bancos e avaliam estatização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2009a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1302090001.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

com.br/fsp/dinheiro/fi2302200902.htm>. Acesso em: 13 fev. 2009.

CANZIAN, F. Famintos superarão 1 bilhão, alerta FMI. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr. 2009b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2504200910.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

CANZIAN, F. FMI reduz previsão de crescimento global. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3001200810.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

CANZIAN, F. Mercado está “à beira do derretimento”, afirma FMI. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 2008b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1210200802.htm>>. Acesso em: 12 out. 2008.

CARELLI, R. L. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

CARMELLO, C. As Ilhas Maldivas na corrida para ser o primeiro país “carbono zero” do mundo (Ou: salvem nossas luas-de-mel). **Viaje aqui, Abril**, 21 abr. 2009. Disponível em: <http://viajeaqui.abril.uol.com.br/blog/ilhas-maldivas-querem-ser-primeiro-pais-carbono-zero-mundo-ou-salvem-nossas-luas-de-mel-162176_comentarios.shtml?4143900>. Acesso em: 02 mai. 2009.

CARREIRA, V. F. Vida em risco. **Revista Exame**, 25 jul. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0872/gestaoepessoas/m0083197.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

CASSIMIRO, R. Medida atinge programa de Lula. **Folha de São Paulo**, 25 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2501200802.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Hora extra**: o que a CUT tem a dizer sobre isto. São Paulo: CUT Brasil, 2006. Disponível

em: <http://www.cnmcut.org.br/sgc_data/conteudo/%7B17353097-F340-404C-940B-DFA38E271F8F%7D_livro2_final_capa_miolo.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2007

CENTRO-DIREITA vence eleição européia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0906200907.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2008**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/34732/P34732.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 23 jan. 2009

CHAUÍ, M. A paciência do pensamento. Entrevista de Marilena Chauí. **Revista Cult**. São Paulo. Edição 133 Revista Cult, março/2009. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/novo/entrevista.asp?edtCode=48BD31BE-2058-4145-A30B-D187665721B8&nwsCode=C36026FC-D1E9-404D-AB6A-076689430CCD>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

CHAUI, M. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Cia. das Letras; Sec. Municipal de Cultura, 1982.

CHAVARRIA, M. A “supermulher” não gosta de sexo. **La Vanguardia/UOL Mídia Global**, Barcelona, 18 out. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia/2005/10/18/ult2684u140.jhtm>>. Acesso 19 out. 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

.CHESNAIS, F. Como la crisis del 29, o más... Un nuevo contexto mundial. **Revista Herramienta**. Argentina, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-39/como-la-crisis-del-29-o-mas-un-nuevo-contexto-mundial>>. Acesso em: 01 out. 2008.

CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: Revista Crítica Marxista n.º 16. 1ª ed. março 2003. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHESNAIS, F. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: pré/visões da crise. In: Nóvoa, Jorge (Org.) **Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2007.

CIDADE australiana proíbe água engarrafada. **BBC Brasil**, 09 jul. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u592727.shtml>>. Acesso em: 09 jul. 2009.

CIENTISTAS alemães pedem criação de um “Banco Mundial do Clima”. **Der Spiegel**, 07 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2009/09/07/ult2682u1295.jhtm>>. Acesso em: 07 set. 2009.

COBER, A. Minas terá presídio gerido pela iniciativa privada. **Blog do Josias**. 16 jan. 2008. Disponível em: <<http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/index.html>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

COGGIOLA, O. **Crise ecológica, biotecnologia e imperialismo**. Mimeo., [20-?]

COGGIOLA, O. **MARX, As crises econômicas e a tendência decrescente da taxa de lucro**. São Paulo: USP, Mimeo., 2005.

COLÓN declara “estado de calamidade pública” diante de crise de fome no país. **UOL Notícias**, 09 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/09/09/ult1766u33129.jhtm>>. Acesso em: 09 set. 2009.

COM BASE no estudo, 9 milhões são excluídos do Bolsa-Família. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0206200524%2ehtm>>. Acesso em: 02 jun. 2005.

COM CRISE global, 20 milhões de chineses perdem emprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0302200927.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2009.

COM OURO e diamante, celular mais caro do planeta custa R\$ 2,6 milhões. **Folha Online**, 13 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u381529.shtml>>. Acesso

em: 13 mar. 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 2007. Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo, (1997-2006). Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/pub/publicacoes/3d38b4e21defcfc5274aaf6a34eb59c0.xls>>. Acesso em: 09 ago. 2007.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Livro Verde:** Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI , 2006, Bruxelas, 22.11.2006.

CORRÊA, H. Com Minc, governo dá 39% mais licenças ambientais. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1001200902.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

CORRÊA, H.; OLIVEIRA, E. Carvoarias ilegais avançam sobre o Pantanal. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1112200517.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2005.

CORRÊA, H.; REIS, T. Fiscal afirma não ter visto “trabalho escravo” no Pará. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0310200723.htm>>. Acesso em: 03 out. 2007.

CORRÊA, H.; REIS, T. Senadores “inocentaram” a empresa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0310200725.htm>>. Acesso em: 03 out. 2007.

CORRÊA, V. Apologia do ócio como crítica da sociedade do trabalho. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação de Mestrado.

CRUZ, N. H. Lucro dos bancos aumenta 61,5% no 1º tri. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1006200624.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

CRUZ, N. H.; NAKAGAWA, F. Empresas triplicam remessa de lucros no governo Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/>

ult91u337008.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2007.

DANTAS, I. Brasileiro que assumirá cargo na ONU teme corrida a armas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1107200705.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

DANTAS, I. Gado derruba a Amazônia, reconhece Stephanes. **Folha de São Paulo**, 16 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1601200801.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2008.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE QUE são feitas as crises. Folha de São Paulo, 28 set. 2008. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2809200808.htm>>. Acesso em: 28 set. 2008.

DECLARAÇÃO ECOSSOCIALISTA DE BELÉM. Janeiro 2009. Aprovada durante a realização do Fórum Social Mundial de Belém do Pará. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr8_03_DeclaracaoEcosocialistadeBelem.html>. Acesso em: 17 abr. 2009.

DEGELO no Ártico é maior em um século, dizem cientistas. The New York Times"/ **Folha de São Paulo**, 22 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2209200704.htm>>. Acesso em: 22 set. 2007.

DENÚNCIA de ataque a brasileiros acende debate sobre xenofobia na Espanha. **BBC Brasil/UOL Notícias**, 15 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/04/15/ult5022u1797.jhtm>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

DENÚNCIAS são escassas, diz coordenadora. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fe2910200703.htm>>. Acesso em: 29 out. 2007.

DESEMPREGO ameaça estabilidade global, **Folha de São Paulo/NEW YORK TIMES**, São Paulo, 16 fev. 2009a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1602200916.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

DESEMPREGO na zona do euro é o maior em 10 anos. **Folha online**.

02 jun. 2009b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u575219.shtml>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

DIAS, M. C. L. e ROTTA, T. Filosofia, economia e a crise. **Revista Filosofia** nº 36. São Paulo. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/34/artigo133495-1.asp?o=r>>; <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/34/artigo133495-2.asp>>. Acesso em 10 jul. 2009.

DIDONÊ, D. Especialistas estimam que a doença, chamada de déficit de atenção e hiperatividade, atinja 4% dos adultos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 nov. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce0611200505.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2005.

DIRIGENTE do BC americano critica proteção ao aço. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0302200929.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

DIXON, H. Mantenha o capitalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0102200924.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

DOYLE, A. Pobres devem ser maiores vítimas de aquecimento, diz ONU. **UOL Ciência e Saúde**, 24 set 2007. Disponível em: <<http://cienciaesaude.uol.com.br/ultnot/reuters/2007/09/24/ult4296u406.jhtm>>. Acesso em: 24 set. 2007.

DUPAS, G. O meio ambiente e o futuro da humanidade. In: **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ECONOMIA do governo para pagar dívida sobe 15% e soma R\$ 47,7 bi até julho. **UOL Economia**, 28 ago. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/08/28/ult4294u783.jhtm>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

EINHORN, B. e SRIVASTAVA, M. Rodada Doha: por que Índia e China disseram não aos Estados Unidos? 01 ago. 2008. **UOL Notícias**, 01 de ago. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2008/08/01/ult2682u889.jhtm>>. Acesso em: 01 ago. 2008.

EM DEZ anos, 27% saíram da pobreza no Brasil, diz PNUD. **BBC Brasil**, São Paulo, 17 jul. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/reporter/2007/07/17/ult4904u49.jhtm>>. Acesso: 17 jul. 2007.

EMISSÃO de CO2 cresce 3% em um ano, diz relatório. **Folha de São Paulo**, 27 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2709200802.htm>>. Acesso em: 27 set. 2008.

EMPREGADO paga mais tributo direto que patrão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0407200502%2ehtm>>. Acesso em: 04 jul. 2005.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. **Anti-Duhring**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

ENGELS, F. Karl Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

ENTENDA a evolução da crise que atinge a economia dos EUA. **Folha Online**, 10 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u454948.shtml>>. Acesso em: 11 out. 2008.

ENTENDA o que é a Rodada Doha. **UOL Economia**, BBC Brasil, 21 jul. 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/bbc/2008/07/21/ult2283u1294.jhtm>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

ESPAÑA corta acesso a saúde e educação para imigrantes ilegais. **BBC Brasil**, 18 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/09/18/ult5022u3408.jhtm>>. Acesso em: 18 set. 2009.

EUA cogitam aderir a acordo depois de Kyoto. **Reuters/ Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2706200603.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2006.

EUDES, Y. A guerra contra a água engarrafada toma conta dos Estados Unidos. **Le Monde**, 06 out. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2008/10/06/ult580u3353.jhtm>>. Acesso em: 06 out. 2008.

FALEIROS, G. Clima pode comprometer 85% da mata amazônica. **Folha de São Paulo**, 12 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u533508.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

FAO. Dia Mundial da Alimentação: Alcançar a segurança alimentar em época de crise. **FAO**, 16 set. 2009. Disponível em: <https://www.fao.org.br/vernoticias.asp?id_noticia=862>. Acesso em: 16 set. 2009.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. In: **Intérpretes do Brasil**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, 2^a ed.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. Notas sobre o Fascismo na América Latina. In: **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, F. O que é revolução. In: PRADO JR, C.;

FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Fátima. Crise preocupa trabalhador no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2005a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2211200540.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2005.

FERNANDES, Fátima. Renda média em SP cai 31% entre 95 e 2005. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2005b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2511200502.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, A. C. **Os donos da dívida: um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o governo de FHC**. Dissertação de Mestrado PPGSP, UFSC, 2005.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001a.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 13. Maio 2001. Perdizes/SP: Boitempo, 2001b.

FOLADORI, G. Os marxistas e o meio ambiente. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 13. Outubro 2001. Perdizes/SP: Boitempo, 2001c.

FOSTER, J. B. Marx e o meio ambiente. In Foster e WOOD, Ellen M. **Em defesa da História: pós-modernismo e marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOTO do protesto dos trabalhadores da alemã Continental de Clairoix, na França. **EFE/UOL Notícias**, 25 mar.2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/090325_album.jhtm?abrefoto=6>. Acesso em: 25 mar. 2009.

FRANÇA expulsou 17 mil imigrantes ilegais entre janeiro e julho.

EFE/UOL, 03 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/09/03/ult1808u145939.jhtm>>. Acesso em: 03 set. 2009.

FRANCESES fazem greve geral contra desemprego e política econômica. **EFE/ Folha de São Paulo**, 05 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0510200536.htm>>. Acesso em: 05 out. 2005.

FRIAS, M. C. Crise pode se prolongar por excesso de ações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0102200926.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

GANHO da Brasil Telecom sobe 38,5% no segundo trimestre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0108200729.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2007.

GARCIA, R. Emissão de gás-estufa no país sobe 24,6% em 15 anos. **Folha de São Paulo**, 26 out. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2610200901.htm>>. Acesso em: 26 out. 2009.

GENERAL MOTORS pede concordata. **UOL Notícias**, 01 jun. 2009. Disponível em: <<http://carros.uol.com.br/ultnot/2009/06/01/ult634u3509.jhtm>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

GERAQUE, E. Amazônia some com 50% de desmate. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2008c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2111200801.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

GERAQUE, E. Biocombustível pode ser sujo, diz estudo. **Folha de São Paulo**, 07 jan. 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0701200801.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2008.

GERAQUE, E. Em dez anos, perda de gelo antártico aumentou 75%. **Folha de São Paulo**, 15 jan. 2008b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1501200801.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

GERAQUE, E. Mar subirá 1,80 m até 2100, diz estudo. **Folha de São Paulo**, 22 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2202200901.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

GERAQUE, E.; LOPES, R. J. Buraco de ozônio retém frio na Antártida, mostra relatório. **Folha Online**, 02 dez. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u660513.shtml>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

GIANNOTTI, J. A. A hora da verdade pobre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com>>.

br/fsp/mais/fs2604200905.htm>. Acesso em: 26 abr. 2009.

GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U., **Modernização Reflexiva**. São Paulo. Editora UNESP, 1997.

GIL, P. Crise obriga milhares de famílias americanas a viver em tendas de campanha. **EFE/Folha Online**, 15 mar. 2009. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2009/03/15/ult1767u142029.jhtm>. Acesso em: 15 mar. 2009.

GODOY, D. ONU tenta hoje quebrar gelo do pós-Kyoto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2409200701.htm>>. Acesso em: 24 set. 2007.

GOMES, M. OIT discute ‘trabalho decente’ com 35 países das Américas. **Agência Carta Maior**, Brasília, 18 abr. 2006. Disponível em: <http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10640>. Acesso em: 19 abr.2006.

GOVERNO define 1º aluguel de floresta pública. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2008200802.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

GOVERNO diz que vai regularizar as atividades. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1112200518.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2005.

GRÃ-BRETANHA endurece regras para imigrantes. **BBC Brasil**, 23 fev. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/02/23/ult5022u1352.jhtm>>. Acesso em 29 set. 2009.

GRAJEW. O. US\$ 700 bilhões contra a pobreza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1210200808.htm>>. Acesso em: 12 out.2008.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Tradução de Heinz Dieter Heidemann com a colaboração de Cláudio Roberto Duarte. São Paulo: Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de Geografia/USP. Cadernos do Labur n. 2, 1999.

GRUPO KRISYS. **Manifesto contra o trabalho**. 1999. Disponível em:

< <http://obeco.planetaclix.pt/mctp.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2002.

GRUPO roda atrás de “escravos”, mas só encontra armas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2910200705.htm>>. Acesso em: 29 out. 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. O futuro do trabalho. In: ADORNO, Sérgio (org.). In: **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

GUIMARÃES, H. Japão discute excesso de trabalho. **Gazeta Mercantil**. 22 mai.1997. p. A-10

HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

HASHIZUME; M. Relatório revela explosão de mortes por causas indiretas em 2005. **Carta Maior**, 18 abr. 2006. Disponível em: <http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10645>. Acesso em: 19 abr. 2006.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Livraria do Globo, [19-?].

HEGEL, G. W.F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, A. **Teoria de las necesidades em Marx**. Barcelona: Edicions 62, 1986.

HINKELAMMERT, F. J. Capitalismo sin alternativa? Sobre la sociedad que sostiene que no hay alternativa para ella. In: **Ensayos**. La Habana: Editorial Caminos, 1999.

HINKELAMMERT, Franz. A globalidade da terra e a estratégia da globalização. In: BORON, A. A.; AMADEO, J. & GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HOBBSAWM, E. A crise do capitalismo e a importância atual de Marx. **Carta Maior**, 29 set. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15253>. Acesso em: 06 out. 2008.

HÖGES, C. Planos para a detenção de imigrantes africanos ilegais provocam indignação em ilha italiana. **UOL mídia**, 09 fev. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2009/02/09/ult2682u1072.jhtm>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

HUMANIDADE domesticou ecossistemas, afirma estudo. **France Presse/Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 junho 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2906200705.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

IANNI, O. A dialética da globalização. In. _____. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 4ª ed.

IBGE mostra que 72 milhões de brasileiros não têm comida suficiente. **UOL Economia**. 17 maio 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/05/17/ult82u5901.jhtm>>. Acesso em: 17 mai. 2006.

IBGE. **PNAD 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 14.

IBGE. **PNAD 1992**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v. 15.

IBGE. **PNAD 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 16.

IBGE. **PNAD 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. v. 17.

IBGE. **PNAD 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (Reponderado)

IBGE. **PNAD 1997**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 13, n. 1, p. 1-116.

IBGE. **PNAD 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. v. 20, p. 1-113.

IBGE. **PNAD 1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. v. 21, p. 1-113.

IBGE. **PNAD 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. v. 22, p. 1-111.

IBGE. **PNAD 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. v. 23.

IBGE. **PNAD 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v. 24.

IBGE. **PNAD 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. v. 25, p. 1-120.

IBGE. **PNAD 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. v. 26, p. 1-125.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2008**. IBGE, 12 dez.2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1286&id_pagina=1>. Acesso em: 13 dez. 2008.

IGLESIAS, S. Lula sugere estatização de banco no exterior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0603200912.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2009.

INADIMPLÊNCIA triplicou na Espanha em 2008. **BBC Brasil/Folha online**, 20 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u458371.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Indicadores macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?44523031>>

ISMA-BR (International Stress Management Association) O que é o Stress (Estresse)? Disponível em: <<http://www.ismabrasil.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

ISTO é a Camorra. **El País/Folha de São Paulo**, 26 abr. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2604200908.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2009.

ITAÚ passa Bradesco e tem lucro recorde de R\$ 4,016 bi no semestre. **UOL Economia**, 07 ago. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/08/07/ult4294u744.jhtm>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

JALÉE, P. **A exploração capitalista**: iniciação ao marxismo. Coimbra: Centelha, 1977.

JOHNSON prevê corte de 4.800 funcionários. **Folha de São Paulo**, 10 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0108200723.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

JOVENS italianos são acusados de queimar indiano. **Folha de São Paulo**, 03 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0302200913.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

KAHN, J.; LANDLER, M. China se transforma na chaminé do mundo. The New York Times. **Mídia Global**, 01 jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2008/01/01/ult574u8083.jhtm>>. Acesso em: 01 jan. 2008.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLEIN, N. Mercado Livre. In: A superideologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2809200806.htm>>. Acesso em: 28 set. 2008.

KLINTOWITZ, J. Apocalipse já. Edição 1961. **Veja On line**, 21 junho 2006. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/210606/p_068.html>. Acesso em: 16 jun. 2006.

KOVÁCS, I. **Flexibilidade de emprego**: riscos e oportunidades. Oeiras/PT: Celta, 2005.

KURZ, R. A ressaca do fordismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1809200504.htm>>. Acesso em: 18 set. 2008.

KURZ, R. **Crítica Do Capitalismo Para O Século XXI**. 07 jan. 2006. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/exit_projecto_teorico.htm>. Acesso em: 07 jun. 2006.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5ª ed. revista. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KURZ, R. O homem flexível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz11.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997. 4ª ed.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In: _____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAGE, J. Renda pára de cair após sete anos de quedas seguidas, diz IBGE. **Folha Online**, 25 nov. 2005b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u102729.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

LAGE, J. Salários pagos por empresas caem 11% em sete anos, diz IBGE. **Folha Online**, 19 out. 2005a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101450.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2005.

LAMY, P. O comércio é parte da solução para a crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 maio 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2405200908.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

LANDER, E. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.) **Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAURELL, A.C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEITE, F.; COLLUCCI, C. Trabalho infantil migra para o quintal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1007200501.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

LEITE, P. D. O balanço da prostituição. **Folha de S. Paulo**, 01 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0102200906.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

LEITE, P. D.; CORRÊA, H. Pobre é que deveria se zangar; rico já ganhou muito, diz Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0108200702.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2007.

LEITE, P. GM vai demitir 30 mil nos EUA e Canadá. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2211200539.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2005.

LÊNIN, V. **Imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LOBATO, E. Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jul. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0807200704.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2007.

LOBATO, E. Governo pára ações contra trabalho escravo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 2007c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2209200710.htm>>. Acesso em: 22 set. 2007.

LOBATO, E. Sem trabalho durante a entressafra da cana, famílias não têm o que comer. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jul. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0807200705.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2007.

LOPES, L. C. Economia e a atual crise dos mercados. **Carta Maior**, 06 out. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3984&alterarHomeAtual=1>. Acesso em: 06 out. 2008.

LORES, R. J. Poluição hoje é maior foco de tensão social na China. **Folha de São Paulo**, 26 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2610200801.htm>>. Acesso em: 26 out. 2008.

LÖWY, M. De Marx ao Ecosocialismo. In: SADER, Emir;

GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção questões da nossa época; v. 125).

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUKÁCS, G. As **tarefas da filosofia marxista na nova democracia**. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LULA: ‘Países do BRIC chegaram à maioria’. BBC Brasil, **UOL Notícias**, 16 jun. 200. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/06/16/ult5017u224.jhtm>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

LUNA, J. Falta de perspectiva de trabalho cria os “parasitas solteiros” no Japão. **La Vanguardia**, UOL, 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia/2007/11/22/ult2684u372.jhtm>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

LUCRO de bancos é recorde sob governo do PT. **Folha de São Paulo**, 29 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2906200606.htm>> Acesso em: 29 jun. 2006

LYOTARD, J. F. *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, Tradução de José Bragança de Miranda, 1989.

LYOTARD, J. F. O Pós-Moderno. Rio de Janeiro. Editora José Olímpio, 1988.

MACINNIS, L. Mudança climática causará até 1 bilhão de migrações, diz relatório. **Folha de São Paulo**, 08 dez. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u663420.shtml>>. Acesso em: 08 dez. 2009.

MAGALHÃES, J. C. Primo de Maggi utiliza trabalho degradante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2501200816.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

MAISONNAVE, F. Entrada de brasileiros ilegais cresce acima da média nos EUA. **Folha Online**. 19 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u99196.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2006.

MANDRAUD, I. Os ecoterroristas já começam a preocupar a Europa. **Le Monde Diplomatique/UOL Mídia Global**, 26 jul. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2008/07/26/ult580u3216.jhtm>>. Acesso em: 26 jul. 2008.

MARCELINO, P. R. P. **A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSE, H. **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 2ª ed.

MARCUSE, H. Ecologia e crítica da sociedade moderna. In: LOUREIRO, I. (Org.) **Herbert Marcuse: a grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCUSE, H. **Uma nova ordem**. Disponível em: <<http://planeta.clix.pt/hmarcuse.htm>>. Acesso em 12 nov. 2002.

MARCUSE, H. Natureza e Revolução. In: **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARINHO, L. Agenda do trabalho decente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 maio 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0505200609.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2006.

MARTINEZ, P. H. O sentido da devastação: para uma História Ambiental no Brasil. In: **Revista Esboços do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**. Nº. 13, Florianópolis: UFSC, 2005.

MARTINS, A. Para compreender a crise financeira. **Jornal Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2008-10>>. Acesso em: 25 out. 2008.

MARX, K. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985a.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. In. MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977a.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977d.

MARX, K. **O capital. Capítulo VI inédito**: resultado do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. O processo de circulação do capital. In: **O capital**: crítica da economia política. Livro 2, v. III, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983. 4ª ed.

MARX, K. O trabalho alienado. In: FERNANDES, F. (Org.). K. **Marx e F. Engels**: História. São Paulo: Ática, 1989. 3ª ed.

MARX, K. Prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977f. v. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Volumes I e II. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MARX, Karl. Discurso pronunciado na festa de aniversário do “People’s Paper” In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977e. v. 1.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos: Terceiro Manuscrito. In: **Marx**: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. São Paulo: Nova Cultural, 1987a. (Coleção Os pensadores) Vol. I.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977c.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a. 12 ed.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, Vol. II, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b. 12 ed.

MARX, Karl. O processo global de produção capitalista. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro 3, v. VI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985b. 4ª ed.

MARX, Karl. O processo global de produção capitalista. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro 3, v. IV. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991a. 6ª ed.

MARX, Karl. O processo global de produção capitalista. In: **O capital: crítica da economia política**. Livro 3, v. V. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991b. 5ª ed.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Marx: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987b. (Coleção Os pensadores) Vol. I.

MARX, Karl. Primeiro Manuscrito. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977b.

MATTOS, C. M. Crises e conflitos do século 21. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2109200510.htm>>. Acesso em: 21 set. 2005.

MATTOS, O. O “New Deal” de hoje passa pela redução da jornada de trabalho. **Carta Maior**. Economia, 21 out. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15317Economia>. Acesso em: 08 nov. 2008.

MÉDICO contesta estatística de pessoas doentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce3004200602.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2006.

MÉDICO sugere menos filhos para salvar planeta. **BBC Notícias**, 25 jul. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/reporter/2008/07/25/ult4909u4679.jhtm>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENCHEN, D. Estudo prevê impacto de mudança do clima no Rio. **Folha de São Paulo**, 09 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0908200802.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2008.

MÉNDEZ, R. Oceano Ártico perde 300 mil quilômetros quadrados de gelo em apenas um ano. **El País**, Madri, 18 maio 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2006/05/18/ult581u1686.jhtm>>. Acesso em: 18 mai. 2006.

MERCADANTE, A. Cartas aos inimpregáveis. **Folha de S. Paulo**, 08 mar. 1999.

MERLINO, T. O veneno no pão nosso de cada dia. In: **Revista Caros Amigos**. Ano XIII, n°. 153. Dez. 2009.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: **Para além do capital**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. A quebra do encanto do “capital permanente universal”. In: **Para além do capital**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista: administração da crise e auto-reprodução destrutiva do capital. In: **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

META é acabar com o trabalho infantil na América Latina até 2020. **OUL News**, 12 out. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2006/10/12/ult2492u251.jhtm>>. Acesso em: 12 out. 2006.

METZ, Anna-Marie e ROTHE, Heinz-Jürgen. Guerra de nervos no trabalho. **Revista Mente & Cérebro**, edição 173 – Jun. 2007. (http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/guerra_de_nervos_no_trabalho.html; http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/guerra_de_nervos_no_trabalho_2.html; http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/guerra_de_nervos_no_trabalho_4.html; http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/guerra_de_nervos_no_trabalho_5.html). Acesso em 01 jul. 2007.

MINELLA, A.C. **Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006.** Rev. Sociol. Polit., jun. 2007, no.28, p.31-56. ISSN 0104-4478. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a04n28.pdf>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Brasileiras e brasileiros no exterior:** informações úteis. Brasília: MTE, 2007.

Miséria atinge nível mais baixo desde 1992, diz FGV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74187.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro de Empregadores.** Brasília, 05 set. 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_escravo/cadastro_trab_escravo.asp>. Acesso em: 11 set. 2008.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável:** meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2008.

MORA, M. Cidade italiana determina separação de nativos e imigrantes em linha de ônibus. **El País**, 29 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/04/04/ult581u3147.jhtm>>. Acesso em 29 set. 2009.

MORAES NETO, B. R. de. O Século XX e a teoria marxista do processo de trabalho. In: Revista Crítica Marxista. São Paulo: Boitempo, n. 15. Out, 2002. 1ª ed.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MORENO, C. R. C.; FISCHER, F. M.; ROTENBERG, L. Os riscos de trocar o dia pela noite. 15 jan. 2008. Edição 180 - Janeiro 2008. **Revista Mente e Cérebro**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/a_sociedade_24_horas.html>. Acesso em: 15 jan. 2008.

MORTE por excesso de trabalho ameaça milhões de chineses. **EFE/Uol notícias**, 23 nov. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultnot/efe/2005/11/22/ult2067u577.jhtm>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

NEVES, T. F. S., ORTEGA, C. A., BARRETO, R. A. *et al.* Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos. *Cad. psicol. soc. trab.* [online]. dez. 1998, vol.1 [citado 01 Agosto 2007], p.1-13. Disponível na **World Wide Web**: <http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37171998000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1516-3717. – Acesso em: set. 2007

NINIO, M. BCE injeta US\$ 500 bi para conter crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1912200711.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

NO BRASIL, aumento em tornados indica calor. **Folha de São Paulo**, 14 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1410200502.htm>>. Acesso 14 out. 2005.

NOKIA demitirá mais 1.700 em todo o mundo. **France Presse**, Helsinque; **Folha Online**, São Paulo, 17 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u535858.shtml>>. Acesso em: 17 mar. 2009

NOSSITER, A. Na Louisiana, trabalhadores baratos vestem cor de laranja. **The New York Times**, 05 jul. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2006/07/05/ult574u6752.jhtm>>. Acesso em: 05 jul.2006.

NÚMERO de assassinatos de índios cresce 63% em 2007. **UOL Notícia**, 07 jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/07/ult23u893.jhtm>> Acesso em: 07 jan. 2008.

NÚMERO de furacões dobrou em um século, diz estudo. **UOL Notícias**, 30 jul. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/reporter/2007/07/30/ult4905u32.jhtm>>, Acesso em 30 jul. 2007.

OFFE, C. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OIT prevê aumento de 50 milhões de desempregados. **Folha Online**, 30 mar. 2009b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u542616.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - Agência Brasil. Crise deve derrubar 2,4 milhões de empregos na América Latina em 2009, afirma OIT. **UOL cotidiano**, 27 jan. 2009a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/01/27/ult5772u2732.jhtm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção Nº. 105 sobre a abolição do trabalho forçado. OIT. 1957**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/index.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção Nº. 29 sobre o trabalho forçado. OIT. 1930**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/index.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho**. Brasília: OIT, 1998. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/index.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Mundial sobre Trabalho Forçado 2009**. 2009c Disponível em: <<http://www.oit.org.br/>>. Acesso em 06 jul. 2009

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório não ao trabalho forçado**. Brasília: OIT, 2002. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/index.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências Mundiais do Emprego** (Relatório). Genebra, 25 jan. 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=111>. Acesso em: 26 jan. 2006.

OLIVEIRA, S. **Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho**. CUT, 28 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/2679/170/>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

OMC receia que o livre comércio vá para a privada. **Folha de São Paulo**, 1 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0102200927.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

OPPENHEIMER, W. Greve xenófoba cresce no Reino Unido. **El País**. Madrid, 03 fev. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/02/03/ult581u3031.jhtm>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PAESE, J. Fim da sociedade do trabalho ou imprecisão no debate? **Revista Mediações**. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais. EDUEL, Jan/jun/2002 – vol. 7. nº.1.

PAGRISA e fiscais ficam frente a frente no Senado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc031020072.htm>>. Acesso em: 30 out. 2007. PAINEL da ONU alerta para mudanças ‘irreversíveis’ no clima. **Revista Ciência e Saúde**, 16 nov. 2007. Disponível em: <<http://cienciaesaude.uol.com.br/ultnot/bbc/2007/11/16/ult4432u768.jhtm>>. Acesso em: 16 nov. 2007

PARA PSICÓLOGA, trabalhador deve ver recompensa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2506200608.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

PATRIMÔNIO do BMG cresceu 223% em 2 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0507200512.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2005.

PATU, G. Após fracasso, o governo sepulta Primeiro Emprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3108200702.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2007.

PEDROLETTI, B. O protecionismo chinês preocupa o Ocidente. **Jornal Le Monde**, 24 jun. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2009/06/24/ult580u3777.jhtm>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

PELA 1ª VEZ, presidente da Fiesp não se associa a adversário de Lula nas eleições. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200608.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

PINHO, A. Brasil importa agrotóxico vetado no exterior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2308200816.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

PINHO, A.; NAVARRO, S.; Doações de planos à bancada da saúde aumentam 757%. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u312494.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PLANO da GM prevê controle do governo Com o “New York Times”. **Folha de São Paulo**, 28 abr. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2804200902.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

PORTES, I. Lucro da indústria quase triplicou durante governo Lula. **Folha Online**. 22 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2208200602.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

com.br/folha/dinheiro/ult91u110405.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2006.

POTET, F. Estagiários: o exército de reserva das empresas. **Lê Monde**, 05/11/2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2005/11/05/ult580u1741.jhtm>>. Acesso 05 nov. 2005.

PRÊMIO Nobel defende contrato social global. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2903200915.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2009.

PRESTO, J. Obama dá continuidade a medidas de Bush contra imigrantes ilegais. **The New York Times**. 04 ago. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2009/08/04/ult574u9562.jhtm>>. Acesso em: 04 ago. 2009.

‘PRIVATIZAÇÃO’ da Amazônia pode ser ‘boa notícia’, diz ‘La Nación’. **BBC Brasil**, 25 set. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/reporter/2007/09/25/ult4904u181.jhtm>>. Acesso em: 25 set. 2007.

PRODUÇÃO japonesa tem queda recorde de 10% em janeiro. **Folha Online**, 26 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u510118.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

PROJETO prevê férias e jornada menor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce2511200705.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

PROUDHON, P. J. A propriedade é um roubo: e outros escritos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 1998.

PSTU. **O que foi o acordo de Bretton Woods**. PSTU, 08 mai. 2009. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=9307&ida=0>. Acesso em: 08 mai. 2009.

PYL, B. **Observatório Social da CUT, intensificação do trabalho tem provocado doenças “coletivas”**. 29 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=3839&Itemid=89>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

RAMONET, I. As três crises. *Le Monde Diplomatique*. **UOL**, 19 ago. 2008. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2008-08,a2516>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

REBELO, G. **Flexibilidade e precariedade no trabalho: análise e diagnóstico**. Lisboa: Glória Rebelo, 2004. 1ª ed.

REIS, T. Ministério volta a fiscalizar e resgata 90 trabalhadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2910200702.htm>>. Acesso em: 29 out. 2007.

RELATÓRIO da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais. Rio de Janeiro, 2007(Mimeo.)

RODADA Doha fracassou, admite Lamy. **UOL Economia**, 29 jul. 2009. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/07/29/ult4294u1567.jhtm>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

ROHDE, G. M. **Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética da Terra e de seus arredores planetários**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 2ª ed. ver. e ampl.

ROLLI, C. Cresce sindicalização entre trabalhadores terceirizados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1008200723.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

ROLLI, C. Volks ameaça fechar fábrica e demitir 6.100. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2208200604.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

ROLLI, C.; FERNANDES, F. Sob Lula, emprego cresce, mas renda cai. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3004200613.htm>>. Acesso em: 3 mai. 2006.

ROMERO, D. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1862**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSSI, C. A lenda da menor desigualdade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz1707200703.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

ROSSI, C. Cresce pressão por “novo comando” global. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1210200803.htm>>. Acesso em: 12 out. 2008b.

ROSSI, C. Davos joga esperanças para o G20. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0102200923.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

ROSSI, C. FMI exige supervisionar economia dos EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jan. 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2601200818.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2008.

ROUSSEAU, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: Rousseau II. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os pensadores). 4^a ed.

ROVANI, A. 22% dos trabalhadores têm jornada excessiva, diz OIT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce1706200701.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

ROY, A. O subemprego asiático. **Revista Le Monde Diplomatique**, Dez. 2007. Disponível: <<http://diplo.uol.com.br>>. Acesso em 22 jan. 2008.

SAÇASHIMA, E. Crise econômica leva a aumento de legislação e manifestações anti-imigrantes na Europa. **UOL internacional**, 13 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/04/13/ult1859u830.jhtm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

SAÇASHIMA, E. Japão oferece dinheiro para a volta de brasileiros. **UOL notícias**, 13 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/04/13/ult1859u831.jhtm>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

SADER, E. O século do imperialismo. In: **Século XX**: uma biografia não-autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALIM, C. A. **Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações**

de gênero. São Paulo Perspec. [online]. Jan./Mar. 2003, vol.17, no.1 [cited 19 June 2006], p.11-24. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. Acesso 25 mai. 2007.

SALOMON, M. “Radar Social” do Ipea diz que Brasil tem 53,9 mi de pobres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2005a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0206200524%2ehtm>>. Acesso em: 02 jun. 2005.

SALOMON, M. CPI suspeita de operação entre banco mineiro e CEF. **Folha Online**, 19 nov. 2005b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74010.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2005.

SALOMON, M. Cresce derrubada da Amazônia, diz Inpe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 janeiro 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1801200804.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

SALOMON, M. Governo suspende desmatamento em 36 municípios. **Folha de São Paulo**, 25 jan. 2008c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2501200801.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

SALOMON, M. Previdência reduziu em 44% o número de miseráveis, diz Ipea. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2109200733.htm>>. Acesso em: 21 set. 2007.

SALOMON, M.; ANGELO, C. Desmate cresce e põe Planalto em alerta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 2008b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2401200801.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1995 (12ª edição).

SANTOS, Boaventura de Souza. Nem tudo o que reluz é verde. **Folha de São Paulo**, 12 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1211200709.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

SANTOS, J. H. **Trabalho e riqueza na Fenomenologia do Espírito de Hegel**. São Paulo: Loyola, 1993.

SARKOZY pede expansão do G8 e inclusão do Brasil. **Uol Notícias**, BBC Brasil, 23 set. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/reporter/2008/09/23/ult4904u665.jhtm>>. Acesso em: 23 set. 2008.

SATO, P. Onde podemos encontrar a Mata Atlântica e como preservá-la? **Revista Escola**, Maio de 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.uol.com.br/geografia/fundamentos/onde-podemos-encontrar-mata-atlantica-como-preserva-la-473054.shtml>>. Acesso em: 27 mai. 2009.

SCHMIDT, A. **El concepto de natureza em Marx**. México/DF: Siglo Veintiuno Editores, 1982.

SCIARRETTA, T. Ganho do setor bancário tem alta com mais crédito e tarifas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2908200715.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2007.

SCIARRETTA, T. Mercado reavalia preços em dia de pânico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2201200802.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

SCIARRETTA, T. Crédito no Brasil eleva lucro de grandes bancos no mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3107200708.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2007.

SELIGMAN, F. Aluguel de floresta começa em Rondônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 setembro 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2209200703.htm>>. Acesso em: 22 set. 2007.

SEM o socorro oferecido pelo Estado, grandes grupos já teriam

quebrado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2302200903.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2009.

SEM PROTEÇÃO, trabalhadores têm de cuidar dos fornos dia e noite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1112200519.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2005.

SENADORES “inocentaram” a empresa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0310200725.htm>>. Acesso em: 03 out. 2007.

SILVA, E. Relações perigosas. **Revista Vida Executiva** – Edição, 26 jun. 2006. Disponível em: <<http://revistavidaexecutiva.uol.com.br/edicoes/25/artigo20275-1.asp>>. Acesso em: 28 jun. 2006.

SILVA, L. I. L. Sepultados bajo la ola gigante de la injusticia. **Jornal El Mundo**, Madri, 26 jan. 2005. Disponível em: <<http://prensa.vlex.es/vid/bajo-ola-gigante-injusticia-17450079>>. Acesso em: 30 jan. 2005.

SINDICATOS perdem 18% de filiados e Brasil fica em último em lista. **UOL Economia**, 09 ago. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/08/09/ult4294u755.jhtm>>. Acesso em: 09 ago. 2007.

SOARES, P. Desigualdade recua, apesar do PIB baixo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0906200615.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2006.

SOARES, P. Renda dos mais instruídos cai 12% em 4 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3004200602.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2006.

SOARES, P.; LIMA, S. Retração global breca expansão, e analistas já temem recessão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1103200904.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

SOCORRO a bancos em 1 ano supera ajuda a países pobres em 50, diz

ONU. **BBC Brasil/ UOL Economia**, 24 jun. 2009. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/bbc/2009/06/24/ult2283u1868.jhtm>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

SOFIA, J. Baixa qualificação puxa alta do emprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jan. 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0601200804.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

SOFIA, J. Cresce lista de trabalhadores em condição degradante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1107200721.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

SOFIA, J. Gasto com seguro-desemprego cresce 21% e bate recorde em 2007. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2008c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2101200804.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

SOFIA, J. Ministério liberta 5.877 trabalhadores em situações precárias. **Folha Online**. São Paulo, 17 jan. 2008b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u364365.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

SOFIA, J. Trabalhador formal ganha até 3 mínimos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 out. 2005. Disponível em; <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0510200523.htm>>. Acesso em: 5 out. 2005.

SOUSA, F. P. Relações de trabalho sob a “aliança do mal”. In: OURIQUES, N.D; RAMPINELLI, W. J. **No fio da navalha**: críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

SOUZA, L.; ZANINI, F. Acionista controlador da Oi foi o maior financiador do PT em 2006 Andrade Gutierrez doou R\$ 6,4 milhões para o partido, o dobro do 2º colocado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u362934.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

SPITZ, C. Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL. **Folha UOL**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u100493.shtml>>. Acesso em 19 set. 2005.

SPITZ, C. Desemprego entre jovens é quase duas vezes maior, diz pesquisa DIEESE. **Folha Online**, 19 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u100493.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2005.

STEDILE, J. P. Reforma agrária, por justiça e soberania popular. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1106200709.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

STEINGART, G. Como a globalização reduz os salários do Ocidente. **Der Spiegel/UOL Mídia Global**, 17 out. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2006/10/17/ult2682u223.jhtm>>. Acesso em: 17 out. 2006.

SUCUPIRA, F. Ministério Público quer acabar com remuneração por produção. **Carta Maior**, 26 fev. 2006. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10100DireitosHumanos>. Acesso em: 19 abr. 2006.

SUPERÁVIT primário recorde: Brasil “faz dever de casa” para agradar exterior, mas não para crescer. **UOL News**. 25 mai. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/uolnews/economia/entrevistas/2006/05/25/ult2621u448.jhtm>>. Acesso em: 27 mai. 2006.

SZAJMAN, A. Protecionismo é veneno. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0802200909.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2009.

TAILÂNDIA dá cheques a 10 milhões para atenuar crise. **EFE/UOL Economia**, 26 mar. 2009. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2009/03/26/ult1767u142731.jhtm>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

TEMPERATURA da Terra poderia subir 4°C em apenas 50 anos, diz estudo. **BBC Brasil**, 28 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/bbc/2009/09/28/ult5018u128.jhtm>>. Acesso em: 28 set. 2009.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

THIBODEAUX, R. Nova prosperidade da Índia não beneficia classe trabalhadora. **UOL mídia global/COX Newspapers**, 13 jan. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/cox/2008/01/13/ult584u615.jhtm>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

THOMPSON, G. Após perderem a liberdade, muitos imigrantes também perdem a custódia dos filhos. **The New York Times**, 23 abr. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2009/04/23/ult574u9302.jhtm>>. Acesso em 29 set. 2009.

THORNHILL, J.; DOMBEY, D.; ALDEN, E. Pesquisa revela que europeus consideram EUA ameaça mundial. Financial Times, **UOL Mídia Global**, 19 jun. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2006/06/19/ult579u1890.jhtm>>. Acesso em: 19 jul. 2009.

THUSWOHL, M. Acusações contra Aracruz são aceitas no Tribunal dos Povos. **Carta Maior**, 09 jun. 2006. Disponível em: <http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11209&alterarHomeAtual=1>. Acesso em: 09 jun. 2006.

TOLEDO, C. N. **1964: visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

TOLEDO, C. N. de. A democracia populista golpeada. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 2, Curitiba: UFPR, 1994.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o Golpe 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLEDO, M. Nove morrem em ação do Bope; coronel diz que PM do Rio é “o melhor inseticida social”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u392620.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

TOLEDO, M. Tecnologia faz bóia-fria trabalhar mais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/financeiro/fi1809200515.htm>>. Acesso em: 18 set. 2005.

TONER, M. Buraco no ozônio e capa de gelo polar exibem grandes mudanças. **UOL Mídia Global**, 20 out. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/cox/2006/10/20/ult584u525.jhtm>>. Acesso em: 20 out. 2006.

TRABALHAR à noite faz mal à saúde, diz especialista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jul. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/empregos/ce0907200611.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2006.

TRABALHO degradante. Editorial da Folha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2310200702.htm>>. Acesso em: 23 out. 2007.

TREVISAN, C. “Biocombustíveis são maior ameaça à diversidade na Terra”. **Folha de São Paulo**, 02 jul. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200721.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

TREVISAN, C. Autor escreveu a “bíblia” dos ambientalistas. **Folha de São Paulo**, 02 jul. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200722.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

TREVISAN, C. Setor não-financeiro supera bancos e lucra 162% sob gestão Lula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200606.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

UNIÃO Européia destrói florestas de países pobres, alerta WWF. **Reuters/UOL**, 23 nov. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/11/22/ult27u52422.jhtm>>. Acesso em: 23 nov. 2005.

UNILEVER vai demitir 20 mil empregados; Brasil não terá cortes. **UOL Economia**, 02 ago. 2007a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/08/02/ult4294u733.jhtm>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

UNILEVER, um gigante que fabrica o chá Lipton, o sabão Dove e as sopas Knorr. **UOL Economia**, 02 ago. 2007b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/afp/2007/08/02/ult35u54351.jhtm>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

VALLE, D. Pastoral da Terra diz que trabalho escravo no campo aumentou 200% no Paraná. **Folha Online**, 04 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u576291.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

VÁZQUEZ, A. S. **Convite à estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 4ª. ed.

VIEIRA, F. Bolsa de SP acumula queda de 16% no ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2201200803.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

VIEIRA, F. Lucro bilionário dos bancos tem alta de 90% em 2007. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2511200711.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

VIEIRA, F. Lucro do Unibanco tem aumento de 33%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1008200721.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

VIGNA, A. Em nome da Natureza... **Le Monde Diplomatique**, 10 jul. 2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-07>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

VINOD, T. Destruição ambiental ameaça crescimento. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2009200708.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

VIOÊNCIA no local de trabalho já é “epidemia”, diz estudo. **OUL Mídia Global**, 15 jun. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2006/06/15/ult579u1887.jhtm>>. Acesso em: 15 jun. 2006.

VITORINO, A. (Coord.). **Imigração: oportunidade ou ameaça?: Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração**. Estoril: Príncipia, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WIZIACK, J. Milionários brasileiros têm meio PIB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha>

uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1507200702.htm>. Acesso em: 15 jul. 2007.

WIZIACK, J.; FERNANDES, F. Brasil ganha 60 mil novos milionários em um ano. **Folha Online**, São Paulo, 13 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u362928.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WORTH, R. F. Estrangeiros desempregados fogem da crise em Dubai. **The New York Times**, 16 fev. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2009/02/16/ult574u9154.jhtm>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

ZIZEK, S. Crise: modos de usar. In A superideologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2809200807.htm>>. Acesso em: 28 set. 2008.

1,6 MILHÃO perde 15 dias do ano só para ir ao trabalho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2506200601.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas de-

mandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Corrêa

Valcionir Corrêa

CAPITALCRACIA

A crise como exploração e degradação

A intensificação da exploração dos trabalhadores é a saída construída pelo capitalismo no contexto de sua crise estrutural. Com a reestruturação produtiva adotada, fica evidente a precarização das condições de trabalho, com a regressão dos direitos sociais e trabalhistas, o aumento de doenças físicas, de distúrbios emocionais, de casos de acidentes e mortes decorrentes do processo produtivo. Com a ascensão total do capitalismo, esses problemas se tornam mais recorrentes e equalizam-se mundialmente com o acirramento da concorrência comercial. A estratégia adotada da obsolescência planejada das mercadorias, para aumentar a rotatividade consumista, torna-se a prática atual de extração da mais-valia, contribuindo com a intensificação da degradação dos trabalhadores e do meio ambiente. Desse produtivismo, o aumento da poluição é sua consequência e o mundo único se consolida com a economia mundializada, ou seja, poluindo nos Estados Unidos ou na China – não faz a menor diferença por se tratar da mesma atmosfera. Neste contexto da globalização neoliberal, os imperativos da expansão e acumulação capitalistas se revelam como um Sistema Capitalcrático, ou seja, uma configuração decorrente da síntese de um poder da classe economicamente hegemônica, com sua totalização política, enquanto um império de classe na ordem mundial. Assim, o Estado moderno, uma instância política que legitima o interesse da classe burguesa, se mostra indissociável do capital e se consolida, de vez, em uma capitalcracia (poder do capital) e não em uma democracia (poder do povo).

ED Editoria
EM DEBATE

ISBN 978-85-61682-98-9



9 788561 682989